

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

Luciene Pessotti de Souza

**A GEOPOLÍTICA DO SAGRADO**  
A participação das ordens religiosas na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da  
Vitória - ES (século XVI ao XIX)

Salvador  
2004

LUCIENE PESSOTTI DE SOUZA

A GEOPOLÍTICA DO SAGRADO

A participação das ordens religiosas na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória - ES (século XVI ao XIX)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Professor PhD. Pedro de Almeida Vasconcelos

Salvador

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Luciene Pessotti de Souza

A GEOPOLÍTICA DO SAGRADO  
A participação das ordens religiosas na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da  
Vitória - ES (século XVI ao XIX)

Tese para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Salvador, 25 de janeiro de 2005

Banca Examinadora:

Pedro de Almeida Vasconcelos  
Doutor, University of Ottawa, U. O., Ottawa, Canadá  
Universidade Federal da Bahia

Eugênio Ávila Lins  
Doutor Universidade do Porto, Portugal  
Universidade Federal da Bahia

Antônio Heliodório Lima Sampaio  
Doutor Universidade de São Paulo, Brasil  
Universidade Federal da Bahia

Paulo Ormino David de Azevedo  
Doutor Università degli Studi di Roma, Itália  
Universidade Federal da Bahia

Maurício de Abreu  
Doutor, Ohio State University, O. S. U., Columbus, Estados Unidos.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Aos meus sinceros e verdadeiros amigos que se fizeram presentes nos momentos mais difíceis desta trajetória...*

*As verdades científicas são verdades humanas e não divinas, isto é, são aproximações sucessivas em relação à realidade, necessariamente precárias, e sujeitas obrigatoriamente à sua fatal reconsideração. Isto é, cada verdade científica é somente uma descrição mais precisa da realidade em relação a anterior.*

Júlio Katinsk, 1981, p.7

## RESUMO

Esta tese problematiza a participação da Igreja Católica na formação dos núcleos urbanos coloniais, com ênfase na Vila da Vitória, então sede da Capitania do Espírito Santo, durante o período que compreende o século XVI ao XIX. Sob esta perspectiva teórica elabora-se uma revisão dos pressupostos teórico-metodológicos do campo de conhecimento da história urbana, área de conhecimento onde se insere a pesquisa. Busca-se também refletir a produção científica da história urbana no Brasil ao procurar mensurar o papel da Igreja Católica e das ordens religiosas nestas conformações espaciais. Com o objetivo de entender o conjunto de referências que constituíram as diretrizes urbanísticas lusitanas, analisam-se os principais antecedentes históricos da formação urbana de Portugal e as primeiras experiências urbanísticas do Reino na Restauração. Além destes fundamentos, considera-se também, a longa experiência da Igreja Católica na apropriação dos espaços das cidades na longa duração; com especial atenção à transposição de elementos da simbologia cristã aos espaços urbanos, que auxiliaram no entendimento e na análise da participação das ordens religiosas na apropriação e configuração do espaço urbano colonial. Por último, procura-se analisar a formação urbana da Vila da Vitória na longa duração, considerando-se os pressupostos teóricos que norteiam as pesquisas de história urbana, identificando os principais agentes modeladores de seu espaço, os principais fenômenos ligados a sua conformação urbana, tendo como objetivo analisar o papel que a Igreja Católica teve na estruturação deste espaço.

## ABSTRACT

This paper focuses on the Catholic Church participation in the formation of the colonial urban nucleus, with emphasis on Vila da Vitória, then capital city of the Espírito Santo County, during the period from the 16<sup>th</sup> to the 19<sup>th</sup> century. Under this theoretical perspective, it is made a revision of the theoretical-methodological suppositions of the knowlegde of the urban history, where the research is inserted. It also reflects the scientific production of the urban history in Brazil, trying to measure the role of the Catholic Church and the religious orders in these spacial conformations. In order to understand the set of references that consisted the Portuguese urban directives, the main historic predecessors of the urban formation of Portugal and the first urban experiences of the Kingdom during the Restauration are analysed. Besides these fundamentals, it is also discussed the long experience of the Catholic Church in spacial appropriation in the cities in the long term, especially with the transposition of elements of the Christian symbology in urban spaces, which helped the understanding and analysis of the religious orders participation in the appropriation and configuration of the colonial urban space. Finally, it is analysed the urban formation of Vila da Vitória in the long term, considering the theoretical suppositions which guides the urban history research, identifying the main modelling agents of its space, the main phenomena linked to its urban conformation, aiming to analyse the role of the Church in the structuring of this space.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Pedro de Almeida Vasconcelos, meu orientador, por seu interesse e dedicação a minha pesquisa, pelas inúmeras vezes que elucidou minhas dúvidas, pelas referências teórico-metodológicas que indicou ao meu projeto de doutoramento, pelo acervo bibliográfico, pelo apoio e respeito pelo meu trajeto, da dissertação à tese.

Ao professor Eugênio Ávila Lins, por ter colaborado de forma decisiva em minha pesquisa, com questões que me auxiliaram refletir sobre o potencial das fontes documentais e, no tema a qual me dedico, por ocasião da Banca do Exame de Qualificação, com importantes observações.

Ao professor Antônio Heliodório Lima Sampaio, pelas questões teóricas relevantes apresentadas em meu Exame de Qualificação e, pela contribuição em minha formação acadêmica nas ocasiões em que fui sua aluna.

Ao professor Maurício de Almeida, pelas dúvidas apresentadas com relação ao meu objeto de estudo, que me fizeram refletir sobre os diferentes olhares sobre este mesmo objeto, e pela atenção dispensada em minha avaliação.

Ao professor Paulo Ormino David de Azevedo, por ter me apresentado tema tão rico e complexo, que é um dos fundamentos teóricos desta tese, por ocasião dos Seminários Avançados, no qual foi mestre atento às minhas questões.

Ao professor Arivaldo Leão de Amorim por ter se dedicado, com empenho e atenção, a exaustiva tarefa de meu auxiliar digitalização das fontes documentais que integram a tese.

Ao Professor Jean Delumeau por ter me apresentado uma nova perspectiva de análise sobre as cidades, com especial atenção e interesse.

À professora Maria Hilda Paraíso por me possibilitar o encontro com o professor Jean Delumeau.

À professora Denise Silva Magalhães, do Instituto de Geociências da UFBA, pela orientação teórico-metodológica para elaboração dos mapas temáticos de síntese sobre a morfologia urbana da Vila da Vitória, meu objeto estudo nesta tese, e pelo empenho e dedicação nesta tarefa.

À professora Joilda Carvalho Fonseca, do Instituto de Geociências da UFBA, pela ajuda e compreensão, e pelo acervo bibliográfico que auxiliaram na elaboração dos mapas temáticos de síntese desta tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), com os quais muito aprendi, e que contribuíram, cada um em sua especialidade, aos resultados obtidos nesta pesquisa.

Aos colegas do Curso de Doutorado, em especial, Clóvis Jucá Neto, pelo seu apoio e pelas constantes trocas de idéias; e, Vera Mamede, por seu companheirismo e amizade.

À Solange, pela atenção na revisão e correção das normas acadêmicas.

À Nádia Miranda, pela amizade de sempre.

A Jealva Fonseca, Maria Hermínia Hernández e Ana de Lourdes R. da Costa, por compartilharem comigo algumas reflexões, acervo bibliográfico e pelo apoio dedicado.

Aos funcionários da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação, em especial, Jandira de Assis, por toda a orientação e ajuda dispensada durante estes anos.

A minha mãe, Adalice, ao meu irmão, Renato, ao meu pai (*in memoriam*), por suportarem minha longa ausência e terem acreditado em meu sonho.

A Alfredo, meu companheiro, por sua atenção, pelo apoio, por tudo...

A Patrícia, Anderson, André, Gustavo, Tamara (e Beatriz), e tantos outros amigos que depositaram em mim fé e confiança.

E *àquela*, a quem devo especial agradecimento, meu afeto, minha eterna gratidão...

E por serem tantos e tão especiais, agradeço a todos aqueles que colaboraram de alguma maneira para a realização deste meu projeto de vida.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. HISTÓRIA URBANA – UM (NOVO) CAMPO DO SABER	29
1.1 História nova: quadro teórico-metodológico	29
1.2 História nova: Conceitos-chave (verbetes) da renovação epistemológica	34
1.3 História urbana X história nova – novos paradigmas	54
1.4 Questões da história nova à história urbana	62
2. HISTÓRIA URBANA: CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE SABER	78
2.1 Reflexões sobre os pressupostos teórico-metodológicos da história urbana	78
2.2 História urbana em Portugal e Espanha: desenvolvimentos recentes	88
2.3 Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU): reflexões sobre a história urbana no Brasil	102
2.3.1 Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU): reflexões da produção científica sobre as cidades coloniais da América portuguesa	105
2.4 Ordens religiosas: agentes modeladores do espaço urbano colonial	120
2.5 Principais referências teórico-metodológicas da história urbana no Brasil	123
3. O CONTEXTO DA EXPANSÃO IBÉRICA	129
3.1 Os antecedentes históricos da formação urbana de Portugal e as primeiras experiências urbanísticas do Reino na Restauração	129
3.2 Portugal e a descoberta de novos horizontes geográficos	141
3.3 Renovação no quadro de referências e saberes do homem no contexto da Expansão Ibérica	147
3.3.1 No contexto da renovação de conceitos, saberes: novas maneiras de pensar....	157
3.4 As experiências urbanísticas da Expansão: considerações sobre as investigações científicas dos traçados portugueses na Metrópole e no Ultramar	165
3.5 O contexto fundacional: as cidades no Atlântico, na África, na Índia e no Japão	177
3.6 O contexto urbanístico da Expansão: experiências paradigmáticas nas ilhas atlânticas, na África e no Oriente	189
3.6.1 A experiência de Funchal – ilha da Madeira	190
3.6.2 A experiência de Mazagão – África	195
3.6.3 A experiência de Chaul – Oriente	198
3.7 Conclusão	203
4 A IGREJA CATÓLICA E A CIDADE	210
4.1 A Igreja e a cidade medieval	210

4.1.1 Uma nova postura da Igreja Católica na cidade medieval	213
4.1.2 A implantação das ordens mendicantes na cidade medieval	216
4.2 A Igreja e a cidade no Renascimento	226
4.3 A Igreja e a cidade no Barroco	233
4.4 A Igreja na América portuguesa	240
4.4.1 A transposição da noção de especialidade das ordens religiosas da Europa para a América portuguesa	245
4.4.2 A importância das ordens religiosas na colonização da América e sua participação na apropriação e configuração do espaço urbano colonial	251
4.5 Ordens religiosas: concepções espaciais na arquitetura e nas cidades	260
5. A FORMAÇÃO URBANA DE VITÓRIA NA LONGA DURAÇÃO	266
5.1 A Vila de Nossa Senhora da Vitória: um estudo de história urbana	266
5.2 História urbana da Vila da Vitória: uma história problema	271
5.3 A Vila da Vitória no contexto geopolítico, administrativo e econômico da América portuguesa	273
5.4 Considerações sobre o procedimento metodológico utilizado para elaboração dos mapas temáticos de síntese da vila da vitória (séculos XVI ao XIX).	297
5.4.1 Justificativa conceitual	297
5.4.2 Aspectos metodológicos	298
5.4.3 Mapa base: base de referência para a representação temática da síntese da morfologia urbana da Vila da Vitória na longa duração	300
5.4.4 Conclusões	301
5.5 No século XVI: de povoação à vila	302
5.5.1 A estruturação do espaço urbano da Vila da Vitória no século XVI	307
5.6 No século XVII: os engenhos de açúcar, o crescimento da vila e os ataques dos inimigos externos	324
5.6.1 As cercas das ordens religiosas no contexto urbano da Vila da Vitória	327
5.6.2 A produção iconográfica publicada pelos holandeses: fonte para o estudo de história urbana da Vila da Vitória	331
5.7 No século XVIII: A Vila da Vitória, atuação da engenharia militar e a expulsão dos jesuítas	341
5.8 No século XIX: de vila à cidade	358
5.9 Considerações finais	369
6. CONCLUSÃO	373
7 REFERÊNCIAS	383

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1 - Esquema cosmográfico medieval	156
FIGURA 2 - Figuração teológico-astronômica medieval	156
FIGURA 3 - Planta de Goa	186
FIGURA 4 - Planta de Chaul	187
FIGURA 5 - Planta de Baçaim	187
FIGURA 6 -Planta de Diu	188
FIGURA 7 - Planta de Damão	188
FIGURA 8 - Planta de Funchal	194
FIGURA 9 - Planta de Angra do Heroísmo	194
FIGURA 10 - Planta da Ribeira Grande	195
FIGURA 11 - Planta de Mazagão	198
FIGURA 12 - Planta de Chaul	200
FIGURA 13 - Quadro que é a primeira representação conhecida da paisagem urbana da cidade medieval: <i>La citté</i> , 1346, Ambrósio Lorenzetti	212
FIGURA 14 - Localização das igrejas das ordens religiosas na área fora dos muros da cidade de Florença no período medieval	215
FIGURA 15 - Planimetria parcial de Cortona	218
FIGURA 16 - Planimetria da cidade de Lucignano, Valdichiana	218
FIGURA 17 - Planimetria parcial de Firentino	219
FIGURA 18 - Planimetria da cidade de Siena	219
FIGURA 19 - Planimetria de Colmar	220
FIGURA 20 - Planimetria parcial de Bolonha	220
FIGURA 21 - Planimetria da cidade de Palermo	221
FIGURA 22 - Planimetria da cidade Alcamo, Sicília	221
FIGURA 23 - Artíficio literário em forma de pirâmide, de autoria de Eugenio Vulgario	222
FIGURA 24 - Planta da cidade de Siena na Idade Média	223
FIGURA 25 - Planta da cidade de Bolonha na Idade Média	223
FIGURA 26 - Vista da cidade de Roma, século XVI	228
FIGURA 27 - Planta de Roma, século XVI	229
FIGURA 28 - Planta da cidade de Florença no Renascimento	229
FIGURA 29 - Páginas de rosto dos livros, respectivamente, dos Artefactos symmetríacos, de Ignacio da Piedade Vasconcelos, Lisboa, 1733; e, do livro de Lorenzo de San Nicolás, <i>Arte y Uso de arquitetura</i> , segunda parte, Madrid, 1736	234
FIGURA 30 - Projeto da fachada da igreja de São Francisco de São João del Rei, da segundametade do século XVIII	234
FIGURA 31 - Mapa do Brasil, 1631	278
FIGURA 32 - Capitania do Espírito Santo	281
FIGURA 33 - Detalhe da figura 32	282

FIGURA 34 – Foto aérea da região da cidade de Vitória	283
FIGURA 35 - Capitania do Espírito Santo	283
FIGURA 36 – Bandeira do Forte de São João	285
FIGURA 37 -Topografia do sítio de implantação da Vila da Vitória e sua Vizinhança	312
FIGURA 38 – Morfologia urbana da Vila da Vitória no século XVI	313
FIGURA 39 – 1 <sup>a</sup> Hipótese da delimitação do muro da Vila da Vitória (século XVI)	314
FIGURA 40 - 2 <sup>a</sup> Hipótese de delimitação do muro da Vila da Vitória (século XVI)	315
FIGURA 41 - Morfologia urbana da Vila da Vitória no século XVII	330
FIGURA 42 - <i>Espiritu Santo</i> .	332
FIGURA 43 -Detalhe da <i>Caerte van SPIRITVS SANCTVS</i>	333
FIGURA 44- <i>Planta da Villa da Vitória</i>	343
FIGURA 45 – Morfologia urbana da Vila da Vitória no século XVIII	344
FIGURA 46 – <i>Topográfica da Barra, e Rio do Espírito Santo</i>	345
FIGURA 47 – Levantamento da Vila da Vitória (século XVIII)	347
FIGURA 48 - Prospecto da Vila da Vitória	348
FIGURA 49 - <i>Detalhe da Topografia da Barra, de Rio do Espírito Santo</i>	354
FIGURA 50 - Representação da Vila Velha... no <i>Detalhe da Topografia da Barra</i>	355
FIGURA 51 – Morfologia urbana da Vila da Vitória no século XIX	359
FIGURA 52 - <i>Planta Geral da Cidade de Vitória</i>	360
FIGURA 53 - Perspectiva da Vila da Vitória, 1805	363
FIGURA 54 – Vista da Vila da Vitória (1886)	367
FIGURA 55 - Foto panorâmica de Vitória	369
Tabela 1: A Capitania do Espírito Santo no contexto colonial, século XVI.	280

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABN – Anais da Biblioteca Nacional

FMG – Fundação Gregório de Mattos

IHGES - Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

SHCU – Seminário de História da Cidade e do Urbanismo

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

## INTRODUÇÃO

Os estudos de história urbana que abordam as cidades coloniais brasileiras constituem uma importante contribuição ao entendimento da formação urbana do país. Alguns destes estudos foram pioneiros, principalmente, após a contribuição de Nestor Goulart Reis Filho (1968), ao identificar os principais agentes do processo de urbanização da América Portuguesa e relacionar a este fenômeno às dimensões políticas, econômicas e sociais do universo urbanístico português.

A problematização das formações e transformações espaciais, que a partir de Reis Filho tomam um novo rumo no âmbito da história das cidades no Brasil, são o reflexo das mudanças nas práticas investigativas, seja no bojo das pesquisas, bem como, da escrita da história.

Esta mudança caracteriza o amadurecimento, senão a constituição de um novo campo de conhecimento, a **história urbana**, que surge no momento da renovação epistemológica das ciências sociais. Os novos historiadores, que vão unir-se inicialmente, na França, em torno da *École des Annales*, herdeiros de inquietações de historiadores precedentes, não se limitaram somente a uma abordagem prioritariamente política da história, mas ampliaram suas problemáticas a dimensão dos fatores econômicos, sociais e culturais, numa abrangência, então, de toda a atividade humana (LE GOFF, 1998).

A história urbana se caracteriza, conforme observou Lepetit (2001), pela interdisciplinaridade, i.e, pela contribuição de diferentes campos de conhecimento que problematizam as questões do espaço, do urbano, dos fenômenos sociais, políticos, econômicos que influenciam na conformação, apropriação e transformação dos espaços das cidades.

A renovação epistemológica, no âmbito da história, com seus novos problemas, suas novas abordagens e seus novos objetos, delimitou, além da história urbana, outros campos de saber que vêm contribuindo para o enriquecimento das pesquisas em diferentes abordagens, tais como, a história das mentalidades, a história da cultura material e a história do imaginário.

A percepção por parte dos historiadores, e também, dos pesquisadores das questões advindas da cidade na longa duração, da inadequação do paradigma tradicional da pesquisa e escrita da história instaurou um novo paradigma. Ainda que existam os problemas de definição, de fontes, de método, de explicação e, de síntese, conforme ressaltou Burke (1992), a nova corrente de historiadores priorizou a ruptura dos métodos de elaboração de uma história global que circunscrevia o acontecimento, e que dava ao conjunto dos fatos uma noção de continuidade, expressa na forma narrativa. No âmbito da história urbana é deflagrada a falência das biografias (SILVA, L. 2000) e passam a ser elaboradas

monografias, que buscando entender a cidade a partir da seqüência descontínua dos fatos, transformaram estes estudos num discurso científico.

Assim, as rupturas e descontinuidades, que segundo preconizou Bloch (1974), são inultrapassáveis, quer num sentido, quer noutra do tempo, apesar dos laços da inteligibilidade entre o passado e o presente, vieram a se constituir num dos principais recursos metodológicos propostos por Foucault (1977), que introduziu a noção de descontinuidade, seguindo os pressupostos teóricos de Gaston Bachelard, em *A formação do espírito científico*.

A abordagem que foi realizada nessa pesquisa considerou os fundamentos teóricos da história urbana e uma das principais perspectivas que influenciou os pensadores contemporâneos: o pluralismo de abordagens. Este pluralismo no âmbito da história urbana, cabe ressaltar, são as diversas perspectivas e problematizações da cidade colonial na longa duração.

Neste sentido, foi preciso considerar a dificuldade de encontrar em meio a um rico universo de pesquisadores que vêm procurando entender e analisar as formações urbanas do universo colonial lusitano, do qual nossas primeiras cidades fizeram parte, um consenso entre a terminologia utilizado pelo corpo disciplinar formado pelos historiadores urbanos, sejam eles arquitetos, geógrafos, economistas, entre tantos outros. Os anacronismos conceituais e verbais poderiam comprometer os objetivos da pesquisa ora realizada, o que nos fez refletir uma revisão da produção sobre a temática supra citada, *i.e.*, o que vêm fundamentando teoricamente o discurso sobre a história urbana das cidades coloniais no Brasil. Este aspecto da pesquisa histórica já havia sido advertido por Bloch (1974), sendo que, anteriormente, no âmbito da história das ciências, Bachelard (1996), ressaltou a questão da atualidade do conceito, *i.e.*, das significações conceituais, que só podem ser refletidas no entendimento que se faz a partir de problemáticas diferentes.

Ao percorrer os caminhos de constituição do campo de saber da história urbana, paralelamente a uma sucinta reflexão da renovação epistemológica da história, nos reportamos a perspectiva teórica proposta por Foucault (1977), de se construir uma pesquisa histórica como uma história-problema, *i.e.*, uma abordagem científica que pudesse iluminar e responder a uma problematização, ou hipótese, apresentada no bojo de nossa investigação.

Tal perspectiva, conforme defendeu o autor (FOUCAULT, 1977), permitiu ao confrontar, (1) as diferentes objetivações de nosso objeto de estudo na longa duração; (2) os diferentes métodos de pesquisa histórica; (3) a diversidade das fontes documentais, e (4) as novas problematizações que circunscreveram nossa hipótese central, o que acarretou num maior enriquecimento do aparato conceitual da pesquisa, delimitar neste percurso

aberto nosso próprio objeto da investigação, e abrir um leque de possibilidades do entendimento do passado.

Assim, para atingirmos nosso principal objetivo, que é um exercício de entendimento da formação urbana dos núcleos coloniais brasileiros sob a influência de um dos principais agentes modeladores do período (VASCONCELOS, 1997), a Igreja Católica, com ênfase na atuação das ordens religiosas, dando continuidade às pesquisas iniciadas no contexto da pós-graduação desde 1996, procuramos numa primeira abordagem de nossa pesquisa investigar a constituição do campo de conhecimento da história urbana e como esta disciplina se relaciona com as demais áreas de conhecimento afins, tais como, a geografia, a história da arte, entre outras mais.

Para além das questões teóricas e metodológicas da história urbana, consideramos que para o entendimento das morfologias urbanas coloniais é preciso refletir a existência de uma lógica, de um desígnio em cada situação (PORTAS, 2000). Entretanto, há que se considerar também a noção de relatividade, a aceitação da variedade das soluções e escolhas que foram tão comuns nas fundações lusitanas dos séculos XVI ao XIX. Muitas pesquisas, através de um conjunto de novas abordagens, demonstram cada vez mais, através de problemáticas que se colocam e se renovam constantemente, as particularidades das formações urbanas brasileiras coloniais, e sua interface com os núcleos urbanos do universo urbanístico português.

Logo, a fim de procedermos ao entendimento da formação urbana de Vitória, antiga sede da Capitania do Espírito Santo, hoje capital do estado homônimo, consideramos a importância da reflexão dos fundamentos e métodos do desenvolvimento da história, mas, nos orientamos mais no confronto cruzado das interrogações das diferentes ciências humanas, ou seja, procuramos obter resultados a partir das respostas que as outras disciplinas vizinhas à história urbana poderiam responder. Tal pressuposto é um dos principais caminhos propostos por Lepetit (2001) para o entendimento da complexidade do sistema urbano e da evolução de suas formas de organização que fazem da cidade um objeto específico e que permitem, desta forma, estabelecer condições para se produzir resultados neste (novo) campo de saber. Ao contrário do que as inúmeras pesquisas sobre as cidades lusitanas na América e além-mar poderiam atestar, a constituição do campo de conhecimento da história urbana em Portugal e no Brasil demonstram uma ausência de consensualidade nos métodos, nos conceitos e no instrumental metodológico.

O confronto com outras pesquisas realizadas desde a década de 1990, no âmbito dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU), demonstrou, primeiramente, uma concentração maior nos estudos sobre Salvador, Rio de Janeiro, Recife, Olinda, algumas cidades mineiras, além, das cidades planejadas do século XVIII. As formações urbanas menos expressivas do contexto econômico e social a época não são objeto de

interesse entre os pesquisadores, seja pela dificuldade de fontes documentais, seja por uma ausência do entendimento da noção da importância de se considerar cada parte para refletir o todo, que foi a rede urbana colonial. Desta forma, pudemos constatar que o urbanismo colonial se constitui como um vasto campo de investigação pouco explorado.

No entanto, este panorama crítico constitui-se como um dos principais problemas a ser superado por este campo de conhecimento, pois, Bédarida (1976), na Conferência Internacional do Grupo de História Urbana, que ocorreu na Universidade de Leicester, em 1966, diagnosticou, através de um consenso entre os diversos pesquisadores sobre a cidade, a necessidade de definição de métodos e referências conceituais comuns a este mesmo objeto de investigação, além, de sinalizar a carência de estudos multidisciplinares. Estas foram deficiências que se estenderam e se rebateram nas pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal, visto a relação de dependência que estes pesquisadores mantêm com seus colegas de origem francesa, inglesa e americana. Problema para o qual, na contemporaneidade alerta Lepetit (2001), ao ressaltar a importância da adoção de procedimentos metodológicos próprios das disciplinas que abordam o espaço em suas características e dimensões físicas, tais como, a arquitetura e a geografia.

Assim, conforme afirma Checkland (1976), caberia aos estudiosos do espaço assinalar as limitações de seu campo de conhecimento, e dominar as ferramentas conceituais e metodológicas necessárias ao estudo das cidades.

Logo, a problematização da formação urbana de Vitória no contexto da América Portuguesa, considerou, além, das referências teóricas citadas, a análise de seus elementos morfológicos e os fenômenos que influenciaram em sua conformação física (LAMAS, 1993), tarefa específica à disciplina da arquitetura e urbanismo.

A busca da compreensão do processo de consolidação e conformação urbana da Vila da Vitória teve como objetivo, ainda, a realização de uma releitura da historiografia capixaba e da revisão teórica do urbanismo colonial brasileiro, considerando as demais experiências no Ultramar e suas referências eruditas e vernaculares.

A releitura das obras mais tradicionais que versam sobre Vitória, tais como, biografias da cidade (DERENZI, 1995), bem como, uma pesquisa mais apurada nas fontes primárias, proporcionaram, sob novos fundamentos teóricos, um entendimento necessário da dinâmica política, administrativa, social e cultural da vila no período colonial, fatores que não poderiam deixar de ser analisados para uma melhor reflexão dos fenômenos que determinaram, de formas distintas, sua configuração urbana.

Uma revisão teórica sobre o urbanismo colonial lusitano se deu a partir da investigação e reflexão das problemáticas de uma síntese das pesquisas que são um marco na historiografia urbana do Brasil e de outros territórios que foram o conjunto de possessões da Coroa Portuguesa, tais como, Sérgio Buarque de Holanda (1995), cuja primeira edição

de sua obra data de 1936, Mário Tavares Chico, cuja obra foi publicada em 1938, Pierre Defointaines (2004), cuja publicação original é de 1944, Robert Smith (1955b), Luís Silveira (1956), Paulo Santos (1968), Nestor Goulart Reis Filho (1968, 2000a), além das recentes contribuições de Murilo Marx (1989,1991,2001), Roberta Marx Delson (1997), Maurício de Abreu (1997), Paulo Ormino de Azevedo (1998); Walter Rossa (1998; 2000; 2002), Manuel C. Teixeira (1999, 2000), Pedro de Almeida Vasconcelos (1999, 2000), entre outros autores.

Esta revisão teórico-metodológica possibilitou um reconhecimento de situações onde se revelaram semelhanças em algumas formações urbanas, muito embora, conforme afirmou Pessoa (2000), não se possa afirmar que estas sejam parecidas.

Entretanto, a análise da atuação da Igreja Católica, e ainda, das ordens religiosas, demonstrou uma lógica desenvolvida na ocupação dos espaços urbanos, cujos objetivos, revelaram que havia uma coexistência de forças e interesses entre diferentes agentes modeladores, que se revelaram mais que espirituais, no caso dos representantes da Igreja Secular, e bem próximos às questões relativas a um envolvimento na dinâmica política e econômica dos locais. Ou seja, mais do que uma função religiosa e social, estrategicamente estabelecida em comum acordo com a Coroa Portuguesa, através do Padroado, a Igreja Católica utilizou-se de diferentes recursos e diferentes aliados, tais como, as ordens religiosas, para conquistar mais que almas na América.

A análise de algumas fundações urbanas, não só na América Portuguesa, visou elencar as diferentes maneiras e objetivos que a Coroa Portuguesa lançou mão e os resultados formais respectivos. Neste sentido, objetivamos problematizar a possível existência de linguagens formais, elementos compositivos do espaço, estratégias de organização da trama urbana dentro deste extenso universo, que pudessem ter ocorrido na América Portuguesa, mais precisamente, na Vila da Vitória.

Porém, não só as referências urbanísticas das experiências lusitanas foram fundamentais para a análise da conformação urbana da Vila da Vitória e dos núcleos coloniais brasileiros. Além destes elementos, se fez necessário trazer à tona as formas de ocupação que caracterizou a implantação das ordens religiosas nas cidades, herança, na maioria dos casos, de uma tradição medieval (GUIDONI, 1981a, 1981b), além, de uma busca de se firmarem como marcos urbanos, como foi o caso dos jesuítas (LUCAS, S. J., 1997).

A importância da dimensão do sagrado na configuração dos espaços foi problematizada por Elíade (1992), que revelou como a demarcação de territórios com referências simbólicas associadas a mitos, a lendas, enfim, a uma dimensão que transpusesse as limitações do mundo físico foi, desde a antiguidade, importante para referenciar os espaços que homens escolhiam para habitar. Além disto, autores como

Rosendhal (1996), e Marx (1981, 1989) que demonstraram as formas de apropriação, trato e uso dos espaços urbanos pela Igreja Católica, problematizaram o relevante papel deste agente modelador na definição das conformações urbanas coloniais, definindo ruas, adros, espaços de maior significado simbólico, e mesmo, fundiário, dentro das cidades.

Neste sentido, também se fez necessário o entendimento da estrutura fundiária das cidades coloniais, abordado por Abreu (1997) que recupera em seus estudos importantes referências teóricas sobre a formação das cidades, a partir da definição de suas parcelas mínimas, o lote, até, sua estruturação mais completa, e mais complexa, envolvendo a definição dos limites do termo, do rossio, enfim, das porções que definiam as urbes coloniais.

Embora as referências urbanísticas do universo territorial colonial lusitano, o entendimento da importância do sagrado na apropriação dos espaços, e neste sentido das formas que a Igreja Católica, bem como, das ordens religiosas participaram e se apropriaram de terras na América Portuguesa, que se deu pela transposição do conjunto de leis e posturas da Metrópole à Colônia, ofereçam subsídios para o entendimento de nossa problemática, se fez necessário aprofundar-se em outras questões.

Com o objetivo de refletir a maneira que a Igreja Católica e as ordens religiosas se relacionavam com o espaço, seja na escolha dos sítios para implantação dos templos, na apropriação dos espaços em sua vizinhança imediata para desenvolvimento das atividades relacionadas à sua manutenção, a relação que estabeleciam com a estrutura urbana existente, e em alguns casos com a estrutura urbana que viria a se consolidar, como nos inúmeros casos da colônia lusitana na América, foi preciso entender a cultura onde elas floresceram e cresceram.

Este conjunto de práticas culturais, que determinaram a vigência de certos discursos, em detrimento de outros, é caracterizado por Ternes (1995) como o *húmus*, *i.e.*, o alimento do modo de pensar de uma determinada época. Este quadro de referências do pensamento humano foi descrito por Foucault (1977) por *epistemes*. Entretanto, a descrição destes momentos focaram-se em dois recortes na cultura europeia ocidental: a *episteme* clássica (séculos XVII-XVIII) e a *episteme* moderna (séculos XIX-XX). Esta distinção, na verdade, marca aquilo que Koyré (1986) definiu como sendo a substituição do objetivismo dos antigos e dos medievos pelo subjetivismo dos modernos.

Esta mudança no quadro de referências do pensamento humano esteve associada a uma série de mudanças científicas e tecnológicas que fundamentaram os discursos que elaboraram a destruição do cosmo e a percepção da infinitude do universo. E esta noção de infinitude do universo floresceu, no âmbito da geografia dos continentes, com ruptura dos universos compartimentados (CHAUNU, 1978), *i.e.*, no descobrimento e exploração de regiões ainda não conhecidas em sua totalidade pelos povos europeus. Esta ruptura na

verdade foi antecipada pelas hipóteses de filósofos medievais, dos quais destacou-se Nicolau de Cusa, que rejeitou a concepção cosmológica medieval, afirmando a infinitude do universo.

No âmbito da história da arquitetura e das cidades estas transformações marcam um importante momento, e no que tange as referências que viriam influenciar a configuração das cidades do Novo Mundo, houve, conforme afirmou Katinsky (1981) uma homologia entre arte e ciência. O Renascimento, portanto, foi o momento de renovação do quadro de referências do pensamento humano que se refletiu na arquitetura e nas cidades. Entretanto, as heranças da cultura medieval não estariam rechaçadas das concepções do espaço, tendo em vista, que com a enorme importância que a Igreja Católica passou a ter na colonização da América Portuguesa, não se poderia negar suas tradições seculares fundamentadas em bases filosóficas sedimentadas.

A importância das ordens religiosas na participação da eclosão da vida urbana na Europa foi enfatizada por Guidoni (1981a, 1981b), Le Goff (1992) e Lucas S. J. (1997), que procuram demonstrar o que Panofsky (1991) definiu como uma das principais referências da homologia entre o conteúdo dogmático, teológico e filosófico e a composição dos espaços arquitetônicos e urbanos que se deu na analogia entre a arquitetura gótica e a escolástica. A constituição de um processo de difusão genérico das principais referências culturais foi denominado de hábito mental, exercendo sua influência em qualquer cultura, considerando-se, conforme ponderou Panofsky (1991), a relevância que as escolas das catedrais, as universidades e as *studia* das novas ordens religiosas, passam a ter num mundo mais urbano.

E foi neste novo mundo, mais urbano, da Europa que Delumeau (2003) afirmou que os elementos da simbologia cristã influenciaram na composição formal das cidades, seja numa composição espacial que formaram um triângulo, ou um esquema cruciforme, o que marcou uma nova configuração nas morfologias urbanas onde se assentaram as ordens religiosas, conforme exemplificaram Guidoni (1981a) e Lucas S. J. (1997).

Portanto, dentro de nossa problemática consideramos a importância das referências eruditas e vernaculares na composição dos espaços urbanos na América Portuguesa, bem como, as referências das tradições das ordens religiosas mais antigas e suas relações com os espaços urbanos da Europa.

Entretanto, não poderíamos deixar de considerar todos os condicionantes e uma série de fatores que poderiam ter influenciado nas decisões dos diferentes agentes modeladores das vilas e cidades coloniais. Partimos do pressuposto em nossa pesquisa que as diretrizes lusas, que se caracterizaram por sua flexibilidade, definiram espaços urbanos com uma série de interferências, conflitos, e dificuldades que poderiam ter gerado soluções novas nunca experimentadas antes.

Neste sentido, a pesquisa sobre a Vila da Vitória teve como objetivo ser um estudo de história urbana que teve como abordagem teórico-metodológica a análise de fenômenos geográficos, econômicos, sociais, político-administrativos, da morfologia do território, do universo mental, da cultura material e do imaginário para subsidiar a reflexão daquelas que poderiam ter sido as formas de organização dos elementos morfológicos que definiram a estruturação de seu espaço urbano nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

O período de nosso estudo compreende o início da fase da colonização do Espírito Santo, *i.e.*, desde a chegada do primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, em 1535, até o início do século XIX, período da independência do Brasil. Este recorte temporal foi delimitado em função do objetivo da pesquisa, *i.e.*, analisar a importância da participação da Igreja Católica, através da implantação de templos religiosos, da atuação das ordens religiosas, além, das questões fundiárias e normativas, entre outros aspectos. A necessidade de se considerar a importância das ordens religiosas que se implantaram na Vila da Vitória se dá em virtude de terem desempenhado um importante papel na construção de uma sociedade sob a égide da fé cristã e na dinâmica urbana atuando em diversos setores da vida cotidiana, principalmente, os jesuítas. Além disto, os templos e cercas das ordens religiosas tiveram na Vila da Vitória uma influência na configuração de seu espaço urbano na longa duração. Desta forma, foi possível ter a dimensão do poder que a Igreja Católica teve na vila, pois, seus templos religiosos influenciaram em seu processo de consolidação e crescimento, e ficou marcado no imaginário religioso de conquista e dominação (ABREU; MARTINS; VASCONCELLOS, 1993).

Um dos principais recursos adotados para este entendimento foi a utilização da cartografia disponível do período colonial para elaboração de uma cartografia temática, de síntese, apresentada de forma esquemática, que objetiva demonstrar uma interpretação do crescimento urbano da Vila da Vitória nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, tendo em vista que o levantamento mais antigo conhecido de seu espaço urbano foi realizado no último quartel do século XVIII pelo engenheiro militar José Antônio Caldas.

Assim, adotando-se o método de compilação de pesquisas foram exploradas com riqueza as diferentes fontes documentais disponíveis sobre Vitória, muito embora escassas, e foi dado especial ênfase àquelas que se remetem à descrição, análise e representação de seu espaço urbano, *i.e.*, iconografias, mapas, perfis, e mais recentemente fotos que auxiliaram na compreensão do processo de formação urbana da vila.

A hipótese de interpretação da configuração do espaço urbano foi elaborada em ambiente digital a partir de três informações fundamentais, a saber: (1) o levantamento realizado no século XVIII; (2) outro levantamento mais recente realizado no século XIX; e, (2) a restituição do levantamento aerofotogramétrico do século XX, de onde se obteve as informações da topografia do sítio. A inserção das características do sítio, tais como, linha

de preamar e áreas alagadiças baseou-se nas informações de cartografias e iconografias, bem como, de estudos científicos que versam sobre este tema com o objetivo de demonstrar os possíveis contornos que o sítio adquiriu com a ocupação urbana ao longo dos séculos XVI ao XIX. (AZEVEDO, 1968).

Para elaboração dos mapas temáticos da Vila da Vitória nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX foram considerados, além das referências teóricas das formações urbanas da expansão portuguesa, os pressupostos teórico-metodológicos abordados por Lepetit (2001) e aqueles que orientam a confecção da cartografia temática adotando-se os critérios de metodologia científica cartográfica.

Em seus pressupostos teórico-metodológicos, Lepetit (2001) adverte que em análises de um determinado espaço deve-se considerar o sistema dos contextos, que deve pode apresentar situações particulares em um conjunto de referências onde elas teriam um sentido. Para tanto, a definição de uma escala, e mesmo a possibilidade de suas variações, poderia dar conta da complexidade do real, e inserir o objeto de estudo num mundo de medidas díspares, aplicando-se nesta metodologia as noções de escala, escalas de referência, proporção, redução, todas oriundas da geografia e da arquitetura.

Outras importantes proposições apresentadas por Lepetit (2001), fundamentaram nossa interpretação da morfologia urbana da Vila da Vitória na longa duração, a saber, a (1) relação das problemáticas e do objeto, que devem ser construídos juntamente no âmbito da pesquisa histórica; (2) a possibilidade de reler o passado sob diversas perspectivas, considerando que os documentos não são formas de se impor verdades eternas e inquestionáveis; (3) a relação entre o processo de pesquisa histórica e inteligibilidade histórica do mundo; (4) a definição de escala para demonstrar os fenômenos que se pretende analisar com o objetivo de melhor se conformar e a organizar os objetos; (5) a relação entre as diferentes variações de escala e o conteúdo do instrumental teórico para se definir em que campo de validade a explicação, ou a interpretação, pode situar-se; e por fim, (6) as conclusões elaboradas que resultantes das análises de escalas preestabelecidas não poderiam se opor às conclusões obtidas em uma outra escala, considerando, para tanto, os níveis diversos em que foram determinadas.

Portanto, no que tange a metodologia cartográfica utilizada para elaboração dos mapas temáticos ressaltamos alguns aspectos relevantes, *i.e.*, sua definição, utilização, simbologia e seu objetivo enquanto instrumento para interpretação das formações urbanas na longa duração devidamente apresentados no bojo da tese.

Com o objetivo de expormos nossa problemática e os fundamentos teórico-metodológicos que orientaram nossa pesquisa organizamos o conteúdo da tese em cinco capítulos, que abordam as seguintes questões, respectivamente, a saber: o primeiro capítulo teve como objetivo fazer uma abordagem das principais referências teóricas que

fundamentaram e orientaram a definição da história urbana enquanto campo de conhecimento. Neste sentido, procuramos relacionar estes pressupostos teóricos, que advém da história, da filosofia, da geografia e de outras disciplinas às questões relativas ao entendimento da formação e transformação dos espaços da cidade na longa duração, com ênfase aqueles que nos auxiliariam no entendimento das questões que foram desenvolvidas para se entender as formações urbanas coloniais.

No segundo capítulo procuramos identificar a formulação dos principais pressupostos teórico-metodológicos na constituição da história urbana no século XX e os principais rumos destas pesquisas na contemporaneidade. Este conjunto de referências teóricas subsidiou uma reflexão sobre os rumos da história urbana em Portugal e na Espanha, com ênfase na história urbana lusitana, onde estão nossas principais referências urbanísticas. A importância desta análise se dá em virtude de terem sido os dois impérios os maiores detentores de terras na extensão geográfica explorada a época dos grandes descobrimentos e da fase colonial. Entretanto, tal abordagem na verdade auxiliou o entendimento da pesquisa sobre história urbana no Brasil a partir de um determinado fórum de debate, os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU), espaço escolhido justamente pela especificidade a que se destina, *i.e.*, concentrar o debate e a produção científica sobre a história, os processos, os fenômenos, enfim, as questões que se remetem ao entendimento das cidades na longa duração. A ênfase dada foi às cidades coloniais, seus agentes modeladores, especificamente, a Igreja Católica através da atuação das ordens religiosas, o que nos deu um panorama das problematizações que vêm sendo apresentada sobre o tema no âmbito da produção científica contemporânea.

O terceiro capítulo versa sobre o contexto da expansão ibérica, procurando ressaltar o papel que a Coroa Portuguesa teve no momento histórico das grandes navegações que redefiniram a geografia do mundo. Este processo que demandou investimentos científicos da Coroa Portuguesa foi, ao mesmo tempo, comercial, militar e administrativo, e impôs modificações e inovações na cultura urbana lusitana, que associadas às tradições e as referências vernaculares, acabaram por se estender a todas as suas novas possessões. Logo, as questões relativas às experiências urbanísticas da expansão lusitana, e as particularidades das investigações científicas dos traçados portugueses na metrópole e no ultramar, foram um outro tema abordado neste capítulo. Esta perspectiva teórica teve como objetivo trazer uma nova luz à formação da rede urbana na América Portuguesa, considerando a existência de uma lógica, e de desígnios específicos a cada formação urbana do império lusitano. Assim, a importância de se problematizar estas referências e experiências do urbanismo português, se dá em virtude de constituírem-se o conjunto de formações urbanas lusitanas um capital cultural e material acumulado, que podem ser as testemunhas das práticas, *i.e.*, daquilo que foi feito, os objetos (as cidades, as vilas, as

feitorias), que se explicariam pelo que foi o fazer em cada momento da história (VEYNE, 1982,1992), ou seja, o conjunto de investimentos, de práticas, que a Coroa Portuguesa realizou na formação de vilas e cidades. Além disto, alguns antecedentes da formação urbana de Portugal ajudam a entender as características morfológicas dos traçados coloniais, tendo em vista, que a flexibilidade comum da urbanística lusitana, se deu dentre outros aspectos, pela compatibilização entre o vernacular e o erudito. As primeiras experiências da expansão, neste contexto, foram abordadas, a partir dos exemplos de Funchal, Mazagão e Chaul, com o objetivo de demonstrar o esforço da Coroa Portuguesa em aplicar os novos conceitos científicos na conformação destas formações urbanas, e principalmente, a participação dos diferentes agentes modeladores, especificamente, a Igreja Católica, com a atuação das ordens religiosas na organização dos espaços.

No quarto capítulo foram abordadas as questões relativas as formas como a Igreja Católica atuou na dinâmica urbana e social das cidades na Europa, com ênfase no período medieval, onde surgiram a maior parte das ordens religiosas e onde se fez sentir o peso de sua monumentalidade na paisagem urbana. Neste momento a particularidade da implantação das igrejas, conforme defendeu Guidoni (1981a, 1981b), refletia importantes conteúdos simbólicos.

Com o mesmo objetivo de se manter como elemento fulcral no ordenamento das cidades fez com que a Igreja Católica no período de renovação científica, *i.e.*, no Renascimento, reformulasse os princípios formais de sua linguagem arquitetônica, expressão que atinge o apogeu no Barroco.

Através desta abordagem demonstramos que em diferentes momentos históricos a Igreja Católica procurou aliar seus dogmas, o conteúdo de suas práticas litúrgicas ao quadro de referências do pensamento humano vigente, e em alguns momentos, ousou inovar, através da adoção de uma linguagem que expressasse os objetivos de sua missão.

Estes princípios, em diferentes proporções foram transpostos para a América Portuguesa, conforme demonstrou Bazin (1983), Bury (1998), Alvim (1999) entre tantos outros pesquisadores, que procuraram problematizar, entre outros aspectos, a existência de referências eruditas na arquitetura religiosa das cidades coloniais no Brasil em determinados momentos.

Estes fundamentos deram subsídios ao entendimento a análise que se fez da atuação da Igreja Católica na América Portuguesa, cujos procedimentos, conforme demonstrou Bosi (1996), estiveram bem próximos daqueles utilizados pelos empreendedores da empreitada colonial.

Procuramos, desta forma problematizar se através da transferência dos símbolos e dos valores que a Igreja Católica tratou de transmitir às novas gerações que se formavam a fim de garantir a reprodução de um estado de coexistência social, houve também a

transferência de elementos da tradição cristã para a organização e composição dos espaços das vilas e cidades onde se implantaram conforme se deu em algumas cidades da Europa.

Para tanto procuramos entender a atuação da Igreja Católica, e ainda, das ordens religiosas, pela relevância que tiveram na definição do cenário da vida urbana da colônia lusitana na América, onde procuraram, sob a égide dos princípios da fé católica, manter o controle do espaço e do tempo nas cidades, que por sua vez, viabilizou o controle de corpos individuais e sociais. Além dos princípios dogmáticos, a legislação eclesiástica, conforme problematizou Marx (1981), foi também um instrumento para atingir os objetivos da Igreja Católica, e a arte, a arquitetura e a forma de se implantar e se relacionar com o espaço urbano foram a expressão desta linguagem elaborada.

A partir destes fundamentos, procuramos então, encontrar subsídios a nossa problemática, *i.e.*, entender a participação da Igreja Católica, que influenciou na definição de usos e funções nos espaços das vilas e cidades coloniais, exercendo forte controle, em alguns casos, na dinâmica social e urbana, onde se pode também mensurar o papel das ordens religiosas. Sob esta perspectiva teórica objetivamos analisar como se deu a participação da Igreja Católica na definição da forma e do desenho dos núcleos urbanos coloniais, e a partir daí poder considerar a possível influência de sua herança cultural e referências simbólicas definindo nestes espaços uma razão de ser.

A atuação da Igreja Católica teve uma dimensão geopolítica que pode ser analisada através da participação das ordens religiosas na conquista e ocupação do território colonial, com ênfase na implantação de suas sedes nos espaços de vilas e cidades, que são o testemunho da influência que tiveram na estruturação e formação de seus espaços, conforme demonstraram Fonseca (2003), Hernández (2000), Costa (2003), e Lins (2002) em Salvador, e de forma pioneira, Murilo Marx (1989), com uma análise da relação dos espaços dos conventos franciscanos com as vilas e cidades onde se implantaram, no atual território de São Paulo.

Para além desta questão, achamos oportuno também problematizar a maneira que a Igreja Católica e as ordens religiosas concebiam seus conjuntos arquitetônicos, tendo em vista que, em muitos casos os templos e conjuntos religiosos se tornaram marcos paisagísticos e centros polarizadores das urbes coloniais, transpondo para estes mesmos espaços elementos da simbologia e da tradição cristã, como o triângulo e a cruz, tal como se deu na Europa cristã dos séculos XII e XIII.

Assim, no quinto e o último capítulo, procuramos analisar estas questões, subsidiadas pelo aparato conceitual desenvolvido no bojo desta pesquisa, no contexto da Vila da Vitória. Conforme concluímos em nossa pesquisa de mestrado a Igreja Católica foi, com a Coroa Portuguesa, e em alguns momentos mais do que o poder central da Metrópole, o principal agente modelador do espaço urbano da vila (SOUZA, 2000a).

Através de uma pesquisa em fontes primárias procuramos analisar a configuração urbana da Vila da Vitória, no período citado, segundo os pressupostos teóricos e metodológicos já referenciados. Foi utilizado como importante instrumento desta análise a elaboração de mapas temáticos, de síntese, sobre a configuração espacial da vila, pois, entendemos que este recurso auxilia no entendimento de suas principais características morfológicas e possibilita elucidar questões que se concebem na duração, *i.e.*, no percurso da análise de seu espaço nos diferentes recortes temporais, sob diferentes influências.

Pudemos assim, entender como os agentes modeladores das cidades coloniais demonstrados por Vasconcelos (1997) atuaram na Vila da Vitória, segundo os condicionantes que o sítio, a economia, a política, enfim, como a conjuntura, e os acontecimentos influenciaram em cada decisão de se tentar consolidar um núcleo urbano na possessão lusitana na América.

Nossa opção, além de fundamentarmos-nos em premissas de uma reflexão teórica, foi trazer á tona este conjunto de questões que ajudaram a entender a formação dos espaços urbanos coloniais, sob a influência da atuação da Igreja Católica expressas numa linguagem própria da geografia e da arquitetura, *i.e.*, expressar através da elaboração de uma cartografia temática como este agente modelador se apropriou e influenciou no desenho de uma das mais antigas formações urbanas do Brasil.

# Capítulo 1

HISTÓRIA URBANA – UM (NOVO) CAMPO DO SABER

## 1. HISTÓRIA URBANA – UM (NOVO) CAMPO DO SABER

### 1.1 HISTÓRIA NOVA: QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A **história urbana**, enquanto campo do saber, faz parte do processo da profunda renovação do domínio científico, ocorrida no início do século XX. As **ciências humanas**, segundo a terminologia francesa, ou as **ciências sociais**, segundo a terminologia anglo-saxã, são próprias das reflexões epistemológicas ocorridas no período citado.

Este novo campo do saber, as ciências sociais ou humanas, foi delimitado a partir de três fenômenos: (1) a afirmação de ciências, como a sociologia; (2) a renovação, em nível de problemática e de ensino, das ciências tradicionais; e, (3) a interdisciplinaridade, que caracteriza-se pela união de duas ciências, “[...] num substantivo e num epíteto [...] ou criam um neologismo híbrido”, tais como, a história sociológica, ou a psicofisiologia (LE GOFF, 1998, p.26).

Segundo Le Goff (1998, p.26), em *A história nova*, obra de relevante importância na renovação epistemológica do campo de saber da história, publicada originalmente em 1978, no campo da renovação científica, este ramo da ciência foi o que ocupou um lugar original a partir de “[...] sua renovação integral e [do] arraigamento de sua mutação em tradições antigas e sólidas”, dando origem a uma **história nova**, como a definiu em 1930, um de seus pioneiros Henri Berr<sup>1</sup>.

Segundo Châtelet (1973, p.211), a história científica, possui três raízes, a saber: (1) uma raiz mais antiga, no período onde foi “[...] découvert le citoyen. Incontestablement [...] le citoyen est historique” (p.211). Assim, “[...] irrécusablement historique, le citoyen devient historien” (p.211). Portanto, o autor, contextualiza o nascimento da história, “[...] concomitante de l’apparition de l’Etat” (p.212); (2) uma raiz correspondeu às “[...] ‘philosophies de l’histoire’ de Saint Augustin à Hegel, à Comte, à Spencer (et à leurs continuateurs quase contemporains et moins heureux, de Spengler à Toynbee)” (p.212), onde a história foi constituída como continuidade e como significação, adotando-se uma “[...] idée du temps” (p.212), que o pensamento cristão<sup>2</sup> elaborou; (3) a terceira raiz, segundo

---

<sup>1</sup> Segundo Cardoso e Brignoli (1983), Henri Berr inspirou a *Revue de synthèse historique* no qual foram tratados, concomitantemente, temas de outras ciências do homem e a história.

<sup>2</sup> Châtelet (1973), cita que a obra *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, como um marco na ruptura com o pensamento pagão aristotélico, definindo as noções essenciais do tempo. O autor, em sua abordagem da história, cita a questão do tempo, afirmando que Aristóteles definiu o **tempo sublunar**, *i.e.*, “o tempo desta terra que habitamos” (p.213), como o tempo que não tem realidade, ou seja, “[...] é apenas o ‘número do movimento’ (o que, de modo banal, significa: aquilo que permite medir os diversos movimentos)” (p.213). Santo Agostinho

Châtelet (1973), está associada a outro modelo, que não era o **racionalismo realista** de Tucídides e nem o **racionalismo espiritualista** de Santo Agostinho e a filosofia da história. Trata-se de “[...] autre modèle [...] celui des sciences physiques, définissant une autre notion de l’objectivité” (p.214), procedimento obtido pelo rigor com que os cientistas abordam seus objetos e, que obtendo êxito, “[...] très précisément, dans la mesure où ils remplissent la fonction d’intelligibilité qu’ils s’étaient fixée et où ils déterminent des pratiques efficaces” (p.214), transpondo-se, então, para o futuro das sociedades, a noção de controle rigoroso<sup>3</sup>: “[...] de faire le l’histoire, une science” (p. 214).

A expressão história nova ou nova história, que surgiu no bojo da renovação epistemológica do domínio científico, é de origem francesa<sup>4</sup> e é derivada do título de uma coleção de ensaios editados por Jacques Le Goff, *La nouvelle histoire*<sup>5</sup>, onde o renomado medievalista francês abordou os **novos problemas**, as **novas abordagens** e os **novos objetos** na história (BURKE, 1992). É também, segundo Burke (1992), a história associada à chamada École des Annales, que foi agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*.

Em *A História Nova*, Le Goff (1998), contextualiza o nascimento das novas abordagens na história a partir da problematização realizada por Lucien Febvre (1878-1956) e March Bloch (1886-1994), que tinham como objetivo lançar uma revista internacional para

opôs-se ao nominalismo aristotélico e, afirmou, que o tempo é real, e, portanto, é uma criatura, tendo sido criado por Deus no momento que foi criado o mundo e o homem, logo, de sua concepção adveio à assertiva “[...] o tempo real é *uno*: enquanto criatura começa e deve terminar. Pertence à ordem do mortal. É necessariamente o tempo de toda humanidade” (p.213).

Foi a partir desta concepção de Santo Agostinho, segundo Châtelet (1973), que se introduziu uma das idéias decisivas da filosofia da história, a **idéia de totalidade**. Assim, “[...] unidade e totalidade, o tempo que começa e termina obrigatoriamente, terreno do discurso histórico, tem, pois, um sentido: uma dupla significação que o tempo implica, tem ao mesmo tempo uma **direção** e uma **inteligibilidade**” (p.213) (grifo nosso). O tempo sublunar de Santo Agostinho introduziu o acontecimento como “[...] o lugar sempre original onde o sujeito voluntário tem de escolher entre esta eventualidade e aquela, mas que tem um sentido, sem que se possa ter o menor conhecimento verificável dos justos ou no dos reprovados” (p.214); além disto, somos todos tributários desta concepção do tempo sublunar de Santo Agostinho, “[...] mesmo que sejamos leitores atentos de Hegel, de Marx, de Max Weber e até mesmo de March Bloch e de Lucien Fèvre” (p.214).

<sup>3</sup> Segundo Châtelet (1973), Hegel, com *Introdução à Lições da Filosofia da História*; Comte com a *História da Inglaterra*; e, Niebuhr e Ranke na Alemanha; Thiery e Michelet na França, são os historiadores que vão tentar fazer da história um conhecimento positivo, instaurando-se a pesquisa historiadora, a meticulosa análise factual, a análise precisa dos documentos, e demonstrar que há no relato histórico uma ordem dos acontecimentos dos quais tentaram extrair os princípios.

<sup>4</sup> Segundo Burke (1992, p.9), a história nova é uma história made in France, “[...] país da *nouvelle vague* e do *nouveau roman*, sem mencionar *la nouvelle cuisine*”.

<sup>5</sup> Título original *La Nouvelle histoire*, escrito em 1978, sob a direção de Jacques Le Goff. Esta obra, segundo Burke (1992), é de suma importância tendo em vista a abordagem teórico-metodológica proposta pelos autores, além, de ter-se tornado marco para a nova abordagem da história, enquanto história nova.

tirar a história de seu “[...] confinamento em barreiras estritamente disciplinares” (LE GOFF, 1998, p.29) e, “[...] derrubar erros de concepção e de compreensão”<sup>6</sup> (p.30).

O intuito de fazer uma história nova definiu-se na afirmação de duas direções distintas e inovadoras que foram expressas no título da revista: *História econômica e social*. Através do recorte econômico, Lucien Febvre e March Bloch, seguiram uma tendência da época, que se tratava de promover o domínio deste tema, que já era abordado por autores ingleses e alemães<sup>7</sup>.

Uma das principais rupturas desta **nova história** foi com a ênfase que era dada a questão política. Mas, a ênfase dada a este tema, segundo Châtelet (1973), tem suas razões históricas, pois, a função política dos textos históricos se impôs no momento da difusão das publicações e do desenvolvimento do ensino. Neste momento, o discurso do historiador deveria primar pela objetividade e romper com a idéia anterior a este período, que não atribuía que o estudo do passado pudesse revelá-lo. A historiografia alemã, através de B. G. Niebuhr<sup>8</sup>, introduziu a noção oriunda da física de que, “[...] puisse être établie la vérité des séquences historiques, correctement délimitées” (CHÂTELET, 1973, p.216). L. Von Ranke<sup>9</sup>, seguindo o mesmo objetivo, recorreu aos arquivos para manter a idéia da crítica autenticadora, fato que também se deu na historiografia francesa do mesmo período, através de A. Thierry<sup>10</sup>, que adotou o método de Ranke, e Jules Michelet<sup>11</sup>, que buscaram a totalidade viva, e reconstituíram o passado em toda sua espessura (CHÂTELET, 1973).

Entretanto, a restituição objetiva do passado que esses historiadores buscaram tinha uma problemática essencial sob a perspectiva das abordagens das instituições, das

<sup>6</sup> Esta afirmativa é de March Bloch e consta no bojo das reflexões teóricas de Le Goff em *La nouvelle histoire* (1978).

<sup>7</sup> Le Goff (1998) chamou atenção do fato dos Annales ter nascido na época da grande crise econômica de 1929, e atribuiu a influência dos temas econômico e social, na renovação da história proposta por Bloch e Febvre, pela abordagem que já vinha sendo feita pelos alemães através da revista *Vierteljahreschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte* (Revista trimestral de história social e econômica), bem como, pela admiração dos autores por Henri Pirenne.

<sup>8</sup> B. G. Niebuhr escreveu *História Romana*, em dois volumes, impressos inicialmente em 1811 e em 1812, e já manifesta um novo tipo de escrita da história, onde também, o autor buscou a colaboração de outras ciências, como a arqueologia e a antropologia, além, de se submeter à exigência da verificação, numa manifestação de seu desejo de controle da autenticidade dos relatos da obra (CHÂTELET, 1973).

<sup>9</sup> L. von Ranke escreveu uma obra cuja parte essencial é constituída pela *História dos Papas e História da Alemanha no Tempo da Reforma*, redigidas a partir de uma intensa pesquisa pelos arquivos da Europa, “[...] il revê de retrouver l’origine même du passé” (CHÂTELET, 1973, p. 217).

<sup>10</sup> Thierry publicou *História da Conquista da Inglaterra pelos Normandos*, os *Relatos dos Tempos Merovíngios*, o *Ensaio sobre a História da Formação e dos Progressos do Terceiro Estado*, que demonstravam que existiram uma causa histórica profunda nas lutas revolucionárias, tendo inclusive, segundo Châtelet (1973), Marx atribuído-lhe a idéia de luta de classes como motor da história.

<sup>11</sup> Jules Michelet escreveu a *História da França*, onde aborda a vida popular com profundidade. O valor de sua obra de se dá, segundo Châtelet (1973, p.218), por ter abordado aquela época “[...] l’événement politique, le rythme des saisons, les forces démographiques, l’imaginaire des foules, les évolutions sourdes de la technique, les luttes individuelles et collectives pour la puissance ou pour la jouissance”.

relações do poder central, espiritual ou temporal e, os poderes particulares, que refletiam a dialética oposição-integração do período. Ou seja, a fundação da historiografia científica alemã está relacionada com o problema da unidade da forma institucional que o Estado poderá assumir após a derrota de Napoleão Bonaparte; e, a historiografia francesa preocupou-se com a possibilidade e as razões da Revolução, com seus excessos e, ainda, as ações que forjaram o povo francês (CHÂTELET, 1973).

O recorte social permitiu, por seu caráter vago à época, abordar tudo, já que propunham “[...] saltar os muros, derrubar as divisões que separavam a história das ciências vizinhas, especialmente a sociologia” (LE GOFF, 1998, p.30). Segundo Burke (1992, p.11), os autores da história nova se interessaram por toda a atividade humana, dentro de uma perspectiva, onde “[...] tudo tem uma história”<sup>12</sup>, ou seja, tudo tem um passado, que em princípio pode ser reconstruído e relacionado ao restante do passado.

Esta perspectiva teórica foi enfatizada pela segunda geração de historiadores que coordenou o movimento dos Annales, liderada por Fernand Braudel, que segundo Neves (2002, p.29):

[...] inspirando-se nos estudos sociológicos de Émile Durkheim (1858-1917) e François Simiand (1873-1935), passaram [...] a privilegiar o estudo dos *agregados mais maciços possíveis*; priorizar a medida na análise dos fenômenos sociais; escolher uma duração suficientemente longa para tornar observáveis transformações globais.

Neste período, os historiadores dos Annales, segundo o mesmo autor (NEVES, 2002), romperam com sua base iluminista, que foi esboçada por Condorcet (1743-1794), e que esteve fundamentada nas idéias de progresso e razão no final do século XVIII.

Entretanto, outro tema contribuiu para a renovação do campo de conhecimento da história: a busca de se problematizar simultaneamente **o espaço e o tempo** (BRAUDEL, 1986). Os autores da história nova abordaram este tema a partir da contribuição da geografia, enquanto uma das primeiras ciências humanas a se renovar, com o desenvolvimento da geografia humana. Segundo Le Goff (1998, p.26), Vidal de la Blache, Jean Brunhes, Albert Demangeon e Jules Sion, promoveram uma geografia enquanto ciência humana, ou seja, ciência do homem. Houve, portanto, uma influência desses geógrafos sobre Lucien Febvre e March Bloch. Esta aliança foi sempre enfatizada por Febvre afirmando sistematicamente que o geógrafo deveria saber o ofício de historiador.

---

<sup>12</sup> A afirmativa “[...] tudo tem uma história” foi utilizada por J. B. S. Haldane em *Everything has a History*, publicado em 1951 (BURKE, 1992, p.11).

A partir da contribuição da geografia humana à história nova se introduziu a noção de longa duração inscrita no espaço, ou seja, a problematização do espaço e suas transformações na história (BRAUDEL, 1986; LE GOFF, 1998).

Ou seja, através da aliança entre geografia e história, ambas em período de renovação científica, ocorreu uma nova concepção do **tempo histórico**. A história seria feita por um tempo que se caracterizou por se constituir de ritmos diferentes, e caberia ao historiador conhecer tais ritmos. Para tanto, não teria ênfase o tempo do estrato superficial, o tempo rápido dos eventos, e sim, adquiriu maior importância o **nível mais profundo** das realidades que mudam devagar, *i.e.*, o nível das **longas durações**. É neste ponto onde a história estabeleceu o diálogo com outras ciências sociais, tais como, a economia e a geografia, primeiramente, e a antropologia, a demografia e a biologia em seguida (BRAUDEL, 1986; LE GOFF, 1994).

Segundo esta perspectiva, inicialmente proposta por Fernand Braudel<sup>13</sup> em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* (1958), o que importa não é a história dos acontecimentos<sup>14</sup> (*histoire événementielle*), e sim, as mudanças econômicas geo-históricas de muito longo prazo (*la longue durée*)<sup>15</sup> (BRAUDEL, 1986; BURKE, 1992).

O exame das transformações espaciais das cidades, segundo Vasconcelos (1999b, p.191), numa opção pela longa duração,

[...] é a relação entre os longos períodos onde predominam as questões do quotidiano, e os momentos ou períodos que saem da rotina, e nos quais ocorrem eventos mais significativos, que ocasionam modificações na sociedade urbana, assim como nas funções, nas estruturas e nas formas espaciais.

Segundo este mesmo autor (VASCONCELOS, 1999a), na geografia urbana histórica, foram feitas várias abordagens na tentativa de se proceder ao exame da cidade na longa duração. Entre eles Vasconcelos cita, Raoul Blanchard, que escreveu o artigo *Une méthode*

<sup>13</sup> Fernad Braudel (1902-1985) assumiu a direção da revista e do movimento dos Annales, dando origem a segunda geração de historiadores que divulgaram os novos métodos e teorias neste campo de saber (NEVES, 2002).

<sup>14</sup> No sentido do tempo sublunar, tal como fora organizado por Santo Agostinho, “[...] l'événement est défini comme le lieu toujours original où le sujet volontaire à choisir entre cette éventualité et cette autre mais que a un sens [...] Rien né se répète sinon la répétition d'un choix insolent et nécessaire” (CHÂTELET, 1973, 214).

<sup>15</sup> Segundo Burke (1992), Fernand Braudel como a maior parte dos historiadores econômicos e sociais das décadas de 1950 e 1960, influenciou-se pelo modelo **determinista de explicação histórica**. Entretanto, Braudel teria se diferenciado dos marxistas, que deram primazia aos fatores econômicos e buscou priorizar a geografia, seguindo a tendência de Bloch e Febvre. Assim, foi pela geografia que Braudel através da tripartição do tempo valorizou a dimensão estrutural, o de longa duração, e substituiu o homem como agente da história, por um sujeito espacial, o Mediterrâneo, numa abordagem geo-histórica, tendo sido mais apoiado no espaço do que no tempo.

de *géographie urbaine* sobre o tema em 1922; e, Harold Carter, autor de um dos raros livros sobre o assunto, *An Introduction to Urban Historical Geography*, escrito em 1987.

A contribuição da geografia como se pode observar não se deu somente na problematização do tempo e do espaço, como também, no estudo das **transformações das estruturas espaciais da cidade** ao longo da história, influenciando, decisivamente na delimitação de um novo campo de saber: a história das cidades, ou história urbana, intrinsecamente relacionada com a geografia urbana histórica.

A história urbana surgiu, portanto, do nascimento de uma nova história e de um dos principais fenômenos relacionados a sua renovação enquanto ciência: a interdisciplinaridade.

## 1.2 HISTÓRIA NOVA: CONCEITOS-CHAVE (VERBETES) DA RENOVAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

A história nova, desde de a criação da *École des Annales*, em 1929, vem redefinindo seus principais conceitos, seus objetivos, seu território intelectual e científico e suas realizações.

Os membros da *École des Annales* pretenderam subverter, então, como movimento de vanguarda, como também fizeram também na história nova, os métodos de investigação, de pesquisa, de linguagem e de crítica, no seu campo científico, para abarcar a totalidade dos acontecimentos, pretendendo renovar, também, as novas ciências humanas ou sociais, refletindo sua inovação teórico-metodológica em todos os campos do saber. A proximidade com outras disciplinas permitiu a construção de uma história que se denominou de globalizante, total e quantitativa.

A **crise dos paradigmas**, acentuada pelo movimento de 1968 do século XX, trouxe novas questões, oriundas não só das críticas aos métodos, ferramentas e teorias da história nova, como também, das limitações encontradas pelos próprios historiadores frente aos novos desafios que se impuseram no diálogo com outras disciplinas, com novas problemáticas e com questões teóricas e metodológicas suscitadas pelos conceitos-chave. Mas, foi principalmente, o surgimento de novos objetos de análise; a complexidade social como novo desafio imposto às ciências sociais; além, da utilização de um campo conceitual adotado por cada autor, que configuraram a crise na história nova na contemporaneidade.

Como resultado, os historiadores da história nova atualmente, se preocupam em redefinir seus caminhos a partir daqueles iniciados pelos Annales, requisitando dos historiadores novas reflexões teóricas, novas ferramentas metodológicas, novas problemáticas, ampliando o entendimento da necessidade de uma multiplicidade de enfoques, reforçando, então, sua atenção, prioritariamente, (1) nos **indivíduos**, mantendo o diálogo com outras disciplinas à margem; e, (2) no **tempo e no espaço**, insistindo nas diferenças das experiências históricas simultâneas, com base no modelo da multiplicidade dos tempos sociais.

Estas novas reflexões vêm redefinindo, assim, o conceito de história total, global, para **história geral**, visto que, a complexidade dos acontecimentos, das relações, da produção e do imaginário humano não podem ser apreendidos em sua totalidade, num tempo e num espaço dado, ou seja, nas diferentes realidades históricas que se apresentam.

Segundo Le Goff (1998), se houve crise na história nova, ela adveio de dois fenômenos gerais: (1) o seu próprio sucesso, tendo em vista a grande extensão de seus domínios (história não eurocêntrica; das estruturas; da longa duração, etc) e, as conseqüências de sua passagem de uma época de pioneirismo a uma época de produtores; além da (2) a crise das ciências sociais e da própria noção de social, tendo como principais linhas de força (a) a crise do progresso, preconizada por Georges Friedman em 1936, em *La crise du progrès*; e, (b) a morte das ideologias, não necessariamente pela crise do marxismo, tendo em vista que, segundo o autor (LE GOFF, 1998), sua ortodoxia não permaneceu estranha à história nova.

A crítica das ideologias, segundo Le Goff (1998), pode ter atingido a concepção de **história total** ou **global**, tendo em vista que importantes historiadores dos Annales, como Fernand Braudel, tenham visto em Marx, um dos principais criadores de modelos para as ciências sociais em geral e para a história em particular.

Entretanto, Le Goff (1998, p.3), defendeu que “[...] a história viva, e em particular, a história”, não se constituíram enquanto bloco, “[...] mas numa nebulosa cujo cerne histórico é a escola dos Annales, não cessaram e não devem cessar de ter como horizonte<sup>16</sup> e ambição uma história que englobe o conjunto da evolução de uma sociedade segundo modelos globalizantes”.

---

<sup>16</sup> O esboço da crise do progresso, segundo Neves (2002, p.40), ocorrido no início do século XX, determinou novas atitudes com relação ao passado, ao presente e ao futuro: “[...] o passado por adquirir, inicialmente, formas exasperadas, reacionárias; na segunda metade do século situou-se entre a angustia atômica e a euforia do progresso científico e técnico, voltando para o passado com nostalgia e, para o futuro, com temos ou esperança”.

O envolvimento da história nova com as ciências sociais foi o fator que mais comprometeu a extensão da crise da segunda para a primeira, e para tanto, Le Goff (1998), advertira que é necessário um exame atento, não no fechamento da história em si mesma, mas, na redefinição do campo do social e na renegociação das relações entre a história e as ciências sociais.

No intuito de demonstrar as principais orientações da história nova, Le Goff (1998) organizou um **dicionário** com os seus principais **verbetes**, correspondendo às noções, às ferramentas, aos campos e aos métodos por intermédio dos quais ela se definiu.

Entretanto, cabe ressaltar que em 1974, Jacques Le Goff e Pierre Nora publicaram com o mesmo título da obra de Lucien Febvre e Michel de Certeau, *Faire de l'histoire*<sup>17</sup>, outra coletânea de ensaios redigidas por historiadores, incluindo alguns que escreveram ensaios para *A História Nova*, e que “[...] constitui um conjunto de definições e de tomadas de posição que divulgaram melhor [...] as realidades e os objetivos da história nova” (LE GOFF, 1998, p.17).

Na apresentação da edição de *A História Nova* de 1998, Jacques Le Goff (1998) afirmou que a obra por ele dirigida foi, em primeiro lugar, um instrumento de informação e de trabalho, mantendo relação de complementaridade com *Faire de l'histoire* (1974). A obra dirigida por Jacques Le Goff, *A história nova*, é de suma importância, por se tratar de um conjunto de noções, ferramentas, que possibilitaram entender os novos campos de investigação, bem como, as novas abordagens metodológicas que se definiram e, ainda, estavam se estruturando no campo de conhecimento da história.

Neste sentido, foram analisados os principais verbetes que, conforme definiu Le Goff (1998, p.17), se relacionavam com, (1) denominações tradicionais, “[...] mas em que a história nova opera a sua ação de mutação”, como por exemplo, a **história urbana**; (2) com noções que eram tradicionais, “[...] mas que não são fundamentais na história nova” (p.17), como história social; além, (3) daqueles conceitos mais ligados a história nova, como corpo, mito, imagem, etc.

Desta forma, foram enfatizados aqueles conceitos-chave que se relacionam com a história urbana e, com aqueles que ligados à história nova, e que contribuem com o enriquecimento do estudo das cidades.

---

<sup>17</sup> A obra *Faire de l'histoire* reuniu ensaios de 33 historiadores franceses e registrou, como forma de manifesto, o entusiasmo vigente pela história nova. O título, como salientou Neves (2002), exprimiu a nova proposta de fazer história, com novos recortes temporais e espaciais que possibilitaram novas opções temáticas de microabordagens, e focalizaram os sistemas culturais em fragmentos de história.

Os **verbetes** ou **conceitos-chave** apresentados pelo autor (LE GOFF, 1998), e problematizados em artigos por outros autores são, a saber: (1) a história e a longa duração; (2) a história das estruturas; (3) a antropologia histórica; (4) a história das mentalidades; (5) a história da cultura material; (6) a história imediata; (7) o marxismo e a história nova; (8) a história dos marginais e; (9) a história do imaginário.

Le Goff (1998), justificou os verbetes no seu ensaio, em virtude, de se analisar as novas orientações e as perspectivas inéditas da história nova pela definição de novos problemas, novos métodos, que renovaram os domínios deste campo de saber e, principalmente, pelo aparecimento de novos objetos.

A **longa duração**, o primeiro verbete apresentado por Michel Vovelle (1998), caracterizou-se pela apreensão e análise das forças profundas da história na longa duração, ou seja, pela análise daquilo que só muda lentamente, como as estruturas sociais e econômicas, tendo em vista que a história do curto prazo não permite a apreensão e explicação das permanências e mudanças. Estudar, portanto, o que muda lentamente, permite a análise das estruturas<sup>18</sup>. No que tange a mudança das relações com o espaço, foi possível, através deste recurso teórico-metodológico, identificar o que a revolução das técnicas, as intervenções e as relações sociais interferiram ou condicionaram em sua apropriação, seu uso, sua conformação.

Na perspectiva da pesquisa no âmbito da história nova, conforme aborda Braudel (1986, p.9), deve-se considerar que “[...] todo o trabalho histórico decompõe o tempo passado e escolhe as suas realidades cronológicas, segundo preferências e exclusões mais ou menos conscientes”.

Logo, pela relevante contribuição de Fernand Braudel, em seu ensaio, Vovelle (1998, p.65;66), afirmou que o texto marco da “[...] preocupação de continuidade no tempo e no espaço” (p.66) foi, *A longa duração*, que foi publicado em 1958. Nesta obra Braudel, teria enfrentado, segundo o autor (VOVELLE,1998), duas frentes da história: (1) no campo histórico, o da história historicizante ou factual – o acontecimento - que se tornou para ele o **tempo curto**; e, (2) no campo da história econômica, o acontecimento na conjuntura, e o perigo de seu reaparecimento, “[...] lugar de um patetismo econômico de curta duração” (VOVELLE,1998, p.65). Entretanto, o que emergiu de mais importante no programa que Braudel traçou em sua obra, são as várias noções chaves, que continuavam na época do

---

<sup>18</sup> Le Goff (1998), advertiu que estudar as estruturas, ou estudar na perspectiva da longa duração, não deve seguir ou adotar uma das tendências da história nova, *i.e.*, fixar-se na importância daquilo que dura, e “[...] forçando as palavras, para melhor explicar as coisas” (p.45) utilizar expressões ou conceitos como “[...] história quase imóvel” (p.45) – Fernand Braudel – ou “[...] história imóvel” (p.45) - Emmanuel Le Roy Ladurie.

ensaio (1978), ainda presentes, conforme afirmou Vovelle (1998), entre elas: (1) a de estrutura<sup>19</sup>; e, (2) a de modelo – noção oriunda da matemática. Estas noções, foram, segundo Vovelle (1998, p. 66;67), um recurso para,

[...] apreender melhor o tempo ou os tempos próprios da história: não a quase temporalidade dos mitos ou dos dados elementares de um comportamento humano, mas a duração ‘medianamente’ longa de uma história social definida como inconsciente, no sentido em que Marx escreve que ‘os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem’. A história inconsciente, para ele, é precisamente aquela que se situa na longa duração, por trás da crosta dos acontecimentos demasiado legíveis e que é lícito organizar em estruturas sucessivas, em que se correspondem os elementos complementares de um sistema. História socioeconômica, porém, mais do que a dos movimentos e das rupturas até então privilegiada, história das ‘civilizações econômicas’ em sua constância, ‘camadas de história lenta’ movendo-se na ‘semi-imobilidade’ de um ‘tempo desacelerado’.

A longa duração foi considerada, portanto, um instrumento excepcional no estudo da história, muito embora, não se possa declarar a morte completa dos acontecimentos, que, ainda, eclodem como “[...] um argumento conjuntural e factual” (VOVELLE, 1998, p.67), como em maio de 1968, onde o tempo curto ressurgiu em várias investidas neste campo do saber. A grande contribuição do tempo longo, enquanto **recurso metodológico**, foi abrir caminho para os estudos no “[...] nível das superestruturas ideológicas” (p.68), o que permitiu um movimento de pesquisadores da economia às mentalidades<sup>20</sup>. Assim, a vitória do tempo longo no campo da história nova modificou a abordagem do tempo histórico, ou seja, o tempo das histórias alterou-se para “[...] formular problemas que só se concebem na duração” (p.69), mudanças que se fizeram mais sensíveis na história religiosa, esta conjugada a história das mentalidades<sup>21</sup>, revelaram, por exemplo, formas de religiosidade cristã que se impuseram do século XII ao XVIII.

Houve também a questão da diversificação das fontes, tais como, as orais e as iconográficas. Logo, a partir desta abordagem metodológica, o escrito não era mais o único documento histórico.

<sup>19</sup> Philippe Ariès expôs a noção de estrutura em seu ensaio (VOVELLE, 1998).

<sup>20</sup> Vovelle (1998), citou a importância da história das mentalidades ao abordar a cultura, as atitudes coletivas e a religião, bem como, citou obras importantes com esta temática, como as de Carlo Ginzburg, entre elas, *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, de 1987, que apresentavam um século XVI permeado de conflitos, tensões, contradições e de trocas dialéticas entre culturas de elite e popular.

<sup>21</sup> A história das mentalidades sofreu uma segmentação metodológica dando origem a concepção de história cultural que “[...] defende a legitimidade dos estudos do mental, sem abrir mão da própria história como disciplina ou ciência específica” (NEVES, 2002, p.41).

Cabe ressaltar, também, segundo Vovelle (1998), outro tema importante: a dialética entre o tempo curto e o tempo longo, visto que em 1974, Pierre Nora, na obra coletiva *Faire de l'histoire*, preconizou o retorno do acontecimento, em virtude da importância dada ao factual pela mídia. Neste sentido, abriu-se caminho para uma abordagem metodológica que enriqueceu os procedimentos de análise: “[...] tentar aferir na duração o peso de um acontecimento que exprimiu uma mudança essencial” (VOVELLE, 1998, p.88).

A abordagem dos tempos na história; sua modulação em três níveis – (1) **tempo curto** da crise; (2) **médio** do interciclo; e, (3) **longo** do movimento de longa duração; bem como, o entrelaçamento dos tempos históricos – (1) tempo da história econômica; (2) tempo da história social; (3) tempo das estruturas mentais, todos desigualmente rápidos, demonstram que os tempos se multiplicaram, se sobrepuseram, estratificando-se, num mesmo domínio, durações diferentes e, por vezes, chocaram-se em suas divergências (BRAUDEL, 1986; VOVELLE, 1998). A solução para os problemas metodológicos que se apresentaram, inclusive os postos pelos marxistas, “[...] nessa mistura dos tempos da história, das séries de longa duração que ora nos são oferecidos, é correlacionar, confrontar, hierarquizar...” (p.93). Assim, concluiu o autor (VOVELLE, 1998), a longa duração, recurso metodológico, estaria afirmado, consolidando o tempo da história.

A **história da estruturas sociais**, ou da dinâmica social, o segundo verbete, que foi apresentado por Krzysztof Pomian (1998), foi melhor estudada, segundo Vovelle (1998), no domínio das **sociedades urbanas**, devido a sua complexidade, seguindo o método, ou programa proposto por Ernest Labrousse, em 1960, no Congresso das Ciências Históricas, em *Novos caminhos em direção a uma história das burguesias ocidentais*, ou seja, história das estruturas sociais, urbanas ou rurais: nova história da longa duração, história social no longo tempo. Posteriormente, a história social estudada no tempo longo, caminhou em direção a história das mentalidades.

O **estruturalismo**, segundo Pomian (1998), foi alvo de intensos debates sobre o sentido e o emprego do próprio termo, e teve como cerne da discussão a *Antropologia estrutural*, obra publicada em 1958, por Claude Lévy-Strauss, onde o autor recusou à história o direito de se autodefinir enquanto ciência social. Posteriormente, em *História e ciências sociais. A longa duração*, Fernand Braudel, demonstrou que a história, não se encerrou no estudo dos acontecimentos, mas no estudo e na tarefa de individualizar as estruturas, e, assim as definiu, em *Annales E.S.C.*, em 1958, (POMIAN, 1998, p.98):

Por **estrutura**, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, montagem, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo gasta mal e veicula muito longamente. Certas estruturas, vivendo muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: elas atravancam a história, atrapalham, portanto comandam, seu desenrolar. Outras tendem a se pulverizar. Contudo, todas são, ao mesmo tempo, esteios e obstáculos. Obstáculos, elas se assinalam como limites (envolventes, no sentido matemático), dos quais o homem e suas experiências praticamente não podem se libertar. Imaginem certas dificuldades de romper certos limites geográficos, certas realidades biológicas, certos limites de produtividade, até mesmo estas ou aquelas injunções espirituais: os marcos mentais também são prisões de longa duração.

No entanto, segundo Pomian (1998, p.99) “[...] uma estrutura não é apenas um conjunto coerente de elementos, no qual a transformação de um só deles acaba provocando a de todos os outros”, e, seu estudo, ou a descrição de uma estrutura, desemboca numa história desta, que se caracteriza por uma história interna, marcada por sua lentidão.

Mas, foi realmente Braudel em sua obra, o *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* (1966), que fez a **tripartição do tempo da história**, subvertendo os fundamentos teóricos deste campo de conhecimento e abrindo novas direções, definindo estruturas<sup>22</sup> e conjunturas (POMIAN, 1998, p.113):

[...] **as estruturas** [...] são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que só evoluem de maneira quase imperceptível. A **conjuntura** são as flutuações de amplitudes diversas que se manifestam nesse contexto. Em outras palavras, a estrutura é definida implicitamente, enquanto conjunto de injunções, de limites ou de barreiras, que impedem que as diferenças variáveis, cujas flutuações constituem a conjuntura, se elevem acima de certo teto. As mudanças de estrutura, que consistem em inovações que possibilitam transcender as antigas injunções, têm um caráter de transformações qualitativas, de rupturas de continuidade. O tempo das estruturas é lentíssimo, quase imóvel; a rigor, poderíamos dizer que, dentro de cada tipo de estrutura, ele é quase estacionário. Entretanto, quando se comparam as estruturas que se sucedem, vê-se que é nesse nível que se situam as transformações irreversíveis: as mutações que transformam um tipo de estrutura em outro.[...]

Os **acontecimentos**, segundo o autor (POMIAN, 1998, p.112), “[...] são engendrados, portanto, pelas estruturas e pelas conjunturas. Eles são as rupturas de equilíbrio ou os restabelecimentos deste”.

---

<sup>22</sup> Segundo Pomian (1998), na linguagem dos historiadores, esta palavra – estruturas – só existe no plural.

Portanto, Fernand Braudel reexaminou o problema das relações entre história e as ciências sociais e fez dos fenômenos de longa duração, isto é, das **estruturas**, o ponto central das pesquisas, rematando a justificação teórica da história estrutural (BRAUDEL, 1986; POMIAN, 1998). A noção de estrutura para Braudel (1986) assumiria importância relevante, pois, mais que um agrupamento, ou uma convergência, por vezes de elementos estáveis de gerações, estas seriam “[...] ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, [...] limites, [...] dos quais os homens e as suas experiências não podem emancipar” (p.14). Logo, problematizar os diferentes tempos da história, após a contribuição de Braudel (1986), passou a ser, não só para os historiadores, uma mudança de estilo, uma inversão de pensamento.

A **antropologia histórica**, terceiro verbete apresentado, segundo André Burguière (1998), é a história dos hábitos, físicos, gestuais, alimentares afetivos e mentais. Segundo o autor (BURGUIÈRE, 1998), em determinado momento, um setor da pesquisa histórica, ainda na década de 70 do século passado, se preocupou em definir novos métodos e novas problemáticas.

O domínio de estudo da história antropológica, definida pelos historiadores dos *Annales*, veio inicialmente de uma preocupação de se motivar os especialistas a observarem os grupos sociais e as estruturas econômicas, ou seja, “[...] cada sociedade no sentido de sua maior profundidade” (BURGUIÈRE, 1998, p.129), a partir de um contato mais próximo, longe dos gabinetes ministeriais e das câmaras parlamentares. Assim, os procedimentos de análise econômica e social, como as variações de preços, o movimento demográfico, e os tratamentos estatísticos dos dados, poderiam auxiliar na reconstrução de um sistema lógico da sociedade que se estudava, ou seja, “[...] o historiador pode explorar o caráter parcelar, não construído, dessas fontes brutas, para, encontrar, para lá da realidade manifesta, os mecanismos e a lógica que explicam determinada conjuntura – o que se chama uma época – ou determinada evolução” (p.130;131).

A partir desta reflexão, o autor (BURGUIÈRE, 1998), indicou pontos de concentração das pesquisas e do debate historiográfico, que se abordou os seguintes temas (1) história da alimentação; (2) história do corpo; (3) história dos comportamentos sexuais; e, (4) história da célula familiar.

Entretanto, é no estudo do **universo mental** que a antropologia histórica obteve suas pesquisas mais fecundas, utilizando-se do **conceito de mentalidade**, sem encerrá-lo num campo puramente psicológico, numa perspectiva da história vista por baixo, procurou detectar “[...] as expressões mais anódinas, menos formuladas, da vida cultural: as crenças

populares, os ritos que impregnavam a vida cotidiana ou se prendem à vida religiosa, as culturas minoritárias ou clandestinas, em suma o folclore” (BURGUIÈRE, 1998, p.148), ainda, que este conceito – o folclore – neste contexto, tenha sido questionado por Lucien Febvre, visto a dificuldade em traçar limites “[...] entre o ‘deduzido’ e o ‘aceito tal qual sem deduções” (p.148). Logo, os comportamentos menos discutidos de uma sociedade puderam refletir um sistema de representações do mundo, no qual se inseriram as formulações intelectuais mais elaboradas, as concepções religiosas, além, do pensamento filosófico e científico.

A **história das mentalidades**, o quarto verbete, elaborado por Philippe Áries (1998), foi inicialmente explorada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em dois aspectos, a saber, (1) a noção de aparelhagem mental e, (2) a de sensibilidade, que trouxe no bojo de seu próprio tema, segundo Le Goff (1998), a partir de sua noção vaga, ambígua e até inquietante, um contrapeso necessário com a história econômica e, acima de tudo, oxigênio ao campo de saber da história.

Segundo Ariès (1998), a primeira geração que se preocupou em estudar as mentalidades, situava-se em torno de Lucien Febvre e March Bloch, orientando-se pela perspectiva da história social e econômica, que se pretendia total, oposta a história política e factual. Ao abordar a cultura passa a ser denominada de história das mentalidades.

Apesar dos historiadores terem privilegiado a história econômica, por ter se caracterizado como a primeira histórica científica coletiva, opôs-se a ela, “[...] uma história ao mesmo tempo coletiva e contínua, estabelecida sem hiato na longa duração, a de uma humanidade anônima, com a qual, porém, cada um de nós podia se identificar (ARIÈS, 1998, p.157). Foi nos anos 60, após a hegemonia da história econômica e da história demográfica, a partir dos resultados das pesquisas que objetivaram a adaptação da população aos alimentos, avaliada a partir da relação entre o comportamento demográfico e o nível de recursos, que se revelou a possibilidade de abordagem das mentalidades coletivas.

Mas, vai ser através da relação entre a história e as ciências humanas ou sociais, mas precisamente, através da obra de Michel Foucault, enquanto filósofo, que contribuiu à história com “[...] a história dos poderes modernos no momento em que eles se mesclam aos saberes, desde o fim do século XVII, quando penetram na sociedade como o sangue irriga o corpo” (ARIÈS, 1998, p. 163). Fugindo do empirismo que dominava os historiadores, Foucault escapou da univocidade dos sistemas e compreendeu a **diversidade das estratégias humanas**, bem como, seu sentido, e revelou que interessa ao homem uma

história “[...] que assuma os temas da reflexão filosófica, mas situando-os na duração e no obstinado recomeçar das empresas humanas” (p. 163), colaborando para um novo campo de pesquisa da história das mentalidades: compreender melhor a passagem à modernidade.

A partir daí novos temas foram pesquisados, como o (1) imposto; (2) o tempo, categoria explorada por Jacques Le Goff ao analisar o tempo da Igreja na Idade Média e sua influência na organização social e material; (3) o espírito maligno, a bruxaria; e, (4) a contracepção (ARIÈS, 1998).

Foi, portanto, **o conceito de mentalidade**, que provocou a dilatação do “[...] território do historiador”, estendendo-se o território do observador social, e, principalmente pela interpretação dada atualmente pelos historiadores aos documentos, que ampliaram os temas, antes somente abordados pela história econômica e social. A partir daí, abriu-se caminho para o historiador investigar temas, como o das condutas que constituem a cultura urbana, se elitista ou popular; temas focados num **espaço geográfico** bem delimitado, ou seja, no âmbito de uma história regional, atentando para as diferenças regionais, como para as diferenças sociais, influenciados pelas teses de geografia sobre as grandes regiões, como a *Flandres*, de Raoul Blanchard, pioneiro de uma geografia regional cultural e antropológica, que se delineou a partir da década de 40 e 50 do século passado. A região, levada à história pela geografia humana, foi contexto para importantes pesquisas, que vieram a ser a história das culturas regionais (ARIÈS, 1998).

A história das mentalidades, através da **pesquisa das diferenças**, que prevaleceu sobre a das semelhanças, permitiu ao homem contemporâneo constatar que não existiu permanência e nem superioridade de uma cultura, principalmente a clássica, tão preconizada pelo homem ocidental entre os séculos XVIII e XX. Logo, “[...] o passado, o tempo da diferença”, tornou-se mais difícil de se ser ignorado, “[...] do mesmo modo que não nos é mais possível ignorar a arte negra, a arte índia ou a arte pré-colombiana” (ARIÈS, 1998, p.173). Portanto, através destes estudos, foi possível trazer à tona da superfície conhecimentos, ou sabedorias empíricas, que regeram relações sociais e familiares, a natureza, a morte, Deus e, o além (p.175).

A **história da cultura material**, o quinto verbete foi apresentado por Jean-Marie Pezeux (1998), e surgiu em 1919, a partir da instituição da Academia de História da Cultura Material da extinta URSS, estreitamente associada ao materialismo histórico, de enorme importância para os marxistas, que atribuíram ao método arqueológico a sua melhor via de acesso à abordagem do tema.

Neste contexto, segundo Pesez (1998), que decorreu da renovação do pensamento científico do século XIX, instauraram-se as ciências humanas, ainda vinculada à corrente evolucionista, a mesma a qual se filiara a arqueologia, e que levou em conta, neste primeiro momento, os aspectos materiais das civilizações, baseando-se nesta abordagem a própria definição de cultura e sua evolução, ou seja, a arqueologia pré-histórica.

O materialismo histórico tratou de se instaurar, a partir do desprendimento da noção de cultura de cultura material, e na definição de um modelo de evolução das sociedades humanas que recorresse às infra-estruturas, ou seja, “[...] foi proposta uma teoria da história apoiada numa análise materialista que introduzisse em seus esquemas fatos concretos e mensuráveis” (PESEZ, 1998, p. 178).

Mas, a definição de **cultura material**<sup>23</sup> ainda não era precisa entre aqueles que mais utilizam a expressão, arqueólogos e historiadores. Os debates em torno da questão levaram a uma circunscrição do campo da pesquisa e a precisão do projeto proposto ao estudo da vida material. Entretanto, Pesez (1998, p.180-181) afirma, que:

A **cultura material** tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura. No entanto, não é todo conteúdo da resposta que se acha envolvido pela cultura material. A materialidade supõe que, no momento em que a cultura se exprime de maneira abstrata, a cultura material não está mais em questão. Isto designa não apenas o domínio das representações mentais, do direito, do pensamento religioso e filosófico, da língua e das artes, mas também as estruturas socioeconômicas, as relações sociais e as relações de produção, em suma a relação entre os homens. A cultura material faz parte das infra-estruturas, mas não as recobre; ela só se exprime no concreto, nos e pelos objetos. Em suma, a relação entre o homem e os objetos (sendo aliás o próprio homem, em seu corpo físico, um objeto físico, um objeto material) pois, o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura. (grifo nosso)

O interesse da história pela cultura material foi durante muito tempo limitado. A arqueologia informava mais sobre os aspectos materiais do que sobre os acontecimentos ou as mentalidades. Os Annales, entretanto, abriram um caminho ao estudo da cultura material, tendo sido, o interesse de uma história ligada ao solo, ao meio ambiente dos homens,

---

<sup>23</sup> O autor (PESEZ, 1998), referiu-se ao termo de **cultura material**, tendo em vista que existe o termo civilização material, e que, conforme demonstrou no bojo de suas reflexões, se apresentaram discussões sobre o uso de um ou outro termo, deve-se sempre optar pelo termo **cultura**, que não implica hierarquia, além de que, a expressão vinda do Leste, se consagrou pelo uso e origem da noção. Pesez (1998, p. 181), também afirmou, que os antropólogos e pré-históriadores empregavam mais o termo cultura quando se tratou de “[...] designar o conjunto dos objetos que caracterizam uma sociedade”; e, que a questão parecia ser um falso problema, pois, “[...] se dá o mesmo sentido a ambas as expressões e o mesmo conteúdo a civilização material e cultura material” (p.181).

realizada de forma singular por Fernand Braudel em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, além, de sua importante contribuição ao realizar a primeira grande síntese sobre a história da cultura material em *Civilização material e capitalismo*. A obra de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo ...*, é, portanto, um marco no estudo da cultura material, embora, diversos pesquisadores, entre eles Jacques Le Goff<sup>24</sup>, afirmam que ao abordar um novo domínio da história, Braudel, subordinou-o a um fenômeno histórico, o capitalismo (PESEZ, 1998).

Embora o estudo da **cultura material** tenha tido maior ênfase nos meios de produção; nos objetos do trabalho; nas experiências do homem no processo de produção; e, na utilização dos produtos materiais, que foi o interesse dado pelos historiadores marxistas, houve o interesse, também, dada a influência da associação da geografia à história, pelo entendimento, não de um determinismo ou dependência das formas de organização material do homem, como a arquitetura e seus materiais, ligado ao meio, mas, a múltiplos determinismos, tanto socioeconômicos, quanto naturais.

A arqueologia manteve em seu domínio o estudo da casa, assim bem como, a história, a geografia e a etnologia. Urbana ou rural, o estudo da casa, em suas dimensões, materiais, unidades de medida, e sua tipologia, extrapolou para o estudo da aldeia e da cidade<sup>25</sup>, onde “[...] a bibliografia história é imensa, mas são bem raros os estudos que põem em evidência a topografia urbana ou aldeã” (PESEZ, 1998, p.198).

Em seu ensaio Pesez (1998) afirma que a arqueologia teve, ainda, outros interesses, entre eles as relações da cultura material e a arte, tendo em vista que entre os artefatos, estariam os objetos de arte e os objetos de culto. Além disto, a arqueologia clássica, não ignorou, além da arte, “[...] as crenças, representadas pelos monumentos do culto e os testemunhos dos ritos funerários, a organização política sob suas manifestações materiais, o urbanismo e a malha viária” (p. 205), pois, estes “[...] foram e continuam sendo os objetivos essenciais de uma pesquisa que, ao contrário da arqueologia pré-histórica, define as civilizações por seus aspectos superestruturais” (p.205).

Seguindo perspectivas diferentes entre historiadores e arqueólogos, principalmente, ampliando seu espectro temporal e seus objetivos, o estudo da cultura material, que foi buscando um sentido nas relações entre o fato técnico e o fato econômico ou social,

---

<sup>24</sup> Um dos autores que defenderam esta hipótese foi Pesez (1998).

<sup>25</sup> Pesez (1998, p. 206), cita que os arqueólogos eslavos pesquisaram com freqüência as cidades, trazendo á luz “[...] várias Pompéias [...] interrogadas cientificamente de acordo com uma investigação sistemática baseada nos métodos de análise mais modernos e nos trabalhos de laboratório”, permitindo verdadeiras reconstituições de antigas civilizações, bem como, de técnicas dominadas por estas civilizações.

manteve em primeiro plano o homem, pois, foi através dele que se pretendeu entender o que a história da cultura material poderia proporcionar.

O sexto verbete, a **história imediata**, como sugere o termo, segundo Jean Lacouture (1998) deve abordar o imediato, enquanto curso da história, pois, “[...] tal como a percebemos não pára de se mexer, recusando um verdadeiro enquadramento, bem como uma acomodação satisfatória” (p.216). Tratou-se da história do presente, e não sendo, portanto, o período histórico no qual nos dedicamos, e, portanto, não nos deteremos em sua análise.

O sétimo verbete da obra editada por Le Goff (1998), realizado por Guy Bois (1998), estava diretamente ligada a historiografia contemporânea, e ficou sob a hegemonia de duas correntes, a saber, (1) o **marxismo**; e (2) a história nova.

A primeira se apresentou “[...] como uma teoria geral do movimento das sociedades, que pretende explicar pelo emprego de certos números de ferramentas específicas ou conceitos de base” (BOIS, 1998, p. 241), e aspirou “[...] a uma visão global, coerente e dinâmica dos processos sociais” (p. 241), impregnando a produção teórica, sobretudo na França. A segunda é qualificada de **história nova** e se opôs ao método empírico e positivista que dominou o campo de saber da história. Os historiadores desta corrente preconizaram uma renovação nos métodos históricos que conferiu à disciplina um estatuto científico. Ambas correntes tem em comum uma rejeição à prática histórica que lhes sucedeu. Segundo Bois (1998), estas duas correntes rivalizaram-se, mas, tiveram confluências parciais, ainda que confusas e tumultuosas, e, assim, destacaram-se como o grande acontecimento historiográfico do fim do século XX.

A prática historiográfica marxista, que entrou em crise em virtude das abordagens e métodos de seus historiadores, principalmente daqueles do Leste europeu, foi um divisor de águas, onde estes tiveram que optar por um retorno as origens marxistas ou a integrar-se às contribuições metodológicas da história nova.

Entretanto, Bois (1998), afirma em seu ensaio que o **marxismo** exerceu importante influência sobre a renovação metodológica ocorrida na história, e citou que, ao apreender simultaneamente os diferentes aspectos da vida social, o marxismo tendeu a uma história global ou total e abriu-se às diferentes ciências sociais, além, do uso sistemático do método quantitativo empregado pelo próprio Marx em suas pesquisas.

A **influência do marxismo na história nova** se deu de forma indireta, pois, essa corrente teve como método de análise a união da economia e da história em suas abordagens e, como exemplo, o autor (BOIS,1998), citou as obras de Ernest Labrousse, e

Jacques Le Goff, esta última destacou-se por apresentar “[...] um sistema econômico coerente, animado por uma ideologia econômica original” (p.246) na civilização do ocidente medieval, além, de Georges Duby, em *Fazer história*, onde estariam implícitos conceitos e terminologias habituais do materialismo histórico.

As contribuições diretas do marxismo nos métodos históricos se deram na “[...] articulação entre história e determinada ciência humana, ou a abertura de novos campos históricos” (BOIS, 1998, p.247). Neste sentido, Bois, citou Vovelle, enquanto um dos principais referenciais da história das mentalidades. Michel Vovelle destaca-se como historiador marxista que efetuou uma série de opções metodológicas significativas ao delimitar e explorar sua problemática - a atitude diante da morte, estudo de inscreveu na longa duração, com recurso metodológico quantitativo para análise das **fontes documentais** - os testamentos, que permitiu analisar no século XVIII, uma profunda mutação no campo da descristianização através da “[...] rede de gestos, dos ritos em que esta passagem era assegurada... modificou-se profundamente” (p.248).

Entretanto, o nível de interferência mais profunda se deu no período em que Bois (1998) escreveu seu ensaio, pois, à época o marxismo contribuía, através da renovação dos métodos históricos, com uma reflexão teórica<sup>26</sup> que foi fundamental no campo da história.

Bois (1998), afirmou, entretanto, que não só os marxistas, mas outros pesquisadores com reflexões filosóficas diversas, contribuíram para a renovação metodológica na história, mas, que estes estiveram atentos a questões importantes na nova história, tais como, (1) as relações entre o método descritivo e o explicativo; e, (2) os rumos abertos pelos novos campos históricos, a saber (a) o papel das mentalidades; e, (b) a relação com as ciências humanas, atentos com o questionamento deliberado dos conceitos do materialismo histórico, e em suma, com “[...] a uma diluição da história em outras disciplinas, ao abandono de seus métodos próprios” (p.256).

O desafio da confluência entre história nova e marxismo, está entre outros aspectos, na união entre o marxismo e outras ciências humanas, visto que, nesta relação se desenvolveram os questionamentos parciais ou totais do marxismo, o que implicou na tarefa por parte destes em reafirmar conceitos-chave de sua abordagem teórico-metodológica e,

---

<sup>26</sup> Bois (1998), citou Maurice Godelier como um importante pesquisador que contribuiu na confluência da antropologia com a história e para reflexão da aparelhagem conceitual dos historiadores, influenciando estudos de história antiga e medieval, prolongando reflexões em pesquisas sobre as relações de produção, sobre as leis que regem as sociedades, nas quais abordaram-se o papel da política na Grécia antiga, da religião na Suméria e no seio da sociedade medieval.

definir os limites da confrontação/confluência entre história nova e materialismo histórico (BOIS, 1998).

A história, antes da renovação metodológica preconizada por Lucien Febvre e March Bloch, se constituiu por obras que justificavam os progressos da fé e da razão, escrita a partir do **centro**, e o que escapava a esta abordagem era apenas “[...] ‘resto’ supérfluo, ‘sobrevivência’ anacrônica, ‘silêncio’ cuidadosamente entretido ou simples ‘ruído’ sobre o qual se evitava falar” (SCHMITT, 1998, p.261). Nesta perspectiva delineou-se a **história dos marginais**, o oitavo verbete.

O uso da palavra **marginal**, segundo Jean-Claude Schmitt (1998), evocou o poderoso movimento de contestação ocorrido inicialmente nos Estados Unidos e depois na Europa - Maio de 1968 - que questionou valores estabelecidos da cultura judaico-cristã, da sociedade capitalista, industrial e burocrática, mais precisamente, valores comportamentais da família, da moral tradicional e da ideologia do progresso, entre outros. A partir desta contestação, quebraram-se os discursos unanimistas daqueles que detinham o poder e, buscou-se revelar os objetos de estudos, a partir de múltiplos pontos de vista, revelando suas múltiplas faces, diferentes e reciprocamente ocultas, que eram obtidas do exterior ou das margens e, que proporcionou a valorização da diferença.

A noção de marginalidade sofreu inicialmente com uma ausência de definição precisa e, houve também, a dificuldade de definição abstrata dos fenômenos que a envolviam e, que lhe eram distintas, tais como, a noção de integração e de exclusão, isto porque, estas noções dizem respeito “[...] a dois planos de realidades sociais que não coincidem necessariamente: a dos valores socioculturais e o das socioeconômicas” (SCHMITT, 1998, p.264).

Para Schmitt (1998, p.264), esta distinção é de suma importância, tendo em vista que, deve-se refletir as maneiras como estas condições são assumidas, pois, só podem ser interrogadas e dotadas de significação se “[...] forem postas à prova das realidades, numa sociedade histórica dada”. O contexto que melhor exemplificou estas premissas foi a Europa Ocidental do século XI ao XVIII, onde importantes estudos neste contexto (história dos marginais) foram realizados por estarem presentes na unidade histórica da sociedade européia, neste longo período, a permanência e a evolução de certos números de traços estruturais, além de “[...] uma série de ‘crises’ sucessivas que representam sucessivas modificações de estruturas, novas relações de produção – o capitalistas [...] e se afirmam nos séculos XVIII e XIX” (p.265). O universo abordado, onde iniciou-se os estudos dos

marginais, teve a consciência da delimitação de seu espaço, e considerando as margens deste, era, de fato, limitado, frente às possibilidades de vida que lhes eram proibidas.

Para além dos limites do contexto europeu, outros mares e terras, entre elas as Américas, onde foram alimentados, nos choques das culturas, uma imaginação coletiva “[...] cujos excessos o descobrimento progressivo da Terra não conseguiu exaurir” (SCHMITT, 1998, p.266). Às margens desta cultura ocidental, européia, deflagraram-se conflitos religiosos e sociais, sob a égide da cristandade. O espaço ampliou seus limites geográficos e culturais, e daí, a marginalidade se transformou em exclusão. Além disto, as margens, ou antes **marches** (marcas), expressão da época, teve inúmeras acepções que demonstravam vários espaços justapostos e imbricados, suscitando ricas e complexas reflexões.

As **cidades**, seguindo o bojo desta reflexão, estudadas na estrutura da sociedade feudal ocidental, foram um corpo marginal. Os estudos dos fenômenos de seu reaparecimento, neste período, revelou, entre outras características, novos conteúdos sociais; a existência de novos ofícios; e, as **diferentes formas de tratar o tempo**, tendo sido esta categoria, neste período histórico, especulado, vendido em suas trocas. Sua criação/reestruturação, nesta fase, refletia sua marginalidade na estrutura socioeconômica vigente, principalmente, pela participação que alguns marginais desempenharam neste processo, que se caracterizou, em particular, pela ideologia do trabalho, ou a “[...]‘recuperação’ de todo um conjunto de categorias sociais essenciais ao funcionamento da sociedade urbana” (SCHMITT, 1998, p.268), que contribuiu para justificar, posteriormente, novas categorias de marginalidade. Foi na cidade, portanto, que ocorreu a divisão do trabalho e sua legitimação pelos intelectuais e pela Igreja, fato em que contribuiu para uma **cultura de marginalidade**.

O estudo da marginalização demonstrou que houve exclusão, também, na espacialidade das cidades, ao longo dos séculos XI ao XIII, com os judeus, na França; com os leprosos em toda a Baixa Idade Média, na Europa; e, com os heréticos. Os primeiros foram excluídos no contexto social e espacial, tendo sido, repelidos para áreas fora dos limites citadinos; e, os segundos foram excluídos pelo Tribunal da Inquisição, em prisões e nas condenações.

Esta abordagem demonstrou que do século XI ao século XVIII, portanto, houveram várias **categorias marginais**: a doença, a delinquência, o crime, a pobreza, a vagabundagem, a miséria, a bruxaria e a loucura. Da **exclusão espacial nas cidades** e, mesmo a expulsão desta, em virtude das crises que os marginais ocasionaram, ameaçando a estrutura social e o poder vigente, até a exclusão em internamentos (loucos, indigentes),

vigoraram os mesmos princípios: marcar fisicamente os marginais e sua exclusão (vestuário, tosa dos cabelos) e, distinguí-los do valor ético do trabalho que se queria impor à nova ordem social das cidades.

Ou seja, o estudo dos marginais do século XI ao século XVIII, revelou o conjunto de valores que foram constituídos para moldar uma nova sociedade e as formas de marginalizar aqueles que não se integraram, revelando, também, que existiu na sociedade europeia ocidental, segundo Schmitt (1998), paralelamente aos fatores de exclusão, as forças de integração, tais como, a família e as ordens religiosas, como as ordens terceiras franciscanas ou dominicanas, que garantiram o fortalecimento do projeto de enquadramento social, objeto de estudo de muitos historiadores das marginalidades.

Entretanto, no estudo da marginalidade, do século XVI ao XVIII, percebeu-se no exame do espaço que revelou-se “[...] a existência de um tecido ‘*paralelo*’ de relações impenetráveis aos demais” (SCHMITT, 1998, p.281): guetos - espaço de mendicantes, ladrões, prostitutas, beguinas, judeus. Nestes espaços, nestes grupos, floresceu, também, uma cultura, com signos próprios e uma linguagem, com palavras e expressões próprias, que moldaram uma identidade coletiva, uma cultura marginal específica.

O valor dos estudos dos historiadores da marginalidade esteve, então, em preencher as lacunas da historiografia tradicional, trazendo à tona, os excluídos da história: vagabundos, criminosos, bruxos e prostitutas, entre outros. Além disto, há também a questão das fontes documentais, pois, os marginais tiveram suas vozes abafadas e, correu-se o risco, de ouvi-los pela mediação dos discursos oficiais e eruditos. Ainda assim, utilizavam-se registros de inquisição, arquivos de tribunais e prisões, obras polêmicas dirigidas contra os marginais, etc..., que permitiram também, uma releitura da história do centro, onde elas foram produzidas.

A hipótese, defendida por Schmitt (1998), portanto, é que nos estudos das margens há duas possibilidades em uma teoria, a saber, a **exclusão** ou a **integração** dos marginais. Estas possibilidades, que só podiam ser configuradas através do limite que definiu onde se colocavam, lado a lado, os marginalizados, ou seja, o “[...] critério de ‘*utilidade*’ social” (p.286). Enquanto estudo que revelou as margens, o centro, e as estruturas econômicas, sociais, e ideológicas de uma época, a história da marginalidade pôde revelar, na contemporaneidade, “[...] ‘*a arqueologia de nosso Saber*’” (p.288), dos valores e das recusas da nossa própria sociedade.

A **história do imaginário**, o último verbete, constituiu seu domínio pelo “[...] conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e

pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. Isto é, cada cultura, portanto cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário” (PATLAGEAN, 1998, p.291). Logo, o campo que abarca o estudo do imaginário é o campo inteiro da experiência humana, do coletivo ao pessoal, sem limites de espaço e de tempo.

O imaginário, segundo Evelyne Patlagean (1998), se constituiu como objeto da história muito recentemente, mais especificamente, o imaginário passado das sociedades européias. O distanciamento histórico deste objeto sempre esteve presente na cultura medieval e moderna, por integrá-lo no meio de sua própria cultura, e aprofundou-se com as Luzes, onde, principalmente, o predomínio de uma ciência positivista, hierarquizou as culturas ligadas à idéia de progresso.

Recentemente, o desenvolvimento das ciências humanas e da história, ao alinhar e, não hierarquizar, as culturas passadas e presentes numa classificação sistemática, fixou-se no estudo do homem enquanto ser social e indivíduo. Embora a abertura para as ciências humanas, tais como, a psicanálise, a literatura, a arte, ou a antropologia, tenha trazido questões diferentes para as pesquisas, oriundas destas disciplinas, a história, não deixou de apresentar suas próprias questões, somadas àquelas advindas dos domínios vizinhos da história das religiões e arte.

O período fecundo das pesquisas, segundo Patlagean (1998), foi aquele compreendido entre as duas grandes guerras mundiais, onde o imaginário de uma época, e sobretudo, seu contexto mental, cultural e social, tornaram-se objeto de pesquisa, principalmente da história das mentalidades, recém constituída.

Em se tratando de **métodos e períodos históricos**, verificou-se que predominou o uso, a saber, (1) da **iconografia**<sup>27</sup>, enquanto testemunho das sociedades passadas; (2) do **escrito**<sup>28</sup>, estando diretamente produzido como tal, seja na obra de autor, como discurso, como coleta elaborada de tradições de sociedades; ou mesmo, (3) no **discurso oral** das tradições e práticas ainda vivas. Tais materiais, suscitaram posicionamento diferente por parte dos historiadores, em duas direções: (1) escolher o campo documentário e inventariar seus temas ou alguns deles; (2) deter-se num tema e aprofundar-se nele através de toda a documentação disponível em um dado período; (3) estabelecer o inventário temático de um período, e ainda, (4) abrir para o imaginário de uma sociedade um lugar num estudo global (PATLAGEAN, 1998).

---

<sup>27</sup> Segundo Patlagean (1998), Émile Mâle e Henri Focillon partiram das formas visíveis para estudar o imaginário da Idade Média, querendo abarcar, através destas fontes, toda sua trajetória.

<sup>28</sup> Segundo Patlagean (1998), Georges Duby, pretendeu estudar o imaginário da Idade Média, tal qual Émile Mâle e Henri Focillon, explorando as fontes documentais escritas.

Entretanto, o que se caracterizou como um maior problema metodológico foi o **problema da periodização**, o estabelecimento de um corte inicial e final para a pesquisa. Sendo assim, estes problemas determinaram que as pesquisas de história do imaginário tivessem sido desiguais e diferentes na história do velho continente, seja, pela problemática documental, dos temas, que significou, enfim, a abordagem dos domínios, além, das temáticas e veículos do imaginário ao longo dos tempos e dos lugares.

O **estudo da cristianização** da cultura européia abriu um domínio diferente na história do imaginário, tendo em vista que confrontou-se com os estudos sobre a herança comum dos povos dito indo-europeus<sup>29</sup> e, através dos ensaios de De Martino, Caro Baroja e, ainda, Jacques Le Goff, verificou-se uma nova época no sistema europeu das representações sociais. A exploração do imaginário do período medieval, portanto, dos temas fundamentais que o constituíram, foi recolhido em diferentes estudos, que buscou reunir “[...] no curso de uma transição histórica em que se dissipa o velho feudalismo, em que nascem as atitudes sensuais e religiosas do homem moderno”, através de uma documentação temática “[...] bem explorada e talvez exemplar” que colocou de “[...] maneira nítida esse problema da relação entre **realidade social** e **sistema de representações**, sobre o qual é preciso construir a história do imaginário” (PATLAGEAN, 1998, p.300) (grifo nosso).

A problematização do imaginário na época moderna revelou uma **diversificação social do imaginário**, além, de diversas outras dicotomias, ao colocar em evidência a continuidade entre a diferenciação entre cultura popular e cultura erudita<sup>30</sup>, entre o século XV até o fim do Antigo Regime. Além disto, a época moderna caracterizou-se por amplo material documental impresso, e, sobretudo, por impor-se a ela outra problemática, “[...] explicar como o limite dito objetivo entre o real e o imaginário veio pouco a pouco colocar-se onde nós o traçamos hoje em dia” (PATLAGEAN, 1998, p.303). Através de Michel Foucault, ficou explícito como o sistema cultural ocidental colocou este limite dentro de si mesmo, através do estudo da loucura entre o século XV e o século XIX, onde o leitor de sua obra pode constatar “[...] que múltiplos vaivens o imaginário continua tecer durante esse período entre a razão e suas injunções” (p.304).

---

<sup>29</sup> Segundo Patlagean (1998), a obra de Georges Dumézil sobre a origem dos mitos das sociedades indo-européias remetem a uma estrutura, onde estas mesmas sociedades se imaginavam constituídas hierarquicamente em três funções, a saber, mediação sagrada, ímpeto guerreira e fecundidade laboriosa, que foram representados em cada cultura e cada época de forma diferente, mas sempre nesta tripartição fundamental.

<sup>30</sup> Jacques Le Goff, segundo Patlagean (1998, p.298), demonstrou em suas obras, “[...] à alternativa entre cultura erudita e cultura popular, `a dialética cultural entre os clérigos e o povo durante a **altíssima Idade Média**” (grifo nosso), fruto do próprio processo de cristianização.

Os séculos XIX e XX caracterizaram-se pela ascensão e crise das sociedades industriais, bem como, pela produção de uma literatura e de uma arte, de familiarização e proximidade com seu público. O ofício do historiador do imaginário o obrigou a aproximar-se das ciências sociais vizinhas, como a antropologia, em temas religiosos; com a sociologia e, também, com a etnologia, promovendo do uma etno-história, em particular, das sociedades européias. Estes estudos permitiram constatar a profunda permanência de temas antigos, ou temas da Idade Média, por exemplo, que ainda persistem, como a problemática das relações entre cultura popular e cultura erudita; e, os temas relativos à religião, ao mostrar que persistiu na Europa e, posteriormente no Novo Mundo, neste período, uma distribuição social das crenças e práticas, seja, no culto a São João e São Guido na Itália; seja no tema das religiões afro-brasileiras (PATLAGEAN, 1998).

O estudo do imaginário, na contemporaneidade, situa-se, ainda, no estudo das sociedades, ou dos níveis sociais, predominantemente as tradicionais, evitando o tema das sociedades nascidas da urbanização industrial. Contos e lendas, ou seja, as relações “[...] entre o folclore e a história de um povo” (PATLAGEAN, 1998, p.307) dominam o interesse dos historiadores, apesar das dificuldades, por vezes, de interpretação das fontes. A história da arte<sup>31</sup> e história da literatura foram temas considerados fora do objetivo do campo do historiador.

À época de seu ensaio, Patlagean (1998), considerou que a história do imaginário apresentava três questões fundamentais que orientavam as pesquisas; (1) **questões de método**, tendo em vista que o estudo das representações sociais deve considerar que estas fazem parte de um sistema, articulado a outros na dinâmica social, como também aos modos de sua comunicação, e, portanto, “[...] trata-se de reconhecer a importância do imaginário no deslizamento contínuo desses sistemas uns sobre os outros, o qual poderia ser a definição estrutural da história” (p.310); (2) questões de **delimitação do campo do imaginário**, seja na definição do campo temático das sociedades tradicionais, sobre temas da modernidade, sejam temas contemporâneos e, sobretudo, as questões metodológicas que estas impõem; (3) a questão de uma **abordagem psicanalítica do imaginário passado**, tendo tido a obra de Sigmund Freud, *Moisés*, de 1939, causado impacto sobre esta temática, além, de ter aberto caminho para questionamentos que vão desde a escolha

---

<sup>31</sup> Segundo Patlagean (1998, p.309), sobre o tema da história da arte, alguns estudos revelaram que “[...] o espaço tridimensional que domina a pintura européia, do Quatrocentos ao cubismo, não é absolutamente uma representação objetiva enfim dominada, mas a opção plástica adequada de uma civilização particular, que apareceu e desapareceu com esta”.

do tema, como seu objeto, o sonho<sup>32</sup>. Dentro deste panorama, a autora (PATLAGEAN,1998), afirmou, que os estudos históricos do imaginário são um importante exemplo da “[...] atual redistribuição das cartas entre história e as ciências sociais, de um lado, e entre a história e as histórias de ... literatos e estetas do outro” (p.312), considerando, como exigência fundamental, o tempo, “[...] dimensão mestra de qualquer pesquisa sobre o homem e sobre as sociedades humanas” (p.312).

A conquista de novos domínios no campo da história, a partir das abordagens da pesquisa pelo recorte econômico-social, abriu caminho para a diversidade de múltiplos pontos de vista, oriundos de diferentes hipóteses que se apresentaram e que puderam ser problematizadas através de propostas metodológicas inovadoras. Sendo assim, surgiram novos objetos de investigação histórica nos quais priorizou-se o entendimento das ações do homem no campo de sua existência; sua relação com os espaços; com as expressões e formas de organização da vida; além, das expressões da morte. Logo, passou-se a estudar os comportamentos, as crenças, os valores, os rituais, as relações comerciais, mas também, as relações familiares, de parentesco, as mobilidades econômicas, bem como, as mobilidades sociais.

A renovação da história mudou seus objetos, seus métodos, e, principalmente, transformou seu lugar e seu estatuto no domínio da ciência.

### 1.3 HISTÓRIA URBANA X HISTÓRIA NOVA – NOVOS PARADIGMAS

Os verbetes apresentados em *A História Nova* por Vovelle; Pomian; Burguière; Ariès; Pesez; Bois; Schmitt; Patlagean (1998), foram importantes na definição de **conceitos-chave** e recursos teóricos metodológicos da história urbana, pois, o estudo da cidade no passado pressupõe a abordagem de seus processos econômicos, sociais, políticos e físico-espaciais na longa duração.

Nesta perspectiva pode-se analisar as estruturas da sociedade e, conseqüentemente problematizar, identificar e confrontar os diferentes tempos das conjunturas e dos

---

<sup>32</sup> Os estudos sobre o imaginário que buscaram um método psicanalítico, segundo Patlagean (1998, p.312), situavam-se “[...] no ponto do afloramento cultural do inconsciente”, e citou E. R. Dodds, como um dos pesquisadores que explorou este tema com “[...] excelentes observações sobre os elementos culturais do sonho antigo” (p.312), além, de outras abordagens que revelaram “[...] relações entre o inconsciente e as culturas pelas narrativas fundadoras ou recorrentes de uma destas últimas” (p.312).

acontecimentos, que por sua vez, determinaram ou influenciaram as transformações e rupturas na dinâmica social e espacial.

A análise dos fenômenos da longa duração no estudo das cidades permite a apreensão e explicação das permanências e mudanças, ou seja, daquilo que mudou lentamente, bem como, as injunções que delinearão inovações, revoluções e rupturas.

O recurso teórico da individuação das estruturas, tais como, os fenômenos geográficos, sociais, culturais e psicológicos, além dos técnicos, foi determinante para o entendimento da dinâmica urbana no passado ao permitir que novos objetos, novas problemáticas e, novas abordagens teórico-metodológicas fossem utilizados e, assim, se fizesse uma (1) **história dos hábitos**: o estudo do universo mental das sociedades urbanas, trazendo à tona, por exemplo, as concepções religiosas, o pensamento científico e filosófico de um dado período. Um importante exemplo foi a relação das práticas religiosas do candomblé com os espaços das cidades, que foi demonstrada por Vianna (1996), em sua análise do Rio de Janeiro colonial. Nessa relação estava expressa, seja através das festas, da delimitação de espaços sagrados, ou seja, em tudo que incluía o culto afro-brasileiro, uma intrínseca ligação com a morfologia da cidade, além da relação entre esta e os terreiros, o que demonstrava “[...] à ampla aceitação de um modo de viver e organizar o sagrado na cidade” (p.322).

A (2) história dos aspectos materiais, isto é, da **cultura material** em estruturas urbanas que remontam, por exemplo, o início da era cristã até a contemporaneidade, revelando as relações do homem e os objetos por ele produzido, ou seja, o homem e suas formas de organização material, entre eles a arquitetura e a arte. Segundo Lamas (1993), a forma da cidade passa necessariamente pela arquitetura, ou seja, o estudo das morfologias espaciais deve ressaltar os fenômenos implicados na produção do espaço, sejam eles, políticos, econômicos e culturais. Sendo assim, na análise das cidades se revela, eventualmente, um fenômeno preponderante, que demonstra como uma determinada sociedade se organizou e, de que forma estas relações se rebaterão na morfologia da cidade e dos espaços construídos. Portanto, o estudo da produção da forma do meio urbano e da forma arquitetônica, e suas transformações no tempo, revelam suas concepções artísticas, funcionais, as relações de poder, enfim, todos os fenômenos materiais e simbólicos que constituíram estes espaços.

Esta perspectiva possibilita (3) **nova abordagem dos sistemas econômicos**, numa perspectiva ideológica (marxismo) que introduziu conceitos terminologias e ferramentas metodológicas no estudo da civilização ocidental; (4) **história da marginalidade** que expõe

as diferentes realidades sócio-econômicas e sócio-culturais, revelando traços estruturais do processo de exclusão e integração, auxiliando no entendimento, por exemplo, dos conteúdos sociais urbanos, onde se definiram ofícios, diferentes formas de tratar o tempo, conflitos sociais e religiosos, que permitem a reflexão do conjunto das organizações sociais essenciais ao funcionamento das cidades, bem como, de sua cultura. Nas cidades coloniais brasileiras a investigação desta temática já demonstrou o processo de exclusão de índios e negros<sup>33</sup> (CÂMARA, 1995). Segundo Vasconcelos (1996), a religião foi importante fator na organização e estruturação dos espaços das cidades, e no caso dos africanos, em Salvador, no contexto escravagista à época, houve uma tentativa de sobrevivência de suas tradições culturais, sendo que os locais de culto se concentravam nas periferias das cidades<sup>34</sup>.

Outro importante recorte teórico é a (5) **história do imaginário**, que abarca o campo da experiência humana e foca o conjunto das representações, isto é, o imaginário de cada sociedade em diferentes níveis de complexidade, suas expressões culturais, erudita e popular, onde através da arte, por exemplo, pode-se identificar como o processo de cristianização do Novo Mundo influenciou no estabelecimento de uma estrutura social e de um sistema de representações aliado ao projeto colonial nas Américas. Um dos exemplos mais significativos, no território ultramarino americano, da formação de um conjunto de valores culturais e sociais representativos foi através da atuação da Companhia de Jesus. Tendo iniciado suas atividades em 1549, os jesuítas, responsáveis pela conversão dos índios, organizaram de forma sistemática os espaços arquitetônicos das igrejas, das aldeias e, foram elementos de destaque dos conjuntos urbanos onde se instalaram. Atuaram através da educação, do teatro, da música, da carpintaria, enfim, através de diversas manifestações artísticas e, foram, até sua expulsão, o principal canal de transmissão da cultura européia para a América (SOUZA, 2000a). Foram, portanto, os jesuítas a expressão máxima do sentido da colonização, no *colo*, no *cultus* e em *culturus*<sup>35</sup> (BOSI, 1996).

A **noção de documento** é outra importante contribuição da renovação epistemológica no campo de saber da história que possibilitou uma maior diversificação das

---

<sup>33</sup> Segundo Câmara (1995), houve no período colonial no Brasil, um modelo de exclusão, e esse processo se rebateu no espaço, sendo “[...] que a gênese dos espaços dos excluídos sempre esteve na impossibilidade de acesso legal à terra e ao trabalho livre” (p.3).

<sup>34</sup> A razão deste processo de exclusão, segundo Vasconcelos (1996), se deu em razão das perseguições e da necessidade da proximidade dos elementos da natureza que estavam associados a práticas rituais.

<sup>35</sup> Segundo Bosi (1996, p.11) “[...] as palavras **colo**, **culto** e **colonização** derivam do mesmo verbo latino **Colo**, cujo particípio passado é **cultus** e o particípio futuro é **culturus**” (grifo nosso). Nas três palavras estavam, portanto, designado o sentido da colonização: terra que seria sujeitar; cultura que se moldou para a viabilização do projeto colonial; e, culto, como conjunto de valores morais e religiosos que deveriam formar a sociedade colonial.

fontes utilizadas nas pesquisas, possibilitando a investigação de novos objetos, sob novos métodos e novas problemáticas que enriqueceram o aparato conceitual das pesquisas.

Na história urbana esta renovação abriu caminho a estudos do processo de configuração espacial das cidades na longa duração considerando os aspectos sociais, econômicos, geográficos, culturais, psicológicos, entre tantos outros que caracterizam os fenômenos estruturais de uma sociedade.

Dentro desta perspectiva teórico-metodológica o estudo das cidades na história se deu sob várias abordagens, sendo, um de nossos objetivos demonstrar os rumos da pesquisa no Brasil, em um determinado campo de produção do conhecimento científico, onde a produção e estruturação do espaço das cidades coloniais brasileiras são refletidas dentro dos aspectos supracitados.

Cabe, ainda ressaltar, que a história nova enfrentou, conforme citado, como os demais campos da pesquisa científica, uma crise de paradigmas, que se configurou em meados do século XX. Esta crise influenciou em novas orientações, sendo que, posteriormente, também procurou refletir seus pontos fortes e fracos através de um balanço nestes novos rumos (BURKE, 1992).

Em um importante ensaio Burke (1992), refletiu as tendências da metodologia e da prática historiográfica, dando ênfase aos problemas ou limites encontrados, bem como, as novas perspectivas na pesquisa histórica, reunindo ensaios de outros historiadores em sua obra *A Escrita da História. Novas Perspectivas*<sup>36</sup>, onde abordou, também, os rumos das novas áreas interdisciplinares.

Os pontos fracos e fortes da história nova, segundo Burke (1992), só podem ser refletidos a partir do entendimento de sua definição, que é menos o conjunto de idéias a que se opõe e, mais, suas abordagens, relacionando-se, entretanto, com estas duas posições antagônicas<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Os ensaios de *A Escrita da História. Novas Perspectivas* são, a saber: A história vista de baixo (SHARPE, 1992); História das mulheres (SCOTT, 1992); História de além-mar (WESSELING, 1992); Sobre a micro-história (LEVI, 1992); História oral (PRINS, 1992); História da leitura (DARNTON, 1992); História das imagens (GASKELL, 1992); História do pensamento político (TUCK, 1992); História do corpo (PORTER, 1992); e, A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa (BURKE, 1992).

<sup>37</sup> Segundo Burke (1992) a História Nova é uma história escrita como reação contra o paradigma tradicional, termo introduzido por Thomas Kuhn em *The Structure of Scientific Revolutions*, em 1961, sendo, portanto, conveniente descrever este paradigma como história rankeana, conforme o historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886) a definiu ou problematizou, podendo ser chamado de “[...] visão do senso comum da história” (p. 10), ainda que, conforme advertiu o autor, não deveria ter sido encarado como a maneira de se fazer história, mas sim, como uma dentre as várias abordagens possíveis do passado.

Os contrastes entre história antiga e nova foram abordados através da exposição de pontos fortes elencados pelo autor (BURKE,1992), que remeteram a uma definição mais problematizada da história nova, bem como, a reflexão dos pontos fracos.

A partir de uma percepção, portanto, da inadequação do paradigma tradicional da escrita da história instaurou-se um novo paradigma, mas, este apresentou, segundo Burke (1992) problemas de **definição**, de **fontes**, de **método** e, de **explicação**, que vieram a ser, portanto, os pontos fracos.

Estes problemas, ou pontos fracos, estiveram, portanto, não somente nos limites da história, enquanto disciplina e campo de saber, mas também as todas aquelas com as quais ela se relacionou desde sua renovação epistemológica em diversas pesquisas interdisciplinares, tal como a história urbana, como estaremos expondo adiante.

Os **problemas de definição** da história nova estiveram, segundo Burke (1992, p.21), relacionados ao avanço da disciplina em outros territórios não familiares, além de abordarem outras culturas, com a ampliação do universo de pesquisa, através de “[...] uma imagem negativa daquilo que estão procurando”, bem como, problemas na interação destas mesmas culturas. Neste sentido, foi necessário problematizar uma noção mais ampla de cultura na história nova<sup>38</sup>, visto que, o mundo da experiência comum, da cultura popular, tornaram-se objeto de estudo com problemáticas distintas. Além disto, havia a questão da relação entre as estruturas do cotidiano, as mudanças ou as tendências no longo prazo.

Os **problemas das fontes e dos métodos** são oriundos da busca de novos objetos de pesquisa. As imagens, a história oral, como também, os documentos oficiais ampliaram o espectro da pesquisa. Entretanto, Burke (1992), advertiu que a leitura das fontes deve explicitar seus princípios subjacentes afim de não comprometer sua confiabilidade e veracidade<sup>39</sup>.

A história da cultura material, segundo Burke (1992), foi a que mais encontrou obstáculos na definição das fontes, visto que, os artefatos são mais utilizados que as fontes literárias.

As **questões de método**, por sua vez, sofreram grande inovação a partir da difusão do método quantitativo que ganhou importância com a estatística. O uso desta ferramenta,

---

<sup>38</sup> Segundo Burke (1992, p.32), o historiador americano Michael Kammen, deu grande contribuição na reflexão desta temática quando sugeriu que o conceito de cultura, em seu sentido amplo, antropológico, pode servir como uma “[...] base possível” para a reintegração de diferentes abordagens à história.

<sup>39</sup> As fontes orais remetem a situação da entrevista onde o historiador-entrevistador pode influenciar no depoimento da testemunha. As fontes iconográficas, como no caso das fotografias, remetem a intenção e ao objetivo de se registrar a realidade, sendo, portanto, um processo seletivo segundo crenças, valores, do autor. (BURKE, 1992).

segundo Burke (1992), foi condenado por alguns historiadores, pois, poderia comprometer a interpretação dos dados. Logo, era fundamental definir a extensão de seu uso bem como seu propósito.

Os **problemas de explicação** remeteram-se ao campo do historiador, principalmente, as abordagens sociais e culturais, que exigiram uma explicação mais estrutural (BURKE, 1992). Nos anos 50 e 60 do século passado os historiadores utilizaram modelos para explicação da história, mas, na contemporaneidade<sup>40</sup>, segundo Burke (1992, p.32):

[...] os modelos mais atraentes são aqueles que enfatizam a liberdade de escolha das pessoas comuns, suas estratégias, sua capacidade de explorar as inconsistências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar brechas através das quais possam se introduzir ou frestas em que consigam sobreviver.

O problema de explicação relacionou-se, portanto, com a questão da expansão do universo histórico e neste contexto vários debates surgiram e o “[...] acordo tradicional sobre o que constitui uma boa explicação histórica foi rompido” (BURKE, 1992, p.33).

Os **problemas de explicação e método** fomentaram inúmeros debates, principalmente, com o crescente número de objetos que abordam a psicologia histórica, a coletiva, e que objetivou problematizar a motivação consciente e inconsciente e, constituiu explicações individuais e coletivas<sup>41</sup>.

Cabe ressaltar, que os problemas e debates suscitados nesta questão poderiam ter encontrado novos horizontes na abordagem “[...] dos **fatores materiais, do ambiente físico e de seus recursos, de longo prazo**” (grifo nosso) (BURKE, 1992, p.35), pois, “[...] ainda parece útil considerar estes fatores materiais como determinantes da ordem do dia, dos problemas aos quais os indivíduos, os grupos e, metaforicamente falando, as culturas tentam se adaptar ou responder” (p.35).

Por fim, o autor Burke (1992), abordou os **problemas de síntese** que ocorreram devido ao crescente diálogo com outras disciplinas. A fragmentação na história, resultado da

---

<sup>40</sup> Segundo Burke (1992), esta afirmativa foi defendida por Giovanni Levi em seu ensaio sobre a micro-história.

<sup>41</sup> Segundo Burke (1992), estas pesquisas poderiam incorrer no anacronismo psicológico, superficialidade, negação da liberdade e flexibilidade dos atores sociais no passado. Para tanto, o autor (BURKE, 1992), citou a **noção de habitus** formulada pelo sociólogo Pierre Bourdieu e o conceito de **regra**, para tentar evitar as individualizações das explicações materialistas e deterministas do comportamento individual e coletivo. Burke (1992, p.34) enfatizou que por “[...] *‘hábito’* de um grupo, Bourdieu entende a propensão de seus membros para selecionar respostas de um repertório cultural particular, de acordo com as demandas de uma determinada situação ou de um determinado campo”, que difere do conceito de regra, pois, “[...] o hábito tem a grande vantagem de permitir que seus usuários reconheçam a extensão da liberdade individual dentro de certos limites estabelecidos pela cultura (p.34)”.

proliferação de subdisciplinas, teve influência na linguagem do historiador que tende a incorporar a linguagem das disciplinas vizinhas, como também seus conceitos. Esta proliferação de subdisciplinas representou “[...] custos quanto benefícios, mas podemos fazer algo para manter aqueles custos intelectuais os mais baixos possíveis. A não comunicação entre as disciplinas ou subdisciplinas não é algo inevitável” (p.36). No caso da história esta fragmentação deu “[...] alguns sinais [...] de *rapprochement*, senão, de síntese” (p.36).

Mas, o ponto central da questão é uma reação naquele momento (BURKE, 1992) contra a reação que caracterizou a história nova, havendo uma “[...] busca pelo centro” (p.37), ou seja, há uma busca de inter-relação entre os estudos da cultura popular e erudita; entre o estudo das mulheres e as relações de gênero em geral; entre aqueles que abordam acontecimentos e estruturas; entre as novas formas de narrativa e análise ou formas analíticas de narrativa<sup>42</sup>; e, por fim, entre a oposição da história social e política, uma busca e uma preocupação com o elemento social na política e com o elemento político na sociedade.

Logo, o contraste entre história antiga e história nova estaria, (1) em suas abordagens, que foi da história política à história total braudeliana; (2) nas idéias; constituindo-se a história nova numa base filosófica de que “[...] a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p.11); (3) na busca da análise das estruturas rompendo com a narrativa dos acontecimentos; (4) em uma mudança da tradicional visão de cima, concentrada nos fatos e personagens de destaque, para uma *história vista de baixo*, i. e., a história das pessoas comuns e suas experiências na mudança social; (5) na ampliação da noção de documento, que considera limitadas as fontes narrativas (crônicas); (6) em um novo modelo de explicação histórica dos acontecimentos que buscou uma maior variedade de questionamentos; (7) no rompimento com o paradigma tradicional de que a história é objetiva, adotando uma visão do passado de um ponto de vista mais amplo.

Entretanto, cabe ressaltar que, segundo Châtelet (1973, p.211),

Toutes les questions concernant les méthodes, les ‘approches’, les moyens, les procédures du texte historien sont abstraites, institutionnelles et iréalistes. Elles ne font que réitérer, les problèmes d’intelligibilité que se posaient Montesquieu, Voltaire, Hume, Hegel et quelques autres penseurs depuis lors. Il y a quelque quarante ans, Raymond Aron a tenté de poser correctement la question du texte historien et de sa signification. Il a mis en

---

<sup>42</sup> A questão da narrativa e a volta dos acontecimentos foi problematizada por Burke (1992) em seu ensaio em *A escrita da história...*

évidence que la science historique – produite par la société capitaliste comme sa justification et son remords – s'écartèle entre un positivisme élaboré (celui des fabricants d'inductions tranquilles: les sociologues) et des 'terrorismes' divers (les philosophies de l'histoire, y compris celle attribuée à Marx et à Lenine).

Apesar de na década de 1960 a história cultural francesa, ainda dominante, encontrar-se intelectualmente ameaçada pelas novas disciplinas que desviaram atenção “[...] das hierarquias para as relações; das posições para as representações” (NEVES, 2002, p.31), e de suas certezas estarem mal fundamentadas quando se confrontaram com as novas exigências teóricas, seus fundamentos ainda eram uma importante reação à história positivista do século XIX. Assim, historiadores dos Annales, definiram importantes obras teórico-metodológicas no século passado onde, segundo Neves (2002, p.31):

[...] desenvolveram novos campos de conhecimento, pluralizando objetos de estudo na história, flexibilizando suas fronteiras e ampliando possibilidades de assimilação de disciplinas vizinhas. Desse modo eles **reafirmaram ciências novas** [...]; **renovaram** ciências tradicionais; e promoveram **interdisciplinaridades** [...].(grifo nosso)

No século XX, portanto, foi constituída uma história que buscou atingir os padrões profissionais estabelecidos por Ranke no século XIX, e este período viu aparecer, segundo “[...] dans ses idéologie contradictoire, dans ses publications, dans ses institutions, um intérêt profond pour le devenir social considéré dans as positivité, qu'on ne saurait éluder” (CHÂTELET, 1973, p.215).

Os historiadores nesta renovação epistemológica, não limitaram-se somente a abordagem política, mas às econômica, social e cultural, numa abrangência, então, da atividade humana, buscando a **interdisciplinaridade** e rompendo com os antigos paradigmas.

Estas transformações foram, portanto, mais significativas, a partir da década de 1950 e 1960, pelas razões já expostas, consolidando a reação contra a história de fundamentação positivista. A década de 1970 caracterizou-se, então, pela busca dos estudos e pesquisas que valorizaram a cultura e atribuiu-se aos elementos que se extraiu dos campos naturais o estatuto de objetos simbólicos, efetuando, assim, o deslocamento, da articulação natureza/cultura.

Outra importante contribuição do período se deu a partir da reformulação do paradigma marxista realizado por Pierre Bourdieu, que apresentou a “[...] infra-estrutura econômica como determinante da estrutura jurídico-política e da superestrutura ideológica –

destacando a instância cultural” (NEVES, 2002, p.37). Esta perspectiva se deu em pleno vigor do estruturalismo na França e, paralelamente, Jürgen Habermas (1929-), cujos fundamentos teóricos advêm da Escola de Frankfurt, a partir da reflexão dos problemas da natureza da comunicação, da autoconsciência e seus efeitos sobre a ação social, desenvolveu a crítica ao determinismo econômico, enfatizando o papel da cultura, bem como, assim o fizeram Antonio Gramsci (1891-1937), Georg Lukács (1885-1971), e Edward Thompson (1924 –).

A década de 1980 teve como reflexão preponderante os conceitos da vida cotidiana que foram elaborados, principalmente, por Agnes Heller, sucessora de Georg Lukács, vinculados à Escola de Budapeste. Na década de 1990, a publicação de *Passes recomposés*, com vinte e um ensaios de historiadores franceses, expôs as contradições da totalidade do materialismo histórico à fragmentação da nova história, ponto enfatizado por Patrícia O'Brien, em *As inovações da história: ensaios sobre a representação do passado*, 1994, onde a supracitada autora enfatizou que “[...] fora da certeza analítica de classe do domínio estrutural do paradigma dos Annales, os historiadores experimentam novas teorias e novos modelos que pouco devem às ciências sociais” (NEVES, 2002, p.43).

Na contemporaneidade, a vigência dos postulados da pós-modernidade influenciaram as vertentes da história francesa, apesar de a transdisciplinaridade ter influenciado, por sua vez, de forma contundente, na descrença da unificação coerente da interdisciplinaridade, o que determinou, o surgimento da crise de confiança dos paradigmas de leitura do mundo na atualidade.

Cabe, entretanto, ressaltar, que a história desde sua renovação epistemológica buscou captar os fatos singulares, as realidades inconscientes, orientando-se a partir dos fundamentos de todas as ciências do homem, definindo abordagens, até então, exclusivas de raros pensadores, transformando, portanto, a escrita do homem no tempo e no espaço.

#### 1.4 QUESTÕES DA HISTÓRIA NOVA À HISTÓRIA URBANA

Conforme vimos, as investigações no campo da história na contemporaneidade colocam uma série de questões. Com as mudanças nas **práticas investigativas**, de pesquisa e escrita da história, que se modificaram, a partir de uma retomada mais crítica de suas abordagens e problematizações, as concepções dominantes da história linear *dos fatos* foram substituídas pelas concepções intrínsecas à história das estruturas.

Na concepção de história herdada do século XIX, denominada de história historicizante ou história episódica, defendia-se que a missão do historiador era estabelecer os fatos históricos, coordená-los e expô-los coerentemente. Os fatos históricos eram singulares, individuais e não se repetiam; constituíam a matéria da história, e serviram, até a renovação epistemológica iniciada no século XX, neste campo de conhecimento, como modo de interiorização e conceitualização da noção de progresso. O acontecimento era, portanto, um advento político, filosófico ou ideológico.

A escrita buscava na seqüência **descontínua** dos fatos, elaborar uma história global que circunscrevesse o acontecimento, dando ao conjunto uma **noção de continuidade**, através da forma narrativa.

Entretanto, uma reflexão sobre a palavra história realizada por Bloch (1974), já prenunciava o debate que veio ocorrer na França, a partir de 1929 e, influenciou no realinhamento de novas linhas de força na prática desta ciência (p.4):

A palavra não proíbe, de antemão, nenhuma direcção de pesquisa, quer deva orientar-se de preferência para o indivíduo ou para a sociedade, para a descrição das coisas momentâneas ou para indagação dos elementos mais duradouros; ela não contém em si mesma nenhum credo; não obriga, consoante a sua etimologia primeira, a outra coisa além da '**investigação**'.  
(grifo nosso)

Conforme vimos anteriormente, o motor da evolução da história, como assim definiu Cardoso e Brignoli (1983), foi o contato com as demais ciências do homem, ainda que, as modalidades e intensidades do contato tenham sido variáveis. Estes contatos favoreceram a utilização na história de técnicas, práticas investigativas, problemáticas e vocabulário, de outras áreas, sendo que, nos últimos anos alguns termos vêm sendo adotados, e são essenciais, para a escrita da história nova.

Entretanto, cabe ressaltar, algumas questões que são problematizadas na contemporaneidade para melhor entender, o **conceito**<sup>43</sup> de história. Serão detalhados

---

<sup>43</sup> Segundo Le Goff (1994, p.17;18), o significado da palavra história esteve durante longo período de tempo ligado a um jogo de espelhos e equívocos, que assim o descreveu: “[...] a palavra ‘história’ (em todas as línguas românicas e em inglês) vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico. [...] Esta forma deriva da raiz indo-européia *wid-, weid, ‘ver’*. Daí o sânscrito *vettas ‘testemunha’* e o grego *histor ‘testemunha’* no sentido de ‘aquele que vê’. Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à idéia de *histor* ‘aquele que vê’ é também aquele que sabe: *historien* em grego antigo é ‘procurar saber’, ‘informar-se’. *Histoire* significa, pois ‘procurar’. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início da suas *Histórias*, que são ‘investigações’, ‘procuras’.[...] Ver, logo saber, é um primeiro problema. Mas nas línguas românicas (e outras), ‘história’ exprime dois, senão três, conceitos diferentes. Significa: 1) esta ‘procura das ações realizadas pelos homens’ (Heródoto) que se esforça por se constituir em ciência histórica; 2) o objeto de procura é o que os homens realizaram. Como afirma Paul Veyne, ‘a história quer uma série de acontecimentos, quer a narração desta série de

aquelas que, apresentadas por Le Goff<sup>44</sup> (1994), são importantes para nosso objetivo de identificar os pontos onde se entrelaçam os caminhos da história nova e história urbana.

São, portanto, as seguintes questões (LE GOFF, 1994, p.7): (1) “[...] que relações tem a história com o tempo, com a duração, tanto com o tempo ‘natural’ e cíclico do clima e das estações quanto com o tempo vivido e naturalmente registrado dos indivíduos e das sociedades?” Aqui Le Goff nos remete, também, à questão instrumental do controle do tempo: o calendário, um dado essencial da história; (2) “[...] tem [...] a história um sentido? E existe um sentido da história?” (p.7). Esta questão aborda a dialética da história, que se resumiu, na oposição ou no diálogo, entre passado/presente e/ou presente/passado e, que exprimiu ou subtendeu um sistema de atribuição de valores, como nos pares antigo/moderno, progresso/reação; (3) a relação da história com o passado e o futuro. Segundo Le Goff (1994, p.8), “[...] a história deixa de ser científica quando se trata do início e do fim da história do mundo e da humanidade. Quanto à origem, ela tende ao mito [...] quanto ao final, ela cede lugar à religião [...] ou as utopias do progresso”. No que tange a questão das utopias Le Goff afirma, que uma das principais correntes utópicas do futuro foi o marxismo; (4) o contato da história com outras ciências sociais fez com que os pesquisadores tendessem a distinguir diferentes durações históricas, contudo, existe “[...] um renascer do interesse pelo evento, embora seduza mais a perspectiva da longa duração” (p.8); e, por fim, (5) a questão da ciência histórica, que desde seu nascimento nas sociedades ocidentais, “[...] se define em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se ‘indaga’, se ‘testemunha’ ” (p.9). Assim, o aspecto história-relato sempre esteve presente no âmbito do fazer história, mas, “[...] paradoxalmente, hoje se assiste à crítica deste tipo de história pela vontade de colocar a explicação no lugar da narração” (p.9). Esta crítica também foi estendida à noção de documento “[...] que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento” (p.10), levando-se em conta, que se ampliou a gama de possibilidades documentais, como a palavra e os gestos.

No âmbito das questões apresentadas na história nova, a abordagem teórica e as práticas investigativas devem considerar, portanto, como instrumental, as problematizações

---

acontecimentos[...] Mas a história pode ter ainda um terceiro sentido, o de narração. Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula. O inglês escapa a esta última confusão porque distingue entre *history* e *story* (história e conto). As outras línguas européias esforçam-se por evitar esta ambigüidade “.

<sup>44</sup> A obra de autoria de Jacques Le Goff foi publicada originalmente em 1990 sob o título *Storia e memoria*.

do tempo histórico; do sentido e da dialética da história; da relação evento e longa duração; narração e explicação; e, sobre os documentos. Além destas, outras questões são problematizadas na contemporaneidade, dentre as quais, foram apresentadas neste capítulo, a saber: de definição, de fontes e de métodos, de explicação e, de síntese (BURKE, 1992).

O **tempo da história**, segundo Bloch (1974, p.29), “[...] é o próprio plasma em que banham os fenômenos, e como que o lugar da sua inteligibilidade”, e enquanto tempo verdadeiro, “[...] é por natureza, contínuo. É também perpétua mudança. Da antítese destes dois atributos procedem os grandes problemas da investigação histórica” (p.29). Com esta assertiva, Bloch (1974), apresentava o problema da matéria fundamental da história, que é o tempo.

À época desta problematização, conforme afirmou Le Goff (1994, p.13):

[...] a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos.

Conforme demonstrou Foucault (1977), os historiadores utilizaram-se de vários instrumentos, tais como, os modelos de crescimento econômico, análise quantitativa dos fluxos de trocas, perfis de desenvolvimentos e das regressões demográficas, entre outros, que lhes permitiu distinguir “[...] no campo da história, camadas sedimentares diversas: as sucessões lineares, que até então tinham sido objeto da pesquisa, foram substituídas por um jogo de interrupções em profundidade” (p.3). Assim, no campo das investigações, os **níveis de análises** se multiplicaram: “[...] cada um tem suas rupturas específicas, cada um permite um corte que só a ele pertence; e, à medida que se desce para bases mais profundas, as escansões se tornam cada vez maiores” (p.3).

Outro ponto importante das questões postas na contemporaneidade é o **tema das origens**, conforme abordou Bloch (1974): “[...] a explicação do mais próximo pelo mais remoto, sendo naturalmente prezada pelos homens que fazem do passado o seu principal tema de investigação, dominou por vezes os nossos estudos até à hipnose” (p.31), e advertiu, que, etimologicamente, “[...] as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Eis a ambigüidade o perigo” (p.31).

Após a **crise do progresso**, os historiadores tenderam a aplicar as perspectivas utilizadas na ciência da natureza, em particular na biologia que “[...] mantêm uma concepção positiva, se bem que atenuada, do desenvolvimento enquanto progresso. [...] Assim, a

genética tende a recuperar a idéia de evolução e progresso, porém, dando mais espaço ao evento e às catástrofes” (LE GOFF, 1994, p.15). Através das novas abordagem pode-se entrever a crítica que Marc Bloch fazia ao **ídolo das origens**, tendo, portanto, “[...] a história [...] todo o interesse em inserir na sua problemática a idéia de gênese – **dinâmica** – no lugar daquela, passiva das origens” (p.15) (grifo nosso).

Num entrecruzamento das análises da história das idéias, realizadas por Foucault (1977, p.4), para a história propriamente dita, há o emprego dos conceitos de **ruptura**, que foram abordados por Gaston Bachelard e, na contextualização de sua crítica ao acúmulo indefinido dos conhecimentos, que são suspensos pelas **incidências de interrupções**, de naturezas diversas, e que estas (p.5),

[...] quebram sua lenta maturação e os introduzem em um tempo novo, os afastam de sua origem empírica e de suas motivações iniciais, e os purificam de suas cumplicidades imaginárias; prescrevem, desta forma, para a análise histórica, não mais a pesquisa dos começos silenciosos, não mais a regressão sem fim em direção aos primeiros precursores, mas a identificação de um novo tipo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos.

Estas reflexões se opuseram à noção das **grandes continuidades do pensamento**, das manifestações maciças e homogêneas de um espírito ou de uma mentalidade coletiva (FOUCAULT, 1977). No âmbito da história estes pressupostos se opuseram a noção de progresso, que triunfou com o Iluminismo, e advém da antiga oposição antigo/moderno, que durante o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, na Europa, no âmbito da ciência, da literatura, e da arte, manifestou-se na reviravolta da relação com o passado, historicamente valorizado, e preconizou que o que era antigo tornou-se sinônimo de superado e, o que era moderno, de progressista (LE GOFF, 1994).

As questões apresentadas por Bloch (1974), de se poder **compreender o presente pelo passado** e o **passado pelo presente** – “[...] é tal a força da solidariedade das épocas que os laços da inteligibilidade entre elas se tecem verdadeiramente nos dois sentidos” (p.42) – levou os historiadores, seguindo as próprias conclusões do autor, que de era absurda a idéia de que o passado pudesse ser objeto da ciência. Assim, March Bloch propôs que a história se definisse enquanto ciência dos homens no tempo, e esta concepção da história humana levou muitos pesquisadores a pensar que a história é a história social, mas, conforme advertiu Le Goff (1994, p.23), Lucien Febvre acrescentaria: “Não o homem, mais uma vez, não o homem, nunca o homem. As sociedades humanas, os grupos organizados”.

Segundo Le Goff (1994, p.23), Marc Bloch não aceitava que o caráter científico e abstrato do trabalho histórico devesse ser tributário da cronologia, ou seja, que a ordem adotada pelos historiadores devesse adequar-se à ordem dos acontecimentos. Propunha assim, um método de leitura ao contrário, i.e, “[...] um método prudentemente progressivo” (BLOCH, 1974, p.55), conforme descreveu Le Goff (1994, p.24): “[...] prudentemente, isto é, que não transporte ingenuamente o presente para o passado e que não procure por outras vias um trajeto linear que seria ilusório como o sentido contrário. Há **rupturas e descontinuidades** inultrapassáveis quer num sentido quer noutro”.

Na perspectiva de análise de Foucault<sup>45</sup> (1977), sobre as disciplinas chamadas história das idéias, o problema que se colocou “[...] a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer [...] o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o **recorte** e o **limite**; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos” (p.6) (grifo nosso); afirmando que no bojo destas disciplinas as rupturas se multiplicam e há uma busca para a reflexão de todas as descontinuidades, enquanto que “[...] a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos” (p.6).

Estas questões apresentadas até aqui entrecruzam-se com outras, a saber: (1) a questão da narração e explicação e, (2) sobre os documentos, esta, com várias problemáticas.

No que tange a questão da narração e explicação, Le Goff (1994) afirmou que “[...] cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado” (p.26) e “[...] desta forma a historiografia surge como seqüência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões” (p.28). Outra questão abordada por Bloch (1977) e por Le Goff (1994), no bojo da escrita da história, são os **anacronismos conceituais e verbais**, que podem falsear a qualidade do trabalho, advertindo para uma revisão rigorosa do vocabulário histórico, “[...] porque, para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar o vocabulário de cada vez que mudam os costumes” (BLOCH, 1974, p.35).

Segundo Burke (1992, p.15), existia o tradicional paradigma de que a história é objetiva, sustentado por alguns historiadores que defendem que sua tarefa é “[...] apresentar aos leitores os fatos”. Entretanto, este ideal foi considerado idealista, não podendo o

---

<sup>45</sup> A análise realizada por Foucault (1977) é feita para a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia e da literatura.

historiador deixar de olhar o passado de um ponto de vista particular, expondo que “[...] o relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos” (p.15). Desta forma, Burke (1992), tornou-se categórico ao afirmar “[...] nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura a outra” (p.15). Sendo assim, a percepção dos conflitos se dá de acordo com os pontos de vista, tendendo a ser mais realçado os conflitos das visões que os possíveis consensos, e, assim, concluiu o autor (BURKE, 1992, p.15), “[...] nós nos deslocamos do ideal da Voz da História para aquele da heteroglossia, definida como ‘vozes variadas e opostas’”.

A hipótese de que a história deveria ser a narrativa dos acontecimentos predominou até o Iluminismo, e à crítica do que era chamado de história dos acontecimentos (*histoire événementielle*), como já citamos, cedeu espaço para a história das estruturas, que foi a plataforma da *École des Annales*.

Entretanto, conforme afirmou Burke (1992, p.328), baseado nas reflexões de Paul Ricoeur<sup>46</sup>, “[...] toda história escrita, incluindo a história ‘estrutural’ associada a Braudel<sup>47</sup>, necessariamente assume algum tipo de forma narrativa”.

Desta forma, o autor (BURKE, 1992), concentrou-se na análise do que define como o grau de narrativa de algumas obras contemporâneas, e citou que historiadores associados aos Annales, como Georges Duby e Emmanuel Le Roy Ladurie, que enfatizaram em suas obras os acontecimentos, mas, não focalizaram “[...] os acontecimentos particulares por si sós, mas pelo que revelam sobre a cultura em que ocorreram” (p.328), sendo que, adotando esta perspectiva, “[...] Le Roy Ladurie já discutiu [...] a importância do que ele chama de ‘**acontecimento criador**’ (*événement matrice*), que destrói as estruturas tradicionais e as substitui por novas” (p.329) (grifo nosso).

Percebe-se, assim, que através de uma rica análise, Burke (1992), avaliou o que há de positivo da guerra de trincheiras entre os historiadores narrativos e os estruturais, tais como, algumas mudanças nas técnicas da escrita, e na abordagem dos fatos, praticando o historiador a heteroglossia<sup>48</sup>, enfatizando que a sua voz, também é uma das vozes possíveis

---

<sup>46</sup> A obra onde Paul Ricoeur abordou a questão da narrativa foi traduzida para *Times and Narrative*, trad. De K. Mclaughlin e D. Dellauer, 3 v., Chicago, 1984-8 (BURKE, 1992)

<sup>47</sup> Na obra *O Mediterrâneo...*, Fernand Braudel, em prefácio abordou, segundo Burke (1992, p.328), “[...] os acontecimentos como a superfície do oceano da história, significativos apenas por aquilo que podiam revelar das correntes mais profundas”.

<sup>48</sup> Burke (1992) citou que em se tratando de conflitos poderia-se partir do modelo dos romancistas para escrever suas histórias, ou seja, partindo de “[...] mais de um ponto de vista, o que permitira uma interpretação do conflito

de narrar a história, bem como, a possibilidade de términos alternativos, possibilitando que os leitores possam chegar as suas próprias conclusões.

A análise mais importante realizada pelo autor (BURKE, 1992), foi a da relação entre estruturas e acontecimentos, a partir da obra do antropólogo Marshall Sahlins, a partir dos estudos deste autor no Havaí e nas Ilhas Fiji, que problematizou o encontro entre as culturas no Pacífico, e faz duas observações deferentes, mas complementares: (1) Sahlins, “[...] sugere que os acontecimentos *‘portam traços estruturais distintos’*, que são *‘regulados pela cultura’*, no sentido de que os conceitos e as categorias de uma cultura particular determinam os modos pelos quais seus membros percebem e interpretam seja o que for que aconteça em sua época” (p.346). Logo, “[...] o acontecimento pode por isso ser estudado [...] como uma espécie de papel heliográfico que revela as estruturas da cultura” (p.346); (2) além disto, o antropólogo, na visão de Burke (1992, p.346), declara “[...] (ao contrário de Braudel) que há um relacionamento dialético entre os acontecimentos e as estruturas. As categorias são postas em perigo cada vez que são utilizadas para interpretar o mundo em mutação”. Isto se daria por que “[...] no processo de incorporação dos acontecimentos, *‘a cultura é reordenada’*” (p.346). Com estas abordagens do **acontecimento** e das **estruturas**, Sahlins resolveu, ou dissolveu, a oposição existente entre as duas categorias, abrindo caminho para uma nova perspectiva teórico-metodológica na escrita da história.

Concluindo o autor (BURKE, 1992, p.347-348), remeteu-se às possíveis formas de se escrever a história:

Estas novas formas incluem a micronarrativa, a narrativa de frente para trás e as histórias que se movimentam para frente e para trás, entre os mundos público e privado, ou apresentam os mesmos acontecimentos a partir de pontos de vista múltiplos. [...] Se os historiadores estão procurando modelos de narrativas que justaponham as estruturas da vida comum pelos acontecimentos extraordinários, e a visão de baixo pela visão de cima, podem muito bem ser aconselhados a voltar à ficção do século vinte, incluindo o cinema. [...] Visões retrospectivas, cortes e a alternância entre cena e história: estas são técnicas cinemáticas [...] que podem ser utilizadas de uma maneira superficial, antes para ofuscar, que para iluminar, mas podem também ajudar os historiadores em uma difícil tarefa de revelar o relacionamento entre os acontecimentos e as estruturas e apresentar pontos de vista múltiplos.

---

em termos de um conflito de interpretações” (p. 336), permitindo que as “[...] ‘vozes variadas e opostas’” (p. 336) sejam ouvidas na escrita do historiador.

Por fim, abordaremos a última questão proposta por Le Goff (1994; 1998), a ampliação ou explosão documental.

A questão que envolveu o documento, segundo Foucault (1977), deu-se em função da mudança que se operou na história. A partir desta mudança, houve uma nova abordagem com relação ao documento. Sendo assim a história, segundo o autor<sup>49</sup> (FOUCAULT, 1977, p.7):

[...] por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu [...] mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.

Além disto, a partir desta mudança, os problemas que são postos referem-se à crítica do documento<sup>50</sup>, portanto, conforme afirma Foucault (1977, p.8):

O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa.

Digamos, para resumir, que a história em sua forma tradicional, se dispunha a 'memorizar' os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se deixavam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.

Neste sentido a história, volta-se hoje, segundo Foucault (1977, p.8), “[...] jogando um pouco com as palavras [...] para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento”, o que acarretou várias conseqüências, que elencamos: (1) o **efeito de**

<sup>49</sup> Segundo Rago (1995, p.75) Michel Foucault, nesta assertiva, estava prestando uma homenagem a consagrada escola histórica dos Annales, “[...] adotando uma postura historiográfica preocupada não mais em revelar e explicar o real, mas em desconstruí-lo enquanto discurso”.

<sup>50</sup> Para Rago (1995, p.78), “[...] trabalhar então os documentos enquanto monumentos significará recusar a crença na transparência da linguagem e a antiga certeza de encontrar através dos textos o passado tal e qual”.

**superfície**, ou seja, a história tem como problema constituir séries, definir seus limites, suas relações, implicando numa multiplicidade de estratos, na especificidade do tempo e das cronologias que lhes são próprias (FOUCAULT, 1977, p.9):

[...] daí a necessidade de distinguir não mais apenas acontecimentos importantes [...] e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferentes [...] daí a possibilidade de fazer com que apareçam séries com limites amplos constituídas de acontecimentos raros ou de acontecimentos repetitivos.

Logo, “[...] o aparecimento dos períodos longos na história de hoje [...] é o efeito da elaboração, metodologicamente organizada, das séries” (FOUCAULT, 1977, p.9); (2) a **noção de descontinuidade**<sup>51</sup>, que na história, era considerado o dado e o impensável, que compreendia a natureza dos acontecimentos dispersos e que deveria pela análise do historiador ser contornado, reduzido, apagado, para que não aparecesse e nem comprometesse a sua continuidade.

A descontinuidade tornou-se, assim, segundo Foucault (1977, p.10) um dos elementos fundamentais da análise histórica:

[...] não é mais um conceito presente no discurso do historiador, no qual se desempenham mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, seu fracasso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise.

O (3) **tema da possibilidade de uma história geral**<sup>52</sup>, em oposição ao da história total, que tentava reconstituir o rosto de uma época, através de um sistema de relações homogêneas, rede de causalidades, que por diversas relações de analogia entre si, demonstrava que todos exprimiam um único núcleo central. A história era, então, organizada em termos de grandes unidades que traziam em si seus princípios de coesão. Estes princípios foram postos em cheque pela história nova, quando problematizou “[...] as séries, os recortes, os limites, os desníveis, as defasagens, as especificidades cronológicas, as

<sup>51</sup> O primeiro pensador a utilizar a metodologia da descontinuidade, segundo Barbosa (1995), foi Gaston Bachelard. Assim, ao analisar a história da física, Bachelard percebe que, entre os Paradigmas de Galileu, Newton e Einstein, não há passagem; são momentos descontínuos. Entretanto “[...] essa percepção só é possível através da análise dos discursos científicos, dos significados dos conceitos pela sua atualidade, dentro de um determinado momento histórico, numa idéia completamente nova de história, uma história que nunca se esgota, uma história sempre refletida, sempre recomeçada, sempre reescrita” (BACHELARD, 1996, p.146).

<sup>52</sup> A construção de uma história geral, ao contrário de uma história total, tinha como fundamento, na perspectiva de Foucault, segundo Rago (1995), a descrição das dispersões, ao invés da totalização fundada na consciência do sujeito.

formas singulares de permanência, os tipos possíveis de relação” (FOUCAULT, 1977, p.11). Logo, o problema que se apresentou e, que está associado à definição da tarefa de uma história geral, “[...] é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; [...] em resumo, não somente que séries, mas que ‘série de séries’- ou em outros termos, que ‘quadros’- é possível constituir” (p.11). Assim, “[...] uma história geral desdobraria [...] o espaço de uma dispersão” (p.12), contrariamente, a visão de conjunto da história total.

Finalizando, (4) os **problemas metodológicos relacionados aos documentos**, a saber: (a) a constituição daquilo que o autor (FOUCAULT, 1977, p.12) denominou de “[...] corpus coerentes e homogêneos de documentos (corpus abertos ou fechados, acabados ou indefinidos)”; (b) a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são concernentes e relativos, tais como, as palavras com suas regras e campos semânticos a serem utilizadas; (c) a especificação de um método de análise a ser utilizado, tais como, quantitativo, análise interpretativa, etc; (d) a delimitação dos conjuntos e/ou subconjuntos que articulam a gama de documentos utilizados (incluem-se aqui as regiões, períodos); (e) a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto, podendo ser, numéricos ou lógicas, funcionais, causais, analógicas, entre outras.

Entretanto, Foucault (1977), afirma que a mutação epistemológica no campo da história não acabou. Para tanto, seria necessário que os homens formassem “[...] uma teoria geral da descontinuidade, das séries, dos limites, das unidades, das origens específicas, das autonomias, e das dependências diferenciadas” (p.12). Isto, por que, estes mesmos homens, ainda, experimentam “[...] uma repugnância singular em pensar a diferença, em descrever os afastamentos e as dispersões, em desintegrar a forma tranqüilizadora do idêntico” (p.12), tendo dificuldade “[...] em fazer teoria, em deduzir as conseqüências gerais e mesmo em derivar todas as implicações possíveis” (p.12), pelo medo “[...] de pensar o outro no tempo de nosso próprio pensamento” (p.12).

Michel Foucault problematizou estas questões considerando o conceito de obstáculo epistemológico criado por Gaston Bachelard<sup>53</sup>, com a intenção de explicar o desenvolvimento científico inovando completamente a idéia de história da ciência praticada até aquele momento. A importância desta questão é relevante na medida que tenta esclarecer e apontar os obstáculos, que são impedimentos à leitura descontinuista (não-

---

<sup>53</sup> Em novembro de 1940, Gaston Bachelard foi convidado a suceder Abel Rey, tanto no ensino de história das ciências na Faculdade de Letras da Sorbonne, como na Direção do Instituto de História das Ciências e das Técnicas que a Universidade de Paris fundou em 28 de janeiro de 1932 (BARBOSA, 2000).

cumulativa) da história das ciências, e que tem sido interpretado por muitos autores com alguns equívocos, bem como, entre outros tantos pensadores que adotaram às idéias desta filosofia, aplicando seus conceitos às ciências do homem, tais como, L. Althusser e, principalmente, Michel Foucault<sup>54</sup>.

Segundo Bachelard (1996) “[...] é em **termos de obstáculos** que o problema do conhecimento científico deve ser colocado”, e (p.13),

[...] é no âmago do próprio ato de conhecer que aparecem, por uma espécie de imperativo funcional, lentidões e conflitos. É aí que mostraremos causas de estagnação e até de regressão, detectaremos causas de inércia às quais daremos o nome de obstáculos epistemológicos.

O que diferenciou a proposta de Gaston Bachelard, segundo Barbosa (2000), e que se destacou pelo fundamento do nosso modo de pensar o real, é sua abordagem analítica da história das ciências, que considera que “[...] o antigo deve ser pensado em função do novo” (p.44). Nesta perspectiva, o que está sendo fundamentado é o **rompimento com as origens**, com os percussores, tema que foi o mote durante muito tempo dos historiadores<sup>55</sup>, conforme já expomos.

Gaston Bachelard (1996) defendeu que é no próprio ato do conhecimento que aparecem os obstáculos e, é a partir deles, que se pode pensar a questão da descontinuidade na leitura da história das ciências. Os hábitos intelectuais podem atuar e influir na estagnação do desenvolvimento científico, o que significa que o próprio processo da racionalidade ocidental, com suas especificidades, “[...] podem se incrustar no conhecimento e causar impedimentos à compreensão de uma idéia nova, uma idéia diferente” (BARBOSA, 2000, p.243;244).

---

<sup>54</sup> Segundo Rago (1995), Michel Foucault provocou um desconcerto no meio científico, citando o fato de Georges Canguilhem, em sua obra *Sur l'histoire de la folie en tant qu'événement*, In: *Le Debat*, nº 41, ter chamado a atenção para o impacto provocado pelo surgimento da *História da loucura*, em 1960, quando nos meios acadêmicos franceses havia espaço para, quando muito, se pensar uma História da Razão, da Psiquiatria. No sentido de demonstrar o impacto do pensamento de Foucault a autora (RAGO, 1995, p.68) cita “[...] ademais, este filósofo irreverente, que, aliás, nem era historiador, cometera outro sacrilégio, outra irreverência, ao ir buscar no final do século XVIII, onde todos celebravam a conquista da liberdade e dos ideais democráticos durante a Revolução Francesa, nada menos do que a invenção da prisão e das modernas tecnologias da dominação. Enquanto todos os olhares convergiam para a centralidade da temática da Revolução, Foucault deslocava o foco para as margens e detonava com a exposição dos avessos. A prisão nascia, assim, não de um progresso em nossa humanização, ao deixarmos a barbárie do suplício, mas muito pelo contrário, como resultado de uma sofisticação nas formas da dominação e do exercício da violência”.

<sup>55</sup> Segundo Barbosa (2000, p.234), na tradição do pensamento alemão o lema que vigorava era de que “[...] o passado explica o presente”, e, sendo assim, o desenvolvimento histórico está sempre ligado a um indivíduo que descobre e divulga uma nova descoberta.

A noção de obstáculo epistemológico deve ser, portanto, aplicada no desenvolvimento histórico do pensamento científico. Partindo da questão da **atualidade do conceito**, nas disciplinas da física e da química, onde, segundo Bachelard (1996), não há passagem cumulativa entre um paradigma e o outro subsequente, só é possível entender as transformações ocorridas, partindo das significações conceituais atuais, ou seja, este entendimento se dá a partir de problemáticas diferentes.

O tema central das assertivas de Gaston Bachelard, segundo Barbosa (2000), é o entendimento do desenvolvimento no conhecimento científico fora da perspectiva evolutiva, tema que fora proposto, também, pelo filósofo Nietzsche, em 1951, ao afirmar que, é pela força do presente que se deve julgar o passado, noção que transposta á história da ciência, levou a uma ruptura com a idéia de origem.

Nesta mesma perspectiva Bachelard (1996, p.26) afirmou que a história das ciências deve ser formulada como uma história recorrente, “[...] uma história que se esclarece pela **finalidade do presente**, uma história que parte das certezas do presente e descobre, no seu passado, as formações progressivas da verdade”. Nesta temática insere-se a questão da atualidade da história das ciências, i. e., o conhecimento do presente, assim, a atualidade da ciência, oferece subsídios para se julgar o passado. Logo, o domínio da ciência na sua atualidade possibilita o entendimento do passado da ciência.

Segundo Barbosa (2000), pode-se assinalar algumas contribuições da perspectiva bachelardiana da história da ciência para o pensamento científico contemporâneo, tais como, (1) a mudança de progresso do conhecimento por mudanças de problemáticas, que dificulta uma abordagem da ampliação de um saber de um modo cumulativo; (2) a perspectiva da atualidade da ciência que levará o investigador a “[...] trabalhar com três temporalidades justapostas, uma se refere a atualidade da ciência, outra a temporalidade do investigador, e entra em jogo também a temporalidade dos dados históricos que estão sendo investigados” (p.246); (3) a questão da atualidade do conceito, que advindo dos paradigmas da Física (que seriam três), não haveria passagem cumulativa entre um paradigma e outro, e “[...] a análise da mudança entre esses três paradigmas constitui se de três problemáticas diferentes” (p.246); (4) a **análise da história** (no caso da Ciências) deve ser feita sempre a partir do presente, o que permite invariavelmente que ela seja sempre refletida, sempre recomeçada. Para tanto Bachelard (1996, p.76) afirmou: “[...] a consciência de modernidade da ciência e a consciência de historicidade são aqui rigorosamente proporcionais”; (5) a importância da leitura descontínua da história das ciências, que considera que os conceitos e suas significações estão dentro de um campo de pensamento

que é histórico<sup>56</sup>; e concluindo, (6) a importância da relação da história das ciências e da epistemologia, foi assinalada por G. Canguilhem, em *Études d' Histoire et de Philosophie des Sciences*, mostrando como a história das ciências nessa perspectiva não é somente a memória da ciência, mas, o laboratório da epistemologia.

A contribuição de Michel Foucault (1977), portanto, a partir da relação das problemáticas da história das ciências com a Filosofia e a história, se deu pelo fato de ter projetado luz sobre campos até então ignorados pela historiografia, bem como, criou expressões capazes de traduzi-los e pensá-los, e, ainda, que estivessem sido refletidos por outras correntes históricas, sua importância pode ser mensurada a partir dos procedimentos teóricos e metodológicos propostos. Neste sentido podemos afirmar que Foucault defendeu uma **história-problema**, ou seja, um trabalho de pesquisa histórica que servisse para iluminar e responder a uma problematização colocada pelo historiador, e que desenharia no percurso aberto o próprio objeto da investigação.

Michel Foucault, segundo Rago (1995), na introdução de *A arqueologia do saber*, assume uma importante postura historiográfica, que veio a ser uma das grandes contribuições da contemporaneidade: preocupa-se não mais em revelar e explicar o real, mas em desconstruí-lo enquanto discurso.

A concepção de história que se encontra em Foucault, coloca-se a partir de uma profunda crítica à concepção herdada do sujeito, i. e. (RAGO, 1995, p.76):

[...] crítica ao subjetivismo próprio da teoria clássica do conhecimento, em que o Sujeito é colocado como condição do saber; crítica à filosofia política, já que a política não é entendida em termos de 'vontades individuais e soberania'; crítica à vinculação tradicional entre condutas dos sujeitos em suas vidas diárias e as grandes estruturas políticas e sociais.

Nesta perspectiva Michel Foucault propôs determinadas questões à história, com a finalidade de destituir “[...] o sujeito do lugar privilegiado de fundamento constituinte, que ocupava na cultura ocidental, passando a problematizá-lo como objeto a ser constituído” (RAGO, 1995, p.77). Assim problematizou, (1) a produção do sujeito; (2) sua sujeição; e, (3) as formas de subjetivação por ele encontradas. Para tanto, o filósofo operou com a noção de objetivação, que vem a ser a constituição de domínios de objetos, e de subjetivação, que

---

<sup>56</sup> Barbosa (2000) advertiu que Gaston Bachelard afirmou que muitas vezes a sintaxe da palavra aprisiona a significação do conceito e impede que o historiador a partir da sua atualidade perceba a significação do conceito dentro da ciência atual e chegou a propor que o conceito seja **dinamológico** para que possa acompanhar o desenvolvimento do conhecimento científico que é sempre progressivo.

vem a ser as formas através dos quais os indivíduos se produzem e são produzidos numa determinada cultura, pelas suas práticas e discursos enquanto subjetividades.

Desta forma, através desta assertiva de Foucault (1986b, p.16) podemos melhor compreender sua problematização do sujeito<sup>57</sup>:

Faz dois ou três séculos que a filosofia ocidental postulava, implícita ou explicitamente, o sujeito como fundamento, como núcleo central de todo conhecimento, como aquele em que não apenas se revelava a liberdade, mas que podia fazer emergir a verdade. [...] Atualmente, quando se faz história - história das idéias, do conhecimento ou simplesmente história - atemo-nos a esse sujeito de conhecimento e da representação, como ponto de origem a partir do qual é possível o conhecimento e a verdade aparecer. Seria interessante que tentássemos ver como se produz, através da história, a constituição de um sujeito que não está dado de antemão, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constituiu no interior mesmo desta e que, a cada instante, é fundado e refundado por ela. [...] Isto é, em minha opinião, o que deve ser levado a cabo: a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que formam parte das práticas sociais.

Nestes termos, que nossa abordagem se ampara, portanto, na objetivação de objetos, para problematizá-los, e contribuir para a elaboração de uma pesquisa que vise, mas que respostas, abrir um leque de possibilidades ao entendimento do passado.

---

<sup>57</sup> Segundo Barbosa (1995), na perspectiva proposta por Foucault, trata-se de retirar do sujeito (ou do seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso. Não importa quem fala, o importante é perguntar como é que um saber se constitui.

# *Capítulo 2*

HISTÓRIA URBANA: CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE SABER

## 2. HISTÓRIA URBANA: CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE SABER

### 2.1 REFLEXÕES SOBRE OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA HISTÓRIA URBANA

A história urbana, ou história das cidades possui em sua denominação uma dificuldade na definição e na identificação da emergência desse campo de conhecimento. Isto se dá pela ausência de uma definição clara, mesmo no meio científico, onde se instauraram seus objetos, métodos, conceitos e objetivos, do que o que se poderia chamar de **história urbana**.

Procedeu-se inicialmente com uma sucinta reflexão da emergência desta disciplina considerando a importância do enfoque teórico no âmbito desta pesquisa.

Desde há muito a história de cidades se confunde com a própria história das civilizações e do território, tendo sido, na maioria das vezes, escrita por profissionais não especializados, ou seja, não era escrita nem por historiadores, nem por arquitetos ou urbanistas.

Segundo Bédarida (1976), a história urbana foi considerada durante um longo período no século XX um estudo generalizado sobre as cidades. E mesmo no período da Conferência Internacional do Grupo de História Urbana, ocorrido na Universidade de Leicester, entre 23 e 26 de setembro de 1966, houve um consenso, da necessidade de estudos multidisciplinares, e que estes, muitas vezes, não passaram de uma aspiração dos pesquisadores desta temática.

Os estudos urbanos e da cidade, por sua grande complexidade e pluridimensionalidade, demandam **estudos interdisciplinares**, o que gerou uma expectativa por parte de um grande número de pesquisadores de constituir a história urbana enquanto campo de saber total sobre o objeto (i. e., cidade e urbano), e uma teoria geral para os fenômenos urbanos. Entretanto, os resultados das pesquisas em todo o âmbito internacional mostraram que esta expectativa não obteve o sucesso esperado, pois, acima de tudo, estes estudos, apoiaram-se em diferentes recursos teóricos e metodológicos, bem como, diferentes modalidades historiográficas.

Segundo Lepetit (2001), a definição de interdisciplinaridade<sup>58</sup> possui uma intrínseca relação com a delimitação e afirmação das diferentes ciências sociais, *i.e.*, com um conjunto de práticas científicas que asseguram e estruturam os limites de cada campo de

---

<sup>58</sup> O texto *Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade*, de Bernard Lepetit, foi publicado inicialmente em *Revue de Synthèse*, ano 4, n.º 3, jul-set., 1990, e posteriormente selecionado para publicação de uma coletânea de textos em 1996, tendo sido publicado no Brasil em 2001.

conhecimento<sup>59</sup>, pois, seria “[...] a forma que assumem as relações entre práticas científicas especializadas” (p.31). Além disto, a interdisciplinaridade está inscrita num processo contínuo de evolução das ciências sociais, que por sua vez, “[...] é complexo na medida em que remete a lógicas e temporalidades que absolutamente não coincidem” (p.33). Logo, trata-se de um processo sem muita rigidez, uma “[...] prática ambígua” (p.37), baseada “[...] sempre em incompreensões parciais” (p.37), pois, a começar pelo ponto de vista do observador, tudo muda. *i.e.*, não há um ponto fixo onde se possa tudo observar e julgar.

Lepetit (2001), em seu ofício de historiador, abordou três empregos para a interdisciplinaridade e que se remetem ao estudo da cidade, a saber: (1) **a designação de objetos novos**. Nesta perspectiva Lepetit, considerou que os objetos não possuem uma evidência em si mesmo; é sempre a abordagem dos pesquisadores que lhe delimitam os contornos. Assim, a cidade é “[...] um objeto complexo em que se manifestam todos os fenômenos de interação, um conjunto que é mais do que a soma de suas partes” (p.39;40). A complexidade do sistema urbano e da evolução de suas formas de organização fazem da cidade um objeto específico, “[...] a compreender-se historicamente por si mesmo” (p.40). Logo, “[...] sua emergência resulta menos do desenvolvimento da historiografia do que de uma confrontação cruzada das interrogações das ciências humanas” (p.40).

O segundo emprego seria: (2) o **estabelecimento de condições para se produzir um novo saber**, *i.e.*, “[...] para se ampliar a inteligibilidade do real” (LEPETIT, 2001, p.40). Nesta perspectiva a interdisciplinaridade permitiria pensar de formas diferentes, relativizando o peso das tradições acumuladas, a evidência das categorias já estabelecidas e dos métodos consolidados. A partir da definição de projeto proposta por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber*, Lepetit (2001), afirma que as ciências sociais, incluindo-se a história, a fim de evitar dogmatismos, “[...] deve sempre estar em lugar diferente daquele em que se encontravam e onde se espera que estejam”, sendo, portanto, “um ponto de apoio para esses deslocamentos sucessivos” (p.40)

O terceiro e último emprego da interdisciplinaridade proposto por Lepetit (2001) foram, (3) os **elementos para posturas melhor controladas**. Assim, a interdisciplinaridade, deveria permitir nas pesquisas abordagens mais ponderadas, pois, a partir das escolhas de modelos de análise e de métodos de outras disciplinas implicaria em conseqüências metodológicas menos imprevisíveis no campo da história.

Segundo esta perspectiva teórica a interdisciplinaridade não seria um movimento de unificação das ciências sociais, mas, “[...] um processo controlado de empréstimos

---

<sup>59</sup> Segundo Lepetit (2001, p.39), “[...] uma disciplina não é apenas uma forma de estruturação da realidade descrita [...] é igualmente uma profissão, isto é, um conjunto de procedimentos testados que constituem a garantia inicial de um discurso coerente. [...] É no interior de uma prática disciplinar que, sem dúvida, são maiores as possibilidades de certificar-se d adequação entre uma posição epistemológica e escolhas metodológicas, entre um procedimento experimental e proposições analíticas”.

recíprocos, entre as diferentes ciências do homem, de conceitos, problemáticas e métodos para leituras renovadas da realidade social” (LEPETIT, 2001, p.42).

Este processo de interdisciplinaridade não foi tão profícuo nos estudos das cidades na longa duração, pois, Bédarida (1976), destaca as pesquisas que abordaram a cidades e foram realizadas por geógrafos e historiadores, com ênfase na França, e demonstrou que, para os primeiros as questões espaciais vinham à frente das abordagens metodológicas da história, principalmente, às relacionadas com o processo de encadeamento do tempo.

Cabe ressaltar, que os historiadores da arte e da arquitetura, enquanto autores destas disciplinas formais, abordaram durante muito tempo, os espaços das cidades e a organização física dos sítios urbanos, através de uma dimensão estética e formal, priorizando a história da produção cultural, relegando para segundo plano, os aspectos econômicos, sociais ou políticos. Estes só viriam ser considerados por historiadores propriamente ditos, com interesse no urbano, bem como, de outros campos de saber, como a geografia e a demografia, que buscavam através de uma perspectiva histórica entender o espaço (BÉDARIDA, 1976).

Conforme citamos no capítulo anterior, toda esta problematização teórico-metodológica se deu no bojo do processo da profunda renovação do domínio científico, ocorrida em meados do século XX, onde a história, enquanto disciplina autônoma, dentro deste contexto, foi a ciência que ocupou um lugar original a partir de sua renovação integral, dando origem a uma história nova, como a definiu em 1930, um de seus pioneiros Henri Berr. A partir de 1929, *i.e.*, do início do século XX, com a publicação periódica de *Annales d'Histoire Economique et Sociale* na França houve um maior interesse pelo urbano entre os historiadores, tais como Henri Pirenne e Fernand Braudel, em cujas obras as cidades ou o fator urbano desempenham um papel central. Outra importante contribuição se deu na filosofia, a partir da reflexão da história do conhecimento científico, ou história das ciências, que contribuiu para uma renovação no campo da história, tendo em vista as reflexões de Gaston Bachelard, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, sendo que as reflexões deste último autor foram abordadas pelo historiador Paul Veyne em *Foucault revoluciona a História*.

Entretanto, os historiadores que abordaram os processos sociais, econômicos e políticos, entre outros, concomitantemente, não tiveram em comum um mesmo referencial teórico, “[...] não havendo identificação alguma em relação a um campo intitulado ‘*história urbana*’” (SILVA, L., 2000). Este campo de conhecimento, conforme atesta-se na produção teórica sobre o tema, foi definido a partir do século XX em países com uma produção historiográfica maior, *i.e.*, Grã-Bretanha e Estados Unidos<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Nos textos apresentados nas versões do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU) que abordam as questões teórico metodológicas da história urbana houve um interesse, também, pela constituição

Este fenômeno se deu em virtude de ter se dado na década de 60 do século passado os estudos sobre o processo de desenvolvimento/industrialização/urbanização que ocuparam de maneira sistemática as preocupações dos pesquisadores em ciências sociais nestes países, surgindo assim, determinados grupos de pesquisadores que passam a se auto-intitular historiadores urbanos, cujo objetivo era analisar, portanto, a história dos processos de urbanização locais. Além disto, na França, berço da renovação epistemológica da história, os planejadores urbanos foram, em sua maioria, até meados do século passado, profissionais pouco habilitados para o estudo da história das cidades. Na verdade, com os franceses a história da cidade se constitui como um campo de conhecimento criado as margens da história da arte (BÉDARIDA, 1976).

Mas, ainda assim é preciso considerar que houve no século XX uma importante mudança nas abordagens teórico-metodológicas e nas reflexões sobre os processos de constituição, estruturação e mudanças nas formas espaciais das cidades na longa duração.

As primeiras reflexões sobre a perspectiva histórica e o urbano nos Estados Unidos se operaram através do *Joint Center for Urban Studies* do M.I.T. e da Universidade de Harvard, na conferência e posterior publicação, em 1963, de *The Historian and the City*, tendo Oscar Handlin e John Burchard como editores (SILVA, L., 2000).

Entretanto, foi o *grupo de Leicester*, ou o Grupo de História Urbana constituído na Universidade de Leicester, na Inglaterra, que foi o principal marco da constituição da história urbana enquanto campo de conhecimento autônomo<sup>61</sup>. O grupo que foi liderado por Harold James Dyos se tornou responsável por importantes publicações, a saber, o *Urban History Newsletter* (1962); o *The Study of Urban History* (1968), tendo sido originado do International Round-table Conference, ocorrido em 1966; e, em 1974 o *Urban History Yearbook*, se transformou em uma versão de maior fôlego do *Urban History Newsletter*,

---

deste campo de conhecimento. Ressaltamos o artigo de José Luis Óyon, *Spain. The quest for an urban history*, apresentado no VII SHCU, em 2002, e que corresponde, segundo o autor (ÓYON, 2002), ao capítulo dedicado a Espanha no livro *European Urban History. Prospect and Retrospect*, editado por Richard Rodger, em Leicester University Press, 1983. Além deste artigo houve outro escrito por Silva, L. (2000) que cita, por exemplo, HAUSER, Philip Moris e SCHNORE, Leo Francis, *The Study of Urbanization*; editado em Nova York, por J. Wiley, no ano de 1965.

<sup>61</sup> As principais questões, ou reflexões fundadoras (SILVA, L., 2000), instauradas neste período foram, a saber, (1) o balanço, categorização e análise da produção historiográfica já existente; (2) a procura de uma definição do que seria a história urbana, em especial no que diz respeito à sua relação as demais ciências sociais; e (3) a definição de um programa/agenda de pesquisa. As duas primeiras reflexões remetem-se a um ponto comum, isto é, a explicitação de uma insatisfação e uma busca de diferenciação em relação à tradição biografista de gênero antiquarista (enaltecedora do passado), muito embora, já existissem pesquisas que já se contrapunham a esta produção, com características distintas, apresentando duas abordagens possíveis: uma particularista e outra generalista. A primeira, mais identificada com o estudo de casos específicos, refere-se a história da cidades; a segunda teria como objeto processos mais gerais, organizados em torno de temáticas, como o processo de urbanização, o desenvolvimento econômico, a industrialização, e o desenvolvimento tecnológico. De ambos os lados, a defesa de dois discursos que se opõem e que defendem, de um lado, a história urbana como estudos de processos mais gerais, ou seja, de temáticas mais generalistas; e, por outro lado a defesa que só a análise de casos específicos permitiria o estabelecimento dos nexos causais entre os diferentes aspectos concernentes ao processo de urbanização. No que tange as questões relativas à pesquisa dois pontos consensuais emergem: a necessidade de enriquecimentos transdisciplinares e a premência de estudos comparativos.

após este período, em 1992, o *Yearbook* se transforma no *Journal Urban History* (SILVA, L., 2000).

A conferência de Leicester, em seus debates, abordou todas as inquietações, proposições científicas e experiências no estudo da cidade em diversas perspectivas, diferentes objetos e com a atuação de muitos pesquisadores. A importância desta experiência se deu pela abordagem sobre a temática que foi realizada a partir de diferentes visões por cientistas sociais, tais como, historiadores, economistas, geógrafos, sociólogos, demógrafos, arquitetos, entre outros, o que demonstrou uma rica diversidade de disciplinas que abordaram o assunto. Nestas abordagens os pesquisadores refletiram o conceito de cidade, as práticas metodológicas, os estudos de caso, e, principalmente a definição do que era o campo de conhecimento de história da cidade (DYOS, 1976).

Este foi um dos principais temas que de certa forma permeou os estudos dos pesquisadores da conferência de Leicester, tendo especial atenção de Checkland (1976), que considerou importante a necessidade de definição de termos/conceitos padrões para o estudo das cidades, mas, alertando que se deveria evitar as rígidas conceituações e definições prematuras no âmbito desta pesquisa. Sobre esta perspectiva Dyos (1976), advertiu que talvez não fosse possível encontrar conceitos padrões, mas, considerou que era necessário que geógrafos, sociólogos, e historiadores ampliassem suas terminologias e as definissem desde o início de suas investigações.

Em sua conferência Checkland (1976), abordou questões relativas aos métodos e limitações da história e sua interface com o estudo do espaço. Sobre a história salienta (p.344):

Fundamentally, however, we must come back to this: the historian's job is that of synthesis. It is rather grand to put it this: the historian's task to try to put the components of human experience together. However wide the differences in disciplinary approach may become, the characteristic role of the historian is to seek always to assimilate the results to a single unified account.

Assim, a tarefa de sintetizar as experiências humanas no tempo seria delegada ao historiador e no que tange ao estudo do espaço, coube, também, assinalar as limitações deste campo de conhecimento, tendo em vista que caberia aos estudiosos do espaço dominar determinadas ferramentas conceituais e metodológicas, conforme afirma o autor (CHECKLAND, 1976, p.347):

In spatial terms there have many attempts at morphological schema that show the shape of the city through successive phases. In spite of serious limitations, of which historians are very conscious, this spatial approach would seem the most successful application to urban phenomena of this kind of trend thinking.

Nestes sentido, um dos principais objetivos da *International Round-table Conference* foi delimitar o campo de conhecimento da história urbana, defendendo o caráter científico das pesquisas, o amplo leque de disciplinas afins, bem como, a abrangência dos estudos de caso, pois, a cidade definida como uma dos mais complexos objetos de estudos por abrigar vários aspectos da organização e da vida humana. Adotando esta perspectiva científica e multidisciplinar Checkland (1976, p.346), define a história urbana como:

Such history is indeed, in a sense scientific, for it is the work of archaeologists, social anthropologists, geographers, and historians of culture and of science. The city is seen as the cradle of the scientific attitude itself, the place of the active experimental approach, the key to the control of the forces of nature. We feel that we are seeing the city as a universalised human creation.

Entretanto, uma outra importante reflexão sobre a história urbana e algumas de suas tendências metodológicas na França, país onde se firmaram as renovações científicas das ciências sociais, em particular na história, se deu através da abordagem de François Bédarida, em *The Growth of Urban History in France: Some Methodological Trends*. O autor (BÉDARIDA, 1976), iniciou sua conferência definindo os temas abordados, *i.e.*, (1) o estudo do crescimento dos centros urbanos e a vida nas cidades; (2) os métodos de investigação no campo de conhecimento da história urbana; e, (3) as ideologias ou teorias subjacentes de práticas investigativas, as hipóteses e as conclusões. Em síntese defendeu que as experiências de pesquisas em história urbana na França tiveram uma participação de cientistas sociais e de historiadores, sendo que, a participação dos primeiros ajudou a definir os limites científicos das pesquisas sobre as cidades na longa duração. Uma das principais contribuições, segundo Bédarida (1976, p.49), seu deu através dos estudos da geografia, sendo que, uma das obras clássicas sobre o tema foi publicada em 1912 por Raoul Blanchard, *Grenoble: Etude de Géographie Urbaine*. Além desta obra Blanchard publicou o artigo, *The method of Urban Geography*<sup>62</sup>, onde determinou as regras que deveriam prevalecer na análise geográfica das cidades, enfatizando que os métodos empregados pelos geógrafos deveriam ser auxiliados por assuntos e temas de disciplinas vizinhas, principalmente, do contexto histórico, que deveria ser considerado em constante mudança.

As principais correntes teóricas na França no final da década de 1960, sobre o estudo das cidades consideravam os seguintes aspectos, segundo o autor (BÉDARIDA, 1976); (1) **grande diversidade nas pesquisas**, *i.e.*, havia uma série de iniciativas dispersas, estudos originados por vários grupos e, em alguns momentos, ocasionais encontros de acadêmicos onde se percebia uma variedade de linhas de ataque às

---

<sup>62</sup> O artigo de Raoul Blanchard foi publicado em 1922 na revista *La vie Urbaine*, sob o título *Une méthode de géographie urbaine*, e é um dos primeiros trabalhos metodológicos sobre o tema (VASCONCELOS, 1999a).

problemáticas sobre as cidades; (2) **o conceito de história urbana**, que até então, permanecia muito confuso, se restringindo em alguns momentos a um sinônimo de planejamento de cidades, i.e., confundindo-se com o urbanismo; e, às vezes, era muito amplo, que se confundia com a história social, pois, as pesquisas consideravam que grande parte da cidade se transformava em uma trama da sociedade inteira, e apoiavam-se em uma base teórica e hipóteses que eram dependentes das várias concepções sobre cidade e vida social.

A partir da análise destes aspectos Bédarida (1976), expôs uma importante questão relativa as pesquisas e aos aspectos teórico-metodológicos de história urbana desde então, i.e., as conceitualizações utilizadas nos estudos freqüentemente não eram visíveis, estavam subentendidas, sendo importante, portanto, para analisar esta produção trazê-las à tona. O que Bédarida propôs, foi fazer uma análise dos discursos, i.e., tornar claro as assertivas teóricas nas quais a metodologia do historiador urbano esteve baseada, afirmando que, conscientemente ou não, o mais empírico trabalho de pesquisa está associado a uma ideologia. Para tanto citou as principais correntes teóricas do período, a saber, (1) a organicista; (2) a teoria biológica; (3) a funcionalista; (4) a positivista ou neo positivista; (5) a teoria dialética; e, (6) a sócio-cultural; bem como, os principais temas que não deviriam ser privados de uma pesquisa sobre as cidades, tais como: (1) o crescimento das cidades na contemporaneidade e na longa duração, incluindo os fenômenos que lhe influenciariam; (2) a rede urbana e as relações entre os diferentes tipos de cidades em um país ou uma região; (3) a questão da migração, i.e., da mobilidade social, inclusive, a questão da integração social; (4) a estrutura social, i.e., relação dos indivíduos entre si e com os espaços; (5) meio ambiente e imagem da cidade, i.e., uma abordagem mais profunda entre a sociedade, seus valores e a cidade.

Os temas abordados, segundo Bédarida (1976), poderiam ser auxiliados pelos mais avançados ramos da pesquisa histórica, além, de beneficiarem-se dos progressos simultâneos das outras ciências sociais, o que beneficiaria num amadurecimento das pesquisas no campo de conhecimento da história urbana.

Após o período de análises e de busca de definição da história urbana, delimitado entre o final da década de 1960 e pela década de 1970, houve na década de 1980, considerável produção na França e na Alemanha. A vertente francesa pautou-se na relação história urbana e história social, em direção quase inversa ao que ocorrera na Grã-Bretanha, com especial atenção na publicação em cinco volumes de *Histoire de la France urbaine*, ocorrida entre 1980 e 1985<sup>63</sup>. Na década de 90, manteve-se a tendência já delineada nos

---

<sup>63</sup> As maiores contribuições do período seriam, portanto, (1) um menor crédito ao potencial explicativo da história urbana; (2) uma maior precaução da interpretação urbana da história, tendo em vista as críticas da década anterior (1970); (3) um aumento das contribuições provenientes da sociologia; (4) uma maior contextualização no

anos de 1980, ocorrendo um grande enriquecimento no campo da história urbana na Europa, com ênfase numa produção mais coletiva, com formação de grupos de pesquisas, publicações especializadas, dinamismo expresso na criação da Associação Européia de Historiadores Urbanos, embora, nos Estados Unidos, as pesquisas em história urbana continuam como atividade marginal sem tanto destaque.

Houveram também outras soluções propostas neste período por pesquisadores da história urbana em outros momentos, tais como, Richard Rodger, que sugere um investimento nos estudos comparativos a partir de tópicos específicos ou o estudo de redes de cidades<sup>64</sup>.

Cabe ressaltar, que depois de 1990 observou-se grande mudança nas concepções metodológicas e epistemológicas sobre a história urbana, tendo em vista as reflexões sobre a forma de produção que predominou até 1960<sup>65</sup>, i. e., as biografias urbanas. Novas perspectivas vão direcionar as primeiras e radicais posições sobre o campo de conhecimento, considerando-se, que embora predomine, ainda, as obras individuais sobre as coletivas, e uma continua preferência pelas biografias, tornaram-se mais elaboradas as pesquisas e análises sobre a cidade na longa duração.

Lepetit (2001), aborda importantes questões relativas às práticas teórico-metodológicas da história urbana já neste século trazendo à tona alguns problemas da micro-história, preconizada por historiadores italianos em torno da revista *Quaderni Storici*, bem como, da coleção *Microstorie*, afirmando que “[...] suas implicações teóricas são analisadas por seus promotores de maneira mais prolixa do que exata” (p.192), além do que

---

estudo das cidades, ainda, que hegemonicamente estas pesquisas fossem apresentadas sob a forma de biografias urbanas (SILVA, L., 2000).

<sup>64</sup> Estes procedimentos metodológicos evitariam o risco da fragmentação neste campo de conhecimento, pois, esta poderia se dar “[...] pela constituição de grupos ligados a temáticas específicas, como por exemplo, períodos históricos de interesse, ou então grupos especificamente interessados em história do planejamento/urbanismo ou os grupos de morfologia urbana” (SILVA, L., 2000).

<sup>65</sup> Conforme citamos duas correntes e visões da história urbana que influenciaram na conformação deste campo de conhecimento se configuraram no Século XX, a saber (1) a européia, com o grupo de Leicester, e a (2) americana, com opções conceituais distintas, com a *visão* conhecida como New Urban History, cuja principal publicação, no período (1968) foi *The Nineteenth Century City : Essays in New Urban History* editadas por Richard Sennett e Stephan Thernstrom. Enquanto o grupo americano New Urban History, teve uma abordagem sociológica e que se identificou com a abordagem do urbano relacionado aos processos espaciais, o grupo de Leicester, adota uma abordagem oposta, tendo em vista sua afinidade disciplinar com a ciência e a história econômica, implicando, portanto, na concepção de história urbana enquanto cidade como processo.

A grande contribuição destes dois grupos de pesquisa foram as publicações periódicas, o americano *Journal of Urban History*, de 1974, publicação mais tardia que seu correlato britânico, mantendo-se distante estrategicamente das abordagens do grupo new urban history. Cabe ressaltar, entretanto, que embora sejam de grande contribuição o *Journal of Urban History* e o *Urban History*, possuíam suas temáticas e abordagens significativamente restritas aos seus países de origem, com exceção para o artigo de Richard Morse, *Brazil's Urban Development – Colony and Empire*, de 1974; e de Susan Socolow e Lyman Johnson, *Urbanization in Colonial Latin America*; e, o de Gerald Michael Greenfield, *New Perspectives on Latin America*, de 1981.

Além disto, mais recentemente, na década de 1980, a publicação do *The Pursuit of Urban History*, em 1983, resultado da Dyos Memorial Conference, foi um marco, ainda que com conteúdo diferente do temário do encontro, por ter realizado uma avaliação das bibliografias existentes nos últimos vinte anos, além de engendrar um movimento para consolidação da história urbana como campo de conhecimento. A publicação do evento, bem como o artigo de *Urban History in the Eighties: Reflexions on the H. J. Dyos Memorial Conference*, contido no *Journal of Urban History*, de 1984, são fontes fundamentais para a compreensão das perspectivas e balanços realizados nos anos 80. (SILVA, L., 2000).

a referência que a ela se faz “[...] é às vezes mais encantatória que efetiva” (p.192), e o papel heurístico que lhe foi atribuído ainda não estariam muito claros.

Para tanto, seria necessário apostar nas virtudes heurísticas da micro-história, ao invés das tradicionais abordagens que se apoiavam na observação empírica, no positivismo lógico, numa estatística descritiva de uma história serial, e principalmente, numa nova postura do historiador que nasceria de “[...] um conhecimento mais explícito das modalidades diversas do raciocínio histórico e de suas implicações” (LEPETIT, 2001, p.194), acrescentando-se, ainda, as questões de escala e da generalização. Esta última seria uma forma equivocada de se proceder a uma pesquisa histórica, pois, além de ser uma forma de indução, “[...] a generalização é um procedimento abstrato e processo de abstração: seu resultado inscreve-se inteiramente na ordem das representações. Ela opera por seleção dos termos comuns e por perda da singularidade, do detalhe, da diferença considerada secundária” (p.194).

Logo, no que tange a pesquisa da história urbana a generalização pode induzir a graves erros ao induzir conclusões reducionistas que se apóiam no uso de analogias, i.e., como base nas semelhanças, e não nas diferenças entre diferentes classes pré-estabelecidas, ocultando as singularidades, os detalhes, os eventos e agentes modeladores que teriam uma particular importância em cidades que possuem características por vezes únicas dentro de um contexto regional ou mesmo de um vasto território.

Assim, um método proposto por Lepetit (2001), o do sistema dos contextos, que seriam reconstituídos por uma série de “[...] variações do ângulo de visão da acomodação da óptica” (p.207), que possuiria duplo estatuto: resultaria da “[...] combinação de milhares de situações particulares e ao mesmo tempo dá sentido a todas elas” (p.207). No entanto, para se saber se o conjunto reconstituído estaria completo seria necessário outro método: a de definição de uma escala, pois, a variação de escala, poderia dar conta da complexidade do real e de sua inscrição em um mundo de medidas díspares, aplicando-se nesta metodologia as noções de escala, escalas de referência, proporção, redução, todas oriundas da geografia e da arquitetura.

Desta forma, seria possível no âmbito dos estudos de história haver explicações diferentes da realidade que só seriam excludentes quando passíveis de se oporem mutuamente, i.e., quando possuem as mesmas dimensões numa mesma escala. Com uma transposição de linguagem dos temas expostos Lepetit (2001), propôs novas abordagens teórico-metodológicas para a pesquisa historiográfica, a saber; (1) a **história deve construir conjuntamente as problemáticas e os objetos**; as fontes documentais não impõem sua evidência e o passado não se conserva “[...] mas constitui o objeto de uma reconstrução sempre recomeçada” (p.223); (2) o **modelo e a modelização**, i.e., a “[...] inteligibilidade histórica do mundo” (p.223), e “[...] o processo de pesquisa histórica” (p.223),

não são separáveis. O modelo enquanto processo adquire sua forma transformando um saber inicial, questionamentos, materiais documentais em objetos construídos; (3) **a escolha de uma escala particular**, já que, o modelo é uma redução que só retém certas dimensões do objeto, e cada redução evoca outras, o que torna a pesquisa um processo dinâmico sem fim. Assim, a escala “[...] tem por efeito modificar a conformação e a organização dos objetos” (p.223), sendo que, nenhuma escala possui um privilégio particular: “[...] os macrofenômenos não são menos reais, os microfenômenos não são mais reais” (p.223), logo, não há hierarquia entre eles.

Lepetit (2001), cita também, (4) a **importância de se saber em que campo de validade a explicação pode situar-se**, pois, esta deve se adequar a escala de observação do objeto escolhida, ou seja, Lepetit (2001), advertiu sobre a relação entre as conseqüências entre as variações de escala e o conteúdo das grades explicativas; e, (5) **a questão que se remete as conclusões**, que resultam da análise em uma determinada escala que não poderia se opor às conclusões obtidas em uma outra escala, considerando, para tanto, os níveis diversos em que foram estabelecidas.

Lepetit (2001), conclui afirmando que em história os resultados das pesquisas estão associados aos procedimentos e aos métodos de análise, e exemplificou tal assertiva a partir da “[...] questão da infinita diversidade do mundo” (p.225) que existe no pensamento de Pascal, i.e, no sistema de variação infinita dos objetos onde o observador acomoda interminavelmente seu olhar, num movimento de aproximação e distanciamento regular, onde não há solução de continuidade. Sobre esta perspectiva o autor afirmou: “[...] a reflexão pascaliana sobre a unidade da natureza não rejeita uma representação da heterogeneidade do mundo – ao contrário, baseia-se nisso” (p.226).

Das assertivas de Bernard Lepetit (2001), podemos refletir que a proposição do emprego da interdisciplinaridade no campo da história, que se fez após uma análise da produção da temática da história da cidade sob os novos métodos propostos pelos historiadores dos Annales e no período posterior desta produção inicial, deve considerar os métodos investigativos, os conceitos, as problematizações, das ciências que abordam a cidade em suas pesquisas.

Entretanto, a história e as ciências que abordam o estudo do espaço têm suas práticas científicas e devem adotar um processo controlado de empréstimos (LEPETIT, 2001) das práticas de outras ciências. Este processo deve priorizar e possibilitar, portanto, novas leituras, novos objetos, e permitir pensar de formas diferentes os problemas relativos a cidade na longa duração.

No que tange as novas abordagens teórico-metodológicas para a pesquisa historiográfica, no âmbito da história da cidade, podemos considerar que o estudo das formas urbanas poderá ser sempre reconstrução sempre recomeçada (LEPETIT, 2001), já

que as fontes documentais serão sempre passíveis de novas interpretações à luz de novos conhecimentos e de novas problematizações. Esta possibilidade se apóia, assim, na relação que deve existir entre a inteligibilidade histórica do mundo e seu processo de pesquisa histórica (LEPETIT, 2001). Além disto, há ainda a importância da escala de análise do objeto, que determina certas particularidades que poderão ser expostas, numa escala, e não percebidas em outra, mas, o campo de validade a explicação ou da interpretação deve ser considerar os níveis propostos de redução e de método de observação do real apresentado em modelo (s).

O que se deve priorizar, então, é a questão da infinita diversidade do mundo (LEPETIT, 2001), i.e., da infinita diversidade dos objetos que podem assumir formas diversas sob diferentes olhares do observador.

O estudo das cidades na longa duração deve considerar, portanto, o objeto de pesquisa em sua relação dinâmica com o conjunto de referências teórico-metodológicas que se propõem a explicar, seja através das preexistências, seja através das diferentes fontes documentais, as características morfológicas de cada espaço, bem como, os possíveis níveis de redução deste objeto, principalmente, quando o estudo se der no âmbito da arquitetura e da geografia, campos de conhecimento que abordam os métodos de utilização das escalas e da representação gráficas.

Estes elementos que são definidores dos procedimentos e dos métodos de análise de uma pesquisa científica é que proporcionarão, considerando as conseqüências da variação de escala, uma melhor leitura e interpretação da representação da heterogeneidade do mundo (LEPETIT, 2001), especificamente do mundo urbano, e em nossa especificidade temática, uma melhor reflexão da complexidade do universo urbanístico português e suas formas de organização espacial na América Portuguesa considerando-se a participação das ordens religiosas neste processo.

## **2.2 HISTÓRIA URBANA EM PORTUGAL E ESPANHA: DESENVOLVIMENTOS RECENTES**

Apesar das pesquisas sobre as cidades coloniais no Brasil terem avançado significativamente a partir da primeira metade do século passado, principalmente, depois, da publicação da obra de Reis Filho (1968), conforme abordado, cuja contribuição é inegável, na medida em que se opõe ao discurso hegemônico do período, que associava a ordem geométrica a existência de um urbanismo regulado ou regulador, ainda, se fazem necessárias algumas reflexões sobre o fenômeno de se construir cidades pelo mundo recém descoberto da América.

A constituição do campo de conhecimento da história urbana em Portugal e Espanha, os dois impérios que dominaram a maior extensão geográfica, até então, se deu de forma distinta. Cabe aqui, ressaltar, os pontos que ajudam a esclarecer as particularidades da experiência urbanística de cada um e seu reatamento no estudo das cidades coloniais portuguesas.

Uma importante reflexão sobre a história urbana em Portugal foi realizada por Walter Rossa (1998) no *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português (1500-1822)*, realizado em 2000 e publicado na *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, em 1988.

Os principais rumos da história urbana na Espanha foram abordados por José Óyon (2002), durante o VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (VII SHCU), a partir da revisão, comentários e atualização do capítulo dedicado à Espanha publicado no livro *European Urban History. Prospect and Retrospect*, editado por Richard Rodger, em Leicester University Press em 1993.

Entretanto, o que caracteriza logo de início a constatação do estágio desta disciplina nos dois países citado pelos autores (ROSSA, 1998; ÓYON, 2002), é a ausência de um consensualidade nos métodos, nos conceitos e no instrumental metodológico.

Óyon (2002), assim se refere ao quadro de conhecimento na Espanha:

Mi impresión general después de releer este texto, diez años después, es que la década de los noventa ha supuesto en general un cierto reflujó en la historiografía urbana española. El camino a la consolidación parecía emprendido, las perspectivas optimistas. El paso parece ahora más lento e incierto. En la década transcurrida entre 1992 y 2002, el campo de la historia urbana continúa difuso y fraccionado en especialismos, claramente falta de consolidación.

Seguindo na mesma perspectiva de análise Rossa (1998, p.549) faz uma afirmativa semelhante da história urbana em Portugal, a saber:

Apesar de sua cultura urbana bastante rica, a história da cidade é um campo de estudo pouco desenvolvido em Portugal. A história urbana portuguesa apresenta um atraso de anos relativamente a historiografias européias ou americanas. O quadro de conhecimentos é ainda muito **fragmentado**, existem inúmeros vazios por preencher e é, provavelmente, prematuro tentar identificar minuciosamente as diferentes ênfases, novas direcções ou tendências na história urbana portuguesa.(grifo nosso)

No caso da Espanha a história urbana sofreu, segundo Óyon (2002), problemas de definição, tendo em vista, a escassez de discussões teóricas em torno do assunto, conforme se constata em sua assertiva:

'Urban' is an inherently slippery concept, and urban history has suffered definitional problems from its very beginnings. This is nowhere more so than in the Spanish setting where theoretical discussions of the substance and nature of urban history has been scant, if not entirely lacking. The virtual non-existence of papers on the current status of research is some proof of this disinclination to confront theory and methods in Spanish urban history. Indeed, as elsewhere, the city too often has been treated as a convenient receptacle for research interests not primarily concerned with it, and only exceptionally has it been viewed as an historical object in itself. Almost never has the city been regarded as offering a specifically urban dimension to social processes.

A partir desta afirmação, o autor (ÓYON, 2002), traçou os rumos das pesquisas sobre história urbana na Espanha, baseado no texto de Richard Rodger, citando que: (1) no século XX houve um grande número de trabalhos realizados por historiadores e geógrafos que priorizaram os estudos das cidades locais, muitos destes sem relação entre si, adotando uma perspectiva teórico-metodológica que valorizava as obras biográficas; (2) o cenário da produção historiográfica urbana na Espanha, bastante profícua a partir da década de 70 do século passado, teve uma abrangência mais local, e foi realizada, em sua maioria, por historiadores, geógrafos, historiadores de arte e arquitetos. Perfazendo um total de aproximadamente 300 monografias com um foco histórico sobre as cidades, 45% foram escritos por historiadores (75% abordaram a história moderna e medieval), e uma porcentagem aproximada da anterior, dividida entre geógrafos, arquitetos e historiadores de arte. Com pouca expressividade, considerou-se que 10% vieram de outras disciplinas. Este panorama demonstrou, entretanto, característica distinta entre a produção dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, conforme já citamos, com relação a produção da Espanha, tendo em vista, que neste último país estes esforços estiveram mais restritos aos cursos de pós-graduação dedicados à história urbana (sendo mais que vinte, não contando cursos em geografia com componentes urbanos), as conferências em níveis nacional e níveis locais<sup>66</sup>, e a publicação recente de comissões das histórias de cidade por instituições locais<sup>67</sup>;

Óyon (2002) cita também (3) a transdisciplinaridade, que foi importante questão na produção da história urbana na Espanha, em virtude do interesse que os alunos da Catalunha tiveram, em meados de 1930, nos estudos geográficos baseados na metodologia de Raoul Blanchard<sup>68</sup>. Este interesse motivou uma série de estudos que abordaram o desenvolvimento morfológico das cidades realizados na década de 1930. A partir da década

<sup>66</sup> Segundo Óyon (2002), esta produção pode ser vista em B. Haynes e P. Oarke (eds), *European Urban History Teachers Association Publication, Register of Urban History Teaching Research and Publications*.

<sup>67</sup> Segundo Óyon (2002), as cidades de Sevilla, Segovia, Valladolid, Zaragoza, Burgos, etc., tem sido tema de publicações e pesquisas em histórias de cidade nos últimos quinze anos.

<sup>68</sup> Segundo Vasconcelos (1999a), Raoul Blanchard (1877-1965), lecionou em importantes universidades na América do Norte, no período entre 1922 e 1952, tendo sido “[...] o sistematizador das monografias geográficas francesas” (p.77), e sua tese baseava-se na relação da origem e desenvolvimento das cidades com as condições físicas de sua localização, influenciando uma série de pesquisadores, “[...] tanto franceses, como aqueles que sofreram influência da geografia francesa, como numerosos geógrafos brasileiros” (p.79).

de 1950 houve na Espanha um reconhecimento entre geógrafos, arquitetos e historiadores da arte que a contribuição de outras disciplinas era relevante; (4) os estudos das cidades medievais foi um tema importante no desenvolvimento deste campo de conhecimento na Espanha, onde os pesquisadores debateram as proposições de Pierre Lavedan e Henri Pirenne, e foram os medievalistas os primeiros a utilizar o termo história urbana. Os estudos medievalistas tornaram-se tradição na Espanha, e são temas recorrentes, na contemporaneidade<sup>69</sup>. Neste contexto a Geografia desempenhou importante influência, através da corrente francesa, como os estudos de Benassar de Valladolid, bem como, também foram relevantes as influências da corrente inglesa; (5) a crítica intelectual da década de 1970, sobre o desenvolvimento urbano, onde a segregação social, as instalações inadequadas e a destruição sistemática dos centros históricos deram origem ao núcleo de política urbana, que promoveu uma revalorização de tradições históricas específicas, com atenção para identidades territoriais, com ênfase nas cidades da Catalunha, de Castela e, da Galícia.

Foram também relevantes os temas que abordaram, (6) a urbanização e sistemas urbanos, abrangendo os séculos XVI ao XVIII, forma importantes no desenvolvimento das investigações da história urbana, pois, introduziram o conceito de **rede urbana** nas pesquisas; (7) o limitado número de pesquisas que versavam sobre história urbana com as contribuições das análises sociais e econômicas, ainda, que historiadores, geógrafos e arquitetos, tivessem tentado, na década de 80 e 90 do século passado, uma aproximação maior para estudar a sociedade urbana e o espaço. Os arquitetos voltaram-se com novo interesse para o estudo das cidades a partir dos conceitos relacionados às investigações da **morfologia urbana**, assim bem como, os geógrafos, e além disto, houve também, um maior interesse por **questões de método**; (8) a perspectiva teórica proposta por Michel Foucault, sobre a análise do poder, proporcionou uma série de pesquisas que abordaram as instituições, tal como, prisões, hospitais, asilos, alguns aspectos de bem-estar social e provisão de alojamento como ferramentas à manipulação de espaço urbano em vez de meramente como extensões da política de intervenção municipal; e por fim, (9) a constatação que naquele período (década de 90 do século passado) ainda não se podia afirmar a existência de um corpo disciplinar dedicado aos estudos de história urbana (ÓYON, 2002).

---

<sup>69</sup> Segundo Óyon (2002), Richard Rodger afirma: "The long tradition of studies of the medieval city - and also of medieval town planning - has continued in recent years. The analysis has been extended to include the process of state intervention and the 'aristocratization' of city government from the close of the Middle Ages. It is difficult to identify the 'urban power' or autonomy of cities from the sixteenth to the eighteenth centuries within the context of a powerful monarchy, although there are a good number of recent contributions on the relationships between the crown, the court and the cities in the time of Philip II which attempt to define the precise role of each of these institutions and the nature of the absolute state. Less is known about the process of refeudalization which put the towns into the hands of the nobility during the sixteenth and seventeenth centuries - a process which had a different meaning in Catalonia".

Em Portugal o impulso que promoveu o desenvolvimento da história urbana foi o dos estudos de história local, iniciados na segunda metade do século XIX. Entretanto, conforme demonstra Rossa (1998, p. 549), embora estas pesquisas tenham sido baseadas em fontes de arquivos locais, não foram elaboradas, em sua maioria, por historiadores, o que influenciou nas questões de método de investigação, mas, por sua importância, tornaram-se obras de referência, ainda, que não houvesse sido feito nenhum tipo de análise conjunta destes estudos, ou seja, um relacionamento das histórias destas cidades entre si, com o país e outras realidades.

Entretanto, estudos recentes em Portugal já demonstram uma mudança neste panorama, como uma maior preocupação com as reflexões teóricas e as questões de método, fugindo das ambigüidades locais em torno da história urbana. Estes estudos contemplam publicações de teses de mestrado e doutorado, bem, como as resultantes de importantes encontros de especialistas no estudo das cidades. Autores como Walter Rossa, Rafael Moreira, Rui Carita, Nuno Portas, entre outros, muito têm colaborado com novas perspectivas sobre o urbanismo em Portugal e nas antigas colônias, abrangendo suas análises no período colonial, bem como nas influências anteriores a estas formações urbanas em Portugal e na Europa.

Mas, vale ressaltar, que segundo Rossa (1998), a tradição de se elaborar uma historiografia urbana local, ainda vigora em Portugal, com apoio das instituições locais, como é o caso das Câmaras Municipais da cidade do Porto e de Lisboa, investindo, inclusive na publicação de periódicos, tais como *O Boletim Cultural*, “[...] produzido pelo arquivo histórico da cidade, onde se incluem artigos relacionados com a história da cidade” (p.550), e os *Documentos e Memórias para a Cidade do Porto*, “[...] uma publicação periódica que consiste em transcrições de documentos antigos” (p.550), no caso da cidade do Porto; e, a *Revista Municipal*, no caso da cidade de Lisboa; além de integrar em sua estrutura administrativa, gabinetes de investigação no estudo de suas cidades<sup>70</sup>, tal como, o Gabinete de Estudos Olissiponenses, de Lisboa.

No que tange as **questões teóricas, metodológicas e epistemológicas**, que perpassam a formação do corpo disciplinar, não existiam cursos na área de licenciatura ou de mestrado em história urbana, sendo que a disciplina de história é ensinada em quatro universidades estatais, sendo duas em Lisboa, uma no Porto e uma em Coimbra, sendo de

---

<sup>70</sup> Muito embora haja um grande esforço na produção da história urbana, na perspectiva da história local em Portugal na contemporaneidade, Rossa (1998), afirma que o grande entrave é a má organização dos arquivos municipais, que constituem, apesar das bibliotecas nacional e municipais, as principais fontes de informação primária para as pesquisas de história urbana, sendo, mais grave, a situação das iconografias e cartografias. Para tanto o autor (ROSSA, 1998, p. 550) afirma: “Não existe nenhuma instituição encarregada da catalogação e estudo da cartografia que se encontra dispersa por bibliotecas, arquivos nacionais e municipais, museus e colecções particulares, sem qualquer index ou guia que permita a sua identificação”.

igual número as de universidades privadas. O quadro da formação em história urbana foi, então, analisado pelo autor (ROSSA, 1998, p. 550;551):

Todas as universidades estatais têm uma especialização em história da arte e três delas uma especialização em arqueologia, mas nenhuma em história urbana. Correspondentemente, não existem instituições de pesquisa, públicas ou privadas, especializadas no estudo da história urbana. As quatro universidades públicas acima referidas, em Lisboa, Porto e Coimbra, têm centros de investigação de história, mas a sua preocupação com a história urbana é muitas vezes apenas ocasional. O Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa é o centro de investigação universitária com maior actividade no campo da história urbana. Em anos recentes tem vindo a coordenar investigações e a publicar alguns livros sobre o tema da história das cidades. Outra instituição activa neste campo é o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. A sua revista *Finisterra*, fundada em 1966, tem publicado consistentemente ao longo dos anos textos de geografia urbana, alguns deles com uma perspectiva histórica. De qualquer forma, a história urbana permanece uma área de estudo menor. Mesmo em centros de investigação onde predominam as ciências sociais, só muito recentemente e de uma forma tímida a história urbana tem vindo a ser encarada.

A produção de publicações periódicas dedicadas exclusivamente à história urbana em Portugal é nula tendo em vista a situação do contexto académico (ROSSA, 1998). Entretanto, ressaltamos o resultado do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, coordenado por Walter Rossa, Renata Araújo e Hélder Carita, no ano de 2000, as *Actas ... 1415-1822*, cuja primeira edição é de março de 2001, como produção significativa pela abrangência de sua temática e seu recorte temporal, dos quais abrangeu: (1) **A rede e as estruturas urbanas portuguesas antes da Expansão** (Sessão Temática I), abordando as influências da organização física e institucional da cidade medieval no urbanismo português, relacionando (a) os diversos níveis de poder, (b) a rede urbana formada no período na fronteira do espaço lusitano como estratégia da consolidação do território (c) a análise do desenho da cidade como contribuição ao seu estudo, e (d) intervenções urbanísticas paradigmáticas e, sua análise como contribuição ao estudo das cidades; (2) **O espaço de um mundo novo no contexto da Expansão Portuguesa** (Sessão Temática II), onde foram debatidas as questões relativas ao urbanismo lusitano num contexto mais amplo, entre os quais (a) as teorias e planos, usos e costumes na urbanística hispano-americana; (b) as análises de estruturas urbanas na África, com ênfase na África Oriental, bem como na África Ocidental, entre os séculos XVII e XVIII, sob o impacto da expansão portuguesa e européia; (c) a evolução urbana e análise morfológica em cidades de expansão, tais como Malaca e São Tomé, Diu, entre outras, bem como, em Portugal, na cidade do Porto; (d) as permanências e renovação urbanística medieval portuguesa no Brasil; e, (e) legislação e administração urbana no século XVI, tendo sido um caso específico, o estudo da cidade de São Paulo, entre os séculos XVI ao XIX.

Em sua Sessão Temática III e IV o evento abordou: (3) **Teoria, método e práxis**, onde foram aprofundadas questões teóricas importantes na reflexão do urbanismo lusitano, considerando: (a) a importância da formação de um corpo técnico especializado em Portugal, que influenciou pela prática do desenho e pela atuação na defesa e planejamento das cidades, na adoção de novos princípios técnico-científicos no urbanismo, tendo sido analisado, sua influência nas expansões portuguesas e nas cidades brasileiras; (b) o estudo da geometria como subsídio para percepção do espaço, enquanto disciplina formal da *escola portuguesa de urbanismo*; (c) as redes de cidades no Norte do Brasil no período filipino (1580-1640); e, (d) a geopolítica e a produção do espaço da vida cotidiana no Rio de Janeiro colonial, bem como a disputa do poder régio e do poder do Concelho pela administração desta cidade nos séculos XVII e XVIII; e, (4) **Cidades e redes urbanas** (Sessão Temática IV), que não se deteve somente em analisar estas estruturas em Portugal, bem como em outros territórios; (a) no território do Brasil Colonial, mas especificamente, no estudo da Ilha de Marajó; de São Luis e Alcântara, enquanto estratégia território-colonial; o Rio de Janeiro, e sua relação com o território; as cidades da rede defesa interna da Amazônia; as estruturas urbanas do Rio Grande do Sul no século XVIII; a rede urbana na Bahia no século XVIII; as vilas paulistas do século XVII; a rede urbana do Ceará, no século XVII; e a cidade de Diamantina, (b) num outro contexto foram refletidos a evolução de Goa entre 1510 e 1961; a cidade de Bragança na época moderna, os efeitos da defesa sobre o seu tecido urbano; e, (c) numa perspectiva mais conceitual, a cidade capital e o conceito moderno de espaço urbano, tendo sido utilizado como referência, as cidades de Lisboa, Paris e Londres.

Nas demais sessões temáticas foram debatidas questões relativas à: (5) **Análises tipológicas: programas, formas e vivências** (Sessão Temática V), temática abrangente por seu conteúdo, que abordou (a) a cidade na práxis hispano-americana, bem como, a existência de um urbanismo alternativo; (b) no caso colônia ultramarina na América, o debate abrangeu os sistemas urbanísticos de Alcântara e São Luís do Maranhão; o traçado das reduções jesuíticas dos guaranis, como vestígios das diretrizes urbanas espanholas e luso-brasileiras; uma amostragem de casos-tipo de formas urbanas coloniais na América Portuguesa; a estruturação das cidades dentro da perspectiva de atuação de determinados profissionais, associados a uma nomenclatura própria da época; a contribuição mudejar em nossas cidades coloniais; a perspectiva de um espaço barroco em Minas Gerais, séculos XVII e XVIII, na cidade de Ouro Preto, e (c) no universo da expansão, o debate abrangeu a influência do porto na formação e configuração das cidades cabo-verdianas de Ribeira Grande, Praia e Mindelo; a questão social da escravidão na estrutura urbana das cidades Indo-Portuguesas; a proposição de criar uma base de dados sobre as estruturas urbanas da expansão para análise de alguns espaços urbanos; uma análise crítica a cidade de Goa nos

séculos XVI ao XVIII; e por fim a (6) **Cultura do território** (Sessão Temática VI), espaço onde se priorizou o entendimento no Brasil Colônia da (a) formação e evolução da rede urbana na Capitania de Minas Gerais; a ocupação do território da ilha de Santa Catarina e a evolução urbana da cidade de Florianópolis; e a engenharia militar e o projeto colonial para a dominação e controle do território colonial da América Portuguesa; (b) questões sobre o traçado e as estruturas nas fronteiras do território espanhol, bem como, a configuração da praça de guerra e o espaço urbano no sistema defensivo da fronteira portuguesa, século XVII e XVIII; além, de uma reflexão sobre as redes de cidades nas fronteiras da América do Sul (c) uma tentativa de síntese sobre a cidade na África Portuguesa no século XIX; (d) a participação dos jesuítas na ocupação e estruturação do espaço de Goa; (e) os desenhos como critérios de apropriação dos territórios das cidades da Ribeira Grande e de Praia nas ilhas de Cabo Verde; (f) uma análise sobre o território de Baçaim e Bombaim; e (g) uma crítica sobre a intervenção pombalina em Lisboa.

Rossa (1998), em publicação anterior a esta produção, afirma que a história urbana em Portugal continua sendo uma “[...] área de estudo menor” (p.551), tendo em vista que, estes pesquisadores representam um pequeno número e, os que abordam a cidade em suas investigações, “[...] fazem-no incidentalmente, como parte de seus interesses históricos mais latos” (p.551), ainda que haja um interesse por investigadores de outras disciplinas, além, dos historiadores sociais, políticos ou econômicos, que “[...] têm procurado uma perspectiva temporal para seus trabalhos” (p.551), tais como, geógrafos<sup>71</sup>, sociólogos, economistas e arquitetos<sup>72</sup>, tendo em vista, que “[...] a identificação da cidade como tema de análise desenvolveu-se primeiro nestas disciplinas, não na história” (p.551). O resultado do crescente interesse pela história em geral, que ocorreu em Portugal depois da década de 1970, gerou também um interesse pela história urbana, cujo conceito, inclui “[...] nela todos os estudos que, independentemente da perspectiva disciplinar e da formação, ou ausência de formação do investigador, se ocupam do estudo da cidade numa perspectiva histórica” (p.552).

Os lusitanos estão desenvolvendo pesquisas neste campo disciplinar que visam elucidar o passado urbano em áreas de estudo e abordagens específicas, a saber, (ROSSA,1998): (1) estudos sobre os castros de origem celta, cujas importantes localizações serviram de base para a fundação de cidades romanas após o século II a C., e influenciaram através de uma cultura urbana, o desenvolvimento de organização formal de cidades

---

<sup>71</sup> Os geógrafos, segundo Rossa (1998, p. 551), têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento dos estudos dos fenômenos urbanos, pois, adotaram, muitas vezes, “[...] a posição de que a compreensão da cidade moderna só se torna credível se incluir também os processos históricos que a moldaram.”

<sup>72</sup> Os arquitetos em Portugal têm feito uma abordagem em suas investigações no campo de conhecimento da história urbana relacionada com o estudo da forma urbana, ou seja, o desenho das cidades ou de conjuntos urbanos, a morfologia dos espaços e as tipologias de edificações, entretanto, muitas vezes deixando à margem os processos sociais que lhe deram origem (ROSSA, 1998).

portuguesas; (2) ocupação sueva e visigótica do século V ao século VIII, que resultou no declínio da vida urbana; (3) posterior retomada da vida urbana pela ocupação muçulmana, que revitalizou a rede de cidades romanas no território luso; (4) conquista cristã, que reorganizou o sistema urbano, com a reorganização da vida monástica e eclesiástica, bem como, com a criação das cidades de fronteira fundadas no final do século XIII; (5) descobertas marítimas dos séculos XV e XVI, que influenciaram numa nova fase de desenvolvimento urbano, sendo inclusive, o urbanismo colonial um vasto campo de investigação; (6) desastres naturais, como foi o caso do terremoto de 1755 e a reconstrução da cidade de Lisboa, como importante ponto de inflexão no urbanismo português, cuja influência do urbanismo europeu setecentista se fez sentir nos planos e intervenções urbanas, quer em Portugal, quer em suas colônias; (7) industrialização em Portugal, ocorrida na segunda metade do século XIX, que acarretou um acelerado processo de urbanização, principalmente, nas cidades de Lisboa e Porto; (8) políticas urbanas do Estado Novo, que atraiu atenção de diversos investigadores, fundamentalmente, geógrafos, arquitetos e sociólogos; e, finalmente, (9) estudos temáticos, que não se concentram em um período histórico particular com abordagens disciplinares específicas, tais como, as morfologias urbanas e as abordagens simbólicas da cidade.

Bem como se deu na Espanha, em Portugal houve grande ênfase nas investigações da história urbana na Idade Média, sendo, entretanto, as pesquisas relativas às cidades do século XIX e XX que atraem uma maior atenção dos pesquisadores, ou seja, o período de urbanização e industrialização, sendo que, no caso lusitano, houve um interesse, principalmente, no primeiro momento.

Logo, este período concentra o maior número de estudos sobre qualquer outro da história urbana lusitana, se constituindo, também, um importante tema na historiografia urbana espanhola, tendo em vista, o processo histórico de urbanização do país, que enfrentou a tradicional economia rural, apesar, das pesquisas, neste contexto, concentraram-se mais no século XX, e os processos urbanos do século XIX, permanecerem quase desconhecidos (ÓYON, 2002; ROSSA, 1998)

Conforme podemos constatar as investigações sobre as cidades, e suas diferentes abordagens, se desenvolveram de forma distinta em Portugal e Espanha, tendo, entretanto, alguns pontos em comum, principalmente, no que tange a sua relação com a história, com a geografia, com a sociologia e os aspectos políticos e econômicos, sendo que mais recentemente sugeriram novas perspectivas. Outro aspecto importante é o período em que o campo disciplinar se constitui, o século XX, ainda que, conforme afirmam os autores (ROSSA, 1998; ÓYON, 2002), a história urbana se caracterize por sua fragmentação, dividido, entre outros aspectos, pelas especificidades de suas abordagens, característica comum a deste campo de conhecimento na França, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, países

que tiveram grande influência na produção de referências teórico-metodológicas, além de concentrar o maior número de publicações.

Óyon (2002), afirma que alguns aspectos na produção da história urbana na Espanha podem ser considerados positivos, em virtude, do amadurecimento nas práticas de investigação e abordagens dos últimos dez anos (1992-2002), período que dedicou uma análise ou um *Post scriptum* ao texto de Richard Roger. Estes aspectos, ou indicadores da vitalidade da história urbana espanhola, seriam: (1) “[...] la profusión de estudios comparativos: un mismo problema histórico estudiado en dos o más ciudades o en una familia de ciudades”, destacando, “[...] los estudios sobre redes urbanas, típicos de esta aproximación en la que se estudian dos o más ciudades”; (2) “[...] la existencia de un fecundo diálogo interdisciplinar”, com ênfase para “[...] los equipos mutlidisciplinares de historia urbana comenzaban a dar sus frutos más maduros, como el Atlas Histórico de Madrid del Equipo Madrid”<sup>73</sup>.

Estes indicadores levaram o autor a estabelecer uma definição da história urbana na Espanha, a saber (ÓYON, 2002):

Si partimos de una definición deliberadamente laxa y no sustantivista de la historia urbana como campo de estudios, donde al haber todo lo que tiene que ver con la historia de la ciudad es imposible ensamblar todos los conocimientos especializados en un conjunto coherente (...) Al no poder la historia urbana, por su propia indefinición, reunir todas las **historias sectoriales en una explicación**, hemos seguido, como dice Terán, "acopi(ando) materiales", algunos sin duda de buena calidad. Ahora bien, si la **definición** de la historia urbana es, por el contrario, **más sustantivista**, el **diagnóstico es más severo**. (grifo nosso)

Além disto, a partir desta definição Óyon (2002), apresenta um diagnóstico deste campo de conhecimento, afirmando que:

Efectivamente, si la historia urbana quiere verse como un diálogo fecundo entre "**especialistas en el espacio**" (geógrafos, arquitectos, historiadores del arte,...) y "**especialistas en el tiempo**" (historiadores,...), como una manera particular de enfocar la historia donde la variable espacial toma una especial relevancia, donde la simbiosis espacio-sociedad es determinante y explicativa, las cosas no han avanzado mucho. Y eso puede verse recordando lo acaecido en esta última década en el mundo de los historiadores, de los geógrafos y de los arquitectos. Para los historiadores españoles, la ciudad sigue siendo, salvo excepciones, **un simple telón de fondo**, un mero escenario del proceso de formación de las clases sociales, de sus comportamientos colectivos y de sus luchas políticas. La relevancia que la ciudad ha tenido como caldo de cultivo de la formación del mundo contemporáneo ha solido minimizar el papel del propio espacio urbano como un protagonista más de la historia de las clases sociales. (grifo nosso)

<sup>73</sup> Óyon (2002), chama atenção para o fato de “[...] dentro del ámbito de publicaciones de historia urbana multidisciplinar parecen mantenerse con fuerza las publicaciones históricas locales, ya se sea en la forma de atlas históricos o en la de historias de ciudades por períodos, verdadero fenómeno de las publicaciones en bastantes ciudades”. Estas iniciativas tem sido patrocinadas e valorizadas com recuperação do patrimônio local, tornando-se, algumas publicações, obras de referência.

No que tange a interface da geografia com a história urbana, uma das mais importantes disciplinas que contribuem para a análise da cidade na longa duração, Óyon (2002), identifica os seguintes problemas:

Para los geógrafos, las cosas no parecen haber ido tampoco demasiado lejos. Después de la época dorada de los años ochenta, la **geografía histórica urbana** ha entrado en una cierta fase de reflujo. El retroceso de los humanidades en los currícula universitarios ha tenido mucho que ver al respecto. Parece evidente la tendencia de la geografía a **separarse** de la disciplina madre de la historia para **orientarse** a una visión más técnica, relacionada sobre todo con la revolución informática. A pesar de que la geografía histórica urbana se reaviva en los estudios de patrimonio urbano, cada vez más extendidos con el motivo de la valoración de la ciudad como destino turístico y cultural, no parece existir en las cátedras de Geografía el interés por la historia urbana que existía entre 1975 y 1990. (grifo nosso)

Os caminhos da história urbana e sua interface com o campo disciplinar da arquitetura na Espanha, foram, por fim, problematizados, tendo em vista a importância da abordagem deste campo de conhecimento para um aprofundamento nas análises dos espaços urbanos (ÓYON, 2002):

Ese mismo **reflujo** de las humanidades es el que aflora también en las escuelas de **Arquitectura**. En las **cátedras de Urbanismo**, es cada vez más difícil encontrar estudiosos de la **historia urbana**. Todo parece abocarse a una casi exclusiva preocupación por el proyecto urbano. Los propios estudiantes, preocupados cada vez más por la estrechez y dificultades de un mercado laboral que da escaso margen a lo cultural, orientan sus destinos a una enseñanza técnico-proyectual más y más monográfica. Dentro de este panorama, la historia urbana tiene cada vez menos oportunidades de despliegue y cada vez más es considerada como un lujo cultural sin interés para el futuro arquitecto. (grifo nosso)

Numa mesma perspectiva Rossa (1998), apresenta algumas considerações sobre o desenvolvimento das investigações da história urbana em Portugal. Segundo o autor (1998), apesar do vasto campo de temas a serem explorados neste campo de conhecimento, a história urbana, ainda, não se consolidou como uma disciplina autônoma, “[...] com seu próprio corpo de idéias, metodologias e objetivos” (p. 561), pois, “[...] existem problemas de definição de conteúdos e de objetivos: os termos de referência da história urbana e a unidade de análise, a cidade, permanecem imprecisos” (p. 561).

Além das pesquisas a serem realizadas sobre Portugal e suas antigas possessões no campo da história urbana existem problemas de natureza metodológica e disciplinar que necessitam ser resolvidos e que implicam em ações que visem: (1) suprir a “[...] falta de investigações interdisciplinares, a falta de estudos quantitativos sobre a cidade e a falta de estudos de detalhes” (ROSSA, 1998, p.562), buscando, assim, deslocar a atenção de casos

particulares e reverter o quadro atual onde inexistem **estudos comparativos** de dois ou mais núcleos urbanos, que deveriam adotar, “[...] métodos de análise mais rigorosos, um maior número de estudos de casos solidamente baseados em investigações de base, o desenvolvimento de estudos comparativos e equipas de investigação multidisciplinares” (p.562); (2) aumentar o diálogo entre os vários ramos do conhecimento, pois, a história urbana, deve ser, essencialmente, **multidisciplinar**, que propicia “[...] o estudo sistemático de um grande número de variáveis” que possibilitem a compreensão das “dinâmicas dos processos urbanos” (p.562); (3) critérios cuidados na **escolha das fontes**, afim de que se possam “[...] desenvolver mais estudos de história urbana que se baseiam numa grande variedade de registos e de dados primários e que tenham fundamentalmente a ver com os indivíduos e com as suas acções como indivíduos” (p.562); (4) o estudo dos **microfenômenos**, “[...] este nível básico que a complexidade da vida urbana e os processos que moldam a cidade podem ser compreendidos: é a este nível que se torna evidente que as acções individuais não são condicionadas simplesmente por motivações racionais, mas são necessariamente influenciadas também por factores subjectivos e culturais” (p.563), e que, a partir da análise detalhada destas situações particulares, se poderia compreender “[...] os grandes processos sociais, económicos e culturais da sociedade urbana” (p.563); e, por fim, (5) para além da urgente necessidade de estudos e pesquisa sobre as cidades, “[...] quer cronologicamente quer disciplinarmente e metodologicamente, diversos” (p.563), se faz necessária uma “[...] discussão de questões metodológicas e epistemológicas sobre o objecto de estudo e a especificidade da história urbana” (p.563), e, ambas tarefas, devem ocorrer, simultaneamente, contribuindo uma para o desenvolvimento da outra.

A história urbana, enquanto disciplina autónoma, conforme vimos no caso de Portugal e Espanha, ainda, necessita de algumas ações para se consolidar enquanto um *corpus disciplinar*, cuja produção, deverá ser cada vez mais registrada e divulgada através de publicações, favorecendo a circulação e a divulgação de conceitos, problemáticas, análises e sínteses sobre os estudos das cidades.

No que tange a uma primeira tentativa da história urbana do Universo Urbanístico Português, assim denominado o projeto desenvolvido pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, no ano 2000, que dentre outros eventos que lhe deram corpo, destacou-se este, como encontro ocorrido em Portugal, que tinha como objetivo o desenvolvimento e a afirmação desta disciplina e, concomitantemente, a formação de uma rede de investigadores que se dedicam ao tema.

As publicações que resultaram deste evento, já citadas anteriormente, um guia, *A Colectânea de Estudos* e, as *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português*, trazem ao conhecimento do público de pesquisadores do tema, uma enorme variedade de abordagens, de problemáticas, de referencial teórico, de objetos estudados, e

revela, através deste elenco, uma enorme e considerável produção, em sua maioria, até então, inédita. Neste contexto, surgiram várias publicações de pesquisadores que estiveram no evento, além de outras, de investigadores que atuam nesta área, tendo sido, portanto, este encontro um impulso para se fortalecer os laços entre os países que tiveram núcleos urbanos, isto é, formas urbanas, com processos de formação e desenvolvimentos que foram comuns.

Neste sentido, estudar as cidades no Brasil e em Portugal no período da expansão, o que significa contextualizar no nosso caso no período colonial, passa por entender o processo de encontro de culturas, de visão de mundo, de objetivos, inicialmente, não comuns, de estratégias, de confrontos, de lutas e, principalmente, de fundação de cidades como processo civilizatório, como afirmação de poderes.

Além disto, não podemos desconsiderar as formações urbanas anteriores a nossa ocupação, como no caso da África, da Ásia e da Índia, onde inicialmente ocorreram várias experiências urbanísticas.

A contribuição dos estudos das formações urbanas pela, então, Coroa Espanhola, se dá em virtude, de sua atuação, na organização do território colonial, durante a União Ibérica (1580-1640), sendo que, muitas análises desta ação na América Portuguesa e a interação das duas coroas no âmbito da urbanística, seja na formação de um corpus teórico, seja, nas intervenções arquitetônicas e urbanas, também, foram contempladas no Colóquio Internacional *A Cidade como Civilização: Universo Urbanístico Português 1415-1822*, além de outras publicações.

Um dos principais avanços na pesquisa sobre a história urbana de Portugal, com ênfase nas formas urbanas do território ultramarino se deu com a criação da *website* Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa (Disponível em: <<http://www.urban.iscte.pt>>), onde estão disponíveis uma série de dados que resultaram de pesquisas em arquivos locais e em outros países, inclusive o Brasil, bem como publicação de textos sobre o tema em questão.

O coordenador das pesquisas e do projeto, o professor Manoel Teixeira, integra a equipe de investigação sobre as Morfologias Urbanas Portuguesas, constituída no Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitetura (CEUA). A instituição proponente do projeto é o ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e conta com centro de pesquisas de diversos países para o enriquecimento contínuo dos estudos<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> Na *website* <<http://www.urban.iscte.pt>> estão relacionadas as instituições que colaboram no projeto, a saber:

- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
- Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Secção Autónoma de Ciências Sociais Aplicadas.;
- The University of Birmingham, School of Geography;
- Università degli Studi di Firenze, Dipartimento di Progettazione dell'Architettura;

De acordo com as informações do Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa os objetivos deste projeto seria “[...] a identificação, a catalogação e a disponibilização de cartografia urbana histórica de cidades de origem portuguesa - construídas em Portugal, no Brasil, em África e no Oriente - existente nos principais arquivos e bibliotecas”. O projeto constituiria-se então em uma “[...] base de dados informatizada, composta por texto e imagem, de cartografia histórica sobre as cidades de origem portuguesa, disponível através da Internet, e acessível a investigadores e ao público em geral”, que teria então como missão preencher “[...] uma lacuna infraestrutural, documental e de pesquisa no campo da história urbana portuguesa e constituir um importante instrumento para o conhecimento, a divulgação e o estudo do património urbano português”.

A principal justificativa foi de encontro com a avaliação realizada por Rossa (1998; 2000) sobre o estágio das pesquisas e do campo de conhecimento da história urbana em Portugal, conforme se atesta na assertiva abaixo:

Apesar da sua rica tradição urbana, a história da cidade em Portugal é um campo de estudo relativamente pouco desenvolvido. O quadro dos conhecimentos é ainda muito **fragmentado**, sendo as lacunas particularmente significativas no que respeita a estudos sobre a forma urbana das cidades portuguesas.

A dimensão espacial e formal dos estudos urbanos é importante quer para a compreensão da cidade numa perspectiva histórica quer para a compreensão da cidade actual. Nesta perspectiva, As Morfologias Urbanas Portuguesas são o **objecto** de um **projecto de investigação**.  
(grifo nosso)

A pesquisa estrutura-se em (1) uma ampla base de cartografia histórica sobre as cidades de origem portuguesa, cujo arquivo virtual é disponibilizado na Internet; (2) na investigação das morfologias urbanas de cidades de origem portuguesa; e, (3) na exploração de novas tecnologias de informação no estudo e divulgação do património urbano português no mundo; e visa, no âmbito dos estudos urbanos, a investigação das características morfológicas das cidades portuguesas, e das cidades de origem portuguesa construídas no Brasil, na África e no Oriente, i.e., no contexto europeu e das cidades de origem portuguesa no contexto do urbanismo colonial. São disponibilizados no Arquivo Virtual 3.846 registros no total, sendo que, 2.180 são de arquivos brasileiros; dos 2.508 registros referentes ao Brasil, 2.104 são de arquivos brasileiros. Das 945 imagens disponibilizadas no total, 558 são de arquivos brasileiros; e, dos 565 referentes ao Brasil, 453 são de arquivos brasileiros.

Os dados referentes a pesquisa sobre as morfologias urbanas demonstram que grande parte dos registros e imagens sobre o Brasil foram coletados em arquivos

- 
- Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;
  - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

localizados em nossas universidades o que sugere um rico e acessível banco de dados para as pesquisas locais.

O estudo da cidade colonial no Brasil deve, portanto, partilhar, discutir, debater e confrontar todas estas experiências científicas e considerar o fenômeno urbano na América Portuguesa como um fenômeno que abrangeu todos os territórios colonizados por Portugal à época.

É de fato, como afirma Rossa (2000, p.10), sobre infinitas fronteiras que este desafio se debruça, com “[...] limites internos e externos de um universo de conhecimentos que a temeridade, com boa temperança, permite almejar conhecer”.

Neste universo de conhecimentos deve considerar não só a cidade, mas todos os processos que influenciam em sua formação, além do homem, que o designa e o ocupa, relacionando-se com todas as estruturas existentes, dando-lhe um significado existencial maior.

### **2.3 SEMINÁRIOS DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO (SHCU): REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA URBANA NO BRASIL.**

O campo de conhecimento da história urbana, conforme demonstramos, foi delimitado no século passado e, por suas abordagens serem de grande complexidade demandaram estudos interdisciplinares, i.e., as pesquisas que têm como objeto de estudo a configuração de espaços urbanos na longa duração devem compartilhar práticas científicas apoiadas em um processo controlado de empréstimos das práticas de outras ciências.

Além disto, as questões de método, a construção conjunta de novos objetos e de problemáticas, deve priorizar o estabelecimento de condições para se produzir um novo saber, sob um mesmo referencial teórico, para que se possa ter o mesmo conceito de história urbana.

Logo, o modelo e a modelização devem atender a definição e a escolha de uma escala particular nas análises das cidades, considerando a importância de se saber em que campo de validade a explicação pode situar-se, com o objetivo de não se comprometer às conclusões, que ao se basearem em generalizações ou em particularidades, desconsideram a complexidade dos fenômenos urbanos dentro dos contextos que estão inseridos (LEPETIT,2001).

Dentro desta perspectiva o estudo das cidades na história se deu sob várias abordagens, sendo, um de nossos objetivos demonstrar os rumos da pesquisa no Brasil, em um determinado campo de produção do conhecimento científico, os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo, onde a produção e estruturação do espaço das cidades

coloniais brasileiras foram problematizadas e refletidas em suas versões ocorridas entre o período de 1990 a 2002.

Ressaltamos, entretanto, que esta análise se justifica, por nos possibilitar identificar nos eixos temáticos e nos recortes temporais, definidos nas sete versões dos SHCU, as perspectivas teóricas adotadas, considerando que, no Brasil as pesquisas sobre as cidades no passado são também objeto de estudo de historiadores, arquitetos, geógrafos, entre outros, caracterizando-se como um campo multidisciplinar.

A escolha desse fórum de debates e balanço da produção científica sobre as cidades na longa duração se deu em virtude de ser um de seus principais objetivos abordar as problematizações sobre o processo de evolução urbana no Brasil, incluindo nesta temática, o período colonial, onde cada caso apresentado oferece, no bojo das reflexões teóricas da pesquisa, subsídios para um maior entendimento da formação da rede urbana no recorte temporal citado.

Nas sete versões do SHCU a configuração das cidades coloniais brasileiras foi exposta através de doze eixos temáticos, onde se debateram e refletiram, a saber (1) os princípios científicos dos séculos XVI ao XIX, sua influência no urbanismo português e, conseqüentemente, em suas colônias; (2) a política urbanizadora da Coroa Portuguesa que definiu as configurações espaciais dos núcleos coloniais no Brasil, com desígnios específicos em épocas distintas, procurando, os pesquisadores com este trabalho de investigação, opor-se ao discurso vigente até o final da década de 60 do século passado, que defendia a tese de que nossas cidades não foram planejadas por não terem adotado um plano geométrico padronizado, tais como, as cidades espanholas do mesmo período, (3) os traçados urbanos portugueses que foram desenvolvidos sob a influência das teorias e concepções urbanísticas, com destaque para a atuação de um corpo técnico especializado na configuração das cidades; (4) os possíveis modelos, teorias e referências do século XVII, que dialogaram, em alguns momentos, com as referências e organizações das cidades dos séculos anteriores, e que definiram concepções espaciais pautadas na ciência, tais como, as cidades ideais do Renascimento, influenciando, inclusive, na execução de projetos para as cidades coloniais; (5) as intervenções em cidades coloniais brasileiras, onde foram adotadas, *a priori* nos planos e projeto, às principais concepções científicas da época, bem como, as referências culturais da metrópole, de acordo com os desígnios da política urbanizadora; (6) a constituição da propriedade fundiária no período colonial, com destaque para os principais agentes modeladores que atuaram na configuração destas cidades e sua relação com a propriedade da terra urbana e rural; (7) e, as relações entre espaço e cultura, espaço e imaginário, espaço e poder, espaço e gênero, espaço e temporalidades distintas, através de estudos de casos.

Logo, as novas referências teóricas e os procedimentos metodológicos que servem de contraste entre a história tradicional e história nova, estão presentes, também em nosso campo de saber, a história urbana, dos alguns foram citados anteriormente, cabendo ressaltar, nesse momento: (1) em **suas abordagens**, que foi da história política à história total braudeliana; e mais recentemente à história geral, proposta por Michel Foucault (2) nas idéias; constituindo-se a história nova numa base filosófica que defende que a realidade é social ou culturalmente constituída (BURKE, 1992); (3) na busca da análise das estruturas, rompendo com a narrativa dos acontecimentos; (4) em uma mudança da tradicional visão de cima, concentrada nos fatos e personagens de destaque, para uma história vista de baixo, i. e., a história das pessoas comuns e suas experiências na mudança social; (5) na ampliação da noção de documento, que considera limitadas as fontes narrativas (crônicas); (6) em um novo modelo de explicação histórica dos acontecimentos que buscou uma maior variedade de questionamentos; (7) e, no rompimento com o paradigma tradicional de que a história é objetiva, adotando uma visão do passado de um ponto de vista mais amplo e complexo.

Neste sentido, a partir da investigação da atuação da Igreja Católica na configuração dos espaços coloniais brasileiros, enquanto um dos principais agentes modeladores do período, pudemos observar, através das pesquisas apresentadas nos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo, que os estudos no Brasil avançaram para uma maior compreensão, dos seguintes aspectos: (1) do universo mental das sociedades urbanas coloniais; (2) de seus aspectos materiais, isto é, da **cultura material** em estruturas urbanas (3) das diferentes realidades sócio-econômicas e sócio-culturais, revelando traços estruturais do processo de exclusão e integração, auxiliando no entendimento, por exemplo, dos conteúdos sociais urbanos; (4) do imaginário de cada sociedade em diferentes níveis de complexidade, suas expressões culturais, erudita e vernacular e, (5) uma maior diversificação das fontes utilizadas nas pesquisas, possibilitando a investigação de novos objetos, sob novos métodos e novas problemáticas que enriqueceram o aparato conceitual da disciplina no Brasil.

Na história urbana, portanto, a renovação científica, abriu caminho a estudos do processo de **configuração espacial**, ou seja, o estudo das morfologias urbanas, em seus diferentes elementos constitutivos, inclusive a morfologia do território e, sua relação com os fenômenos sociais, culturais e político-econômicos.

Entretanto, as investigações da história urbana no Brasil ainda priorizam as pesquisas no recorte temporal que abrangem o século XIX e XX, tendo em vista a enorme facilidade de fontes e arquivos disponíveis.

A análise da produção dos SHCU demonstrou que embora os estudos das cidades coloniais no país tenham avançado consideravelmente, somente as cidades mais significativas daquele período, tais como, Salvador, Rio de Janeiro, Recife, Olinda, além de

algumas cidades mineiras, bem como, as cidades planejadas do século XVIII, merecem atenção especial dos pesquisadores, deixando para segundo plano as formações urbanas menos expressivas, principalmente, pelas dificuldades de fontes documentais.

Tal procedimento na orientação historiográfica urbana não se justifica, tendo em vista que, em virtude das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil houve uma série de publicações e eventos que visavam ampliar a pesquisa sobre o tema, já referenciados neste capítulo, relacionando-o com o urbanismo deste mesmo período em Portugal e outras antigas colônias, tendo sido inclusive apresentados nos SHCU algumas destas investigações.

O resultado, portanto, deste panorama é a constatação de que, ainda na contemporaneidade, apesar da importante renovação científica no campo de conhecimento da história, da geografia e da arquitetura existe uma dificuldade de compreensão mais rica e complexa do que foi o fenômeno político, cultural e urbanístico na América Portuguesa, ou seja, o urbanismo colonial é um **vasto campo de investigação** ainda pouco explorado.

### **2.3.1 Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU): reflexões da produção científica sobre as cidades coloniais da América portuguesa**

A produção científica dos SHCU sobre as cidades coloniais brasileiras pode ser considerada como um importante referencial teórico-metodológico, além, de oferecer um panorama dos objetos – vilas e/ou cidades – problematizados.

Desde a primeira versão são apresentados e publicados textos de pesquisas sobre as cidades coloniais onde são destacados os principais fenômenos no processo de estruturação do espaço urbano, bem como, dos agentes modeladores.

Além disto, alguns textos demonstram as referências de um pensamento científico, i.e., de uma proposta racional previamente elaborada, na composição espacial dos núcleos urbanos. Outro aspecto relevante é uma crescente abordagem do universo cultural, simbólico, bem como, de diferentes atores sociais na dinâmica urbana e a consequente espacialização destas relações.

O **I SHCU** ocorreu em 1990 em Salvador e foi uma iniciativa do então Mestrado de Arquitetura e Urbanismo com o objetivo de favorecer “[...] uma troca de experiências e [...] uma reflexão conjunta sobre questões teórico-metodológicas” (FERNANDES; GOMES, 1993, p.9), visando criar um ambiente de iniciativas interinstitucionais e para o desenvolvimento de estudos comparados. Os trabalhos apresentados, no entanto, só foram publicados em 1993, no livro intitulado *Cidade e História. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XVIII e XIX*.

Uma característica singular desta primeira versão foi seu recorte temporal, os séculos XIX e XX, pois, as discussões focaram-se no processo de modernização urbana no século XIX e na gênese do pensamento urbanístico no século XX, além, das mudanças dos modos de vida e identidades sociais constituídas neste processo.

Sendo assim, apenas duas pesquisas apresentadas abordaram o período colonial, *A história da propriedade da terra no Brasil* (FRIDMAN; RAMOS, 1993); e, *O trabalho irregular urbano: escravidão e república* (VASCONCELOS, 1993), sem, no entanto, terem se detido somente neste período. As cidades que foram objeto de estudo, Rio de Janeiro e Salvador, respectivamente, destacam-se pela importância que tiveram durante os séculos XVI ao XIX.

A **segunda versão do SHCU** ocorreu em 1993 na cidade de Salvador, e possui quatro textos que abordam as cidades no período colonial, publicados somente cinco anos depois em 1998, no livro intitulado *Cidade e Urbanismo. História, teoria e práticas*.

Os textos de Bueno (1998b) e de Bittencourt (1998) possuem uma abordagem teórica sobre as influências científicas no processo de urbanização na América Portuguesa, tendo a primeira autora (BUENO, 1998b) destacado a importância de Francisco de Hollanda na formação de referências teóricas que veio influenciar a formação do corpo da engenharia militar em Portugal; e, o segundo autor (BITTENCOURT, 1998), procura demonstrar a relação da política urbanizadora e os traçados das cidades coloniais, com ênfase na cidade de São Paulo.

O texto de Vasconcelos (1998), teve como objeto de estudo a cidade de Salvador, e o autor objetivou analisar seu espaço urbano do século XVI ao XVIII sob a influência das questões econômicas. Sem ter se detido especificamente no período colonial, mas com importante referência a população negra e a criação de uma territorialidade, Costa (1998), aborda como este grupo social se apropriou dos espaços em Salvador.

Houve, entretanto, somente um texto que se referiu à **participação das ordens religiosas na conformação das cidades coloniais** e, que aborda o patrimônio territorial da Ordem de São Bento no Rio de Janeiro (FRIDMAN, 1998).

As cidades que foram alvo de pesquisa no recorte temporal citado foram importantes centros urbanos: Salvador, Rio de Janeiro e, posteriormente, São Paulo. Esta foi uma tendência que foi se firmando nos demais seminários, embora, as abordagens se mostraram mais variadas.

No **III SHCU**, ocorrido em São Carlos, Fridman (1994) apresentou o único trabalho que abordou a temática da cidade colonial, sob a perspectiva do papel de duas ordens religiosas, carmelitas e jesuítas, durante o século XVI, na produção do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. A principal hipótese apresentada pela autora era verificar se as ordens religiosas e confrarias teriam um papel indutor no processo de expansão urbana das

idades coloniais na América Portuguesa, através de um fator determinante: a propriedade fundiária.

A partir de 1996, quando ocorreu o **IV SHCU** no Rio de Janeiro, houve um maior enfoque sobre as cidades do período colonial. Nas sessões temáticas *Cultura e Cidades: influências européia, indígena e africana*, e *Cidades e colonização espanhola e portuguesa: particularidades, semelhanças e diferenças* foram apresentados 14 trabalhos.

A pesquisa de Motta (1996) objetiva uma análise da influência de Landi em Belém no século XVIII; numa abordagem da cultura urbana, Vianna (1996) e Vasconcelos (1996) demonstraram a importância da religiosidade na construção de uma territorialidade no Rio de Janeiro e em Salvador, respectivamente.

Houve, entretanto, uma maior ênfase nas pesquisas que se destinaram a refletir as particularidades das configurações urbanas das cidades coloniais e sua relação com a política urbanizadora, além, de uma busca de comparação entre este fenômeno na América portuguesa e espanhola. Estas abordagens estiveram presentes nos estudos de Carvalho (1996); Bueno (1996); Fonseca (1996); Ferreira (1996); e, Teixeira (1996).

Outras pesquisas procuram abordar (1) a relação da cidade colonial e a cidade moderna (LANNA, 1996; OLIVEIRA, 1996); (2) a importância dos portos na cidade colonial (FRIDMAN; FERREIRA, 1996); (3) a exclusão espacial nos núcleos coloniais (CÂMARA, 1996); e, (4) o processo de urbanização iniciado por Pombal no século XVIII (FLEXOR, 1996). Alguns aspectos são importantes no IV SHCU, a saber: (1) um maior número de reflexões teóricas; (2) novos objetos de estudo foram problematizados, i.e., outras cidades além de Salvador e Rio de Janeiro, como Mariana, Belém, e outros núcleos urbanos que ajudaram a refletir melhor o processo de urbanização no recorte temporal citado; (3) uma crescente preocupação com os processos culturais e de formação de territorialidade, incluindo, os processos de exclusão; e (4) a individuação dos diferentes fenômenos que influenciam na estruturação e configuração das cidades, i.e., econômicos, políticos, sociais, etc. Todas estas questões tornaram-se referências nas pesquisas das cidades coloniais nos seminários seguintes.

Um dos fóruns mais profícuos no debate sobre as cidades coloniais na América Portuguesa foi o realizado em 1998, em Campinas. O **V SHCU** teve três sessões temáticas onde um número variado destas pesquisas foi apresentado com um amplo espectro da produção científica até aquele momento, inclusive, com importantes participações de pesquisadores lusitanos interessados na temática em questão.

Na Sessão Temática 3, duas pesquisas abordaram a temática das capitais, sendo que o trabalho apresentado por Silva, (1998), não se focou somente em cidades coloniais, mas, deu ênfase as intervenções que ocorreram no início do século XX no Rio de Janeiro, época em que a cidade ainda era a Capital Federal, e que objetivavam “[...] livrá-la da pecha

de cidade maldita e transformá-la em uma cidade maravilhosa”, além, da “[...] melhoria da imagem do país no estrangeiro” (SILVA, 1998), i.e., o trabalho demonstra as características desta cidade colonial e as mudanças que ocorreram para sua modernização coordenados pelo Estado. A pesquisa de Câmara (1998), teve como objetivo a análise de suas pré-existências, com ênfase nos locais com forte carga simbólica. O estudo teve como principal objeto de investigação a praça central de Salvador, e considerou que a análise proposta deveria incluir a “[...] compreensão dos condicionantes políticos, econômicos, sociais, mas principalmente os culturais” (CÂMARA, 1998). A pesquisa teve objetivou, ainda, a **reconstituição das imagens das pré-existências** e a investigação de suas durações, apoiadas em uma revisão conceitual que buscou orientar as novas orientações discursivas.

A Sessão Temática 4 foi dividida em dois temas, *Cidades e Tratadísticas I e II*, com a apresentação de oito pesquisas.

No primeiro fórum Fernandes (1998) aborda as profundas transformações geopolíticas, territoriais e administrativas ocorridas no século XIX nas áreas ultramarinas portuguesas e seus “[...] reflexos nos aspectos urbanísticos, arquitectónicos e artísticos” que foram considerados “necessariamente complexos e multifacetados” (FERNANDES, 1998), principalmente, no que se referenciava a colônia lusitana nas Américas, que se tornou a sede da política de império. Bentivoglio (1998) teve como objeto de investigação o planejamento urbano no século XIX, mais precisamente, o plano em forma de cruz de Franca, São Paulo, de 1805. A pesquisa se orientou em uma revisão teórica sobre a questão do planejamento das cidades coloniais e referencia o caso do plano em forma de cruz para a freguesia de Franca como um exemplo de cidades planejadas no período. O autor, aludiu a presença da Igreja Católica e seus parâmetros de organização espacial um dos principais norteadores do plano. O trabalho exposto por Braga (1998), teve como proposta a análise da arquitetura em Belém no século XVIII, tendo como eixo central as obras do arquiteto italiano Antonio José Landi e sua relação com o contexto urbano contemporâneo. A chegada de Landi em Belém em 1753, conforme demonstrou a autora, estava associada a política metropolitana desenvolvida na época pombalina, e influenciou numa nova proposta estilística na arquitetura de Belém influenciado por seu conhecimento arquitetônico herdado da escola dos Bibiena em Bolonha (1998).

Ainda neste fórum, Torquato (1998), problematiza o intercâmbio cultural entre a Europa e a América no início do século XIX através da obra de José da Costa e Silva, que segundo a autora “[...] estudou engenharia em Lisboa com Filipe Rodriguês, e o desenho de figura com Carlos Maria Ponzoni”. A partir das obras de José da Costa e Silva no Rio de Janeiro, Torquato (1998) propõe fundamentar e orientar, através do viés teórico de sua pesquisa, futuros estudos sobre a formação da linguagem arquitetônica estabelecida no Brasil no início do século XIX. Com uma mesma perspectiva conceitual, Coelho (1998),

demonstra as características da arquitetura e do urbanismo vernacular e erudito em Vila Boa, antigo arraial de Sant'Ana, em Goiás, no século XVIII. O autor (1998, p.2-3), faz uma análise do processo de estruturação do núcleo urbano, desde sua estruturação fundiária, e de seus elementos morfológicos, inclusive, da importância da implantação dos edifícios religiosos na trama urbana.

No segundo fórum, *Cidades e Tratadísticas II*, três pesquisas foram apresentadas. A pesquisa de Bueno (1998c), ressalta a importância da a iconografia dos engenheiros militares como fonte essencial para o estudo do urbanismo no Brasil setecentista. A produção das plantas militares portuguesas, segundo a autora, permaneceu como fontes manuscritas até as últimas décadas do XVIII e constituiu-se em documentos únicos de circulação bastante restrita, mas, por se tratarem de uma representação simbólica do espaço real, a produção destes desenhos “[...] não apresentavam um código de domínio comum, cabendo a uma determinada categoria de indivíduos interpretá-los”, e que compartilhavam os mesmos códigos e convenções, i.e, compuseram o circuito das Academias Militares. Citando o tratado do engenheiro português Manoel Azevedo Fortes, Bueno, enfatizou os conhecimentos teóricos destes profissionais e seu reatamento na produção de levantamentos e projetos urbanos, bem como, na intervenção de espaços arquitetônicos e de cidades nas colônias lusitanas, inclusive, na América Portuguesa.

Em uma perspectiva territorial mais específica, Carita (1998), propõe uma análise das cidades atlânticas do século XVI, enfatizando a utilização de modelos urbanísticos estrategicamente elaborados com a finalidade de fortalecer o poder real nos espaços das vilas e cidades coloniais. A partir das novas definições do espaço geográfico e do estado português ocorridas na época de D. Manuel I, como as metas econômicas e políticas, surgiram fatores que influenciaram, conforme afirma Rui Carita, na regimentação de “[...] directivas excepcionalmente flexíveis, que criaram com o seu aperfeiçoamento sucessivo um quase Método Lusitano de desenhar [...] teorizado pelo engenheiro mor do reino, Luís Serrão Pimentel”.

Com um tema teórico bem delimitado, mas, sem se deter em nenhuma cidade como estudo de caso, Rodrigues (1998), aborda a questão das cidades ideais do renascimento, concentrando-se na oposição que o movimento cultural ocidental teve com a Idade Média “[...] assumindo a monumentalidade de caracterizar-se como uma ruptura com todas as formas anteriores de pensamento” (1998), e associando-se a constituição de um campo de oposições que colocou como contrários a “[...] Idade Média e modernidade, vida ativa e vida contemplativa, imanência e transcendência, mundo fechado e universo infinito, religião institucional e secularização, corporativismo e individualismo, racionalidade e irracionalidade, ciência e mitologia e luz e trevas” (1998). Com a conscientização dos novos horizontes criados pelo alargamento do universo geográfico conhecido houve, segundo o

autor (1998, p.3), a valorização dos métodos de comparação, que definiram modos diferenciados de **ações e práticas sociais na cidade** e, influenciaram no progresso, associando-o à noção de civilização.

A Sessão Temática 5, *História e Cultura Urbana*, teve sub sessões com os seguintes temas, (1) Direito escrito e direito Costumeiro na formação das cidades; (2) Expansão colonial e Metrópolis; (3) Cidades: planos e intervenções; e, (4) Cidades: representações iconográficas.

Na primeira sub sessão citada foi apresentado um trabalho que aborda as representações da cidade colonial mineira através da interpretação dos funcionários régios, dos eruditos e dos viajantes estrangeiros. O tema abordado por Fonseca (1998) teve como objeto de estudo os arraiais e as vilas da Capitania de Minas Gerais e sua principal fonte documental foram os registros elaborados por estes atores sociais.

No âmbito das experiências da expansão colonial e sua relação com as referências lusitanas e europeias três pesquisas foram apresentadas (TEIXEIRA, 1998; BARONCINI, 1998; FLEXOR, 1998). Teixeira (1998) aborda as teorias e concepções urbanísticas nos traçados urbanos portugueses do século XVI, com destaque para as cidades de Angra, nos Açores, Lisboa em Portugal e Salvador, no Brasil; Baroncini (1998) problematiza a participação dos jesuítas na formação do espaço urbano do Rio de Janeiro (1565-1759), tendo em vista, que a pesquisa então apresentada no seminário fazia parte de seu doutoramento e abordava a participação das ordens religiosas que se estabeleceram no Rio de Janeiro, durante o período colonial, e que segundo Baroncini (1998) poderiam ser “[...] consideradas construtoras e agentes modeladores do espaço urbano carioca”; e Flexor (1998) apresenta a estratégia de povoamento elaborada pela Coroa Portuguesa no século XVIII, sendo sua maior expressão urbana a criação das vilas pombalinas, seu objeto de estudo.

Na sub sessão *Cidades: planos e intervenções* foram apresentadas duas pesquisas. A primeira versou sobre as características do sítio de implantação da cidade do Rio de Janeiro e sua influência no processo de ocupação e definição do espaço urbano local (ZEIN, 1998); e Baeta (1998) faz uma proposta para leitura estética da cidade colonial brasileira a partir da sua análise da construção do espaço barroco de Ouro Preto setecentista, pois, há uma grande ausência na abordagem da questão estética na pesquisa das cidades coloniais, sendo a maior ênfase, segundo sua hipótese, a busca do entendimento morfológico e das análises tipológicas, i.e., “[...] seu partido bidimensional, o ‘plano’ gerador” (BAETA, 1998).

No último fórum de debate da sessão temática 5, *Cidades: representações iconográficas*, Lopes (1998) e Lima, V. (1998) apresentam pesquisas que abordaram respectivamente, os pontos que configuram a representação da história urbana da ilha de Vitória, no Espírito Santo. Lopes (1998) aborda o encontro de binômios, que segundo a “[...]”

mantêm entre si, alternadamente, conivência e oposição, cumplicidade e discordância”, dando grande ênfase ao mar e as referências urbanas a ele associadas, tais como, o porto. No campo da iconografia urbana, Lima, V. (1998), destaca o “[...] papel de Debret como fixador da urbanidade carioca de inícios do século XIX”, tendo em vista a importância da obra deste artista sobre o Rio de Janeiro, e que teve sua vinda ao Brasil proporcionada pela abertura viabilizada pela corte portuguesa, depois de sua chegada a colônia lusitana nas Américas em 1808.

Nestes temários do V SHCU pudemos constatar que os núcleos urbanos que foram objeto de investigação pelos pesquisadores da história urbana no Brasil e sua relação com as matrizes lusitanas e européias foram aquelas de maior relevância no período, i.e., Salvador, Rio de Janeiro e, posteriormente, as vilas da Capitania de Minas Gerais, como foi o caso de Ouro Preto; São Paulo, Goiás e, por fim Belém. A cidade de Vitória foi abordada neste seminário numa perspectiva teórica que busca estabelecer relações de suas transformações ocorridas a partir do século XIX, sendo pouco referenciada a cidade colonial e suas características morfológicas.

Outra importante abordagem deste seminário foram as reflexões teóricas apresentadas que demonstraram a relação do urbanismo na América Portuguesa com as referências teóricas do movimento cultural renascentista, bem como, com aquelas referentes aos modelos de urbanização da tradição lusitana e, das novas experiências realizadas pela Coroa Portuguesa nos territórios de além mar.

No VI SHCU, ocorrido em 2000 na cidade de Natal, foram apresentadas novas pesquisas que abordaram outras questões teóricas, bem como, outros objetos de estudo. O fórum foi dividido em dois eixos principais: (1) *A história da cidade como alvo de reflexão*; e, (2) *A história da cidade como palco de intervenções*.

No eixo temático, *Cidade e historiografia*, Abreu (2000), aborda a problemática da pesquisa de história urbana sobre o Rio de Janeiro no período colonial, tendo em vista, o incêndio ocorrido no século XVIII que ocasionou a perda de importantes documentos. Além disto, o autor (ABREU, 2000), cita que, ao negligenciar os três primeiros séculos da história urbana carioca a historiografia urbana **atualiza** constantemente verdades e valores que são repetidos sem serem questionados. Porém, pesquisas recentes vêm esclarecendo fatos históricos relevantes à cidade colonial, tais como, local, data de sua fundação e fundador; sua totalidade política de cidade no contexto colonial; e as armadilhas da toponímia nos documentos do século XVI, quase todas produzidas no contexto na França Antártica.

Em *Cidade: visões e narrativas*, um dos sub temas do primeiro eixo de reflexões, foram apresentados os resultados de dez pesquisas.

O objeto de estudo de Lima, C. (2000) foi a análise das vivências urbanas no período colonial a partir da experiência das irmandades negras e dos escravos africanos nos séculos

XVII e XVIII, tendo como fonte documental o relato de cronistas e viajantes estrangeiros nos séculos XVII, XVIII e XIX. O interesse do autor (LIMA, C., 2000), se refina na identificação de uma hierarquia espacial e estilística, ou de tratamento estético, às igrejas das irmandades dentro das tramas urbanas, que identificou nas fontes consultadas, o que refletiria a intencionalidade de destaque destas associações na ocupação do território citadino. A pesquisa relaciona-se, portanto, com as **práticas litúrgicas** e sua relação com o espaço urbano.

Um outro trabalho teve como alvo de reflexão a relação da prática religiosa e o espaço, sem, entretanto, ter tido como objeto de estudo um núcleo urbano na América Portuguesa, mas, através de sua perspectiva teórica buscou referenciar estas experiências nos espaços coloniais lusos. Assim, Fleck (2000), analisa os espaços das reduções jesuíticas do Paraguai e seus principais elementos morfológicos constitutivos, a igreja e a praça. A autora (FLECK, 2000), afirma no âmbito de seu estudo que o templo constituiu-se em “[...] em elemento fundamental do projeto ibérico de civilização, na medida em que este espaço foi usado pelos missionários para introduzir comportamentos e reforçar os desejáveis através das missas, das festividades e dos sacramentos”; e a praça consagrou-se como o “[...] local da coletividade, da festividade após o ritual na igreja ou da devoção expressa nas procissões, ou ainda da eliminação dos vícios e do paganismo, expressa na referência à ‘*queima de ossos*’” (FLECK, 2000). A Igreja Católica teria através de suas práticas litúrgicas e da atuação das ordens religiosas extrapolado a função de marco institucional da colonização ibérica, constituindo-se em núcleo fundamental da modelação dos espaços e pelo alcance de sua representação social.

Contribuindo para um maior entendimento das relações raciais com a cidade colonial, L. H. Silva, (2000) procura analisar as cidades a partir das experiências vividas pelos negros ao longo de 500 anos e que para entender as formas de exclusão e inclusão desta camada da sociedade nas urbes do período seria necessário analisar sua morfologia e sua forma de organização. A autora, afirma, então, que os assentamentos urbanos coloniais, do litoral ao interior, planejados ou não, foram segregadores e que vários foram os elementos utilizados para este fim, sendo que, suas estruturas espaciais refletiam estas dualidades podendo ser lidas em suas permanências.

Procurando entender os elementos fundadores da vida social urbana, Cavalcanti (2000), analisa a importância das **irmandades** em Maceió na organização da vida cotidiana da população e na **produção do espaço urbano**. A autora, destaca o papel da Igreja Católica na estratificação da sociedade urbana, no enquadramento da população nos interesses dos grupos dominantes, tendo como principal instrumento, segundo seu argumento, as práticas religiosas e sua expressão sobre o espaço físico, ressaltando que a problematização dos processos de inserção dos grupos sociais nas irmandades podem

revelar estes fatores. Para tanto exemplificou a forma de apropriação dos espaços de Maceió por diferentes irmandades.

Seguindo uma mesma tendência de se refletir o universo cultural da América Portuguesa, Paiva (2000), aborda a questão da mestiçagem e da resistência no processo de urbanização do século XVIII e seu principal centro, a Capitania de Minas Gerais. O autor (PAIVA, 2000) enfatiza que uma série de valores se estabeleceram em nossa cultura a partir de práticas cotidianas do convívio do colonizador, do negro, do indígena e dos mestiços, tais como, “[...] valores culturais, escolhas gastronômicas, indumentária e linguagem” (PAIVA, 2000), além, das **práticas religiosas**, que salientou, terem ocorrido no campo e nas áreas urbanas.

Numa abordagem única, Freitas (2000), foca-se, como muitos pesquisadores, na questão cultural das urbes coloniais, mas, com um estudo singular, o simbolismo construído em torno da mulher e da sociedade, tendo como espaço de suas reflexões a região mineradora dos séculos XVIII e XIX. Assim, no âmbito da história das representações a autora (FREITAS, 2000) demonstra, em diversos trechos de seu discurso, a importância da apreensão e vivência feminina nas aglomerações urbanas coloniais, seja, no imaginário de uma nova terra de esperanças e de realização de sonhos – a colônia, ou, em sua importância simbólica no domínio social, tendo em vista a complexidade de funções e atribuições que as mulheres assumiram na vida urbana e na vida privada no período.

Com um foco na transferência de valores de outras culturas para a colônia lusitana nas Américas, Gutierrez (2000), procura analisar a influência do elemento negro na arquitetura de Pelotas, Rio Grande do Sul no período de 1777-1888. Indo além do período colonial a autora (GUTIERREZ, 2000) objetiva avaliar o papel dos agentes da produção das obras de Pelotas ao lado do estudo das estruturas físicas que permaneceram. Para tanto traçou uma análise que forneceu informações sobre os proprietários, os trabalhadores intelectuais e braçais, e procurou nas soluções técnico-construtivas e estéticas das obras públicas e privadas urbanas, entender as visões tradicionais que segundo sua hipótese “[...] neste caso, compôs o nó, o choque, a revolução, o encontro, o momento tipológico, enfim, a ponte entre a tradição ocidental e as tradições nativa, africana e mestiça; mostrou, também, a dualidade entre o erudito e o popular, o centro e a periferia” (GUTIERREZ, 2000). Portanto, o trabalho que se insere na história das mentalidades buscou demonstrar a importância do entendimento dos valores dos diversos agentes modeladores na configuração dos espaços da cidade e de sua arquitetura.

A importância da missão francesa no território ultramarino americano e, o resultado das representações dos espaços da cidade do Rio de Janeiro, através do olhar dos artistas viajantes, no início do século XIX foi problematizado por Andrade (2000). O autor, demonstra em sua pesquisa que as obras procuravam resolver o conflito entre paisagem e

natureza, i.e., entre o mar e a montanha, entre a paisagem e a arquitetura, seja, através da idealização da paisagem; em sua retratação realística, ou através de sua inserção na obra como tema principal ou secundário. Em sua conclusão Andrade (2000), afirma que as obras são de suma importância, pois, revelam um Rio de Janeiro onde a paisagem era imponente e resistia às transformações do colonizador, muito embora, houvesse na intenção dos autores o objetivo de retratá-la de forma idealizada.

Buscando entender as narrativas e representação da cidade do Recife desde sua fundação, Portual (2000) propõe uma especulação na história da cidade citada a partir da investigação dos relatos de portugueses e holandeses. Através de diversas fontes documentais, a autora (PORTUAL, 2000), demonstra as diferentes visões do urbano; a interdependência da capitania de Pernambuco em relação à Metrópole; os traços da ocupação holandesa na cultura e na cidade; suas características geográficas; bem como, sua evolução urbana até o início do século XX, ressaltando, que estes relatos buscaram, ora enaltecer, ora mostrar as faces negativas da cidade.

Em uma abordagem teórica, Pinheiro (2000), demonstra como as representações gráficas das cidades são uma importante fonte documental para a história urbana. A autora (PINHEIRO, 2000), afirma que a relevância dos desenhos de cidades está em seu conteúdo e objetivo, i.e., podem ser a representação de um projeto ou simplesmente uma retratação de suas características. Além disto, a crescente especialização nas formas de representação das cidades que ocorreu desde o século XV no ocidente revelam não só as diferentes técnicas de desenho, mas, também de forma mais precisa os traços da morfologia urbana dos objetos retratados.

No segundo eixo temático, *A história da cidade como palco de intervenções*, houve uma grande demonstração de que a pesquisa sobre a história urbana no Brasil no período colonial estava em crescente amadurecimento, pois, neste temário foram apresentados 17 (dezessete) trabalhos.

Retomando questões teóricas que buscam relacionar o urbanismo colonial americano às referências lusitanas, Valla (2000), apresenta a importância do papel da Engenharia Militar na construção das cidades no universo urbanístico português. A autora, defende que desde o início da colonização na América Portuguesa os princípios teóricos da Engenharia Militar estiveram presentes, além, de citar e relacionar as experiências deste período e dos séculos seguintes a outras que ocorreram na África e no Oriente. Valla, cita, também, importantes exemplos de cidades coloniais na América que os lusitanos empregaram esforços técnicos, científicos, e humanos para fortificar e construir cidades adotando as referências da tratadística renascentista.

Retomando a dualidade da questão que permeou durante décadas as abordagens que procuravam clarear a questão do planejamento das cidades colônias lusitanas,

principalmente, as localizadas na América, Consentino (1998), contrariando as conquistas teóricas longamente amadurecidas, retomou a afirmativa de Sérgio Buarque de Hollanda em *Raízes do Brasil*, e reafirma as afirmações deste autor sobre a vida urbana lusitana, já bastante difundidas, i.e., defende a ausência de planejamento ancorado num discurso fundamentado nas diferenças culturais entre os castelhanos e os portugueses.

Numa abordagem que buscou entender o processo de desconstrução da cidade colonial de Natal, Dantas (2000), apresenta as transformações físicas que alteraram importantes marcos deste espaço preexistentes dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, antes das reformas do século XX. Para tanto, a autora, demonstra sua reflexão sobre a importância das fontes documentais que ajudaram a forjar uma história colonial que serviu, na verdade, para sua destruição.

Numa perspectiva de análise da forma urbana colonial e sua relação com as tecnologias de guerra, i.e., de defesa militar, Gunn (2000), problematiza a influência das técnicas bélicas sobre as urbes coloniais, abordando para tanto, diferentes temas relacionados a sua tese, numa ampla revisão conceitual e teórica.

Numa aproximação entre cidade, história e cultura, Magaldi (2000), pondera a importância de se ampliar a influência dos condicionantes culturais árabes na Salvador do século XVIII, não somente, nos elementos decorativos já sistematicamente citados, mas, na estruturação da cidade e da arquitetura. Em seu trabalho a autora, enfatiza os aportes das referências árabe-ibéricas para a conformação da cidade colonial, bem como, uma possível estratégia da Coroa Portuguesa em minimizar estes valores.

No âmbito da conformação de uma cultura urbana no espaço setecentista de Minas Gerais, Cunha e Monte-Mór (2000), apresentam um recorte teórico que associou a noção de urbano, a experiência deste espaço e as manifestações geradas na cidade pelo excedente da produção econômica, ou seja, através de uma tríade urbana, conduziu a uma análise das manifestações sociais no espaço citadino. O estudo pautou-se também numa reflexão sobre as referências teóricas sobre a história urbana no Brasil e seus recortes temporais, onde o autores, procuram enfatizar a especificidade urbana de Minas Gerais, suas origens, sua dimensão físico-espacial e sua decadência.

Com o mesmo espaço geográfico como objeto de estudo Meneses (2000), relaciona a importância da estrutura fundiária da região da Comarca de Serro Frio, Minas Gerais, às características rurais que o espaço urbano poderia assumir por ter nos quintais das casas se desenvolvido uma cultura de abastecimento alimentar para o Arraial do Tejuco e a Vila do Príncipe, a cabeça da comarca. Afirmando que o desenvolvimento urbano na região de Minas Gerais teve características distintas do processo urbano anterior no contexto colonial, o autor, enfatiza os hábitos dos sítios citados de se cultivar diferentes espécies frutíferas, legumes, verduras e ervas para o abastecimento da população.

Dando continuidade as pesquisas apresentadas nas versões do IV e V SHCU, Flexor (2000), demonstra neste fórum, seguindo sua análise do projeto pombalino de repovoamento e urbanização do território ultramarino na América, destacando a Capitania da Bahia, as práticas dos Ouvidores da Capitania de Porto Seguro no planejamento de seu espaço urbano. Num dos poucos casos em que se tem registro cartográfico e documental de fundação, a autora, demonstra os importantes testemunhos do procedimentos e dos testemunhos físico-espaciais da criação de Porto Seguro.

Tendo como estudo de caso a cidade de Salvador, Souza (2000), procura demonstrar a influência da engenharia militar na formação urbana da capital da América Portuguesa durante o período colonial. A ênfase é dada ao século XVII, período posterior a invasão holandesa, através dos projetos e intervenções realizadas na cidade pelo corpo técnico dos engenheiros militares. O autor procurou problematizar, também, os conceitos teóricos e científicos que norteavam a atuação deste corpo técnico.

Em uma ampla abordagem teórica sobre as vertentes e rumos da história urbana Mourão (2000), apresenta uma pequena síntese da história das cidades da Amazônia no período colonial. Segundo a autora, as diversas tentativas de se criar cidades no local se mostraram inócuas, sendo que, das 69 povoações que se tentou implantar na região entre 1616 a 1730, somente nove vingaram, o que aludiria a uma inadequação dos modelos urbanísticos vindos da Metrópole para o local, que teve de investir em várias tentativas com diferentes recursos para conseguir poucos objetivos concretos.

Buscando resgatar a historiografia dos municípios sergipanos, a professora Oliva (2000), coordenou um grupo de pesquisadores que executou um balanço não só desta produção, bem como, realizou uma revisão teórico-metodológica sobre o tema. A pesquisa demonstrou que os 74 municípios de Sergipe são resultado da ocupação de seu território desde o século XVI, sendo que a maior abordagem da historiografia está nos séculos XVIII e XIX, período de desenvolvimento econômico no vale do Contiguiba. A pesquisa pautou-se também na exposição de seus métodos investigativos e interpretativos e nas fontes documentais utilizadas.

Com o objetivo de refletir a relação da criação de gado e a formação das cidades cearenses Jucá Neto (2000), demonstra como a economia da pecuária subsidiou a criação da civilização do couro no interior do extenso território colonial. O autor, enfatiza o período do século XVIII, como o mais importante para a consolidação de uma política de ocupação e consolidação do domínio da região do Ceará, tendo sido o principal recurso econômico a subsidiar tal empreitada a criação extensiva do gado, que teria, portanto, dado origem a vários núcleos urbanos que estavam intrinsecamente, inclusive em sua organização espacial, relacionados com esta economia.

Intencionando problematizar as referências para a ocupação da zona portuária, ou Cidade Baixa, em Salvador, entre os séculos XVIII e XIX, Marocci (2000), analisa os padrões urbanísticos, a legislação e a participação de novos atores sociais, a burguesia local e os comerciantes, na implementação de novos valores estéticos na capital colonial. A principal referência para as intervenções em Salvador, segundo a autora (MAROCCI, 2000), foram os parâmetros da recuperação de Lisboa pós terremoto, reafirmando o poder político e dando espaço a burguesia comercial local, valores, que segundo a hipótese apresentada teriam se repetido no ambiente urbano soteropolitano.

Numa abordagem que visa demonstrar os recursos legais e administrativos empregados pela Coroa Portuguesa, Nicolazzi Júnior (2000), problematiza a participação do almotacé, oficial da(s) Câmara(s), que era responsável por várias funções de ordenamento e organização urbana, teve um papel fundamental na estrutura espacial de Curitiba no século XVIII. A partir de importantes fontes documentais o autor foi traçando a atuação destes oficiais e a conseqüente organização do espaço urbano da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.

Procurando refletir uma concepção projetual barroca no espaço urbano de Recife no século XVIII, Zancheti (2000), apresenta como argumento à sua pesquisa a utilização de padrões formais do barroco europeu na referida cidade. Destacando as características da formação urbana de Recife, o autor, afirma que a classe burguesa sempre presente em seu processo de estruturação física atuou de forma significativa no século XVIII e teria, portanto, subsidiado a inserção dos princípios estéticos, simbólicos e ideológicos do Barroco na cidade.

Seguindo a lógica da defesa de uma política urbanizadora implementada pela Coroa portuguesa no território ultramarino lusitano nas Américas, J. Silva, (2000), busca demonstrar que para além deste esforço houve no território mato-grossense no século XVIII, a implementação de um conjunto de ações coordenadas para se povoar a região citada. Citando a política urbanizadora local o autor fez uma abordagem do contexto local, dos atores sociais envolvidos no projeto de conquista, povoamento do sul, e destaque as fases e os resultados deste urbanismo logístico.

Buscando estabelecer ou adaptar novos conceitos e noções para o entendimento das cidades coloniais, Vasconcelos (2000), apresenta em sua pesquisa a noção de **agentes modeladores** para demonstrar sua hipótese da atuação destes diferentes representantes da sociedade, do poder reinol e da Igreja Católica na definição do espaço urbano de Salvador. De forma sintética, porém, fundamentada em referenciais teóricos da geografia, o autor (VASCONCELOS, 2000) apresenta a participação da Igreja Católica; do Estado, i.e., da Coroa Portuguesa; dos agentes econômicos; da população e os movimentos sociais;

destacando o papel dominante da Igreja e do Estado na configuração morfológica de Salvador.

Numa abordagem sobre a participação da Companhia de Jesus na construção do espaço urbano da Vila de Nossa Senhora da Vitória, foi apresentada (SOUZA, 2000b), a importância das referências da análise das particularidades de cada núcleo urbano, à luz de uma revisão historiográfica que subsidie uma reinterpretação das morfologias urbanas. A pesquisa apresentada demonstrou, então, como a participação da Igreja Católica, enquanto principal agente modelador do espaço urbano de Vitória, através da atuação dos jesuítas, moldou características singulares a seu espaço.

Podemos refletir a partir das pesquisas apresentadas neste seminário alguns aspectos relevantes na produção acadêmica exposta: (1) as cidades de Salvador, Rio de Janeiro e as da Capitania de Minas Gerais continuaram a ser objeto de estudo dos pesquisadores, muito embora, os enfoques sobre a formação de seus espaços urbanos, tais como, (a) as referências estéticas de sua arquitetura; (b) os diferentes agentes modeladores; e, (c) a cultura urbana subjacente, ampliaram o espectro conceitual destes estudos; (2) cidades como Recife, de maior expressividade no cenário urbano colonial, bem como, Pelotas, Curitiba, Vitória, entre outras, passaram a ser problematizadas, em diferentes perspectivas teóricas, mas, que objetivavam refletir os processos de formação dos espaços e sua relação com os agentes modeladores e os fenômenos preponderantes; (3) houve uma crescente busca na investigação de referências teóricas do processo de renovação científica europeu que se rebateu na formação de um corpo profissional, os engenheiros militares, e a espacialização destes princípios nos espaços coloniais; e, (4), por fim, uma complexidade maior nos temas de pesquisa, tais como, práticas investigativas que têm como recorte teórico a histórica das mentalidades, da cultura material e do imaginário, além, de uma constante busca de se problematizar conceitos e noções empregados.

O **VII SHCU**, última versão deste fórum de debate que ocorreu em Salvador em 2002, não teve o mesmo número expressivo de pesquisas sobre as cidades coloniais.

O fórum contou com 10 sessões temáticas, sendo que, somente nas sessões 7 e 9, que abordaram, respectivamente, *Cidade e urbano: escritos e configurações*, e *A construção do território: tempos e processos*, foram apresentados trabalhos que versavam sobre cidades coloniais. Houve também apresentações em forma de *posters*, tendo sido apresentada uma pesquisa.

A pesquisa de Pontual (2002), versa sobre as narrativas sobre o urbanismo no Recife e que se tornaram marcos e referências para a elaboração de sua história urbana. Segundo autora, existem várias obras que foram escritas até o século XX sobre a cidade do Recife, porém, com uma abordagem dos eventos que marcaram sua posse por lusitanos e por holandeses. Obras sobre a composição e concepções do espaço urbano só surgiram a

partir da segunda metade do século XX. Neste sentido o objetivo do trabalho foi uma releitura das principais fontes primárias para se analisar os discursos e as referências da construção da história da cidade do Recife.

Na outra sessão Fridman (2002), problematiza a formação da rede urbana no *sertão do oeste* fluminense, defendendo que esta ocupação se deu de forma planejada. Subsidiada em ampla pesquisa em fontes primárias a autora, demonstra que os pequenos povoados do período colonial formaram um mercado regional e constituíram sistemas locais que se desdobravam sobre sua área de influência e compuseram a *hinterlândia* da cidade do Rio de Janeiro. A formação desta rede urbana, segundo Fridman, demonstra a intenção de planejamento do espaço, articulando urbanização com projeto de colonização, principalmente, no período posterior ao do esgotamento da minas.

Com o objetivo de compreensão de forma mais profunda a configuração atual da rede urbana de Minas Gerais, Moraes (2002), procura investigar suas origens. O recorte temporal foi o século XVIII, e o objetivo específico do trabalho foi compreender como os processos de formação de vilas e cidades ocorreram em todo território mineiro, dando ênfase a região dos municípios de Mariana e Ouro Preto. O estudo da autora, se apóia em fontes primárias, bem como, em relatos de viajantes estrangeiros.

Flexor (2002), apresenta nesta sétima versão do SHCU a continuação de sua pesquisa cujo tema é relativo ao projeto português de repovoamento e reurbanização do Brasil no século XVIII. Nesta versão a autora, aborda a criação de um Diretório para ser um plano escrito para as regiões ocupadas pelos índios do Brasil que receberam a liberdade no bojo do projeto empreendido pelo Marques de Pombal. O objetivo da pesquisa foi tentar estabelecer as relações entre a política adotada em relação ao Brasil, consolidada no Diretório do Grão-Pará e Maranhão e instruções regionais, e as teorias do período, mais especificamente, com o Direito Indiano e sua ação na América Latina, e, especialmente, a autora objetiva apontar a ausência destas referências teóricas na historiografia específica de urbanismo e de direito brasileira e portuguesa.

Com o objetivo de analisar o processo de formação da rede urbana mais antiga do Rio Grande do Sul, iniciado em meados do século XVIII, Rhoden (2002) procura demonstrar a associação desta ocupação no sul ao expansionismo militar português daquele período, que resultou na incorporação definitiva do território gaúcho aos domínios lusitanos, em 1801. O autor defende, que os traçados urbanos desenvolvidos na região tinham características de afirmação militar e cultural e foram implantados, preferencialmente, na linha de fronteira com as terras castelhanas ou em pontos estratégicos de defesa do território, fato que teria se tornado um marco no processo de formação da rede urbana gaúcha.

Em *Posters*, Schürmann (2002), expôs a rede urbana na América Latina no século XVIII, buscando referenciar a formação desta rede na América espanhola e portuguesa, que teria sofrido influência do ritmo de urbanização que resultou em conflitos de fronteira e invasões estrangeiras, prioritariamente, no período em que Portugal esteve unido à Espanha. Segundo a autora, para reverter este quadro de conflitos as duas Metrôpoles implementaram, na segunda metade do século XVIII, uma geopolítica de defesa, e o objetivo de sua pesquisa foi analisar os resultados das duas estratégias fundacionais - espanhola e portuguesa - e refletir sobre as causas do insucesso ou sucesso nas duas regiões.

Conforme pode-se atestar no balanço da produção científica dos SHCU houve um grande avanço nas problematizações da formação urbana da América Portuguesa, inclusive, considerando as contribuições dos pesquisadores lusitanos e das publicações que vêm ocorrendo em Portugal sobre a referido temática.

Cabe ressaltarmos, que sendo nosso enfoque a participação das ordens religiosas na formação dos espaços urbanos da colônia americana lusitana, é necessário um sucinta reflexão sobre esta abordagem nas versões dos SHCU.

#### **2.4 ORDENS RELIGIOSAS: AGENTES MODELADORES DO ESPAÇO URBANO COLONIAL**

No âmbito da história urbana as maiores contribuições vem de seu caráter multidisciplinar, i.e., de práticas científicas que vêm adotando um processo controlado de empréstimos das práticas de outras ciências (LEPETIT, 2001).

Sendo um dos nossos objetivos refletir a produção científica dos SHCU, com ênfase na participação da Igreja Católica, principalmente das ordens religiosas, na conformação dos núcleos urbanos na América Portuguesa, cabe demonstrarmos, onde as pesquisas ora analisadas buscaram suas referências nos recortes teóricos que a história nova refletiu em sua renovação epistemológica.

Retomando as noções apresentadas no capítulo I (LE GOFF, 1998), no que se referem aos conceitos chaves da história nova e sua interface com a história urbana, bem como, as problematizações sobre método e abordagens teórico-metodológicas para a pesquisa historiográfica, desenvolvidas por Lepetit (2001), objetivamos conduzir nossa análise aos aspectos do universo mental; da cultura material; dos processo de exclusão e integração; do imaginário e suas expressões culturais, entre outros, além, das principais fontes utilizadas nas pesquisas.

As pesquisas de Fridman (FRIDMAN; RAMOS, 1993; FRIDMAN; FERREIRA, 1996; FRIDMAN, 1998), ressaltam a questão fundiária, econômica e de formação de rede de vila e cidades no território colonial. Sua abordagem com relação à **participação das ordens religiosas na conformação das cidades coloniais** teve como enfoque principal a constituição do patrimônio territorial da Ordem de São Bento no Rio de Janeiro (FRIDMAN, 1998), procurando demonstrar como estes agentes modeladores influenciaram na conformação do espaço urbano carioca, além, de ter ampliado seu leque espacial para outras regiões do estado do Rio de Janeiro. A autora utiliza como subsídios à suas pesquisas fontes primárias consultadas em diferentes arquivos e obras que são consideradas fontes obrigatórias de pesquisa sobre o tema e sobre a ocupação e conquista do território do Rio de Janeiro.

Cavalcanti (2000) e Paiva (2000) tiveram como objetivo analisar em suas pesquisas a relação das práticas religiosas e a produção do espaço urbano colonial. Os pesquisadores procuram relacionar aspectos de organização da vida cotidiana, da formação da sociedade urbana e da religiosidade à forma de apropriação dos espaços no âmbito do processo de colonização da América Portuguesa. Cavalcanti (2000) teve como objeto de estudo a cidade de Maceió e, Paiva (2000) a capitania de Minas Gerais.

Cavalcanti (2000) abordou a importância das irmandades como forma de enquadramento social dentro de um contexto de estratificação econômica. Para a autora as irmandades ofereciam uma possibilidade de convivência da população menos favorecida economicamente com os grupos dominantes da sociedade. A forma de expressão desta busca de convivência social se dava também através das manifestações religiosas que ocorriam no espaço urbano. Assim, a apropriação dos espaços pelas irmandades poderia revelar esta busca e ao mesmo tempo os conflitos destas relações.

Paiva (2000), analisou os processos de inclusão e segregação nas formações urbanas de Minas Gerais. Para o autor a relação entre as diferentes etnias e grupos sociais que formavam a sociedade mineradora com as **práticas litúrgicas** influenciou na definição de diferentes territorialidades. Além disto, estas manifestações religiosas demonstrava traço de culturas distintas através de hábitos, ritos, vestuário, bem como, diferenciavam-se em suas relações com os espaços urbanos.

Lima, C. (2000), abordou a relação das irmandades negras com o espaço da cidade no período colonial, onde, segundo sua hipótese houve uma tentativa destas irmandades de se destacarem no ambiente urbano ao buscarem diferenciar seus templos religiosos de outras igrejas através do tratamento estético.

Desta forma, os autores objetivam demonstrar a relação das práticas sociais relacionadas com a religiosidade e a cultura material. Neste sentido, o tratamento que as irmandades e os diferentes grupos sociais e etnias davam à arquitetura dos templos e, a

forma como se apropriavam dos espaços urbanos refletiam conflitos, anseios, valores e símbolos de culturas distintas.

No que tange aos **aspectos teóricos do planejamento das cidades coloniais** e sua relação com as referências litúrgicas da Igreja Católica, Bentivoglio (1998), procura associar simbolismo à forma urbana ao analisar a o plano em forma de cruz da cidade de Franca, São Paulo, de 1805. As principais fontes consultadas pelo autor foram os parâmetros de organização espacial adotados pela Igreja Católica e o plano elaborado para Franca, numa busca de relacionar os conceitos contemporâneos sobre o processo de formação das cidades colônias lusitanas e a atuação de um de seus principais agentes modeladores.

No bojo dos SHCU somente três trabalhos abordaram de forma enfática a relação da atuação das ordens religiosas e a produção do espaço, considerando, inclusive, seus elementos morfológicos.

As pesquisas de uma forma geral abordam os aspectos do universo mental; da cultura material; dos processos de exclusão e integração, com ênfase, nos aspectos formais do espaço. Os objetos de estudo foram as reduções jesuítas, a cidade do Rio de Janeiro e a Vila da Vitória, hoje cidade de Vitória.

Outros aspectos relevantes destas abordagens foram as fontes utilizadas nas pesquisas e seu repertório teórico, i.e., uma busca de se entender o passado pelas problematizações do presente.

No que tange aos aspectos teóricos destas pesquisas, a principal fonte para se analisar o processo de urbanização na América Portuguesa utilizada é Reis Filho (1968), e para se compreender os parâmetros e instrumentos legais, bem como, as formas de apropriação do espaço pela Igreja Católica cita-se Marx (1989;1991).

Autores como Abreu (1997) e Vasconcelos (1997) são referências para o entendimento, respectivamente, das questões fundiárias, já que a Igreja Católica possuiu um importante patrimônio territorial na colônia ultramarina lusitana, e de novos conceitos e noções para se analisar as cidades do período colonial, i.e., uma busca de novos referenciais teórico-metodológicos para se compreender as cidades na longa duração, tendo sido utilizado de forma recorrente nas pesquisas do SHCH a noção de **agentes modeladores**.

Cabe, entretanto, ressaltar que a atuação da Igreja Católica foi extremamente importante na conformação dos núcleos urbanos na América Portuguesa, questão esta já consolidada nos debates acadêmicos, e que poucos são os estudos e pesquisas apresentados nas versões do SHCU, conforme demonstramos, que têm como objeto de estudo a ação deste agente modelador nas conformações urbanas, i.e, em análises morfológicas.

Além disto, verifica-se uma preferência pelos núcleos urbanos que tiveram maior relevância no contexto colonial, como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e cidades mineiras.

Porém, há que se destacar a relevância destas pesquisas por suas abordagens teóricas e pela importante contribuição às análises, não só dos espaços, mas da cultura e do imaginário colonial.

## 2.5 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA HISTÓRIA URBANA NO BRASIL

Depois da importante contribuição que a obra Nestor Goulart Reis Filho deu a compreensão do processo de formação urbana na América Portuguesa através do pressuposto de **uma política urbanizadora**, muitas pesquisas foram empreendidas, mas a obra do referido autor, ainda é uma fonte obrigatória de consulta e orientação teórico-metodológica. A citação das noções e do aporte teórico-metodológico utilizado por Reis Filho (1968) foram uma constante nas pesquisas apresentadas nas versões do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Entretanto, caber ressaltar, que as referências teórico-metodológicas utilizadas pelo autor, foram, em maior parte, focadas na geografia urbana e, sobretudo, na geografia urbana do Brasil, além, de relacioná-los à sociologia.

A obra de Reis Filho possui, então, importantes aspectos destes campos de conhecimento que cabe apresentar: (1) a **noção de rede urbana**, que é considerada fundamental para o entendimento das formações urbanas brasileiras (1968); (2) a abordagem das diferentes etapas de desenvolvimento da América Portuguesa, das “[...] **diversidades regionais** ou **níveis de complexidade nas várias formações urbanas**” (grifo nosso) (p.16); (3) a procura de uma “[...] **conceituação básica da natureza do fato urbano**” (p.16), ou seja, de uma **referência teórica** para analisar os fenômenos urbanos; (4) interpretações que procuram explicar os fatos urbanos através da **geografia**, sendo, as principais fontes George Chabot, *Les Villes*, 1958, e da **sociologia**, cuja maior referência é Max Weber, *A cidade*, capítulo de *Wirtschaft und Geselchft Grundriss der Verstehenden Soziologie*, obras de onde Reis Filho (1968), buscou respostas ao entendimento do processo de urbanização na colônia ultramarina lusitana; (5) a partir dos pressupostos teóricos da geografia e da sociologia, o autor (REIS FILHO, 1968), afirma que o fato urbano têm relação com os processos sociais subjacentes, incluindo também, os aspectos econômicos, sociais, político-administrativos, militares, demográficos, psicológicos, entre outros, o que resultaria em configurações particulares dentro da rede urbana; (6) a

relevância dada às funções urbanas, referência aos estudos de George Chabot, i.e., a geografia urbana, que naquele momento, tendia a “[...] explicar a origem da cidade – o que significa explicar a cidade – por suas funções” (p.22), e por fim, (7) a influência da teoria de Florestan Fernandes, publicadas em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, 1959, onde este autor relacionou as unidades do sistema social e seus componentes nucleares como um todo, perspectiva teórica que fundamentou as principais noções e pressupostos teórico-metodológicos de Reis Filho.

As principais obras consultadas por Nestor Goulart Reis Filho em 1968, sobre a urbanização lusitana colonial, foram, *A cidade ideal do renascimento e as cidades portuguesas da Índia*, de Mário Chicó, 1956; *Evolução Urbana nas Américas*, de João Bolthausen, 1959/1961; *Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*, de Luiz Silveira; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, 1956; e, *Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva*, de Aroldo de Azevedo, 1956.

Duas questões são relevantes sobre as referências teóricas e sobre as obras consultadas por Reis Filho (1968). A primeira nos remete a **renovação do domínio científico** ocorrida no início do século XX, conforme abordamos no primeiro capítulo, que afirma o campo de conhecimento da sociologia, promoveu a renovação integral da história, dando origem a uma corrente denominada história nova, bem como, procurou viabilizar a interdisciplinaridade, que proporcionou a criação da história urbana. Desta renovação, foi demonstrada nos capítulos I e II, a importância da geografia para o estudo das cidades, i.e., no período em que Reis Filho defendeu sua tese sobre o processo de urbanização na América Portuguesa, a partir da hipótese de uma política urbanizadora para a colônia americana, relacionada, com os processos sociais locais, importantes obras de pesquisadores da história, da geografia e da sociologia já haviam sido publicadas, o que demonstra que o autor estava se utilizando de reflexões oriundas do debate científico a época.

A segunda questão encontra-se mencionada na apresentação do livro de Reis Filho (1968), onde fica exposto que a obra fez parte de sua tese de livre docência, defendida em 1964, e que compunham a banca examinadora os professores Paulo F. Santos, Aroldo de Azevedo e Sérgio Buarque de Holanda, cujas obras, apresentavam uma hipótese diferente, e no caso de Holanda (1956), contrária, a que foi defendida por Nestor Goulart. Este fato demonstra não só a importância da obra de Nestor Goulart Reis Filho, bem como, nos esclareceu sob como os princípios teóricos da geografia urbana e da sociologia, além, daqueles subjacentes da história nova, passaram a nortear as pesquisas sobre as cidades coloniais no Brasil desde então.

Logo, através do balanço das pesquisas apresentadas nos SHCU pudemos constatar que estas referências teórico-metodológicas, a exceção de algumas citações de

autores mais contemporâneos, ainda são importantes referências para as reflexões dos estudiosos brasileiros, além, de constar também, em estudos de pesquisadores lusitanos, como fonte quase que obrigatória.

A geografia urbana tem uma influência determinante ainda na história urbana, pois, as produções dos geógrafos continuam sendo fontes para a reflexão dos processos urbanos na longa duração.

Porém, esta constatação não diminui a importância da interdisciplinaridade que vêm proporcionando nos últimos anos do século XX e dos recentes do século XXI, um alargamento nos horizontes da pesquisa sobre as cidades, considerando, conforme citamos, não somente seus aspectos morfológicos, tipológicos e estilísticos, mas ainda, os aspectos da cultura, do imaginário, da cultura material, entre outros.

Neste sentido, pesquisadores como Marx (1989, 1991), Fridman e Ramos (1993) Fridman e Ferreira (1996), Rosenthal (1996) vêm demonstrando a importância das práticas religiosas, da legislação canônica, das formas de apropriação do espaço urbano, a geopolítica das ordens religiosas na conquista do território ultramarino, enfim, problematizando como a Igreja Católica atuou no processo de colonização, não somente através de sua ação missionária, mas, também, de sua influência na conformação dos espaços urbanos e na conquista do território ultramarino nas Américas.

Os geógrafos também continuam, no Brasil, a contribuir para o entendimento de diversos fatores da formação da rede urbana, das formas de apropriação da terra, em uma retrospectiva urbana, e na reflexão de novas noções e terminologias para a pesquisa das cidades na longa duração (ABREU, 1997; VASCONCELOS, 1996, 1997, 2000)

O emprego da noção de **agentes modeladores do espaço** foi proposto por Vasconcelos<sup>75</sup> (1997, 2000) para entender a organização e o funcionamento do espaço das cidades coloniais, a partir da necessidade de “[...] adaptar, ou mesmo criar novos conceitos e noções, pois aqueles utilizados para a compreensão das cidades atuais, não correspondem satisfatoriamente às especificidades e à complexidade das sociedades pretéritas” (2000). Logo, as transformações ocorridas em nossas iniciais formações urbanas ao longo de mais de três séculos de colonização pode ser melhor analisado através do exame dos agentes modeladores que atuaram de forma preponderante na conformação da cidade no recorte temporal supra citado, “[...] e que não poderiam corresponder, evidentemente, aos atuais agentes da produção da cidade atual” (2000).

Além disto o autor (VASCONCELOS, 1996, 2000), também problematiza a questão das particularidades do processo de urbanização na América Portuguesa sem

---

<sup>75</sup> Vasconcelos (1997) pondera que o emprego da noção de agentes modeladores já vinha sendo empregado para o entendimento das cidades na contemporaneidade, tendo sido, sua contribuição utilizar tal noção para a reflexão dos processos de formação das cidades coloniais.

desconsiderar sua relação com todo o processo de fundar, remodelar e projetar cidades no universo ultramarino conquistado pelos lusitanos, de devem ser considerados aspectos sociais, econômicos, político-administrativos que influenciaram de acordo com as injunções de cada local de forma particular na conformação dos espaços urbanos.

A partir da colaboração dos geógrafos na produção científica sobre as cidades na longa duração podemos constatar que os conceitos problematizados pela renovação científica da história, tais como, conjuntura, estrutura, e acontecimento (BRAUDEL, 1986), são fundamentais para analisarmos as permanências e rupturas nas formas espaciais.

Considerando-se, então, que a história urbana é um campo de conhecimento que tem como uma de suas principais características a interdisciplinaridade, ressaltamos que no Brasil, pudemos constatar pela análise das pesquisas dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo, bem como, pela bibliografia consultada sobre a temática, se refletem as mesmas questões que foram problematizadas na Europa e na América.

Há ainda, na contemporaneidade, no bojo das reflexões das cidades coloniais brasileiras uma dificuldade (1) de se compatibilizar um mesmo conceito ou definição de história urbana; (2) de se multiplicar os objetos de estudo sendo o maior enfoque dado as principais cidades do período; (3) de se explicitar as referências teóricas que subsidiam as pesquisas, sendo sua percepção, na maior parte das vezes identificada pela estruturação da pesquisa e por sua bibliografia, pois, os conceitos utilizados nem sempre são precisos, i.e., o processo da pesquisa histórica nem sempre está claramente associada com as escolhas teóricas de se explicar a realidade dada; (4) as escalas de análise dos núcleos urbanos nem sempre facilitam seu entendimento, principalmente, quando estas escalas não são perfeitamente compatibilizadas com o contexto em que se inseria o fenômeno urbano; (5) de se compreender o campo de validade em que a interpretação se situa o que pode implicar no comprometimento das conclusões das análises propostas.

Assim, apesar da grande diversidade de pesquisas percebemos que há uma necessidade de melhor compatibilizar noções, conceitos, definir parâmetros de análise, dar um enfoque maior aos fenômenos urbanos de menor expressão no contexto colonial da América Portuguesa, enfim, procurar estabelecer no bojo das reflexões deste campo de conhecimento, condições para se produzir um novo saber, relativizando as teses, as teorias, as categorias e os métodos já estabelecidos (LEPETIT, 2001).

No que tange a atuação dos arquitetos nas pesquisas sobre as formações urbanas coloniais, salientamos a grande ausência de estudos onde o espaço é graficado, seja em interpretações e análises, tendo em vista, que esta é uma das atribuições deste campo de conhecimento, e que muito contribuí para um melhor entendimento das morfologias urbanas.

A cartografia, a iconografia somada as análises ou interpretações gráficas das cidades coloniais são consideradas atualmente importantes recursos teórico-metodológicos para a compreensão das particularidades dos fenômenos urbanos.

Considerando os pressupostos e as conclusões desta abordagem, subsidiamos a análise de nosso objeto de estudo em sua temática já apresentada, em diferentes escalas, até a problematização da formação de seu espaço numa escala compatível, procurando considerar em nossa pesquisa a dinâmica que caracterizou o fenômeno urbano do império português.

# *Capítulo 3*

O CONTEXTO DA EXPANSÃO IBÉRICA

### 3. O CONTEXTO DA EXPANSÃO IBÉRICA

#### 3.1 OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO URBANA DE PORTUGAL E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS DO REINO NA RESTAURAÇÃO

O estudo sobre as experiências urbanísticas dos lusitanos antes da conquista da América é relevante, pois, estas referências são consideravelmente significativas, pois, a Coroa Portuguesa investiu em novos conhecimentos, experimentou no terreno as concepções científicas que estavam em voga no Renascimento, adaptou sua tradição às renovações, elaborando uma síntese, que se tem chamado de urbanismo português, **capital cultural** e **material** acumulado, alguns destes – as cidades coloniais – ainda conservam e servem para testemunhar que o que foi feito, o objeto (VEYNE, 1982,1992) (as cidades, as vilas, as feitorias), se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história, ou seja, a diversidade de soluções adotadas em diferentes territórios que vieram a compor a matéria, ainda pouco explorada da historiografia da cidade portuguesa no contexto dos Descobrimentos Marítimos.

Além disto, conforme afirma Rossa (1998, p.511), “[...] na urbanística, os métodos e as teorias podem ser estudados pelas suas concretizações arquetípicas, mas é mais compensadora a análise das exceções e desvios”.

É nesse sentido, que nos propomos a considerar os principais fenômenos da experiência urbana portuguesa com o objetivo de melhor compreender a configuração espacial dos núcleos urbanos coloniais brasileiros, como ênfase na influência da Igreja Católica e das ordens religiosas na Vila da Vitória.

A formação urbana de Portugal, ou melhor, do território que veio a se constituir um dos primeiros estados da Época Moderna, possui particularidades que merecem ser destacadas em virtude de sua relação com o urbanismo posteriormente praticado nas colônias. Um dos mais importantes aspectos a se ressaltar no estudo das cidades portuguesas são as influências sofridas pelos povos que a ocuparam, e a utilização de traçados regulares antes do Ciclo dos Descobrimentos.

No que tange a configuração espacial, o traçado das cidades, sofreu influência das culturas gregas, romanas e mulçumanas incorporando-se à tradição lusitana. Logo, podemos afirmar que os portugueses tiveram conhecimento e implementaram traçados de diferentes características morfológicas de acordo com os processos históricos, geopolíticos e econômicos internos e externos.

Segundo Teixeira (1999), a cultura urbana portuguesa se constituiu de diferentes influências, sendo algumas de natureza vernacular e, outras de natureza erudita, que vieram

a se tornar às múltiplas referências utilizadas nas formas urbanas das cidades locais e daquelas fundadas ou ocupadas em além mar.

Entretanto, estas referências tinham diferenças significativas e estavam geograficamente localizadas, sendo que, a mais antiga, remontando o século VIII, foi a muçulmana, desenvolvida no sul, e a mais recente, a cristã, que se difundiu a partir do século XII ao norte, durante o período da Reconquista: “[...] são duas tradições antagônicas. A primeira de cidades de **traçado caprichoso**, de ruas **tortuosas** e sem saída. A segunda tendente à **regularidade** e à racionalidade” (AZEVEDO, 1998, p.44) (grifo nosso).

As referências de natureza vernacular e as de natureza erudita se formaram através do processo histórico de ocupação da península Ibérica, e da região que veio a se tornar o estado português. Alguns povos mediterrâneos teriam passado por esta região e fundado colônias, deixando registros perenes desta ocupação. Quando Portugal tornou-se um estado independente, no século XII, tendo sua conclusão sido atingida no século XIII, com a conquista cristã do território, já estava formada a síntese de todas estas culturas que viriam influenciar nas formações urbanas posteriores<sup>76</sup>.

Os povos que ocuparam a Península Ibérica a partir da Idade do Bronze, segundo as pesquisas recentes, caracterizaram-se pela diversidade das formas, processos e etnias com vida comunitária sedentária, com especial vocação marítima e terrestre, sendo que uns ocuparam a região que margeava o Norte da Europa, e outros, as regiões que indicavam a direção do Mediterrâneo. Ocuparam preferencialmente a planície, sendo que alguns deles se instalaram em elevações, tendo sido, também, registrada a ocupação simultânea em planícies e elevações. Entretanto, o que vai caracterizar o fenômeno urbano na Península Ibérica vai ser a ocupação na faixa litorânea e ao longo da rede de comunicações fluviais, sendo que, suas características urbanas devem-se a importância das influências orientais em sua formação, existência que se deve ao contato direto com as culturas do Mediterrâneo Oriental (ROSSA, 2002).

Citaremos as três culturas que segundo Teixeira (1999), Rossa (2002) e Azevedo (1998), entre outros, deixaram importantes registros na cultura lusitana, com ênfase na cultura urbana e, são: (1) a cultura dos gregos; (2) a cultura dos romanos e, (3) a cultura dos muçulmanos.

A civilização grega influenciou à urbanística lusitana com características típicas de sua cultura, que foram, a saber (TEIXEIRA, 1999, p.17) :

---

<sup>76</sup> Segundo Teixeira (1999), os povos que ocuparam o território que veio a ser Portugal foram os fenícios do século XII a C ao século VI a C; os gregos e os cartaginenses nos séculos posteriores e, do século II a C ao século V d C os romanos; do século V ao VIII o território foi dominado pelos alanos, visigodos e suevos, sendo que, a partir do século VIII os mouros ocuparam grande extensão do território português.

[...] a localização privilegiada de cidades na costa marítima; as escolhas de sítios elevados para a implantação do seu núcleo defensivo; a estruturação das cidades em dois níveis: a cidade alta, institucional e política, e a cidade baixa, portuária e comercial; a cuidadosa adaptação do traçado das ruas às características topográficas locais; a arquitectura enraizada nas formas, nos materiais, nas cores e nas texturas locais; a interioridade dos espaços de vida.

Outras importantes características urbanísticas da cidade grega<sup>77</sup> foram absorvidas pelos lusitanos. Assim, as cidades grega e portuguesa tinham uma certa identidade, não só pela razão de seu desenvolvimento está ligado ao mesmo quadro climático e ambiental, bem como, por terem, ainda, uma identidade de modos de viver, que valorizava a vida baseada no comércio e uma relação profunda com o mar: “[...] as cidades eram **nós** de uma vasta rede de trocas e de comunicações marítimas que abarcava diversas regiões, povos e culturas” (TEIXEIRA, 1999, p.16-18) (grifo nosso).

Os fenícios, os gregos, os tartéssicos e os púnicos ocuparam outrora, o território que viria a ser constituído o estado português. Entretanto, a passagem destes povos não implicou em uma organização espacial; questões como infra-estruturação e hierarquização do espaço com características urbanas levaram alguns autores portugueses a afirmar que o fenómeno urbano<sup>78</sup>, na sua verdadeira expressão, não se desenvolveu nesta região antes do domínio romano, sendo posterior ao século I a.C. (ROSSA, 2002).

A romanização do território da península “[...] evoluiu lentamente para **um primeiro estágio de unidade** sem que tenham postas em causa as diferenças entre as culturas locais” (ROSSA, 2002, p.204) (grifo nosso), sendo que, no final do século I d.C, a rede urbana criada pelos romanos atingiu a sua forma quase definitiva, e (p.204-205),

[...] deve-se a civilização romana a primeira grande **síntese** e formulação de regras de interação e organização sócio-económica [...] a cidade passa a ser, em definitivo, **um centro de poder** e, pela primeira vez na história do Ocidente, este foi exercido segundo regras instituídas aplicadas a uma hierarquia distribuída territorialmente – magistratura, funcionalismo, etc. (grifo nosso)

A ocupação romana se fez gradualmente através de dois modos: fundação de novas cidades e através de intervenções em aglomerados já existentes, e o **modelo urbanístico** adotado foi o das cidades romanas do império que se constituiu na Europa, da quais foram destacadas as seguintes características, a saber, (1) a **regularidade** de ruas e quarteirões constituídos por dois eixos perpendiculares entre si – o *cardus* e o *decumanus* – definindo

<sup>77</sup> Teixeira (1999) afirma que apesar das feitorias gregas na península Ibérica não existiu em Portugal evidência dos traçados regulares hipodâmicos que os gregos utilizaram a partir do século VII a. C. em suas colônias.

<sup>78</sup> Rossa (2002), compartilha da hipótese defendida por Vasco Gil Mantas (1987), As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal. In: *Povos e Culturas*. Centro de Estudo e Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica de Portuguesa, Lisboa, 1987, n.º 2, p. 13-55.

os eixos viários e as diretrizes fundamentais da cidade; (2) o **centro** definido a partir desta estruturação, onde se localizava o fórum, e que se tornava o epicentro da vida pública e religiosa; (3) a **malha viária secundária** definida por ruas ortogonais e que delimitavam quarteirões quadrados ou retangulares; (4) os **equipamentos urbanos** localizavam-se em diversos pontos da malha urbana; e (5) a **modelagem da paisagem territorial** através da construção de aquedutos, de estradas e de pontes. As influências da cultura urbana romana foram, portanto, a acessibilidade às cidades, os princípios urbanísticos da regularidade, racionalidade e ordem, que se fizeram sentir nas cidades portuguesas, tais como Évora, Beja e Braga, que possuem registros de uma estrutura regular ortogonal. Esta influência teria se dado não só na organização de cidades, mas, também por **via erudita**, pois, em diversos momentos históricos o estado português interveio na criação de cidades e adotou este partido, tais como, nas cidades medievais planejadas dos séculos XIII e XIV; nas cidades do século XVI e XVII com influência renascentista e, nas iluministas do século XVIII (TEIXEIRA, 1999).

A influência muçulmana na cultura urbana de Portugal se deu, conforme citado, mais na região sul, parte do território que os invasores ocuparam durante os séculos VIII ao XIII. Segundo Teixeira (1999), há dois fatores determinantes na forma da cidade muçulmana: [...] aqueles que derivam das particularidades materiais e ambientais do espaço em se implantam e aqueles que derivam de sua religião e cultura específica” (p. 19).

No que tange ao primeiro fator, as cidades muçulmanas são herdeiras da civilização e culturas mediterrâneas o que as tornaram em certos aspectos semelhantes às cidades da cultura ocidental que se localizaram neste mesmo espaço geográfico. Este fator teria determinado a adaptação mútua que cristãos e muçulmanos tiveram às cidades construídas por uns e por outros no período da conquista e da reconquista em Portugal. O domínio muçulmano que se deu a partir do século VIII traduziu-se como uma forma de expansão urbana, onde se acentuou um caráter essencialmente urbano e comercial com bases econômicas agrícolas. As cidades de Santarém, Lisboa, Setúbal, Évora, Alcácer do Sal, Mértola e Silves são exemplos de núcleos urbanos que se desenvolveram no centro e no sul do território lusitano com **influência mulçumana** (TEIXEIRA, 1999; ROSSA, 2002). Segundo Rossa (2002), estas cidades correspondem a antigas cidades romanas do sul, que tinham uma tradição mercantil do mundo clássico, que os muçulmanos herdaram. Na verdade, ressalta o autor, não foram “[...] fundadas pelos muçulmanos qualquer cidade” (p.215) na zona que ocuparam, pois, já existiam neste território uma rede urbana razoavelmente coesa, ao contrário do norte.

Seria, então, importante ressaltar que os imperativos de ordem religiosa e cultural, o segundo fator determinante citado por Teixeira (1999), tiveram na tradição muçulmana sempre uma expressão urbana, e no período que invadem a Península Ibérica, “[...] a era

islâmica não contava sequer um século, sendo óbvio que se assistia ainda a uma adaptação dos hábitos de vida aos novos preceitos religiosos e à realidade própria dos territórios conquistados” (ROSSA, 2002, p.209), perspectiva que esclarece, o predomínio de algumas idéias feitas a cerca das cidades islâmicas, *i.e.*, com forte caráter orgânico e tratamento diferenciado dos espaços públicos e privados. No entanto, houve cidades que apresentaram uma organização regular, tais como, Medina Al Azahra, no califado de Córdoba, muito embora, algumas não sejam identificadas como tal por não terem utilizado regras de organização, como o padrão em xadrez, tal como se deu no Ocidente.

A reconquista cristã iniciada ainda no século VIII foi crescendo ao longo dos séculos e avançando sobre o sul, transformando cidades como Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora, em principais pólos de trocas e centros de **miscigenação** das duas culturas que eram presentes, a muçulmana e a cristã. Este caráter particular de ocupação e reformulação do espaço urbano do sul do território lusitano deixou como herança a **síntese** destas duas culturas na urbanística de Portugal. Assim, o sul e o norte do território lusitano apresentam características morfológicas distintas, e no que se refere as cidades medievais do sul, observa-se uma influência preponderante da civilização muçulmana e de sua posterior miscigenação com a cultura cristã (TEIXEIRA, 1999).

Traço marcante na configuração destas cidades são suas praças múltiplas, a praça do mercado, os largos que resultam do simples alargamento de ruas, os rossios, e uma convergência do sítio e da tradição cultural urbana<sup>79</sup> (RIBEIRO, 1994).

Outro fator importante da cultura urbana lusitana é a instituição da “[...] oposição corrente na realidade e no imaginário português, a *alta* e a *baixa*, simultaneamente opostas e complementares”, ou seja, o desenvolvimento de atividades específicas distintas no ponto mais alto e nos demais pontos mais baixos das cidades, influência que veio das redes urbanas que utilizavam as ligações fluviais, mais que as marítimas, como meio de transporte para o comércio. Esta organização espacial se deu nas cidades do Mediterrâneo e é a versão islâmica do *mare nostrum*, *i.e.*, interpretação deste fenômeno observado no mundo mediterrâneo até o primeiro milênio da era cristã e que definiram esta configuração como matriz de desenvolvimento urbano na Lisboa e Coimbra medieval, pois,

---

<sup>79</sup> A influência muçulmana na cultura urbanística de Portugal, bem como, na Península Ibérica, se deu através de uma configuração espacial típica que se caracterizou pela penumbra, quietude, recolhimento, em virtude sua morfologia urbana se constituir por ruas tortuosas. Estas vias possuíam ângulos típicos, saliências, reentrâncias, alargamentos e estreitamentos, ainda que, em algumas cidades, tais como, Murcia, houvessem ruas que eram predominantes no conjunto, com grandes dimensões e orientadas pelos pontos cardeais. Alguns elementos morfológicos se destacavam na composição urbana mourisca, tais como, as praças, enquanto lugares de reunião, localização do mercado, sendo em tamanho reduzido, mas, em quantidade razoável, espalhadas no tecido da cidade; e os edifícios, construídos de forma aglomerada, com características compositivas orientais marcantes na paisagem, com elementos como os muxarabis (SANTOS, 1968).

estas cidades foram neste período os limites ocidentais deste grande espaço marítimo-comercial (ROSSA, 2002, p.213; 215).

Portanto, conforme ressaltam Teixeira (1999), Ribeiro (1994) e Rossa (2002), a semelhança que se atribui entre as cidades coloniais brasileiras as cidades medievais muçulmanas situadas no sul do território lusitano devem considerar o processo histórico que lhe atribuiu uma configuração espacial particular com diferentes influências.

Estas três importantes influências que citamos, além da cristã, que nos deteremos mais adiante, se consolidaram em distintos espaços geográficos do território onde se constituiu o estado português, conforme abordados.

Desta forma, podemos considerar que a cultura urbana portuguesa é fruto de várias matrizes, vernaculares e eruditas, onde contribuíram um conjunto de fatores sócio-econômicos, políticos e culturais, bem como, uma racionalização projetual que já atribuíam valores como hierarquia, centralidade, fluxos e rede de cidades, como se deu no caso da ocupação romana.

As formas físicas dos espaços, que foram configuradas a partir de uma produção voluntária ou não, conforme se dava no caso da colonização, demonstrou haver em alguns momentos a existência de um processo que considerou os objetivos do planejamento do espaço (econômicos, sociais e administrativos), organizando-os de acordo com os conhecimentos de cada povo, configurando seus elementos morfológicos com características próprias, muitas vezes, até comuns uns aos outros.

A importância do conhecimento da dimensão física e morfológica das cidades fundadas na península Ibérica, especificamente no território que se tornou Portugal, se justifica na medida que torna possível o reconhecimento dos fatores que definiram parte da estrutura urbana lusitana e que se constituiu em importante **herança** nas experiências de Ultramar.

A compreensão, portanto, das características morfológicas de cidades que antecederam a formação de Portugal, fundamentalmente a **dimensão físico-espacial e morfológica**, permite diferenciar as características da cultura urbana de cada formação espacial, e estudá-las caso a caso, e em conjunto, somando-se a estes níveis de leitura, outros tantos, que revelam diferentes conteúdos (históricos, econômicos e sociais). No entanto, todas estas possíveis maneiras de se ler a cidade só são possíveis por que ela existe como fato físico e material, enquanto forma urbana, ou através de seus registros cartográficos.

Outros aspectos relevantes na leitura das cidades são aqueles relacionados com a organização espacial e funcional, tais como, as atividades humanas e os usos dos espaços, que agem como fatores na concepção ou na organização dos espaços urbanos.

Fatores como o terreno e sua topografia; os edifícios e suas proporções, aspectos formais e elementos decorativos; a estrutura fundiária do solo – o lote e o quarteirão; os espaços livres – os largos ou praças, e o traçado das ruas, definem, conforme sua configuração, os espaços urbanos. Esta estrutura espacial também é composta pelas características do território que a envolve e valora, ou lhe impõe intervenções que possibilitem seu uso compatível. Sendo assim, considera-se que a toda intervenção urbana – fundação, expansão, etc. – implica na modelação de uma paisagem humanizada e deve ser vista como ação arquitetônica (LAMAS, 1993).

Portanto, a morfologia urbana é uma parte da morfologia do território. As formas urbanas que se consolidaram até o século XII no território que posteriormente configurou o Estado Português fazem parte de um sistema complexo de relações que não se pode ignorar.

Não nos deteremos em sua análise, pois conforme afirmou Santos (1968), as cidades metropolitanas em Portugal, Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Braga, etc., são cidades que remontam a ocupação romana, *i.e.*, anteriores a era cristã. Além disto, esta ocupação atravessou os três séculos de ocupação visgótica, sendo que, no Porto a dominação também foi dos suevos, entre 409-711 d.C.. Houve, ainda, nestas cidades os cinco séculos de dominação muçulmana, antes que, através da Reconquista, no século XII, viessem a se tornar todas cristãs. Logo, estes núcleos “[...] têm [...] uma formação complexa, a qual, para ser bem compreendida, precisaria de um meticoloso trabalho de investigação, principalmente quanto aos traçados” (p.22).

Estudos realizados por Orlando Ribeiro, *Opúsculo Geográfico. V Temas Urbanos*, 1994, bem como, aqueles desenvolvidos e coordenados por Walter Rossa, tais como, a *Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, 2002; entre aqueles desenvolvidos por outros autores, abordaram de forma sistemática este período da formação urbana de Portugal.

Cabe, entretanto, ressaltar, as principais diferenças entre o conceito e conformação dos espaços entre gregos, romanos e muçulmanos. Segundo Teixeira (1999), a principal diferença entre as influências gregas e romanas estaria na valorização do edifício e do espaço público. Para os gregos o objeto é preponderante na arquitetura e no urbanismo: edifícios são pólos aglutinadores que dão sentido ao espaço circundante. A cultura urbana romana em contrapartida se definiu pela valorização do espaço, *i.e.* o espaço urbano, preponderantemente, é o espaço fundamental que é formado pelos edifícios, as massas construídas.

Esta diferenciação está, segundo Lamas (1993), referenciada na organização social e política de cada povo onde se consolidaram estes traços nos espaços urbanos, destacando a especial atenção que os gregos tiveram com a “[...] aplicação de princípios

teóricos ao lugar, ao sítio, na óptica do urbanismo como arte prática” (p.139). Somente a partir do século V surgiu o interesse de se modelar o espaço, i.e, as cidades; porém, no período helenístico, os espaços urbanos adquiriram maior aparato e cuidado ambiental, atingindo, requintados efeitos cênicos, como em Pérgamo.

Os romanos atribuíram a suas cidades grande valor simbólico, i. e., um forte sentido religioso, e toda sua estruturação seguiram um ritual, uma ordem sagrada e, os assentamentos orientavam-se de acordo com os pontos cardeais, o *Decamanus maximus*, O/E; e o *Cardus*, N/S, encontrando-se os dois eixos no lugar geométrico de um gesto quase cósmico. Este esquema distribuído no território viabilizava a organização técnico-construtiva e o nível distributivo na organização urbana. Portanto, foi em Roma que pela primeira vez se instituiu a regulamentação urbana, tal como, o zoneamento, regras, posturas, interdições e obrigações para conduzir ao controle do crescimento urbano (LAMAS, 1993). Mas, as principais diferenças entre os gregos e os romanos foram: (1) a forma como os primeiros procuraram “[...] a integração entre a arquitectura e a natureza” no ato de construir; e, (2) os como os segundos deram “[...] o sentido grandioso e [...] monumental na arquitectura. [...] Gregos e romanos representavam já no essencial os modelos possíveis de diálogo de edifícios com o sítio: por **integração** ou por **afirmação**” (p.146) (grifo nosso).

A cultura urbana muçulmana se destacou por suas necessidades de defesa, pelo estilo de vida não ostensivo que determinou o carácter da configuração das ruas, apesar, dos tênues elos entre a cultura da Antiguidade Clássica ao longo da Idade Média com os princípios descritos no Corão, ou seja, apesar de uma importante referência religiosa. Outro aspecto relevante da cultura urbana dos muçulmanos foram as características particulares materiais e ambientais dos espaços onde implantaram suas cidades. Como legítimos herdeiros da cultura e civilização mediterrâneas os muçulmanos traziam em si, de certa forma, aspectos da cultura ocidental sitiada neste mesmo espaço geográfico, conforme citado. Esta relação entre as duas culturas foi tão importante na cultura urbana lusitana que levou Teixeira (1999, p.19), a afirmar que:

É difícil avaliar hoje o que seria a cidade muçulmana nos séculos VIII a XIII em Portugal, qual o grau de semelhança e diferença relativamente às cidades medievais cristãs suas contemporâneas ou que lhe sucederam. De qualquer forma, espaços urbanos com as **suas raízes** simultaneamente na cidade cristã e na cidade muçulmana estavam ainda bem presentes nas **cidades portuguesas do século XV**, no início da **expansão ultramarina**. Este tipo de cidade, que havia evoluído ao longo dos séculos sincretizando as duas influências, constituía parte importante do quadro de vida, e conseqüentemente uma referência básica, dos construtores de cidades de além-mar.(grifo nosso)

No que tange aos antecedentes históricos em Portugal antes dos Descobrimentos, cabe ainda, citar a Reconquista, que “[...] ofereceu oportunidades excepcionais para a criação ou reconstrução de cidades” (AZEVEDO, 1998, p. 44). Cidades como Silves, Mértola, Badajoz, Alcácer do Sal, Santarém, Lisboa e Coimbra, muitas com traçados regulares, foram destruídas nas lutas da Reconquista e pouco se preservou de sua fase islâmica.

As cidades foram uma das principais estratégias da reconquista e reestruturação territorial utilizada pela Coroa Portuguesa. Fundaram-se ou reconstruíram-se vilas e cidades tanto ao sul, região limítrofe com os muçulmanos, tanto ao leste, com Castela, como **imperativo militar** e fator de estruturação. Estas vilas e cidades, segundo Azevedo (1998, p.45):[...] eram na realidade, a aglutinação de pequenas aldeias e casarios isolados dentro de uma mesma cerca, ou a reconstrução de velhas cidades construídas ou abandonadas durante as lutas contra os árabes.

O grande ciclo de reconstrução e fundação se deu, entretanto, no século XII, período que reinaram D. Afonso III (1245-1279) e seu filho D. Dinis. Esta fase se configurou como um longo período de colonização interna e de crescimento econômico que permitiu a ampliação de vilas, castelos e cercas, para garantir o repovoamento das faixas de fronteira com Castela e outras mais distantes do litoral. Através de uma aliança entre o rei e o Terceiro Estado (o povo), num jogo de forças políticas internas, favoreceu-se ainda mais a estruturação de cidades no reinado de Afonso III (1245-1279) com a valorização do poder municipal para fazer frente à Igreja e a Nobreza através da aliança com a burguesia urbana e rural. Assim, a conquista e redefinição do território do Estado Português foram extremamente importantes na formação de uma cultura urbana local (AZEVEDO, 1998; TEIXEIRA,1999).

Algumas cidades deste período já demonstram uma política de investimento na projeção do espaço urbano, tais como, Viana do Castelo (foro de 1258), com “[...] sua planta delimitada por uma cinta oval, [...] constituída por sete ruas orientadas no sentido leste-oeste cortadas a 90° por transversais. O largo principal, onde se situa a casa de câmara e cadeia, não está muito longe da matriz, vizinha ao centro da cidade” (AZEVEDO, 1998, p.46) e, Vila Viçosa<sup>80</sup> (1267), ambas realizadas no reinado de D. Afonso III, sendo que esta última apresentava “[...] o **mais perfeito traçado urbano** deste ciclo de cidades regulares: muralha retangular com o castelo em uma extremidade, largo com igreja no meio e ruas retilíneas que se cruzam ortogonalmente” (p.46) (grifo nosso).

---

<sup>80</sup> Segundo Azevedo (1998), a cidade de Viana do Castelo foi arruinada e despovoada com a tomada dos árabes e, posteriormente, repovoada por D. Afonso III, que lhe deu foro, sendo que, a muralha e o castelo foram construídos por D. Dinis. Existe, porém, a possibilidade de que seu traçado seja reminiscência do antigo *castrum* romano, até por que, a vila nova, criada junta à antiga, apresentava o mesmo traçado geométrico da primitiva.

No reinado de D. Diniz houve a consolidação do poder régio e unificação administrativa e cultural do novo país, bem como, ênfase à colonização interna de Portugal. Na zona do Ribatejo, o governante mandou drenar uma grande extensão e fundou a Salvaterra de Magos, dando-lhe foro em 1295, sendo (AZEVEDO, 1998, p. 47),

[...] esta vila como nome e forma de 'bastide' [...] constituída por cinco ruas longitudinais, orientadas na direção norte sul, cruzadas por quatro transversais formando um retângulo quase perfeito. A rua Direita conduz o visitante a um largo, na extremidade sul, que tem ao centro o pelourinho e ao fundo o Paço Real. Na mesma praça a Casa de câmara e cadeia. A Igreja abre-se para um largo pequeno, anexo ao primeiro.

A rede urbana organizada durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis foi radicalmente reformada, registrando-se em 1255, emissão de 17 cartas de foral, sendo que D. Dinis concedeu um total de 80, sendo que, grande parte destes diplomas referiu-se a povoações situadas junto às fronteiras. Não só a dinamização urbana se tornou uma importante estratégia deste novo contexto político, bem como, foram importantes as medidas que objetivavam estabilizar os limites (fronteiras) do território, a definição de uma política monetária e a de um mercado interno (feiras franca), favorecendo um crescimento demográfico e econômico, que por sua vez, favorecia à dinamização do intercâmbio com outros países. Cabe ressaltar, que ao esforço de povoamento do interior e organização contra pirataria correspondeu uma aproximação do litoral e a uma significativa permanência da corte em Lisboa (ROSSA, 2002).

O influxo dado por D. Dinis teve características próprias no seu ato de fazer quase de novo as vilas e cidades arruinadas tendo como prioridade adequar “[...] as plantas daquelas vilas às exigências militares e de administração civil e religiosa, ou seja, a **planos regulares**” (AZEVEDO, 1998, p.49) (grifo nosso), e apresentaram dois tipos de plantas (p.49),

[...] uma, onde a **rua central** corta a povoação ligando as duas portas opostas, como em Redondo, e outra, onde existe somente uma porta, como uma **rua central** que a liga ao castelo, situado na outra extremidade. À margem desta rua está, geralmente, o largo, ponto de reunião social, mas sem as proporções das praças renascentistas. (grifo nosso)

Importantes exemplos deste modelo foram os núcleos primitivos de Vila Viçosa, Alegrete, Salvaterra de Magos, Monsaraz, todas situadas na parte oriental do Alentejo. Além destas cidades houve as de controle do norte, tais como, Chaves, ponto estratégico para controle do norte de Portugal, que recebeu foro em 1258 de D. Afonso III, mas, teve sua cidadela construída por D. Dinis, conforme se vê no “[...] desenho de Duarte D’Armas do final do século XV [...] com perímetro [...] retangular e suas ruas paralelas cortadas por

transversais conformam quarteirões alongados que correm em direção ao rio Tâmega” (AZEVEDO, 1998, p.46). Outro caso com estas mesmas referências foi Caminha, um pequeno povoado situado no estuário do Minho, que teria sido, provavelmente, um *castrum* romano, que foi transformado em praça-forte recebendo foro em 1284, e que (p.48):

[...] apresenta uma planta semelhante à da Vila do Alentejo [...] **muralha oval** com uma porta em uma das extremidades e três ruas **perfeitamente paralelas** cortadas por duas transversais. Como Viana do Castelo e Salvaterra de Magos, possuía dois largos, Corpo da Guarda e Matriz, ambos de **formato retangular**. (grifo nosso)

O último exemplo do urbanismo de padrão regular medieval em Portugal trata-se de Sesimbra, situada próxima a Lisboa e à margem de um porto natural que foi tomada aos mouros por D. Afonso Henrique e elevada a vila em 1323. O traçado de Sesimbra foi revelado por “[...] um levantamento de meados do século XVII, do engenheiro militar Nicolau de Langres” (AZEVEDO, 1998, p.49), que revelou “[...] um traçado bastante regular de ruas perpendiculares à costa, que não se perdeu, totalmente com a expansão da vila” (p.49).

Uma questão relevante sobre esta temática foi abordada por Santos (1968) que problematiza a introdução dos traçados regulares em Portugal, questão que considera relevante para “[...] o estudo da gênese dos traçados de cidades nas Américas portuguesas e espanholas” (p.25). Para este autor algumas intervenções que ocorreram na época de D. João II (1481-1495) teriam sido influenciadas pelas idéias do Renascimento, inclusive na remodelação e expansão de algumas cidades medievais.

Porém, Santos (1968), advertiu sobre as questões teóricas desta problematização, ao afirmar que através de Vasari, soube-se que Andréa Sansovino, que fora colaborador de Andrea Bramante, teria estado na última década do quatrocentos, a pedido de D. João II (1481-1495) no Reino, mas, poucos registros existem de seus trabalhos em arquitetura e em urbanismo.

No entanto, algumas pesquisas na contemporaneidade demonstram que houve por parte da Coroa Portuguesa no século XV um interesse pelas novas idéias que vinham sendo difundidas na Itália, e que foram, neste mesmo período, sistematicamente incorporadas à cultura lusitana influenciando no aperfeiçoamento das técnicas de projetar cidades e edifícios, conforme citado (BUENO, 2001b).

É fato inquestionável, que durante os séculos que antecederam a Reconquista e no longo período em que ela se consolidou, os lusitanos intervieram de forma sistemática na construção e remodelação de cidades, sendo inclusive, uma das estratégias para garantir a defesa do território.

Esta cultura urbana que se formou no território português, conforme demonstramos, teve várias influências, sendo suas origens bem remotas, o que denota uma longa vivência das diferentes culturas urbanas, sua adaptação às condições geográficas, sua relação com as funções existentes, com as demais cidades circundantes, aspectos que revelaram suas particularidades e aspectos morfológicos e que interferiram no desenvolvimento da vida urbana e só podem ser experimentados em longos períodos de vivência.

Neste longo período em que a península ibérica foi ocupada – do século II a.C. até o século XI e XII d.C., época da Reconquista, houve diferentes formas de se organizar o espaço de vivência social e coletiva, diferentes elementos significativos na cultura de cada povo que se tornaram marcos e compuseram a modelação de uma paisagem cada vez mais humanizada, pois, a cada intervenção e contato com o meio que dominava, os homens aprimoravam suas ações arquitetônicas.

O período que os romanos ocuparam a península Ibérica (século II a.C. ao século V d.C.) foi marcado por um importante desenvolvimento das funções urbanas e sua relação com a organização e hierarquização do espaço das cidades. Além disto, os romanos absorveram a noção de monumentalidade dos gregos e tornaram seus edifícios e espaços públicos em verdadeiras obras de engenharia e arquitetura, que foram paradigmáticas em nossa cultura, tornando a morfologia urbana de suas cidades um marco na história urbana ocidental.

As composições urbanas, portanto, das principais influências na cultura urbanística de Portugal, consolidaram-se durante estes longos séculos (do século XII a.C. ao século XI d.C.), interagindo ou impondo-se ao território, com características geomorfológicas diversas, originando, desta forma, composições de traçados urbanos, tipologias arquitetônicas e, composições estéticas, que se constituíram em uma parte da morfologia do território.

Portanto, para entender os antecedentes da cultura urbana lusitana foi preciso um sucinto retrocesso para se ter uma noção daquilo que foi **repetição** ou **inovação** no período das Descobertas, principalmente, nas cidades da América portuguesa.

A expansão marítima abriu uma nova fase de desenvolvimento urbano, envolvendo reordenação e reestruturação das vilas e cidades existentes em Portugal, contribuindo para a introdução de novos princípios nas experiências urbanísticas que se seguiram. Além disto, houveram as novas cidades fundadas em além mar, entre as quais elencaremos as mais paradigmáticas para expor este conjunto de referências eruditas e vernaculares que a Coroa Portuguesa lançou mão num projeto ambicioso de construir cidades em todas as partes de um mundo tão recentemente conhecido.

### 3.2 PORTUGAL E A DESCOBERTA DE NOVOS HORIZONTES GEOGRÁFICOS

Os **descobrimientos**<sup>81</sup>, na cultura portuguesa, passaram a ser a designação global de um processo histórico, que teve uma grande vertente científica<sup>82</sup>, e ainda, outra voltada à colonização. Nesta última a exploração dos recursos econômicos<sup>83</sup> e o espírito das cruzadas foram preponderantes (ROSSA, 1997).

Para melhor podermos contextualizar Portugal, ou melhor, a península ibérica, na época daquilo que foi chamado por Pierre Chaunu de ruptura dos universos compartimentados<sup>84</sup>, ou seja, um capítulo “[...] de um processo plurimilenar de ruptura e isolamento” (1978, p.36), que vai do século XIII ao XV, pois, a ocupação humana do planeta, no princípio do século XIII, era incompleta e descontínua<sup>85</sup> (p.36):

[...] alguns núcleos, de forte densidade, bem mais restritos em número e extensão que em nossos dias, concentravam todas as oportunidades; e imensos vazios, ou percorridos por grupos esparsos de civilizações nômades, ou constituídos em áreas de refúgio dos abandonados à evolução.

<sup>81</sup> Segundo Chaunu (1978, p.35), houve durante muito tempo, na cultura portuguesa, a crença de uma primazia intelectual ibérica na Idade Média, e construiu-se uma história em “[...] Portugal, onde a história nacional se confunde, durante muito tempo, com a história das descobertas”.

<sup>82</sup> Segundo Rossa (1997), a vertente que predominou na Expansão foi a “[...] descobridora e científica” (p.13), ou seja, o autor associa descobrimento a conhecimentos e técnicas. Entretanto, observa-se que na contemporaneidade outros pesquisadores também associam estas duas noções para abordarem este mesmo tema. Chaunu (1978) defende que a expansão marítima ocorreu com o aperfeiçoamento de antigas técnicas de navegação e de seus instrumentos. Para o autor tratou-se de uma **expansão sábia**, que só foi possível com a primeira das grandes revoluções intelectuais, iniciada neste período. Koyré (1986) define como **história do pensamento científico** as revoluções e transformações de quadros de referência e padrões de nosso pensamento, ressaltando, a crise da consciência europeia que se deu com o surgimento da nova cosmologia que substituiu o mundo geocêntrico da astronomia grega e medieval pelo universo heliocêntrico. Os descobrimentos marítimos estavam no bojo desta crise, pois, trouxeram a humanidade, segundo o autor, uma nova noção da geografia do planeta. No que tange a cultura portuguesa, ressaltamos que o emprego do termo científico vem sendo utilizado por pesquisadores para designar as transformações ocorridas com as técnicas de navegação (CHAUNU, 1978; ADONIAS, 1993) e, ainda, referindo-se aos princípios que orientaram os novos padrões arquitetônicos e urbanísticos em Portugal e, posteriormente nas fundações da Expansão (ROSSA, 2002, BUENO, 2001b).

<sup>83</sup> A exploração dos recursos econômicos, conforme resalta Chaunu (1978), ou os fatores econômicos que estavam associados à expansão europeia, foi uma das motivações do processo irreversível de quebra de isolamento em que viviam as civilizações espalhadas pelas superfícies das terras até o século XVI. Para o historiador, que fundamenta sua abordagem nos pressupostos teóricos da história nova, importa problematizar as **contingências**, os **meios**, entre eles a terra e as águas, o mar e o navio, a navegação e seu aprendizado, a bússola e os mapas e, também, os fatores econômicos, bem como, as **motivações** deste processo, que assumem diferentes graus de importância em sua abordagem, segundo o recorte temporal e espacial. A abordagem que foi realizada nesta pesquisa considera estes fatores – as contingências, os meios e as motivações - importantes ao entendimento da Expansão. Entretanto, nosso objetivo e nosso objeto são a problematização das referências que nortearam a implantação e configuração das cidades no contexto da Expansão, considerando, não só sua importância econômica, mas principalmente, enquanto referências das experiências urbanísticas lusitanas para o entendimento das fundações coloniais brasileiras.

<sup>84</sup> Expressão utilizada por Chaunu (1978), para explicar as causas da ruptura do isolamento da ocupação humana até o século XVI.

<sup>85</sup> Chaunu (1978) refere-se as estruturas dos povoamentos na África e América.

Chaunu (1978), defende que a existência de **universos compartimentados**, ou seja, de civilizações que não se comunicavam, em sua totalidade, entre si, a saber, a China (c. de 120 a 130.000.000 de habitantes no século XI), o Japão (c. de 5.750.000 de habitantes no século XIII), a Índia, as Áfricas negras, e a América, dificultaram a quebra do isolamento parcial entre os povos. Conforme ressalta o autor (1978), coube a humanidade circum-mediterrânea, que não teria ultrapassado uma quarta parte da população mundial do período, “[...] o carisma da grande viagem” (p.41).

Conforme afirmou Johnson (1998, p.241):

A Europa do final da Idade Média estivera ligada por muito tempo à Ásia através de frágeis rotas terrestres, assim como a Ásia se ligara à América pelo Pacífico; todavia, somente quando os portugueses se lançaram no Atlântico no início do século XV é que se fechou a última grande lacuna oceânica na intercomunicação mundial.

Rossa (2002), afirma que desde sempre o imaginário coletivo português, a despeito dos limites do espaço nacional, atribuiu o aspecto essencial do Império Português à sua vertente marítima<sup>86</sup>, evocando-se a destreza e coragem náutica dos antepassados, bem como, uma cultura de articulação entre diversos pólos e territórios, “[...] artificialmente, prolonga-se na fruição da História aquilo que no seu tempo próprio apenas constituiu parte da realidade” (p.405).

Entretanto, muitas foram as causas que possibilitaram os portugueses a se lançarem ao mar. Faoro (1998), apresenta alguns dos condicionantes que influenciaram os lusitanos a inaugurar o ciclo dos descobrimentos marítimos. Entre eles estão, a saber, (1) a **geografia**, que “[...] teve papel de fundamental relevo na história das navegações” (p.51); (2) as **trocas comerciais**, pois, “[...] os séculos XIII e XIV concentraram, nas costas portuguesas, o comércio atlântico, de troca de produtos locais ou no trânsito de especiarias vindas do Mediterrâneo” (p.51); e, por fim, (3) a **causa política**<sup>87</sup>, a organização do Estado, já que,

<sup>86</sup> Segundo Chaunu (1978, p.46) o Atlântico foi “[...] a rude escola e a experiência dos pescadores de bacalhau em mar frio, toda uma tradição em Portugal, na Galiza, no Cantábrio, nas repúblicas marítimas autônomas do país basco”.

<sup>87</sup> Além das razões econômicas, políticas e geográficas, Chaunu (1978), defende, baseado na tese de Georges Duby, *L'Économie Rurale et la Vie des Campagnes dans l'Occident Medieval*, Paris, 1959, que também, uma “[...] **revolução agrícola** – a revolução do pesado arado de rodas e de relha de ferro -, a revolução das possantes atrelagens que valoriza os solos profundos, a revolução que se apodera dos pântanos, das florestas...., que conduz a uma terra cultivada em 80, 90, 100%” (p.54;55) (grifo nosso), pressupõe uma trama contínua de presença humana, que aliou eficácia e comunicação na divulgação e na generalização, durante o século XIII, dos novos conhecimentos, tais como a canga. Isto se deu em virtude, segundo o autor, baseado no estudo de Bertrand Gille, *In: DAUMAS, M. (Dir.), Histoire Générale des Sciences, Paris, t.I, 1962, t. II, 1965; t. III, 1968*; em virtude da passagem de um sistema agrário primitivo, onde era utilizada principalmente a força humana, com instrumentos de madeira e pedra, pouco desenvolvidos desde as épocas pré-históricas a um sistema caracterizado pela domesticação das forças auxiliares, naturais ou de animais, e a utilização de instrumentos de ferro, passando, inclusive ao cultivo em períodos mais produtivos, o que aumentou a produção de alimentos no período medieval, e caracterizou, durante os séculos XI, XII e XIII o crescimento da população. Os níveis da população no século XIII só serão novamente alcançados em meados do século XVI; uma “[...] cristandade latina de 40 a 45 milhões de almas, apresentando no centro uma densidade de 25 a 30 habitantes por quilômetro quadrado, na periferia nunca inferiores a 5 ou 6. Esta foi sua oportunidade” (p.55).

“[...] a obra de alargamento do mundo europeu não cabia na capacidade dos particulares, na forma do modelo genovês de comércios” (p.51), além disto, havia o conglomerado hispânico que encontrava-se “[...] dilacerado em disputas e guerras, assoberbado pela nobreza territorial, revelava-se no século XV, imaturo para organizar, com cálculo e continuidade, um feito, ao mesmo tempo **comercial, militar e administrativo**” (p.51) (grifo nosso).

Na perspectiva geográfica Maurel (2003), defende que a península Ibérica teve um papel fundamental no que denomina de mundialização da Terra, ressaltando sua etapa anterior e suas diferentes características. Para tanto, o autor (p.131), expõe as principais características da região que favoreceram este processo:

La Península Ibérica [...] son uno de los extremos de Europa y, por tanto, de Eurasia. Pero también forman parte del espacio mediterráneo, uno de los territorios más significativos y trascendentes en la historia de la Humanidad, un espacio respaldado por el Atlántico, su gran ventana hacia el mundo.[...]

En ese conjunto territorial, la Península Ibérica [...] es la más occidental de las tres que Europa proyecta en el Mediterráneo, del que es extremo y límite Oeste, y también la más cercana a las costas septentrionales africanas. Sólo 14 kilómetros separan la Punta Marroquí en Tarifa, el promontorio europeo más meridional, del Cabo Cires, uno de los accidentes costeros más nórdicos de África.[...]

Así, la Península Ibérica [...] es en Europa, según una frase de Paul Claudel, e 'cabo o extremo de Asia', su vértice sudoeste, su avanzadilla en el Atlántico. [...] la Península [...] es, a la vez, una porción del Mediterráneo y parte del Atlántico europeo, así como el extremo de Europa más próximo a África. En definitiva, una encrucijada mundial de caminos marítimos entre el Mediterráneo y el Atlántico, que controla el estrecho de Gibraltar, y un gran puente natural, las columnas de Hércules de los clásicos, entre Europa (Gibraltar-Algeciras) y África (Tánger-Ceuta).

As investidas lusitanas no Atlântico, no que tange as causas econômicas, conforme nos afirma Johnson (1998), se deu em virtude do declínio populacional da Europa no século XIV, em virtude da Peste Negra, e o abandono subsequente de terras periféricas, ocasionando despovoamento de aldeias e cidades criando uma crise feudal, com enorme perda econômica nas camadas superiores da sociedade. Como alternativa os membros da nobreza lançam-se “[...] em expedições de pilhagens em busca de butins e novas fontes de renda; a conquista portuguesa do porto marroquino de Ceuta em 1415 [...] pode [...] ser encarada sob essa perspectiva” (p.241).

No entanto, a conquista de Ceuta, sob o ponto de vista econômico, mostrou-se inviável frente a resistência da população berbere, o que fez com que os impulsos da Coroa Portuguesa se desviasse para o oeste, para o mar, descendo a costa oeste da África, onde a resistência foi mínima<sup>88</sup>. Inevitavelmente, estas incursões levaram os portugueses ao

---

<sup>88</sup> Cabe ressaltar, que durante séculos, conforme informa Johnson (1998), os barcos das aldeias da costa meridional de Portugal haviam sido levados para a costa do Marrocos pela ação natural dos ventos e correntes

contato com as ilhas do Atlântico<sup>89</sup>, inicialmente Madeira, que era conhecida desde o século XIV; as Canárias próximas, posteriormente, os Açores e Cabo Verde. Estas ilhas em conjunto, segundo Jonhson (1998, p.242), formavam uma espécie de “[...] ‘*Mediterrâneo atlântico*’ – um conjunto de terras cuja economia era ligada pelo mar” e foram incorporadas ao um sistema econômico que manteve-se centrado em Lisboa, controlado pelos portugueses, sobretudo comerciantes ricos, alguns de origem italiana (1998, p.241-242).

O contexto econômico de Portugal, no século XV, segundo Faoro (1998, p.52), obedecia ao núcleo ativo e dinâmico ligado ao Estado. Vale ressaltar, que o autor (1998, p.51-52), pondera sobre a falsa observação de que Portugal teria sido uma monarquia agrária, e que a atividade marítima, levada a curso para as trocas dos excedentes rurais, seria periférica.

Houve também a geopolítica dos preços, i. e., havia uma Europa do norte, que era do cobre e da prata, e uma Europa Mediterrânea e, mais, especialmente ibérica, pólo do ouro monetário, alimentado pelo ouro da África que vinha através do Magreb. A economia do século XII teve dificuldades em relação ao metal monetário, entretanto, foi no século XV que se deu a ruptura, com queda de produção de prata da Alemanha, consequência da Peste Negra (1348-1350). Houve, então, carência e necessidade de ouro, diante das necessidades crescentes de uma economia de trocas em longo prazo. O ouro tendo desaparecido da Península Ibérica, após a Revolução de 1384 a 1434, também se fez escasso em Navarra, em Valência e em Aragão.

A fome de ouro, conforme afirmou Chaunu (1978, p. 88):

[...] teve suas raízes nas crescentes necessidades, entre outras, da economia de troca e do pesado déficit da balança comercial com o distante Oriente. Ela afetou o conjunto da Cristandade. Em nenhum lugar se fez sentir mais cruelmente do que na Península Ibérica.

---

marítimas, onde os lusitanos desenvolveram atividades pesqueiras. Com as pressões internas deste período (século XV) os navegadores foram estimulados ao comércio e saques. Entretanto, nas crônicas lusitanas à exploração ultramarina é sempre atribuída a D. Henrique (1394-1460), o Navegador, pelo menos no período anterior a 1460, lhe cabendo na historiografia lusitana um *status* de quase herói.

<sup>89</sup> Segundo Chaunu (1978) as razões geográficas, já expostas no texto, favoreceram a Península Ibérica. Sua localização entre os graus 41-42 de latitude norte e 35, aproximadamente, i. e., Portugal e Andaluzia, o norte de Marrocos, o Marrocos de Tanger, Arzila, Larache, Salé, compreendia a costa privilegiada para a empreitada ultramarina: “[...] o privilégio destes mil quilômetros estava na convergência do ponto de partida e do ponto de chegada. A origem dos alísios, no verão, ia até ao largo de Lisboa e mesmo do Porto. Os alísios levam ao sul e ao oeste, à costa da Guiné ou da América. Nove meses por ano a costa é normalmente varrida pelos grandes ventos que sopram de oeste para leste. A navegação dos séculos XIII ao XVI permaneceu, na prática quotidiana, uma navegação cega, estreitamente dependente do vento e das correntes. O Atlântico dos séculos XV e XVI era o das três curvas sucessivas e sobrepostas: a Volta simples da Guiné, a Volta dupla de Angola e da rota do Cabo, a larga Volta de Colombo e da ‘carreira da Índia’” (p.80;81).

Um fator preponderante, portanto, na expansão ultramarina iniciada por Portugal foi a sua consolidação enquanto Estado, obra que iniciou-se com a consolidação da monarquia portuguesa, ocorrida através da revolução de 1383-1385 (FAORO, 1998, p.45):

[...] o Estado patrimonial, afastada a situação feudal, que ensejaria uma confederação política, amadureceu num quadro administrativo, de caráter precocemente ministerial. A direção dos negócios da Coroa exigia o trato da empresa econômica, definida em direção ao mar, requeria um grupo de conselheiros e executores, ao lado do rei, sob a incontestável supremacia do soberano.

As objeções, então, da empresa marítima, não eram de uma facção agrária, e sim do grupo empenhado no comércio costeiro, conservador, receoso de uma guerra com os árabes e com o despovoamento do reino (FAORO, 1998). Conforme atesta Chaunu (1978), o que se contestava era, principalmente, o “[...] empreendimento desta empresa principesca” (p.96), visto que, afirmava-se no reino que a empresa custara, entre 1415 e 1460, muitas caravelas, homens e ouro. Mas, às críticas foram contornadas sem dificuldades, segundo o autor (p.96),

[...] um pequeno país que conta com um pouco menos de um milhão de habitantes, um pouco menos de 2 % da Cristandade, consagrou de 1415 a 1460 ao descobrimento geográfico do mundo muito mais que todos os outros países reunidos. O peso leve do mais poderoso patrimônio da Casa de Avis foi colocado na balança.

Deste escasso milhão de habitantes, dez ou quinze por cento da população vivia na orla marítima, em cidades, segundo Faoro (1998, p.54), e,

[...] Lisboa, a maior com suas quarenta ou cinqüenta mil almas, faz-se, no século XV, a plataforma das expedições ultramarinas [...]. A praia portuguesa consolidou, muito cedo, a posição, de vínculo das relações do Mediterrâneo e o norte da Europa.

Neste contexto, a cidade de Lisboa com seu aspecto cosmopolita tem um aumento de comerciantes estrangeiros, sobretudo os italianos, ávidos pelas concessões régias, favorecendo, sobretudo, o escoamento da produção portuguesa e, uma maior relação lusitana com outros mercados, e assim, concentrou-se em Portugal o centro das transações mundiais do comércio, bolsa da Europa, e mais uma série de negócios. O comércio, na sua maioria concentrado nas mãos dos italianos, não vinculava-se somente ao transporte, mas as sutis e finas operações financeiras, estas que posteriormente, levaram o dinheiro a dar impulso as navegações, costeiras, inicialmente, e por fim, ultramarinas.

Paralelo aos esforços comerciais e de Estado os portugueses nas novas possessões do Atlântico lançaram mão de uma exploração ostensiva. Na ilha da Madeira, nos Açores e

em Cabo Verde houve criação de animais, tais como, porcos, cabras, vacas e carneiros, para posterior abate e comercialização em Portugal. Posteriormente, passou-se a agricultura, com ênfase para o cultivo de cereais, na Ilha da Madeira, nos Açores, e nas do Cabo Verde, após o estágio da pecuária, seguiu-se o do arroz, algodão, frutas e açúcar. Somente a partir de 1450, inicia-se uma produção mais capitalista na ilha da Madeira com a cana-de-açúcar e os vinhedos. Com estas atividades os portugueses evitaram, via de regra, uma tentativa de colonização mais significativa, como veremos adiante. A costa africana foi, portanto, explorada segundo um padrão adotado a partir das cidades comerciantes do Mediterrâneo do final da Idade Média. A principal instituição era a **feitoria**, que era defendida pela guarnição do castelo confiada a um fidalgo, e administrada por um feitor ou agente comercial que comercializava com os nativos. As mercadorias armazenadas nas feitorias eram posteriormente vendidas aos capitães portugueses das frotas comerciais que freqüentemente a visitavam (JONHSON, 1998).

Quando os portugueses chegaram às Índias (Vasco da Gama, 1498) impuseram o sistema antes utilizado no continente africano, recorrendo, assim, ao estabelecimento das feitorias. Entretanto, é relevante ressaltar que houve resistência em alguns locais na implantação deste sistema, em virtude da existência de uma cultura milenar, tornando difícil a penetração e a conquista de porções do território que eram defendidas por patrulhas marítimas que controlavam as incursões não autorizadas na área (JOHNSON, 1998).

Portanto, conforme ressalta Chaunu (1978), após 1350, sobretudo depois da revolução portuguesa de 1383-1385, iniciou-se a marcha decisiva da qual falamos, ou seja, “[...] o centro de gravidade das empresas atlânticas passa do Mediterrâneo italiano e catalão ao Atlântico mediterrâneo, italianizado e catalanizado da Península Ibérica” (p.49), além, da tímida exploração das ilhas, de 1350 a 1400, e conquista e exploração das costas da África a partir da conquista de Ceuta em 1415.

Entretanto, outros fatores também foram determinantes neste processo: **as invenções técnicas** e a nova **concepção do mundo**. As inovações tecnológicas iniciam-se antes mesmo de 1350, e as descobertas espaciais vieram depois, entre esse século e os primeiros decênios do século XVI, alterando, de forma singular, toda a história da humanidade até então.

### 3.3. RENOVAÇÃO NO QUADRO DE REFERÊNCIAS E SABERES DO HOMEM NO CONTEXTO DA EXPANSÃO IBÉRICA

No século XVII ocorreu a mais radical revolução espiritual de que a ciência moderna é, ao mesmo tempo, a raiz e o fruto. Os diferentes aspectos desta revolução foram vistos de diversas maneiras, sendo que, alguns historiadores viram-na na secularização da consciência; para outros pensadores, esta revolução assinalou a descoberta, pela consciência humana, de sua subjetividade essencial, ou seja, a substituição do objetivismo dos medievos e dos antigos pelo subjetivismo dos modernos, mas, segundo Koyré (1986, p.13), o aspecto mais destacado seria:

[...] a mudança de relação entre *θεωρία* e *πράξις*, o velho ideal da vida contemplativa cedendo lugar ao da vida activa. Enquanto o homem medieval e antigo visavam à pura contemplação da natureza e do ser, o moderno deseja a dominação e a subjugação. (grifo nosso)

Esta revolução espiritual ou crise do século XVII, segundo Koyré (1986), pode ser observada em todas estas caracterizações, exemplificadas e reveladas por autores como Montaigne, Bacon e Descartes e, também, através da disseminação generalizada do ceticismo e do livre-pensamento. Esta revolução, ou a história destes aspectos históricos são, segundo o autor, a história da destruição do Cosmo e da infinitização do universo, pois, estes aspectos são (p.13):

[...] concomitantes e expressões de um processo mais profundo e mais fundamental, em resultado do qual o homem [...] perdeu seu lugar no mundo, ou dito mais certamente, perdeu o próprio mundo em que vivia e sobre o qual pensava, e teve de transformar e substituir não só seus conceitos e atributos fundamentais, mas até mesmo o quadro de referências de seu pensamento.

Além disto, Koyré (1986), enfatiza a aproximação da revolução científica à revolução filosófica, pois, seria impossível separar esses dois aspectos desse processo, tendo em vista, que se mostraram interdependentes e estreitamente unidos, e juntos causaram (p.14),

[...] a destruição do Cosmos, ou seja, o desaparecimento dos conceitos válidos, filosófica e cientificamente, da concepção do mundo como um todo finito, fechado e ordenado hierarquicamente (um todo no qual a hierarquia de valor determinava a hierarquia e a estrutura do ser, erguendo-se da terra escura, pesada e imperfeita para a perfeição cada vez mais exaltadas das estrelas e das esferas celestes), e sua substituição por um universo indefinido e até mesmo infinito que é mantido coeso pela identidade de seus componentes e leis fundamentais, e no qual todos esses componentes são

colocados no mesmo nível de ser. Isto, por seu turno, implica o abandono, pelo pensamento científico, de todas as considerações baseadas em conceitos de valor, como perfeição harmonia, significado e objetivo, e, finalmente, a completa desvalorização do ser, o divórcio do mundo do valor e do mundo dos fatos.

Parte desse **quadro de referência de pensamento** do homem foi descrita por Foucault (1977) como *epistemes*<sup>90</sup>. O quadro apresentado por Koyré (1986), no século XVII, estaria em seu primeiro recorte, abordado nos seus estudos chamados arqueológicos, conforme afirma Ternes (1995), que na verdade privilegiam dois recortes na cultura europeia ocidental: a *episteme* clássica (séculos XVII-XVIII) e a *episteme* moderna (séculos XIX-XX).

É preciso, então ressaltar, uma das questões centrais, a produção do discurso, que foi abordada por Foucault (1977;1986a, p.8;9) ao afirmar:

[...] que em toda a sociedade [...] é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Segundo Guedez (1977), Michel Foucault renunciou aos dois postulados dos discursos da crítica literária e adotou o partido “[...] ‘*de acolher cada momento do discurso na sua irrupção de acontecimento*’” (p.33), optando para realizar uma descrição dos fatos discursivos.

Assim, afirma Guedez (1977, p.33):

[...] o discurso sobre o homem – aquele que as ciências humanas postula – é por excelência um acontecimento na ordem do saber. Acontecimento [...] não se trata absolutamente de qualquer coisa inscrita no livro do mundo desde sua origem, mas ao contrário, de uma emergência brutal que se produziu num dado momento de nossa história, quando uma redistribuição geral do *episteme* ocidental a tornou possível.

Sendo brutal, enfatiza Guedez (1977), o acontecimento segue uma combinação de regras, que “[...] constituem o ‘*arquivo*’ – que determinaram as possibilidades de sua aparição” (p.33). Uma primeira ruptura no saber ocidental teria se dado na idade clássica,

---

<sup>90</sup> Segundo Ternes (1995) em *A arqueologia do saber*, Michel Foucault, propõe uma tarefa muito precisa, descrever *epistemes*. Assim sendo o autor, afirma que precisamos lembrar que Foucault é tributário de uma herança teórica que, desde as primeiras décadas do século XX, vem contestando um certo tipo de história, em especial, no que concerne à história das ciências. Neste sentido, resalta Ternes, Foucault deve muito a Bachelard, a Cavailles, a Canguilhem e, por esta razão, sua história não traçaria linearidades, não se contentaria com as grandes causalidades, e por fim, não se ocuparia com o que tanto fascina o historiador, os fatos. Por outro lado, sua história também não se identificaria com as histórias das idéias, características que são próprias do pensamento francês do século XX.

que iniciou-se na metade do século XVII e, prolongou-se até o início do século XIX, o limiar do modernismo.

Ocupar-se com a descrição das *epistemes*, não faz de Foucault um *epistemólogo*, pois, segundo Ternes (1995, p.47):

[...] seu *objeto*, com efeito, não é a ciência, nem qualquer outro saber em particular. Trata-se de interrogar o *solo* a partir do qual determinadas coisas podem ser ditas, certos discursos podem aflorar, e outros, não. Trata-se, enfim, de se situar nessa região mais fundamental, nesse *humus*, [...] que alimenta o modo de pensar de uma cultura numa determinada época. (grifo nosso)

Nestes recortes temporais propostos por Foucault, em (1977) - a *episteme* clássica (séculos XVII-XVIII) e a *episteme* moderna (séculos XIX-XX) – encontram-se duas maneiras de pensar, o que delimita, portanto, diferenças epistêmicas. Logo, conforme afirma Ternes (1995, p.47), “[...] trata-se de verificar que tipo de questões, de conceitos, de saberes perdem sentido, e que maneiras de pensar tomam seu lugar”.

O próprio Foucault, segundo Ternes (1995), reconhece, entretanto, a difícil tarefa a que se propôs, tarefa esta que está no interior dos discursos, e que em uma determinada questão, a do saber, carrega em si a “[...] vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história” (FOUCAULT, 1986, p.16).

Assim, diante do desafio, afirma Foucault (1977, p.64):

Não é fácil estabelecer o estatuto das continuidades para a história em geral. Menos ainda, sem dúvida, para a história do pensamento. Pretende-se traçar uma divisória? Todo limite não é mais talvez que um corte arbitrário num conjunto indefinidamente móvel. Pretende-se demarcar um período? Tem-se porém o direito de estabelecer, em dois pontos do tempo, rupturas simétricas, para fazer aparecer entre elas um sistema contínuo e unitário? A partir de que, então, ele se constituiria e a partir de que, em seguida, se desvaneceria e se deslocaria? A que regime poderiam obedecer ao mesmo tempo sua existência e seu desaparecimento? Se ele tem em si seu princípio de coerência, donde viria o elemento estranho capaz de recusá-lo? Como pode um pensamento esquivar-se de outra coisa que ele próprio? Que quer dizer, de um modo geral: não mais poder pensar um pensamento? E inaugurar um pensamento novo?

Portanto, conforme ressalta Ternes (1995), um dos traços fundamentais das histórias construídas por Foucault está em sua reflexão de que não se pode ir da idade clássica à modernidade em linha reta. Uma época, por exemplo, a modernidade, não se constitui no aperfeiçoamento de outra – a clássica. A diferença, ressalta o autor, parafraseando Alexandre Koyré, não é de grau, mas de natureza.

Trataremos, então, de expor a diferença que nos interessa, segundo a tese defendida por Michel Foucault em *As palavras e as coisas*<sup>91</sup>, ou seja, a redistribuição do *episteme* ocidental, do século XVII ao XVIII, “[...] lenta trajetória conceitual [...] e que faz de repente: ‘as coisas não são mais percebidas, descritas, enunciadas, caracterizadas, classificadas e vistas da mesma forma’ “ (GUEDEZ, 1977, p.37). Segundo a autora, não se trata na tese de Michel Foucault, de colocar em termos novos, o antigo problema das palavras e as coisas, mas, de analisar uma prática discursiva intermediária entre estas e de manifestar as regras de sua produção.

Na idade clássica a reorganização do saber iniciou-se sobre três linguagens novas que “[...] tiveram em comum a capacidade de fazer dissolver-se a ‘*conversação do mundo*’ ” (GUEDEZ, 1977, p.38), já que até então a linguagem se pretendia repetição da realidade, “[...] ela é o próprio mundo. As palavras são as coisas, como o **logos** platônico, que reflete na sua disposição a harmonia do cosmo e o projeto enciclopédico na aurora do século XVIII” (p.38), e “[...] procura ‘*reconstituir pelo encadeamento das palavras e pela sua disposição no espaço, a própria ordem do mundo*’ ” (p.38).

Segundo Ternes (1995), para Michel Foucault, a idade clássica (séculos XVII-XVIII), seria a idade da representação, pois, o infinito, ou a idéia da infinitude, ainda que não fosse tematizado explicitamente<sup>92</sup>, parece constantemente aflorar como questão constitutiva dessa idade.

A idade clássica é o universo da ordem e da representação, o universo infinito. Neste período, as palavras e as coisas se distanciam; as coisas, não mais falam, não mais guardam uma verdade secular. O mundo, afirma Ternes (1995, p. 48):

[...] deixa de ser *texto* indefinidamente interpretável. A verdade se dá na transparência do *Discurso*. Vale a pena assinalar bem este acontecimento, a passagem do *Texto* para o *Discurso*. Um texto está à nossa disposição para ser *lido*. Deve ser interpretado. Já o discurso se basta a si mesmo. É transparente. Funciona por uma espécie de mecanismo próprio. Desdobra-se ao infinito. Não se trata de interpretá-lo, pois se caracteriza pela simplicidade e evidência. Resta-nos acompanhar o seu desenrolar.

Assim, a linguagem do saber mudou de fisionomia. A natureza começa a ser refletida como uma coleção de realidades classificáveis ou como um encadeamento linear de acontecimentos que são causas e efeitos uns dos outros. As ciências, a Matemática, a Física, a Cosmologia, “[...] que se estabelecem no quadro de uma organização que se reflete na composição algébrica dos elementos nacionais, na classificação de indícios

<sup>91</sup> Para Michel Foucault as ciências humanas, compreendidas como discursos, se articulam sobre um conjunto de outros discursos, que na verdade, lhe deram a possibilidade de nascer. Este nascimento, entretanto, não se deu em virtude de nenhuma urgência prática, mas sim, daquilo que denominou de mutação arqueológica e que viria destruir a configuração tradicional do saber na sociedade ocidental (GUEDEZ, 1977).

<sup>92</sup> Esta indecisão, segundo Ternes (1995), estaria estreitamente ligada à escolha teórica da leitura de Michel Foucault para refletir esta questão: as *Regulae ad Directionem In-genii*, de Descartes.

sensíveis significando elementos de realidade, na gramática das palavras e dos signos” (GUEDEZ, 1977, p.38), se enraizaram numa visão estática da realidade; ordenar os fatos e os projetar em dois planos: “[...] o do espaço em que se distribuem, o do tempo em que se encadeiam mutuamente” (p.38).

A concepção de infinitude do universo, que alterou a relação do homem com a natureza e com sua subjetividade, não é fruto de especulação do século XVI e XVII, tendo originando-se com os gregos, ou seja, as concepções infinitistas dos atomistas, que por sua vez, foi complementarmente negada pela corrente filosófica e científica dominante na Grécia, a tradição epicurista, e por isto, embora não esquecida, esta idéia não foi aceita pelos medievais. O grande filósofo da Idade Média que rejeitou a concepção cosmológica medieval, afirmando a infinitude do universo, foi Nicolau de Cusa<sup>93</sup> (KOYRÉ, 1986).

Nicolau de Cusa<sup>94</sup> nega a finitude do mundo<sup>95</sup> e sua contenção pelas paredes das esferas celestes, entretanto, segundo Koyré (1986), ele não afirma sua infinitude positiva, evitando atribuir ao universo o qualificativo de infinito, que atribui somente a Deus.

O universo de Nicolau de Cusa, segundo Koyré (1986, p.18),

[...] não é infinito (infinitum), mas sim intérimo (interminatum), o que significa que não só que ele não possui limites nem se acaba num invólucro exterior, como também não é 'terminado' em seus constituintes, ou seja, que carece inteiramente de precisão e rígida determinação. Ele nunca alcança o 'limite'; o mundo é, no sentido pleno da palavra, indeterminado. Por conseguinte não pode ser objeto de conhecimento total e preciso, mas apenas de conhecimento parcial e conjectural.

Com sua obra, *De docta ignorantia*, Nicolau de Cusa preconizou a consciência dos limites da razão, afirmando que estes, entretanto, não impossibilitam o conhecimento. Defendeu, ao contrário, que todo o universo é uma concepção de Deus e, desta forma, o homem deveria perseverar no estudo do mundo natural, pois, através deste caminho aproximar-se-ia cada vez mais do limite divino.

A grande contribuição do pensamento de Nicolau de Cusa, ou seja, suas concepções metafísicas, epistemológicas, e cosmológicas, foi “[...] a espantosa transferência para o universo da pseudo-hermética caracterização de Deus: *uma esfera cujo centro está em toda*

<sup>93</sup> Koyré (1986), afirma que o primeiro homem a levar a sério a cosmologia do grego Lucrecio foi Giordano Bruno. Posteriormente, outros investigadores vão se debruçar sobre a questão da infinitude do universo, tais como, Kepler e Descartes. A primeira tradução latina de *De vita et moribus philosophorum*, de Diógenes Laércio, foi realizada por Ambrósio Civeno, e apareceu em Veneza em 1474 (Koyré, 1986).

<sup>94</sup> Nascido em 1401, em Cusa, Nicholas Krebs ou Chypffs, estudou direito e matemática em Pádua, e posteriormente, teologia em Colônia. Enquanto arcebispo de Liège foi membro do Conselho de Basiléia (1437), e foi enviado a Constantinopla com a finalidade de negociar uma união entre as igrejas oriental e ocidental, e à Alemanha, como legado papal (1440). Em 1440 escreveu *De docta ignorantia* (Sobre a ignorância erudita) (KOYRÉ, 1986).

<sup>95</sup> Koyré (1986), afirma que se atribui também a Marcelo Stellatus Palingenius, a concepção de infinitude do universo, através de seu livro *Zodiacus vitae*, publicado em latim, em Veneza, em 1534.

*parte, e cuja circunferência está em parte alguma'* " (KOYRÉ, 1986, p.28), bem como, "[...] sua rejeição da estrutura hierárquica do universo e, particularmente, sua negação da posição singularmente baixa e desprezível atribuída à Terra pela cosmologia tradicional, juntamente com sua posição central" (p.29). O universo concebido por Nicolau de Cusa, era, portanto, infinitamente rico, diversificado e organicamente relacionado, não existindo, em sua concepção, um centro de perfeição em relação ao qual o resto do universo desempenhe um papel subserviente; ao contrário, defendeu, que os elementos do universo, por firmarem suas próprias naturezas, contribuiriam para a perfeição do todo.

A obra do cardeal Nicolau de Cusa demonstrou que, já no século XV havia o questionamento dos fundamentos do cosmo medieval, ainda, que suas concepções da infinitude do universo não possam ser comparadas com as contemporâneas, contribuíram para a formação de um novo espírito, o espírito da Renascença.

Neste período o homem vai desenvolver uma nova concepção filosófica do mundo e da vida, ainda, que os autores à época não tivessem tido clara consciência da importância de suas conjecturas. No início, o Renascimento, caracterizou-se com uma época de transição, em que novo e velho se entrelaçaram mutuamente, e pode-se constatar esta simbiose nos sistemas filosóficos, que conservaram o latim como linguagem e a estrutura silogística do medievo.

Cabe ressaltar, que conforme afirma Costa (2002), a cosmologia medieval foi influenciada diretamente pelos escritos de Aristóteles (384-322 a.C.) e, sobretudo, Ptolomeu (c.100-170) e seu *Tetrabilos*. O estudo do tema e seu conteúdo, "[...] era considerada a parte mais elevada da Astronomia, que por sua vez era a sétima das Artes Liberais, portanto, a ciência mais nobre da Teologia, nobre porque pretendia estudar as coisas próximas de Deus" (p.485).

A cosmologia medieval, segundo Costa (2002), distinguia duas regiões em todo o universo com características bastante distintas. A primeira era a esfera sublunar, que continha todas as substâncias sujeitas à corrupção devido à contrariedade natural existente entre os quatro elementos constitutivos dos corpos (fogo, ar, terra e água) e suas qualidades (quente, seco, frio e úmido); e a segunda, a esfera supralunar (ou celeste), era povoada pelos astros, pelos santos que estão na Glória Eterna, os anjos e Deus.

O homem medieval acreditava que o mundo supralunar emitia fluidos, influxos invisíveis que influenciavam as coisas do mundo sublunar, idéia de base neoplatônica que influenciou decisivamente a astrologia. Eram, conforme ressalta Costa (2002), os segredos naturais<sup>96</sup>. Além deste conjunto de teorias havia a crença de que o homem no medievo

---

<sup>96</sup> A origem dessa concepção, segundo Costa (2002, p.486), encontra-se em Dionísio, o Areopagita (séc. V): "Todo bom dom e toda dádiva descende do Pai das luzes. Mais: a Luz procede do Pai, se difunde copiosamente sobre nós e com seu poder unificador nos atrai e leva ao alto".

estava em permanente correspondência tanto com os astros quanto com os quatro humores (líquidos) que estaria, em circulação em seu corpo<sup>97</sup>, o que influenciou na crença de que todas as coisas vivas derivavam desses quatro elementos e das quatro qualidades (quente, frio, seco e úmido) convenientemente temperadas. Ou seja, a medicina considerava o homem como um ser total, relacionando-o aos movimentos celestes, *i.e.*, a teoria dos humores, combinações com os signos do Zodíaco, definiam a sexualidade, o temperamento e as condições de saúde do homem.

Este conjunto de concepções da cosmologia medieval levou o homem do período a afirmar que a Terra não era considerada um planeta e se encontrava na parte mais inferior e central da esfera sublunar. A Terra estava localizada, segundo esta concepção, no círculo mais baixo, no centro do Inferno, e foi esta a denominação que a Terra recebeu no *Ymago Mundi* de Gautier de Metz. Sendo o triste mundo das inconstâncias, das coisas confusas e que se alternam incessantemente, a Terra foi considerada o Inferno. Explicava-se o motivo da degeneração e da corrupção da vida baseado nos quatro elementos que compunham todos os corpos do mundo sublunar, que estavam em permanente estado de oposição e tinham uma tendência centrífuga de buscar sua perfeição, de ocupar seu lugar próprio, o que na tese medievalista, determinava a decomposição dos corpos (COSTA, 2002) (VIDE FIGURAS 1 e 2).

O imaginário do mundo medieval era formada por uma relação destas teorias que estavam todas apoiadas na crença de um universo governado pelas crenças teológicas, que por sua vez, fixava o céu e o inferno como os dois centros de convergência que governavam as ações humanas, sem que qualquer indivíduo pudesse fugir disso. A única forma de aliviar as condições determinantes do universo era a redenção às teses dos grandes teólogos que impuseram padrões de comportamento para o homem à época.

Foram este conjunto de teorias e crenças que ao longo de toda a Idade Média possibilitou a Igreja Católica, pelo seu domínio preponderante sob a escrita, a leitura, além, de valorosos exemplares de obras raras da Antiguidade, constituir valores que tornaram-se dogmas absolutos.

Assim, a imagem que os medievais tinham do universo era cheia de simbolismos, de metáforas, e tentaram descobri-lo a partir de uma visão harmônica e completa de beleza, conforme afirma Costa<sup>98</sup> (2002, p.499):

---

<sup>97</sup> Os quatro humores seriam o sangue (qualidade de úmido), a fleuma (linfa, soro, muco nasal, saliva, muco intestinal, qualidade de seco), a biliar (amarela, quente) e a atrabilis (ou biliar negra, secreção do pâncreas, fria) (COSTA, 2002).

<sup>98</sup> Segundo Costa (2002, p.499), Hugo de São Vítor, em *Didascálicon. Da arte de ler*, Livro I, cap. 8, afirmou que "Duas são as coisas que recuperam no homem a semelhança divina, e são elas: 1) a especulação da verdade e 2) o exercício da virtude. Pois o homem é semelhante a Deus quando é sábio e justo".

O amor estava unido ao temor: as estrelas e o Sol se moviam por causa do amor de Deus [...]. Não importava tanto a descoberta de um sistema de leis e princípios, mas sim saber avaliar e julgar corretamente qual a lição deveria ser aprendida com aquela observação. A investigação deveria ser humilde e sincera, despojada. Deveria-se buscar a verdade acima de tudo: buscando-a, exercitaria-se a virtude. Então poderíamos nos aproximar um pouco de Nosso Criador.

No Renascimento vai ocorrer a renovação das antigas escolas filosóficas clássicas, com ênfase nas escolas gregas. Embora, na Idade Média o pensamento clássico tenha sido conhecido e valorizado, a abordagem deste conhecimento se focou na obra dos maiores filósofos gregos, em especial Aristóteles. Logo, opondo-se aos dogmas cristãos, os renascentistas, voltam-se à *sancta antiquitas*, valorizando as antigas escolas filosóficas, mas, com ênfase no seu conteúdo de humanidade, apesar das diferentes orientações que assumiram, e da distância temporal que os separavam - quinze séculos de mensagem cristã - que resistirá ao retorno à serenidade clássica de Aristóteles ou ao ascetismo imanentista dos estóicos.

As escolas filosóficas clássicas que serão reapropriadas no Renascimento são o platonismo, o aristotelismo, o estoicismo, o epicurismo, o ceticismo, e o ecletismo, sendo, as duas primeiras, com especial destaque as idéias de Platão, que nortearam o pensamento filosófico do período. A interpretação de Aristóteles na Renascença excluirá a interpretação de Tomás de Aquino, sustentando-se nas interpretações naturalistas, como a de Alexandre de Afrodísia, ou a panteísta de Averroés; a interpretação do platonismo buscará se afastar também da realizada na Idade Média, buscando abordar a sua fundamental concepção panteísta e a potencialização do espírito humano, que melhor correspondiam ao imanentismo e humanismo da Renascença (TERNES, 1995).

Assim, segundo Ternes (1995), à hermenêutica renascentista se contraporá, com os clássicos, a necessidade de uma analítica: "Os renascentistas interpretam. Os clássicos analisam" (p.48). Esta mudança radical faz com que a análise, inicialmente da linguagem, leve a análise dos signos, e dos pensamentos. Neste sentido, o autor, afirma que "[...] a noção clássica de signo incorpora a idéia e a própria noção de idéia (ou a idéia da idéia). Linguagem e pensamento, de alguma forma, se sobrepõem" (p.48). A linguagem, nesta perspectiva, se destrói; desaparece, pois o *Cogito*, radicalizado, dispensaria a linguagem. Contentar-se-ia com a idéia como imagem do mundo, e essa maneira de conhecer fundada na medida e na ordem recebe a denominação, conforme já citamos, de idade da representação.

Logo, há uma separação histórica constituída, visto que, o discurso verdadeiro, dos poetas gregos do século VI, "[...] o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por

quem de direito e conforme o ritual requerido" (FOUCAULT, 1977, p.15), foi, um século mais tarde, deslocado (p.15):

[...] já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência.

Estabeleceu-se neste momento a separação entre o discurso verdadeiro e o discurso falso. Esta divisão histórica - que gerou nossa vontade de saber - não deixou de se deslocar: "[...] as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como conseqüências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas vontades de verdade" (FOUCAULT, 1977, p.15). Assim, uma vontade de saber, pode antecipando-se aos seus conteúdos atuais, desenhar planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis. Esta vontade de saber impõe ao sujeito cognoscente certa posição, certo olhar e certa função; uma vontade de saber que prescreve o nível técnico do qual se devem investir-se os conhecimentos verificáveis e úteis.

A vontade de saber passa a ter, então, sua própria história, apoiando-se em um suporte institucional que (FOUCAULT, 1977, p.15):

[...] é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um **compacto** conjunto de práticas [...] mais profundamente, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.(grifo nosso)

Assim, as práticas procuraram racionalizar-se e justificar-se através de uma teoria, por um discurso de verdade. Ocorre, portanto, nos séculos XVII-XVIII, uma série de mudanças que alteraram profundamente o conjunto do conhecimento humano, o quadro de referência de pensamento, que se constitui na *episteme* clássica, assim definida por Foucault (1977), e que se caracteriza pelo modo de pensar da cultura desta determinada época.

Cabe, portanto, entendermos este quadro de referências que subsidiou a cultura urbana na colônia americana de ultramar, antes ainda, entender e situar nessa região mais fundamental, nesse *humus* (TERNES, 1995), as mudanças e transformações científicas e filosóficas que lhe deram origem, lhe antecederam, lhe tornaram possíveis; verificar os tipo de questões, os conceitos, de saberes que perderam sentido, e que maneiras de pensar tomaram seu lugar.



FIGURA 1 - Esquema cosmográfico medieval. Nesta imagem têm-se a representação da Terra que foi personificada por um astrônomo a partir de um astrolábio. A Terra foi representada situada no centro do universo, cercada de círculos concêntricos onde estão figurados os quatro elementos, os sete planetas (a Lua era considerada um planeta), os signos do zodíaco e as estações e fases da Lua. Em cada canto do quadrado maior estão personificadas as quatro estações do ano. A Imagem consta em um *Atlas catalão*, século XIV (COSTA, 2002, p.481).

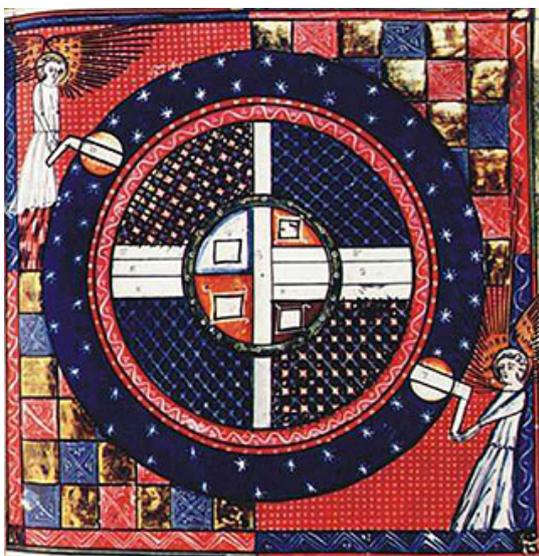


FIGURA 2 - Figuração teológico-astronômica medieval. Imagem que representação uma típica figuração teológico-astronômica medieval onde constam dois anjos que acionam manivelas destinadas a fazer girar o primeiro céu móvel. Consta do *Manuscrito provençal do século XIV*. British Museum, London (COSTA, 2002, p.497).

### 3.3.1 No contexto da renovação de conceitos e saberes: novas maneiras de pensar....

As descobertas, no âmbito do contexto lusitano, foram conseqüência da necessidade de expansão do comércio e iniciaram-se nos finais do século XV. Para tanto, houve uma grande inovação no campo científico com ênfase nos instrumentos astronômicos e náuticos. Esta inovação repercutiu, por sua vez, na cartografia náutica, e o mundo, a partir de então, ganhou novas dimensões mesuráveis.

Entretanto, a conquista dos mares se deu forma lenta e só ocorreu com a expansão europeia que foi uma expansão marítima.

Entender o processo de conquista de novos territórios e sua relação com as inovações científicas é necessariamente a proposição de um balanço, que por sua vez, implica em evocar problemas, e não se pode entender o quadro de referências do pensamento humano fora das coordenadas do espaço e do tempo. É necessário, portanto, conciliar, problemas, espaço e tempo, e a partir daí evocar os meios, as motivações, que não podem estar separadas no *continuum* das ações humanas.

Segundo Chaunu (1978), a grande revolução dos transportes terrestres, que contribuíram de maneira decisiva para a grande mudança técnica da Idade Média, terminou ao se iniciar a mudança dos transportes marítimos. Os transportes marítimos, praticados nos países mediterrâneos, eram mais vantajosos que a rota terrestre, pois, nos países de litoral acidentado a circulação comercial se fazia mais facilmente pelo mar: "[...] no século XVI, e mais tarde ainda, Gênova está em geral unida a La Spezia somente por mar" (p.211).

Com a mudança nos meios de circulação na Europa, onde a ênfase se deu ao meio marítimo, surgiram questões que se remetiam ao aperfeiçoamento da navegação. A resposta a estes esforços veio, em algumas instâncias, de outras conjecturas e problemáticas que não esta, mas, que viria a se relacionar intrinsecamente com o desenvolvimento das técnicas náuticas: no desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas no campo da arte.

Cabe ressaltar, que no século XV, segundo Katinsky (1981), há um esforço do homem, e especialmente este esforço concentrou-se inicialmente em Florença, "[...] no sentido de caracterizar uma nova representação da realidade (a perspectiva exata) centrada na figura do arquiteto Filippo Brunelleschi" (p.7). A perspectiva exata foi interpretada por alguns autores como a contrapartida artística de emergência do indivíduo em luta com a Corporação. Este indivíduo, representante da burguesia se opôs à aristocracia feudal, e contribui para o desenvolvimento de uma técnica de representar a realidade, *i.e.*, "[...] precisamente aquilo que ela não é" (p.9).

Como sabemos, a perspectiva exata, se baseia no estudo da convergência dos raios para um único olho. No entanto, a visão humana é binocular. Para entender por que o método teve uma importância tão relevante no período é necessário, conforme determina Katinsky (1981, p.9), formular a seguinte questão:

[...] há alguma situação em fechamos um olho para examinar com mais precisão a realidade que nos cerca? Ou em outras palavras, a prática social exigiu em algum momento uma visão monocular? A resposta é afirmativa, e faz parte de nosso cotidiano; toda vez que utilizarmos uma alidade<sup>99</sup>.

No tempo em que estamos realizando nossa análise, este aparelho árabe, encontrava-se entre os instrumentos astronômicos e náuticos. Ressaltamos, então, que alguns críticos italianos já advertiram para a correspondência entre as inovações italianas no campo da arte e do conhecimento e os navegadores portugueses com suas descobertas, principalmente, as ocorridas na segunda metade do século XV. Esta correlação é de suma importância, pois, (KATINSKY, 1981, p.12):

Estabeleceu-se no campo técnico da 'arte de navegar', uma homogeneidade entre a terra e o firmamento que obriga daí em diante o piloto a se familiarizar não somente com acidentes locais (perfis de montanha, desembocadura de rios, promontórios, fortalezas, ventos locais dominantes, correntes marinhas), mas com a disciplina abstrata da astronomia ptolomaica.

A astronomia influenciou diretamente na ciência da navegação, dando condições as embarcações a entrarem cada vez mais em grandes distâncias oceano adentro. A navegação astronômica consiste em determinar no mar, através de um conjunto de cálculos que se baseiam na observação exata, com auxílio de instrumentos, da posição dos astros e do sol, a posição das embarcações.

Os portugueses reivindicam para si a invenção, mas o fato é que, no século XV a navegação de alto mar tem historicamente mais de dois mil anos de prática, no mar Mediterrâneo e, na China, e é quase tão antiga quanto a própria navegação, pois, segundo Chaunu (1978, p.226),

[...] muito cedo se abandonou a visão protetora do litoral, pois os litorais são também as correntes que impelem para a costa, os baixios, os recifes e os escolhos. Desde a mais alta antiguidade navega-se da Grécia ao Egito através de Creta, sem ladear as costas da Ásia Menor e da Síria.

---

<sup>99</sup> Nota - s. f.. Topog. Régua móvel que faz parte de um aparelho com que se determinam as direções dos objetos em topografia. Fonte:<[http://www.priberam.pt/dlpo/definir\\_resultados.aspx](http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx)>

A epopéia marítima portuguesa, iniciada com a conquista de Ceuta, em 1415, e posteriormente, rumo às Índias, determinou um aperfeiçoamento na ciência da navegação, dando origem a uma nova cartografia náutica. As origens da ciência cartográfica, segundo Adonias (1993), estão na Grécia antiga, onde pela primeira vez seus fundamentos foram sistematizados e, destacam-se neste processo, Anaximandro de Mileto (276-196 a C.), Aristóteles (384-322 a C.), Posidônio (c.a. 135 –c.a. 50 a C.), entre outros. Aos gregos devem-se, ressalta autora (p.12):

[...] a concepção de esfericidade da Terra; as noções de pólos, equador e trópicos; o conhecimento da obliquidade da eclíptica; a idealização dos primitivos sistemas de projeção; a introdução das longitudes e latitudes, e o traçado dos primeiros paralelos e meridianos.

Todo o conhecimento geográfico e cartográfico do Mundo Antigo está registrado na *Geografia* do grego Cláudio Ptolomeu, de Alexandria (90-168 d.C.), que foi astrônomo, geógrafo, matemático e cartógrafo. A *Geografia*, composta por oito livros, contém os princípios da geografia e da cartografia matemática, as técnicas das projeções, as regras do desenho cartográfico e os métodos do desenho astronômico, e além disto, possui uma lista de oito mil lugares com as respectivas coordenadas geográficas. Sua obra, no entanto, de inestimável contribuição a ciência cartográfica, foi ignorada durante a Idade Média, e só foi divulgada, posteriormente, durante o século XV, na Itália, e traduzida em cinco versões manuscritas. O *mapa mundi* e os vinte e seis mapas regionais elaborados por Ptolomeu foram os primeiros a serem impressos e difundidos, a partir da invenção de Gutemberg, causando grande impacto nos intelectuais da época. Sua obra tornou-se o manual geográfico da Renascença, dando impulso às inovações na cartografia, sendo que seus mapas, tornaram-se referência e modelos a serem seguidos (ADONIAS, 1993).

Mas, não só a descoberta da obra de Ptolomeu influenciou na comunicação dos novos mundos, ainda não conhecidos, como também o legado da navegação no Mediterrâneo entre os séculos XII e XIII, que motivou uma mudança nesta ciência dando origem a agulha imantada, a agulha que indica o sul, e o mapa portulano, ou cartas-portulanos. Do século XIII ao XVI a navegação é de cálculo; ou seja, de rumo traçado sobre a carta, com uma direção mantida com certa exatidão. Ainda, que não tivessem nenhum critério de projeção, as cartas portulanos, que já possuíam o rumo, ou traçado das loxodromias, possibilitaram o delineamento das costas mediterrâneas e das costas ocidentais da Europa mediante o uso da bússola. Estas cartas foram produzidas por duas escolas cartográficas, uma italiana (com centro em Gênova, Veneza, Pisa e Ancona) e a catalã-maiorquina (concentrada em Barcelona e Maiorca), estas ligadas às atividades marítimas e comerciais do Reino de Aragão (CHAUNU, 1978; ADONIAS, 1993).

O mar Mediterrâneo foi o berço onde as descobertas que comandariam toda a exploração dos oceanos; a bússola, os portulanos e as tabelas de martelógio apareceram primeiro na Itália, depois, na bacia ocidental do Mediterrâneo e, alcançaram sem demora as Espanhas atlânticas, logo, Portugal. Mas, a verdadeira revolução se deu em 1480, quando foi realizado o levantamento sistemático das latitudes na costa africana, entre 1484 e 1485, com a utilização dos grandes astrolábios de madeira e a elaboração de Regimentos, destinados especialmente aos marinheiros. Este fato é o indício de uma "[...] política da ciência" (CHAUNU, 1978, p.233), pois, conforme comprova a historiografia (p.233;234), [...] as lendas que envolvem o Infante Henrique não devem tirar de João II de Portugal o grande mérito de ter sabido - antes de qualquer outro Estado - organizar a exploração técnica dos conhecimentos teóricos de sua época.

Em 1473, as medidas de latitude em terra, no mapa da África, se efetuam até a linha equatorial. Todo um trabalho de levantamento foi corajosamente impulsionado a partir de 1481, data do advento de João II em Portugal, que teve a influência de três conselheiros: Mestre Rodrigo, médico do rei; o Bispo Ortiz; e, o judeu José Vizinho, que fora discípulo do importante astrônomo de Salamanca, Abraão Zacuto. Desta rica experiência surge a primeira edição do *Regimento do Astrolábio e do Quadrante*, em Lisboa, que remonta a 1509. A grande inovação, que veio a ser também a importante contribuição do Regimento, foi fornecer as tabelas que permitiram traduzir em latitudes observações solares ao meio-dia, causando uma grande revolução na navegação astronômica, por permitir a possibilidade de uma medida regular da latitude pelo sol.

Entretanto, sua publicação em 1509, indicou, que essa grande aquisição, foi posterior às descobertas. Logo, a navegação astronômica se situou no nível da exploração e não da descoberta. Assim, (CHAUNU, 1978, p.236),

A revolução da navegação astronômica se estende lentamente de 1480 a 1596. Em suma, é apenas uma revolução parcial. As grandes descobertas do século XV e, numa larga medida, o início da exploração dos novos mundos, no século XVI, pertencem à segunda idade da navegação, a idade empirico-científica da bússola, das tabelas de *materlógio* e dos mapas portulanos, com, para mais certeza, ao seu final, o quadrante a bordo, o *Regimento* e as primeiras tímidas referências de latitudes em um mapa.

Assim, coube a cristandade latina descobrir e aperfeiçoar as técnicas de acordo com suas necessidades e vontade. Uma geografia diferencial se impôs ao espírito (CHAUNU, 1978). Assim, podemos localizar no período do século XII ao XV, os antecedentes do modo de pensar de uma cultura datada; o *humus*, onde germinaram as novas idéias, as novas técnicas, as novas concepções de mundo (TERNES,1995). As inovações científicas que balisaram as explorações e descobertas via marítima, bem como a concepção de infinitude do universo que começava a difundir-se, mudou a relação do homem com a natureza, que

conforme citamos, começa a ser refletida como uma coleção de realidades classificáveis ou como um encadeamento linear de acontecimentos que são causas e efeitos uns dos outros; com ênfase especial na Matemática, na Física e na Cosmologia, ciências que enraizaram-se numa visão estática da realidade, ordenando os fatos e projetando-os nos planos do tempo e espaço (GUEDEZ, 1977).

As diferentes formas de representação do mundo, da cidade e do homem neste contexto nos oferecem subsídios acerca das mudanças ocorridas desde o medievo até o início do Renascimento. As representações que existiram dos séculos II ao VI foram redefinidos de acordo com os dogmas e visões de mundo do Cristianismo. Os mapas elaborados entre os séculos VIII ao XIII mantiveram o contexto não-geográfico e foram mais instrumentos de ilustração das enciclopédias repletas de elementos maravilhosos da cultura cristã. Conforme atestamos o problema da forma da Terra era mais um problema teológico que científico e será somente após o século XIII que os mapas deixaram, num primeiro momento, de ser apenas um complemento ao texto escrito e passaram a expressar uma liberdade para conter idéias, imagens, criaturas maravilhosas, cenas da Bíblia, povos distantes, animais e plantas, todos sob o poder de Deus.

Logo, os mapas foram neste período reproduzidos, em sua maioria por eclesiásticos, e representavam em seu centro as sedes do poder da Igreja Católica, *i.e.*, Roma e Jerusalém. Eram, portanto, mapas cosmográficos, geralmente em forma de disco, que cristãos ocidentais e árabes medievais reproduziram, onde constavam as importantes referências da Antigüidade Clássica. É no período do renascimento comercial e dos grandes descobrimentos que muda a concepção de representação do mundo, menos cosmográfica e mais geográfica, como as cartas portulanos já citadas, e os mapas elaborados a partir de encomendas dos reis que buscavam dominar os territórios extensos da Terra então recém descobertos<sup>100</sup>.

Portanto, todo o conjunto de mudanças que ocorreu a partir de então, esteve apoiada numa maneira de conhecer, fundada na medida e na ordem, que deu a este período a denominação de idade da representação, que se estendeu do início do século XVII até a aurora do século XIX (TERNES, 1995).

Assim, podemos constatar que a epopéia das viagens de Descobrimento realizadas pelos portugueses esteve associada ao aprimoramento das técnicas de navegação por eles utilizadas. Somado as estes esforços, houveram outros fatores já citados, como a localização privilegiada, o extenso litoral e a necessidade de estabelecer novas rotas

---

<sup>100</sup> Toda uma série de considerações, bem como, importantes exemplares da história dos mapas do medievo e do Renascimento estão disponíveis no site: <<http://www.geo.uel.br/marcia/inicio.html>>. Acesso em: 13 de agosto de 2004.

comerciais com o Oriente, que vieram a ser as principais causas que impulsionaram o interesse português pela navegação.

Desta forma, analisando o contexto científico a época, principalmente o final do século XV, onde novos instrumentos são utilizados para viabilizar a navegação nos oceanos, constata-se que poucos homens possuíam uma visão mais ampla do mundo, possuindo apenas noções básicas das diversas ciências da época. Isto ocorreu em virtude do conhecimento erudito, durante a Idade Média, ter sido restrito a poucos, e a maior parte deste conhecimento foi monopolizado pela Igreja. A Coroa Portuguesa ainda se favoreceu com o grande número de estrangeiros que ali estiveram nesta época, o que possibilitou a reunião de diferentes conhecimentos científicos, facilitando a investigação e aperfeiçoamento das técnicas de navegação.

É neste momento histórico que ocorreu uma ruptura, essencialmente, entre conhecimentos e valores que perderam sentido, e novas maneiras de pensar tomaram seu lugar, não só no âmbito científico como também no âmbito do imaginário e do simbólico.

A forma do Cosmo circular, a noção de infinitude do universo, não foram questões problematizadas dos séculos XV. Segundo Tuan (1980) a idéia do cosmo circular esteve presente na cultura ocidental desde a antiguidade grega<sup>101</sup>; e, “[...] mais do que qualquer outra forma, o círculo implica um centro” (p.43; 44). O padrão básico mostra o continente, de forma arredondada, rodeada por água. Tuan (1980) afirma em sua análise que a concepção do cosmo circular é mundialmente generalizada e adotada por povos que provavelmente não tiveram contato com o antigo Oriente Próximo, podendo, ser, portanto, uma elaboração compatível com a mente humana.

Entretanto, o que é relevante é a concepção do Cosmo antes do século XV, que conforme vimos, remonta a antiguidade clássica. A concepção que predominou até 520-555 a.C. foi a de Homero; depois deste período floresceu a concepção de Hecateu de Mileto, onde o mundo era formado por dois grandes continentes, simétricos, separados por água (mar Mediterrâneo, Negro e Cáspio) e rodeando por oceano. Por volta de 63 a.C e 21 d.C, Estrabão, representante da geografia pré-moderna, concebe a Terra esférica, colocando-a no centro do Universo. O importante nesta concepção é que a Europa encontra-se deslocada e diminuída, pois, a Grécia já não podia continuar tendo uma localização central. No entanto, conforme afirma Tuan (1980, p.46), “[...] até o quinto século antes de Cristo, acreditava-se que a Grécia era o centro do mundo e Delfos o centro da Grécia”.

Na Idade Média, mantém-se a representação da terra circular circundada por água que foram denominados de **mapas O-T**, que datam do século sexto e continuaram a ser

---

<sup>101</sup> A cosmologia babilônica, segundo Tuan (1980), pode ter influenciado a visão grega, pois, o mais antigo padrão da forma do mundo trata-se de uma placa babilônica, de argila, colocando no centro a Babilônia rodeada por mar.

representados desta forma por mais mil anos. Apesar dos pensadores do final do período medieval terem tido acesso a informações geográficas detalhadas em virtude das cartas elaboradas por navegadores mostrando costas marinhas, além, daqueles divulgados por viajantes, tais como, Marco Pólo, relacionados com o interior do continente e Ásia Oriental.

Segundo Tuan (1980, p.46):

Os **mapas 'O-T'** eram evidentemente inúteis para a navegação. Não serviam para fins práticos e ainda estavam muito longe de serem fantasias idiossincráticas. Os **mapas da Idade Média**, com forma de roda, expressaram as crenças e experiências de uma cultura teológica que colocava a Cristandade – e seu símbolo topográfico, Jerusalém – no centro. Representaram um modo de pensamento que coloriu a ação em quase todas as esferas da vida medieval, da construção de catedrais até as Cruzadas. (grifo nosso)

Entretanto, a nova astronomia e a nova metafísica não serão mais dominadas pela cosmologia aristotélica e a astronomia ptolomaica que influenciaram o pensamento ocidental até o século XV. Dois importantes pensadores mudaram as concepções científicas e filosóficas da astronomia: Nicolau Copérnico (1473-1543) e Giordano Bruno (1548-1600).

A grande contribuição de Copérnico, segundo Koyré (1986), foi ter removido a Terra do centro do mundo e colocando-a entre os planetas, “[...] destruiu os próprios alicerces da ordem cósmica tradicional, com sua estrutura hierárquica e sua oposição qualitativa entre o domínio celeste do ser imutável e a região terrestre ou sublunar de mudança e corrupção” (p.37).

Ainda que possuísse alguns aspectos hierárquicos<sup>102</sup> as proposições de Copérnico inverteram complementarmente a escala aristotélica e medieval<sup>103</sup>, e, além disso, é “[...] ainda um mundo finito” (KOYRÉ, 1986, p.39). O que Copérnico afirma é que o Mundo visível, o mundo das estrelas fixas, é imensurável (*immensum*) e não infinito (*infinitum*). Além disto, grande importância têm-se atribuído à ampliação do mundo copernicano comparado com o medieval, com um diâmetro de, pelo menos, duas mil vezes maior, sendo que, o mundo aristotélico ou ptolomaico, era também, suficientemente grande: cerca de 20.000 raios terrestres, ou seja, aproximadamente 200.000.000 de quilômetros.

Entretanto, com relação a estas investigações astronômicas e metafísicas Koyré (1986, p. 42) afirma que:

[...] em comparação com o infinito, o mundo de Copérnico não é absolutamente maior do que o da astronomia medieval: ambos são como

<sup>102</sup> O mundo concebido segundo as especulações científicas de Nicolau Copérnico possuía “[...] dois pólos de perfeição, o Sol e a esfera das estrelas fixas, com os planetas na posição intermediária” (KOYRÉ, 1983, p.39), ou seja, é ainda um mundo bem ordenado.

<sup>103</sup> Segundo Koyré (1986), Copérnico levantou a questão da possibilidade de uma extensão espacial indefinida, além da esfera estelar, entretanto, não aceitou tratar este problema como uma questão científica e preferiu entregá-la aos filósofos, ou seja, tornou-a uma questão metafísica.

nada, por que *inter finitum et finitum non est proportio*. Não nos aproximamos do universo infinito aumentando as dimensões de nosso mundo. Podemos torná-lo grande quanto quisermos; isto não nos situa em nada mais perto da infinitude.

Mas, foi no século XVI que o mundo incomensurável – *imensum* - tornou-se infinito – *infinitum*. Giordano Bruno, inspirado em Lucrécio e Nicolau de Cusa foi um dos primeiros pensadores a dar este passo decisivo, bem como Thomas Digges, em 1576, que escreveu a *Descrição perfeita dos orbes celestes segundo a antiquíssima doutrina dos pitagóricos, recentemente ressuscitada por Copérnico e reforçada por demonstrações geométricas*, obra em que substituiu a concepção de um **mundo fechado** pela de um **mundo aberto**, ainda que “[...] dominado pela **concepção** – ou imagem – **religiosa** de um céu situado no espaço” (Koyré, 1986, p. 43) (grifo nosso).

A partir destas descobertas científicas e da expansão das explorações ultramarinas iniciadas no século XV e consolidadas no século XVI e XVII, a representação do mundo perdeu seu *status* simbólico e, como consequência, a Terra Santa – Jerusalém - deixa de ser o centro do mundo. Assim, os **mapas O-T** perdem sua importância (TUAN, 1980).

Segundo Tuan (1980), as áreas geográficas passaram a ter neste período novo significado político e cultural, afirmando-se na Renascença, i. e., no renascimento da cultura clássica, as diferenças entre os continentes asiático e europeu, diferença que foi estabelecida historicamente pelos navegadores gregos, inclusive, nomeando estas regiões. À época dos descobrimentos marítimos a Europa adquiriu um significado político e cultural maior [...] significava a hinterlândia atrás de portos dispersos da Arábia ao Japão”; assim (p.49):

“[...] quase no fim do século dezessete os povos do mundo ocidental sentiram a necessidade de um nome coletivo para designar a sua civilização. O termo tradicional ‘**Cristandade Ocidental**’ pareceu inadequado, após as Guerras de Religião. ‘**Europa**’ serviu ao propósito. (grifo nosso)

Iniciou-se, portanto, neste momento histórico, o deslocamento do centro do mundo para a Europa: “[...] uma área que fora unificada por raízes comuns na história, raça, religião e língua” (TUAN, 1980, p.49). Os outros continentes, principalmente a Ásia, nunca foram uma entidade; seus povos eram diferentes em “[...] tipo racial, língua, religião e cultura. Os árabes, os indianos, os chineses e os balineses não sabiam que eram todos asiáticos, até que os europeus lhe disseram” (p.49). A Europa deu, portanto, uma aparência de realidade “*aquela sombra*”; aquela extensão geográfica, sua denominação, que “[...] era a sombra

subjacente da consciência da Europa [...] no decorrer do tempo” (p.49) adquiriu conteúdo<sup>104</sup>. A América, no bojo destas assertivas, também foi alvo de um conjunto de idéias que lhe gerou uma denominação, um conteúdo e uma certa área de sombreamento.

As cidades fundadas neste continente foram “[...] um parto de inteligência [...] inscrita em um ciclo da cultura universal em que a cidade passava a ser **um sonho de uma ordem** e encontrou nas terras do Novo Continente, o único lugar propício para encarnar” (RAMA, 1984, p.23). Assim os homens que cruzaram o Atlântico, não trocaram um velho continente por um novo, mas “[...] entraram numa nova distribuição do espaço, que enquadrava um novo modo de vida” (p. 23), e tiveram que adaptar-se “[...] a um **projeto**, que como tal, não escondia sua **consciência racionalizadora**” (p. 23) (grifo nosso), esta em consonância e obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, religiosas que foram se impondo.

Assim, no âmbito dos estudos dos núcleos coloniais pode-se, identificando-se os principais agentes modeladores e suas particularidades morfológicas, elencar os fenômenos que mais influenciaram em seu desenvolvimento. A problematização da atuação da Igreja Católica, que desempenhou papel importantíssimo em algumas vilas e cidades coloniais, pode oferecer subsídios para o entendimento destas formas urbanas, e compreensão das referências teóricas, eruditas e vernaculares subjacentes, bem como, todo um conjunto de valores e crenças.

### 3.4 AS EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS DA EXPANSÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INVESTIGAÇÕES CIENTÍFICAS DOS TRAÇADOS PORTUGUESES NA METRÓPOLE E NO ULTRAMAR

Os traçados regulares que foram adotados pelos portugueses, seja na Metrópole ou no ultramar, tiveram, conforme afirma BUENO (2001b), uma dimensão técnica: a utilização do desenho. Segundo a autora, desde o século XV desenhar pressupunha “[...] levantar o sítio e adequar-lhe de forma conveniente” (p.79), e ainda, abrangia o **projeto** e as técnicas de representação. A partir do Renascimento “[...] o desenho em escala tornou-se a principal ferramenta **intelectual** na concepção *a priori* de uma obra arquitetônica, **instrumento e método** para viabilizar os desígnio de transformação espacial, configurando bidimensionalidade do papel a tridimensionalidade do real” (p..81), assumindo especial

<sup>104</sup> Tuan (1980), aborda a idéia de uma visão eurocêntrica a partir da obra de Arnold Toybee, *Ásia and Europe; Facts and Fantasies*. In: *a Study in History, VIII*. Londres: Oxford University Press, 1954. p.708-729.

importância na “[...] consecução dos desígnios de standardização através de uma Arquitetura e de um Urbanismo de programa” (p.81).

Foi através do desenho, segundo ainda Bueno (1998b), que se introduziu em Portugal um novo conjunto de referências teóricas, principalmente, aquelas que abordavam os novos métodos de fortificar, tendo em vista as necessidades de defesa do período, em virtude das inovações nas armas e na difusão da pólvora. Este conjunto de novas idéias, de renovações no campo da arte e da ciência se deu através do intercâmbio de homens e idéias, ressaltando-se a importância de Francisco de Holanda. Posteriormente, este conhecimento acumulado subsidiou a formação de um quadro de técnicos nacionais, no âmbito das Aulas de Arquitetura Militar, dando origem ao “[...] desenvolvimento dessa **ciência moderna** em Portugal” (p.88) (grifo nosso), que fundamentou e orientou os princípios de praças militares, cujo marco inaugural da adoção de um novo modelo foi a construção de Mazagão, em 1541, no sul do Marrocos.

Antes de entendermos as vilas e cidades fundadas pelos portugueses, em diferentes contextos geopolíticos e culturais, é necessário nos referenciar aos aspectos que influenciaram a cultura urbana em Portugal, bem como, as inovações e intervenções nas cidades lusitanas antes mesmo do Ciclo dos Descobrimentos.

Dentro da perspectiva de análise das cidades devemos considerar que existem diversas abordagens para seu estudo e para a investigação dos processos que lhe deram origem, como também, dos fenômenos que influenciaram em suas transformações.

Apesar das diferentes perspectivas teórico-metodológicas para análise e investigação da cidade, segundo Rolnik (1995, p.8), ela é “[...] fruto da **imaginação** e trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza” (grifo nosso).

Lewis Mumford (1998), em seu importante estudo sobre as cidades e suas origens, avaliou que os primeiros núcleos urbanos teriam surgido como cemitérios, pois, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: “[...] a cidade dos mortos é a precursora, quase o núcleo de todas as cidades vivas” (p.13). Segundo Mumford (1998, p.11):

Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais.

Em *Opúsculos Geográficos. Temas Urbanos*, Ribeiro (1994, p.177), contribui, afirmando que “[...] a cidade – e isto é um critério a considerar na determinação do limiar urbano – é sempre, a despeito de analogias ou semelhanças mais ou menos fortes, uma entidade única” (grifo nosso). A cidade (p.177),

[...] pode nascer, assim, insensivelmente, de uma aglomeração rural, onde se desenvolveram a par os ofícios mecânicos e o convívio, fermento da vida urbana, ou resultar de um acto de vontade e de um propósito de organização do espaço a que ela serve de centro.

Entretanto, devemos considerar, conforme realizamos em nossa investigação sobre a morfologia urbana das cidades coloniais brasileiras (SOUZA, 2000a), com ênfase na Vila da Vitória, entre os séculos XVI e XVIII, que não só os aspectos sociais, econômicos e políticos são importantes na análise do espaço urbano, mas, principalmente, as regras e os elementos da composição urbana e arquitetônica. O meio urbano, segundo Lamas (1993, p.37), “[...] pode ser objecto de múltiplas leituras, consoante os instrumentos ou esquemas de análises utilizados”; e no essencial, ressalta o autor, “[...] os instrumentos de análise vão fazer ressaltar os fenómenos implicados na produção do espaço” (p.37). Logo, “[...] as inúmeras significações que se encontram no meio urbano e na arquitectura correspondem aos inúmeros fenómenos que os originaram” (p.37).

Portanto, para analisar a experiência urbanística de Portugal antes do Ciclo dos Descobrimentos devemos considerar os fenômenos que deram origem às cidades portuguesas, alguns já citados anteriormente, considerando a existência de regras e elementos compositivos dos traçados urbanos e da arquitetura.

Correndo o risco de graves omissões, ressaltamos a importância dos trabalhos de Sérgio Buarque de Hollanda (1995)<sup>105</sup>, Mário Tavares Chico, cuja obra foi publicada em 1938, Pierre Defointaines (2004), cuja primeira publicação data de 1938, Robert Smith (1955b), Luís Silveira (1956), Nestor Goulart Reis Filho (1968), Paulo Santos (1968), Roberta Marx Delson (1997), Paulo Ormindo de Azevedo (1998); Walter Rossa (1998; 2002); Manuel C. Teixeira (1999); entre outros especialistas, que deram um enfoque especial aos antecedentes da cultura urbana em Portugal e suas particularidades, indissociáveis dos processos urbanos posteriores, nas ilhas atlânticas, na África, na Ásia, na Índia e, por fim, no Brasil.

Entretanto, existem alguns tipos de afirmações, expressivas e opostas; e entre estes pensadores que, cabe ressaltar, no intuito de mensurar o quanto novas abordagens, novas problemáticas e a exploração das cartografias e iconografias contribuíram neste último século para o estudo das morfologias urbanas de origem portuguesa, investigações estas do campo de conhecimento da história urbana.

Segundo o historiador Sérgio Buarque de Hollanda (1995, p.76) em sua clássica afirmativa:

---

<sup>105</sup> A primeira edição de *Raízes do Brasil* é de 1936, tendo sido publicada em 1995 uma edição mais recente da obra de Hollanda.

[...] as cidades que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum **rigor**, nenhum **método**, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra '**desleixo**' [...]. (grifo nosso)

Adotando uma mesma interpretação o historiador da arte Robert Smith (1955, p.11;12) considerou que:

Os portugueses estabeleceram no Brasil, quase intacto, o mundo que haviam criado na Europa... A **ordem era ignorada** pelos portugueses, como assinalavam deleitados os viajantes. Suas ruas, ironicamente chamadas '**direitas**', eram **tortas** e cheias de altos e baixos, as suas praças de ordinário irregulares... Desta sorte, em 1763 quando deixou de ser a capital do Brasil, era a Bahia uma cidade tão medieval quanto Lisboa na véspera das grandes reformas de Pombal. Nada inventaram os portugueses no planejamento de cidades em países novos. (grifo nosso)

Nestas afirmativas estão contidas as interpretações que estes autores fizeram do urbanismo português, considerando-o como, espontâneo, orgânico, referência atávica do passado de suas cidades medievais, estruturadas em dois níveis, com especial atenção às cidades de Lisboa, antes da reforma realizada pelo marquês de Pombal, e do Porto. Entretanto, autores como Luís Silveira (1956) e Paulo F. Santos (1968) teriam argumentado que o desenho adotado pelos lusitanos se dava em virtude de uma longa experiência em criação de cidades orgânicas, julgando-as superiores as cidades com traçados geométricos.

Silveira (1956), diferencia em sua obra a noção de cidade e aglomerados populacionais. Para o autor, cidade pressupõe vida econômica ativa e população espacialmente concentrada, podendo diferenciar-se, os espaços urbanos e rurais. Além disto, a paisagem urbana teria menos elementos da natureza.

No que tange o conceito de cidade, Silveira (1956), afirma que os geógrafos apresentam diferentes definições, sendo, segundo seu entendimento, discutíveis, tais como, a de Pierre Lavedan, em *Geographie des Villes*, onde o pesquisador definiu cidade, tornando-se referência para o Instituto Internacional de Estatística, desde 1887, como “[...] aglomeração com mais de cem mil habitantes” (p.12); além do historiador Henri Pirenne, que observou que o termo em inglês (*town*) e em russo (*gorod*) designavam lugar fortificado ou cercado de muralhas, “[...] modesta gênese das muitas das grandes metrópoles modernas” (p.12).

Com relação as experiências portuguesas de ultramar, Silveira (1956, Vol. I, p.9;10), afirmou que:

No tempo moderno foram os Portugueses os **primeiros detentores e criadores de cidades ultramarinas**. Afigura-se-me, também, serem as cidades ultramarinas portuguesas bem diferentes da antiguidade e constituírem caso novo na história social. [...]

O estabelecimento de cidades no ultramar foram realizados, antes dos portugueses, por Fenícios, Gregos e Romanos. [...]

Fenícios e Gregos (que parecem terem sido contemporâneos e concorrentes em tais empreendimentos, e não os primeiros precursores) não eram movidos por causas iguais às que nos impulsionaram. Às cidades que ergueram também se diferenciam das portuguesas.[...]

Nós não fomos compelidos a sair da pátria por invasores, nem tivemos necessidades de procurar no ultramar alforria para hilotas. As nossas cidades não são, como as fenícias e gregas, unidades novas ligadas somente por fracos elos religiosos ou interesse comercial à metrópole e, fundadas por iniciativa particular de grupos de cidadãos mas procedem do Estado (e nos poucos casos de acção particular esta é executada sob a égide do Estado) e continuam a metrópole imediatamente fazendo com ela corpo éticamente indivisível. As **cidades portuguesas de ultramar** foram, desde o início da expansão e sempre, **cidades do 'reino'** nos **'lugares de além'** [...]. (grifo nosso)

No que tange aos aspectos de **unidade e diferenciação**, Silveira (1956, Vol. I, p.10), defende que:

As cidades portuguesas no ultramar procuram, em princípio, e de modo geral **ser réplicas de cidade de Portugal europeu**; as condições ecológicas, as heranças e contaminações locais, os factores particulares que lhe proporcionaram vida, e o esplêndido poder de adaptação de que sempre os Portugueses deram prova, ao estabelecerem-se em novas terras, dão-lhes porém, características, por assim dizer provinciais que as diferenciam uma das outras, sem que, todavia, se deixe de **manter indiscutível unidade nacional**. (grifo nosso)

Assim, Silveira (1956, Vol. I, p.24), assume uma posição oposta com relação as características espontâneas dos núcleos coloniais na América portuguesa, afirmando:

A relutância dos planejadores portugueses de além-mar, contrariamente ao que Robert Smith escreve [...] não me parece arcaísmo, mas resultou de uma **longa experiência metódica** na criação sistemática de cidades [...]. Eu diria [...] que a cidade estruturada portuguesa, com a sua característica medieval, **tende para a cidade perfeita**, aquela em que cada elemento exerce uma função natural, e é superior às cidades com planta em xadrez [...], que muitas vezes denotam uma clara falta de compreensão do conceito de cidade como um organismo vivo, funcional e intelectualmente ativo e, conseqüentemente, sujeito aos princípios gerais da biologia e da sociologia. (grifo nosso)

Em sua abordagem sobre as **raízes históricas** em *A formação das cidades no Brasil Colonial*, Santos (1968, p.5), afirma que:

As cidades do Brasil, posto que se diferenciam, por muitos aspectos, das que Portugal erigiu em seu solo metropolitano e em Marrocos, África meridional e Ásia, conservaram, sob as mais diversas condições, o **cunho inequívoco** da mãe-pátria, que as características regionais não conseguiram apagar; e podem, por isso, a justo título, ser consideradas antes como **cidades portuguesas do Brasil** do que como cidades brasileiras. (grifo nosso)

Além disto, Santos (1968), afirma que muitos núcleos urbanos do Brasil Colônia tiveram uma formação espontânea: “[...] não se cogitou de fundá-las. Simplesmente nasceram” (p. 41) <sup>106</sup>.

Entretanto depois dos estudos de Nestor Goulart Reis Filho (1968), Roberta Marx Delson (1997), Paulo Ormino de Azevedo (1998); Walter Rossa (1998; 2002); Manuel C. Teixeira (1999), entre outros autores, tornou-se consenso que a compreensão dos contextos de fundação e desenvolvimento da rede urbana portuguesa enquanto um todo civilizacional prescinde de “[...] matriz de factos, terminologias e cronologias” (ROSSA, 1998, p.512) que darão subsídio para a formação de um *corpus* disciplinar que permita a compreensão dos resultados formais.

Esta perspectiva foi inicialmente adotada por Reis Filho (1968), ao considerar em sua abordagem teórico-metodológica novas problemáticas e perspectivas de análise do processo de urbanização da América Portuguesa, afirmando que “[...] as relações de economia urbana e o processo de urbanização ultrapassaram fronteiras das nações para assumir um **caráter internacional**” (p.21) (grifo nosso).

Dentro desta perspectiva teórica, Reis Filho (1968), introduziu importantes ferramentas metodológicas para o entendimento das formações urbanas no período colonial, afirmando que (p.15):

[...] **as formações urbanas brasileiras** devem ser objeto de interesse científico; que não constituem um conjunto de dados aleatórios mas são parte de uma estrutura dinâmica – **a rede urbana**<sup>107</sup> – que deve ser compreendida, quando se almeja o conhecimento daquelas. Que esta estrutura está sujeita a um **processo de origem social** – processo de urbanização – que determina o aparecimento daquelas formações, cuja explicação exige o conhecimento do **sistema social da Colônia**, no qual se desenvolve, e da **política de colonização** portuguesa, no seu sentido mais amplo. Que as relações entre a política de colonização e o processo de urbanização expressam-se por uma ordem eventualmente elaborada em teoria mas necessariamente elaborada na prática, que é a **política urbanizadora**. (grifo nosso)

<sup>106</sup> Conforme demonstramos em nossa pesquisa anterior (SOUZA, 2000a) este argumento foi apresentado por Santos (1968) para expor que algumas cidades brasileiras do período colonial, não foram fundadas sob ação direta da Coroa Portuguesa, por isto o autor (SANTOS, 1968), as define como sendo de formação espontânea. Algumas das cidades, mesmo modestas, tiveram planta prévia elaborada no Brasil e enviadas para a aprovação na Metrópole.

<sup>107</sup> A rede urbana, segundo Reis Filho (1968), é o conjunto das respostas às solicitações do processo de urbanização, que por sua vez determinou a política urbanizadora da Coroa Portuguesa no Brasil. A compreensão dos núcleos urbanos, só poderá ser entendida dentro do contexto da rede urbana.

A contribuição da perspectiva teórico-metodológica proposta por Reis Filho (1968) à história urbana esteve baseada, portanto, na hipótese de que a urbanização do Brasil Colônia estava vinculada ao sistema social da Colônia e a política de colonização portuguesa. Além disto, em sua tese o autor afirma que esta ação coordenada definiu inicialmente, nos dois primeiros séculos de colonização, uma política de posse e defesa e, posteriormente, refletiu-se através de uma rede de centros urbanos criados ao longo do território sob o domínio da Coroa Portuguesa<sup>108</sup>; nos séculos posteriores as decisões relativas ao processo de colonização determinaram a evolução das formações urbanas coloniais<sup>109</sup>. Logo, o processo de urbanização do Brasil foi abordado a partir de sua origem, que estaria intrinsecamente associada ao processo de urbanização da Europa medievo-renascentista, e definiu a política de urbanização de Portugal no Brasil.

As problemáticas adotadas por Reis Filho (1968), foram, portanto fundamentais para um novo entendimento da formação das povoações, vilas e cidades no Brasil Colonial, definindo “[...] as formações urbanas como componentes nucleares do sistema social global, com o qual estão relacionadas por meio de conexões típicas, que são as funções urbanas” (p.23), considerando, que “[...] o processo de urbanização é relativo ao sistema social global, no qual os centros urbanos são apenas componentes nucleares” (p.23); e, dentro desta lógica elaborada, “[...] o conhecimento das funções urbanas implica no conhecimento do contexto em que se inserem, ou seja, do sistema social do qual fazem parte as unidades às

---

<sup>108</sup> Segundo Reis Filho (1998, p.484-505), na primeira fase de urbanização da América Portuguesa, que se deu até o final do século XVII, seu território se caracterizou como imensa retaguarda rural para os mercados europeus, visto que o comércio com as Índias Orientais gerava mais lucro. Neste momento, os primeiros investimentos deram-se em pontos fortificados, as feitorias. Posteriormente, foi adotado o mesmo modelo de colonização das Ilhas da Madeira e dos Açores, *i.e.*, o sistema de Capitânicas Hereditárias, cabendo o ônus de fundar vilas aos capitães donatários. Com o objetivo de ampliar os resultados desta política, em 1549, a Coroa Portuguesa instaura o Governo Geral, com forte apoio militar agrícola e mercantil. Como marco desta nova fase fundou a cidade de Salvador (1549) e, em 1567, fundou a cidade do Rio de Janeiro, para controle da costa sul do território. Entre 1580 e 1640, período da União Ibérica, houve um maior empenho no domínio da costa e da região da Amazônia, com a fundação de São Luiz, em 1612, e Belém em 1616. Assim, no século XVII, sob o domínio espanhol, implantaram-se medidas mais rigorosas que se expressaram na regularidade das cidades fundadas. Logo, a partir de meados do século XVII, inicia-se uma nova fase de investimento na política urbanizadora com participação de um corpo técnico, os “[...] mestres de obras Del’Rei” (p.494), que anos depois, são substituídos pelos engenheiros militares. Com a descoberta do ouro, nos finais do século XVII, aumenta a centralização do poder da Metrópole, que incorporou vilas e cidades e assumiu a criação de novos núcleos urbanos. No início do século XVIII, no reinado de D. João VI (1706-1750), a Coroa Portuguesa investiu em uma política de urbanização mais coerente; que se refletiu na transferência da capital, Salvador, para o Rio de Janeiro, em 1763, e na criação do Estado do Grão Pará e Maranhão, abrangendo a região amazônica. Em meados do século XVIII, sob a direção do Marquês de Pombal, tem-se uma nova fase de reorganização da vida urbana, com a criação de capitânicas nas regiões de fronteira, fundação de vilas e cidades para aumentar o controle do território colonial, evitando-se, assim, riscos a política colonizadora. As novas vilas e cidades deveriam adotar os padrões portugueses, incluindo a denominação de ruas e praças de cidades da Metrópole, e além, disto foram definidas medidas para lotes, número e dimensões de janelas e portas, altura de pavimentos, com o objetivo de se obter uniformidade e resultados na paisagem urbana colonial semelhante às lusitanas.

<sup>109</sup> Baseada nos estudos de Mário Chicó, Reis Filho (1968), afirma que as experiências das formações urbanas demonstram que a Coroa Portuguesa não repetiu os modelos tradicionais medievais de cidades européias em sua colonização no Brasil, mas adotou princípios do urbanismo renascentista, com uma geometrização não muito perfeita devido as adaptações às condições de defesa e topografia. Como exemplo, o autor (REIS FILHO, 1968), cita as cidades do Salvador e do Rio de Janeiro, cidades reais que receberam assistência dos engenheiros militares.

quais se relacionam as funções” (p.23), podendo, “[...] o estudo dos centros [...] ser substituído [...] pelo estudo do sistema social em que se desenvolve o processo de urbanização (p.23)”

Assim, nas investigações de história urbana tem-se considerado o contexto e os fenômenos relacionados às formações urbanas. No caso destas formações no universo urbanístico português, no que tange a questão da adoção de traçados regulares (geométricos), e os traçados irregulares (espontâneos), considera-se que estas estariam associadas a uma política maior da Coroa Portuguesa que previa a exploração, comercialização, ocupação, posse e defesa dos territórios conquistados de acordo com cada objetivo. Logo, “[...] a primeira decisão fundadora, antes da opção do tipo de traçado (que viria a seguir) era de **adequar ao desígnio**, ou seja, aos objectivos da missão, a ‘*escolha do sítio*’” (PORTAS, 2000, p.164)

No que tange a colonização na América Portuguesa podemos conjecturar, a partir da contribuição teórica de Reis Filho (1968), e conforme afirma Portas (2000, p.164), que:

[...] a **hipótese de diferenciação dos desígnios** é coerente com a observação dos critérios que se podem inferir da sistemática escolha de sítios alcantilados na confluência de baías e linhas de água de fácil penetração, prevendo assentamentos de pequena dimensão e de ‘*baixa*’ e ‘*alta*’. (grifo nosso)

Assim, “[...] à medida que os desígnios da colonização se **tornam mais claros e estáveis** (e também menos costeiros) e os condicionamentos orográficos e defensivos menos imperiosos, a escolha de novos sítios urbanos privilegiara outros critérios ...” (PORTAS, 2000, p.164) (grifo nosso). Através desta reflexão, Portas (2000), conclui, a partir de suas investigações no campo de conhecimento da história urbana portuguesa, considerando, também suas experiências nas pesquisas das colônias de além-mar, que, o objetivo luso da adoção de traçados regulares fez parte de uma escolha por diferentes desígnios, onde foram elencadas diferentes prioridades em cada momento, como as definidas no Oriente, “[...] onde se sabia que as fundações seriam testas de ponte e não futuras grandes cidades” (p.164).

Esta questão também foi abordada por Rossa (1998), que tal como Portas (2000) defende que a Coroa Portuguesa adotou uma política de investimento na modernização urbana nos novos territórios conquistados. Nas cidades fundadas ou reestruturadas ainda no século XV, os portugueses buscaram adotar estes novos princípios.

Com o objetivo de oferecer subsídios ao entendimento desta política de investimentos urbanos, Rossa (1998), afirma que dois importantes momentos da história lusitana estão relacionados a sua história urbana: (1) a “[...] definição do espaço e do Estado portugueses (D.AfonsoIII/D. Dinis)” (p.524); e, (2) o “[...] da redefinição do espaço e do

Estado de acordo com conceitos modernos e o concomitante alargamento de horizontes (D. Manuel)” (p.524). Assim, a partir do reinado de D. Manuel, a Coroa Portuguesa instituiu uma fase de experiências urbanas, adotando novos princípios urbanísticos, sendo que nesta nova fase houve uma grande preocupação e investimento na formulação de leis e posturas, para se atingir o **regular e formal** nas formações urbanas lusitanas.

No que tange as experiências urbanísticas no Brasil Colônia podemos observar que as investigações técnico-científicas tomaram rumos distintos daquele que consideravam que as formações urbanas do período não eram um produto mental, apresentando uma configuração espacial sem rigor, sem método (HOLLANDA, 1995), sustentando como argumento que os portugueses nada inventaram no planejamento de cidades em países novos (SMITH, 1955). Neste sentido, as pesquisas avançaram em significativas problematizações, enriquecendo as perspectivas teóricas que trouxeram, à luz do conhecimento dos fenômenos urbanos, importantes entendimentos do processo de formação de cidades na América Portuguesa. A hipótese da existência de uma **estratégia de urbanização**<sup>110</sup> no Brasil Colônia, apresentada por Reis Filho (1968), antecipou-se em relação às análises destes pesquisadores lusitanos, pois, considerou que ela se definiu a partir de uma **política urbanizadora**, que foi constituída no âmbito de uma realidade social e econômica historicamente contextualizada, afirmando que (p.66),

[...] a política urbanizadora deve ser entendida [...] como um esforço para controlar ou influir sobre as transformações que ocorrem num processo de urbanização. O grau de controle pode variar, assim como o **grau de teorização** da política assumida. Objetivo é demonstrar que a política urbanizadora tem como decorrência direta uma **rede**, e que ambas determinam os papéis que os centros urbanos vão desempenhar no sistema. (grifo nosso)

A questão da política urbanizadora e da estratégia de urbanização (REIS FILHO, 1968) acrescida da perspectiva teórica que considera a hipótese de diferenciação dos desígnios (PORTAS, 2000), seguem na tendência de abordagem de um novo método para a compreensão dos objetos na história (VEYNE, 1982, 1992).

---

<sup>110</sup> Uma das estratégias da Coroa Portuguesa foi definida pelo Marquês de Pombal ao propor a reorganização da vida urbana, criando novas capitanias nas regiões fronteiriças, fundando novas vilas no interior do vasto território desocupado, com o objetivo de controlar e dominar a população, evitando riscos à política econômica colonial (REIS FILHO, 1998). No quadro da estratégia definida por Pombal havia uma percepção global que foi estruturada através da rede urbana, definindo com rigor os detalhes da estruturação espacial. Segundo Reis Filho (1998), no bojo desta estratégia pombalina, as novas vilas deveriam atender aos padrões urbanos portugueses determinando que deveriam ser adotados a denominação de localidades, ruas e praças idênticas a de Portugal, além, da aplicação do referencial das técnicas e princípios urbanísticos utilizados na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, definindo para a organização urbana do Brasil Colônia, medidas para os lotes, número e dimensões de janelas e portas, altura de pavimentos, numa tentativa de se obter uniformidade e resultados plásticos na paisagem urbana colonial semelhante às lusitanas. O período se caracterizou, portanto, por “[...] um esforço urbanístico excepcional, que colocou Portugal em nível comparável da América Espanhola em épocas precedentes” (p.503).

Dentro desta perspectiva, Veyne (1982,1992), afirma que o método, que foi proposto por Michel Foucault, para abordagem e definição dos objetos na pesquisa histórica, consiste em “[...] compreender que as coisas não passam das **objetivações das práticas determinadas**, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não as concebe” (p.161) (grifo nosso), sendo este esclarecimento um “[...] esforço de visão” (p.161), uma operação designada de **densificação**, onde não há uma tomada de forma, mas antes, um desprender, dos objetos e das idéias já aceitas que denominamos de reis, Estados, camponeses, e que “[...] nossa consciência está de tal modo habituada que nem percebe mais sua abstração” (p.162).

Com esta afirmação Veyne (1982;1992) demonstra que a definição de um determinado objeto no âmbito da pesquisa histórica pressupõe a compreensão de determinadas práticas que o configuram, ou seja, o Estado, a Igreja e outras instituições, por exemplo, são na verdade uma denominação a um conjunto de práticas que deve procurar se conhecer.

Assim, os pesquisadores da historiografia (tradicional), que não recorriam a este método de definição dos objetos de pesquisa, tentavam manter de pé os fragmentos de história onde um “[...] grande núcleo translúcido representava um pequeno papel juntamente com os nomes comuns e conjunções” (VEYNE, 1982,1992, p.162), e onde os falsos problemas não se resolviam. Dentro desta perspectiva, o método foucaultiano propõe, segundo Veyne (p.162) que,

[...] todo o mal vinha desse **grande núcleo**, com seu falso natural; que era preciso deixar de acreditar que ele era óbvio, mas reduzi-lo à comum condição, **historicizá-lo**. E então, no lugar ocupado pelo grande **aquilo-que-é-óbvio** aparece, um pequeno **objeto** de ‘época’, **estranho, raro, exótico**, jamais visto (grifo nosso).

Veyne (1982, 1992), afirma, ainda, que a partir do momento que o **falso objeto natural** é historicizado ele passa a ser abordado enquanto “[...] objeto para uma prática que o objetiva; é a prática com o objeto que ela se atribui que vem em primeiro lugar” (p.162), pois, “[...] cada prática, tal qual o conjunto da história a faz ser, engendra o objeto que lhe corresponde [...] ; não há objetos naturais, não há coisas. As coisas, os objetos não são senão os correlatos das práticas” (p.162;163) e, assim, considera-se na abordagem teórico-metodológica desta pesquisa o pressuposto defendido pelo autor ao afirmar que “[...] a ilusão do objeto natural [...] dissimula o caráter heterogêneo das práticas” (p.163).

Logo, a existência de uma política urbanizadora e de uma estratégia de urbanização, bem como, a hipótese de diferenciação dos desígnios são “[...] a parte imersa do iceberg” (VEYNE, 1982, 1992, p.154), ou seja, são uma parte da história do urbanismo lusitano que

se estendeu à América Portuguesa que esteve oculta, e que, no âmbito das novas investigações teóricas, revelou certas práticas que as objetivou.

Além disto, estas práticas revelaram um conjunto de condutas, considerando que “[...] quando se tem uma conduta, tem-se necessariamente, a mentalidade correspondente; essas duas coisas estão ligadas e compõem a prática” (VEYNE, 1982, 1992, p.161). Esta mentalidade, conforme citado, formou-se em Portugal com a introdução do conjunto de referências teóricas que fundamentaram novas práticas de construir cidades através do exercício da Engenharia Militar.

Outro importante estudo foi o de Delson (1997), e se caracteriza como importante contribuição ao entendimento do uso de padrões geométricos em nossas formações urbanas, pois, considerou a falta de planejamento para as cidades do Brasil Colônia um **mito**, e se propôs identificar e analisar “[...] o surgimento de códigos de urbanização no Brasil setecentista como reflexo do absolutismo português na colônia” (p.XI), considerando-os, como “[...] questões de política e metas administrativas” (p.XI). A autora, cita que um dos maiores desafios para a Coroa Portuguesa para manter a autoridade no território colonial foi implantar novos padrões urbanos na região das minerações do Centro, bem como, na fronteira do extremo Oeste.

Abordando o caso das povoações mineiras, Delson (1997), demonstrou que seria errôneo concluir que todas as povoações desta região tivessem seu desenvolvimento desordenado. A autora demonstra que a Coroa Portuguesa tomou medidas para tentar fixar os bandeirantes nas povoações sem, no entanto, de início, fazer referência nas legislações impostas “[...] a um traçado urbano, o que dá a entender que a preocupação primordial nessa região era literalmente fixar os errantes, e não criar comunidades ordenadas” (p.28); entretanto, uma mudança de atitude se fez sentir no processo de criação de uma localidade real que foi destinada a ser a capital da capitania de Goiás, onde se adotou princípios de uniformidade urbana e arquitetônica, pois, o núcleo urbano “[...] destinava-se a ser uma capital regional e, por isso, devia ter uma aparência consentânea com o seu papel” (p.28).

Delson (1997, p.102), afirma, ainda, que a lição mais importante que se pode apreender da experimentação urbana dos portugueses é o reconhecimento da necessidade que houve de se lidar com inúmeros problemas em todas as comunidades, inclusive, as mais remotas. No século XVIII, a Coroa Portuguesa procurou adotar um programa que visava a modernização da Colônia, e cujo meio foi a padronização de ruas e casas.

Para além de todas as conjecturas expostas pelos diversos autores para as configurações dos núcleos urbanos, que inicialmente, apresentavam uma configuração espacial menos regular ou de padrão geométrico, e que ao longo da centralização política da Coroa Portuguesa, iniciada no século XVII, foram sendo constituídos, em sua maioria, com um maior rigor formal, há a demonstração de um maior entendimento dos objetivos,

motivações e possibilidades práticas de se adotar um padrão rigoroso no traçado dos núcleos urbanos no Brasil Colônia.

Adotando, portanto, o conjunto de pressupostos teóricos da história nova, já citadas, e aqueles elaborados por Michel Foucault, deve-se considerar no entendimento desta problematização, o recurso metodológico que este autor propõe, ao defender que “[...] a intuição inicial [...] não é a estrutura, nem o corte, nem o discurso: é a **raridade**” (VEYNE, 1982, 1992, p.151) dos fatos humanos. Para o autor os fatos são arbitrários e não são óbvios, mesmo aos olhos dos historiadores que nem sempre os percebem. Logo, a problematização do que foi a experiência urbanística de Portugal com o advento dos Descobrimientos deve considerar que não há objeto natural, *i.e.*, – “[...] ‘os governados através da história’ [...] ‘a repressão’ [...] ‘o Estado’” (p.164) – pois, estes não poderiam existir sem “[...] as múltiplas objetivações correlacionadas e práticas heterogêneas” (p.164).

Assim, conclui Veyne (1982, 1992, p.164),

[...] tudo gira em volta desse paradoxo, que é a tese central de Foucault, e a mais original: **o que é feito**, o objeto, se explica pelo que foi **o fazer** em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que **o fazer**, a prática, se explica a partir do que é **feito**. (grifo nosso)

Sendo assim, a história nunca pode ser considerada como algo acabado; há na investigação das formações urbanas coloniais portuguesas inúmeros estudos de caso a serem realizados, inúmeras práticas a serem relacionadas a uma lista das objetivações que permanecem abertas. A importância das problemáticas está no esforço de se estabelecer um conjunto de conceitos que visam oferecer subsídios para a reconstrução da totalidade dos fatos, compreendidos os limites sempre contemporâneos desta totalidade (ECO, 1993).

O estudo das cidades coloniais possui uma rica e ambígua relação com todos os fenômenos que lhes deram origem e influenciaram em seu desenvolvimento, suas transformações; todos os seus elementos morfológicos (LAMAS, 1993), tais como o sítio, a rua, o lote, os edifícios, o traçado, assim, como a própria matéria que constitui sua história, o tempo (considerando também as diferentes temporalidades), estão relacionados entre si, e a mudança em qualquer uma “[...] destas variáveis acarretaria alterações não só na leitura do todo, como na composição das partes” (ROSSA, 2002, p. 196).

Diferentes fatores influenciaram a tomada de decisões na fundação de povoados pelos portugueses em além-mar. A estratégia, o desígnio de cada empreitada, definiram não só seu investimento, o número de braços humanos para o trabalho de erigir uma nova cidade, bem como, as diferentes categorias de funcionários que garantiriam o funcionamento da vida urbana.

Estes **desígnios** é que interferiram diretamente nas decisões da Coroa Portuguesa em criar desde entrepostos, feitorias, povoados, vilas e cidades. Além disto, cada uma destas **estratégias** de domínio e posse do espaço enfrentava invariavelmente o problema da organização espacial, tendendo sempre a uma sofisticação maior, utilizando-se o instrumento do planejamento, *i.e.*, do projeto, para os centros de maior importância no contexto político-econômico e até militar.

A partir destas problematizações são possíveis várias objetivações, pois, partimos do entendimento que cada fundação urbana da Coroa Portuguesa no Ultramar foi um fenômeno que possuiu sua parcela de raridade, na medida, que exigiu esforços diferenciados de outras empreitadas, envolveu soluções que consideraram as características geográficas, uma população pré-existente, ou não, além, das dificuldades próprias de cada localidade.

Ainda que, ao longo dos séculos a Coroa Portuguesa tivesse investido nos instrumentos de urbanização, as práticas urbanísticas de cada época definiram configurações espaciais com características próprias, considerando, também, a presença de elementos compositivos da cidade e da arquitetura, estes também adaptáveis à realidade encontrada.

A história urbana portuguesa, segundo Teixeira (1999) é indissociável da história urbana brasileira. Segundo o autor, se por um lado as raízes do urbanismo brasileiro encontram-se em Portugal, pois, estão na tradição urbana portuguesa de natureza vernacular ou erudita as referências dos traçados urbanos brasileiros dos séculos XVI ao XVIII, houve, também, por outro lado, um desenvolvimento urbanístico português neste mesmo período, nos campos da prática e da teoria urbanística, que encontraram nas ilhas atlânticas da Madeira e do Açores e, muito particularmente no Brasil, um campo privilegiado de desenvolvimento e de experiência, que refletiu-se posteriormente em Portugal.

Desta forma, segundo o autor as experiências urbanísticas da Expansão foram como “[...] uma onda que percorre os séculos e o espaço, observam-se modelos urbanísticos que se formam em Portugal, se retomam sucessivamente nas Ilhas e no Brasil, se espriam e se reelaboram no Brasil e refluem novamente para Portugal” (TEIXEIRA, 1999, p.13).

### **3.5 O CONTEXTO FUNDACIONAL: AS CIDADES NO ATLÂNTICO, NA ÁFRICA, NA ÍNDIA E NO JAPÃO**

A colonização tem sido uma experiência comum na história da humanidade, como também, na história das cidades. Portugal, como vimos, não foi uma exceção, e na aventura ultramarina continuaram-se as experiências anteriores de fundar cidades, através do

processo da colonização. Em alguns momentos foram utilizados traçados regulares, em outros não, mas, o importante, é ressaltar que foram aplicadas as referências culturais, **vernaculares** e **eruditas**, que se desenvolveram no território da Península Ibérica ao longo de mais de dez séculos.

O marco da expansão portuguesa, segundo a maioria dos historiadores, conforme já exposto, foi a conquista de Ceuta, uma praça conquistada com relativa facilidade por uma expedição organizada por D. João I, em 1415, prosseguindo com a ocupação das Ilhas Atlânticas e o reconhecimento da costa africana em busca de uma rota marítima que levasse a Etiópia.

A atuação da Coroa Portuguesa neste projeto, impulsionado por D. Henrique, seguiu na conquista de territórios ao norte da África com o objetivo de conquistar, e se fosse preciso, enfrentar hostilidades através de guerras. Assim, logo após a conquista de Ceuta, seguiu-se o desastre de Tânger, em 1437, com a derrota portuguesa. Seguiu-se a conquista de uma série de praças: Alcácer Ceguer, Arzila, Tânger, Azamor, Safim, Mazagão.

Como se sabe, os espaços que os portugueses povoaram nas Ilhas do Atlântico não estavam habitados, ao contrário do norte da África, onde havia uma população e uma organização social anterior a presença lusitana. Assim, nas Ilhas do Atlântico, a Coroa Portuguesa desenvolveu juntamente com a Ordem de Cristo e os povoadores, “[...] uma actividade nova, que foi a adaptação das leis, usos e costumes ancestrais do continente europeu aos novos espaços povoados” (CARITA, R.; CARITA, H., 2000, p.175). Sendo assim (p.175),

[...] os finais do Século XV e os inícios do XVI marcaram uma nova definição do espaço geográfico e do estado português, com conceitos modernos e científicos, associados a uma perfeita definição estratégica de metas econômicas e políticas a alcançar.

Logo, perante a um conjunto de novas situações a Coroa Portuguesa lançou mão das experiências anteriores e sistematizou com novas diretrizes a definição das morfologias urbanas no Ultramar. Estas experiências estiveram ancoradas no comércio e gerou, segundo Ribeiro (1994), dois grandes surtos urbanos (no reinado de D. Manuel -1495/1521- e, D. João V -1706/1750) onde se empregou boa parte dos recursos advindos do Oriente e, posteriormente do ouro no Brasil (p.148):

[...] principalmente as cidades marítimas abrem-se à ressonância de influências distantes: telhados de beirais revirados ao jeito oriental, cúpulas de igreja, jardins e quintais que se revestem duma flora exótica, mirantes por onde se vê o mar por cima do apinhado pitoresco de telhados e trapeiras, têm, em cidades portuguesas das ilhas atlânticas, da Índia, de África e do Brasil, uma réplica impressionante e reveladora: ela mostra como a expansão portuguesa se fez através de escalas e entrepostos, em pé em terra outro a bordo, e é o oceano que assegura, da América ao Oriente, a sua persistente unidade.

Entretanto, não houve na experiência urbanística portuguesa um **modelo**, pois, a instalação de feitorias, vilas e cidades se deram de formas variadas. Logo, devemos considerar que os núcleos urbanos, ou os entrepostos, fundados pelos lusitanos, conforme afirmamos, faziam parte de uma estratégia, ressaltando sempre, a partir do pressuposto teórico em que apoiamos nossa análise destes fenômenos urbanos, que confirme afirmou Portas (2000), antes de ser desenho a forma urbana era desígnio.

No que tange as primeiras experiências, as instalações em ambiente diverso do território português ocorreu de forma excessivamente variada, o que nos impede uma leitura global e sintética. Cabe-nos indicar as principais áreas de ocupação portuguesa, tendo em vista, que é difícil distinguir entre a instalação cujo objetivo era unicamente militar e aquela que, simultaneamente, tinha objetivo de criação de vila ou cidade, e muitos foram os casos de cidades que surgiram com o desenvolvimento de atividades em torno de implantações cuja destinação inicial era de controle militar de uma região.

Assim, também ocorreu, conforme afirmou Rossa (2002), a implantação de fortalezas onde houve somente entrepostos comerciais; e, por oposição, surgiram cidades onde a intenção sempre fora urbanizadora sem preocupações defensivas.

Os ibéricos, através da epopéia marítima, abriram todos os horizontes geográficos, com razões e procedimentos que os levaram: (a) **descoberta de arquipélagos**, iniciadas entre 1340 –1350, sendo que a descoberta, exploração e colonização das Canárias, Madeira e Açores iniciou-se entre 1340-1420; a partir de 1448-1460 às razões políticas e religiosas se sobrepuseram às razões econômicas, e logo, se deu a busca pela rota das especiarias; (b) ao **ponto de referência**; a **descoberta**. Tendo sido a descoberta das ilhas um falso acaso, em virtude do prolongamento rápido das navegações costeiras atlânticas, houve como consequência direta um aumento das navegações rápida de cabotagem em alto mar, ganhando-se liberdade para viajar mais longe e se distanciar das costas: “[...] o ponto de referência precedeu, pois, a descoberta: o início da exploração” (CHAUNU, 1978, p. 84); o ponto de referência, o acaso lógico, e o início das explorações coincidiu com o dinamismo dos interesses econômicos, cuja base foi a cultura do açúcar: “[...] eis o ciclo essencialmente açucareiros das ilhas. Em suma, podemos encontrar, em primeiro plano, com as oportunidades providas das técnicas novas do mar, o móbil econômico, terrestre e comercial” (p. 84).

O processo de conquista dos mares, também levou, (c) ao Magreb. Tendo sido Ceuta (1415) o ponto inicial de partida, não se deve desconsiderar o importante papel do Magreb e, sobretudo, o comércio que se estabeleceu entre esta região e a Espanha, principalmente, com a Coroa Portuguesa. Portugal, no século XIV, era dependente do trigo do Marrocos, mas, foi o ouro que impeliu os lusitanos para os portos do Magreb, *i.e.*, o ouro

do Sudão. (d) ao ouro africano. Antes da América foi a África Ocidental o principal produtor do metal no mundo, tendo sido sua exploração comprometida pelo tráfico logo no início da Reconquista em Portugal. A produção anual, à época, chegava a mais de quatro toneladas por ano e, no século XV, os lusitanos no auge de seus empreendimentos retiraram pouco menos de uma tonelada, de 700 a 800 Kg, quantidade expressiva para a economia lusitana (CHAUNU, 1978).

Assim, não só os **motivos missionários** – as cruzadas contra os muçulmanos - visando a expansão da fé cristã, mas, os objetivos mais pragmáticos, estratégicos e econômicos, constituíram as principais forças motrizes que deram impulso ao projeto dos Descobrimientos e da Expansão a partir do século XV. Ao longo dos séculos que se seguiram, a Coroa Portuguesa estabeleceu e manteve um império marítimo assegurando um monopólio de navegação e comércio ao longo da costa do Atlântico, do Índico e, da costa ocidental do Pacífico. O domínio e a expansão deste império foi legitimado por (TEIXEIRA, 1999, p. 47):

Três bulas papais, de 1452, 1455 e 1456 [que] **confirmaram sucessivamente** o domínio de Portugal sobre as terras descobertas e legitimaram aquele monopólio. Através da bula de 13 de Março de 1456 é concedida a **ordem de Cristo**, de quem o Infante Dom Henrique era Administrador, a **jurisdição espiritual** sobre todas as terras descobertas e conquistadas pelos portugueses.(grifo nosso)

A relação entre a Igreja Católica Romana e a Coroa Portuguesa foi tão profícua aos interesses geopolíticos e econômicos da empreitada colonial que segundo Boxer (1978 p.45):

A série de bulas papais **autorizando e encorajando** a expansão portuguesa, promulgadas a pedido dessa Coroa entre 1452 e 1556, deu aos portugueses uma vasta latitude no que se refere à subjugação e escravização de quaisquer povos pagãos que encontrassem, se estes fossem 'inimigos do nome de Cristo'. Os portugueses aproveitaram as vantagens destas bulas e, em 1460, tinham já desenvolvido um **florescente comércio de escravos na África Ocidental**. (grifo nosso)

O encontro das sociedades européias com os povos americanos provocou debates que foram logo subjugados pelo saber teológico. A *Bula Romanus Pontifex* de 1454 e, a *Bula Inter Cetera* de 1493, sacralizaram a possessão européia sobre os territórios recém descobertos, bem como, legitimaram a escravização dos povos nativos, tendo em Roma, no poderio do Vaticano ainda em construção, a capital do Mundo Católico (BOXER, 1978).

O movimento da expansão pelos mares garantiu a ocupação em vários pontos, desde as ilhas atlânticas, as costas da África, posteriormente, o Brasil e, o Médio e Extremo Oriente, dando origem a um conjunto de implantações: feitorias, fortes e núcleos urbanos.

Nosso objetivo é destacar no contexto da Expansão as experiências fundacionais que se caracterizaram por ações planejadas da Coroa Portuguesa gerando assim traçados urbanos que já demonstravam uma mudança nos instrumentos urbanísticos. Neste sentido, serão abordados, no próximo item, os casos paradigmáticos, que são referência do urbanismo no século XV e XVI.

Os primeiros núcleos urbanos, ainda no século XV, foram fundados pelos portugueses nas ilhas da Madeira, em 1422; nas Canárias, em 1424; nos Açores, em 1439; Cabo Verde, em 1462; e, finalmente São Tomé, em 1485; onde, inicialmente, na primeira fase de ocupação, a responsabilidade era dos próprios colonos e tratava-se de simples estrutura que se adaptavam às condições geográficas existentes. Somente numa fase posterior se contava com a presença de **arruadores**, que tendiam a utilizar as referências adotadas nas cidades medievais planejadas em Portugal nos séculos XIII e XIV, conforme demonstrado no item anterior, onde foram implantados, em sua maioria, traçados geométricos. Exemplos deste tipo de conformação urbana que apresentaram características morfológicas bem semelhantes são as cidades insulares do Funchal, na ilha da Madeira, construída em meados do século XV; Ponta Delgada, na ilha de São Miguel; e, a Vila da Praia, na ilha Terceira; as duas últimas situadas nos Açores e construídas a partir de finais do século XV.

Entretanto, as cidades da Horta, na ilha do Faial e, a cidade de Angra, na ilha Terceira, apresentaram as mesmas características topográficas, que acabaram por lhes condicionar as mesmas características morfológicas, *i.e.*, os “[...] locais selecionados para sua fundação” (TEIXEIRA, 1999, p. 48), ou seja, os sítios que foram escolhidos para a implantação dos núcleos urbanos apresentam características muito semelhantes, a saber, “[...] amplas baías abrigadas viradas a sul, com ótimas condições de porto natural, sendo estas baías protegidas nos extremos por morros, promontórios ou ilhas que asseguravam a fácil defesa da entrada do porto e da cidade” (p.48), aspecto semelhante que se verificou mais tarde na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, onde o morro do Castelo e o morro de São Bento, e mesmo numa escala maior, o morro Cara de Cão, a ilha de Villegaignon e a ilha das Cobras, cumpriram as mesmas funções prescritas nas cidades insulares.

No que tange a África, ao sul do Saara, antes da presença dos portugueses, existiram, por volta de 1450-1500, sistemas técnicos culturais que possibilitaram o surgimento de centros urbanos e, mesmo, de cidades, em vários pontos, tratando-se de centros de comércio que juntavam a função de capital política à de refúgio nos tempos de guerra. Os centros swahili, situados na costa oriental, possuíam uma estrutura urbana mais organizada, e durante os séculos XV e XVI, os centros entre Kilwa (Quíloa) e Mogadiscio, com Mombaça e Kilwa, foram os centros de influência política com os quais

os portugueses entraram em contato. Na verdade, o que a Coroa Portuguesa priorizou entre os séculos XVI e XVII na África Oriental foi uma fronteira militar<sup>111</sup> para fins de trocas comerciais e o controle administrativo local, sem, no entanto, até o período de 1762-1764, ter-se dado a transferência de instituições de municipalismo formal lusitana. Tal fato, entretanto, não ocorreu com as instituições sócio-religiosas, tal como, a irmandade da Misericórdia, transferida no século XVI para a região. Esta ausência de instituições de municipalismo formal distinguiu-se da ocupação da periferia indo-portuguesa da África Oriental de colonização lusitana; na costa ocidental da África (ilhas de Cabo Verde, São Tomé e continente da Guiné, e em Angola), além do Brasil, e parte da Índia, nos séculos XVI e XVII. (LIESEGANG, 2001).

Através de uma síntese, Janeiro e Fernandes (2001), apresentaram em sua pesquisa cidades de matrizes portuguesas no ultramar, sendo que, nas ilhas, do Atlântico a África, desenvolveram-se um sistema urbano que se consolidou, com ênfase nos Açores e na Madeira, ao longo do século XV ao XVIII. Entretanto, foi abandonada a antiga capital da Ribeira Grande (século XVI) pela nova instalação da Praia (século XVIII), em Santiago. No contexto dos três arquipélagos, o conjunto das formações urbanas<sup>112</sup> eram prioritariamente litorâneas, e “[...] as principais situavam-se nos quadrantes meridionais das suas 21 ilhas” (p. 842), como nos casos “[...] de Ponta Delgada, de Angra e da Horta, nos Açores, do Funchal, na Madeira, e viria a ser o da Praia e do Mindelo, em Cabo Verde” (p.842). No Cabo Verde, as duas cidades mais significativas teriam sido a Praia (do século XVIII), que veio substituir a quinhentista Ribeira Grande de Santiago: “[...] espaços certamente fundacional, onde estão indicadas a câmara, a casa do governador e a igreja” (p. 843); e a capital Mindelo, esta do século XIX. Na atual Guiné-Bissau e no seu entorno existiram inúmeras possessões lusas, “[...] da Goréa e Casamansa, no Senegal e Gâmbia, às costas do Marfim e do Ouro, ao Golfo da Guiné com suas ilhas” (p.845), com destaque para

---

<sup>111</sup> As mais antigas fortalezas portuguesas na África Oriental são, segundo Liesegang (2001), as de Kiwa (Qíloa), a de Sofala (1505), já destruída; em 1507, surgiu a primeira feitoria e fortificação da Ilha de Moçambique, a Torre de São Gabriel; posteriormente, na primeira metade do século XVI, construí-se algumas casas-fortes em Zanzibar e no arquipélago de Lamu e Malindi, e entre 1445 e 1555 uma fortaleza foi erguida na ponta da ilha de Moçambique. Já no final do Século XVI foram construídas, provavelmente, uma torre na ilha do Ibo e outra em Querimba, além, de fortificações em Sena, Tete e, possivelmente, em Luabo e Quelimane, como, também, o início de uma fortificação em Moçamba e São Sebastião. No Século XVII, duas grandes fortalezas em Moçambique e Moçamba foram concluídas. Entretanto, cabe ressaltar, que os comerciantes, neste mesmo século, geralmente construíam com adobes os redutos fortificados no interior da África, com a finalidade de servirem ao comércio, e a partir de então, foram denominadas de feiras. No que tange a iconografia, somente a partir de 1754 aparecem os primeiros mapas desenhados com rigor, elaborados pelos engenheiros militares, realçando os aspectos que mais interessava, relativos a defesa, e em menor destaque o que menos interessavam.

<sup>112</sup> Janeiro e Fernandes (2001), afirmam que a arquitetura das cidades mais antigas possuía feição original e particular em virtude do uso da pedra vulcânica somadas as características específicas da insalubridade e, definiu-se, assim, ao longo da Idade Moderna o quadro de um classicismo chão associado com um sentido vernacular e ruralista.

Cacheu, porto fundado em 1588, tornando-se vila em 1605; a vila de São José de Bissau<sup>113</sup> (1766), capital da Guiné portuguesa, que surgiu em substituição a antiga capital, Bolama (século XVI).

A política de expansão teve suas particularidades e, ao longo da segunda metade do século XVI, foram adotadas algumas estratégias específicas. Enquanto no Norte da África os objetivos eram quase que exclusivamente políticos, religiosos e militares, forçando a Coroa Portuguesa assumir diretamente a empresa, no Oriente, mas precisamente na costa oriental do Hindustão, a ocupação efetiva não se justificou, em virtude da relação entre as expectativas de lucros comerciais e receitas fiscais geradas, o que gerou uma política de exploração, representação e administração a não funcionários, sendo instituído a implantação de feitorias, instrumento que já havia sido utilizado nas costas africanas. Neste contexto, a Coroa Portuguesa dividiu, mais uma vez, os esforços de exploração e colonização, com a iniciativa privada, “[...] controlando o centro de um mercado que teve de ser aberto pela força” (ROSSA, 2002, p.14), sendo que, na periferia de Ceilão, com exceção de São Tomé de Meliapor, Negapatão ou Malaca, a iniciativa individual foi a dominante, por vezes conflitantes com a Coroa que persistia com suas iniciativas nas feitorias.

Entretanto, Azevedo (1998), advertiu que no Oriente a Coroa Portuguesa dirigiu todo esforço de conquista e colonização, sendo que, chegar à Índia foi um objetivo nacional a partir de 1474, tendo D. João II (1481-1495), herdeiro do trono, atuado como o comandante da empresa das navegações. Em 1488, Bartolomeu Dias cruzou o Cabo da Boa Esperança, descobrindo a rota marítima para Índia, que garantiu a Coroa Portuguesa o monopólio sobre a rota para o Oriente, que foi fundamentado no Tratado de Alcázovas, que dividiu o Atlântico em duas partes: acima do paralelo das Canárias para os castelhanos, abaixo para os portugueses. Mas durante dez anos (1500-1510), os portugueses agiram praticamente a bordo, pois, houve resistência e hostilidade nas relações com os mouros levando, então, a Coroa Portuguesa a criar uma rede de fortificações, feitorias e cidades fortes para garantir o sucesso da empresa comercial.

A **variedade**, defende Rossa (1997), mas que a **variabilidade** dos sistemas administrativos “[...] é um dos factos cuja consciência se revela essencial para a contextualização de qualquer dos aspectos da Expansão” (p.14), visto que, para um reino de baixa densidade demográfica e com um aparelho de Estado que, com muito esforço se modernizava e fortalecia, “[...] não era possível pensar numa só modalidade de administração dos novos territórios, menos ainda de estrutura centralizada e de **modelo uniforme**” (p.15) (grifo nosso). Assim, para além desta questão fulcral, cabe indagar a

---

<sup>113</sup> Segundo Janeiro e Fernandes (2001), Bissau foi projetada e dirigida pelo engenheiro civil e militar Januário Correia e Almeida, sendo que, em 1919, foi elaborado um plano em retícula pelo engenheiro José Guedes Quinhones, diferenciando-se da antiga capital, Bolama, situada numa ilha vizinha, e que se tratava de uma povoação do Século XVII, com retícula irregular.

semântica da palavra **território** quando usada no âmbito da Expansão, pois, com exceção das ilhas atlânticas e dos territórios de Goa, Baçaim e Damão, os únicos dotados com subdivisões administrativas territoriais, as **tanadarias**, que “[...] eram pontos fortificados, espalhados pelas margens do Atlântico e do Índico, estes sim [era o] [...] império virtual. Era para eles que abriam as principais portas de qualquer cidade ou fortaleza, era por ali que nos momentos difíceis chegava ajuda e podia se bater em retirada” (p.16). As **fortalezas**, além de se integrar na rede que garantiu a hegemonia dos mares pelos portugueses, controlavam militarmente um território, garantindo a suserania e por vezes a soberania lusitana. Entretanto, “[...] na realidade o sistema estava montado para defender as comunicações e não para conquistar o interior, tratando-se por isso de uma **rede** e não de um **território**, facto reforçado pela **heterogeneidade** de um sistema de poder e alianças” (p.16) (grifo nosso), o que nos leva a concluir que “[...] aos portugueses interessava o comércio, não a produção, os portos, não o território que serviam, e isso tinha uma tradução óbvia em termos de um eventual processo de formação de uma **rede** urbana própria” (p. 16), culminando, no já citado lento processo onde feitorias fortificadas se transformavam em povoações ou vilas, e estas num espaço de tempo, em cidades, geralmente, num prazo maior, e em menor número de casos.

Adotando um plano ambicioso para conquistar o Oriente, a Coroa Portuguesa envia Afonso de Albuquerque (1508-1551) e submete Ormuz, porta do Golfo Pérsico, e acesso privilegiado para os mares da China, conquistando Goa, para controle do oceano Índico e excelente local para a entrada da Índia. Fundaram-se, assim, uma rede de cidades, na maioria dos casos reestruturadas como no caso da Reconquista, a saber Cochim, Chaul<sup>114</sup>, Craganor, Goa, Diu e Mangalor. No Ceilão, pode-se citar Colombo (1517), Jafanapatão (1560) e Negapatão; e, a na atual Indonésia, Amboyno. Mas a **regularidade dos traçados urbanos** atingiu seu ponto máximo no Oriente nas cidades fundadas, criadas *ex-novo*, tais como, **Baçaim** (1536) e **Damão**<sup>115</sup> (1559) (AZEVEDO, 1998), “[...] único caso de criação de cidade simultânea à muralha” (ROSSA, 2002, p.29).

O traçado regular português foi também levado ao Japão, na fundação de Nagasaki em 1567, pelos jesuítas, adotando a tradição lusa de localização de cidades: “[...] fundada sobre uma colina, à margem de uma baía, desenvolveu-se segundo um plano de ruas paralelas cortadas por transversais, embora não muito rígido” (AZEVEDO, 1998, p.54). A cidade ficou sob o poder dos jesuítas somente por 20 anos, no entanto, até meados do século XVII, período da expulsão da ordem religiosa no Japão (1614), manteve-se a

<sup>114</sup> Segundo Rossa (2002), houveram a Chaul de baixo e a Chaul de cima, sendo, a primeira fundada pelos portugueses (autorização obtida em 1516) e, a segunda pelos muçulmanos.

<sup>115</sup> Damão, segundo Rossa (2002), são duas cidades, Damão Grande e Damão Pequeno, esta preexistente, maior e mais populosa que a primeira, fundada pelos portugueses.

configuração espacial inicial que pode ser atestada através de uma planta da cidade de 1637.

Entretanto, em recente estudo, Rossa (1997), problematizou que só se pode afirmar em termos urbanísticos, *i.e.*, que só se devem considerar cidades indo-portuguesas da Expansão, no Hindustão Ocidental, os seguintes núcleos urbanos a saber: Cochim, Goa (FIGURA 3), Chaul (FIGURA 4), Baçaim (FIGURA 5), Diu (FIGURA 6) e, Damão (FIGURA 7), considerando sua situação administrativa em território estranho, e por se tratarem de investidas da Coroa Portuguesa.

Para o entendimento das experiências e estratégias adotadas pela Coroa Portuguesa é necessário, portanto, no contexto da lógica dos empreendimentos, ordenar os fatos e os projetar em dois planos, conforme já afirmamos, o do espaço em que se distribuem, o do tempo em que se encadeiam mutuamente (GUEDEZ, 1977). As feitorias, povoações e cidades fundadas ou reestruturadas pelos portugueses, nas diversas fases da Expansão, que foram expostas até aqui, se tornaram possíveis e viáveis de acordo com as possibilidades existentes, no nível geo-político, econômico e social. Cabe ressaltar, que na maioria das vezes, foram utilizadas práticas semelhantes, que refletiam uma mesma conduta, os mesmos princípios norteadores da política de exploração territorial. Neste contexto, visava-se, prioritariamente, incrementar, para além das dificuldades de relações com uma população preexistente e, na impossibilidade de implantação de uma estrutura administrativa, fixar moradores, converter almas, intervir no sítio, entre outros aspectos, viabilizar as operações que aumentariam as somas do sistema econômico dominante, o Mercantilismo<sup>116</sup>.

Toda a **mentalidade** do período abordado, século XV-XVII, refletiu os diferentes tipos de condutas e, no caso da prática urbanística da Coroa Portuguesa em seu império territorial, defendemos que havendo uma conduta, tem-se necessariamente, a mentalidade correspondente; essas duas coisas estão ligadas e compõem a prática (VEYNE, 1982, 1992), ou seja, foi adotada a mesma perspectiva da pesquisa de mestrado (SOUZA, 2000a), *i. e.*, entender a lógica dos traçados urbanos coloniais da expansão e do Brasil, onde a relatividade e a variedade das soluções e escolhas permitiram uma maior flexibilidade nos desenhos dos núcleos urbanos em virtude das particularidades de cada lugar. Esta perspectiva teórica caracteriza, portanto, a existência de um conjunto de práticas adotadas

---

<sup>116</sup> A política econômica que se desenvolveu e predominou na Europa, entre os Descobrimientos Marítimos e a Revolução Industrial, foi o Mercantilismo, no qual os estados europeus unificados social e politicamente, objetivaram o desenvolvimento nacional através de condições de lucratividade nas relações comerciais (NOVAIS, 1995). Segundo Novais, nos Tempos Modernos, a colonização se processa seguindo um sistema específico de relações, assumindo assim a forma mercantilista de colonização. Sendo assim, afirma o autor, foi o sistema colonial do mercantilismo que deu sentido a colonização europeia no período histórico que se estende dos Descobrimientos Marítimos até a Revolução Industrial.

nas experiências urbanísticas, que foram fruto de um longo período de experiências fundacionais e de intervenções nos espaços urbanos, na Metrópole e em Além-Mar.

As principais medidas que foram adotadas para ordenar espaços urbanos no contexto da Expansão, estes que são paradigmáticos para exemplificar o conjunto das práticas que eram utilizadas, serão expostos no próximo item.



FIGURA 3 – Planta de Goa (TEIXEIRA, 2000).



FIGURA 4 – Planta de Chaul (TEIXEIRA, 2000).

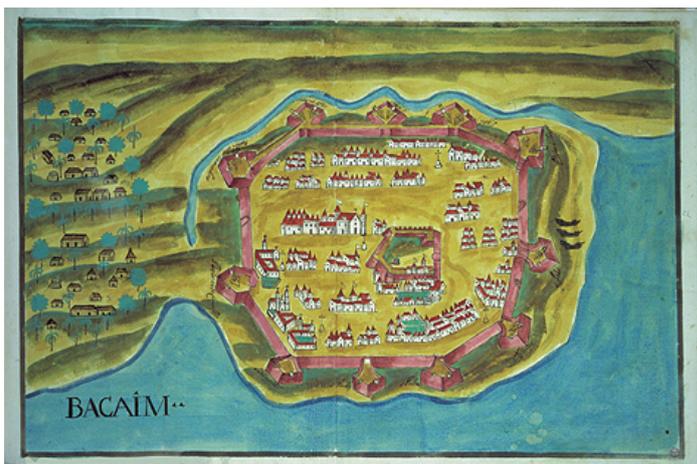


FIGURA 5 – Planta de Baçaim (SILVEIRA, 1956).

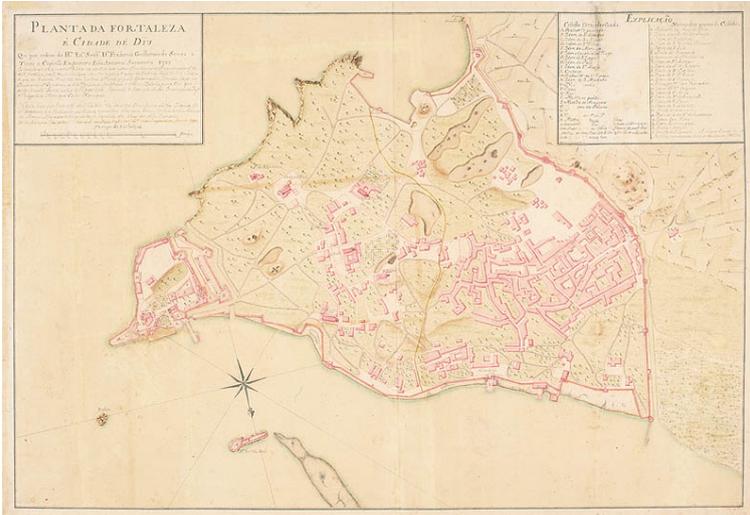


FIGURA 6 – Planta de Diu (TEIXEIRA, 2000).

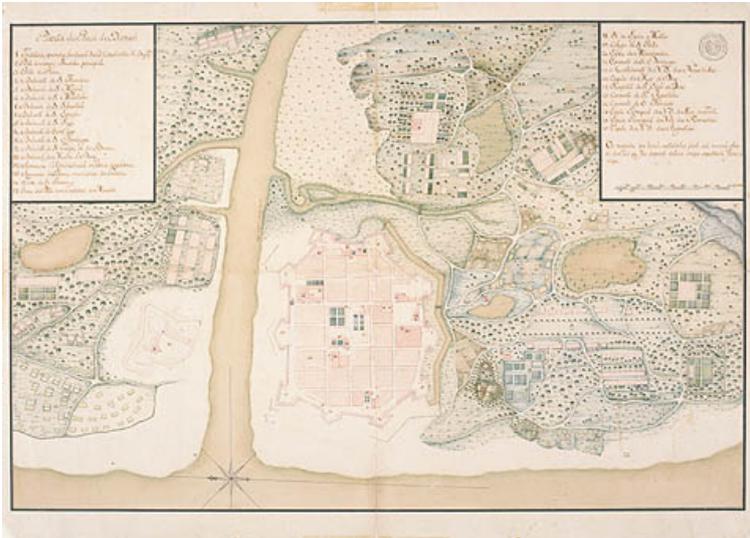


FIGURA 7 – Planta de Damão (TEIXEIRA, 2000).

### 3.6 CONTEXTO URBANÍSTICO DA EXPANSÃO: EXPERIÊNCIAS PARADIGMÁTICAS NAS ILHAS ATLÂNTICAS, NA ÁFRICA E NO ORIENTE

No contexto da Expansão, algumas experiências fundacionais se caracterizaram por apresentarem traçados urbanos que representavam uma mudança nos instrumentos urbanísticos portugueses. Sendo assim, serão apresentadas as principais características morfológicas de determinados núcleos urbanos, no contexto urbanístico; cidades que apresentam características singulares e que são referência do urbanismo no século XV e XVI, que são de interesse para análise da Vila da Vitória.

Conforme foi demonstrado, os primeiros núcleos urbanos fundados pelos portugueses, ainda no século XV, nas ilhas atlânticas, somaram esforços dos colonizadores, e posteriormente, de uma intervenção planejada (arruadores). Estas iniciativas tenderam a conformar morfologias urbanas que apresentavam traçados geométricos. O exemplo deste tipo de conformação urbana de cidade insular atlântica que apresentaremos é a de **Funchal**, na ilha da Madeira, construída em meados do século XV. Na África, a Coroa Portuguesa dando continuidade ao projeto de conquistas territoriais, fundou **Mazagão**, nosso segundo exemplo. Do plano ambicioso para conquistar o Oriente, a Coroa Portuguesa fundou, conforme expomos, rede de cidades, das quais destacamos, **Chaul** (a de baixo).

O período do reinado de D. Manoel I (1495-1521) se caracterizou por uma nova definição do espaço geográfico e do estado português. Neste empreendimento a Coroa Portuguesa utilizou novos conceitos científicos, associados a uma estratégia de metas econômicas e jurídicas, com o objetivo de viabilizar sua nova escala de empreendimentos, onde as cidades desempenhavam funções importantes.

Neste sentido, vale ressaltar que os novos conceitos científicos utilizados pela Coroa Portuguesa, na conformação dos núcleos urbanos tiveram, segundo Teixeira (1996, Vol. I, p.572), “[...] influência determinante no desenvolvimento de formas, de estruturas e de princípios urbanísticos que passaram a **fazer parte da tradição urbana de outras culturas**” (grifo nosso).

É, portanto, neste sentido que Funchal, Mazagão e Chaul são importantes exemplos para o entendimento e análise das referências urbanísticas, das formas espaciais e dos agentes modeladores, que no processo de compreensão da história urbana do Império Português, vieram a ser paradigmas da tradição urbana que se constituiu. Algumas referências da tradição urbana lusitana, bem como, das inovações aplicadas nas novas possessões neste período, tornaram-se importante para o conjunto de novas fundações de vilas e cidades no século XVI na América Portuguesa, sendo que, no caso da Vila da Vitória, algumas destas referências puderam ser encontradas a partir da análise destes importantes exemplos ora citados.

### 3.6.1 A experiência de Funchal – ilha da Madeira

A experiência urbanística da ilha da Madeira iniciou-se em 1420, especificamente na capitania do **Funchal**, e teve como marco decisivo a intervenção de D. Manoel I (1495-1521) (CARITA, 1998). A proposta previu a formação de um núcleo intermediário, localizado entre os dois núcleos de povoamento anteriores, implantados em sítios diferentes, um com função comercial e outro que abrigava a residência do donatário e familiares. A intervenção de D. Manoel I se caracterizou pela constituição de um espaço político administrativo onde estavam sediados os principais edifícios da administração reinol, da **Igreja Católica**, tendo como elemento articulador uma praça com o pelourinho.

A experiência de **Funchal**, segundo a tese defendida por Carita (1998), testemunha a filiação das vilas e cidades das colônias ao urbanismo quinhentista, incluindo também neste contexto aquelas que eram remodeladas ou fundadas em Portugal, sendo sua principal referência as diretrizes manoelinas.

Um dos principais condicionantes para as novas fundações e para o início de um povoamento no século XVI era a escolha de um sítio. Tal escolha implicava em atender três exigências: (1) a existência de baía ou enseada para a função portuária e em situação tal que garantisse a defesa local; (2) a existência de água potável para abastecimento da população e embarcações; e, (3) a proximidade de terrenos próximos para cultivo (CARITA, 1998).

Com o objetivo de problematizar o urbanismo quinhentista, Carita (1998), apresentou os principais elementos das formas urbanas lusitanas deste período, que possuíam as seguintes características:

As novas urbanizações desenvolvem-se quase sempre sobre uma zona ribeirinha, onde se localiza a praia de embarque e desembarque, com a sua alfândega e quase sempre protegida por uma fortaleza, geralmente residência do capitão. Em zona mais recolhida e protegida situam-se os principais órgãos de governo: a câmara, geralmente articulada com uma praça, onde se levanta o pelourinho ou picota, e para onde dão as fachadas da igreja matriz e do hospital da Misericórdia. Estes traçados complicam-se ao longo do século com o **levantamento de capelas**, depois sedes das novas freguesias, **a montagem dos conventos**, as residências/oficinas dos mestres de ofícios, dos comerciantes, etc.

No que tange a questão do desenho da trama urbana o autor (CARITA,1998), ressaltou:

[...] os portugueses utilizaram como métrica o **triângulo/rectângulo**, logo uma métrica muito mais **flexível**, dando **quarteirões rectangulares**, servidos por uma rua principal, estruturante e ruas travessas, com a primeira muitas vezes articulada com uma '**rua direita**' e uma '**rua carreira**', para desenrolar os cavalos. (grifo nosso).

Teixeira (1996), também ressaltou a importância da intervenção no **Funchal**, onde a Coroa Portuguesa teria aplicado os emergentes princípios do urbanismo renascentista<sup>117</sup>, concomitantemente com aqueles do urbanismo medieval, onde os novos elementos da morfologia compuseram, pela primeira vez, a “[...] estratégia de estruturação urbana que o rei D. Manoel I irá aplicar as outras cidades portuguesas, quer em Portugal, quer nos seus territórios ultramarinos” (p.572).

Os modelos que estiveram na gênese das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa foram abordados por vários autores que a elas se referiram como sendo **fruto da influência da cidade medieval** e da **renascentista portuguesa** do continente. Através da análise da evolução do traçado urbano e de alguns elementos destas morfologias, *i.e.*, do tecido urbano (estrutura de quarteirões, ruas e largos, implantação de edifícios de grande significado e pontos defensivos), segundo Madeira (2001, p.250), apreende-se um conjunto de traços comuns a três cidades insulares, **Funchal** (FIGURA 8), Angra do Heroísmo (FIGURA 9) e Ribeira Grande (FIGURA 10). Estas experiências demonstram como se deu a evolução da estrutura urbana: nas três cidades a malha urbana é estruturada a partir de uma rua principal que une dois núcleos urbanos, sendo, portanto, este elemento gerador e estruturador da morfologia urbana (MADEIRA, 2001, p.250-251).

Na cidade de Funchal, destacou-se sua origem em dois núcleos urbanos: (1) no “[...] núcleo primitivo de Santa Maria do Calhau (onde se ergue a igreja de Santa Maria)”, e (2) “em Santa Catarina onde o capitão mandou erguer a sua casa” (MADEIRA, 2001, p.251). O primeiro núcleo foi definido pela implantação “[...] de uma **igreja** e de um largo que lhe estava associado e de uma rua paralela ao mar - a Rua de Santa Maria” (p.251) (grifo nosso). A rua de Santa Maria, que era paralela ao mar, situava-se entre o largo da igreja (junto à Ribeira de Santa Luzia) e a zona onde existe o forte de S. Tiago.

A composição urbana de Funchal, segundo Madeira (2011, p.251-252), teria se desenvolvido a partir desta primeira estruturação:

---

<sup>117</sup> Conforme citamos em nossa anterior pesquisa de Mestrado (SOUZA, 2000a), a crescente racionalização do pensamento científico europeu, onde Portugal teve participação importante nos estudos de geometria, de cosmografia, da arte de fortificar e, também nos princípios urbanísticos, resultou numa maior adoção dos traçados regulares ao longo do século XVII, seja na implantação de novas cidades, seja na expansão daquelas existentes, num confronto do pensamento abstrato – o plano – com a experiência acumulada – a análise, a experiência da vivência do sítio. Este conjunto de saberes constituiu a formação acadêmica dos engenheiros militares portugueses (BUENO, 2001b, 1998c).

Para o lado poente da Ribeira de Santa Luzia e no seguimento da Rua de Santa Maria desenha-se, nesta fase de desenvolvimento, a Rua de Santa Catarina (posteriormente designada Rua dos Mercadores e depois Rua da Alfândega) ligando os dois pólos primitivos - de Santa Maria do Calhau e de Santa Catarina. A este tipo de desenvolvimento corresponde uma estrutura alongada no sentido da costa, percorrendo toda a zona junto ao mar.

Nas três cidades insulares supracitadas houve um elemento morfológico que estruturou a malha urbana: uma rua principal. A partir deste elemento morfológico novas ruas paralelas a esta primitiva foram surgindo e se implantaram cortando outras de menor dimensão, as travessas, verificando-se, como no caso das cidades medievais do continente, uma hierarquia definida pela rua/travessa que resultava num conjunto de quarteirões alongados de forma retangular. Esta foi uma das principais características da segunda fase de desenvolvimento urbano comum as três cidades insulares. No que tange ao desenvolvimento da estrutura urbana do Funchal, ressalta-se a abertura de uma nova rua paralela à costa, a rua de Santa Maria, designada Rua Nova de Santa Maria, que deu origem a “[...] um conjunto de pequenas ruas perpendiculares a estas, criando uma malha de quarteirões de planimetria rectangular alongados, paralelos ao mar” (2001, p.252), que corresponderam lotes estreitos e alongados no sentido da profundidade.

O desenvolvimento urbano das três cidades em estudo, segundo Madeira (2001) foi caracterizado, como nas cidades do continente, pela influência de dois tipos de situação (p.252):

[...] uma é marcada pela implantação de novos edifícios institucionais normalmente edifícios de **carácter religioso** (igrejas e conventos) e edifícios administrativos, afastados dos núcleos urbanos iniciais, outra é resultante da influência dos traçados urbanos regulares planeados, renascentistas, praticados no continente nos séculos XV e XVI. Esta prática, [...] chega a Portugal através da influência da teorização ligada à problemática da cidade ideal renascentista que se desenvolvia na altura no resto Europa. (grifo nosso)

Assim, verifica-se que mesmo sob a influência de novos princípios, estes fundamentados nas inovações científicas do Renascimento, a Coroa Portuguesa, não deixou de utilizar instrumentos para demarcar no espaço seu poder; além disto, através da aliança com a Igreja Católica, estabeleceu marcos fundamentais na estrutura urbana de Funchal. Este tipo de organização espacial demonstra que os lusitanos souberam aliar os interesses de afirmar no espaço os elementos de sua dominação, bem como, utilizaram-se das novas referências teóricas para modelar o espaço conforme seus interesses.

Tais características ficaram expressas no crescimento urbano de Funchal, pois, segundo Madeira (2001), este se orientou no sentido da zona designada de nossa Senhora da Conceição de Cima, onde junto a ela se construiu uma igreja. Para exata área se deu a transferência da casa do capitão, além da **criação da Sé**, da Câmara, Paço dos Tabeliães e

Alfândega Nova, que assumiram um papel importante no desenvolvimento da cidade. Posteriormente, a **localização de novas igrejas e conventos**, afastados da costa, definiram um tipo de crescimento diferente do anterior, como foi o caso das igrejas de São Francisco, N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Conceição, Corpo Santo e Santiago, onde, a malha urbana assumiu uma **estrutura inovadora** em relação à anteriormente referida: “[...] os lotes não se dispõem paralelamente ocupando a profundidade, tendo frente para uma rua e as traseiras para outra, mas estes dão para as quatro frentes dos quarteirões” (p.252). Esta configuração se situa na terceira fase de desenvolvimento urbano comum as três cidades insulares.

Dois elementos foram os grandes pólos extremos do caminho que lentamente estruturou o crescimento da cidade: as igrejas de Santa Catarina e Nossa Senhora do Calhau. No século XV, a igreja de Nossa Senhora de Cima exerceu função importante no desenvolvimento da malha urbana quando sobre ela se edificou o Convento de Santa Clara que agiu, também, como elemento morfológico polarizador. Função idêntica teve a igreja de São Francisco (1437) que fechava a cidade a ocidente. Cabe ressaltar, conforme exposto, que na estruturação da cidade de Funchal as sedes das igrejas tiveram um **papel preponderante**, pois, no primeiro núcleo (século XV), a leste, o elemento morfológico polarizador foi a Igreja de Nossa Senhora do Calhau ou de Santa Maria; e no segundo núcleo urbano (século XVI), à ocidente, seu desenvolvimento esteve centrado na Igreja Matriz. Cabe ressaltar, ainda, que o desenvolvimento da malha urbana quinhentista de Funchal se relacionou a dois aspectos fundamentais, sendo relevante a relação da igreja com o espaço urbano (TEIXEIRA, 1999, p. 53):

Por um lado, contrariamente à natureza dos espaços abertos da maioria das cidades portuguesas até então, a praça da Sé já não é apenas um **espaço residual** que resulta do encontro de várias ruas, ou um simples adro de igreja; pelo contrário é um **espaço urbano com características próprias**, deliberadamente construído como parte do **novo vocabulário urbano** que D. Manuel procurava instituir nas cidades portuguesas. (grifo nosso)

Além disto, em finais do século XVI (1578 em diante), houve outra expansão urbana em Funchal em decorrência da implantação da igreja dos jesuítas, levando o autor a concluir que “[...] no Funchal, os quarteirões que se desenvolveram desde a Sé até o convento dos Jesuítas correspondem a uma **fase posterior** de crescimento da cidade” (TEIXEIRA, 1999, p.54) (grifo nosso).

Portanto, no Funchal, além da implementação de novas diretrizes urbanísticas, cujo referencial foram as influências renascentistas, houve também, uma grande influência da Igreja Católica. A importância dos templos no tecido da cidade foi determinante na estruturação espacial. Logo, não só a Coroa Portuguesa, que procurou afirmar os novos

elementos do poder reinol nas terras de Além-Mar, mas, também, a Igreja Católica, foram importantes agentes modeladores da morfologia urbana de Funchal.



FIGURA 8 – Planta de Funchal (TEIXEIRA, 2000).

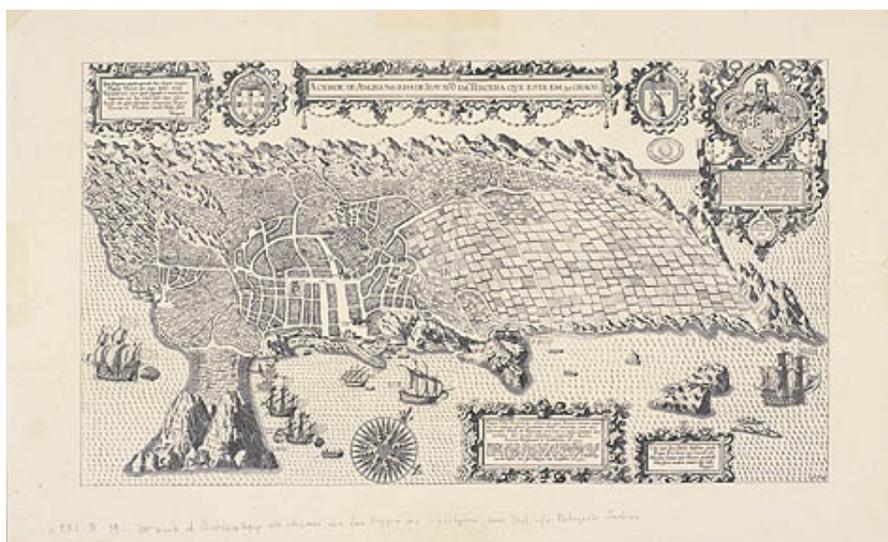


FIGURA 9 – Planta de Angra do Heroísmo (TEIXEIRA, 2000).

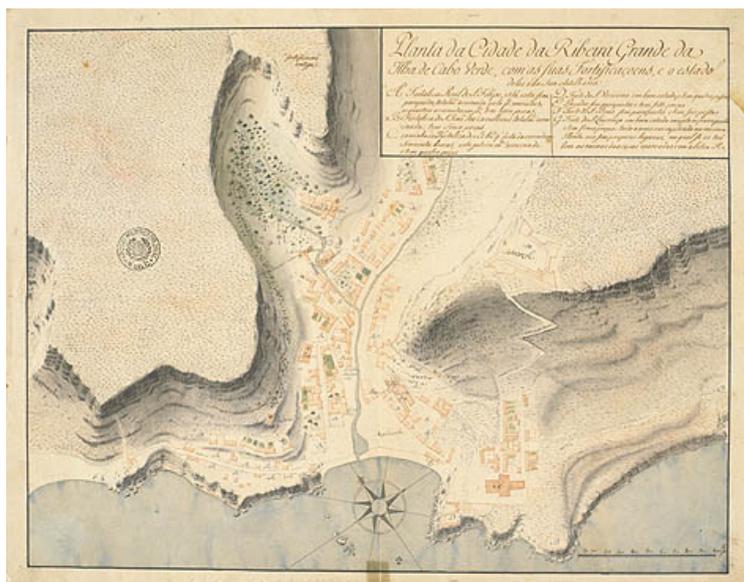


FIGURA 10 – Planta da Ribeira Grande (TEIXEIRA, 2000).

### 3.6.2 A experiência de Mazagão - África

A fundação de **Mazagão**, Na África do Norte, nosso segundo exemplo, é também uma importante fundação paradigmática do urbanismo português.

O caso de Mazagão nos remete a questão de se interrogar o **solo** a partir do qual determinadas coisas podem ser ditas, certos discursos podem aflorar, e outros, não, *i.e.*, corresponde ao *humus* que alimenta o modo de pensar de uma cultura numa determinada época (TERNES, 1995), e que, conforme já ressaltamos, vem a ser a identificação e descrição das *epistemes*; e, no nosso espectro temporal, a episteme clássica (séculos XVII-XVIII) (FOUCAULT, 1977). Neste recorte temporal, objetivamos verificar como os saberes da urbanística medieval vão cedendo, ou se mesclando, ou até, em determinados casos, perdendo **sentido**, e deixando-nos entrever novas racionalizações, *i.e.*, novas **maneiras de pensar** que tomaram seu lugar.

A fundação de Mazagão, no norte da África, situada num ponto estratégico da rota da Índia, atendia a objetivos políticos e econômicos da Coroa Portuguesa ao garantir o domínio de um dos pontos cruciais do comércio de mão-de-obra escrava, ouro e marfim.

O projeto de modernização da praça-forte de Mazagão, que foi fundada em 1514 e, posteriormente, foi remodelada (século XVI), segundo os princípios renascentistas, demonstra uma mudança nos princípios do urbanismo lusitano da Expansão, pois trata-se da “[...] única cidade fundada ex-novo pelos portugueses” (ROSSA, 1998, p.517) na região.

Segundo Rossa (2000, p.16), em meados dos quinhentos, os obstáculos enfrentados nos processos de conquistas e explorações em Além-mar, foram importantes elementos catalisadores da “[...] formulação de uma estratégia e da militarização do sistema”. Nesta estratégia se originou a comunhão de uma **práxis**, “[...] na qual o múnus da rotina era a adaptabilidade às conjunturas” (p.16), importante momento que a Coroa Portuguesa se abriu às influências formais da Europa: “[...] a arquitetura reformada e o urbanismo dos **tratados** (as cidades ideais) eram então observados em Portugal com uma interpretação/filtro próprio” (p.16) (grifo nosso).

Assim, a Coroa Portuguesa respondeu a este conjunto de inovações técnico-científicas com a formação de um corpo técnico especializado, uma **escola**, a Engenharia Militar moderna, encontrando espaço no ambiente que já apresentava sinais científicos evolutivos, como fora o caso das investigações técnico-científicas das navegações.

Logo, foi o que de essencial ocorreu, segundo Rossa (1998, p.516), no,

[...] célebre episódio da fortificação de **Mazagão** em 1541: o encontro dos até então principais mestres-pedreiros portugueses com um engenheiro militar [...]: o italiano Benedetto de Ravenna. A partir deste momento podemos dar como consumada a **fundação da escola**.(grifo nosso)

Assim, a morfologia urbana da cidade de Mazagão, condicionada pelas muralhas, exprimia [...] uma **conformação do traçado** de acordo com a **tradição urbanística portuguesa** e não com qualquer modelo estranho” (ROSSA,1998, p.516-517) (grifo nosso).

O fato de o projeto ter sido feito por um autor renascentista, Benedetto de Ravena, “[...] constitui um marco fundamental na procura de um rumo de mudança do conhecimento e dos métodos de concepção” (ROSSA, 1998, p.517), principalmente, nesta região, onde não houve uma política urbanizadora, ocorrendo somente a conquista de cidades, que depois de ocupadas tinham seus sistemas defensivos reestruturados. Mazagão, tornou-se, portanto, segundo Rossa (1998), a única cidade portuguesa com ruas largas e retas, nos três primeiros séculos de presença lusitana na África.

A introdução de novos princípios confirma, portanto, a existência de um programa modernizador iniciado por D. João III, tendo sido Mazagão, marco referencial da **ruptura** com o medievalismo e adoção dos princípios renascentistas no sistema defensivo lusitano, o exemplo mais próximo do **ideal renascentista** na África.

Com o alargamento dos espaços de intervenção que a expansão proporcionou aos portugueses, e em virtude das novas necessidades de garantir a posse e defesa dos territórios conquistados, as fortificações, ou quando não é ela mesma a cidade-fortaleza, se relacionavam com a malha urbana e com todos os edifícios públicos (Casa de Câmara, Pelourinho, O Paço, a Sé, os conventos, a Alfândega, etc), cujo objetivo era aplicar de

maneira mais direta os ideais do Renascimento, principalmente, aqueles que preconizaram a ligação da cidade com os edifícios que eram o símbolo do poder.

O engenheiro militar João de Castilho<sup>118</sup>, sucedendo Miguel de Arruda, foi responsável, em 1545, juntamente com João Ribeiro pelas obras de Mazagão. Estes dois profissionais atuaram não só como arquitetos, mas, também, como **fortificadores**, levando o regimento da obra com o projeto (o original) “[...] com elementos típicos de uma fortificação **‘moderna’** [...] a construção de um núcleo urbano no interior das muralhas com traçado basicamente regular” (VALLA, 1998, p.85-86,), e conforme ressaltamos, com “[...] os locais específicos para sediar os principais edifícios públicos e **religiosos**” (VALLA, 1999b, p.125) (grifo nosso).

A fortaleza se baseou no levantamento de muralhas, segundo um polígono regular com baluartes e com um traçado urbano reticular, “[...] onde na praça central se situava os principais edifícios como a **Igreja**, a Casa do Governador e a primeira fortaleza depois transformada em cisterna” (VALLA, 2000). Localizada num porto estratégico de abastecimento das naus na rota da Índia, Mazagão, esteve na posse da Coroa Portuguesa até ao século XVIII.

Assim, podemos constatar que Mazagão, mais do que Funchal, foi um espaço projetado sob os princípios teóricos do Renascimento, que apropriados pelo corpo técnico formado pela Coroa Portuguesa, deu origem aos engenheiros militares que passaram a atuar nos projetos, obras, e intervenções de remodelação de cidades coloniais lusitanas (FIGURA 11).

A organização dos elementos morfológicos que estruturaram o traçado de Mazagão (LAMAS, 1993) – lote, quarteirão, rua – seguiram mais que uma tendência regular. Foram projetados segundo um padrão racional, geométrico.

Observa-se, também, a implantação de edifícios e monumentos que consolidavam o poder reinol, tais como, a Casa de Câmara e Cadeia, a Casa do Governador, a Igreja Matriz, o Pelourinho, como fora no caso de Funchal.

Estes edifícios, conforme expomos, tornaram-se também em Mazagão, mas do que o rigor formal objetivado, elementos potencializadores das cidades coloniais lusitanas.

---

<sup>118</sup> João de Castilho projetou e acompanhou as obras de fortificação e de implantação do traçado em Mazagão, assim como, dirigiu a importante obra de arquitetura que foi a cisterna da fortaleza (VALLA, 1998).



FIGURA 11 – Planta de Mazagão (TEIXEIRA, 2000)

Nesta planta pode-se constatar a regularidade da praça-forte de Mazagão. As ruas possuíam uma regularidade que se expressava na organização final da morfologia urbana. A implantação junto ao mar seguia as exigências da escolha do sítio ideal para este tipo de implantação a que se destinava a cidade, *i.e.*, a defesa de uma parte do território conquistado pela Coroa Portuguesa na África.

### 3.6.3 A experiência de Chaul - Oriente

A cidade de **Chaul**, situada na Índia, foi implantada na foz de um rio cuja navegabilidade favorecia o fluxo de produtos de grande potencial comercial. Por outro lado, além desta função, possuía uma posição estratégica na orla marítima, a meio caminho das especiarias do Malabar e as riquezas de Cambai que ali eram permutadas. Por estas razões o imperativo militar era preponderante, além do que, as características geográficas permitiam o estabelecimento de um eficaz sistema defensivo. No interior da curva, na foz do rio, foi possível implantar a feitoria e a fortaleza; na outra margem, sobre o morro/istmo, que direcionava o rio a “[...] lançar-se no mar, na direção sudeste-noroeste” (ROSSA, 1997, p. 55). As características do sítio foram determinantes na “[...] instalação de um forte, pois, não só permitiria cruzar fogos como impediria que dali se alvejasse impunemente a feitoria” (p.55).

Seguindo, portando, a estratégia adotada no Oriente, a Coroa Portuguesa implantou Chaul como ponto de apoio às frotas de retorno do Oriente e também lhe atribui a função de

centro de trocas comerciais. No contexto geográfico, onde houve a decisão de se estabelecer uma rede de cidades fortes, Chaul foi uma das criações *ex-novo*, em meio a um conjunto de cidades que foram reestruturadas (FIGURA 12).

A fundação das cidades na Índia, portanto, fez parte de uma política de formação de núcleos urbanos e construção de fortes ao longo da costa da África e do Oriente, principalmente na Índia, onde as primeiras fortificações foram dirigidas por Tomás Fernandes, que foi nomeado Mestre das Obras d'El Rei, em 1506. As fortalezas de Diu (FIGURA 6), Cochim e Mengalor, foram desenhadas, neste primeiro momento, segundo os sistemas utilizados em Portugal, com torreões e baluartes redondos. Damão (FIGURA 7) e Baçaim<sup>119</sup> (FIGURA 5) (1589) são as primeiras cidades onde foram aplicados os **conceitos da tratadística renascentista**. Estes núcleos apresentaram malhas urbanas de traçado retilíneo, uma **praça** e uma tendo sido dirigidas pelo Engenheiro-Mór da Índia, Giovani Carati<sup>120</sup>, nomeado em 1583.

Segundo Valla (1999b), estes núcleos apresentaram malhas urbanas de traçado retilíneo. Nesses espaços houve um destaque para uma praça e uma **fortificação regular**. Estes princípios passaram a ser adotados em núcleos urbanos fundados posteriormente que apresentaram **malhas regulares**, tais como, São Tomé de Meliapor, **Chaul** e Cochim, esta última desenhada por Júlio Simão engenheiro-mor da Índia a partir de 1598.

Abordando o estudo de Mário Chicó, *A cidade idéia do Renascimento as cidades portuguesas na Índia*, Ribeiro (1994), afirmou que dentro do contexto urbano de Portugal foi mais difícil aplicar os novos princípios, mas que, no entanto (p.554):

[...] al fundar **ciudades regurales** em el Atlântico y em el Índico, se inspiraron no solo en su **tradición urbana**, sino en las **ciudades regulares do Renacimiento italiano**, con el cual como hemos visto tuvieron pocos contactos directos, pero que eran conocidos por los que delinearon la 'praças de África' referidas y las ciudades nuevas de la Índia.

<sup>119</sup> Damão e Baçaim, são de autoria de João Baptista Cairato (VALLA, 1999b).

<sup>120</sup> Segundo Valla (2000) Giovani Cairati reformulou outras fortalezas como Malaca, dada a sua importância como porto de ligação ao Extremo Oriente e desenhou o forte de Mombaça na Costa de Africa Oriental na forma dum polígono quadrangular regular com baluartes. Outras cidades começam a apresentar malhas mais regulares e com ruas mais largas entre as inúmeras cidades portuguesas que são fundadas ou reestruturadas. A localização das praças não eram geralmente central e foram, por vezes, variadas, cada uma com sua função, à imagem da tradição da cidade portuguesa.

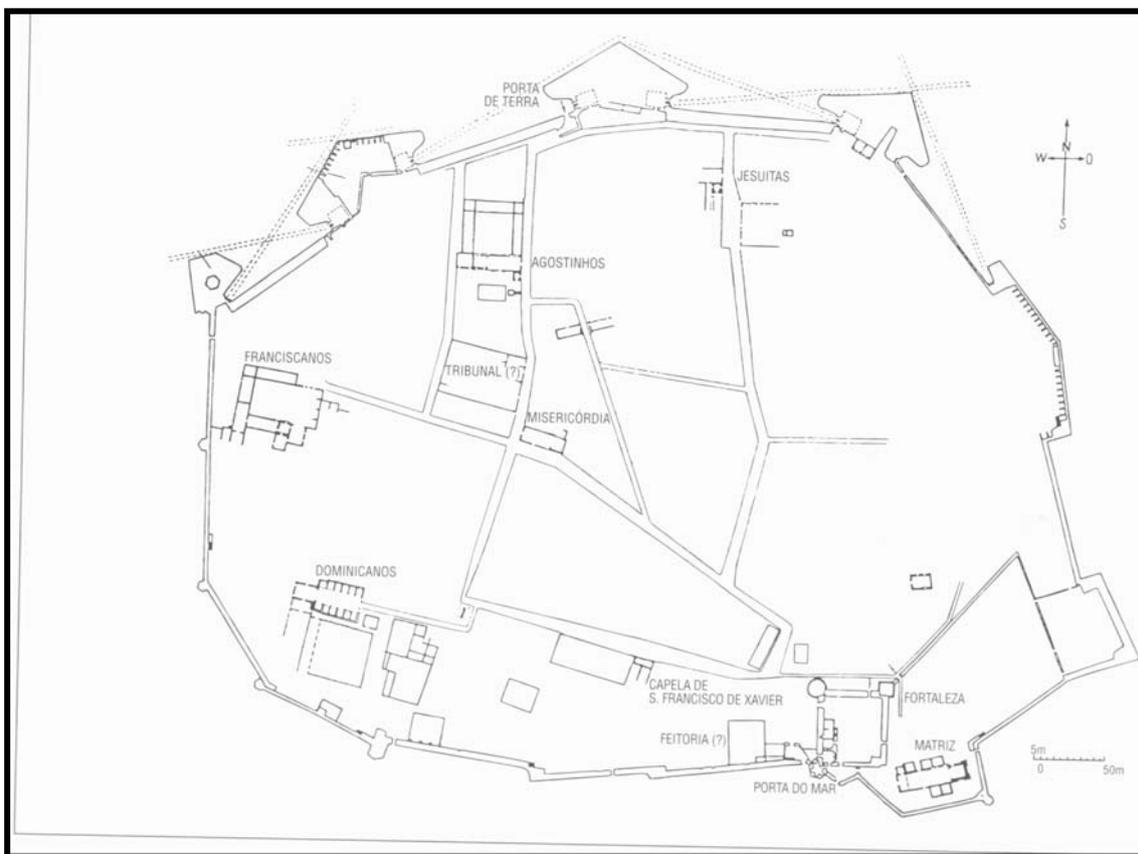


FIGURA 12 – Planta de Chaul (ROSSA, 1997).

Nesta planta pode-se observar a implantação dos templos das ordens religiosas no perímetro da fortaleza. A posição destes edifícios, bem como, daqueles destinados as funções públicas foram preponderantes na configuração espacial.

A implantação de Chaul sofreu uma série de fatores políticos, econômicos e militares. Em 1509, D. Francisco de Almeida arrasou Dabul, cidade implantada ao lado de Diu, e tornou Nizamaluco, o soberano de Chaul, que era aliado dos muçulmanos, vassalo do Rei de Portugal. Em 1416, a Coroa Portuguesa obteve autorização desta (ex) autoridade local para a instalação da feitoria e para o livre acesso ao porto. Ao redor da feitoria se desenvolveu uma urbe que talvez tenha tido uma cerca provisória, provavelmente de madeira. A fortaleza e o morro de frente a urbe, na margem oposta do rio, que, inicialmente, foi de posse dos indianos e, posteriormente, dos muçulmanos, em virtude da instável situação político-econômica do local, foram tomadas pelos portugueses num assalto em 1594. Com a queda do reino indiano de Vijayanagar, que era aliado dos muçulmanos contra a presença lusitana na região, Chaul sofreu um cerco em 1570, com constantes combates e

permanentes bombardeamentos, que deixaram-na quase arrasada, o que dificulta, ainda hoje, a decifração de sua estrutura urbana anterior<sup>121</sup> (ROSSA, 1997).

A fortaleza apresentava as seguintes características morfológicas, configurando-se como uma "[...] pequena roqueta de planta quadrada com cerca de 2500 metros quadrados com torreões em três dos cantos" (ROSSA, 1997, p.58), e sua implantação se deu "[...] no extremo sul-sudeste, junto a feitoria e à praia" (p.58). O **primeiro templo cristão**, a Matriz, a igreja de Nossa Senhora do Mar, foi erguida nos anos de 1530, e implantada no ângulo sudeste do forte. Devido a sucessivas intervenções tornou-se um edifício de inestimável valor arquitetônico, tendo inclusive, motivado o desaparecimento do quarto torreão do forte. Simultânea à fundação da Matriz, deu-se a instalação dos franciscanos, e em 1549, instalaram-se os dominicanos. Ambos os conjuntos religiosos possuíam consideráveis dimensões e, "[...] foram implantados bordejando a praia entre poente e sudeste, estabelecendo assim um **pólo oposto** ao núcleo inicial" (p.58). A Misericórdia, "[...] instituída bem cedo, acabou por se fixar, a meia distância ao norte" (p.58). Logo, tudo parece indicar, inclusive pelas descrições da cidade feitas durante os combates do cerco de 1570-1571, que o **perímetro da cidade** era definido por estes equipamentos<sup>122</sup>: a Matriz, o forte, e, as igrejas dos Dominicanos, Franciscanos e Misericórdia. O único largo que foi possível referenciar era o que compreendia o espaço entre o forte e a feitoria, uma provável Praça da Ribeira.

Após o assalto, os portugueses retomam a organização espacial de Chaul. De acordo com uma inscrição de 1577, toda a frente de praia, de noroeste a sudeste foi encerrada por uma muralha; a Porta do Mar ficou implantada como limite sul do largo, com a proteção do forte; a Porta da Terra, ficou a norte, em oposição oposta a porta anterior, mas, nada leva a deduzir **uma direção reta ou sequer direta entre as duas portas**. O conjunto arquitetônico religioso e civil foi reerguido mantendo-se os anteriores partidos urbanísticos nas casas conventuais. Entretanto, o perímetro amuralhado ampliou para o dobro da área anteriormente definida e, "[...] foi nesse espaço que, prolongada a rua que unia os Dominicanos à Misericórdia, se veio a instalar o tribunal e o convento agostinho (1587), pouco antes de se atingir a Porta da Terra. Numa paralela a nascente instalaram-se em 1580 os Jesuítas" (ROSSA, 1997, p.59).

Segundo Rossa (1997), na estruturação do traçado "[...] com esforçada exceção, para estas duas ruas e uma outra poente - também servindo a casa agostinha e o tribunal - não é possível encontrar qualquer outra **relação geométrica tendencialmente regularizante** da malha urbana de Chaul" (p.59). Mantidas as estruturas preexistentes, não

<sup>121</sup> O recurso mais confiável da leitura do espaço de Chaul foi realizado em 1964 por uma equipe alemã e publicado em alemão (ROSSA, 1997).

<sup>122</sup> No espaço rural foram fundadas algumas igrejas cristãs, como a da Madre de Deus (ROSSA, 1997).

há a presença de nenhuma praça e não existe qualquer relação **pré-desenhada** entre a muralha e a cidade, tendo sido a arquitetura o que mudava, após cada intervenção, a imagem da cidade e "[...] aos vários níveis de crescimento não correspondeu uma resposta **urbanística racionalizada**, isto apesar de tudo se desenrolar a partir das últimas décadas de Quinhentos" (p.59).(grifo nosso)

Conforme podemos observar na Figura 12, realizado a partir do levantamento de Mitterwallner, de 1964, os edifícios religiosos ocupam os espaços perimetrais da cidade e estabeleceram um traçado de ligação que levam ao ponto onde está instalado um dos equipamentos da estrutura administrativa reinol, o edifício do Tribunal. Implantados no lado sul da cidade, próximos a parte que foi murada, ritmada com pequenos baluartes, estavam os jesuítas, os agostinhos e os franciscanos. Os templos implantados mais próximos ao mar, contavam com a cintura de defesa recém construída, ao passo que, os dominicanos, a Capela de São Francisco Xavier e a Matriz, localizavam-se a sul, pelo lado da terra, tendo a fortaleza como recurso de proteção.

Mas, o que mais chama a atenção em Chaul é a presença da Igreja Católica e das **ordens religiosas** que se instalaram de forma a se tornarem o **potencial gerador** das formas e da malha urbana constituída, sendo responsáveis pela expressão do lugar. Não havendo relação morfológica entre os limites físicos da cidade (muro, cerca) e o traçado, tal qual preconizava a tratadística renascentista, os templos religiosos funcionavam, também, além da existência de seus limites defensivos, como uma barreira entre os espaços perimetrais e o interior da cidade. Neste sentido, foi reveladora a implantação da Matriz, junto a fortaleza e próxima ao acesso que se fazia pela Porta do Mar.

A escala da cidade de Chaul foi, portanto, definida pela sua **forma** e seus **elementos estruturantes** articulados entre si, com destaque para os templos religiosos. A estrutura global de seu traçado, ainda que não totalmente retilíneo, revela que seu processo de análise morfológica está mais relacionada ao seu processo de concepção, ou estruturação *in loco*, da relação arquitetura x desenho urbano x sítio, sendo, os principais elementos morfológicos que definiram a malha urbana: (1) o sítio de sua implantação; (2) os edifícios religiosos, com importante grau de hierarquização na trama urbana; e, (3) o traçado, ainda que não pré-desenhado como afirmou Rossa (1997).

### 3.7 CONCLUSÃO

Os três casos apresentados são importantes experiências do urbanismo português da Expansão. Tornam-se significativos, também, pela localização, ou seja, demonstram que concomitantemente a busca de domínio por novos territórios, a Coroa Portuguesa investiu num amplo movimento de renovação urbanística. Este movimento iniciou-se no reinado de D. João II (1481-1495), que buscou inserir em Portugal as novas concepções de arquitetura e de cidade, além, das novas invenções que surgiam no renascimento italiano.

Assim, a partir do reinado de D. Manuel (1495-1521), houve um grande investimento em novas diretrizes para as conformações urbanas lusitanas, principalmente, as da Expansão. Os exemplos citados localizados nas ilhas atlânticas, na África e no Oriente demonstram que a partir do século XV houve novos princípios que passaram a nortear a remodelação e a fundação de cidades pela Coroa Portuguesa.

As principais alterações nas estruturas urbanas se deram através das intervenções que ocorreram nos **espaços públicos**. As intervenções que demonstram o que Teixeira (1996) definiu como nova estratégia de estruturação urbana envolveram a criação de praças onde foram instituídas novas relações compositivas entre os edifícios institucionais, tais como, as Casas de Câmara, as Misericórdias e, as Igrejas Matrizes, que vieram a se tornar os edifícios estruturantes na composição formal destes espaços.

Ou seja, alguns elementos morfológicos - estrutura de quarteirões, ruas, largos, implantação de edifícios significativos e militares - sofreram, a partir deste momento, mudanças que expressavam os princípios de ordenamento e de regularidade. Logo, não se pode deixar de relacionar a influência renascentista na configuração urbana das novas fundações lusitanas, em especial, as que foram planejadas.

Desta forma, as cidades coloniais portuguesas foram um componente essencial na formação de uma prática urbanística, pois, nestes espaços havia a possibilidade de se experimentar os novos conhecimentos. Adotando a perspectiva teórica defendida por Chaunu (1978), podemos considerar que os povos ibéricos, que se somavam aos povos da cristandade latina, descobriram e aperfeiçoaram novas técnicas do urbanismo e da ciência da fortificação de acordo com suas necessidades e vontade, tal como se deu com outras técnicas.

Assim, as novas técnicas de urbanização, agora associadas às de defesa, implicaram não só em novas soluções, bem como, na constituição de novos saberes, estes que conviveram e, aos poucos, substituíram todo um modo de pensar de uma cultura preexistente.

Foi, portanto, neste *humus* (TERNES, 1995), constituído pelos territórios e pelos novos saberes, onde inicialmente puderam ser aplicadas as novas idéias, técnicas, e concepções de mundo.

Conforme abordado, as inovações científicas das explorações e descobertas marítima foram contemporâneas de um processo profundo, *i.e.*, a mudança da concepção e percepção da infinitude do universo, da destruição do Cosmos. Este processo remete-se ao momento histórico no qual o homem perdeu seu lugar no mundo, ou melhor, perdeu o próprio mundo em que vivia e sobre o qual pensava, tendo que assumir uma nova postura frente aos novos desafios, transformando e substituindo não só conceitos, mas, até mesmo, o quadro de referências de seu pensamento (KOYRÉ, 1986).

Não é, portanto, tarefa fácil, como assinalou Foucault (1977, p.64), “[...] estabelecer o estatuto das continuidades para a história em geral. Menos ainda, sem dúvida, para a história do pensamento”. Segundo esta perspectiva, seria possível traçar uma **divisória** em todo um conjunto de experiências urbanísticas iniciadas pela Cora Portuguesa durante a Restauração e, aquelas iniciadas com a Expansão? E como definir um limite entre as inovações do século XV e XVI e as experiências urbanas do século XVIII? Conforme afirma o autor (p. 64): “[...] todo limite não é mais talvez que um **corte arbitrário** num conjunto indefinidamente móvel” (grifo nosso). Podemos, então, demarcar um período, um corte, ou um limite para identificar cada uma destas inovações e mudanças na prática lusitana de fundar e remodelar cidades? Teríamos como estabelecer ferramentas teórico-metodológicas, dentro de nosso *corpus* disciplinar e, definir, em pontos específicos da história do urbanismo colonial português, rupturas simétricas, para fazer aparecer entre elas, um sistema contínuo e unitário de explicações? Teríamos como definir precisamente, a partir daí, conforme problematizou Foucault (1977), onde se iniciou o limiar de onde não mais se pode pensar segundo os princípios de uma cultura; e, outro, onde se inauguraram novos fundamentos?

Ao se problematizar os novos princípios que passaram a nortear a remodelação e a fundação de cidades pela Coroa Portuguesa a partir do século XV, aplicados inicialmente nas ilhas atlânticas, chega-se a constatação que estes mesmos princípios foram, posteriormente, utilizadas em cidades na África, no Oriente e, também, no Brasil, conforme abordam diversas pesquisas realizadas nos últimos anos.

Estas referências, que nortearam a configuração das estruturas urbanas coloniais lusitanas, foram sendo adotadas, não com um modelo novo, imposto, mas sim, enquanto a síntese de padrões urbanos que tiveram sua origem na cultura urbana de Portugal, sendo também somados os princípios renascentistas.

Logo, outro fator preponderante a ser considerado nesta análise, é a influência que a cultura urbana de Portugal teve determinando condicionantes que, ao longo do tempo, se

tornaram relevantes na implantação de suas cidades em além-mar. Dentre estes condicionantes destacam-se: (1) a adequação dos núcleos urbanos às condições políticas e econômicas que haviam conduzido à sua fundação; (2) o sítio; e, (3) o desígnio de tal projeto.

Este conjunto de fatores determinou a existência de formações urbanas onde se pode observar a influência vernacular, expressas numa íntima relação com o território. Em outros casos, *i.e.*, na fundação e remodelação de novas cidades ocorreram as sínteses já previamente elaboradas nas ilhas.

O momento histórico que pode ser considerado o mais próximo da transição dos saberes é o que se situa na segunda metade do século XVI, onde se começou a aplicar as regras de construção de fortificações e de estruturação de cidades, ou seja, regras urbanas influenciadas pelos ideais renascentistas, bem como, os seus modelos teóricos.

Mas, ainda assim, viu-se que no Oriente, a cidade de Chaul, além das primeiras fortificações do século XVI implantadas na região, constituiu-se em um exemplo, não raro, da adoção de desenhos que expressam as referências de origem medieval oriundas de Portugal. Logo, os traçados urbanos que se implantaram nestas cidades não apresentaram características de grande regularidade. Entretanto na maior parte destas experiências, como no caso de Chaul, foram os edifícios singulares – igrejas, conventos, Casa de Câmara, Misericórdia e outros – que estruturaram o traçado e os espaços urbanos.

A influência da tratadística renascentista e a adoção dos seus modelos teóricos só foram implantados em finais do século XVI, traduzindo-se, principalmente, no uso de traçados regulares nas cidades. Antes deste período, e mesmo posterior a ele, existiram experiências que expressaram uma diferença na utilização das referências eruditas do renascimento e da tradição urbana lusitana pela Coroa Portuguesa.

Esta diferença só pode ser entendida através da lógica dos desígnios, que por sua vez, está associada a aplicação do desenho, *i.e.*, do projeto na definição dos espaços urbanos. Foi neste sentido, portanto, que Foucault (1977), parafraseando Koyré, ressaltou que a mudança, nos casos onde se quer observar, mensurar, as transformações no campo do conhecimento e no quadro de referências do pensamento humano, não é de grau, mas de natureza.

Foi na Índia, e nos casos das fundações de cidades apresentadas até o momento, tais como, as cidades da Idade Média após a Restauração em Portugal e, as da Expansão, incluindo as ilhas Atlânticas, África, e Oriente, que se pode constatar a necessidade que a Coroa Portuguesa teve de afirmar sua efetiva presença dos pontos de vista militar, político e cultural. Para tanto, valeu-se do emprego dos ideais renascentistas, fazendo surgir cidades regulares inspiradas neste conjunto de referências, como uma das formas de melhor atingir os seus objetivos. Damão, cidade situada na costa ocidental da Índia, construída na

segunda metade do século XVI, foi a criação mais significativa pela aplicação destes conceitos, sendo considerada a pérola da Engenharia Militar.

Assim, na formação da *episteme* ocidental (século XVII ao XVIII), se inserem, no que tange a nossa temática, (1) as noções e referências científicas e teóricas de um novo tipo de cidade; (2) a compreensão da conformação geográfica da Terra, onde novos territórios foram incorporados a Coroa Portuguesa (3) a noção dos limites, ou da infinitude do universo; (4) novas concepções teóricas que fizeram parte de uma lenta trajetória conceitual. Nesta trajetória, em diversos momentos, se inseriram concepções e conceitos que fizeram com que as coisas não fossem mais percebidas, descritas, enunciadas, caracterizadas, classificadas e vistas da mesma forma.

Logo, pode-se mensurar que alguns fatores influenciaram na lenta trajetória que alterou o quadro de referências nos séculos XVII, XVIII e XIX, tais como, alguns resquícios das culturas anteriores que ainda latentes encontraram meios de se expressar, apesar de toda esta mudança.

Este fenômeno, segundo Ginzburg (2000), é inerente aos processos de renovação dos modos de pensar e saber porque os indivíduos ligados a cultura dominante serviam-se, predominantemente, da escrita para atingir seus objetivos políticos, econômicos e culturais. No entanto, há na escrita, direções que são duplamente indiretas, visto que, podem os indivíduos que as produziram, ser mais ou menos ligados a esta cultura dominante; e, “[...] isto significa que os pensamentos, crenças, esperanças” (p.18), daqueles que viveram no passado podem chegar até nós “[...] através de filtros e intermediários que os deformam” (p.18). Além disto, era muito comum que os indivíduos no passado articulassem “[...] a linguagem que estava historicamente à sua disposição” (p.18). Assim o autor afirma que (p.30-31):

O que tem caracterizado os estudos de história das mentalidades é a insistência nos **elementos inertes, obscuros, inconscientes**, de uma determinada visão de mundo. As **sobrevivências** de arcaísmos, a afetividade, a irracionalidade delimitam o campo específico da história das mentalidades, distinguindo-a com muita clareza da história das idéias ou da história da cultura (que no entanto, para alguns estudiosos engloba as duas precedentes). (grifo nosso)

Neste sentido, “[...] o estabelecimento de **um quadro de uma organização** que se refletiu na classificação de indícios sensíveis significando elementos de realidade, na gramática das palavras e dos signos” (GINZBURG, 2000, p.31) se enraizou numa visão estática da realidade ordenando os fatos e os projetando em dois planos, o do **espaço**, e o do **tempo**, e esteve pautado no campo da ciência, da matemática, da álgebra, da cosmografia, entre outros, que constituíram, portanto, a *episteme* clássica.

Cabe ressaltar, que o conjunto de valores coletivos de nosso período de estudo, *i.e.*, sua mentalidade coletiva, estiveram também sustentados na influência que a religião exercia sobre os homens, principalmente aqueles que viveram até o século XVI, e caracterizava-se por ser [...] uma influência, ao mesmo tempo profunda e opressora, da qual era impossível escapar” (p.31) predominando um ambiente social onde “[...] a argumentação se torna inaceitável” (p.31).

Este conjunto de valores foi transposto para a América Portuguesa no momento histórico de sua colonização, *i.e.*, procurou-se formar uma sociedade cujas principais referências eram os dogmas e princípios da fé cristã. No caso da Vila da Vitória, conforme demonstrado (SOUZA, 2000a), a Igreja Católica teve uma importante atuação na formação da sociedade e na consolidação de seu espaço urbano. Neste contexto, destacou-se a importância da Companhia de Jesus, ordem religiosa que mais influenciou na formação do núcleo urbano e na definição dos valores sociais vigentes.

Assim, como a mentalidade coletiva que se formou na América Portuguesa sofreu influência dos valores cristãos, houve também, uma transposição da cultura urbana lusitana. Algumas vilas e cidades tiveram seus espaços organizados conforme a tradição dos padrões da síntese das diferentes culturas que formaram o espaço urbano de Portugal, com ênfase nos primeiros tempos na síntese da tradição muçulmana e cristã.

Logo, no âmbito da pesquisa de doutorado se fez necessário problematizar a importância da Igreja Católica na configuração do espaço urbano da Vila da Vitória. Neste sentido, problematizamos não só a importância dos jesuítas, mas também, das demais ordens religiosas que ali se estabeleceram e, ainda, mensuramos a importância dos outros templos católicos implantados no espaço da vila.

Para tanto, foi necessário entender como atuava a Igreja Católica, além das ordens religiosas, quando implantavam seus templos no Novo Mundo. Ou seja, foi necessário refletir que referências utilizavam e que possíveis heranças influenciaram nas formas de apropriação, uso e trato do espaço urbano onde se fixaram.

No entanto, é preciso considerar que sendo um dos agentes modeladores que atuaram na definição dos espaços coloniais lusitanos, a Igreja Católica, esteve presente nas experiências inovadoras do século XV, conforme citado, e seus templos desempenharam importante função da nova definição dos espaços públicos, seja em sua estruturação, seja em sua hierarquização, além constituírem em alguns casos, os elementos de delimitação do espaço urbano.

Desta forma, no próximo capítulo será problematizada a influência que a Igreja Católica teve nas conformações urbanas de cidades europeias cristãs, procurando entender os fundamentos que nortearam sua implantação e inserção em diferentes momentos da história.

A partir deste referencial teórico procuramos refletir como este conjunto de experiências acumuladas estiveram presentes em nossas cidades coloniais. Enquanto um dos principais agentes modeladores das formações urbanas da América Portuguesa tentaremos mensurar a participação da Igreja Católica na fundação, organização, e hierarquização destes espaços, bem como, nas composições urbanas que ocorreram em nosso vasto território, considerando, também, as influências das referências urbanísticas da cultura urbana lusitana e da Expansão.

# *Capítulo 4*

A IGREJA E A CIDADE

## 4 A IGREJA E A CIDADE

### 4.1 A IGREJA E A CIDADE MEDIEVAL

O entendimento da morfologia urbana pressupõe **não só a dimensão física**, os elementos morfológicos, embora esta seja fundamental para a análise dos conteúdos eruditos e vernaculares subjacentes a sua configuração espacial e paisagística. Entretanto, a identificação dos fenômenos que determinam o surgimento e a organização dos espaços se entrecruzam e, no contexto das relações sociais, econômicas e políticas, determinam a **preponderância** dos fatores associados a um destes **fenômenos**. Logo, a forma do espaço urbano deve considerar os momentos ou níveis de sua produção.

A leitura da forma urbana prescinde da descobertas de conteúdos que implica em instrumentos de leitura. A morfologia urbana, *i.e.*, o estudo da **forma urbana**, supõe a utilização de dados que convergem de disciplinas diferentes, tais como: a história, a geografia, a economia, a sociologia, etc, cujo objetivo é analisar, explicar e entender a cidade como um **fenômeno físico** e construído (LAMAS, 1993).

O processo de formação da cidade envolve, então, diversos fenômenos, que dão origem a inúmeras significações ao espaço urbano e à arquitetura, o que faz a cidade ser, portanto, objeto de múltiplas leituras, pois, “[...] só o cruzamento de diferentes leituras e informações poderá explicar um objecto tão complexo como a cidade” (LAMAS, 1993, p.37). No entanto, conforme ressaltamos, “[...] é frequente que, na produção das formas urbanas, **exista um fenômeno que seja determinante** e, portanto que assuma maior preponderância em qualquer análise” (p.37;38) (grifo nosso).

No âmbito de nossa pesquisa o fenômeno que assume maior importância na configuração das cidades coloniais é a participação da Igreja Católica, tendo em vista as conclusões parciais obtidas nas pesquisas realizadas anteriormente (SOUZA, 2000a; 1996) e devido a preponderância que este agente modelador teve na morfologia urbana colonial. Para tanto, se fez necessário entender as referências que nortearam a Igreja na apropriação dos espaços na América Portuguesa, com origem na Europa, nos diferentes recortes temporais e conceituais que a história da arquitetura e da cidade utilizam como instrumento de análise.

A cidade medieval organizou-se após a queda do Império Romano sendo somente entre os séculos X e XI que a estabilidade política e o ressurgimento do comércio voltaram a dinamizar as estruturas urbanas. Suas origens decorrem de modelos urbanos diversos, mas, sua morfologia com o tempo tendeu a assemelhar-se ao: “[...] o crescimento e a instalação de novas funções, como as **ordens militares e religiosas**” (LAMAS, 1993, p.151) (grifo nosso), que conduziram a “[...] uma sobreposição de traçados”, além, da

sobreposição de construções que configurou tramas urbanas “[...] sem uma ordem predefinida”. Logo, “[...] a formação da cidade medieval vai processar-se organicamente por desenvolvimento das antigas cidades romanas ou pela fundação de cidades novas organizadas segundo um plano regular”, e gradualmente, a cidade medieval vai adotando novas formas de organização: “[...] abandonam-se a escala monumental das cidades romanas em favor de uma morfologia mais intimista”, que deram origem a forma e a escala das partes desta cidade.

Como toda cidade, sua relação com o sítio geográfico, condicionou sua forma. Uma das principais características das cidades medievais era a escolha de seu sítio de implantação. A procura por locais para implantação das cidades, tais como, terraços, morros e colinas possuem, segundo Le Goff (1992) dois significados: (1) para proteção das inundações e para defender-se; (2) para responder a **temas do imaginário**: “Uma cidade edificada sobre um monte não pode se esconder” (Mateus, 5, p.14).

A configuração espacial da cidade medieval simbolizou a estrutura orgânica, e geralmente é herdeira de uma longa história, cujo sentido está em seu interior, protegida pelas suas muralhas. Dotada de uma memória topográfica a urbe medieval era **policêntrica**, o que a estruturava espacialmente. Estas cidades eram constituídas por determinados lugares e monumentos que determinam a organização dos demais elementos morfológicos (casas, ruas, quarteirões), sobretudo a circulação. Estes locais eram, portanto, os **pontos quentes** ou **pontos de referência** que mantêm uma tensão ao seu redor (LE GOFF, 1992).

Assim, as cidades medievais possuíam uma certa excepcionalidade, seja pelos materiais, por sua forma física, suas funções, além, de uma certa carga estética. Acrescenta-se o fato de terem sido o símbolo de poderes importantes, considerados **aceleradores da vida urbana**, a saber: (1) a **função religiosa**; (2) a função econômica; e (3) a função política (LE GOFF, 1992) (FIGURA 13).

A Igreja, neste contexto, segundo Le Goff (1992, p. 34), foi:

[...] a primeira a se fazer presente na cidade por seu **peso monumental**, incompatível ao dos outros poderes, e seu **peso topográfico**: igrejas, ocupação do solo pelos santuários (igrejas e conventos) e seus anexos. A isso se acrescenta sua atração como centros litúrgicos, centros de devoção e de cerimônias, relicários, pontos de partida de procissões. A Igreja se faz poderosamente presente em sua dupla função, de **religião** e de **ideologia dominante**. Vamos reencontrá-la também no exercício das duas outras funções: função econômica de arrecadação (dízimos, censos, rendas) função de comando (alta justiça).(grifos nosso)

No início da Idade Média os edifícios religiosos, tanto nos territórios ocupados pelos muçulmanos como naqueles ocupados pelos cristãos, possuíam uma importância particular e foram praticamente os únicos aos quais se aplicava a regra e a orientação sagrada.

Segundo Guidoni (1981a), neste tipo de ordenamento espacial o mais importante princípio foi a **origem**, não somente das técnicas que determinaram as localizações mútuas na cidade, mas, também as teorias astronômicas e astrológicas que situaram a cidade no conjunto da terra e do universo. O **plano** e a **localização** dos edifícios monumentais obedeceram, freqüentemente, em razão desta vontade de se diferenciar da construção ordinária, os critérios intimamente ligados a **ideologia** e ao **sistema religioso**. Guidoni (1981a), ressalta que estes espaços são uma fonte de pesquisa e reflexão teórica, mesmo no que concerne a cidade na Europa Cristã, pois, foram precisamente os edifícios religiosos, por que se mantiveram-se melhor conservados que os edifícios civis, que permitiram a análise da evolução da **relação monumental** da cidade desde o fim da Antiguidade (quando as igrejas foram integradas no contexto das cidades antigas) até a **eclosão das catedrais** nos séculos XI e XII.

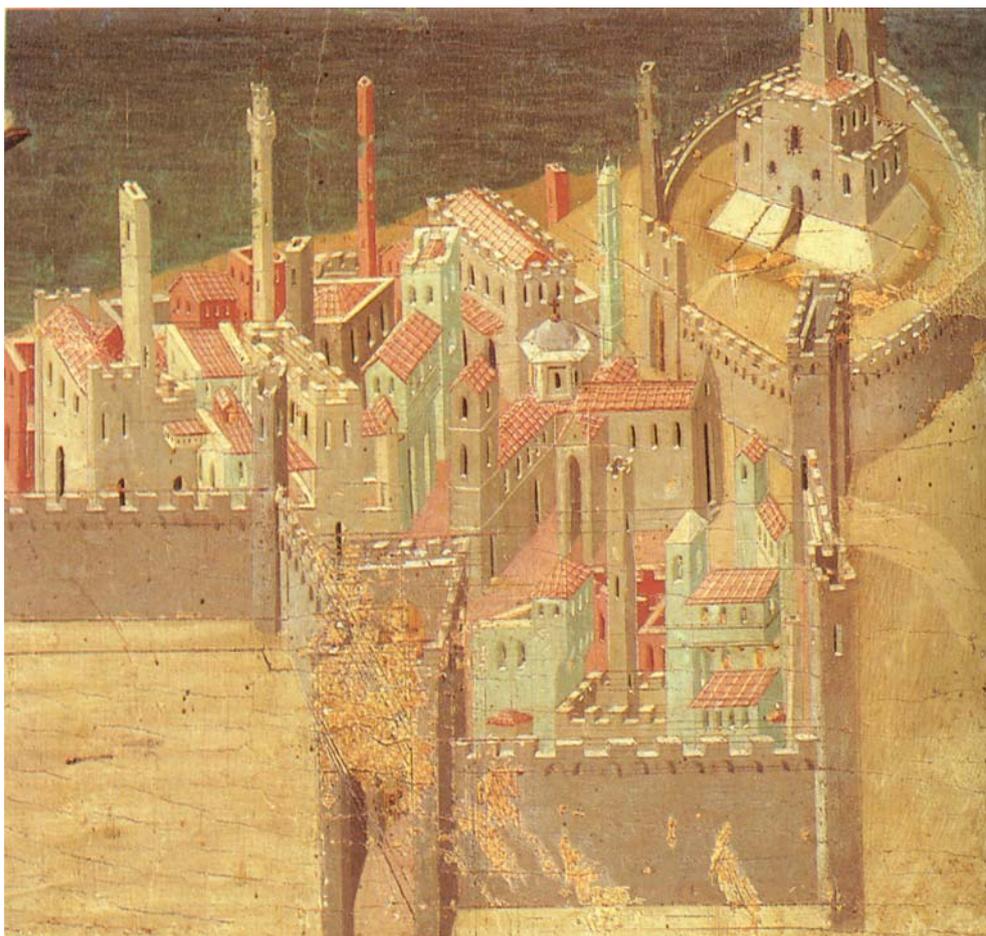


FIGURA 13 – Quadro que é a primeira representação conhecida da paisagem urbana da cidade medieval: *La città*, 1346, Ambrósio Lorenzetti (LE GOFF, 1988).

Lucas S.J. (1997), afirma, entretanto, que no paradigma monástico, a cidade perdeu sua identidade como o centro social e cultural, pois, o monasticismo destruiu uma das mais importantes particularidade da cidade: o importante papel da vida nos espaços públicos como o *locus* para a socialização dos cidadãos. No entanto, as ordens religiosas foram de encontro à cidade, à vida urbana.

#### 4.1.1 Uma nova postura da Igreja Católica na cidade medieval

Durante os séculos XI e XII, com a retomada da vida urbana, surgiram uma série de movimentos populares que reivindicaram à integridade da vida da Igreja Católica na sua fase apostólica. Em um destes movimentos, Francisco de Assis fundou uma ordem mendicante que atuava junto a todos os espectros da vida social abraçando um ministério urbano. Posteriormente, ao surgimento dos **franciscanos**, surgiu a ordem dos **dominicanos**, que buscou, além da pobreza dos primeiros, uma formação intelectual nas universidades, em uma vida semimonástica. O trabalho destas ordens era, portanto, dirigido ao ministério urbano, particularmente, aos artesãos e as classes mercantis (LUCAS S. J.,1997).

As ordens mendicantes, segundo Falcão (2004), surgiram no século XIII, vivendo em regime de pobreza, fora dos claustros, distinguindo-se do monaquismo latifundiário da época. As mais importantes, então surgidas, foram os Franciscanos (1209), os Dominicanos (1216), os Carmelitas (1229) e os Eremitas de Santo Agostinho (1252). Dado as características de adaptação às circunstâncias e necessidade da nova fase da vida urbana, as ordens mendicantes tiveram apoio dos Papas e desempenharam um papel decisivo na Reforma da Igreja Católica. Posteriormente, a partir do século XV, desempenharam um papel decisivo na evangelização dos novos mundos. Após o surgimento destas primeiras ordens, surgiram outras com novas características, citando-se as dos Hospitaleiros de S. João de Deus, os Trinitários, os Mercedários e os Jesuítas.

As Ordens Mendicantes são, na verdade, ordens religiosas, que por definição são um instituto religioso cujos membros fazem votos solenes. As ordens religiosas se dividem em alguns grupos, entre as quais citam-se as Ordens Mendicantes, os Cônegos Regrantes, as Ordens Monásticas e Clérigos Regulares. As Ordens Primeiras são formadas por frades professos, que vivem em comunidade claustral e fazem votos perpétuos; as Ordens Segundas, formadas por freiras possuem estas mesmas características; e as Terceiras, formada por leigos, compostas de homens e mulheres, solteiros, casados e viúvos que congregam sob a mesma devoção, fazem noviciado e devoção. As Ordens Terceiras são associações ligadas a uma ordem religiosa para efeito de natureza espiritual, mantendo

autonomia jurídica e podem estar divididas em várias outras associações, que legitimamente constituídas, são chamadas de Irmandades de Terceiros (FALCÃO, 2004; MARTINEZ, 1977).

Segundo Boschi (1986), as chamadas Sociedades Religiosas Leigas, mais conhecidas como Irmandades Religiosas (leigas) são entidades de muitas facetas e são também conhecidas por denominações de origem latina: *confraternitas*, *sodalitas*, *sodalitium*, *confraternitas laicorum*, *congregatio*, *pia unio*, *societas*, *coetus*, *consociatio*. Em português as denominações mais comuns, além de Irmandades Religiosas, são: Confrarias Religiosas Leigas, Ordens Religiosas Leigas e Sodalícios. As Sociedades Religiosas Leigas estão subdivididas em duas categorias, as Eclesiásticas (religiosas), que são fundadas por autoridade eclesiástica ou com o consentimento do prelado; e a Secular (civil), fundada por leigos subordinada à autoridade civil e apenas visitada por eclesiástico. O autor, ainda, apresenta as características das Sociedades Religiosas leigas que recebem as denominações de **Pia União**, *i.e.*, associação de fiéis que tenham sido formadas para exercer alguma obra de piedade ou caridade; **Irmandade**, *i.e.*, formam-se com os mesmos objetivos da Pia União, porém, constituída em organismo, ou seja, com organização; **Confraria**, *i.e.*, Irmandade que também tenha sido constituída para o incremento da prática do culto público; **Arquiconfraria**, *i.e.*, Confraria com poder de agregação, transferindo às afiliadas os privilégios e indulgências da Confraria a que se liga; **Ordem Terceira**, *i.e.*, Associação Pia que, ao contrário da Confraria, preocupa-se somente com a perfeição da vida cristã de seus membros que seguem regras da correspondente Ordem Primeira, adaptada para os leigos, chamados de Irmãos Terceiros.

As Ordens Religiosas que podem ter uma Ordem Terceira são os Premonstretenses, os Dominicanos, os Franciscanos, os Carmelitas, os Eremitas de Santo Agostinho, os Mínimos, os Sérvitas, os Trinitários e os Mercedários (MARTINEZ, 1977).

A importância das ordens religiosas cresce a partir do século XIII, e franciscanos e dominicanos, por exemplo, passam a disputar importantes bairros nas urbes medievais, apesar de suas igrejas terem sido implantadas tradicionalmente próximas aos portões das cidades onde atuavam. Nestas áreas era possível obter terra suficiente para os templos religiosos, bem como, para uma grande praça para orar. Em Roma e Florença, com o crescimento da área urbana **extramuros**, as igrejas das ordens mendicantes passaram a ser o centro de novos bairros urbanos. No século XIII, a vitalidade econômica das cidades poderia ser avaliada pela presença de várias fundações de mendicantes em suas regiões periféricas (VIDE FIGURA 14) (LUCAS S. J., 1997).

As ordens mendicantes adquiriram, com o tempo, uma importância decisiva nas cidades medievais, pela coincidência de seus interesses com os das oligarquias mercantis que dominavam a política dos centros urbanos.

Segundo Guidoni (1981a), esta aliança foi a mola decisiva para expansão e racionalização da cidade na segunda metade do século XIII. Assim, a inserção das ordens mendicantes na estrutura eclesiástica e na configuração social e espacial na maioria das cidades cristãs europeias, ao longo dos séculos XIII e XIV, é um dos principais elementos de análise para a história urbana, seja por sua excepcionalidade, seja pelos inúmeros exemplos ainda existentes destas configurações espaciais impares.

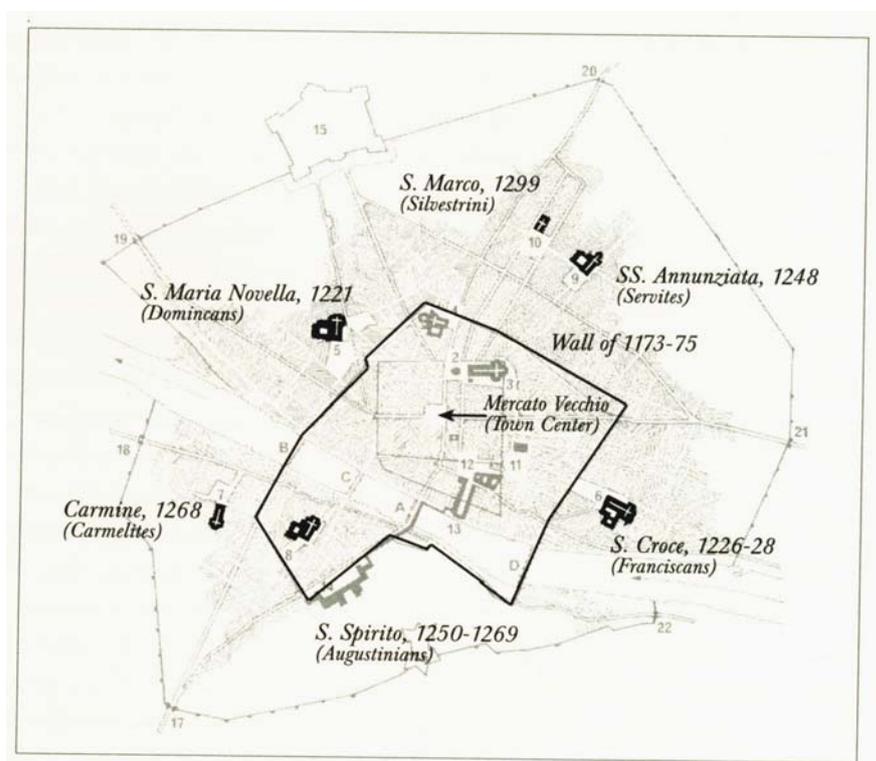


FIGURA 14 – Localização das igrejas das ordens religiosas na área fora dos muros da cidade de Florença no período medieval. (LUCAS S.J., 1997).

#### 4.1.2 A implantação das ordens mendicantes na cidade medieval

Na busca do entendimento da morfologia das cidades um dos mais importantes fatores é a ocupação do sítio que irá influenciar na composição de sua configuração espacial. No que tange as ordens mendicantes um aspecto relevante é a análise das implantações de suas sedes no território.

Segundo Guidoni (1981a), no século XIII, o Papa Clemente IV, fixou através da bula *Quia plerumque*, a distância mínima entre dois conventos, dentro de uma mesma cidade, em quinhentos metros. Não só o fator das distâncias entre conventos foi preponderante, bem como, a distância entre as cidades, que a mesma bula estipulou em 14 léguas. Além disto, há as referências documentais sobre a fundação de conventos franciscanos, datados da primeira metade do século XV, onde estão expressas as determinações de que não poderia haver dois conventos de uma mesma ordem mendicante a menos de cinco léguas.

Guidoni (1981a) fez, também, uma importante abordagem sobre a localização dos conventos mendicantes nas cidades italianas e constatou **três situações** que ocorriam com maior freqüência: (1) a relação com o momento de implantação da ordem com o desenvolvimento urbano da cidade; (2) a localização dos conventos, buscando uma estreita relação com o mundo urbano. Nesta análise, o autor considerou, ainda, nos importantes momentos de intervenções urbanísticas e de expansão urbana; (3) a localização dos conventos nos centros das cidades, i. e., no interior das muralhas, onde se implantaram logo no desenvolvimento da urbe, originando, assim, relações importantes na dinâmica espacial, pois, nestas configurações se impuseram os parâmetros de distância entre os conventos, bem como, suas relações com os demais edifícios significativos.

Outra questão importante abordada por Guidoni (1981a), foi o critério de implantação dos conventos nas cidades. No caso de um convento, era escolhido o local mais importante ou elevado. No caso de dois conventos, adotava-se, geralmente, um equilíbrio com relação ao centro da cidade, considerando as situações intra e extramuros; e, no caso de três conventos, seguia-se o padrão de disposição espacial planimetricamente nos vértices de um **triângulo**. Por fim, no caso de quatro conventos, a implantação orientava-se para um **esquema cruciforme**.

O modelo triangular foi observado nos centros urbanos onde se implantaram franciscanos, agostinianos e dominicanos<sup>123</sup> (Guidoni, 1981a). A posição do convento

---

<sup>123</sup> Segundo Le Goff (1992), no século XII, o Concílio de Lyon (1274) reduziu as ordens mendicantes a quatro: “[...] os pregadores ou jacobinos, nossos dominicanos, os menores ou *cordeliers*, nossos franciscanos, os agostinhos e os carmelitas” (p. 46) o que veio a revelar a **nova fisionomia urbana** marcando-a profundamente.

guardava uma relação simbólica com a figura geométrica do triângulo que estaria em harmonia com os princípios cristãos da trindade.

Segundo Guidoni (1981a, p.139)

L'indagine sistematica su molte decine di città dell'area umbro toscana há permesso di accertare la presenza di um particolare schema di coordinamento geométrico tra le chiese dei ter ordini mendicanti diu diffusi: agostiniani, domenicani, francescani. La relazione tra i ter ordini si traduce, sul piano urbanístico, nella disosizione delle chiese sui vertici di um triangolo che há per baricentro il centro cittadino (la piazza, il palazzo del comune o la cattedrale), com uma precisione che testimonia la volontà di intervinire com um'azione simultânea e chiaramente planificata nel vivo del tessuto edilizio e de proceso di espansione della città.

Com o objetivo de exemplificar esta organização espacial na Europa Cristã, Guidoni (1981a), demonstrou várias cidades onde a disposição dos templos em triangulação ocorreu, (FIGURAS 15,16, 17, 18, 19, 20, 21, 22). Além disto, segundo o autor, o triângulo também era usado como uma figura em textos literários medievais (FIGURA 23).

Lucas S. J. (Cap. V, 1997), também problematizou este tipo de implantação dos templos nas cidades medievais e afirmou (p.69;70):

The **triangular pattern** of mendicant emplacements was **particularly** widespread in central and northern Italy and in other parts of Europe. [...] The **epicenter of the triangle varied in different cities**, sometimes coordinated with the Duomo or principal church of the town (Bologna and Colmar), the Palazzo or Piazza Comunale (Perugia na Montefalco) or some important civic building (the Loggia dei Mercanti in Siena and the Palazzo dell'Arte della Lana near Orsammichele in Florence) In the sixteenth century, this triangular patterning was, moreover, **exported to the New World** in the development of the Spanish capital cities, including Mexico City and Cuzco. (grifo nosso)

Com o mesmo objetivo de Guidoni (1981a), Lucas S. J. (1997) também exemplificou vários tipos de implantação de cidades que adotaram o esquema triangular em sua disposição espacial (Figuras 24 e 25).

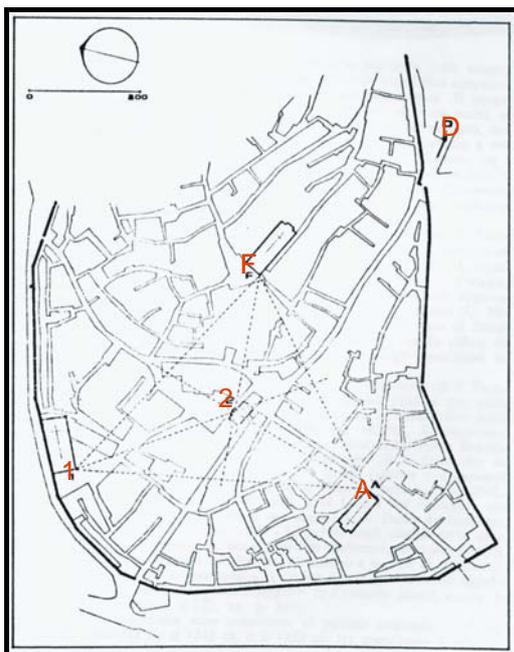


FIGURA 15 – Planimetria parcial de Cortona. Na planta da cidade, Guidoni (1981a) indica a posição do Palazzo Comunale, no baricentro do triângulo (2); e, num dos vértices do triângulo a igreja da Pieve (1); com a letra A, o autor indica a posição da igreja de S. Agostinho; e, por fim, a letra F, indica a posição da igreja de S. Francisco. A letra D, indica a posição extramuros da igreja de S. Domenico.

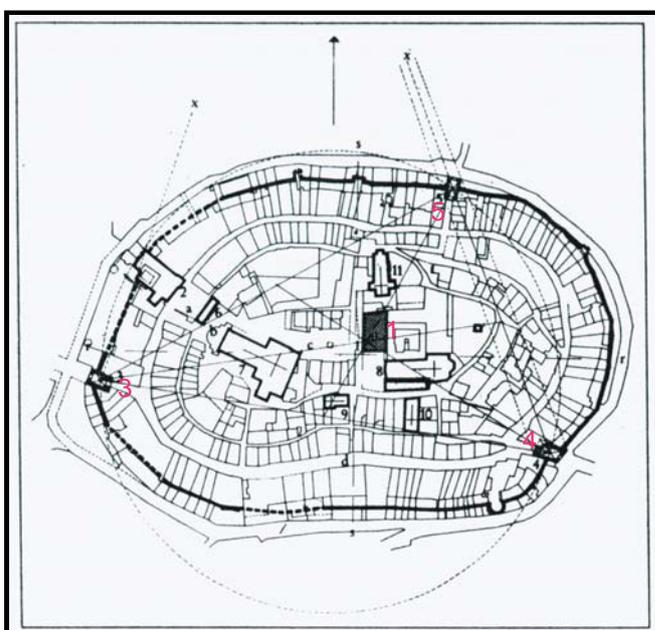


FIGURA 16 – Planimetria da cidade de Lucignano, Valdichiana. Observa-se nesta planta a indicação de três portas (3,4, e 5); e o Palazzo Comunale. Localizado no baricentro do triângulo está *la campana* (1) (GUIDONI, 1981a).

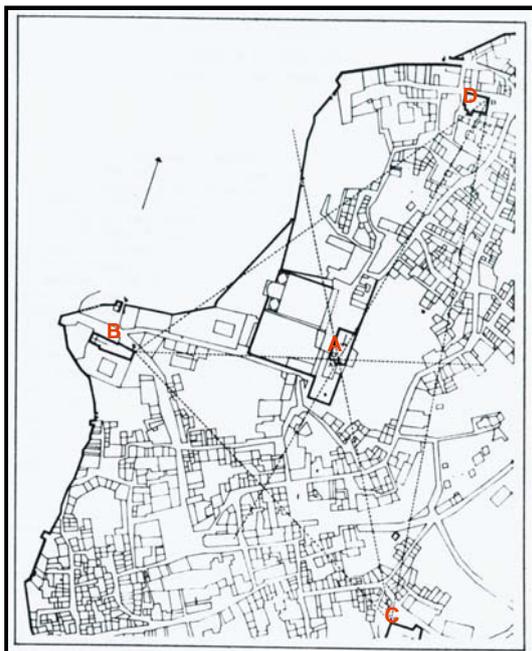


FIGURA 17 – Planimetria parcial de Firentino. No baricentro do triângulo está situada a catedral (A); (B) a igreja de São Francisco; (C) S. Maria Maggiore; (D) S. Maria Gaudenti (GUIDONI, 1981a).

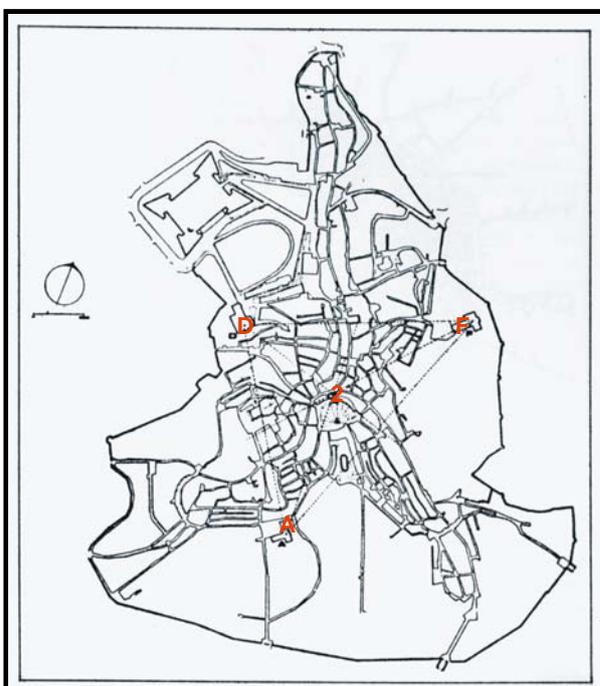


FIGURA 18 – Planimetria da cidade de Siena. Na planta é indicada a posição da loggia dei Mercanti (2); em uns dos vértices do triângulos está a igreja de S. Domenico (D); em outro a igreja de S. Francisco (F); e, de S. Agostinho (A) (GUIDONI, 1981a).

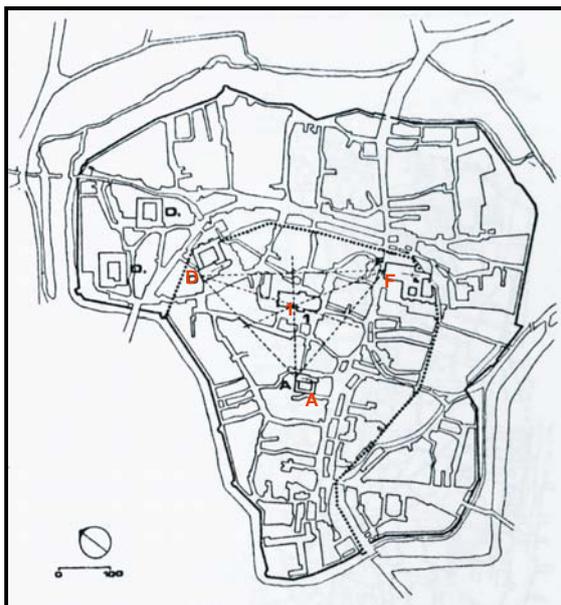


FIGURA 19 – Planimetria de Colmar. No baricentro do triângulo está a igreja de S. Martino (1); nos vértices estão a igreja dos Dominicanos (D); dos Franciscanos (F) e dos Agostinianos (A) (GUIDONI, 1981a).

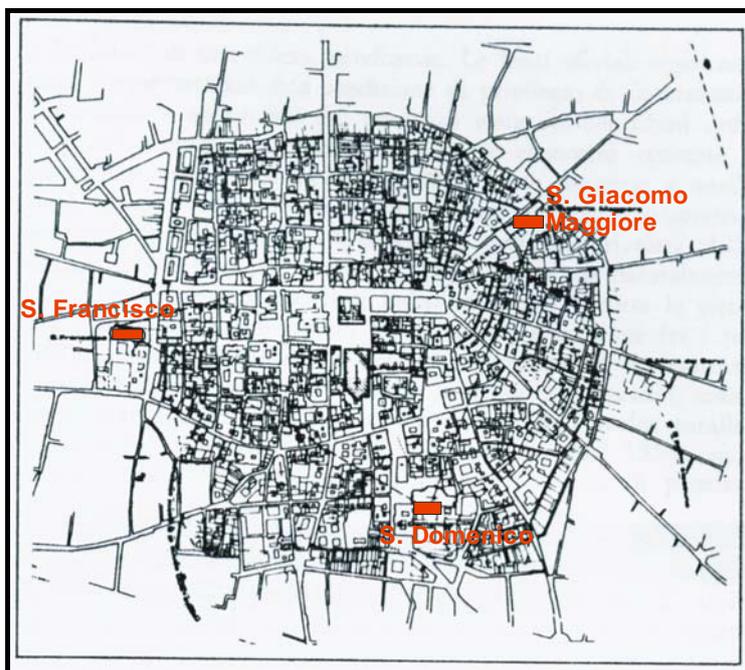


FIGURA 20 – Planimetria parcial de Bolonha. Na planta está indicada a relação entre três igrejas; a de S. Francisco; a de S. Domenico; e, a S. Giacomo Maggiore (agostiniana), nos vértices do triângulo, tendo como baricentro a igreja de S. Petrônio (GUIDONI, 1981a).



FIGURA 21 – Planimetria da cidade de Palermo. Na figura pode-se observar a implantação de três igrejas nos vértices do triângulo; (A) igreja de S. Agostinho; (C) S. Francisco; (F) S. Maria Del Carmine. No baricentro o Palazzo Pretorio (GUIDONI, 1981a).

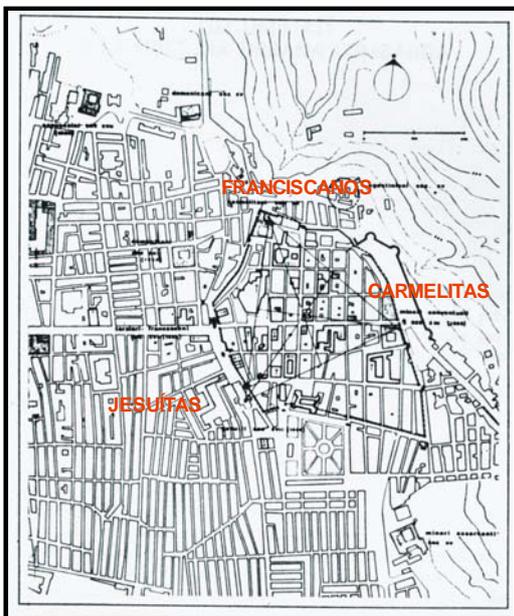


FIGURA 22 – Planimetria da cidade Alcamo, Sicília. Na planta têm-se a localização dos jesuítas, franciscanos e carmelitas implantados nos vértices do triângulo (GUIDONI, 1981a).

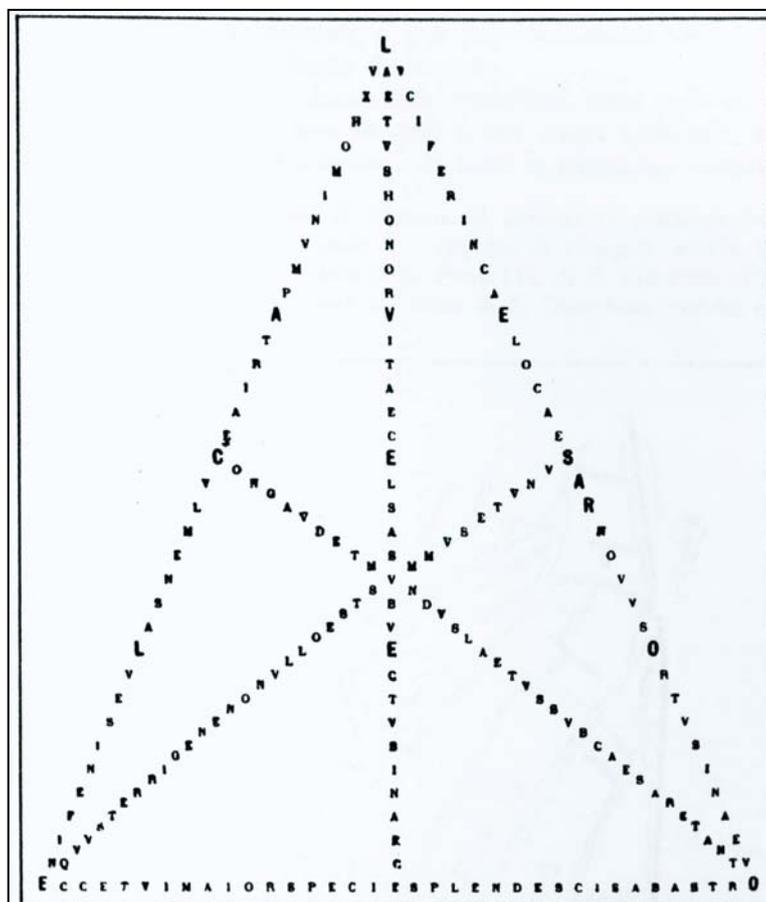


FIGURA 23: Artífico literário em forma de pirâmide, de autoria de Eugenio Vulgario. Artífico utilizado entre os séculos IX e X na Europa escritos sob formas variadas (logografos, labirintos, pentacrósticos, etc) (GUIDONI, 1981a).

Esta forma de implantação das ordens religiosas podem ter sido transpostas para o Novo Mundo, que foi colonizado pelos espanhóis e portugueses. Esta configuração poderia ser observada, conforme citou Lucas S. J. (1997), não só nas cidades do México e Cuzco, bem como, problematizamos nesta pesquisa, poderia ter influenciado na implantação de templos religiosos no Brasil, tal como, na Vila da Vitória, conforme abordaremos adiante.

A configuração espacial destes templos, conforme citaram Guidoni (1981a) e Lucas S. J. (1997), não tendiam a considerar uma mesma centralidade, *i.e.*, nem sempre os mesmos edifícios eram tratados como centro da triangulação, havendo uma certa flexibilidade na escolha na função destas edificações, como se deu nas cidades de Florença e Bolonha. Porém, todos estes edifícios tiveram um papel de destaque na vida cotidiana das urbes medievais, aos quais, a disposição dos templos procurou referenciar.

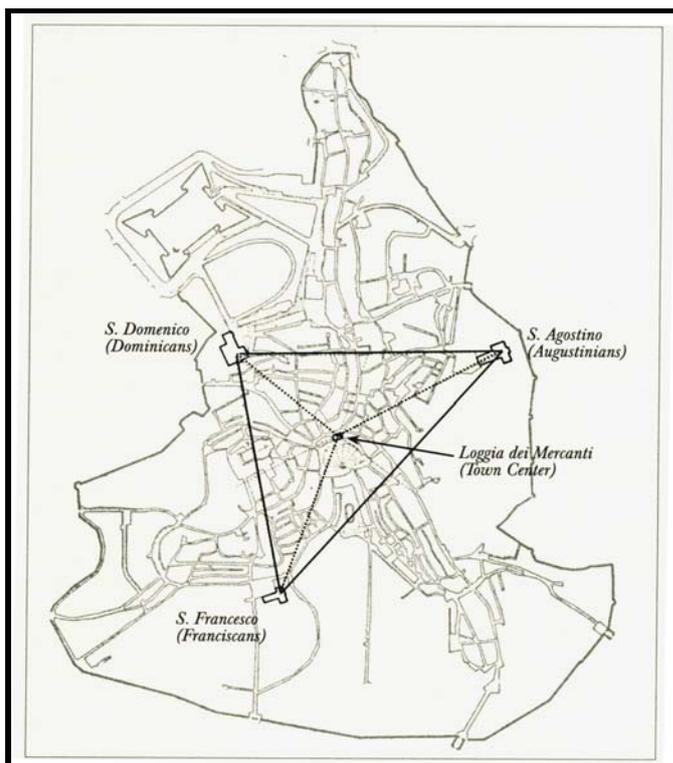


FIGURA 24 - Planta da cidade de Siena na Idade Média. Pode-se observar a relação das igrejas das ordens religiosas, dominicanos, agostinianos, e franciscanos, que formam um esquema triangular e no baricentro da figura geométrica estava implantada a Loggia dei Mercanti (LUCAS S. J.,1997).

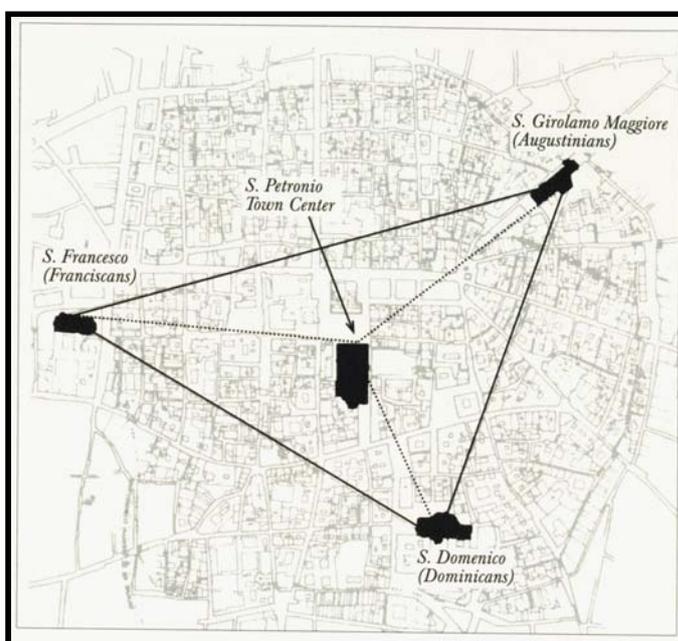


FIGURA 25 - Planta da cidade de Bolonha na Idade Média. Nesta cidade pode-se observar também a relação das igrejas das ordens religiosas, dominicanos, agostinianos, e franciscanos, que formam um esquema triangular, conforme também demonstrou GUIDONI (1981a).. No baricentro da figura geométrica estava implantada a Piazza S. Petrônio (LUCAS S. J.,1997).

Os exemplos paradigmáticos deste tipo de implantação foram observados no norte e na área central da Itália, e na França, das quais citamos as cidades de Perugia, Siena, Riete, Narni, Todi, Pistoia, Castiglione Fiorentino, Cortona, Montefalco, Prato, San Sepulcro, Lucca, Bolonha, San Giminiano, Orvieto, Cittá di Castello, Massa Marítima, Florença, e Colmar (LUCAS S.J., 1997).

Além disto, conforme citou Guidoni (1981a), e nisto se apoiou sua tese, havia uma **intencionalidade**, *i.e.*, havia a existência de uma idealização para uma determinada configuração espacial que se objetivava, ou seja, houve projetos para se seguir este tipo de implantação nas cidades medievais cristãs exemplificadas.

Segundo Panofsky (1991), houve também nas cidades medievais um importante fenômeno que envolveu o campo dogmático, teológico e filosófico. O conteúdo das referências da associação destas três esferas se refletiu na composição dos espaços arquitetônicos e urbanos e se expressou, especificamente, através da analogia entre a arquitetura gótica e a escolástica. Logo, a associação destes conteúdos, segundo o autor, dificilmente pode ser considerada casual em função de “[...] sua coincidência no tempo e no espaço” (p.2); e, poderiam ter influenciado na disposição formal das ordens mendicantes nas cidades européias cristãs, com o tema da reprodução de símbolos de sua tradição, como o **triângulo** (*i.e.*, o princípio cristão da trindade<sup>124</sup>) e a **cruz** (GUIDONI, 1981a).

Assim, conforme afirmou Panofsky (1991, p.3), “[...] a hora e o local de nascimento dos primórdios da escolástica coincidem com os dos primórdios da arquitetura gótica, na forma que lhe deu o abade Surger, em seu projeto para a igreja de Saint-Denis”. Além disto, Panofsky (1991) afirma que esta nova forma de pensar, como, também, o novo modo de construir (*opus Francigenum*) “[...] disseminaram-se a partir de uma região geográfica circunscrita num raio de aproximadamente cento e cinquenta quilômetros em torno de Paris” (p.3), muito embora o novo estilo, tenha sido “[...] ‘criado por muitos mestres, de diferentes países’” (p.3), e tenha evoluído muito rapidamente para se tornar um movimento internacional. Assim, por mais de um século essa região manteve-se como “[...] **centro** do desenvolvimento da filosofia e da arquitetura” (p.4)(grifo nosso).

Na força do apogeu da escolástica, os fundamentos desta escola filosófica se tornaram clássicos, doutrinários, ou se reduziram, *i.e.*, simplificaram-se, especialmente nas ordens mendicantes, até ocorrer sua mudança fundamental, a fase tardia (c.1340). Entre o período de c.1280 e 1349, as segregações da escolástica culminaram no nominalismo

---

<sup>124</sup> O *De Trinitate* de Boécio data do início do século VI e assinalou o nascimento da **Escolástica**, um método que marcou por quase mil anos o pensamento ocidental e, séculos mais tarde, consubstanciou-se em sua mais importante instituição educacional: as Universidades (LAUAND, 2003) (grifo nosso).

crítico, “[...] que negavam, em contraste até mesmo com a filosofia aristotélica, a existência das coisas universais e reconheciam somente as coisas individuais” (p.9), e levaram a um denominador comum, o subjetivismo “[...] estético no caso do poeta e do humanista, [...] religioso no caso do místico, [...] epistemológico no caso do nominalista” (p.10).

O importante foi, que nesta abordagem das novas correntes da escolástica, tanto a mística, como o nominalismo, remeteram o homem, segundo Panofsky (1991, p.10):

[...] à percepção individual de seus sentidos e de suas experiências psíquicas; o *intuitus* é um conceito muito empregado; [...] e para o místico, seus sentidos intermedeiam idéias de cunho imagético e estímulos emocionais, ao passo que o nominalista os considera meios para a percepção da realidade.

Assim, através destes pressupostos teológicos e filosóficos definiu-se (PANOFSKY, 1991, p.10-11):

[...] o *intuitus* do **místico** [que] concentra-se na **unidade**, além de toda diversidade mesma entre o homem e Deus e entre pessoas da Trindade, ao passo que o *intuitus* do nominalista mira a multiplicidade das coisas individuais e dos processos psicológicos.

Todos estes pressupostos da segregação entre místicos e nominalistas na escolástica, geraram dois sistemas que levaram “[...] à anulação da linha divisória entre finito e infinito” (PANOFSKY, 1991, p.11), assim, “[...] não é de estranhar que a Escola Nominalista do século XIV antecipe o sistema heliocêntrico de Copérnico, a análise geométrica de Descartes e a mecânica de Galileu e Newton” (p.11).

Dentro desta perspectiva, podemos observar que a escolástica foi uma escola filosófica que além de estabelecer uma homologia com a arte, também, estabeleceu uma outra homologia com a ciência, abordando o tema da infinitude do universo<sup>125</sup>, tão excepcional no período que antecedeu às grandes explorações marítimas que culminaram no descobrimento de novos continentes, redefinindo a geografia do mundo.

Foi, entretanto, na fase do apogeu do desenvolvimento do gótico tardio que se dividiu em “[...] uma multiplicidade de estilos que refletem essas diferenças regionais e ideológicas” (p.11), característica peculiar do movimento, que por sua vez, permitiu que esta multiplicidade fosse “[...] sustentada por um subjetivismo que apresenta correlação, no plano visual, com o que observa na vida intelectual” (p.11), e foi encontrar sua expressão máxima na interpretação perspectivada do espaço, que foi adotada por Giotto (1330-1340).

---

<sup>125</sup> Cabe ressaltar que a obra de Nicolau de Cusa, *De Docta ignorantia* (Sobre a ignorância erudita) foi publicada em 1440 (Vide capítulo II).

Este novo modo de ver, ou de reproduzir o fato existente, mudou, também, conceitualmente as outras artes, e os escultores e arquitetos começaram a conceber as formas não como volumes isolados, mas como um espaço imagético, constituindo-se no olho do observador, e não na forma pré-fabricada.

Assim, segundo Panofsky, (1991), de certa forma, “[...] as artes tridimensionais fornecem material para uma experiência imagética” (p.12), num período onde a visibilidade artística ainda era essencialmente bidimensional, transformando, inclusive, a concepção das imagens de devoção, afim de permitir ao “[...] crente dissolver sua existência na própria infinitude do Criador” (p.13).

Estas experiências no campo da arte assumiram uma excepcionalidade, segundo nossa hipótese, em virtude da homologia entre as manifestações artísticas com o campo das ciências, bem como, ganharam grande expressividade através da própria segregação da escolástica. O resultado formal que começa a se observar neste período é uma nova noção e apreensão da espacialidade na arquitetura e na cidade, principalmente, nas intervenções nos templos religiosos da Igreja Católica, bem como, na implantação destes templos nas principais cidades cristãs da Europa.

## 4.2 A IGREJA E A CIDADE NO RENASCIMENTO

A período histórico que se designou por Renascimento desenvolveu-se na Itália no período que vai do principio do século XV até o século XVI<sup>126</sup>. Neste período estabeleceu-se um quadro intelectual de mudanças e oposição ao misticismo medieval, onde se assumiu uma nova linguagem compositiva na arquitetura e nas demais artes. Dois fatores influenciaram significativamente na divulgação dos novos princípios artísticos: (1) a descoberta em 1412 e, a publicação em 1521, dos escritos de Vitruvio, *De Arquitetura*; além, (2) do afluxo de muitos artistas gregos à Itália, em virtude da conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453.

Além disso, foram difundidos pelos principais centros da Europa teorias e desenhos criados pelos arquitetos e artistas renascentistas, através de cópias manuscritas, que

---

<sup>126</sup> Alguns autores referem-se a uma análise essencialmente cultural e estética do Renascimento e demarcam este período que compreenderia o início do século XVI até o final do século XVIII. Em arquitetura, no entanto, é consensual distinguir várias fases: o primeiro Renascimento (1420-1500), restrito a Itália; O Renascimento tardio (1500-1600); o Barroco (1600-1765); e, finalmente o Rococó e o Neoclássico (1750-1900), embora, se admitam variações nestas datas de país para país de região para região (LAMAS, 1993; MORRIS, 1989). Há, ainda, a abordagem que considera as mudanças no quadro de referências do pensamento humano. Foucault (1977), conforme abordado, descreve as *epistemes* e define a *episteme* moderna do século XVII ao XVIII, onde houve a substituição do objetivismo dos medievos e dos antigos pelo subjetivismo dos modernos. Assim, do início do século XV até o século XVIII ocorreram mudanças no âmbito cultural, artístico, filosófico, teológico e científico que abalaram as referências e os fundamentos destas áreas da existência e do saber humano que vigorado por mais de um milênio.

continham desenhos de cidades, muitas vezes abordando com ênfase as questões de defesa, tema em voga à época. Destacam-se os tratados de Leone Battista Alberti (1404-1472), o *De Re Aedificatoria*, publicado em 1485; de António Filarete (1404-1472), o *Trattato d' Architettura*, escrito entre 1457 e 1464, só publicado no século XIX, e em parte, sendo divulgado anteriormente na Europa através de cópias manuscritas; o de Giogio Martini (1429-1502), o *Trattato d' Architettura*, escrito em 1495; de Pietro Cataneo, o *Quatro Libri de Architettura*, escrito e publicado em 1554; de Buionaiuto Lorini, *Delle Fortificatione Libre Cinque*; de Vincenzo Scamozzi (1551-1616), que teve sua proposta de cidade realizada através da construção de Palma Nuova e, em 1615, publicou *L' Idea dell Architettura Universale*; e de Francisco de Hollanda (1517-1584), *Da Fábrica que Falece á Cidade de Lisboa*, escrito em 1571, em Portugal (LAMAS, 1993; BUENO, 2001b).

Portanto, a arquitetura e a cidade foram temas abordados desde o início do Renascimento. No entanto, foi a arquitetura que absorveu os novos princípios estéticos, os novos ideais de realização, enquanto no que no estudo das cidades, houve uma teorização, com a concepção das **cidades ideais**. As cidades eram vistas como um objeto de prazer austero de geometria, como no caso do tratado de Alberti (LAMAS, 1993).

Segundo Lamas (1993), são considerados exemplos singulares de cidades renascentistas as cidades coloniais portuguesas no Oriente, a saber, Goa, Damão, e Baçaim, além da fortaleza de Chaul. Conforme citado anteriormente, a cidade de Chaul teve em sua configuração espacial importantes referências do pensamento abstrato e teorizações do renascimento científico.

Durante este período de transformações culturais e estéticas, os edifícios singulares, enquanto elementos morfológicos do espaço, principalmente, aqueles de significação social, político ou religioso, adquiriram grande individualidade e expressão no seu posicionamento urbano. As igrejas foram colocadas em locais predominantes na trama urbana, conforme citou Lamas (1993, p.179):

[...] fecham lados de praças e de perspectivas rectilíneas, posicionam-se em escorço e em proeminência. A partir do Renascimento, a praça e o traçado irão prover e necessitar de edifícios singulares para o seu desenho, numa conjugação recíproca de efeito cênico e monumental.

Lucas S. J (1997), demonstrou como nas cidades de Roma e Florença, as igrejas das ordens religiosas, com ênfase nos templos jesuíticos, passaram a ter um destaque na configuração espacial (FIGURA 26, 27 e 28).

Mas, uma das principais características do Renascimento é a homologia entre ciência e arte. Filippo Brunelleschi (1337-1446), segundo Santillana (1981), deve ser considerado o cientista e artista mais criativo da época, “[...] uma vez que não havia então quase nada que poderia receber o nome de ciência criativa” (p.29).

Santillana (1981), afirmou também, que enquanto durou o período de criação de Brunelleschi, houve uma conjunção de arte e ciência e, citou Alberti que parafesando o arquiteto afirmou: “Se foi alguma vez escrito no passado, nós o desenterramos, e senão foi, extraímos-lo do céu” (p. 35).

Em meados do século XV, aproximadamente em 1450, repercutiu-se na arte o que a nova ciência preconizada por Galileu Galileu efetuou com o telescópio, *i.e.*, que uma teoria especulativa, audaciosa, teria precedido o complexo de realização que permitiu que o domo da igreja de Florença, Santa Maria del Fiore, fosse erigido sem suportes em sua magnitude: suficientemente amplo, conforme afirmou Alberti, para abrigar, à sua sombra todo o povo de Toscana.

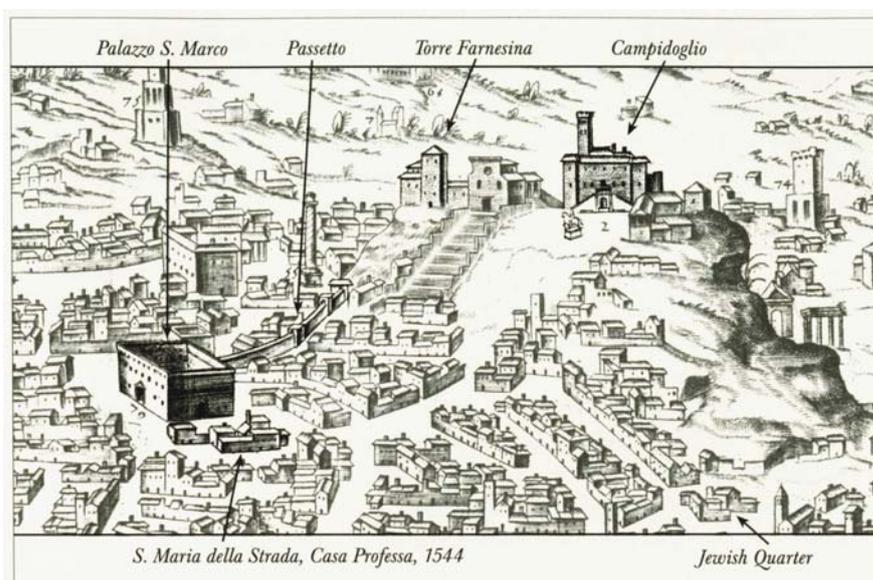


FIGURA 26 - Vista da cidade de Roma, século XVI. Nesta vista pode-se observar a implantação de uma das principais igrejas dos jesuítas no século XVI em Roma, S. Maria della Strada, Casa Professa em 1544, bem como, a localização de um quarteirão onde se localizavam imóveis da ordem religiosa, ambos, localizados próximo a importantes marcos arquitetônicos da cidade (LUCAS S. J., 1997).

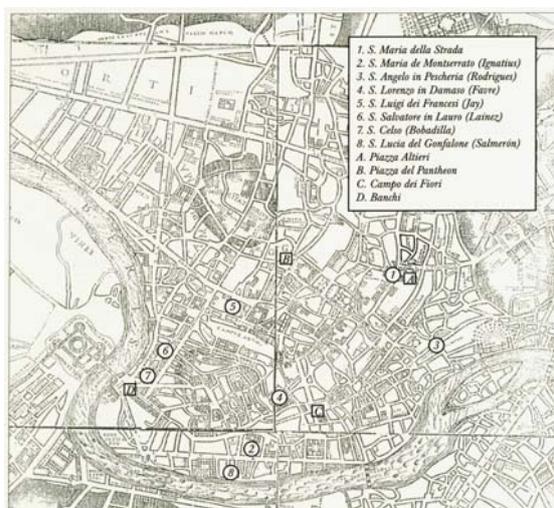


FIGURA 27



FIGURA 28

FIGURA 27 - Planta de Roma, século XVI. A planta demonstra que já neste século, no início das atividades missionárias dos inicianos, a ordem religiosa já procurava se implantar em importantes pontos da cidade de Roma, seguindo o que mais tarde seria denominada de estratégia urbana jesuítica (LUCAS S. J. 1997).

FIGURA 28 - Planta da cidade de Florença no Renascimento. Em destaque a implantação de um templo e colégio dos jesuítas localizado bem próximo a igreja de Santa Maria del Fiore, *i.e.*, no entorno de uma das mais importantes obras do período, o que demonstra a busca das ordens religiosas em se implantarem em locais privilegiados das cidades (LUCAS S. J. 1997).

Houve, portanto, no Renascimento científico um caráter altamente intelectual e teórico, e num determinado momento, segundo Santillana (1981), ocorreu uma faísca que poderia ter ido do mundo do intelecto para todos ofícios. A idéia teria se submetido à reflexão, é esta faísca, então, ocorreu “[...] na única arte capaz de receber um conteúdo altamente teórico, a saber, **a arquitetura**” (p.37). O espaço, portanto, *i.e.*, a nova concepção que contrariou a noção do espaço fechado de Aristóteles, teve sua nova aceção advindo “[...] de Nicolau de Cusa e Brunelleschi” (p.45). Para o artista renascentista o espaço era “[...] puro de luz diáfana todo articulado pelo desenho central, acionando as leis das formas a partir de todos os pontos de vista ao mesmo tempo” (p.45-46).

Foi, portanto, conforme afirmou Santillana (1981), a partir da ciência, com a importante contribuição de Nicolau de Cusa (1401-1464), que se consolidaram as concepções dominantes no *Quattrocento*, sendo que, um dos princípios vigentes do período era o conhecimento apoiado na matemática e não mais na religião, como se dera no medievo. Partindo da matemática o conhecimento não se subordinou mais exclusivamente às categorias metafísicas e religiosas. Logo, a relação do homem com a natureza mudou, pois, para sua medição (medir torna-se a principal tarefa do arquiteto), o método aplicado

passava pela razão do cientista, logo, o método matemático, além de proporcionar o conhecimento e a leitura da natureza, permitiu a afirmação do sujeito diante dela.

Conforme ressaltamos no capítulo II, a contribuição de Nicolau de Cusa, que apregoava a afirmação da razão humana no conhecimento, não se estendeu somente ao campo da Astronomia, mas também ao campo da arte.

Assim, Brunelleschi, o mais excepcional artista do Renascimento, apreendeu o aspecto metafísico do espaço, mantendo a inflexível vontade ao longo de sua vida, de relacionar a ciência e a arte, ao procurar realizar uma síntese entre perspectiva longitudinal, implicando transcendência, e a perspectiva central, que significou para ele uma organização intrínseca do espaço, ou em termos filosófico, **imanência**. Este estágio se manifestou em suas grandes obras, que foram uma das mais significativas deste período, tais como, *San Lorenzo*, *Santo Espírito*, o *Ospedale degli Innocenti*; até atingir a síntese, alcançada próxima a sua morte (1446), com a cobertura do domo da igreja *Santa Maria del Fiore*, em Florença. Esta magnífica obra, observou Santillana (1981, p.43-44),

Não é somente sua mais notável solução de engenharia estática (o que foi considerado um milagre de elevação sem suportes), mas é também, em sua estrutura de 'nervuras e membranas', como era chamada, a solução formal conclusiva de uma questão filosófica. Os triângulos lentamente convergentes são formas geométricas puras conduzindo ao infinito, de um modo nunca alcançado antes em nenhum domo hemisférico. O vôo vertical do gótico está transposto para outro tom, que termina e se mantém unido pelo lanternim no topo.

Assim, duas das principais características do Renascimento científico tiveram sua origem numa transformação específica das artes. As expressões artísticas eram criadas buscando coerência e trazidas à luz, numa época, em que os artistas da **representação** e da **construção** formaram uma nova idéia de seu significado, passando essa nova idéia por uma elaboração teórica, de tal forma que foram capazes de relacioná-las com a realidade.

Uma das grandes expressões da arte urbana renascentista foi a centralidade espacial projetada por Bramante para a Basílica de São Pedro (Vaticano, 1506), onde a planta em cruz grega, a biaxialidade e a rigorosa geometria unificaram o espaço e ordenaram o tratamento plástico que tornou clara a racionalidade matemática da obra. Além disto, o arquiteto transpôs para o espaço a idéia de que Deus fez o Universo. Nesse templo o sereno e monumental *domus*, colocado no centro, permitia a claridade no interior, bem como, a expressão de riqueza e de estabilidade foi concebida para compor toda a criação divina, racional e segura. O mais importante, é que seu significado ultrapassou o espaço da basílica e transformou-a no centro do espaço urbano.

O Renascimento foi, portanto, enquanto manifestação artística, movimento histórico cultural, onde houve a afirmação do elemento natural e laical da cultura, entendido como

valor mutável, portanto, histórico. Foi, desta forma, a descoberta do natural e do humano no próprio terreno da natureza e do homem, tendo o Humanismo como sua consciência cultural.

Segundo Correia (1991), o Renascimento teve uma face singular, florentina e italiana, que divergiu da manifestação portuguesa do século XV, com suas estruturas sociais diferentes e até opostas. Portugal se caracterizou à época, de forma oposta a sociedade italiana, por se constituir em uma sociedade dominada por uma aristocracia ainda **sociologicamente medieval**, e que se lançou na descoberta de diferentes espaços geográficos.

Os Descobrimentos representaram, nesta perspectiva de análise, “[...] uma complementaridade essencial ao renascimento italiano e só os dois movimentos conseguem ser os **dinamizadores** da modernidade cultural na Europa” (CORREIA, 1991, p.23) (grifo nosso).

Neste contexto, segundo Correia (1991), o estilo manuelino, foi uma situação cultural ambígua, que se integrou aos aspectos formais do gótico final e, por outro lado, se propôs a ser a modernidade possível no contexto da sociedade portuguesa e de Ultramar. Mas, foram nas **transformações urbanísticas** que ficaram expressas as novas concepções do poder: “[...] é o imaginário ainda medieval mas já a serviço de um mundo novo” (p.23).

O estudo do Renascimento em Portugal, segundo Correia (1991), deve priorizar a setorização por regiões, devido sua maneira de manifestação local, visto a pluralidade de fontes que caracterizou um poliformismo inicial e as suas diversificadas concretizações.

Como destaque temos, então, a cidade de Coimbra, onde houve a reforma espiritual, escolar e arquitetônica de Santa Cruz, contando com a colaboração de Diogo de Castilho e João de Ruão, ou seja, uma intervenção renascentista com a participação do corpo técnico da engenharia militar portuguesa. Segundo Kubler (1988), no século XVI, os arquitetos portugueses que trabalhavam em Portugal ficaram fascinados pela relação geométrica e volumétrica dos interiores com os exteriores. As possibilidades espaciais da parede como membrana, em geral, um limite a ser transformado, foi nesta intenção projetual, tratada como estrutura celular e como zona de circulação, tendo, portanto, esta iniciativa partido dos engenheiros militares.

Para estes especialistas a parede era sempre um lugar possível de ser ocupado, seja pelo exercício de profissão, ou, pelas necessidades. Neste sentido, cabe ressaltar, que os engenheiros militares atuaram não só na arquitetura militar, como também na **arquitetura religiosa**, como nos doze confessionários desenhados como casamatas de fortalezas, na compacta parede dos Jerônimos, em Belém.

A obra foi dirigida pelo engenheiro militar Diogo de Boytaca, que também atuou no risco de fortalezas na África, e esteve presente na expansão da arquitetura europeia levada

ao Oriente. Este período estilístico foi denominado por Kubler (1988) de arquitetura chã, que apresentou características singulares resultantes da conjuntura militar e religiosa portuguesa; logo, não só da influência renascentista ou da tratadística italiana, o que nos leva a concluir, que o Renascimento teve características próprias em Portugal.

Assim, pode-se conjecturar que a transposição deste movimento cultural e estilístico para as colônias de Ultramar certamente sofreu estas mesmas influências, além do que, não se poderia negar, da própria escola italiana, segundo as limitações de tempo e espaço.

Na colonização do Brasil, através do exercício profissional dos engenheiros militares, foram inseridos parte dos princípios do Renascimento, visto que estes profissionais estavam em sua formação diretamente ligados às ciências da matemática, da trigonometria, da arquitetura e do urbanismo. Estes princípios foram expressos, nos séculos XVI ao XVIII, não só na arquitetura militar e civil, bem como, através da arquitetura religiosa, tal como, o caso da Capela da Casa de Garcia D'Ávila, no porto de Tapuapara, litoral norte da Bahia, cuja traça é atribuída a um destes especialistas<sup>127</sup>. No Rio de Janeiro, nos séculos XVII e XVIII, das vinte e seis igrejas estudadas por Alvim (1999), destacam-se aquelas concebidas por engenheiros militares; entre as quais citamos, a Igreja de N. S. Moontesserrate do Mosteiro de São Bento, que teve a primeira traça desenhada por Francisco Frias de Mesquita, em 1617, e a segunda por Frei Bernardo de São Bento, em 1670; a Igreja de Nossa Senhora do Outeiro, cujo projeto é atribuído ao Tenente-Coronel José Cardoso Ramalho, embora, sem base documental; o projeto da Igreja de N. S. da Candelária, concebida pelo Sargento-mór engenheiro Francisco João Roscio, de 1775; e por fim, a Igreja da Santa Cruz dos Militares, cuja planta foi assinada pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, construída em 1780-1811 (BUENO, 2001b).

A importância da atuação da engenharia militar no âmbito da arquitetura e da projeção de espaços urbanos coloniais foi abordada por Bueno (2001b). Em sua pesquisa a autora, ressaltou que a formação destes profissionais estava pautada nas novas concepções teóricas, e que para tanto, a Coroa Portuguesa investiu em intercâmbios culturais com a Itália, com o objetivo de introduzir nas escolas de formação destes profissionais as teorias e concepções da tratadística renascentista. As escolas de formação dos engenheiros militares foram organizadas em Portugal a partir do século XVI. No Brasil, a partir do século XVII, com ênfase no período posterior, *i.e.*, nos séculos XVIII e XIX, a atuação destes profissionais se fez sentir de maneira mais sistemática, nos projetos de cidades fundamentais à defesa do território e, nos principais edifícios públicos de importantes cidades coloniais. Além disto, houve também uma transposição dos conteúdos

---

<sup>127</sup> Esta informação está na obra de MOREIRA, Rafael. A arte luso-brasileira: modelos, síntese, autonomia. In: *História da Expansão Portuguesa*. BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 25-39 (Catálogo de Exposição).

eruditos para a arquitetura religiosa (FIGURA 29 e 30), visto que, a Igreja Católica pretendeu conciliar a linguagem do espaço e da arte e os métodos litúrgicos de conversão dos fiéis.

Concluindo, ressaltamos que as bases do Renascimento, que foram subsidiadas pela corrente filosófica do Humanismo, que, por sua vez, conforme observamos, se contrapôs aos princípios da escolástica medieval, propôs o retorno aos valores da antiguidade clássica. Surgindo na Itália, região de vigorosa tradição cultural e artística, o Renascimento teve uma forte herança da cultura greco-romana e, recebeu, ainda, importante influência das culturas bizantina e árabe, devido à extensão geográfica do império romano.

Neste contexto, o homem, procurou se libertar das tradições feudais, e se tornar capaz de expandir livremente sua energia criadora, além, de ter procurado explicações racionais sobre o universo que o cercava.

As intervenções da Igreja Católica no período, com ênfase naquelas ocorridas em Roma, visaram transformar a cidade na **capital de um universo ampliado**, cujas referências foram as grandes descobertas; ou seja, não só a Europa, como tudo que vinha sendo conhecido no espaço geográfico ao redor do mundo.

Um dos principais testemunhos do interesse que a Igreja Católica tinham nos princípios preconizados pela Renascença foram as contratações que os papas Alexandre VI (da família Bórgia, 1492/1503), Júlio XI (1503/1513) e Leão X (da família Médicis, 1513/1521), utilizando-se dos recursos da instituição arrecadados em toda a Europa cristã, realizaram para a construção de igrejas e palácios.

#### 4.3 A IGREJA E A CIDADE NO BARROCO

Os grandes movimentos de criação estilística, como o clássico, e o gótico do século XIII, não estavam imbuídos de articular uma **teoria artística**. As teorias decorrem da arte e não a precedem, e por isto se criaram escolas, sendo que, segundo Bazin (1997, p.17):

[...] em nenhum outro momento da história da arte a teoria encontrou-se tão intensamente oposta à prática quanto destes dois séculos que assistem à **proliferação das mil e uma formas** daquilo que denominamos com o nome casual de barroco. (grifo nosso)



FIGURA 29: Páginas de rosto dos livros, respectivamente, dos *Artefactos symmetriacos*, de Ignacio da Piedade Vasconcelos, Lisboa, 1733; e, do livro de Lorenzo de San Nicolás, *Arte y Uso de arquitetura*, segunda parte, Madrid, 1736. Estas foram algumas das obras que forma publicadas na Europa e que vieram a influenciar a produção da arquitetura religiosa na América Portuguesa, bem como, em outras possessões coloniais lusitanas (BURY,1991).



FIGURA30: Projeto da fachada da igreja de São Francisco de São João del Rei, da segunda metade do século XVIII. Trata-se de um dos raros desenhos conservados de composição dos edifícios religiosos da arquitetura de Minas Gerais. Tais testemunhos da arquitetura religiosa demonstram que houve uma transposição dos conteúdos eruditos europeus para a América Portuguesa.

O classicismo, iniciado na Itália, foi recomendado pelos teóricos aos artistas, e seus princípios rígidos decorrem daquilo que se denominou período clássico (*antique*) e das obras do Renascimento italiano que se tornaram regras.

No Barroco na verdade, expressava não só uma manifestação artística, como também, todo o conflito de uma época. As formas expressivas desta nova concepção estética e filosófica residiam no conflito, no drama, e na ruptura espacial que abriram caminho para a espacialidade barroca.

Segundo Gasparini (1997), o Barroco foi um fenômeno cultural que refletiu os conflitos e incertezas do homem do Seiscentos e, o poder de persuasão foi a noção primordial da estética barroca, bem como, a atitude fundamental do pensamento artístico.

Na América Latina, a difusão da retórica, como discurso persuasivo, encontra terreno fértil e “[...] uma aplicação fanática nas atividades artísticas manejadas pelo único poder que as controlava: a Igreja” (GASPARINI, 1997, p.44). No entanto, a arquitetura barroca da Europa e da América Colonial diferem, principalmente, pela diferença entre suas estruturas sociais. No contexto colonial “[...] a função persuasiva da arte [...] vale-se de um programa condicionado, restrito e limitado a enfatizar o signo triunfal da religião. Recorrer ao espetacular é o essencial. No fundo, **institucionaliza-se o ilusório e o engano**” (p.44) (grifo nosso), enquanto que na Europa, a arte barroca pretendeu converter um ideal religioso num ideal cívico, para fazer dele a norma de vida social e política.

Assim, apesar de possuir nexos comuns, as idéias do período vão produzir atividades distintas, tendo em vista que a maneira de formulá-las também diferiam e, conseqüentemente, atuavam distintamente sobre as atividades artísticas.

Numa perspectiva bastante profícua Averini (1997), apresentou uma hipótese, *i.e.*, uma outra visão sobre a expressividade da arte barroca, ressaltando, inicialmente, que esta seria a “[...] primeira manifestação de arte, no mundo moderno, a ter uma **nota de universalidade extra-européia**” (p.23 ) (grifo nosso). Tendo o advento do barroco, segundo Averini (1997), coincido com a exploração que os povos europeus faziam de outros continentes, num amplo domínio e conhecimento geográfico, sendo que, em sua maioria estas regiões estavam situadas nas zonas dos trópicos, e da linha do equador, bem como, coincido com o contato com povos e civilizações até então desconhecidas, denominados tropicais ou subtropicais, teria, então sofrido influência do choque entre as culturas e a natureza encontradas.

Os relatos dos navegadores e exploradores dos novos continentes descobertos descreveram, nos séculos anteriores, maravilhas dos espetáculos naturais e das culturas encontradas, jamais vistas na Europa. Destes relatos teria se destacado a carta escrita no

Brasil por Baccio de Filicaia ao grão Duque de Toscana. Além destes documentos, houveram, também, segundo Averini (1997, p.23),

[...] as obras, compostas por missionários, na maioria **jesuítas**, onde flora, fauna, costumes e monumentos dos países novos do Oriente e Ocidente são descritos sistematicamente, com profusão de pormenores, larga profusão de ilustrações e por vezes até com discernimento crítico e valorização afetiva. (grifo nosso)

Do resumo destes livros, pode-se, então, segundo a hipótese defendida pelo supra citado autor (AVERINI, p.24),

[...] obter as **matrizes** das quais nasceram muitas **invenções exóticas** de arquitetos como Borromini e Guarini; mas retirar-se-á deles também uma noção bem mais pertinente da atmosfera que respirou toda a intelectualidade católica durante os séculos XVI e XVII. (grifos nosso)

A perspectiva teórica ora apresentada considerou que nos trópicos, *i.e.*, nos território conquistados pelos povos europeus, com ênfase na América, a expansão da Igreja Católica teria encontrado compensações para as graves perdas obtidas com a reforma luterana e o cisma inglês, o que reforça a perspectiva apresentada por Gasparini (1997). Segundo este pressuposto, Averini (1997), afirma que houve um sensível deslocamento das idéias difundidas na Europa para as regiões citadas. Desta forma, o autor indaga (p.25) “[...] quais interferências, no sentido cultural, foram geradas nas diretrizes da ação eclesiástica, pela aceitação no corpo da Igreja das novas comunidades extra-européias”. Logo, quando se considera que do século XVI em diante o eixo territorial do catolicismo foi naturalmente se deslocando em direção aos trópicos, sob a influência do impulso renovador da Igreja Católica, e com a instituição da *Propaganda Fide*, pode-se conjecturar que os eclesiásticos souberam, não só engendrar um quadro social capaz de estimular os artistas a criarem uma linguagem estética, bem como, criou situações favoráveis a sua expressividade.

Assim, conforme definiu Averini (1997, p.25), o Barroco foi,

[...] precisamente, na expressão da sua arte religiosa, o resultado duma **conciliação** entre o mundo da **tradição cristã-européia e as formas de percepção e sensibilidade** das vastíssimas regiões que se **incorporaram ou entraram em contato com ele**: conciliação cientemente preparada em **Roma**, a cidade da qual partiu o impulso renovador, a única no mundo que possuía as forças necessárias para orientar e dominar; preparada numa linha de coerência, com acento na tradição, mas com a **perspectiva ancestral etimológica duma universalidade**, que não tinha rejeitado, também noutras fases de esplendor, contributos e empréstimos admiráveis.

Na América Portuguesa houve também outro aspecto relevante que influenciou na disseminação da estética barroca: a descoberta das primeiras jazidas de ouro na região de Minas Gerais, nos fins do século XVII, que se refletiu num inusitado desenvolvimento do interior do território colonial, registrando-se em 1709, 30.000 almas, em novas vilas que foram fundadas na região. No período áureo da produção mineira, entre 1720 e 1750, houve um enriquecimento em algumas destas novas vilas, tais como, Ouro Preto, Mariana e Sabará, que manifestou-se na excepcional refulgência de suas igrejas (SERRÃO, 1997).

Enquanto estilo internacional ou arte internacionalizada, o Barroco, como afirma Pereira (1997), possuiu formas e temas que também se expandiram pelos territórios europeu e americano, muitos influenciados pelos avanços científicos<sup>128</sup>. A cosmologia barroca, tema que influenciou na composição formal da arte e da arquitetura, teria nascido, segundo o autor [...] com a descoberta de Kepler que provava que a órbita do planeta Marte em redor do Sol não era circular mas elíptica” (p.164). Assim, o círculo perdeu seu sentido enquanto unidade significativa e simbolicamente atuante; e a elipse remetia a idéia de dois centros – um aparente e outro obscuro – ou da pluricentralidade, que refundou uma nova epistemologia na arte e na arquitetura: “[...] assim [...] os esquemas compositivos [...] influenciados pela figura do centro múltiplo e da eplipse [...] [expressavam] descentramento, duplo centro real e virtual, anamoforse do círculo” (p.164).

Em arquitetura, as plantas da Sala Elíptica do Convento de Mafra (Ludovice, c.1717), da igreja dos Clérigos do Porto (Nasoni, iniciada em 1731) e, da igreja Nossa Senhora da Lapa em Arcos de Valdevez (1767) expressam esta nova concepção do espaço.

Assim, retomando o contexto da América Portuguesa, nas capitanias de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, e de Pernambuco, ocorreram inovações de programas arquitetônicos ou no sentido geral da composição plástica e estética. No século XVIII “[...] importavam-se os planos originados na escola de Carlos Borromini, plenamente barroco, com poligonais alongadas, ou então, em forma de oval ou uso de curvas sucessivas” (PEREIRA, 1997, p.248). Citam-se como exemplo as igrejas da Glória do Outeiro (1714-1739) e, a de São Pedro dos Clérigos (iniciada em 1733 e, posteriormente demolida), situadas no Rio de Janeiro, atribuídas ao tenente coronel José Cardoso Ramalho; bem como, a de São Pedro dos Clérigos, no Recife (1728-1759), risco do mestre Manoel Ferreira Jácome. Em Minas Gerias<sup>129</sup>, desenvolveram-se plantas de origem ou matriz borrominica,

<sup>128</sup> Nesta época inquieta e dilacerante, os conflitos vieram das descobertas científicas já mencionadas, tais como, a hipótese heliocêntrica de Copérnico contida no *De Revolutionibus Orbium Caelestium*, publicado em 1543, e que só teve grande repercussão revolucionária a partir da segundo metade do século, e as obras de autores como Giordano Bruno, que foi publicada em 1584.

<sup>129</sup> Em Minas Gerais, o conhecimento da arquitetura européia teria influenciado na criação artística e arquitetônica e pode ser atestado, segundo Bury (1991), através de um documento escrito pelo capitão Joaquim José da Silva, constando na biografia do *Aleijandinho*, de autoria de Rodrigo José Ferreira Bretãs, onde há referência a diversas igrejas projetadas e construídas na região. Algumas destas igrejas, inclusive, são de autoria de engenheiros militares, fato que pode explicar a influência de referências européias. No referido documento,

cujo exemplar notável é a Matriz do Pilar de Ouro Preto, além, das duas igrejas irmãs, as igrejas de Nossa Senhora do Rosário, de Ouro Preto e, a de São Pedro dos Clérigos, de Mariana, que possuíam plantas praticamente iguais, constituídas de duas formas ovais entrelaçadas (SILVA TELES, 1997).

A excepcionalidade do Barroco, conforme aborda Gasparini (1997), está na ampla utilização da persuasão, da profusão das formas, do apelo aos sentidos para a conversão dos fiéis. Assim, conforme assinalou Nunes (1981, p.24) não há mais neste período “[...] aquela **homologia** formal entre a arte e o pensamento teórico, conceptual e abstrato, que encontramos no Medievo e ainda no Renascimento”. Houve, portanto, uma significativa afinidade entre a visualidade dominante do barroco e o plano de fundo de pensar filosófico, que abrigou “[...] os pressupostos não aclarados dos sistemas metafísicos modernos” (p.25), uma afinidade contraída em torno da **experiência da infinitude**.

Tais concepções do espaço foram utilizadas pelos jesuítas, que as tornaram expressas em suas igrejas, reduções e mesmo nas cidades onde se implantaram. Esta noção da nova espacialidade é decorrente da participação que os inicianos tiveram no florescimento e investigação dos princípios teóricos e científicos no Renascimento<sup>130</sup>. Em Portugal os jesuítas estiveram à frente do Colégio de Santo Antão, onde formaram-se dezenas de engenheiros militares (BUENO, 2001). Além disto, os inicianos possuíam a época amplo domínio das ciências consideradas tradicionais, pois, constituíram-se em um dos poucos grupos de indivíduos que dominavam a fala e a leitura do latim, idioma em que estas obras estavam, em sua maioria, escritas.

Portanto, a hipótese apresentada por Averini (1997), demonstra o amplo conhecimento que as ordens religiosas, especialmente os jesuítas, possuíam, não só no âmbito teológico e filosófico, bem como, no âmbito científico, no campo das renovações técnicas.

Entretanto, o que cabe aqui ressaltar, é que na América portuguesa e espanhola, os jesuítas foram os grandes percussores da arte barroca, destinada, quase que exclusivamente, a propagar os dogmas da fé Católica.

Ou seja, conforme afirmou Nunes (1981), através da homologia entre referências teóricas, e mesmo teológicas e, a arte, utilizaram-se os representantes da Igreja Católica, do

---

segundo Bury (1991), Joaquim José da Silva fez referência a singularidade e superioridade das esculturas e no *debuxo* e ornatos de gosto francês de Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho), realçando a elegância, a invenção, o equilíbrio natural ou composto, e a escolha e disposição dos acessórios em suas obras.

<sup>130</sup> Nesta época já era conhecida pelos inicianos a noção do ilimitado, do espaço e do movimento, a imensidão do cosmos, o *continuum* do real, o infinito, enfim, as noções que deram suporte as teorias de Giordano Bruno a Spinoza. A Igreja de *Jesú in Roma*, subverteu, então, o equilíbrio e a simetria através de uma arte hiperbólica e impetuosa, de decoração profusa e ilusionista, a serviço do humanismo devoto da Contra-Reforma (NUNES, 1981).

recurso da visualidade, da persuasão, dos efeitos cênicos, seja na arquitetura ou no espaço urbano, com o intuito de persuadir, convencer, catequizar e subjugar, índio e colonos.

Assim, podemos afirmar que a através das orientações da Contra Reforma, principalmente, nas colônias, e através da ação missionária jesuítica, imprimiu-se à arte um modo particular de representar, que adequou os fins catequéticos aos fins artísticos. Esta manifestação se fez expressa no século XVIII, na região das Minas Gerais, conforme abordado acima, no coroamento apoteótico da fé cristã. Além disto, esteve presente nas obras de um dos maiores expoentes da arte colonial mineira, o Aleijadinho, seguindo o “[...] sentido da função exercida por Roma no singular processo de civilização do continente americano [que] ressalta mais uma vez como um fenômeno de clarividência e realística adesão a uma realidade humana e espiritual” (AVERINI, 1997, p. 29).

A experiência da infinitude, contida na estética barroca, foi, portanto, a expressão máxima da força de persuasão pela arte, pela fé e pela cultura. A cidade de Roma<sup>131</sup>, sede da Igreja Católica, foi o principal local de onde se irradiaram as novas concepções espaciais para o mundo inteiro.

Conforme exposto, pudemos constatar que durante o medievo, a Igreja Católica valorizou em seus espaços arquitetônicos e nos sítios de implantação de seus templos, sua dimensão de poder simbólico, e os aspectos ligados ao misticismo. No mundo exterior, no espaço da cidade, houve uma preponderância da imponência do edifício em seu território de implantação, ou seja, as igrejas eram marcos na paisagem e na dinâmica da cidade. A idéia de um mundo fechado deu a Igreja Católica um poder considerável no imaginário da sociedade medieval, poder este que foi transferido para seus espaços, com o objetivo, de através da fé, submeter a razão e a liberdade dos homens à época.

No Renascimento, com as inovações científicas, a noção mundo de fechado cedeu lugar para uma nova perspectiva, a de um universo aberto. Nesta nova concepção de mundo, as ciências exatas, tais como, a matemática e a geometria, dominaram as novas formas de projetar os espaços. Neste momento, a Igreja Católica, investiu em projetos nos templos e nas cidades que adotassem este princípio, valorizando a relação centrada entre o homem e a divindade única de seu dogma. Os templos, numa outra linguagem, primando os

---

<sup>131</sup> Cabe, então, destacar a intervenção ocorrida em Roma, na praça de São Pedro, onde Bernini interviu para destiná-la a ser o centro persuasivo da religião católica, cujo objetivo era irradiar a mensagem da Igreja. O arquiteto projetou com a visão e a imaginação um espaço para uma comunicação fácil e imediata, cujo objetivo era, também, despertar a devoção mais próxima do homem. A intervenção em São Pedro teve como objetivo também transformar seu espaço externo num grande teatro persuasivo, intervindo em seu espaço urbano, onde a mensagem histórica e religiosa seria a síntese. Segundo Noberg-Shulz (1985), as obras de Bernini tiveram sempre como característica tornar-se centro focal, onde se destacavam alguns de seus elementos, tal como, o projeto da cúpula da Igreja de *Sant'Agnese*, lançada intencionalmente para dentro do espaço urbano, ocorrendo o mesmo com a excepcional intervenção na *Piazza Navona*, onde o autor, aos referi-se as obras dos arquitetos barrocos, afirmou que estes profissionais nos fazem “[...] compreender como teria sido uma cidade desenhada por Bernini e Borromini: latente, expressiva e rica em conteúdo humano” (p.444).

efeitos de perspectiva, de simetria e ordem, continuam a objetivar a mesma centralidade espacial que norteou as proposições para as cidades.

No período posterior, caracterizado por dúvidas e questões dilacerantes, os conflitos dominaram o homem, e o Barroco foi uma resposta estilística a estes questionamentos. Seguindo esta tendência, e também no âmbito da Contra Reforma, os templos e os espaços citadinos se tornaram verdadeiros ambientes da teatralidade, da persuasão.

Neste sentido, podemos constatar, que os templos católicos adotaram em suas implantações nos espaços das cidades, na longa duração, o sentido de seu tempo, numa tentativa de sobrepor sua mensagem divina à mensagem humana. Fé e razão, na linguagem católica, foram aliadas somente para viabilizar a propagação dos dogmas da religião, que levada aos quatro cantos do mundo, se fez presente, através da história, por sua linguagem no espaço sempre expressiva, objetivando o domínio, do tempo, dos corpos, das cidades.

#### 4.4 A IGREJA NA AMÉRICA PORTUGUESA

A presença da Igreja Católica na América Portuguesa se deu pela aliança estreita e indissolúvel entre a Cruz e a Coroa, o trono e altar, a Fé e o império. Esta aliança era uma das principais preocupações dos monarcas ibéricos e durante séculos uniu as duas instituições.

A união se deu pelo regime do **Padroado Real** da Igreja do Ultramar exercido pelas Coroas Ibéricas, conforme definiu Boxer (1989, p. 59):

[...] padroado Real em português e Patronato [...] em espanhol. O Padroado Real Português pode ser vagamente definido como **uma combinação de direitos, privilégios e deveres**, concedidos pelo papado à Coroa portuguesa como patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e Brasil. (grifos nosso)

O Padroado na América foi instituído baseado no Patronato de Índias, que envolveu a Coroa Portuguesa e a Espanhola, numa união nem sempre harmônica e fiel, marcada por desconfianças mútuas (BOXER, 1989).

A expansão marítima portuguesa deu-se sob as bênçãos papais e reforçou a união entre o Estado Português e a Igreja Católica que remontava o século XIV, e no contexto desta relação histórica, a Ordem de Cristo, ou a Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo, financiou o projeto marítimo ibérico. Assim, todas as terras do território

ultramarino da América Portuguesa<sup>132</sup>, embora fossem de propriedade da Coroa Portuguesa, estavam sob a jurisdição espiritual desta ordem religiosa. O Padroado foi legitimado pela bula *Cnute muni*, de 8 de janeiro de 1454, por Nicolau V, atendendo as antigas reivindicações que já vinham sendo pleiteadas pelos reis portugueses desde D. João I. A bula papal concedeu ao domínio temporal a jurisdição *in spiritualibus* e foi D. Manoel, o primeiro rei de Portugal, que com a incorporação da Ordem de Cristo à Coroa Portuguesa, recebeu a consagração de Grão Mestre. Ao subir ao trono em 1595, assumiu pela primeira vez, as duas dignidades, que posteriormente, passou a ser concedida a todos os monarcas lusitanos através da bula *Praeclara clarissimi* de 1551 (ABREU, 1997; VASCONCELOS, 1996)

Estes direitos, privilégios e deveres, estiveram regimentados por uma série de bulas e breves papais, sendo o primeiro breve *Dum Diversas* de Nicolau V, de 1452, e culminou no breve *Praeclara Devotions* de Leão X, em 1514. No entanto, o que especificamente, os monarcas ibéricos estavam autorizados a realizar pelo papado era, segundo Boxer (1989): (1) “[...] a erigir ou permitir a construção de todas as catedrais, igrejas, mosteiros, conventos e cemitérios dentro da esfera dos respectivos patronatos” (p.100), *i.e.*, a responsabilidade da edificação dos templos religiosos recaía sobre a Coroa Portuguesa, ou em último caso, dependia das doações da população; (2) “[...] a apresentar a Santa Sé uma curta lista dos candidatos mais convenientes para todos os arcebispados, bispados e abadias coloniais e para as dignidades e funções eclesiásticas menores, aos bispos respectivos” (p.100), *i. e.*, cabia a Coroa Portuguesa um certo controle dos cargos eclesiástico na Colônia; (3) “[...] a administrar jurisdições e receitas eclesiásticas e a rejeitar as bulas e breves papais que não fossem primeiro aprovadas pela respectiva chancelaria da Coroa” (p.100), o que denota um poder relativo da Coroa Portuguesa frente as ações da Igreja.

Cabe ressaltar, então, que nos assuntos da definição do clero, secular, ou regular, a Igreja Católica submetia seu corpo eclesiástico à aprovação da Coroa Portuguesa. A Mesa da Consciência e Ordens, em Portugal, fazia todas as nomeações eclesiásticas do império lusitano. No entanto, os clérigos exerciam seus cargos sob seu controle, dependendo, inclusive do apoio financeiro para suas ações. Porém, a Coroa Portuguesa não participava de assuntos relativos aos dogmas e à doutrina.

A organização do clero secular no Brasil, segundo Hoornaert (1998), dependeu do Padroado Real e devido a predominância deste regime, a influência de Roma na América

<sup>132</sup> A Igreja aliada ao Estado visava à cristianização dos povos conquistados e, como consequência ajudou na implementação de uma sociedade subordinada ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que determinou numa organização social patriarcal sustentada pelo escravismo desde o primeiro momento da colonização (BOSI, 1996). Além disto o reconhecimento oficial de um lugar passava pela legislação Eclesiástica definido territórios e cidadãos (MARX, 1989). Ribeiro; Moreira Neto (1992), afirmam que a nova sociedade, sob a aparência de uma democracia interétnica, servia unicamente aos propósitos de consolidação de domínio colonial. As cidades foram, portanto, o *locus* do desenvolvimento deste espírito urbano civilizatório.

Portuguesa foi modesta. Além disto, segundo o autor, os decretos do Concílio de Trento (1545-1563) só seriam aplicados sistematicamente no século XIX.

Em 1514, a América Portuguesa, ainda despovoada de colonos lusitanos, ficou sob a jurisdição da Diocese de Funchal, criada pelo Papa Leão X. Em 1551, após a estratégia de ocupação através das Capitânicas Hereditárias, e na ocasião da criação do Governo Geral, foi criado, através da bula *Specula Ecclesie*, editada por Júlio III, o Bispado da Bahia (25/02/1551), tornando-se, então, a colônia separada do Bispado de Funchal e da Arquidiocese de Lisboa. O primeiro Bispo da América Portuguesa foi Pedro (Pero) Fernandes Sardinha (HOORNAERT, 1994).

Outro aspecto importante da atuação da Igreja na América Portuguesa foi a organização das dioceses e paróquias que se deu de forma lenta e durante muito tempo teve pouca influência sobre as práticas católicas. Entre 1551 e 1556 havia apenas uma Diocese no Brasil, em Salvador, conforme citado; em 1676-1677 foram criadas três, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Luís do Maranhão, esta última ficava sob a autoridade direta de Lisboa. Na metade do século XVIII, foram criadas mais três dioceses, no Pará (1719), também dependente de Lisboa, em Mariana (1745) e em São Paulo (1745). Estas últimas dioceses foram fundadas simultaneamente ao desbravamento do sertão, mantendo-se o número de dioceses criadas neste período até a independência, em 1822 (HOORNAERT, 1998).

A relação de interesses temporais e espirituais sob as novas terras teve como consequência a integração dos dízimos nas rendas públicas, ou seja, 10% sobre a produção das terras distribuídas, as sesmarias, que por direito, couberam a Igreja Católica, para o sustento do clero e demais despesas eclesíásticas.

A Igreja Católica empenhou-se no controle social, e teve importante papel nas funções de ordem administrativa, assistência à comunidade e ensino, sendo que, no território ultramarino da América Portuguesa, o destaque destas atividades ficou com a Companhia de Jesus, pois, a ordem religiosa manteve-se irredutível aos interesses econômicos dos colonos e aos ditames da administração real. Estes foram alguns dos motivos que levaram a algumas divergências com a Coroa Portuguesa, em virtude de conflitos de interesses com consequências graves ao seu trabalho missionário.

Entretanto, através de suas atividades econômicas os jesuítas puderam se manter independentes depois de algum tempo, o que lhe conferiu certa autonomia, muito embora, nunca tenham deixado de receber o redízimo. Em sua posição contra a escravidão indígena abriu conflitos com os colonos e bandeirantes, que interessados em escravos e não em cristãos, levaram estes confrontos até as malhas do Estado, gerando um dissídio extremo, por fim, entre a Companhia de Jesus e a Coroa Portuguesa, e teve como consequência a

expulsão da ordem religiosa da colônia lusitana na América, bem como, de todas as possessões coloniais.

O processo de colonização teve vários sentidos. Na busca do entendimento de significados mais profundos deste processo que envolveu o domínio de um território, a subjugação dos povos indígenas com todos o seu sistema de valores, bem como, a exploração de suas riquezas, abordaremos o significado da palavra colonização. Conforme a problematizou Bosi (1996, p.11): “[...] as palavras colo, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino Colo, cujo particípio passado é cultus e o particípio futuro é cuturus”.

Colo, “[...] é a matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se quer trabalhar ou sujeitar” (p.11), implica na ação de ocupar, dominar a terra, com sentido de ação, de movimento, que segue do agente, **o colonizador**, para o objeto, **o espaço**.

Povoar, morar, habitar, bem como, explorar o solo, as riquezas locais são duas variações de *colo*. Assim, a distinção entre estas duas formas de se relacionar com o solo, com o lugar, define o nível de envolvimento do agente colonizador, pois, neste processo há um deslocamento de diversos segmentos sociais, seus modos de vida, suas relações de poder, sua dinâmica político-econômica, para outro contexto de vida onde irão desenvolver sua capacidade de lavrar ou de fazer lavrar: “Tomar conta de, sentido básico de colo, importa não só em cuidar, mas também em mandar...” (p.11).

Este é um dos **sentidos** que teve a colonização brasileira. As relações sociais que se desenvolveram podem ser entendidas através do significado de *cultus* e *culturus*, que são as outras formas nominais do verbo colo. *Cultus*, segundo Bosi (1996, p.13) como adjetivo deverbal,

[...] trás em si não só a ação sempre reproposta de **colo**, o cultivar através dos séculos, mas principalmente a qualidade resultante deste trabalho e já incorporado à terra que se lavrou [...] *Cultus* é sinal de que a sociedade que produziu o seu alimento já tem **memória** [...] Processo e produto convém no mesmo signo. (grifo nosso).

A colonização portuguesa teve, então, o caráter exploratório; o cultivo do solo estava associado a relações comerciais e não relações de apropriação e desenvolvimento de uma **civilização**, que pressupõe valores, ideais comuns, história e memória num mesmo espaço/tempo.

Entretanto, o significado de *cultus*, é também substantivo (BOSI, 1996, p.13), e significa nesta forma, “[...] o culto dos mortos, forma primeira de religião como lembrança, chamamento ou esconjurados do que já partiram” (BOSI,1996, p.13). Sendo assim, estes dois significados estão intrinsecamente ligados a colo, no sistema verbal do presente, que “[...] mostra o ser humano preso à terra e nela abrindo covas que o alimentam vivo e abrigam morto” (p.13).

As duas formas de *cultus* pressupõem ação, intervenção e relação de elaboração de referências com o solo que se apropria, dependendo das forças motrizes que geram um destes processos. Será em *cultus*, que é o particípio futuro de *colo*, que vamos encontrar a porta para este entendimento. O termo, afirmou Bosi (1996, p.16),

[...] na sua forma substantiva, aplica-se tanto as labutas do solo, a agricultura, quanto ao trabalho feito no ser humano desde a infância [...] **cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devam transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social** [...] Cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro. (grifo nosso)

A cultura que se moldou na América Portuguesa já veio condicionada aos interesses de posse, domínio, exploração e disseminação de um conjunto de valores, crenças e dogmas. Estes últimos, já estavam pré-estabelecidos antes mesmo da chegada dos portugueses a sua colônia americana, determinando, sem a possibilidade da aceitação e de diálogo, a construção material, e simbólica de uma sociedade, de seus espaços, os de moradia, convivência, trabalho e devoção. A Igreja Católica definiu, assim, em sua relação com a Coroa Portuguesa, uma prática missionária junto aos povos preexistentes<sup>133</sup> na América Portuguesa, mais fundamentada nos conteúdos medievais, introduzindo o misticismo, a devoção incondicional. Esta prática missionária esteve, portanto, menos relacionada com o humanismo em vigência, que exaltava a liberdade e uma relação mais direta com a (s) divindade (s), preconizando o respeito às diferenças de culto nos povos e, mais relacionada com os valores do misticismo, com a crença inquestionável da fé e dos dogmas difundidos no período medieval.

---

<sup>133</sup> Os índios, segundo Ribeiro; Moreira Neto (1992), causaram grande espanto aos portugueses por seu modo de vida. Organizavam-se em comunidades de forma solidária, conheciam e se utilizavam do reino vegetal, animal e até anímico, de onde vinham suas crenças em seres sobrenaturais. Através de suas crenças, os indígenas explicavam o mundo, e através de suas práticas religiosas lidavam com o sobrenatural e procuravam controlar o incontrolável. A organização das tabas e habitações indígenas eram representação do religioso e do cosmo social que foram alterados através da vivência nas aldeias, abalando a segurança de seu universo tradicional (SCHWARTZ, 1995; CÂMARA, 1995).

Os povos indígenas e, posteriormente, africanos foram utilizados na empreitada colonial como força de trabalho compulsório. Os portugueses, em pequeno número no reino e nas colônias, se empenharam segundo Ribeiro; Moreira Neto (1992, p.33) em gerenciar, mandar e enraçar: "[...] o português foi a cal jesuítica e o óleo genésico que argamassou o saibro índio e o cascalho negro na edificação do Brasil". Os Brasileiros, mestiços de índios, negros e brancos, foram, portanto, entes novos que surgiram na sociedade colonial, dividida entre senhores e escravos, para fazer cumprir objetivos do colonialismo europeu.

#### 4.4.1 A transposição da noção de espacialidade das ordens religiosas da Europa para a América portuguesa.

Conforme vimos, no item anterior, as ordens religiosas mendicantes estabeleceram ao longo dos séculos X e XII, **época da eclosão das catedrais**, uma forma específica de se implantar no tecido urbano das cidades medievais da Europa Cristã, seja, extra muros, seja intramuros. Com a crescente atuação destas ordens, houve uma expansão de sua abrangência no espaço urbano, o que demandou uma racionalização da cidade na segunda metade do século XIII, sendo que, a forma como as ordens religiosas se inseriram na configuração social e espacial destas as cidades, ao longo dos séculos XIII e XIV é um dos principais elementos de análise para a história urbana, considerando a sua posterior atuação na América Portuguesa e, conseqüentemente, a forma de apropriação dos espaços.

Para tanto, é necessário neste momento entendermos a constituição hierárquica da Igreja Católica, principalmente, aquela que se adotou na colônia americana. Segundo Boxer (1989), a atividade organizada da Igreja Católica estava normalmente sob a direção dos bispos, estes como sucessores consagrados dos apóstolos e, a autoridade suprema era conferida ao papa, o sucessor direto de São Pedro. Sendo assim, ressaltou o autor (1989, p.85;86), “[...] uma vez estabelecida a administração diocesana e paroquial, **as paróquias devem ser administradas pelo clero secular** sob o controlo directo, jurisdição, inspeção e correção dos bispos” (grifo nosso).

Entretanto, conforme demonstrou Boxer (1989), por razões óbvias, o trabalho missionário pioneiro, nos reinos e estados pagãos, bem como, em regiões recentemente conquistadas pelas Coroas portuguesa e castelhana, não podia ser feito pelos padres paroquianos seculares. Em virtude desta situação, “[...] em 1522, o papado concedeu aos superiores das ordens religiosas uma autoridade alargada (omnimoda) para exercer o trabalho pioneiro da conversão e da administração paroquial” (p.86). Portanto, neste contexto histórico, a Santa Sé concedeu às ordens religiosas “[...] **privilégios extensivos**, incluindo uma vasta gama de isenções na direcção e controlo episcopal, salvo para aqueles actos que requeriam a consagração episcopal” (p.86) (grifo nosso).

Embora, tivessem recebido amplos privilégios na atuação nas terras de além mar, as ordens religiosas esbarraram nos decretos do Concílio de Trento (1545-1563), que definiram como um de seus objetivos principais reforçar a autoridade do prelado diocesano, inclusive, reforçando também a disciplina eclesiástica dentro de seu território. Entretanto, o vasto território da América Portuguesa, sem a infra-estrutura de cidades no século XVI, e o desconforto da maioria das vilas do século XVII, inibiu o clero secular lusitano em emigrar

nestas condições, além do que, durante muito tempo, não havia candidatos suficientes, nas colônias ultramarinas, em virtude de uma população branca muito reduzida. Tais fatos favoreceram uma **supremacia das ordens religiosas** em algumas vilas e cidades do território ultramarino da América Portuguesa, principalmente da Companhia de Jesus.

Para além, da forma da apropriação legal dos espaços, que abordaremos no próximo tópico, havia uma forma de **apropriação simbólica** que era exercida pela Igreja no seu estabelecimento nos núcleos urbanos.

Conforme foi abordado a pesquisa de mestrado, problematizou sobre a conformação urbana da Vila da Vitória e a influência da Igreja Católica (SOUZA, 2000a). Neste sentido, ressaltamos que a Igreja, enquanto **agente modelador**, participou da configuração espacial dos núcleos urbanos no Brasil, a saber, (1) a Igreja Católica atribuiu aos espaços urbanos coloniais brasileiros uma **razão** e uma **forma de ser**. A razão de ser atribuiu um **conceito**, predominantemente religioso e, um **uso** de cunho ritual aos espaços das cidades; e a forma de ser, atribuiu no **âmbito** das áreas comuns, uma maior referência aos locais sagrados e, ao **trato**, raros elementos da simbologia cristã<sup>134</sup>.

As regulamentações eclesiásticas<sup>135</sup> exerceram também, (2) através de um conjunto de práticas ligadas à difusão da fé católica, o controle dos espaços urbanos, definindo uma **territorialidade**, onde o tempo e os corpos puderam ser dominados, pois, “[...] a difusão da fé torna-se particularmente importante para a geografia ao se refletir sobre a ação missionária, de expressão de idéias e condicionamentos simbólicos” (ROSENDHAL, 1996, p.52;58).

Estes conjuntos de valores e regras (3) definiram também a localização dos templos religiosos, que representaram do ponto de vista **simbólico**, poder e valorização. Enquanto **marcos ideológicos**, os templos foram elementos formadores de espaços, pontos quentes ou pontos de referência (LE GOFF, 1992), pois, agrupavam em sua vizinhança a produção de serviços à população. Conforme abordado anteriormente, foi por esta razão que os templos religiosos foram considerados verdadeiros “[...] aceleradores da vida urbana” (p. 34).

Assim, a **localização de um templo religioso**, determinava a valorização do solo de uma área vizinha, diretamente relacionada com os serviços por elas prestado no local. Estes serviços por estarem ligados diretamente ao cotidiano da população, auxiliavam, com o passar do tempo, a reafirmar a existência do templo enquanto um marco ideológico.

<sup>134</sup> Este abordagem teórica foi feita por M. Marx (1989) ao problematizar a influência da Igreja Católica na conformação dos espaços urbanos na América Portuguesa.

<sup>135</sup> Um dos testemunhos significativos da influência eclesiástica na configuração dos espaços urbanos, segundo Marx (1989), foi a elaboração no século XVIII das *Constituições primeyras do arcebispado da Bahia*, que agruparam diversas orientações canônicas, então organizadas no Sínodo de Salvador em 1707, que originaram um instrumento legal e, que abordou diversos temas, dentre eles, aspectos relativos ao panorama urbano. Não só os locais e autorização da ereção de um templo foram abordados, como também o foram o uso e trato das ruas e largos que o circundavam.

Conforme vimos, a conquista do território americano por portugueses e espanhóis no século XVI foi sob a égide da cristandade, e a ereção e demarcação do chão pela cruz cristã representou o novo nascimento, a renovação e a recriação deste espaço, que era demarcado através de um ritual religioso tornando-o uma porção qualitativamente diferente de outros espaços. A demarcação do espaço relacionada com a manifestação do sagrado, segundo Eliade (1992, p.22),

[...] funda ontologicamente o mundo. Na extensão homogênea e infinita onde não é possível nenhum ponto de referência, e onde, portanto, nenhuma orientação pode efetuar-se a **hierofania** revela um '**ponto fixo**', absoluto, um '**Centro**'. (grifo nosso)

A ocupação de um território, a edificação de um templo, definia um mundo que se escolhia para habitar, pois, o “[...] Mundo deixa-se perceber como Mundo, como cosmos, na medida em que se revela como mundo sagrado” (ELIADE, 1992, p.55), e esta percepção do mundo cosmizado, através da experiência religiosa, permitia afastar os homens do Caos, dos espaços amorfos, sem referências, determinando-lhes um ponto de orientação.

No imaginário cristão europeu era preciso revelar aos povos da América considerados em estado selvagem um novo mundo, um mundo sagrado, livrando-os do caos em que viviam. Era preciso, portanto, consagrar o novo território, pois, aquele que se apresentava como desconhecido, estrangeiro “[...] ainda faz parte da modalidade fluida e larvar do ‘Caos’. Ocupando-o e, sobretudo, instalando-se, o homem transforma-o simbolicamente em Cosmos mediante uma repetição ritual da cosmogonia” (ELIADE, 1992, p.29).

Os templos religiosos possuíram no Brasil Colonial, então, uma importante função no **imaginário social**, definindo uma mentalidade simbólica que elaboraram e reafirmaram nestes mesmos níveis: (1) a reprodução terrestre de um modelo transcendente, cópia de um arquétipo celeste e, por isto um lugar santo, resantificando continuamente o mundo. O templo representou e conteve ao mesmo tempo o mundo cosmizado; (2) uma ruptura na homogeneidade do espaço, simbolizando uma abertura na qual se pode realizar a passagem para níveis cósmicos distintos, ou seja, da Terra para o Céu, ou da Terra para as regiões inferiores. Esta passagem universal é expressa por meio de uma imagem, o *Axis mundi*, o Centro da Terra, que é representado por um certo número de imagens, dentre elas a da montanha cósmica, que na tradição cristã, por simbolismo, tem sua representação nos templos sagrados (ELIADE, 1992); (3) a reprodução de símbolos de sua tradição e a

manutenção da estrutura cosmológica que persistiu na consciência da cristandade e se tornou evidente na organização espacial da igreja bizantina<sup>136</sup>.

Além destas implicações, os templos religiosos definiram (4) um comportamento religioso de conquista e ocupação de algo, o espaço de uma casa, de uma cidade, de um território, que não é nosso, e também na idéia da repetição da hierofania primordial que consagra o espaço, transfigurando-o, singularizando-o e isolando-o continuamente do espaço profano (ROSENDAHL, 1996); (5) na propagação da hierofania, que ritualmente fundava um novo mundo, que se desejava formar, *i.e.*, significava aliar-se e atender também os objetivos político-econômicos da Coroa Portuguesa, estabelecendo um ponto de referência, de orientação simbólica àqueles que iriam habitá-lo e constituí-lo, sendo que, nas novas vilas e cidades coloniais, a Igreja Católica realizou este ritual fixando a cruz cristã nos territórios profanos, e por fim, (6) a comunicação entre o mundo sagrado e profano que traz em si o significado de uma solução de continuidade, ou seja, no limite dos dois espaços (sagrado e profano), está simbolicamente definido a distância destas duas formas de ser. O espaço sagrado possui, portanto, simbolismo com o Centro do Mundo, e a totalidade do mundo, espalhando-se, então, ao redor deste centro (ELIADE, 1992).

Logo, a forma de apropriação dos espaços na América Portuguesa esteve associada a constituição hierárquica da Igreja Católica, onde as ordens religiosas foram dotadas de autoridade e privilégios extensivos, o que favoreceu uma relativa **supremacia** a este agente modelador nos espaços urbanos coloniais.

Outra dimensão importante apresentada por M. Marx (1989) refere-se a **razão de ser** dos templos atribuiu-lhes um conceito religioso e, um uso de cunho ritual aos espaços das cidades, referenciando-os como locais sagrados e, atribuindo-lhes no **trato**, raros elementos da simbologia cristã, definindo uma territorialidade, o que possibilitou a reprodução de símbolos de sua tradição e a manutenção da estrutura cosmológica.

Estes referenciais estiveram presentes na **mentalidade** da cristandade que se constituiu, materializando-se na organização espacial das igrejas e dos núcleos urbanos, tornando, assim, estes espaços pontos de referência, de orientação simbólica: Centro do Mundo, onde sua totalidade espalhava-se, então, ao redor deste centro.

No que tange a simbologia cristã e a reprodução de símbolos de sua tradição, entendemos que estes referenciais, este conjunto de valores que compuseram a

---

<sup>136</sup> Eliade (1992, p.54), assim a descreveu em seu simbolismo: “[...] as quatro partes do interior da igreja simbolizam as quatro direções do mundo. O interior do Mundo é o Universo. O altar é o paraíso, que foi transferido para o oriente. O ocidente, ao contrário, é a região da escuridão, da tristeza, da morte, a região das moradas eternas dos mortos, que aguardam a ressurreição do juízo final. A parte imperial do altar denomina-se também parte do paraíso [...] O meio do edifício da igreja representa a Terra. Segundo a representação de Kosmas indikopleustes, a Terra é quadrada e limitada por quatro paredes, rematadas por uma cúpula. As quatro partes do interior da igreja simbolizam as quatro direções do mundo”.

mentalidade da cristandade européia, se estendeu à América Portuguesa pela ação missionária da Igreja Católica, com ênfase na atuação das ordens religiosas, devido a importância e o alcance que sua atuação teve conforme citado.

A extensão desta mentalidade cristã estava apoiada no conjunto de crenças dogmáticas, teológicas e filosóficas e se reproduziu nas formas dos rituais, dos cultos, dos valores sociais, e na composição dos espaços arquitetônicos e urbanos.

O uso de elementos da simbologia cristã na composição formal destes espaços e o resultado desta manifestação nos tecidos urbanos medievais europeus, ou seja, no caso de três conventos, adotava-se a disposição espacial **planimetricamente nos vértices de um triângulo**; e no caso de quatro conventos, a implantação orientava-se para um esquema **cruciforme** (GUIDONI, 1981a) – introduzindo um novo conceito de disposição e relação entre os monumentos religiosos entre si e com o restante da trama das urbes, formulando, portanto, uma nova configuração nas morfologias urbanas onde se assentaram as ordens religiosas.

Foi, portanto, no período entre 1130/40-1270, fase de uma maior homologia entre arquitetura gótica e escolástica, que caracterizou-se uma relação de causa e efeito que, contrariamente às influências individuais, resultou em “[...] um processo de difusão genérico” (PANOFSKY, 1991, p.14) . Neste contexto, o autor denominou o processo de difusão genérico de **hábito mental**, no sentido exato, escolástico, como “[...] *’princípio que rege a ação’*” (p.14), *pricipium importans ordinem ad actum*, e que exerce esta ação em qualquer cultura.

Na região geográfica já referida, no entorno de Paris, a escolástica deteve, neste âmbito restrito, o monopólio da formação intelectual, deslocando-se dos mosteiros para as instituições mais urbanas, tais como, “[...] as escolas de catedrais, as universidades e as *studia* das **novas ordens mendicantes**” (PANOFSKY, 1991, p.15) (grifo nosso). Tendo sido a escolástica fundamentada pela erudição beneditina e levada ao auge pelos dominicanos e franciscanos, é natural constatar que o estilo gótico foi fomentando nos mosteiros destas ordens religiosas e atingiu seu “[...] grande apogeu nas grandes igrejas das cidades” (p.15). Assim, é significativo mencionar que na história da arquitetura, afirma-se que as catedrais provêm do gótico e, as igrejas paróquias do gótico tardio.

Entretanto, é pouco provável, conforme afirmou Panofsky (1991), que os mestres-de-obra do gótico tenham lido Tomás de Aquino no original, mas, é possível que tenham entrado “[...] em contato com **o ideário escolástico** por inúmeros outros meios, sem perceber que, por força de sua atividade, tinham de trabalhar com quem esboçava os programas litúrgicos e iconográficos” (p.15). Além disto, estes profissionais freqüentavam o ambiente da escola, absorvendo nos sermões e nas *disputationes de quolibet*, eventos que tratavam dos temas atuais, bem como, no convívio com homens eruditos, num período da

história onde as ciências (matemáticas, ciências da natureza), não haviam desenvolvido métodos e uma terminologia própria que poderiam “[...] ser retraçados sem maiores dificuldades pelo leigo” (p.16), e “[...] garantia o acesso ao conjunto do conhecimento humano a qualquer intelecto normal, não especializado” (p.16). Foi neste ambiente, onde a vida profissional urbana floresceu, a partir de um contato direto, um foro, entre sacerdotes e leigos, eruditos e artistas. Acrescenta-se, ainda, a existência, neste novo contexto, do arquiteto cidadão (*gentleman architect*), profissional distinto do ambiente monástico, que supervisionava suas obras e participava do sistema de livre concorrência atuando junto ao baixo clero.

Nesta abordagem, ressalta-se a importância das práticas sociais, a partir da noção de aparelhagem mental. Esta noção insere-se, no âmbito da história nova, na história das mentalidades, que explora as questões relativas a cultura, aos saberes, que podem revelar a diversidade das estratégias humanas. A noção de hábito mental, então desenvolvida por Panofsky (1991), se foca num espaço geográfico bem determinado e delimitado, *i.e.*, a Europa cristã da Idade Média.

A partir da noção proposta por Panofsky (1991), pode-se constatar que em um contexto social, conviviam indivíduos cultos, eruditos, teólogos e filósofos com outros que não possuíam conhecimentos especializados e, segundo o autor, não houve uma rígida relação de superioridade na troca e na convivência dos conhecimentos específicos, o que teria facilitado a profusão de idéias complexas no campo da arte e da arquitetura.

Esta convivência poderia revelar, então, uma possível estratégia de disseminação do ideário escolástico, trazendo à tona formas de apropriação de conhecimentos, saberes eruditos e empíricos, no bojo de relações sociais específicas, e que estabeleceram uma relação direta com a materialidade do mundo circundante: a cidade, a igreja, e a própria experiência da infinitude do universo.

No intuito de melhor esclarece a prática da arquitetura gótica no âmbito do universo filosófico da escolástica, Panofsky (1991) introduziu para o entendimento desta prática, que foi a forma como os escolásticos atuaram, a noção de *modus operandi*, onde as concepções mutáveis, tais como, a relação corpo e alma, ou universais, como também, as individuais, que teriam se materializado na atuação dos escultores e dos arquitetos. Estes últimos adotavam o procedimento de acompanhar o trabalho dos escultores, pintores e entalhadores, que contratavam e fiscalizavam a programação iconográfica, esta que, só poderia ser desenvolvida “[...] em estreita colaboração com um conselheiro escolástico” (p.18). Tal procedimento, o *modus operandi*, resultava de um *modus essendi*, que por sua vez advinha da *raison d’etre*, *i.e.* “[...] a demonstração da unicidade da verdade”, ou seja, a busca, “[...] a tarefa de firmar uma paz duradoura entre a fé e a razão” (p.19).

Assim, podemos concluir que a questão da **espacialidade** das ordens mendicantes nas cidades, que resultou deste jogo de relações entre os dogmas, simbologias, elementos da tradição cristã e a concepção dos espaços das igrejas e da urbe, incluindo, sua implantação e atuação no jogo de disputa por espaços mais valorizados, mais quentes e referenciais (LE GOFF, 1992), é decorrente da atitude própria do homem medieval que, segundo Eco (1989, p.73):

[...] vivia num mundo em que toda a matéria tinha um significado próprio, tudo possuía correspondência, num eterno jogo de relações contínuas. Esta exigência de proporção (proportio) criava um **mundo simbólico**, uma **mentalidade simbólica**. (grifo nosso).

No próximo item será exposto como se deu à transposição da noção de espacialidade das ordens religiosas da Europa para a América Portuguesa, considerando que a constituição da cultura religiosa colonial se deu através da transferência de hábitos mentais (PANOFSKY, 1991), que se adaptaram às condições locais. Desta forma, os representantes da Igreja Católica buscaram adotar os procedimentos que viabilizariam a fundação ontológica de um mundo sagrado, movidos pela força de uma mentalidade simbólica. Na extensão homogênea e infinita, estabeleceram pontos de referência, efetuaram a hierofania, e determinaram seus pontos fixos e absolutos, centros de um novo mundo – os templos religiosos (ELIADE, 1992). A constituição desta nova cultura somente foi possível através de um *modus operandi* que tornou possível a materialidade deste sentido da colonização: cultura e fé, com caráter de conversão e devoção particulares, mas, que se pretenderam universais.

#### **4.4.2 A importância das ordens religiosas na colonização da América e sua participação na apropriação e configuração do espaço urbano colonial**

A formação de uma nova sociedade na América portuguesa deu-se pelo o encontro de dois mundos, de duas sociedades, até então sem contato. Este processo civilizatório da América foi uma façanha “[...] tanto no desfazimento de povos, como na edificação de nações” (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1992, p.16), onde a conversão aos dogmas e crenças da cristandade européia era a única forma possível de existência. A Igreja Católica, no intuito de sacralizar a possessão européia sobre os territórios recém descobertos, promulgou a *Bula Romanus Pontifex* de 1454 e, a *Bula Inter Cetera*, de 1493.

Outro fator importante a se considerar na formação da cultura do território ultramarino da América Portuguesa foi sua relação com a luta pela hegemonia de uma das tradições culturais na Europa medieval, a cristã ocidental, no processo de constituição do Estado

português, como unidade autônoma, tornando-se as lutas travadas pela reconquista de seu território, invadido por diversos povos ao longo dos séculos, principalmente a de expulsão dos árabes, uma questão de guerra religiosa (PAIM, 1987).

As principais tradições religiosas na cultura lusitana, a hebraico-portuguesa, muçulmana e cristã ocidental, tiveram um traço comum. Este traço foi constituído pelos fundamentos da religião que teve seu tônus mais forte na, “[...] a filosofia medieval [que] nasceu e, em grande parte, gravitou em torno das religiões, ou melhor, das teologias, das quais era solidária, quando não subordinada” (PAIM,1987, p.200). Logo, este aspecto cultural se refletiu com um caráter particular na filosofia medieval portuguesa, já que foi “[...] na esfera dos problemas patrísticos e da filosofia cristã que se moveu o **vago e tênue espírito filosófico**” (p.200) em Portugal. (grifos nosso)

A separação entre teologia e filosofia só se deu depois do século XIII, em virtude da criação das Universidades de Lisboa e de Coimbra, no desenvolvimento das escolas monacais, além, de vários portugueses terem ido estudar em outras universidades na Europa. Somente com a entrada dos princípios filosóficos do Renascimento em Portugal, num processo tardio dentro do contexto europeu, é que se fez a separação nítida e progressiva da teologia e da filosofia na cultura portuguesa. Embora a filosofia portuguesa tivesse tentado adequar-se ao racionalismo e romper com a tradição escolástica, predominou na Contra-Reforma da península ibérica o espírito escolástico (PAIM,1987).

Este aspecto da cultura cristã em Portugal é essencial para o entendimento da formação desta mesma cultura nas colônias ultramarinas, com ênfase na América Portuguesa, pois, segundo Paim (1987), a escolástica na monarquia lusitana, foi denominada de segunda escolástica e compreendeu, duas fases. A primeira fase foi denominada de período barroco, de meados do século XVI às primeiras décadas do século XVII e, o segundo período, chamou-se de escolástico propriamente dito, e se estendeu de meados do século XVII a meados do século XVIII. Sendo assim, a Contra-Reforma em Portugal aboliu a linha autônoma que vinha se estabelecendo na metafísica e no espírito de pesquisa em prol do misticismo religioso, adotando de forma radical o Tomismo puro (HOORNAERT,1994).

Neste longo período, onde os princípios filosóficos desta escola criaram raízes profundas nos valores, crenças, hábitos, atitudes coletivas, constituiu-se este conjunto de referências num aspecto da história da mentalidade da sociedade portuguesa. A partir destes pressupostos foi possível formular problemas que só se concebem na duração, identificando os conflitos, tensões, contradições e trocas dialéticas entre as diferentes manifestações culturais e religiosas, bem como, formular problemas que estão no cerne de nossa temática, i. e., como se transpuseram o conjunto de referências simbólicas da tradição cristã no espaço colonial, especificamente na Vila da Vitória.

A fundação da Companhia de Jesus, em 1540, surgiu neste contexto para atender aos objetivos missionários das coroas ibéricas. Após o Concílio de Trento (1545-1563), houve uma ascensão da ordem, imbuída de vencer os valores contrários aos valores eternos, *i.e.*, aos valores cristãos, principalmente, pela disciplina militar, da qual foram representantes os seus soldados.

No contexto da afirmação de uma prática missionária, houve uma tendência, onde os primeiros jesuítas tiveram de abrir caminho autônomo à metafísica, seguindo o espírito da Renascença, que foi suplantado pela *Ratio Studiorum*<sup>137</sup>, pela censura inquisitorial e pelo próprio Tribunal do Santo Ofício.

Em 1639 ficou estabelecido que os padres da ordem deveriam adotar em seus estudos filosóficos as obras de São Tomás de Aquino, *i.e.*, seguir com todo o rigor do Tomismo. A *Ratio Studiorum* sintetizava a experiência pedagógica dos jesuítas que se dividia no ensino médio e superior, onde predominava o estudo da filosofia baseado em Aristóteles e na teologia de São Tomás de Aquino. Ou seja, a pedagogia de ensino dos jesuítas passou a defender a subordinação da filosofia à teologia. Esta ação se refletiu diretamente na educação formal dos lusitanos, pois, a Companhia de Jesus chegou a Portugal logo após o período de sua organização definitiva (1540), e durante este período, até as primeiras décadas do século XVII, os jesuítas conquistaram o monopólio do ensino médio em Portugal e lutaram por estabelecer seu domínio na Universidade de Coimbra. Neste sentido, conseguiram os padres da Companhia formar um grande número de estudantes que ali ingressaram durante o período que estiveram em Portugal, já que, os estudantes de Teologia e Medicina cursavam previamente o Colégio das Artes e, os de Cânones e Leis. Além disto, o corpo docente deveria ser aprovado em latim pelo Colégio, bem como, se submeter ao mesmo teste que os membros da própria ordem religiosa realizavam para ingressar na Faculdade de Teologia. O rigor deste sistema pedagógico e do pensamento da Segunda Escolástica influenciou diretamente sobre duas questões, (1) o restabelecimento da Inquisição em Portugal e, (2) nas idéias filosóficas difundidas na Colônia portuguesa de Ultramar (PAIM, 1987).

Com relação à criação dos novos espaços sagrados, que se incluíam no programa missionário, havia também a preocupação com o controle com um novo ritmo do tempo, permitindo a Igreja Católica a adquirir uma maior domínio sobre as populações indígenas e as dos colonos.

Segundo Hoornaert (1994, p.312),

---

<sup>137</sup> Segundo Paim (1987), a *Ratio Studiorum* preservou a doutrina aristotélica no ensino médio em Portugal e impediu a abertura e flexibilidade de grandes figuras da Companhia de Jesus que se empenharam no estudo da metafísica durante a segunda metade do século XVI, como fizera Pedro da Fonseca (1528-1599), jesuíta que ensinou na Faculdade de Coimbra e foi a principal autoridade filosófica de seu tempo.

[...] o **aldeamento** latino americano, como mais tarde a **paróquia**, aplicava a este continente o **modelo monástico europeu**: a unificação do tempo e do espaço através do claustro, do sino, **da centralidade da igreja**, da disciplina do controle da sexualidade (as casas monogâmicas), do trabalho regular, da unificação das línguas, das religiões e normas de comportamento, da obediência da hierarquia, da separação do mundo, da catequese mecânica. (grifo nosso)

Assim, o controle do **espaço** e do **tempo**, que tanto influenciou no controle de corpos individuais e sociais, teve, também, como instrumento a legislação eclesiástica, a arte e a **arquitetura**.

Segundo M. Marx (1991), a legislação eclesiástica na América Portuguesa, atendeu a “[...] normas rigorosas, atentas a uniformidade e clareza dos ritos necessários à Contra Reforma definidos pelo Concílio de Trento” (p.18). Desta forma, é possível afirmar que a legislação eclesiástica definiu e influenciou no: (1) conceito do chão urbano das cidades coloniais, determinado pela legislação existente, e no tange a legislação canônica, sua aplicação teve maior abrangência ao tratar dos problemas que afetavam prédios e vazios urbanos, como sua localização, utilidade, e características de composição; (2) nas exigências para a construção de capelas, ermidas, enfim, templos sagrados, bem como, uso dos espaços públicos que os circundavam; (3) no processo peculiar de organização do espaço e da sociedade, onde, a ausência de especificidade legislação civil com relação ao planejamento e ao uso do solo permitiu que as normas da Igreja fossem seguidas mais fielmente que as do Estado. Além disto, o conjunto de leis eclesiásticas influenciou (4) na legislação civil ibérica, pois, com o Concílio de Trento, as novas orientações civis e da Igreja Católica vieram para a América cunhados “[...] pela Contra Reforma de uma igreja que pretendia a universalidade, porém tolerava as **peculiaridades** existentes” (p.42). Isto se deu em virtude da forma como ocorreu a institucionalização da relação entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa, que foi casuística e influenciou, portanto, na maneira peculiar com que se conformaram os núcleos urbanos no território ultramarino da América Portuguesa. Considera-se, também, que em Portugal, a Igreja Católica se adaptou à forma automática de implantação das Ordenações Afonsinas, revistas posteriormente pelas Ordenações Manuelinas e, mais tarde, durante a união ibérica, pelas Ordenações Filipinas. Outro fator preponderante, que está no cerne desta questão, foi a (5) aliança entre o poder civil e o eclesiástico. Como houve uma grande ausência de normas civis detalhadas relacionadas à configuração das cidades, *i.e.*, sobre a questão fundiária e o desenho urbano, criaram-se problemas relativos aos limites ou fronteiras entre as terras de uma e de outra instituição, deixando que as prerrogativas legais se resolvessem, menos na intervenção do Estado e, mais na vivência e na evolução das povoações.

Há também outro aspecto relevante a se considerar. Segundo Fridman e Ferreira (1996), antes mesmo da elaboração das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a relação entre Igreja Católica e o poder civil poderia ser avaliada no ponto de vista administrativo. Ou seja, havia uma influência da legislação eclesiástica na organização administrativa das vilas e cidades da América Portuguesa, que se fez presente na divisão do território das cidades em freguesias, de acordo com as paróquias, além, da participação da Igreja nas referências diárias da população das cidades coloniais, que se deu através da habitação, da saúde, da produção de alimentos, da educação, da cultura, dos melhoramentos urbanos, da proteção de fugitivos, da hospedagem de romeiros, e ainda, através do monopólio dos enterros.

Retomando a questão da definição da **forma** e do **desenho** dos núcleos urbanos coloniais deve-se mensurar a participação da influência da herança cultural da Igreja Católica definindo nestes espaços uma razão de ser. O sistema fundiário<sup>138</sup>, sesmarial, que definiu a **forma** e o **uso** do solo no período colonial, determinou o patrimônio religioso nas vilas e cidades coloniais, nos aspectos supra citados, sendo que, conforme afirmou Marx (1991, p.44) a Igreja Católica,

[...] não apenas definia o terreno da capela primitiva, de seu **adro** e da **área a sua volta**, como ia paulatinamente, e por vezes de forma muito rápida, desenhando por sobre os campos de uma série de parcelas, objetos de alguma melhoria que era exigida, e correspondentemente, uma série de caminhos comuns e vias (grifo nosso)

Esta questão nos remete novamente ao papel das ordens religiosas mendicantes na Europa no início do século XIII. Segundo Costa (2003, p.28), as ordens religiosas dos franciscanos e os dominicanos surgiram “[...] como conseqüência da necessidade da Igreja de se adaptar às novas condições sociais que emergiram com o desenvolvimento das cidades, daí resultando o seu **caráter marcadamente urbano**” (grifo nosso). Na Europa houve algumas diretrizes que determinavam a implantação dos conventos mendicantes, a exemplo dos dominicanos, em Guérande, na França, cuja fundação foi expressas na bula de

<sup>138</sup> O aforamento de terras ao longo dos primeiros caminhos ou servidões, que seguiam a lógica do terreno ou a lógica econômica do lugar, ia se oferecendo a população na medida de seu crescimento, e configuravam junto com templo religioso um primeiro tipo de ocupação do chão. Este assentamento inicial, embora indefinido em seus contornos, foi ao longo do tempo, com a ascensão da categoria do local, tanto administrativa, tanto econômica, se definindo, conformando-se as prerrogativas legais aplicadas de forma mais precisa e, influenciando com sua orientação, forma, e tamanho, os terrenos imediatamente vizinhos e os que lhes seguiu. A doação das terras ao redor dos templos, depois de reservada área ao redor imposta pela legislação canônica para os rituais e cerimônias religiosas, garantiu a conservação e manutenção da igreja, através do pagamento anual do foro. Este tipo de organização espacial influenciou aos poucos na dinâmica social e econômica local, pois as pessoas que se beneficiaram das doações de terras, obtinham a possibilidade de um abrigo, do cultivo do alimento, para subsistência ou para o comércio, e estabeleceram com outras pessoas do lugar um vínculo de coexistência, ao abrigo das mesmas condições físicas e, também do respaldo espiritual. A forma de ocupação da terra, de partilhá-la e de concedê-la, correspondeu, em cada caso, a um determinado delineamento da paisagem, tão típica entre nós, onde os templos foram o destaque. (MARX,1991).

1404, onde o Papa Bento XIII estabeleceu alguns aspectos na implantação destes edifícios: (1) distância mínima entre duas cidades que possuíam conventos mendicantes; (2) densidade demográfica da região; (3) a fertilidade da terra; (4) a atividade comercial; (5) um número mínimo de 3 mil habitantes para garantir que as esmolas doadas nas missas permitissem a subsistência e o financiamento do apostado. Além disto, havia uma preocupação com a existência de classes sociais que garantissem o sustento da ordem religiosa, ou seja, a de mercadores e nobres (COSTA, 2003)<sup>139</sup>.

No entanto, para melhor entendermos a relação da tradição cultural de apropriação dos espaços pela Igreja Católica, e pelas ordens religiosas, cabe ressaltar alguns aspectos ligados à posse e ao uso da terra, com ênfase em Portugal, pela sua relação administrativa e legal direta com a América Portuguesa.

Segundo Abreu (1997, p. 52-57), o sistema de sesmarias no território ultramarino da América Portuguesa estava relacionado com a criação dos concelhos municipais em Portugal. Após a Reconquista, o poder local foi reorganizado através destes concelhos que se,

[...] tornaram ponto de partida para o povoamento dessas terras e consolidação do território português. Esses conselhos eram dotados de um patrimônio territorial instituído pelo rei, através da carta de foral, o qual se subdividia em 'terras do conselho', as quais podiam ser distribuídas pelos povoadores, e 'baldios', que eram as terras de usufruto comum, geralmente destinada à pastagem do gado e à extração de lenha. Foi pela necessidade de distribuição das terras do conselho que surgiu o sistema sesmarial.

Para entendermos melhor o sistema de sesmarias, é necessário sua definição. Segundo Rau, (1982, p.52;53) a,

[...] origem do vocabulário sesmaria, sesmeiro e sesmo está em Sesma, que significa a sexta parte de qualquer coisa (seximus, forma romana). As terras do conselho eram inicialmente divididas em seis partes chamadas sesmos, sendo portanto sesmo uma fração do território que seria distribuído entre os povoadores. Cada sesmo estava sob a responsabilidade de um sesmeiro, que se encarregava de distribuir as terras, existindo portanto seis sesmeiros, os quais atuavam no sesmo que lhe competia em um dia útil da semana, daí existindo a denominação de sesmos de segunda-feira, de terça-feira, etc. As terras distribuídas nos sesmos passaram a se chamar sesmarias.

À sesmaria aplicava-se a obrigatoriedade de cultivo para a posse. Na verdade, foi um instrumento mais de apropriação do que de posse, e o seu aproveitamento era estipulado por prazo que podia variar de seis meses a anos. Em função do sistema de sesmaria ter

<sup>139</sup> A autora (COSTA, 2003) baseou-se para fundamentar sua assertiva no artigo de Jacques Le Goff, *Ordres mendicants et urbanization dans la France médiévale: état de l'enquête*, publicado na revista *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, jul/agosto, 1970.

surgido da prática, suas determinações nem sempre eram rígidas, tais como, prazos de cultivo, número de sesmeiros, que poderiam aparecer diferenciados nas cartas de foral dos concelhos (RAU, 1982).

No século XIV, em meados de 1375, em virtude da Peste Negra, D. Fernando I promulgou em Portugal a Lei de Sesmarias. Nesta data a prática já tinha 150 anos e recebeu um corpo jurídico. Na verdade a lei regulamentava a doação de terras e visava à reestruturação agrária de Portugal. Neste sentido, as causas da promulgação da lei de sesmarias se deram, segundo Rau (1982, p.90), devido a,

[...] escassez de cereais ocasionada pelo abandono das lavouras, a falta de braços para o trabalho no campo, causada pela fuga dos camponeses para áreas da cidade, a falta de gado para a lavoura e desenvolvimento de sua criação em detrimento da agricultura, e o aumento dos ociosos, vadios e pedintes.

Logo, percebeu-se que a lei tornou obrigatório o cultivo como condição para a posse da terra, definindo um prazo de seis meses a cinco anos, além do que, houve, também, uma preocupação com as dimensões da terra doada para evitar os latifúndios.

A Coroa Portuguesa incrementou a utilização da Lei de Sesmarias para povoar terras após a guerra com Castela, e neste contexto, senhores e mestres das ordens monásticas e militares, além, dos abades, utilizaram-se cada vez mais do sistema para incrementar rendimentos e prosperidade em suas terras (RAU, 1982).

Em 1446, a Lei de Sesmaria foi incorporada às Ordenações Afonsinas e, em 1521, às Ordenações Manuelinas. Em 1603, foram incorporadas às Ordenações Filipinas e foi “[...] a partir das **Ordenações Manuelinas** que a distribuição de terras através do sistema de sesmarias chegou ao Brasil” (ABREU, 1997, p.203) (grifo nosso)

Segundo Rau (1982), a partir do século XV as doações passam a tomar forma de concessão enfiteútica, implicando no pagamento de um foro, preestabelecido e pago anualmente. Além disto, neste mesmo período, surgem novas condições de acesso a terra, como o direito de preempção (no caso de alienação, o direito de compra era primeiro concedido ao rei) e, o pagamento do laudêmio (tributo caso a terra fosse vendida a outro). Cabe ressaltar, que neste mesmo século, em virtude das características político-sociais e econômicas vigentes em Portugal, o acesso a terra no sistema sesmarial, tornou-se uma concessão enfiteútica. Com esta nova forma de administração das terras, as alienações que se fizeram a Igreja deram-se sob a forma de contrato enfiteútico, conforme prescrito no direito canônico.

O espaço urbano colonial foi administrado, no que tange a religião e as almas, pela Igreja Católica que dividia o espaço físico dos núcleos urbanos em unidades denominadas freguesias, onde habitavam os fregueses (*fili ecclesiae*), os filhos da igreja. Cada freguesia

ficava sob a responsabilidade de um pároco e possuía sua igreja paroquial, ou igreja matriz (MARX, 1991).

No que tange a questão dos costumes vinculados às instituições religiosas, os portugueses transplantaram para a Colônia a forma de organização vigente no período. Cabe ressaltar, que todas as associações de leigos, com o objetivo de promover a vida cristã entre irmãos, conforme previa a legislação canônica, constituíram-se em uma das mais fortes expressões de organizações sociais existentes no Brasil, durante todo o período Colonial. Dentre estas associações religiosas ressaltamos a importância das Confrarias, das Ordens Terceiras e das Irmandades. As Ordens Terceiras se estabeleceram no Brasil logo no primeiro século de colonização. A primeira ordem que se formou no Brasil foi a Ordem Terceira da Penitência, no século XVI, em Olinda, e estava ligada aos franciscanos; a segunda ordem criada foi a ordem Terceira do Carmo, na primeira metade do século XVII, e estava vinculada aos Carmelitas, em Salvador. Uma das principais Irmandades do Brasil Colônia foi a da Misericórdia, tendo se expandido por todo Império Português e tornou-se uma das mais ricas. A Irmandade chega ao Brasil logo no início do povoamento, sendo que, a primeira instalou-se na Vila de Santos, em 1543, e posteriormente, foi implantando-se em vários núcleos urbanos coloniais (HOORNAERT, 1998).

Assim, conforme afirma Hoornaert (1998), a prática efetiva do catolicismo não foi afetada em grande extensão pela hierarquia secular, tendo em vista a dificuldade enfrentada pelo clero secular para realizar as visitas pastorais.

Desta forma, explica-se a dimensão que as ordens religiosas tiveram no processo de evangelização. Sob a égide do Padroado Real em Lisboa estiveram jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos; e, dependentes da *Propaganda Fide* em Roma, que foi fundada em 1622 com o objetivo de centralizar toda a obra missionária da Igreja Católica e contestar o Padroado em Portugal e o Patronato na Espanha, estiveram os capuchinhos e oratorianos (HOORNAERT, 1998).

A devoção no Brasil Colonial, não se assentou somente pela presença das instituições, mas pela própria dinâmica cultural elaborada. No caso da devoção tratou-se de um impulso da sociedade que se exprimia no cotidiano da vida, pois, os portugueses quando vieram para a América trouxeram suas devoções, seu imaginário religioso. No caso da catequese, amplamente difundida pelos jesuítas, este impulso foi sempre **marcadamente geopolítico**. Identificar as formas de propagação da fé católica é extremamente importante, pois, estas dinâmicas determinaram a **conformação** e a **apropriação** dos diferentes tipos espaços, ou seja, houve formas específicas de apropriação dos espaços nas cidades e, outras, que foram específicas nos espaços das aldeias missionárias (HOORNAERT, 1994).

Logo, na colônia lusitana a Igreja Católica manteve, além, da presença do clero secular, a presença das ordens religiosas. As propriedades das ordens religiosas, que possuíram templos, terrenos e propriedades rurais, e formaram um patrimônio imobiliário e fundiário nas vilas coloniais. Assim, o patrimônio religioso ocupava espaço considerável tanto nas cidades, onde o patrimônio dos santos, geralmente, fazia parte do núcleo original das povoações. A riqueza que foi acumulada pelas ordens religiosas ficou manifesta no tamanho de seus conventos e mosteiros e, também, na suntuosidade de suas igrejas barrocas. Em alguns momentos as ordens religiosas vendiam e compravam propriedades imobiliárias, além de emprestarem dinheiro usando os juros para as boas obras cristãs (HOORNAERT, 1994; 1998).

Um dos principais exemplos do patrimônio territorial das ordens religiosas no Brasil Colônia foi a cidade de Salvador, tendo sido abordado a atuação dos **beneditinos** por Hernández (2000), que indicou o local da implantação da ermida “[...] construída de taipa feita à mão, localizava-se de frente as portas de Santa Luzia, **extramuros**, e tinha sido consagrada ao mártir São Sebastião” (p.56). Além disto, a autora afirma que os beneditinos começaram a receber suas doações no período de 1580 a 1699. Uma das mais importantes doações feitas à ordem religiosa ocorreu em 1586, quando o Mosteiro recebeu a **ermida de Nossa Senhora da Graça**, uma área equivalente a 968 000 m<sup>2</sup>; e, a de Gabriel Soares de Souza, abrangendo cerca de 29 ruas, englobando em seguida, sítios e edifícios importantes, dentre os quais a praça da Piedade, o Forte de São Pedro, e a fortaleza de São Paulo da Gamboa, área que compreendeu 473 terrenos que passariam a ser foreiros ao Mosteiro.

No que tange a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, segundo Fonseca (2003), no âmbito administrativo, a instituição foi uma das “[...] mais protegidas pela Coroa Portuguesa, que lhe concedia muitos privilégios, dentre as quais se destacou a isenção e imunidades de tributos” (p. 29), o que lhe facilitou o trâmite nas negociações de compra e venda de terrenos e edificações na capital da colônia americana.

Além disto, seguindo a prática que se tornou comum na América Portuguesa, a Santa Casa de Misericórdia recebeu muitas doações, principalmente imóveis. Além disto, muitas ações sociais da Misericórdia “[...] estão interligadas ao seu patrimônio imobiliário como ambiente concreto para sua realização” (FONSECA, 2003, p.33), onde citam-se os prédios da administração central e Igreja da Misericórdia<sup>140</sup> e, do Hospital Santa Isabel; o Cemitério do Campo Santo; e, o complexo da Pupileira.

Até o século XIX, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia recebeu 83 imóveis, sendo que, no século XVIII, foram dois; e no século XIX, foram 81; todos os bens recebidos foram

---

<sup>140</sup> A capela e o hospital da Santa Casa de Misericórdia foram os primeiros estabelecimentos da irmandade na Bahia. Sobre a primitiva igreja não há vestígios, sendo que em 1653 encontrava-se em estado precário. Sobre a sede da Irmandade da Misericórdia, anexo à igreja, teria sido construída entre 1674 e 1679 (FONSECA, 2003).

doados a instituição através de testamentos. Até o século XX, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia recebeu um total de 141 imóveis. Entretanto, existiram outras formas de aquisição de imóveis pela instituição, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, tais como, doações (141); compras/arrematações (133); construídos pela Santa Casa de Misericórdia (50); resgate de dívidas (20); além, de outras formas de aquisição (8), perfazendo um total de 352 imóveis. A maior forma de aquisição de imóveis, no entanto, se deu através de doações (40%), seguido de compras e arrematação (37,8%), e ainda, aqueles que foram construídos pela instituição (14,2%) (FONSECA, 2002).

Logo, podemos constatar que a Igreja Católica, bem como, as ordens religiosas foram extremamente importantes na configuração dos espaços urbanos, tendo em vista, a determinação dos cânones eclesiais, a herança cultural européia, que condicionou a implantação de seus templos como uma das principais referências dos núcleos urbanos (LE GOFF, 1992).

Estas determinações influenciaram ao longo dos séculos, de forma diferenciada nas conformações urbanas coloniais, onde a Coroa Portuguesa não interviu com nenhum plano ou projeto, pois, com mais liberdade no trato, uso e posse do solo, a Igreja Católica foi adquirindo um patrimônio urbano e rural importantíssimo para definição das configurações espaciais, geopolítica e econômica regionais.

Além disto, pela escolha dos locais de implantação dos templos religiosos cristãos, quase sempre em sítios de destaque, deve-se considerar, também, o impacto que causavam na paisagem urbana. Assim, cabe ressaltar que as referências de cidade que a Igreja Católica trouxe da Europa considerava seus templos como parte do conjunto arquitetônico e urbano construído.

Neste sentido, podemos avaliar que a Igreja Católica, bem como, as demais instituições religiosas, ao escolherem pontos de destaque em sítios elevados ou privilegiados em centros urbanos, concebiam seus templos e conjuntos arquitetônicos para se tornarem marcos paisagísticos e centros polarizadores das urbes coloniais, tal como se deu na Europa cristã dos séculos XII e XIII.

#### **4.5 ORDENS RELIGIOSAS: CONCEPÇÕES ESPACIAIS NA ARQUITETURA E NAS CIDADES COLONIAIS.**

Algumas pesquisas na contemporaneidade indicam a existência de um conjunto de valores teológicos e filosóficos que estariam expressos na arquitetura e na implantação dos templos das ordens religiosas nas urbes coloniais. Estas referências, conforme demonstra Guidoni (1981a, 1981b), teriam surgido na Europa cristã durante os séculos XII e XIII.

O historiador das mentalidades Jean Delumeau (2003) demonstra com se deu na longa duração a transposição de princípios e dogmas da fé católica para a arte sacra e para a arquitetura. Além disto, o autor também chamou atenção para o fato de se tentar referenciar no espaço profano das cidades ao emblema da Jerusalém Celeste. Esta referência se fez presente principalmente em Roma, sede do poder da Igreja Católica.

Recentemente Lins (2002) busca demonstrar na arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil, dos séculos XVI ao XIX, os fundamentos da arte sacra cristã. Segundo o autor (p.33): "A arquitetura, a escultura, a pintura, as alfaias e a música têm, cada uma, um papel ministerial a desenvolver, um **caráter sacramental simbólico**, e são partes integrantes das acções e das celebrações litúrgicas" (grifo nosso). As práticas litúrgicas, entretanto, segundo o autor, não se limitavam aos espaços dos templos, e também as ações religiosas públicas, tais como, procissões, representações, danças religiosas, ainda que não recebessem o *status* de culto oficial.

As pesquisas de Hernandès (2000), Fonseca (2002) e Costa (2003), conforme abordado, demonstram a participação das ordens e instituições religiosas na formação de um patrimônio territorial, com ênfase naquele que se constituiu na cidade de Salvador.

Entretanto, a pesquisa de Costa (2003) objetivou, para além das questões fundiárias, demonstrar a existência de uma **intenção simbólica** na implantação de alguns templos religiosos no espaço urbano de Salvador. Segundo a autora, os templos dos jesuítas, dos franciscanos, dos beneditinos e dos carmelitas, formavam um **esquema cruciforme**, tal qual, identifica Guidoni (1981a) em algumas cidades da Europa.

Outra vila da colônia também expressou em sua conformação urbana um esquema espacial que poderia ser atribuído a simbologia cristã. No planalto de Piratininga, onde os jesuítas implantaram um templo que deu origem a vila, contando com o esforço de Anchieta e Nóbrega, surgiu em 1554 a incipiente povoação de São Paulo. Neste sítio houve uma disposição triangular, que ocorreu com a implantação da igreja de São Francisco, com o Convento do Carmo e de São Bento.

A existência da transposição de elementos da simbologia cristã para valorizar a liturgia nos templos foi amplamente estudada e demonstrada na obra de Delumeau (2003). Além disto, ressaltou o autor, símbolos como o círculo e esfera, o triângulo e o quadrado são identificados em várias obras de arte e arquitetura ao longo da história.

No que tange a arquitetura no Brasil, Lins (2002), recentemente indicou que os beneditinos souberam intencionalmente, *i.e.*, através de uma proposição, ou seja, de elaboração de projetos, dotar de um sentido sagrado o tempo e o espaço litúrgico. Na acepção cristã, o tempo e o espaço são reorganizados através da liturgia, incluindo o espaço arquitetônico dos templos e da cidade que precisam ser sacralizados. A importância destas

reformulações se deu em Cluny, que se verifica a partir desta assertiva do autor (LINS, p.71):

“[...] no campo da arquitectura foi introduzida, na organização dos espaços, uma articulação bem mais acentuada do que a existente nas basílicas, principalmente através de uma hierarquização dos elementos espaciais e dos volumes interiores. A arte ornamental, sobretudo externa, desconhecida de épocas anteriores, revela uma concepção do mundo e do divino”.

Nas novas concepções dos espaços religiosos revelou-se uma estruturação, *i.e.*, um ordenamento na disposição dos objetos no espaço sagrado do templo, que conviveram com outras formas de se organizar o espaço, que possuíram um conteúdo estético, apoiado no pensamento teológico de Suger, que não se opunha à arte, mas, preconizava mais a ética, ascética, evitando apelar a sedução dos sentidos. Neste contexto, de reflexões e contradições filosóficas e teológicas, a arte e a arquitetura sofreram influências para tornar possível a participação do fiel na liturgia. No entanto, foi a partir do século XII, com o surgimento das ordens religiosas, que se iniciam as maiores transformações na liturgia que se fizeram sentir na arquitetura dos templos (LINS, 2002).

Conforme abordado, houve durante a Idade Média uma homologia entre arquitetura, teologia e filosofia expresso no gótico, tendo sido, uma das expressões mais utilizadas pelas ordens religiosas nas cidades (PANOFSKY, 1991). Cabe, então, ressaltar que esta prática estava profundamente vinculada as ordens religiosas, que utilizavam-se de recursos da teologia, *i.e.*, dos fundamentos cristãos para transmiti-los na concepção de seus espaços, o que não excluía os espaços urbanos com os quais se relacionavam, tendo em vista, a disposição dos templos na cidade (GUIDONI, 1981a), além do que, não se poderia deixar de citar a expressividade marcadamente urbana destas ordens.

Assim, com o objetivo de um ministério mais urbano as ordens religiosas preferiram as cidades ao isolamento; as igrejas estavam mais destinadas a conversão que ao misticismo: sermão e teatro são associados para a catequese<sup>141</sup> (LUCAS, S.J., 1997; LINS, 2002).

---

<sup>141</sup> Na liturgia, conforme problematizou Lins (2002), prevalece a linguagem dos símbolos que são apreendidas pelo homem através de seus sentidos: ouvir, ver, experimentar. Na perspectiva da Igreja Católica, pondera o autor (p.41): “[...] a parte do homem é sinergia com Deus”. Dentre os códigos fundamentais da ação litúrgica, tais como, o silêncio, a palavra e o sonoro-musical, destaca-se a importância do código cinético, *i.e.*, do movimento, com ênfase da dança expressa no espaço; e, o código icônico, que orienta a disposição dos objetos no espaço. Estes códigos tiveram na Idade Média uma função de valorizar a dimensão devocional e alegórica da liturgia. Na primeira prática, a aproximação dos fiéis as ações litúrgicas dava-se através da utilização de símbolos, de uma linguagem por vezes fantasiosa ou fantástica; no segundo caso, havia a intenção de conservar a relação dos fiéis com a prática litúrgica. No período que compreende os séculos X ao XV a celebração da liturgia sofreu profundas reformulações em virtude de causas políticas e religiosas que se fizeram sentir nas cerimônias que passaram a ser dotadas de uma “[...] pompa e complexidade nunca vistas na Igreja” (LINS, 2002,p.71), cujo exemplo máximo foram as ocorridas em Cluny. Houve, portanto, segundo Lins (2002), uma exteriorização da religiosidade cuja manifestação saiu dos templos e foi para a cidade, em festas e procissões, com missas, danças e representações.

Logo a partir destes pressupostos da prática litúrgica na Idade Média, principalmente a partir do surgimento das ordens religiosas, pode-se conjecturar que a ambição cênica, de irradiação da fé católica pelo mundo, não cedeu com a queda de Constantinopla em 1453, mas, fortaleceu-se com a descoberta da América, com a Contra Reforma. Pela renovação proposta pelo Concílio de Trento (1545-1563), segundo Lins (2002), pela primeira vez as ordens religiosas puderam estar presentes na missão apostólica, que viria alterar a concepção dos espaços arquitetônicos de seus templos. Este mesmo princípio poderia ter sido estendido ao espaço das cidades.

Além de Salvador, onde teria se dado o esquema cruciforme (COSTA, 2002), nos casos de São Paulo e da Vila da Vitória, no contexto da América Portuguesa, a implantação de templos religiosos, configurou uma espacialidade que poderia se remeter as referências da simbologia cristã. A análise do esquema triangular na disposição dos templos religiosos nas vilas de São Paulo e da Vitória deve considerar o sítio e a forma de implantação destes edifícios, bem como, as possíveis relações que poderiam ter assumido numa composição plástica e mesmo simbólica. Desta forma, constata-se nas vilas da Vitória e de São Paulo, uma expressividade religiosa singular a ordenar e orientar a conformação de seus espaços urbanos. Além disto, deve-se considerar quais os templos que foram construídos por ordens religiosas.

Há que se considerar, ainda, que esta disposição criou um limite físico às vilas. Neste sentido, não se pode confundir, mais sim, confrontar, as diretrizes de ocupação dos espaços da Igreja Católica para implantação de seus templos, com aquelas do urbanismo praticado pela Coroa Portuguesa, amplamente utilizados na América Portuguesa.

Intencionalmente, ou não, estas distribuições espaciais dos templos nas urbes coloniais sempre conferiu-lhes um destaque, e uma paisagem que se configurou, com diferentes conteúdos e linguagens em nosso território.

Há, ainda, importantes considerações sobre as precursoras pesquisas de M. Marx (1989, 1991), sobre a influência da Igreja nas formações urbanas coloniais, que demonstrou a relação do uso e do trato do espaço dos núcleos coloniais brasileiros, que influenciaram na sua estruturação. Em recente publicação M. Marx (2001), problematiza a importância da Igreja e das ordens religiosas na estruturação das vilas e cidades coloniais, afirmando que a implantação de uma ermida ou de uma capela, deram por vezes origem aos núcleos urbanos, e tornaram-se, em sua maioria, focos polarizadores do crescimento destes locais.

Além disto, havia também a sacralização dos espaços das aldeias que era realizado pelas ordens religiosas, em sua maioria pelos jesuítas. Segundo M. Marx (2001) os inicianos através de sua rica formação teórica teriam influenciado na teoria e na prática urbanística lusitana, e cita, os princípios racionais e geométricos que foram utilizados no planejamento de aldeias e reduções. Entretanto, o autor considera que não só a geometria,

mas os princípios simbólicos, também orientavam estas intervenções, baseando-se na existência de dois eixos fundamentais e na ortogonalidade inscritos nos espaços:

[...] um eixo longitudinal dividia a aldeia em duas partes. Sobre um dos lados desse eixo localizavam-se as componentes do programa religioso. Do outro lado, situava-se a praça monumental com o cruzeiro no centro. Perpendicularmente ao eixo longitudinal, existia um outro eixo que começava no acesso principal à aldeia, continuava até a praça e atravessava o portal principal do conjunto religioso.

Desta forma, M.Marx (2001), conclui afirmando que os traçados jesuíticos possuíam uma justificativa religiosa e cosmológica que relacionavam-se com sua geometrização.

Assim, não só a dialética do sítio e da conformação espacial nas cidades coloniais, que teve na maioria das vezes como fator preponderante as linhas sinuosas do terreno, dominantes na faixa litorânea, influenciou na estruturação das urbes coloniais. Este diálogo entre o sítio, a cidade e a arquitetura foi um traço do urbanismo vernacular português e conferiu as cidades coloniais sua singularidade, integrando o imenso e extenso universo urbanístico com uma riqueza que marcou a história das cidades.

Entretanto, há que se considerar que a presença da Igreja inseriu novos elementos compositivos e novas relações espaciais conforme citado neste capítulo.

No próximo capítulo, procuremos, através de uma abordagem sobre a formação e evolução urbana da Vila de Nossa Senhora, do século XVI até o século XIX, problematizar os fenômenos que influenciaram e imprimiram traços particulares em sua conformação espacial, ressaltando-se, a importância da dimensão religiosa.

# *Capítulo 5*

A FORMAÇÃO URBANA DE VITÓRIA NA LONGA DURAÇÃO

## 5. A FORMAÇÃO URBANA DE VITÓRIA NA LONGA DURAÇÃO

### 5.1 A VILA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA: UM ESTUDO DE HISTÓRIA URBANA

A pesquisa sobre a Vila da Vitória é um estudo de história urbana que considerou as análises de seus aspectos geográficos, da morfologia do território<sup>142</sup>, econômicos, sociais, político-administrativos, do universo mental, da cultura material e do imaginário para subsidiar a análise dos elementos morfológicos<sup>143</sup> que definiram a estruturação de seu espaço urbano nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX<sup>144</sup>.

Além de todas estas contribuições, não podemos deixar de citar a importância da história pela contribuição da inovação que ocorreu em seu aparato conceitual desde o século XIX, e que foi preponderante no aprofundamento nas pesquisas sobre as cidades.

Logo, a análise da forma urbana da Vila da Vitória, no período supra citado, reflete os diferentes fenômenos e valores, as mudanças, transformações e as **possíveis e diferentes formas de urbanização**, conforme considerou Portas (2000, p. 163), ao tratar deste tema:

As formas que tomam as cidades, na sua evolução de longa duração, não derivam exclusivamente dos valores e condições materiais que caracterizam cada momento de decisão dos sucessivos actores que as transformam. A história urbana mostra também como os **padrões antecedentes** informam, com maior ou menor determinação, as transformações ou expansões que lhes sucedem, apesar das alterações dos respectivos contextos. O que quer dizer que as cidades não só mantêm em fases sucessivas da sua evolução traços de anteriores estruturas sintácticas, muito básicas e de longa permanência – sobretudo os de natureza mais **estruturante, funcional ou simbólica** - como essas estruturas presentes no terreno ainda condicionam, pela continuidade ou pela negação, os traçados posteriores, mesmo que estes interpretem modelos de urbanização dissonantes (grifo nosso)

As fundações dos séculos XVI e XVII realizadas pelos povos europeus na África, Ásia, América, sobretudo os portugueses, não seguiram o mesmo modelo, sendo que “[...] uma parte significativa dessas fundações constituíram a base para a rede urbana principal” (PORTAS, 2000, p. 163). As vilas e cidades deste período inicial, segundo o autor, tiveram um caráter, na América Portuguesa, de garantir a posse através da criação de uma rede de vilas e cidades estrategicamente implantadas na costa, ainda que, em alguns casos, esta intenção não tenha vingado. Na dispersão desta primeira fase observam-se estes casos e, o

<sup>142</sup> Segundo Lamas (1993) a expressão território designa a “[...] extensão da superfície terrestre na qual vive um grupo humano” (p.63), *i.e.*, o espaço construído pelo homem, em oposição ao espaço natural. Neste sentido, o homem constrói não só a forma urbana, bem como, o território humanizado como território arquitetônico.

<sup>143</sup> A morfologia urbana supõe a convergência de dados de outras disciplinas – história economia, sociologia, geografia – como o objetivo de explicar a cidade como fenômeno físico e construído. Portanto, os fenômenos sociais, políticos, econômicos e outros convergem como explicação da forma urbana, mas, não como objeto de estudo (LAMAS, 1993).

<sup>144</sup> A cidade, conforme afirma Lamas (1993, p.31), não é um “[...] simples produto deterministas dos contextos econômicos, políticos e sociais: é também, o resultado de teorias e posições culturais e estéticas”.

estudo destas formações urbanas esbarra, na maioria das vezes, em dificuldades de encontrar fontes documentais que auxiliam no desenvolvimento de pesquisas que ajudem a esclarecer as **continuidades** e **descontinuidades morfológicas** de suas fases de urbanização, com ênfase, no período colonial.

No que tange a historiografia capixaba<sup>145</sup>, considerando os fenômenos citados inicialmente na longa duração, o historiador Bittencourt (1984, p.53), realizou uma pesquisa e um balanço sobre a produção historiográfica que versam sobre o Espírito Santo afirmando que, seguindo as tendências da historiografia brasileira no século XIX em privilegiar a micro-história, a ampliação desta perspectiva no estudo local teve como resultado um esforço para tentar mudar o quadro historiográfico cujas obras concentram-se, ainda, na área política, sendo pouco os estudos nos setores sócio-econômicos<sup>146</sup>. A importância do estudo de Bittencourt (1984), se reflete no resultado do levantamento e balanço sobre as pesquisas e obras<sup>147</sup> em âmbito nacional e local que se reportaram ao Espírito Santo, considerando que data somente do século XIX “[...] o surgimento dos trabalhos impressos sobre a história capixaba” (p.53). Com a abertura do Correio de Vitória, em 1849, houve um grande estímulo às publicações locais. As obras de maior interesse à historiografia capixaba foram publicadas, tais como, a de José Marcelino Pereira Vasconcellos, *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*, (Vitória, 1960); a de Misael Pena, *História da Província do Espírito Santo* (Rio de Janeiro, 1878); a de Cezar Augusto Marques, o *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo* (Rio de Janeiro, 1878); e, a de Basílio de Carvalho Daemon, a *Província do Espírito Santo – sua descoberta, história cronológica e sinópsis estatística* (Vitória, 1879) (BITTENCOURT, 1984). Parte destas obras, que se encontram disponíveis em bibliotecas e no Arquivo Público do Estado<sup>148</sup>, foram consultadas com o objetivo de encontrarmos referências sobre os diversos fatores da dinâmica local, mas, principalmente, da dinâmica urbana e dos aspectos da crescimento da cidade de Vitória. Ressaltamos, que parte destas obras, tem um caráter biográfico, característico do período, e sempre se referem a cidade colonial enquanto um

---

<sup>145</sup> A documentação de fontes primárias sobre a capitania do Espírito Santo e sobre a Vila da Vitória é escassa em virtude do desaparecimento da documentação oficial referente ao período colonial. A perda de parte significativa deste material se deu no período do Governo da Província, instalada no início do século XIX (1824).

<sup>146</sup> Em nossa pesquisa durante a pós-graduação, incluindo, as etapas do curso de especialização e mestrado, cujo tema sempre foi o estudo e análise das transformações urbanas em Vitória, constatamos que poucos são as obras que versam sobre uma abordagem de sua estrutura morfológica. As pesquisas realizadas sobre este tema, sendo grande parte desenvolvida por arquitetos, defendem, em sua maioria, que a configuração espacial de Vitória no período colonial foi resultado de uma prática urbanística cuja raiz está no período medieval, *i.e.*, e apóiam-se na lógica conceitual e teórica do desleixo *versus* ordem, afirmando, portanto, que a cidade foi estruturada e cresceu sem nenhum tipo de planejamento.

<sup>147</sup> Bittencourt (1984, p.53), cita a obra de Francisco Rubim, *Memórias para servir a história da Capitania do Espírito Santo*, publicada em Lisboa em 1840; o texto inaugural de Francisco Manuel da Cunha de 1811, publicado na Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Brasileiro em 1842; além, das obras de Saint Hilaire, *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*, originalmente publicado em Paris, em 1853; a de Brás da Costa Rubim, *Memórias históricas e documentos da Província do Espírito Santo*, publicada em 1861; e por fim, a de Ignácio Acioli de Vasconcellos, *Memória Estatística da Província do Espírito Santo*, escrita no ano de 1828.

<sup>148</sup> O acervo do Arquivo Público do Estado pertencente a antiga Secretaria da Presidência da Província Espírito-santense até início do século XX, período de sua fundação (1908-1909). Consta deste acervo o material referente a documentação do Espírito Santo existente no Arquivo Ultramarino de Lisboa (no total são 519 conjuntos documentais que totalizam 2.917 fotografias) que estão disponibilizados em cd-room através do Projeto Resagate realizado entre o Governo do Brasil e de Portugal. Este acervo foi consultado em nossa pesquisa e pouco revela sobre a participação da Igreja Católica na formação urbana de Vitória, mas, possui importantes e raras referências de sua dinâmica social, política e econômica.

espaço sem higiene, sem planejamento e com poucas obras de relevância, sendo o destaque sempre os edifícios religiosos, com ênfase no conjunto jesuítico.

Os trabalhos publicados no século XIX eram, segundo Bittencourt (1984, p. 55), “[...] reflexo da própria historiografia nacional, caracterizando-se pelo autodidatismo e técnicas de investigação e pesquisa superadas, quase sempre, calcadas nas mesmas fontes e temas”. Embora no século XX tenha sido fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), persistiram parte dos problemas citados, ainda que, muitas pesquisas e obras versando assuntos municipais ou regionais tenham sido publicadas. Ressaltamos, conforme atestou o autor deste importante balanço historiográfico (BITTENCOURT, 1984), as obras de Maria Stella de Novaes, Luiz Serafim Derenzi, e José Teixeira de Oliveira<sup>149</sup>, todas consideradas fontes indispensáveis às pesquisas que abordem o Espírito Santo, além, de sua capital Vitória, que sempre é alvo de maior atenção, quando não, tema da obra.

Todas estas obras, válidas, são, no entanto (BITTENCOURT, 1984, p. 56), “[...] insuficientes para a reconstrução de um quadro tão completo quanto possível da sociedade e economia capixaba, que possibilite **traçar paralelos e apontar os contrastes entre esta e outras regiões do país**” (grifo nosso). Logo, concluiu o autor, “[...] há necessidade da produção de trabalhos monográficos para a elaboração de uma história local e regional de alto nível e rigor científico, fato historiográfico ainda não totalmente concretizado na região capixaba” (p. 56).

Após a década de 50 do século passado, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, iniciou-se uma série de projetos que visavam resgatar a memória capixaba<sup>150</sup>, conforme capitaneou o professor e historiador Guilherme dos Santos Neves no I Simpósio de História em 1972.

Há, entretanto, um déficit na produção sobre o fenômeno da urbanização no Espírito Santo, sendo que, as pesquisas, em sua maioria, se destinam à cidade de Vitória, compreendendo o período que vai do século XIX até os dias atuais.

No entanto, ressalta-se a importância da obra de Luiz Serafim Derenzi, *Biografia de uma ilha*, publicada em 1965, sendo que, posteriormente, em 1995, houve a publicação da segunda edição pela Prefeitura Municipal de Vitória. A importância da obra de Derenzi

<sup>149</sup> A obra de José Teixeira de Oliveira, *História do Estado do Espírito Santo*, publicada em Vitória, em 1975, é de caráter narrativo e possui grande massa de fontes primárias citadas e é considerado um dos trabalhos mais notáveis editados sobre a história do Estado. Entretanto, cabe ressaltar, que segundo afirmação do próprio autor (BITTENCOURT, 1984), quando de sua participação do II Simpósio de História da Universidade Federal do Espírito Santo, sua obra foi escrita sem que ele consultasse qualquer documento existentes nos arquivos capixabas, pois, segundo Affonso de Taunay, que confiou a elaboração da obra a Teixeira, não havia “[...]dentro do Estado, nada, absolutamente nada, de sua riquíssima documentação histórica” (BITTENCOURT, 1984, p. 57).

<sup>150</sup> Os últimos avanços no resgate da história capixaba estão no crescente investimento no Arquivo Público do Estado, na publicação dos documentos disponíveis no Arquivo Ultramarino em Lisboa, através do Projeto Resgate viabilizado pelo convênio entre o Governo do Brasil e de Portugal, além, da *website* Estação Capixaba (<<http://www.estaçaoapixaba.com.br>>), bem como, a produção de pesquisas e obras de historiadores locais.

(1995) se atesta, primeiro por sua formação como engenheiro, geógrafo e historiador<sup>151</sup>; e, segundo por sua atuação como Diretor de Obras da Prefeitura de Vitória entre 1932 e 1939. Neste período, no ano de 1935, foi realizada a primeira intervenção na cidade alta, *i.e.*, no núcleo mais antigo de Vitória com o objetivo de adequá-la as novas premissas do urbanismo europeu então em voga.

Nestas intervenções, Serafim Derenzi atuou profissionalmente, segundo as atribuições de seu cargo, e acompanhou todas as mudanças que ocorreram no local. Logo, neste momento iniciaram-se as primeiras alterações significativas no traçado e no casario colonial, que até esta data mantinha-se com as mesmas características morfológicas configuradas ao longo dos séculos anteriores<sup>152</sup> (BIASE, 1995). O traçado colonial do primitivo núcleo de implantação de Vitória, segundo Reis Filho (1994) é um dos poucos exemplares do Brasil que mantém suas características apesar das intervenções ocorridas no século XX.

Além disto, sua pesquisa fundamenta-se em importantes fontes primárias e secundárias, e obras de vulto sobre a historiografia capixaba, entre as quais se destacam as de Maria Stella de Novaes, José Teixeira de Oliveira e Basílio Carvalho Daemon, citadas anteriormente. Neste sentido, em *Biografia de uma ilha*, o autor registra, além de uma rica abordagem sobre a evolução urbana de Vitória (1535-1965), importantes informações sobre a cidade no período colonial, entre as quais destacamos a denominação das antigas ruas, características da arquitetura colonial e seus aspectos econômicos, políticos e sociais<sup>153</sup>.

Portanto, um resgate nestas e outras fontes primárias e secundárias, além do recorte teórico de nosso tema, permite uma abordagem analítica sobre o processo de urbanização de Vitória no período colonial sob a influência do principal agente modelador de seu espaço, a Igreja Católica.

O recorte teórico sobre o processo de criação de cidades desenvolvido pelos portugueses, muito ampliado com a perspectiva multidisciplinar da história urbana, defende a lógica existente na ocupação do território e a relação com as formas urbanas. No território da Capitania do Espírito Santo, a empreitada realizada por Vasco Fernandes Coutinho, seguiu, assim, a lógica da primeira decisão fundadora, que era anterior a escolha do tipo de

---

<sup>151</sup> Luiz Serafim Derenzi (1898-1977) teve outras publicações sobre Vitória e o Espírito Santo. Foi membro do IHGES e da Academia Espírito-santense de Letras.

<sup>152</sup> No final do século XIX houve intervenções significativas em Vitória, conforme abordaremos neste capítulo. No entanto, estas intervenções ocorreram em sua maioria na parte baixa da cidade, principalmente através de aterros.

<sup>153</sup> No prefácio da segunda edição, o renomado historiador capixaba, Renato Pacheco, afirma que por mais de 30 anos, até a publicação de *Trajetórias de uma cidade* (ABREU, MARTINS, VASCONCELLOS, 1995), *Biografia de uma ilha*, ficou sendo uma fonte completa sobre as raízes da cidade. A obra de Derenzi (1995), segundo ainda Renato Pacheco, estava pronta antes de 1950 e recebeu grande contribuição de Mário Aristides Freire, cuja obra é utilizada também em nossa pesquisa. Mário Aristides Freire orientou as pesquisas de José Teixeira de Oliveira que fundamentaram sua obra sobre o Espírito Santo. Além disto, o historiador não deixou de mencionar sua importante atuação nas intervenções em Vitória, que o tornou uma das principais testemunhas oculares das transformações da cidade ocorridas na ocasião em que foi Secretário de Obras.

traçado, e procurava adequar ao desígnio, *i.e.*, aos objetivos da missão, a escolha do sítio (PORTAS, 2000).

A hipótese de diferenciação dos desígnios defendida por Portas (2000), tem como tese principal, portanto, a relação entre os objetivos da missão, a escolha do sítio e o traçado que se aplicava ou desenvolvia nos assentamentos, *i.e.*, a Coroa Portuguesa optou por diferentes formas de fundar e intervir em cidades, seja, designando-as a terceiros, como no caso dos capitães donatários, onde ocorreu, conforme citado anteriormente, a predominância de sítios localizados na confluência de baías e percursos de água de fácil penetração, com implantações seguindo as referências vernaculares, ou privilegiando os saberes científicos, a medida que os objetivos da missão se tornaram mais claros e mais estáveis.

A implantação da Vila da Vitória seguiu esta lógica. Não se tratou de uma fundação com função especificamente militar, as cabeças de ponte, nem tão pouco, tinha como objetivo ser uma importante cidade, que tinha como função ser o centro de uma rede urbana e de uma zona produtiva, que em alguns casos definiram núcleos urbanos planejados sob os princípios da engenharia militar que delineava seus primeiros passos adotando as inovações técnicas e científicas do Renascimento. A sede da Capitania do Espírito Santo foi uma povoação que se estruturou com os esforços do primeiro donatário, da ação dos missionários da fé católica, empenhados em propagar o ideal cristão no Novo Mundo, e da ambição de aventureiros e homens que apostaram no lucro, acima de tudo, na empreitada de desbravar, ocupar e tomar posse das riquezas do território recém descoberto.

Os fundamentos históricos da fundação da Vila da Vitória que “[...] rende numa série de peripécias controvertidas” (DERENZI, 1995, p.15), passando pela invencível tenacidade dos povos indígenas da região em repetir os portugueses, até a data de sua fundação, levaram Derenzi (1995), a afirmar que a ilha foi “[...] abandonada pelas tribos litorâneas [testemunha o autor que os sambaquis, entre outros vestígios, provam que o local havia sido habitado por índios] protegida pela soberba configuração topográfica” (p.15), o que levou [...] os povoadores lusitanos, nela se refugiaram cansados de lutas exaustivas e perigosas” (p.15).

Vitória, ressalta Derenzi (1995), “[...] não tem fé de ofício. Não foi legalmente batizada. Precisa de uma justificativa em juízo” (p.15). A vila surgiu de uma escolha estratégica pela segurança, pelas fontes de águas, pela presença atuante dos jesuítas (SOUZA, 2000a). A configuração de seu espaço urbano seguiu os desígnios lusos que dominaram até o final do século XVI, que “[...] continham incertezas estratégicas que aconselhavam os povoadores e os seus arruadores a ir fazendo cidade por partes (por reformas e adições), em situação onde a forte especificidade dos sítios, uma vez escolhidos,

se impunha à opção, à cabeça, de uma forma geral e, talvez por isso, se diz que resultaram “[...] ‘*tão portuguesas*’” (PORTAS, 2000, p.165).

Logo, conforme afirmou Portas (2000, p.165),

“[...] a escolha do sítio e a opção por processos de assemblagem sucessiva estão inevitavelmente ligados. Os traços adaptados aos terrenos com maior ou menor regularidade, quer se tratasse de um simples prolongamento de uma rua ou travessa, quer do loteamento de um novo bairro, são a **resposta possível**, condicionada por essas exigências iniciais”. (grifo nosso)

Entre as águas da baía e o maciço central da ilha delineou-se o traçado da Vila da Vitória. A análise das fontes históricas, que versam sobre seu passado colonial, ofereceram informações sobre as principais intenções e fatores que determinaram sua configuração espacial.

## 5.2 HISTÓRIA URBANA DA VILA DA VITÓRIA: UMA HISTÓRIA PROBLEMA

O estudo de história urbana da Vila da Vitória considerou, entre os aspectos citados anteriormente, as importantes contribuições teórico-metodológicas da história nova já abordadas no capítulo I.

Destas contribuições ressaltamos, (1) a problematização simultânea do espaço e do tempo, que tornou possível a elaboração de questões que trouxeram um maior entendimento do passado colonial de Vitória; (2) o confronto de diferentes temporalidades que possibilitou a problematização dos principais fenômenos que influenciaram na conformação urbana de nosso objeto de estudo na longa duração. Desta forma, pôde-se, no recorte temporal pesquisado, compreender melhor quais foram os eventos mais significativos para a formação urbana da sede da Capitania do Espírito Santo.

O conjunto de fenômenos sociais, políticas, econômicas e outros tiveram seu rebatimento no espaço da vila ao longo de todo o período colonial. Cabe ressaltar, que foi justamente a particularidade da formação de sua sociedade, fundamentada na participação da Igreja Católica, das inúmeras dificuldades em consolidar atividades econômicas rentáveis, além, dos percalços enfrentados pelos donatários, que definiram as características singulares de sua morfologia urbana, bem como, de suas funções.

Estas particularidades, entretanto, se fizeram em virtude dos condicionantes locais e, principalmente, dos condicionantes do contexto geopolítico a época, *i.e.*, só podemos entender a Vila da Vitória como fato urbano se contextualizarmos sua participação, ou exclusão, do jogo econômico, da lógica de conquista de territórios e de formação de rede de vilas e cidades. Logo, há que se considerar a complexidade do projeto colonial.

Acrescenta-se a esta questão, a dimensão deste projeto colonial tantas vezes redimensionado pela Coroa Portuguesa, ou seja, a América Portuguesa e suas vilas e cidades, tiveram desde o início da ocupação de seu território políticas de ocupação e de estruturação de seus espaços que foram, ao longo dos séculos, se diferenciando conforme os desígnios do projeto, ou melhor, se especializando. Assim, aprimoraram-se os instrumentos para dominar o espaço e construir uma rede urbana cada vez mais organizada sob o ponto de vista das formas espaciais e das funções urbanas.

Para entender os efeitos desta política na Capitania do Espírito Santo, especificamente em sua sede, foi preciso realizar, como definiu Foucault (1977), um trabalho de pesquisa histórica que objetivasse clarear e, ao mesmo tempo, responder a uma série de questões relativas a participação da Vila da Vitória no contexto colonial. Além disto, o importante trabalho da pesquisa história ofereceu subsídios para a problematização que considera a participação da Igreja Católica um dos principais fatores na definição da morfologia urbana de nosso objeto da investigação.

Este trabalho de pesquisa configura-se como uma **história-problema**, considerando a noção de descontinuidade na longa duração, conforme definiu FOUCAULT (1977), ou seja, um trabalho de pesquisa que pressupõe que a investigação abre caminho a um entendimento do real enquanto discurso. Logo, se fez necessário entender quais os processos, as dinâmicas, as construções culturais, científicas, e religiosas de uma determinada cultura no espaço-tempo considerado, e sua relação com a construção dos espaços urbanos coloniais, tema já abordado nos capítulos anteriores e que fundamenta o estudo da formação e consolidação do espaço urbano de Vitória<sup>154</sup>.

De forma precisa, esta perspectiva teórica auxiliou no entendimento da atuação da Igreja Católica, na ocupação dos espaços urbanos coloniais e na ocupação das áreas externas dos seus limites físicos definidos por seus templos, adros, cercas. Mais do que isto, ressalta-se a reflexão necessária dos valores que norteavam a implantação dos edifícios religiosos no contexto urbano, suas funções e sua participação na dinâmica da definição da trama urbana.

A grande diversidade de temas nas pesquisas das cidades coloniais, a partir de diferentes perspectivas, vem demonstrando as diferenças e semelhanças das formações

---

<sup>154</sup> Ressaltamos, conforme exposto anteriormente, que Lepetit (2001), chamou atenção para o projeto proposto por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber*, afirmando que este possibilitaria o **estabelecimento de condições para se produzir um novo saber**, i.e., “[...] para se ampliar a inteligibilidade do real” (p.40), o que contribuiria muito para o enriquecimento e amadurecimento da história urbana enquanto campo de saber científico. O entendimento dos diferentes processos sócio-culturais e científicos na longa duração sob a perspectiva teórica exposta, e referenciada ao longo de nossa pesquisa, auxiliou problematizar quais valores foram transpostos para o território da América Portuguesa, principalmente, aqueles relacionados a construção daquilo que veio a ser a principal estratégia de posse deste amplo espaço: a formação de vilas e cidades, ou seja, a adaptação e posterior sistematização da cultura e dos instrumentos urbanísticos utilizados no projeto.

urbanas da América Portuguesa, sem, contudo, apelar para as **generalizações** que dominaram o discurso científico até meados da década de 1960. O perigo deste procedimento de indução em uma pesquisa histórica, conforme citado anteriormente, é a perda da singularidade, do detalhe, da diferença considerada secundária no contexto.

A Vila da Vitória, no âmbito das generalizações, era considerada uma vila, em seu aspecto urbano e paisagístico, tal como um burgo medieval, com suas ruas tortuosas, moldadas no terreno, sem planejamento. Além disto, houve relatos que a definiram como pobre e suja, com seu casario simples, sua falta de praças, as ruas sem calçamento e, por fim, destacaram seus edifícios singulares, os templos religiosos.

A dispersão dos documentos coloniais que versam sobre Vitória e a dificuldade de relacioná-la no contexto urbano colonial, ou melhor, de problematizar sua formação espacial a partir das novas perspectivas teóricas do urbanismo lusitano de além-mar, vem ainda, permitindo a repetição das assertivas de estudiosos e historiadores que escreveram sobre a vila em meados do século passado.

Problematizar sua formação e estruturação urbana, refletindo seu contexto histórico, geográfico, político, econômico, além, do conjunto de valores que moldaram a formação de sua sociedade é, portanto, o objeto deste capítulo.

### **5.3 A VILA DA VITÓRIA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO, ADMINISTRATIVO E ECONÔMICO DA AMÉRICA PORTUGUESA.**

A capitania do Espírito Santo foi delimitada, no século XVI, pela iniciativa da Coroa Portuguesa em colonizar a América. O entendimento da dinâmica político-econômica e social que originou o processo de domínio e exploração do território americano pelos lusitanos, na longa duração, oferece subsídios para a compreensão das particularidades da dinâmica urbana colonial em sua extensão geográfica<sup>155</sup>.

Uma mesma matriz de fatos, terminologias e cronologias, conforme afirmou Rossa (1998), auxiliaria na compreensão dos contextos de fundação e desenvolvimento da rede urbana portuguesa enquanto um todo civilizacional, o que permitiria a compreensão de resultados formais. Esta rede urbana prescinde ainda, na contemporaneidade, de pesquisas no campo de conhecimento da história urbana, que abordem a posição de cada núcleo

---

<sup>155</sup> Na abordagem da dinâmica político-econômica e social da Vila da Vitória, sede da capitania do Espírito Santo, no contexto colonial, não foi dada prioridade a uma seqüência cronológica dos fatos. Considera-se para o melhor entendimento desta dinâmica a identificação dos principais eventos e atores, pois, estes influenciaram de forma distinta na formação e consolidação do espaço urbano de nosso objeto de estudo.

urbano no contexto do Império Português e demonstra a importância de cada um dos **agentes modeladores** (VASCONCELOS, 1997) que atuaram na consolidação e na configuração dos espaços urbanos coloniais.

Os descobrimentos, que vieram a ser a “[...] designação global de um processo histórico” (ROSSA, 2000, p.8), na verdade se aplicaria, enquanto terminologia, aos primeiros episódios da conquista, “[...] período mais vibrante e revelador” (p.8), que possibilita a visão daquilo que foi a Expansão, onde outros processos estiveram em sincronia e se desenvolveram. O Império Português foi, portanto, “[...] simultaneamente projecto em elaboração e obra em reformulação” (p.8), onde, a **definição de seu espaço** provém da sua vertente marítima e se consolidou, partilhando com terceiros, “[...] o domínio dos mares e, em estruturação, demandou **territorializar-se**” (p.8). As estruturas e comunidades que se instalaram nos territórios conquistados garantiram a soberania lusitana e seguiram a lógica da eficácia, fluência, segurança e lucro das carreiras marítimas. Estas estruturas foram, então, essenciais, em seu suporte físico e fixo, pois, viabilizaram, consolidaram e tornaram possível a ampliação do sistema, por terra e mar: “[...] definida e comprovada a dimensão (parte considerável do globo), impunha-se reconhecê-la e dominá-la em extensão. [...] o mar era a infra-estrutura, um fluido suporte de comunicações e transporte sem memória, a chave, não o Império em si” (p.9).

A pesquisa de nosso objeto de estudo, a Vila de Nossa Senhora da Vitória, *i.e.*, a pesquisa e análise da consolidação, estruturação e transformações em sua configuração espacial na longa duração, inserida em sua especificidade temática, considera que este processo é resultado de práticas específicas. Estas práticas são o resultado de determinações da Coroa Portuguesa que procuramos expor, através de alguns casos citados no capítulo 3, e que puderam ser refletidas a partir da contribuição multidisciplinar da história urbana. Estas reflexões são o resultado de uma operação intelectual que se apóia nas abstrações teóricas que abordam os contextos fundacionais e, na perspectiva da formulação de novos problemas. Logo, a forma urbana da Vila da Vitória refletiu um conjunto de práticas dos agentes modeladores de seu espaço, tal como o conjunto da história as fez ser em nosso contexto territorial.

Conforme abordado no capítulo I, a pesquisa dos espaços na longa duração tem uma vertente histórica que contribui para trazer à tona novas problematizações, desenhando neste percurso aberto, o objeto da investigação. Cabe, portanto, uma **síntese** deste conjunto de realidades que tem como objetivo contextualizar a posição da sede da capitania do Espírito Santo na rede urbana do Império Português, com ênfase, em seu contexto fundacional, a América Portuguesa.

A conquista do espaço das Américas foi um marco na historiografia europeia, resultado da expansão marítima realizada pelos povos ibéricos, sobretudo pelos

portugueses, que redefiniram as bases da economia no contexto geográfico à época, e “[...] marcou a abertura dos Tempos Modernos” (NOVAIS, 1995, p.17). O início da exploração na América pela civilização europeia representou, também, o alargamento das atividades de exploração e comércio por todos os continentes, pois, já existiam portos e entrepostos na África e na Ásia, em especial à atividade dos lusitanos nestas regiões.

A ocupação, o povoamento e a criação de uma rede de cidades da colônia portuguesa tiveram **sentidos** (PRADO JR., 1942; BOSI, 1996) que só podem ser entendidos, portanto, dentro deste contexto político e econômico. A Coroa Portuguesa mantinha-se sob o regime da Monarquia Absolutista, tendo sido um dos primeiros Estados Nacionais, com um território físico e geográfico definido, delimitado com a finalidade de solucionar questões internas e externas, visando, prioritariamente, o desenvolvimento da economia mercantil. Para tanto, os dirigentes do estado português almejavam iniciar a arrancada pela rota dos produtos orientais, até então dominada pelos mercadores italianos, principalmente de Gênova e Veneza, visando a possibilidade de abertura de novas frentes de exploração mercantil, que ocorreu com a expansão ultramarina. Segundo a política econômica vigente no período, o Mercantilismo, no qual os estados europeus unificados social e politicamente, objetivaram o desenvolvimento nacional através de condições de lucratividade nas relações comerciais, a **função** das colônias, era garantir a auto-suficiência das metrópoles, proporcionando ao estado colonizador concorrer em vantagem na nova lógica comercial<sup>156</sup>.

Logo, pode-se afirmar que na América Portuguesa foi utilizado o recurso da ocupação política para assegurar a posse e a valorização de produtos existentes ou mercadorias a serem produzidas para o sistema econômico vigente, tendo sido, portanto, as primeiras vilas e cidades do Brasil Colônia, portos comerciais, ou centros políticos-administrativos, **estrategicamente implantados na costa**, e serviram como base de defesa territorial e, na conquista do interior, para a formação de novos povoamentos e regiões de produção.

As feitorias e as Capitâneas Hereditárias foram as primeiras iniciativas da Coroa Portuguesa de ocupar o território americano implantando aos poucos um sistema jurídico-administrativo semelhante ao de Portugal. As feitorias funcionaram, num primeiro momento de exploração, como os primeiros entrepostos para o tráfico de pau-brasil e, ainda, como

---

<sup>156</sup> Segundo Novais (1995, p. 33; 61-62), a exploração do Ultramar realizada pelos estados europeus, possibilitou distinguir três elementos que são as áreas densamente ocupadas por civilizações tradicionais, onde ocorreram a dominação política, que possibilitou o comércio vantajoso dos produtos locais com a Europa; as zonas de povoamento e colonização europeias, onde foram estruturadas economias complementares ao mercantilismo europeu, fornecedoras de metais nobres e produtos tropicais; e, a África fornecedora de força de trabalho escravizada, que permitiu por em funcionamento toda a produção colonial. Com este argumento Fernando A. Novais, definiu as categorias, ou tipologia das colônias, onde podemos mensurar a posição da América Portuguesa neste contexto, ou seja, enquanto colônia de exploração; e, da Europa, ou da economia capitalista mercantilista europeia, enquanto centro dinâmico, gerador e beneficiário de todo o sistema colonizador.

pontos de apoio para aguada das naus que navegavam ou policiavam a costa do Brasil. Foram, portanto, pontos de trocas comerciais de uma exploração rudimentar dos recursos naturais, como teriam sido nos atuais territórios dos estados do Rio de Janeiro, em Santa Catarina e em todo o litoral de Pernambuco (AZEVEDO, 1956; SANTOS, 1968).

Buscando uma forma mais estável de ocupação territorial, e com o objetivo de evitar que outros países europeus rivais viessem se estabelecer na extensão americana, a Coroa Portuguesa adotou o sistema de donatarias<sup>157</sup> na quarta década de colonização, modelo anteriormente utilizado na colonização das Ilhas da Madeira e dos Açores (REIS FILHO, 1998). Assim, foram transferidas aos donatários e alguns colonos as responsabilidades militares e jurídicas, gerando, assim, um sistema administrativo em cada capitania, sendo pouco modificado em 1549, na implantação do Governo Geral.

Este sistema político-administrativo implantado pela Coroa Portuguesa num período de extrema centralização do Estado Absolutista, permitiu ao rei o controle da porção americana que lhe cabia<sup>158</sup>, tornando as capitanias hereditárias estabelecimentos militares e econômicos, afim de garantir a defesa dos ataques externos e possibilitar o incremento de atividades capazes de estimular o comércio. Para o melhor controle das capitanias optou-se por um prolongamento da estrutura do Estado, na implementação das mesmas leis e cargos públicos, principalmente no primeiro momento, com uma estrutura voltada principalmente para a arrecadação tributária, com os feitores, os almoxarifes, os provedores e os contratadores. Com estas medidas a América Portuguesa passa a ser parte integrante da economia reprodutiva europeia, estimulando a aplicação de capitais e técnicas para gerar, de forma permanente, bens de consumo.

Coube, entretanto, aos donatários o maior ônus da colonização, com as responsabilidades militares, judiciárias e fazendárias, tendo, também como função, **a fundação das vilas**. Além disto, eram também responsáveis pelo desenvolvimento de alguma atividade produtiva, num território em que a população nativa não possuía um determinado grau de desenvolvimento econômico e cultural capaz de oferecer gêneros de alto valor para os mercados europeus e, tão pouco, consumir os produtos de suas manufaturas, como ocorrera com os povos da América Espanhola e, principalmente, com os da Ásia.

---

<sup>157</sup> As Capitanias Hereditárias foram “[...] uma espécie de associação entre o poder da Coroa e a iniciativa particular, com a atribuição a alguns senhores ou validos do rei aos mais importantes prerrogativas sobre quinhões determinados da terra” (MELO FRANCO, 1971, p.31), eram porções de terra, administradas por um donatário, que tinham como função, o povoamento e colonização das áreas que lhe foram concedidas. Neste momento, a Coroa Portuguesa passa a administração das terras conquistadas do território americano a nobres e militares portugueses, através de cargos burocráticos semelhantes aos da Metrópole.

<sup>158</sup> Com a divisão da América entre Portugal e Espanha, através do Tratado de Tordesilhas (1494), coube aos portugueses as áreas pouco povoadas e aos espanhóis as mais densamente povoadas. Além disso, os povos que habitavam a área de domínio português estavam em estagio primitivo de civilização sem possuírem atividades econômicas produtivas desenvolvidas (FERREIRA, 1996).

As Capitânicas Hereditárias foram, portanto, um marco de posse e defesa dos domínios da Coroa Portuguesa, e as cidades e vilas nelas fundadas constituíram-se em um ponto de ligação comercial entre sua área produtiva e a Metrópole. Cabe ressaltar, que a fiscalização das atividades econômicas produtivas e comerciais ficou ao longo de todo o período colonial destinadas à Coroa Portuguesa (REIS FILHO, 1968).

Segundo Campos Júnior (1996), os fatores que determinaram o desenvolvimento das capitânicas foram as potencialidades de cada donatário, o auxílio da Coroa, e os condicionantes naturais de cada região, que propiciaram, ou não, a cultura agrícola. As sesmarias que foram doadas na região do Nordeste foram maiores que as do Sul e, para lá se dirigiram os portugueses de maior posse, que montaram numerosos engenhos, enquanto o Sul teve vida econômica e social mais modesta, voltada a atender o abastecimento interno<sup>159</sup>.

A capitania do Espírito Santo foi sempre retratada pela historiografia como uma das mais atrasadas no contexto colonial, sendo sua sede, apontada, por vezes, como Vila do Espírito Santo, ou Vila Nova, bem como, Vila da Vitória. Cabe restituir sua posição, não só no contexto geopolítico, como também, dar novo significado as repetidas afirmativas históricas, sob novas interpretações, corrigindo distorções e colaborando para a **redefinição** de sua participação no processo de colonização da América Portuguesa.

A definição dos limites da Capitania<sup>160</sup> do Espírito Santo pode ser constatada através do documento de doação de suas terras, apesar de não constar de pontos geográficos fixos para seus limites (FIGURA 31) (FREIRE, 1998,p. 368): “[...] todavia elle marca a extensão norte sul da capitania pela costa, situada entre o **Itabapoana**, na Serra de S. Catarina das Mós e o **Mucury**, rios que constituíam as fronteiras das capitânicas de Pero Góes e Porto Seguro”.

O primeiro donatário do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, chegou em solo capixaba em 23 de maio de 1535, com a carta de doação de D. João III que fora assinada em Évora em 1534, e fundou a vila que passou a ser a sede de sua capitania, a Vila do Espírito Santo, hoje Vila Velha, na entrada da barra, hoje Baía de Vitória, “[...] entre o Monte Moreno, ou João Moreno, e a ponta do tubarão, ou Pirarém” (NOVAES, s.d.,p.14).

---

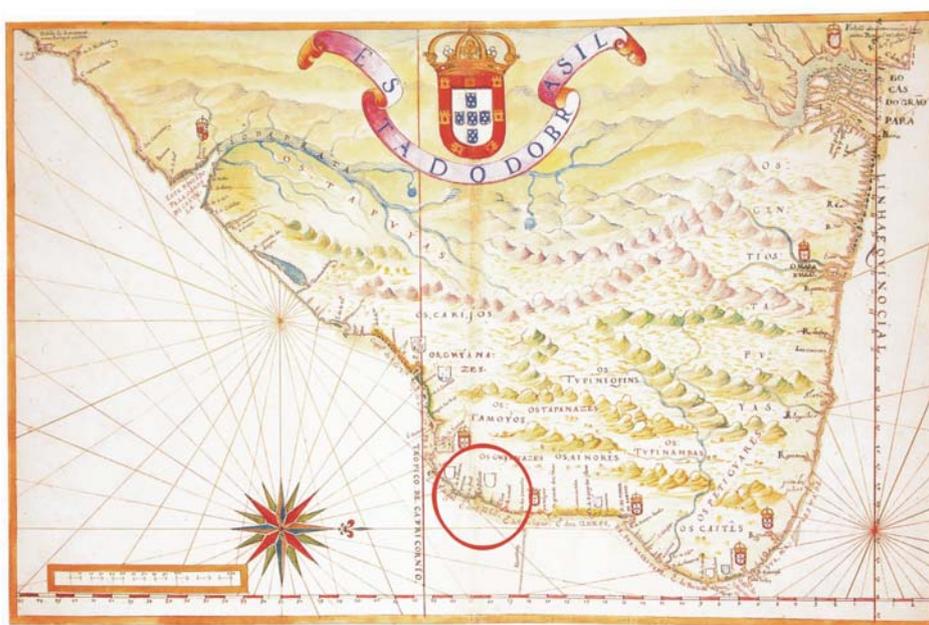
<sup>159</sup> Conforme afirmou Schwartz (1995, p. 34), com o sistema de donatarias, a Coroa Portuguesa, reduziu o espaço geográfico ao espaço administrativo. A exploração da terra iniciou-se com o plantio da cana de açúcar, ou seja, o centro da empresa colonial inicia-se apoiado sobre a agricultura, condensando populações em vilas, criando um comércio rico de exportação, tendo sido a cana-de-açúcar plantada em todas as capitânicas, sem, entretanto, o êxito esperado. As exceções foram as capitânicas de São Vicente e Pernambuco e, após a fundação de Salvador, em 1549, a geografia econômica do açúcar no Brasil tomou forma, com a produção também na Bahia, tornando-se o Nordeste a principal região produtiva, e já no século XVI, o açúcar da região era comercializado na Europa e se constituía, assim, o Brasil Colônia como retaguarda rural da Europa.

<sup>160</sup> Os limites das Capitânicas Hereditárias foram definidos por pontos geográficos e pelas latitudes, sendo que, ao fundo, limitavam-se à linha imaginária definida pelo Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494, que estabelecia a partilha das novas terras de além mar entre Portugal e Espanha. À frente, o limite seria a costa Atlântica numa extensão de aproximadamente 50 (cinquenta) léguas (FREIRE, 1998).

O donatário chegou a capitania com cerca de sessenta homens, “[...] dentre eles os fidalgos Dom Jorge Menezes e Dom Simão Castelo Branco, ambos cumprindo pena de degredo, e outros, senão nobres, colonos distintos, como Bernardo Sanches de la Pimenta e Manuel Ramalho” (SANTOS, 1999, p. 21).

A capitania recebida por Vasco Fernandes Coutinho teria sido denominada de Espírito Santo, em virtude da posse do território ter se dado num domingo de Pentecostes, em 23 de maio de 1535 (DERENZI, 1995). No entanto, em nota de pagina o autor, cita que o Padre Raphael Maria Galanti S. J. retifica a informação da data do domingo de Pentecostes em 1535, que teria se dado em 16 de maio, e não em 23 de maio, conforme afirmou o Padre Simão Vasconcelos S. J. A chegada, então, teria se dado no dia 16 de maio de 1535. Segundo Novaes (s.d.), a primeira vila fundada, recebeu a denominação de Nossa Senhora da Vitória, em homenagem a santa da qual o donatário era devoto.

O primeiro templo da capitania teria sido erguido fronteiro à praia, consagrado a São João, e em homenagem ao rei de Portugal à época, D. João III. No entanto, alguns autores afirmam que este templo foi construído em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Citam, ainda, que o testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho se remete a uma igreja dedicada a Santa Catarina. Elton (1987), afirma que a devoção de Nossa Senhora do Rosário foi trazida para o Espírito Santo pelos jesuítas em 1551, devendo-se a construção de um templo em sua homenagem ao Padre Afonso Brás.



○ Área da localização da capitania do Espírito Santo

FIGURA 31 – Mapa do Brasil, 1631. Elaborado por João Teixeira Albernaz, o mapa demonstra os marcos divisórios ao norte e ao sul, com a divisão das capitâncias hereditárias (ADONIAS, 1993).

Embora tenha sido construída a capela consagrada a São João, não se têm notícias de que tenha vindo nenhum representante da Igreja Católica na comitiva de Vasco Fernandes Coutinho. Segundo Novaes (s.d., p. 17), não existe nenhum registro de que houvesse um sacerdote na comitiva de Vasco Fernandes Coutinho. A autora cita a presença de escrivães da feitoria e do almoxarifado da capitania, como também de um boticário, entendido em minerais (NOVAES, s.d.). Segundo Carvalho (1982), a primeira notícia que se tem sobre um padre no Espírito Santo é a nomeação de João Dormundo para vigário da capitania em 13 de janeiro de 1541, que foi substituído por Francisco da Luz em 03 de março de 1550. Em 1552 este vigário, por sua vez, foi substituído pelo padre Pero de Souza, que teve pagamento suspenso em agosto do mesmo ano em virtude de sua ausência. Estas substituições foram a causa da precariedade religiosa em que se encontrava a Vila do Espírito Santo, fatos atestado pelos primeiros jesuítas e citado em suas cartas (SOUZA, 2000a).

A ausência de sacerdote, segundo ainda Novaes (s.d.), influenciou nos diversos distúrbios que ocorreram entre os índios e os colonos na capitania, em virtude desses últimos preferirem agir pela “[...] força das armas e não pela arma sublime da caridade” (p.17).

Portanto a ausência de representantes da Igreja Católica no local com certa regularidade somada as expectativas de se utilizar o povo nativo na agricultura através do trabalho compulsório resultaram numa série de conflitos, que determinaram no fracasso dos primeiros investimentos de Vasco Fernandes Coutinho, bem como, a exploração do interior de seu território (SOUZA, 2000a).

Os valores e dogmas da religião católica eram extremamente importantes para a formação de uma nova sociedade, bem como, foram utilizados na conversão dos indígenas. A ereção de um templo na verdade, juntamente com outros elementos de representação do poder real, era repetição na colônia daquilo que se conhecia como organização de espaços citadinos, ou seja, os modelos urbanos de Portugal (MARX, 1991). Além disto, nas vilas e cidades, a legislação eclesiástica, incorporada ao corpo jurídico do Estado Português foi fielmente seguida na colônia, o que foi decisivo na conformação dos núcleos urbanos (MARX, 1989).

A primeira vila formou-se de pequenas cabanas e logo em seguida, segundo as prerrogativas de defesa e exploração da época, o donatário mandou construir um forte no local chamado Piratininga, além de implantar os instrumentos simbólicos da administração portuguesa na Colônia, o pelourinho e a forca, numa pequena ilha da enseada, que ficou posteriormente conhecida como Ilha da Forca (NOVAES, s.d.).

Neste mesmo momento de insipiente organização social, administrativa e militar da capitania do Espírito Santo foi implementada a primeira atividade econômica, através do

plântio de mudas de cana-de-açúcar<sup>161</sup>, e, junto a vila foram construídos engenhos para o preparo do açúcar (NOVAES, s.d.). Data de 1545, o primeiro carregamento deste produto que sai do Espírito Santo direto para a Metrópole (OLIVEIRA, 1951). Ainda, no primeiro século da colonização capixaba foi estabelecida a ligação comercial entre a capitania, Portugal e Angola, e posteriormente, em 1550, procedeu-se a instalação da Alfândega<sup>162</sup>.

O Espírito Santo, segundo Derenzi (1995), foi uma capitania pobre e, em confronto com as demais capitanias da América Portuguesa, no final dos quinhentos, apresenta-se com pequena importância, sendo o destaque da economia açucareira neste período, conforme citado a região pernambucana e a região baiana (AZEVEDO, 1956).

A relação econômica da capitania do Espírito Santo com as demais capitanias pode-se constatar através dos números abaixo do século XVI (DERENZI, 1995):

CAPITANIAS	COLONOS/FAMÍLIAS	ESCRAVOS	ENGENHOS DE CANA-DE-AÇÚCAR	PRODUÇÃO/ARROBAS
Pernambuco	2000 colonos	2000	66 Engenhos	200.000 arrobas
Bahia	800 famílias em Salvador; 2000 Colonos		36 Engenhos	120.000 arrobas
<b>Espírito Santo</b>	<b>180 Colonos</b>		<b>6 Engenhos</b>	<b>6.000 arrobas</b>
Rio de Janeiro	150 Colonos		5 Engenhos	
São Vicente	80 Colonos			

Tabela 1: A capitania do Espírito Santo no contexto colonial, século XVI.

Cabe ressaltar, entretanto, que durante o século XVI e XVII os engenhos de açúcar, base da economia local, localizavam-se, conforme demonstra a cartografia (FIGURA 32 e 33), no termo da Vila do Espírito Santo. Isto demonstra a enorme importância do sítio escolhido para implantação da capitania que proporcionava condições de atender as necessidades impostas à época para o desenvolvimento econômico.

Com o insucesso do Sistema de Capitanias Hereditárias D. João III unificou a colônia e, constituiu em 1549, o Governo Geral, introduzindo um forte apoio militar, agrícola e mercantil. Tomé de Souza foi nomeado o primeiro Governador Geral e fundou a primeira capital do Brasil, Salvador, como marco inicial de uma nova fase na mesma data da instalação do sistema político. Em 1567 foi fundada a cidade do Rio de Janeiro para controle

<sup>161</sup> Anterior ao desenvolvimento do plântio da cana-de-açúcar na América Portuguesa já havia se iniciado esta cultura agrícola nas ilhas atlânticas sob o domínio luso.

<sup>162</sup> A informação é apresentada por Oliveira (1951); no entanto, o autor informa que estes dados são da obra de Daemon (1879). Novaes (s.d.,p. 23) também se refere ao fato citando a mesma data.



FIGURA 32 – Capitania do Espírito Santo. Mapa de autoria de João Teixeira Albernaz, que mostra a Baía de Vitória, sua sede, a Vila Velha e os engenhos de Azevedo, de Francisco Aguiar e de Leonardo Fróis (ADONIAS, 1993).

da costa sul do território. A Coroa Portuguesa visava a coordenação militar e administrativa das capitanias visto o pouco sucesso do sistema de donatarias até então. O novo regime restringiu o poder dos donatários em prol de uma centralização político-administrativa, procurando compensar o excesso de dispersão, em virtude da extensão e dificuldades do meio. Com este objetivo efetuou-se a divisão do Governo Geral em duas repartições, a de Cima, com sede na Bahia, e a do Sul, com sede no Rio de Janeiro. Estabeleceram-se, assim, duas categorias de Capitanias no Brasil, e a Capitania do Espírito Santo esteve subordinada ora a Capitania da Bahia, ora a Capitania do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar, que a Capitania do Espírito Santo possuía posição estratégica na extensão territorial da América Portuguesa, e sua sede, a primitiva Vila do Espírito Santo (1535), bem como, a Vila Nova, ou Vila da Vitória (c.1550), que veio a ser a sede definitiva, possuíam como as demais vilas e cidades do mesmo período, conforme definiu Azevedo (1956), um traço comum: eram “[...] aglomerados marítimos” (p.15), *i.e.*, fixavam-se junto às águas do Atlântico, o que lhes garantiu sobrevivência e esperança, já que, as necessidades materiais exigiram essa permanência na costa marítima (FIGURA 34, 35).

Havia também a questão estratégica do ponto de vista militar, *i.e.*, da defesa do território como um todo, e da região que estava sob a administração do donatário. Houve um





FIGURA 34 – Foto aérea da região da cidade de Vitória. Em detalhe a localização da ilha de Santo Antônio, da Vila da Vitória e da Vila Velha (MIRANDA, 2004).



FIGURA 35 – Demonstração do Espírito Santo. O mapa mostra a localização da ilha de Santo Antônio onde se assentou a Vila da Vitória, bem como, a aldeia de Reis Magos e a Vila Velha implantados junto ao oceano Atlântico (ADONIAS, 1993).

Havia também a questão estratégica do ponto de vista militar, i.e, da defesa do território como um todo, e da região que estava sob a administração do donatário. Houve um grande empenho da Coroa Portuguesa na escolha e fundação de cidades a partir da implantação do Governo Geral com a utilização de desenhos geométricos nos núcleos urbanos que não foram apenas uma construção abstrata, mas, resultado de um rigoroso exame do sítio que estabeleceu uma relação dialética entre o ato do levantamento e o ato de projetar a forma urbana<sup>165</sup>. Conforme atestou Bueno (2001b), tornar concreto os **desígnios**<sup>166</sup> da Coroa Portuguesa para a criação de um Brasil urbano no período foi empreitada complexa, visto que, havia enorme lacuna entre teoria e prática. Esta complexidade está exposta nos inúmeros relatos exemplares dos governadores das capitanias, que atestam as dificuldades que havia na implantação das vilas, organização social dos habitantes, meios materiais, etc. A Vila da Vitória se configurou como um destes casos (FIGURA 36).

Dois documentos do século XVI demonstram a situação de fragilidade da Capitania do Espírito Santo. O primeiro é o Regimento do Governador e Capitão General Tomé de Souza dado em Almerim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548, também citada como a Constituição Prévia do Estado do Brasil; e, o segundo documento vem a ser a carta escrita por Duarte Lemos delatando Vasco Fernandes Coutinho, fato que revela as dificuldades na administração das terras a eles designadas.

O Regimento, escrito em 1548, retrata a preocupação do regente de Portugal, com relação a salvaguarda e resistência da capitania do Espírito Santo frente às ameaças dos índios da região (FGM, 1998, p. 17-18):

E por que a do Espírito Santo que é de Vasco Fernandez Coutinho está alevantada ireis a ela com a mais brevidade que puderdes e tomareis informação pelo dito Vasco Fernandez por quaisquer outras pessoas que vos disso saibam dar razão da maneira que estão com os ditos gentios e o que cumpre fazer-se para se a dita capitania a tornar a reformar e povoar e o que assentardes poreis em obra trabalhando todo o que for em vós por que a terra se assegure e fique pacifica e de maneira que ao diante se não alevantem mais os ditos gentios e na dita capitania do Espírito Santo estareis o tempo todo que vos parecer necessário para fazerdes o que é dito.

---

<sup>165</sup> As características da implantação e organização formal das cidades brasileiras tiveram em sua origem a participação da Engenharia Militar definindo a defesa pela altura, em sítios à entrada de baías ou rios, como Salvador (1549), Rio de Janeiro (1667), Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1585), São Luis do Maranhão (1615-1616), Belém (1616), sendo as duas últimas cidades nascidas a partir de uma fortificação, conforme demonstrou Souza (2003) em seu estudo de caso, a cidade de Salvador no século XVII, sendo contudo, comum, a todas elas uma disciplina formal (BUENO, 2001b).

<sup>166</sup> A análise que apresentou as formações urbanas lusitanas como resultado de desígnios da Coroa Portuguesa foi apresentada por Portas (2000) ao afirmar que, antes de ser desenho, a forma urbana é desígnio, i.e., estratégia.



FIGURA 36 – Bandeira do Forte de São João. A bandeira colocada no forte situado na região da Baía da Vitória ostentava o brasão português e impressionava os visitantes da Vila da Vitória, atestando o domínio lusitano do território (ADONIAS, 1993).

O outro documento que demonstra as dificuldades enfrentadas por Vasco Fernandes Coutinho é a carta escrita por Duarte Lemos, que recebeu uma ilha dentro da Baía de Vitória, delatando o donatário da capitania do Espírito Santo por resgatar homiziados na capitania de Porto Seguro na ausência de Pero Góis. A questão entre os dois fidalgos portugueses revela as discordâncias na exploração do território, tendo em vista que o sesmeiro inicia uma povoação em sua propriedade, além do que, conforme as prerrogativas legais da época a ilha não poderia abrigar uma vila. Esta determinação está explícita na carta de doação de Vasco Fernandes Coutinho a Duarte Lemos, bem como, as demais obrigações do sesmeiro, descritas no documento abaixo (HCP, 1923, p. 266):

[...] declarou o dito Vasco Fernandez Coutinho que por quanto a dita ilha está limitada por termo da povoação do Espírito Santo **nem elle Duarte de Lemos nem seus sucessores não farão na dita ilha villa** e a redizíma que no alvará lhe tem concedida estava no dito tempo entre eles assentado que não fosse senão a redizíma da sua própria fazenda (grifo nosso).

A povoação consolidou-se e veio a ser a Vila da Vitória abrigando a partir de 1550 a sede da capitania em virtude das vicissitudes ocorridas no primeiro sítio.

Conforme atesta a historiografia, Vasco Fernandes Coutinho enfrentou na primeira sede da capitania, a Vila do Espírito Santo, dificuldades para implementar as atividades econômicas que fariam prosperar seu **vilão farto**, considerando-se a feroz resistência dos índios, a ameaça dos invasores europeus, além, de uma população branca escassa que não empenhou-se na defesa do território, nem tampouco em seu desenvolvimento (SANTOS, 1968).

A posição da capitania do Espírito Santo foi se configurando, no contexto colonial, como entreposto comercial, principalmente pela atividade portuária, em virtude de sua localização em relação aos dois principais núcleos urbanos da época, Rio de Janeiro e Bahia. No primeiro século de colonização a Capitania do Espírito Santo manteve-se como entreposto movimentado, com envolvimento em contrabando de açúcar e de pau-brasil, no tráfico de índios para a Bahia e, no comércio de escravos africanos de Angola para o Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar, que um dos dados mais significativos da dinâmica econômica do Espírito Santo, ainda na contemporaneidade, é pouco relatado. Trata-se da participação dos cristãos-novos que detinham o controle do comércio, i.e, dos judeus convertidos à religião católica, que vieram para a América Portuguesa nos séculos XVI e XVII, em decorrência do incentivo a migração com o objetivo de se incrementar a produção açucareira.

A vinda de cristãos-novos para a Colônia portuguesa foi uma das soluções encontradas para as questões de povoamento e de fundo religioso (ABREU, 1993), considerando-se os problemas de contingente humano enfrentados pela Coroa Portuguesa à época dos Descobrimentos Marítimos. Neste período Portugal possuía uma população de aproximadamente um milhão de habitantes, enquanto a Espanha, à época, possuía oito milhões. Estima-se que o atual México no período da colonização espanhola tinha cerca de 25 milhões de habitantes e o império Inca aproximadamente 17 milhões. O Brasil teria no mesmo período 2 milhões de índios, segundo Ferreira (1996). Ribeiro e Moreira Neto (1992), citam 6 milhões de índios no território que compreende hoje o Brasil, Paraguai e Uruguai. Um dos grandes problemas enfrentados pela Coroa Portuguesa foi o confronto com os povos nativos por sua inadaptação ao trabalho compulsório. Com baixa densidade demográfica em Portugal a Coroa adota o sistema de concessão de homizio a criminosos do reino, estendido a alguns donatários como Vasco Fernandes Coutinho, através da Carta Régia de 6 de outubro de 1534 (FREIRE, 1998), além de permitir a vinda nos séculos XVI e XVII de cristãos-novos para a colônia americana.

Na capitania do Espírito Santo, os cristãos novos estiveram à frente dos engenhos e como arrendatários, proprietários e feitores, além de exercerem atividades comerciais: "[...] nos séculos XVI e XVII, a vida da colônia girava em torno do açúcar, e os cristãos novos detinham o controle do comércio" (ABREU, 1993, p. 53); associaram-se, também, aos jesuítas que tinham licença exclusiva no comércio do pau-brasil.

Os primeiros cristãos novos que possuíram engenhos no Espírito Santo, nos séculos XVI e XVII, foram Leonardo Fróis e Marcos Fernandes Monsanto, os sócios Manoel de Medeiros, Henrique Roiz Barretos e Diogo Fernandes de México, Diogo Ximenes de Vargas, Antonio Ximenes, Diogo Roiz Évora, entre outros. Diogo Évora deixou seu engenho para seu filho Diogo Roiz de Lisboa, que os deixou para seus filhos Pero de Baeça e Jorge

Gomes Alermo. Pero de Baeça teria sido um dos principais envolvidos na trama para depor D. João IV (SALVADOR, 1994).

Leonardo Fróis e Marcos Monsanto se destacaram pelo número de engenhos e pela influência que exerciam na vida político-administrativa da capitania. Em 1613, ficou constatado mediante devassa ordenada pela Coroa Portuguesa, que Fróis e Monsanto, enviavam açúcar para a Europa sem registro. Os fatos se agravaram com denúncias de corrupção contra os dois cristãos novos, pois Leonardo Fróis era tesoureiro da Alfândega de Lisboa e Marcos Monsanto ocupava cargo idêntico em Madrid, o que na opinião de alguns moradores da Vila da Vitória facilitava a alteração dos registros no Brasil, em Portugal e na Espanha. Em 1617, ficou constatado pela Alfândega que o Engenho N. Sra. da Paz, um dos dois engenhos registrados de Marcos Monsanto, produziu 4.123 arrobas de açúcar, embora ele tenha declarado apenas 2.547 arrobas. Leonardo Fróis, segundo registros, possuía três engenhos (SALVADOR, 1994).

No Espírito Santo, durante o período da expansão açucareira, entre 1570 e 1650, houve uma maior afluência de pessoas e capitais, principalmente de judeus recém convertidos. Com a chegada destes investidores houve uma redistribuição das terras na capitania, tendo sido repassado o direito ao uso de terras de sesmeiros que havia morrido ou abandonado suas glebas aos novos imigrantes. Desta forma, os cristãos-novos passaram a frente dos engenhos (SCHWARTZ, 1995).

Na Vila da Vitória, os cristãos-novos após estabelecerem suas atividades econômicas voltadas prioritariamente ao cultivo e refinamento do açúcar, passaram a ter uma atuação importante na vida local. Na primeira metade do século XVII, houve no Espírito Santo três grandes comerciantes de origem judaica que realizavam negócios no eixo Vitória-Metrópole, e outras vilas e cidades, além, de outras regiões da Europa (ABREU, 1993). Através de laços matrimoniais os cristãos-novos estabeleceram relações familiares com os moradores da vila, o que facilitou a inserção destes indivíduos na dinâmica social. Além disto, estiveram próximos aos jesuítas, que tinham grande influência na dinâmica político-econômica local, e chegaram a integrar o corpo de homens bons da terra na composição da Câmara (SALVADOR, 1994).

Após a restauração do Reino de Portugal, alguns comerciantes foram perseguidos e mortos em virtude da acusação de terem participado da conspiração liderada pelo arcebispo de Braga, que objetivava a morte do Duque de Bragança, que governou com o título dinástico de D. João IV, no intuito de se retornar o domínio espanhol (SALVADOR, 1994). Deflagrado o conflito político em Portugal, os judeus recém convertidos foram expulsos dos domínios lusitanos. Esta medida teve grande impacto na economia e na política da Capitania do Espírito Santo, pois, a saída destes investidores trouxe grande prejuízo ao seu

desenvolvimento, e conseqüentemente, ao da Vila da Vitória, onde se registraram casos de perseguições e mortes de comerciantes (MARTINS, 1993).

Conforme pode-se constatar as dificuldades que impediam a colonização durante os séculos XVI e XVII foram enfrentadas pelos donatários, pois, durante o período de expansão açucareira no Brasil, entre 1570 e 1650, o Espírito Santo teve um pequeno afluxo de investimentos e imigrantes que resultaram na construção de novos engenhos. Em 1545, havia na capitania do Espírito Santo sete moendas, além, de outras três em construção. No entanto, os constantes desentendimentos entre os colonos lusitanos e os nativos resultaram na queima dos engenhos. Como tentativa de recuperação da economia procedeu-se a doação de sesmarias, o incentivo ao repovoamento e, a construção de novos engenhos, elevando a quantidade a seis, número que se manteve até o fim do século XVI.

Segundo Derenzi (1995), no governo de Vasco Fernandes Coutinho Filho (1563-1581), o segundo donatário, a capitania teve novo impulso econômico em virtude da reorganização político-administrativo. A iniciativa de Vasco Filho coincide com o fim dos grandes lucros da Coroa Portuguesa com as Índias Orientais, voltando, assim, sua atenção à colônia americana. O incentivo à imigração no Espírito Santo, conforme citamos, foi significativo pelo número de judeus recém convertidos que contribuíram no povoamento e na economia participando ativamente da produção do açúcar e em atividades mercantis.

Entretanto, houve um outro fator determinante na dinâmica social, política e econômica na capitania, que foi a chegada dos primeiros jesuítas na capitania que se deu em 1550, e nos oferece dados sobre o estado de precariedade material e social de sua sede, que estava localizada na entrada da Barra (CARVALHO, 1982; NOVAES, s.d.).

No período em que os padres da Companhia de Jesus aportam no Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, o donatário, não estava presente no local, conforme informa o Padre Leonardo Nunes (LEITE, 1954, Tomo. II: p.204,205,206), que aí esteve de passagem no final de 1549 quando se dirigia a Porto Seguro:

Tornando a embarcar fuymos a dar em el puerto del Spíritu Santo, em el qual no estava aún el Padre Alonso Brás. Y desembarcando nos vino a recibir alguna gente de la tieera, com la qual venía el vicário desta tierra, me foy a posar com el, y el Domingo suguiete predique, de lo qual todos fueron muy consolados, porque nunca tal cosa allí avían tenido. Em esta Capitania la mayor parte de la gente entava em pecado, y quiso nuestro Señor que com mi llegada se começassem amover, de manera que em poço tiempo em muchas animas abro em Señor que así los avia visitado, y me queriam por fuerça detener que no passasse adelante. [...] Em quanto alli estuve hazía todas lãs noches la doctrina a los esclavos que allí avia, porque em aquellas oras veníam de trabajar y estaban todos juntos. Y porque eran muchos y no cabían em la yglesia, la hazía em uma plaçuela ay junto [...] Y quando la postrera noche em que me avía de despedir dellos vino, encomendéles que siempre perseverassen como lo avían hasta allí hecho, que el Padre vicário los enseñaria como yo, porque me lo tônia assí prometido.

A ausência de Vasco Fernandes Coutinho se justifica pela tentativa de conseguir recursos e apoio em Portugal para recuperar os investimentos realizados na Capitania do Espírito Santo<sup>167</sup>. Cabe ressaltar, que embora a capitania não tenha obtido o desenvolvimento econômico desejado, segundo Schwartz (1995), Vasco Fernandes foi um dos mais ativos na tentativa de fazer prosperar sua possessão. Segundo Derenzi (1995), o donatário no seu regresso de Portugal passa pela Capitania de Porto Seguro e recolhe os homiziados de Pero de Campos Tourinho, que se encontrava ausente, infligindo, assim, a lei da época. Além disso, encontrou Duarte de Lemos, que substituía o donatário da capitania de Ilhéus momentaneamente. Duarte de Lemos, conforme veremos adiante, foi o sesmeiro da ilha de Santo Antonio (1540) para onde foi transferida a Vila da Vitória, tendo se desentendido com o Vasco Fernandes em virtude das vantagens que queria obter na região<sup>168</sup>.

---

<sup>167</sup> Vasco Fernandes Coutinho se manteve ausente várias vezes durante o período em que esteve como donatário da Capitania do Espírito Santo. Alguns autores se referem a estas ausências em datas diferentes. Pela ausência de documentos que possam comprovar as sucessivas viagens de Fernandes Coutinho a Portugal e a outras capitanias, nos atemos as informações encontradas nas citações dos autores utilizados nesta pesquisa e a poucos documentos encontrados.

Segundo Novaes (s.d.), Vasco Fernandes Coutinho esteve ausente em três períodos, baseado em alguns argumentos apresentados, a saber:

1º 1540 à 1549 (a autora admite, baseada em dados de Basílio Daemon, que o donatário pode ter voltado a capitania algumas vezes neste período).

Fatos que comprovam a ausência do donatário: durante este período o donatário do Espírito Santo confirmou a doação da Ilha de Santo Antonio a Duarte Lemos (20 de agosto de 1540);

2º 1552 à 1555

Fatos que comprovam a ausência do donatário: em 1552, em relato ao Rei de Portugal, Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, reclama a ausência do donatário quando de passagem pela Capitania do Espírito Santo;

3º 1558 à 1560

Fatos que comprovam a ausência do donatário: o donatário estava em Ilhéus, de onde escreve ao rei de Portugal. Em 3 de agosto de 1560 o Governador Geral do Brasil aceita a renúncia de Vasco Fernandes Coutinho e nomeia Belchior de Azevedo para o cargo de capitão mor.

1561 – Faleceu Vasco Fernandes Coutinho na primeira vila edificada na Capitania do Espírito Santo.

Segundo Derenzi (1995) o donatário se ausenta nos seguintes períodos:

1º 1539 à 1547

Fatos que comprovam a ausência do donatário: em 15 de agosto de 1539 Vasco Fernandes Coutinho estava em Portugal em virtude da assinatura da carta de confirmação da doação das capitanias do Espírito Santo e de Ilhéus. Em 1545, Ambrosio de Meira, provedor da Fazenda Real, visitou em setembro a Capitania e não encontrou o donatário.

2º 1551 à 1555

Fatos que comprovam a ausência do donatário: Pero de Góis, Capitão do Mar de Tomé de Souza, não o encontra no Espírito Santo em abril de 1551. Em 1555 Vasco Fernandes esteve em Pernambuco onde foi humilhado pelo Bispo Pero Fernandes Sardinha em virtude de andar com homens de baixa condição.

3º 1558

Fatos que comprovam a ausência do donatário: em 22 de março de 1558, o donatário escreve de Ilhéus ao Rei, onde lhe pede ajuda, pois tinha intuito de ir a Portugal. Não existem documentos que comprovem a viagem a Europa. Em 1560, nos meses de janeiro e março, de passagem a capitania, Men de Sá, segundo Governador Geral registra a ausência do donatário.

1561 – Faleceu Vasco Fernandes Coutinho. O local seria o mesmo citado por Novaes (s.d.)

<sup>168</sup> Duarte de Lemos aproveita o delito de Fernandes Coutinho e escreve ao Rei D. João III delatando o donatário do Espírito Santo acusando-o de tentar lesá-lo. Novaes (s.d., p.21) cita que o donatário de regresso, em 1549, recolhe os citados homiziados em Ilhéus, e, que a sua viagem foi independente da esquadra de Tomé de Souza, tendo utilizado seu próprio navio, o que nos faz pensar que sua chegada ao Brasil se deu no primeiro semestre do presente ano. Freire (1998, p.369), diz que em uma das viagens que Fernandes Coutinho fez para o norte deu abrigo em seu navio na Vila de Porto Seguro, a alguns criminosos evadidos da cadeia de Ilhéus. Além disto, o autor cita que a primeira viagem do donatário se deu antes de 1554, sem, no entanto, fixar data de sua partida

As inúmeras dificuldades encontradas por Vasco Fernandes só foram, em parte superadas, com a chegada dos jesuítas, e a posterior fixação com o desenvolvimento das atividades missionárias, bem como, a participação da ordem religiosa na consolidação social, política e econômica da nova sede da capitania.

A Companhia de Jesus participou de forma direta na formação da sociedade do Espírito Santo e, principalmente, da sociedade que se constituiu na nova sede do governo, a Vila da Vitória, que ao longo do século XVI foi se consolidando na antiga ilha de Duarte Lemos.

O período posterior, o século XVII, caracterizou-se como o período de consolidação do domínio luso. Após a Restauração do Reino de Portugal, em 1640, houve um investimento na expulsão dos invasores, entre eles holandeses e franceses, além da conquista do sertão (MELO FRANCO, 1971).

Conforme aborda Reis Filho (1998), durante a União Ibérica, o rompimento de Castela com o comércio flamengo, que era exercido através de comerciantes lusitanos, resultou numa crise política, cujo resultado foi a invasão de Salvador, em 1624 e, de Pernambuco, em 1630. Após a expulsão definitiva dos holandeses em 1654 houve uma mudança na dinâmica econômica em virtude da quebra do monopólio do cultivo da cana-de-açúcar e na dinâmica político-administrativa, resultando numa centralização do poder da Metrópole em relação a sua possessão americana. Neste contexto, mudam as condições de estruturação do espaço urbano, que se deu através do reforço do quadro administrativo e militar. Foram fundadas novas vilas, para maior controle do território, inclusive nas regiões do interior.

Neste sentido, segundo Reis Filho (1998), a fundação de núcleos urbanos foi uma estratégia de colonização<sup>169</sup> que se refletiu nos seguintes dados: nos primeiros cem anos foram fundadas 31 vilas e seis cidades, e em contrapartida, em meio século do setecentos, 18 novas vilas.

A Vila de Nossa Senhora da Vitória sofreu sucessivos ataques nesse período de emergência dos novos Estados Modernos europeus que se lançaram a empreitada colonial (NOVAES, s.d.). No século XVI os franceses assaltaram a vila em quatro momentos, em 1551, 1558, 1561, bem como, no século XVII, em 1652 (DERENZI, 1995). No século XVII, a nova ameaça foram os ataques da Companhia das Índias Ocidentais que visavam a conquista e saque do território lusitano nas Américas, em virtude das proibições do Governo Espanhol de comercialização com navios estrangeiros em portos da colônia. Os holandeses tentaram tomar a nova sede da capitania, a Vila da Vitória em 1625, 1640 e 1653, sem

---

e regresso. O número de pessoas carentes de ofícios religiosos e em estado de pecado a que se refere Leonardo Nunes deve se atribuir, portanto, ao grande número de degredados na vila.

<sup>169</sup> A concretização desta estratégia foi possível pela criação das Aulas Militares de Arquitetura, nos finais do século XVII (criação da aula na Bahia em 1696 e no Rio de Janeiro em 1699) (REIS FILHO, 1998).

sucesso (DERENZI, 1995). Estes ataques se deram em virtude do desenvolvimento econômico que a região da Vila da Vitória e sua circunvizinhança vinham apresentando (NOVAES, s.d.).

A tentativa de invasão dos holandeses foi retratada na Ânuia da missão da capitania do Espírito Santo do ano de 1621 e 1625, mandada à Roma pelo Padre Antonio Vieira, onde se pode constatar também, a situação geral de defesa local, conforme descrito abaixo (CARTA..., 1978, p. 362):

Também esta Capitania do Espírito Santo sentiu o poder das armas holandesas, ainda que com melhor fortuna. Saíram da Bahia oito naus inimigas para o reino de Angola, com o intento de entrarem a cidade de Luanda, como tão importante para o comércio do Brasil, cuja cabeça estava já rendida; mas não respondeu o sucesso ao desenho; porque ainda que o mês inteiro trabalharam na empresa, como o animo dos moradores portugueses era grande, e a vigilância igual, nunca lhes foi possível por em pé em terra.

Voltando pois para a Bahia, antes de chegarem a ela cem léguas para o sul entraram no porto do Espírito Santo a **12 de maio de 1625**, assaz confiados que por bom concerto ou ruim guerra a vila se lhes entregaria, ou eles a renderiam, como bem mostravam na entrada, publicando por uma parte a altas vozes "Paz", e por outra, com o disparar das bombardas, ameaçando guerra.

**Não havia na povoação defesa de artilharia**, pelo que com mosquetes e flechas se dividiu a gente pelas trincheiras que fechavam as rocas das ruas, nos passos mais necessários, esperando a determinação dos inimigos, e foi essa que por entre o fumo e perturbação dos tiros aparelhou sete lanchas com o melhor dos soldados, e ainda marinheiros, os quais saindo das naus e saltando livremente em terra, começaram a marchar para a estância do capitão Francisco de Aguiar Coutinho, que também era da vila e senhor dela, ou seu donatário.

A reação da população causou espanto aos holandeses, conforme descreveu o padre Antônio Vieira, evitando, assim, a tomada da vila (CARTA..., 1978, p. 362):

[...] conjecturaram os holandeses que tanto ânimo vinham confiado em maior poder de gente, e sem fazerem rosto deram as costas e largaram as armas: os nossos lhes foram dando até à praia com tal valor e ventura, que além do grande número dos feridos morreram muitos, uns em terra à espada, outros no mar afogados.

No início do século XVIII aumenta a centralização da Metrópole em virtude da descoberta do ouro nas regiões das Minas Gerais (1693), no Mato Grosso (1718), e em Goiás (1726), e sua conseqüente extração, que determinaram uma nova política na definição do território no interior estendido para além do Tratado de Tordesilhas (REIS FILHO, 1998). Esta política centralizadora estabeleceu novas estratégias e novos desígnios. A Coroa Portuguesa incorporou vilas e cidades e assumiu a criação de novos núcleos urbanos adotando uma política de colonização mais coerente, iniciada no reinado de D.

João V (1706-1750). As principais mudanças desta política foram a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, a criação do Estado do Grão Pará e Maranhão, abrangendo a região amazônica e, adoção de uma política administrativa e econômica extremamente centralizada, após a expulsão dos jesuítas, sob a direção do Marquês de Pombal (1750-1777) e, posteriormente, no reinado de D. Maria II, entre 1777 e 1808 (REIS FILHO, 1998; BUENO, 2001b).

A estratégia de reorganização da dinâmica urbana definida pelo Marquês de Pombal demonstrou uma percepção global ao definir com rigor os detalhes da estruturação espacial. O período, segundo Reis Filho (1998) se caracterizou por “[...] um esforço urbanístico excepcional, que colocou Portugal em nível comparável da América Espanhola em épocas precedentes” (p.503).

Entretanto, o que causou maior impacto negativo no desenvolvimento econômico da Capitania do Espírito Santo foi este conjunto de medidas da Coroa Portuguesa em relação a colônia americana no século XVIII, diminuindo poderes e atribuições, antes concedidos aos donatários.

Segundo Derenzi (1995), o Espírito Santo sofreu as piores conseqüências do ciclo do ouro em virtude do isolamento, inclusive com restrições à conquista do interior do seu território, e em relação ao intercâmbio comercial com a região das minas, pois, D. João V proíbe a emigração da Metrópole para as capitanias, veda o comércio com estrangeiros e impede a construção de estradas da costa para a região aurífera. Tornou-se, assim, dogma da administração portuguesa no Brasil: “[...] quanto mais caminho houver, mais descaminhos haverá” (MARTINS, 1993, p. 65). O Espírito Santo, sofreu as conseqüências mais desastrosas do ciclo do ouro no Brasil Colônia (DERENZI, 1995).

A descoberta do ouro despertou a cobiça de piratas e dirigentes das nações inimigas. O século XVIII, em virtude dos riscos de contrabando de ouro e invasão da região das minas, foi marcado pelo militarismo na capitania. Um raio de aproximadamente um quilômetro foi construído cinco bastiões artilhados e as pequenas fortificações existentes sofreram reparos para se evitar o acesso a região das minas. A Vila da Vitória, em 1726, sob a supervisão do engenheiro Nicolau de Abreu, transforma-se em praça de guerra. Em 1776 o engenheiro militar José Antônio Caldas é designado para rever o sistema defensivo (CALDAS, 1951).

A outra medida que atingiu a dinâmica político-econômica da capitania foi o repasse de sua propriedade para a Coroa Portuguesa<sup>170</sup>. Com esta medida a administração direta

---

<sup>170</sup> Depois de 184 anos, em 1718, D. João V compra a Capitania do Espírito Santo e, os novos capitães-mores governadores passam a ser subalternos à Bahia. A partir desta resolução os capitães mores passam a governar por um período de três anos, o que impediu o desenvolvimento de uma política sólida na região. Esta medida somada as restrições político administrativo em decorrência da descoberta do ouro resultou numa maior ação do

ficou sob o controle da metrópole e, o judiciário e o eclesiástico, subalternos ao Rio de Janeiro. Permaneceu, portanto, a antiga dependência dos dois principais centros urbanos da época (NOVAES, s.d.).

Entretanto, um dos fatos mais marcantes do século XVIII foi a expulsão dos jesuítas. Pela lei de 3 de setembro de 1759, D. José, sob a influência do ministro Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, determina a abolição da Companhia de Jesus nas colônias lusitanas. Partiram da Vila da Vitória no dia 22 de janeiro de 1760, cinco jesuítas que ali residiam (NOVAES, s.d.). Segundo a historiografia viviam na Capitania do Espírito Santo dezessete padres da Companhia de Jesus (OLIVEIRA, 1951).

O crescimento econômico que houve na Capitania, portanto, ocorreu com a chegada dos cristãos novos, no século XVI, sofrendo profundo abalo com a expulsão dos senhores de engenho deste grupo no século seguinte. O Espírito Santo só experimentaria novo crescimento com a participação da Companhia de Jesus nas atividades econômicas da região durante os séculos XVII e XVIII. A economia local, sempre marcada com uma série de crises, não tinha uma atividade que gerasse recursos para a melhoria urbana. A Vitória setecentista, segundo Mongeardino (1914), era “[...] uma das mais fataes da América em toda sua marinha, **tanto pela sua planta**, como pela numeração de seus habitantes” (p.32) (grifo nosso), necessitando as calçadas, fontes e ruas, bem como, os edifícios públicos de obras de reparação, sem, no entanto, ter recursos para isto.

Um dos fatores relevantes no desenvolvimento da economia e na ocupação do território está relacionado com as características geomorfológicas da região. A área que compreende o litoral do Espírito Santo, parte de Porto Seguro e Rio de Janeiro é cortada pela Serra do Mar, uma cadeia de montanhas que impede o acesso ao interior. Cercados pelas montanhas e pelos indígenas os primeiros colonos do território da Capitania, logo nos primeiros anos, se viram impedidos de explorar o interior do território conforme planejara o donatário<sup>171</sup>.

---

fisco sobre uma população pobre e na insegurança da vila frente aos possíveis ataques estrangeiros (DERENZI, 1995).

<sup>171</sup> Desde o início da ocupação do território recebido pela Coroa Portuguesa, Vasco Fernandes Coutinho teve o intuito de encontrar ouro e outros recursos minerais preciosos. Segundo Novaes (s.d., p.20), na comitiva do donatário veio um boticário para realizar a avaliação dos metais e pedras preciosas que porventura se encontrasse e, a primeira viagem do donatário, segundo a autora, foi realizada com a intenção de equipar-se para entrar no sertão em busca de minas de ouro e prata. No entanto, o ouro só foi encontrado em 1693 por Arzão “[...] pelas bandas do Rio Casca” (NOVAES, s.d., p.20) e, embora tivesse ele se dirigido a Vila da Vitória para comunicar o fato, o governo da Capitania do Espírito Santo ficou privado de explorar o metal, o que contribuiu, conforme citamos, para que a região ao longo de todo o período colonial se mantivesse como uma das mais pobres e atrasadas do contexto. Segundo Derenzi (1995), o ouro que estava nos confins geográficos da Capitania do Espírito Santo, beneficiou os bandeirantes paulistas e o território que pertencia por direito de doação régia aos descendentes de Vasco Fernandes Coutinho foi desmembrado, ficando a região das minas de fora do território da capitania. Segundo ainda o autor (1995), os jesuítas acompanharam algumas estradas como capelães e missionários e, em 1613, p. Pe. Inácio Siqueira S.J. obteve permissão para bandeirar na região do Rio Doce e levou consigo índios catequizados e ficou na região num prazo de cinco anos sem, no entanto, obter sucesso.

Entretanto, os jesuítas, por sua vez, organizaram uma estratégia de ocupação do território que compreendia a capitania do Espírito Santo e esse objetivo só foi possível através do desenvolvimento de suas atividades econômicas, pois, estas deram suporte a sua ação missionária<sup>172</sup>, seja através da catequese, na formação e manutenção das aldeias, seja através do estímulo a devoção nos cultos religiosos das vilas e povoações locais, na construção de templos e na manutenção das atividades educacionais e outros serviços à população, além da manutenção da sede da ordem religiosa. A localização das principais aldeias próximas as fazendas, **que estavam situadas ao longo do litoral da capitania**, demonstram uma espacialização que refletiria uma possível tática de domínio material e espiritual da região. Isto fica facilmente percebido na disposição territorial das fazendas e na sua especialização. As fazendas dos jesuítas eram agrupadas e não penetraram o interior<sup>173</sup>. As fazendas dos jesuítas eram quatro, a saber, Araçatiba, Porta, Sacramento, e Camboapina. As datas de terra eram sete: Araçatiba, Jacu, Jacú (com o mesmo nome de outra data), Jacuna, Camboapina, Palmeiras e, Ponta da Fruta (LEITE, 1945, Tomo IV, Livro II, Cap. II).

A estratégia de ocupação e exploração do território trouxe benefícios ao desenvolvimento local, conforme atestou Campos Junior (1996), pois, “[...] dentro das limitações observadas pela necessidade de vencer os obstáculos naturais dos primeiros séculos de ocupação, a capitania passou por momentos de prosperidade com a formação de fazendas pelos jesuítas” (p.63).

---

<sup>172</sup> Segundo Leite (1945, Tomo I, Cap I), nas Constituições, Inácio de Loyola, determina que a pobreza dos padres e irmãos fosse rigorosa e somente a Companhia poderia possuir bens para garantir o sustento comum. Para atingir este objetivo, a Companhia não poderia viver somente da caridade dos fieis e de esmolas e, segundo ainda o autor, a Capitania do Espírito Santo e de Pernambuco se destacaram pelo número de doações aos jesuítas. Como solução do problema da manutenção material dos jesuítas no Brasil, e, 1565 D. Sebastião, Rei de Portugal, aplica o sistema de redizima de todos os dízimos que a Coroa Portuguesa tinha direito no Brasil. Embora o pagamento não fosse sempre efetuado nos prazos, por não haver dinheiro na terra, o que caracterizava naquele momento era o auxílio da Coroa Portuguesa a Companhia de Jesus, com o intuito de garantir a expansão da civilização cristã nas colônias (Leite, 1945, Tomo I, Cap. II). Leite (1945, Tomo I, Cap. I) afirma ainda que a falta de regularidade do pagamento da redizima fez com que a Companhia de Jesus procurasse outros meios para a sua subsistência, o que determinou na implantação das fazendas, engenhos e aquisição de terras e casarios dentro dos núcleos urbanos.

<sup>173</sup> A primeira fazenda dos jesuítas foi a de Carapina, tendo sido doada por Miguel Pinto Pimentel, como herança a Companhia de Jesus em 1644. Carapina, segundo Leite (1945, Tomo. VI, Cap. II) desempenhava a função de fazenda suburbana, ou seja, funcionava como Quinta para repouso e subsistência de frutas e legumes, como foi comum em todos os colégios do Brasil. Em Salvador os jesuítas tiveram a Quinta do Tanque, situado fora das portas da cidade, na direção Norte, sendo um dos eixos direcionais da expansão urbana no século XVII (UFBA; CEAB; FGM, 1998).

A segunda fazenda dos inicianos na capitania, foi a de Muribeca, onde em virtude das inundações ocorridas em 1739, se efetuou obras de drenagem e saneamento, com canais para escoamento das águas, finalizada em 1744. Esta fazenda, era, segundo Leite (1945, Tomo. VI, Cap. II), o centro que uniu as entidades agrícolas da Companhia de Jesus no Espírito Santo. Também na fazenda de Carapina, os loiolistas precisaram valorizar e beneficiar o solo, que não era próprio para o cultivo de cana-de-açúcar, com aberturas de valas de drenagem e saneamento, entre as quais estavam o canal de Camboapina, com duas léguas de extensão, que seguia da embocadura do rio de mesmo nome, hoje denominado Rio Marinho, até a entrada da Baía do Espírito Santo, o que favorecia o escoamento da produção via fluvial, evitando o longo trajeto pelo mar (Leite, Tomo. VI, Cap. II).

A especialização em certas atividades<sup>174</sup> sugere, portanto, a existência de uma estratégia utilizada para vencer as dificuldades naturais do meio físico (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Além disso, a intenção da Companhia de Jesus do controle do território da Capitania do Espírito Santo, influenciou em seu povoamento, pois, até meados do século XVIII só existiam cinco vilas, as do Espírito Santo (1535) e de Nossa Senhora da Victória (consolidada ao longo da segunda metade do quinhentos) do século XVI; Guarapará (1679), do século XVII; Nova Almeida (1758), e, Anchieta, do século XVIII. As três últimas foram aldeamentos jesuítas.

As atividades econômicas dos inacianos garantiram-lhes autonomia, já que não dependiam somente das dotações régias, como os dízimos e redízimos. Além disso, segundo Oliveira (1988, p.29) esta autonomia dos jesuítas:

---

Posteriormente, no século XVIII organizou-se a fazenda de Itapoca, que produzia farinha e hortaliça. Com o crescimento econômico das fazendas, os jesuítas concentraram-nas, segundo Leite (1945, Tomo. VI, Livro II, Cap. II), em três grupos, com atividades específicas, a saber:

Muribeca – Criação de gado. Chegou a reunir quase 2.000 cabeças de gado bovino e mais duas centenas de cavalos (Campos Júnior, 1996, p.64).

Araçatiba – Especializou-se na produção de açúcar, com engenho próprio, além do mel e melaço (Campos Júnior, 1996, p.64).

Itapoca – Fábrica de farinha. Além disso produzia hortaliças para o Colégio, pois se situava no município sede (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

A fazenda de Araçatiba, até o início do século XVIII, vivia na órbita da Fazenda Muribeca, até que, em 1716, ela aparece nos catálogos da Companhia de Jesus como Residência, numa demonstração de seu crescimento econômico superior as demais (Leite, 1945, Tomo VI, Livro II, Cap. II, p.155). Além disto, em 1721 a Companhia recebe de Jorge Fraga, uma fazenda cujo engenho estava dentro dos limites de Araçatiba, aumentando a área desta propriedade e eliminando conflitos de limites com os vizinhos. A referida propriedade possuía engenhos, canaviais, igreja, residência e pastagens. Segundo Leite (1945, Tomo. VI, Livro II, Cap. II, p.156), o Engenho possuía além de ferragens, cobre e metais para seu funcionamento, 852 escravos, contingente humano formado por pretos, pardos e cabras, alguns com funções artísticas.

Segundo Derenzi (1995:91), Camboapina seria o nome de uma das fazendas dos jesuítas, entre as quais estariam aquelas citadas por Leite (1945, Tomo. VI, Cap. II, p.156-157), como também as denominadas Taputera, Oboró, Jucunema, além de Goiabeiras e Jucuí, onde houveram plantações de hortaliças, milho, mandioca e, também olarias.

Além das fazendas, os loiolistas, também fizeram parte de algumas entradas pelo sertão da capitania em busca de ouro e esmeraldas. Em 1646, os Padres Luis de Serqueira e Vicente de Banhos, acompanharam membros da família Azeredo (de cristãos novos) que já vinham em busca das pedras verdes pela região do Espírito Santo, até a Serra da Esmeralda. Neste mesmo ano retornam da entrada e afirmam a existência da dita serra (NOVAES, s.d., p.68). Além disto, estiveram no sul da capitania, na região do Caxixe, hoje Castelo, explorando o rio de mesmo nome, chegando a desviar-lhe o curso.

Todas as atividades econômicas, além dos chãos e casas que possuíam na Vila da Victoria (CARTA..., 1784), segundo Leite (1945, Tomo. VI, Cap. II), justificava-se para garantir a subsistência do Colégio e das aldeias, além de oferecer rendas para as construções da Companhia de Jesus na Capitania do Espírito Santo.

Na Bahia, sede do governo geral do Brasil Colônia, segundo Swchartz (1995), os jesuítas eram os maiores senhores de engenho entre as ordens religiosas. Possuíram seis engenhos em épocas diferentes na Bahia, sendo o primeiro deles o de Mamão, em Passe, construído em 1601. Além disto, construiu outro em Camamu em 1607; no Recôncavo construíram o Engenho Sergipe; e, em Ilhéus, o Engenho Santana.

<sup>174</sup> Segundo Oliveira (1988: 29-30), o sistema de produção elaborado pela Companhia de Jesus na América Portuguesa se constituiu em um meio de dominação. A autora ressalta que os inacianos monopolizavam o conhecimento das áreas de engenharia hidráulica e civil, farmácia, administração de engenhos, técnicas de agricultura, tipografia e artes em geral, entre outros. Na agricultura introduziram métodos mais avançados, com o uso da força animal ou das águas; e, além disto procuraram adaptar plantas que eram consideradas inaptas aos solos e ao clima local. O trânsito fácil na esfera no governo geral permitiu a criação de um monopólio produtivo, que aliado ao conhecimento da ordem, lhes conferiu poder e autonomia na Colônia de Ultramar. Além disto, o capital das negociações e sua inversão foi utilizado nos interesses de desenvolvimento da própria ordem.

[...] fazia parte de uma postura tática que vinha determinar, em última instância, a dependência absoluta dos colonos e do gentio a eles, não só nas necessidades espirituais, mas também naquelas materiais onde o saber e o conhecimento se constituem em meios de dominação.

Esta autonomia foi garantida pelo alto adiantamento técnico dos membros da Companhia de Jesus, aliado a um trânsito fácil nos meios da administração da Colônia, o que lhes permitiu ter, portanto, uma produtividade superior a muitos fazendeiros e uma supremacia econômica (OLIVEIRA, 1988).

Na Capitania do Espírito Santo, esta supremacia nos foi afirmada por Campos Júnior (1996), e, a importância da Companhia no Espírito Santo para o autor se refletiu em toda a vida material da região pois “[...] quase tudo que se produzia na capitania manifestou-se com a vinda dos jesuítas” (p.64).

Esta assertiva de Campos Junior (1996), demonstra, também, que o patrimônio dos jesuítas acumulado durante o período em que estiveram no Espírito Santo (séculos XVI-XVIII) foi maior do que o de quaisquer outros investidores, e abre caminho para a análise da estruturação da sede da capitania, a Vila da Vitória, sob a influência do principal agente modelador de seu espaço urbano, a Igreja Católica, bem como, sobre a atuação das ordens religiosas que ali se fixaram e constituíram um patrimônio fundiário.

A partir destas considerações, cabe ainda ressaltar, conforme defendeu Abreu (1997), que a diferenciação das vilas e cidades no início da colonização do Brasil, era **jurisdicional e não hierárquico**, pois, nelas estava **assentada a sede de um governo local**, onde se fazia justiça em nome do Rei de Portugal. Portanto, as vilas fundadas na Capitania do Espírito Santo como local de sua sede (Vila do Espírito Santo, 1535; e Vila da Vitória, c.1552), foram às sedes do poder português no território confiado a Vasco Fernandes Coutinho e, estavam na mesma hierarquia de importância de outras vilas e cidades fundadas neste período. Atesta também, conforme defende Rossa (2000) que as dinâmicas coloniais portuguesas na América do Sul, *i.e.*, a territorialização do Império Português nestes domínios, determinou a maior criação lusitana da cultura do território.

## 5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO UTILIZADO PARA ELABORAÇÃO DOS MAPAS TEMÁTICOS DE SÍNTESE DA VILA DA VITÓRIA (Séculos XVI ao XIX).

### 5.4.1 JUSTIFICATIVA CONCEITUAL

A elaboração de documentos cartográficos sobre a Vila da Vitória nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, (FIGURAS 37, 38, 39, 40, 41, 45, 47, 51) teve como objetivo oferecer subsídios para a análise de sua morfologia urbana relacionada ao tema desta pesquisa.

Segundo Oliveira (1988), os mapas ou cartas são elaborados segundo seus objetivos e podem ser classificados como gerais, especiais e temáticos.

O mapa temático, define Oliveira (1983), no *Dicionário Cartográfico*, como sendo a “representação sobre fundo básico (topográfico, geográfico ou hidrográfico) de **síntese de pesquisa** e estudos geográficos, e de outros temas”. (grifo nosso)

Desta forma, os documentos cartográficos elaborados nesta pesquisa são mapas temáticos resultantes da síntese das pesquisas realizadas a partir de fontes primárias e secundárias que fundamentaram a análise histórica da formação urbana de nosso objeto de estudo e integram este conjunto de reflexões. Os mapas temáticos de síntese<sup>175</sup> são, portanto, conforme afirma Barbosa (1967), abstrações intelectuais que apresentam determinados fenômenos – e nesta pesquisa o fenômeno urbano – de forma simbólica.

Segundo estes pressupostos, pode-se demonstrar através dos mapas temáticos em geral, o conjunto dos resultados de pesquisas, levantamentos, análises, reflexões e abstrações teóricas. Este resultado pode ser representado através de uma síntese onde as informações coletadas informam, refletem, problematizam e expressam **questões ou hipóteses** subjacentes ao processo de investigação do tema que se destina a pesquisa e que orienta sua confecção. Assim, o mapa temático, de síntese, é uma das formas de linguagem e de comunicação do conteúdo que se abordou em determinada investigação, seja, na curta ou na longa duração.

Logo, conforme define Oliveira (1983), o (s) mapa (s) temático (s) sintético (s) ou de síntese são “[...] especialmente concebidos para uma finalidade explicativa, representando um fenômeno no seu conjunto, por meio de suas relações internas”.

---

<sup>175</sup> Segundo Oliveira (1988) os mapas de síntese correspondem a um dos três tipos de classificação dos mapas temáticos.

#### 5.4.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

No que tange ao método utilizado para elaboração dos documentos sobre a Vila da Vitória na longa duração (Figuras 37, 38, 39, 40, 41, 45, 47, 51), foram adotados os critérios da metodologia científica cartográfica, cuja finalidade é expressar fatos e fenômenos observados na superfície de determinadas regiões da Terra através de simbologia própria segundo sua classificação ou definição.

A cartografia, segundo Rimbart (1964), além de importante recurso visual, oferece um triplo instrumento de estudo dos fenômenos representados: (1) instrumentos analíticos; (2) instrumentos de experimentação; (3) instrumentos de síntese. Esta proposta foi ampliada, posteriormente, por Libault (1971), e é amplamente utilizada para o entendimento dos instrumentos de estudo que a cartografia oferece. A proposta, conforme a perspectiva do autor, foi estruturada em quatro níveis: (1) nível compilatório; (2) nível correlativo; (3) nível semântico; (4) nível normativo.

O primeiro nível – o compilatório, constitui-se como fase inicial de pesquisa, com a coleta de dados e sua respectiva compilação. No segundo nível – o correlativo, coloca-se a problemática da confiabilidade dos dados coletados, a partir da organização das variáveis selecionadas, resultantes do objetivo da pesquisa, i. e., inicia-se uma determinação objetiva de fatos, e as primeiras percepções das relações dos fatores entre si. A partir do terceiro nível – o semântico, tem-se a concepção da cartografia, segundo a organização de seus elementos dentro de um problema geral. Tem-se a passagem de uma etapa de análise para uma etapa de síntese, realizada com uma abordagem racional e esquematizada das variáveis entre si. No último nível – o normativo, ocorre a síntese do trabalho verificada através da tipologia expressa, em geral através de um modelo, consequência da correlação e seleção das variáveis estudadas. Nesta etapa constata-se que a abordagem final do trabalho poderá concretizar-se por (1) verificação de uma hipótese pré-elaborada; ou, (2) apresentação de uma hipótese nova.

No âmbito destes níveis de estudo elaborados Rimbart (1964) e revisados por Libault (1971), destacamos os principais níveis de estudo que orientaram a confecção dos mapas temáticos de síntese da morfologia urbana de nosso objeto de estudo na longa duração: (1) os de dados utilizados; (2) o de ordenação das variáveis consideradas na pesquisa; (3) o de síntese dos dados; e (4) o de abordagem final que pode traduzir-se em uma hipótese nova.

No que tange ao primeiro nível, salientamos que a análise morfológica da Vila da Vitória foi realizada a partir do século XVI, através do método de compilação de informações históricas. O método de compilação, conforme define Oliveira (1983), é utilizado para organização das informações históricas coletadas, e o processo de elaboração de um documento segundo esta metodologia cartográfica, tem por base a análise de

documentação, tais como, mapas heterogêneos, fotografias, etc., e que são adaptados em escala em um novo cartográfico.

A ordenação das variáveis consideradas na pesquisa, nosso segundo nível, norteou a reflexão da configuração espacial de Vitória e relaciona-se com a perspectiva teórica que aborda as características formais de vilas e cidades do universo urbanístico português, inclusive, aquela que problematiza a implantação dos templos religiosos.

A síntese dos dados, o terceiro nível, deu-se a partir da análise da relação dos fenômenos e das variáveis que influenciaram na configuração dos espaços da vila e se expressou na cartografia temática.

Por fim, os mapas temáticos constituem-se como uma hipótese da configuração espacial que a Vila da Vitória poderia ter tido na longa duração. Esta hipótese, no entanto, considerou duas cartografias históricas que foram elaboradas em momentos distintos. A primeira cartografia é de autoria do engenheiro militar, José Antônio Caldas, *Planta da Villa da Victória*, de 1765; e, a segunda refere-se a um levantamento de André Carloni, *Planta Geral da Cidade de Vitória*, de 1895. Estes documentos orientaram, segundo a precisão do período em que foram elaboradas, as reflexões sobre as possíveis configurações espaciais da sede da capitania do Espírito Santo.

Ressaltamos, que estes documentos possuem grau de detalhamento distinto quanto ao parcelamento do solo, i.e., o mais antigo, de 1765, elaborado por José Antônio Caldas, não registrou a divisão dos quarteirões em lotes. Entretanto, o que foi realizado posteriormente, por André Carloni, de 1895, demonstra a divisão dos quarteirões com seus lotes, sem, entretanto, demonstrar a localização das edificações nesta parcela.

Além dos pressupostos metodológicos citados, há ainda aqueles relacionadas a leitura e interpretação da cartografia temática, sendo que sua simbologia, segundo Duarte (1986), deve atender a estas duas condições.

A simbologia adotada nos mapas temáticos de síntese da Vila da Vitória atendeu a metodologia de elaboração de mapas temáticos, que recorre à representação variada, visto a abrangência dos temas e as diferentes formas de expressão que podem ser referenciadas (OLIVEIRA, 1988).

Desta forma, a simbologia utilizada nos mapas de síntese elaborados procura registrar alguns dos aspectos do sítio onde se implantou a vila, orientando a leitura e interpretação desta documentação.

A interpretação dos mapas temáticos de síntese de nosso objeto de pesquisa, por sua vez, está relacionada ao processo de síntese dos dados compilados e oferecem subsídios para algumas conclusões e reflexões analíticas, a exemplo da disposição singular de alguns templos religiosos, em triangulação na trama urbana, cujas informações estão no

bojo da abordagem histórica e morfológica realizada neste capítulo. Além disto, conforme citado, a interpretação é fundamentada, ainda, pelo conteúdo teórico citado anteriormente.

Assim, seguindo a liberdade de escolha que a cartografia temática permite, foi criada uma simbologia de cores, tais como, roxo para designar e informar a implantação dos templos religiosos (Figuras 38, 39, 40, 41, 45, 47, 51), e o amarelo para informar a localização dos trapiches e cais na trama urbana (FIGURAS 41, 45, 47)

Esta simbologia foi criada de acordo com a temática da pesquisa e todos os mapas seguem a uma padronização em relação a implantação dos símbolos pontuais, lineares e zonais, com emprego das variáveis visuais, (hachúrias e cores), favorecendo, assim, uma convenção própria que auxilia na análise da morfologia urbana na longa duração nos documentos cartográficos<sup>176</sup>.

A representação adotada nestes mapas temáticos é esquemática, em escala aproximada, não possuem o rigor cartográfico, e sua representação é simplificada, em escala aproximada, seguindo, entretanto, os critérios de cores e simbologia citados, na cartografia de base e temática. Assim, os mapas temáticos são o resultado da interpretação (utilizando-se para organização das informações históricas coletadas o processo da compilação com seleção e generalização dos dados) e da digitalização das duas cartografias históricas.

#### **5.4.3 MAPA BASE: BASE DE REFERÊNCIA PARA A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA SÍNTESE DA MORFOLOGIA URBANA DA VILA DA VITÓRIA NA LONGA DURAÇÃO**

Para representação temática das informações históricas sobre a evolução urbana da Vila da Vitória na longa duração elaborou-se mapas bases ou bases de referências<sup>177</sup> (JOLY, 1990), que foram confeccionados a partir da Restituição do Levantamento Aerofotogramétrico da cidade de Vitória, realizado pela Maplan em 1993. A partir desta planta foram digitalizadas as curvas de nível numa equidistância de 5 (cinco) em 5 (cinco) metros, sendo a curva mestra de 25 (vinte e cinco) metros. O mapa base elaborado objetivou demonstrar as características do sítio histórico e, nos mapas temáticos, assentados sobre ele, a relação da morfologia urbana da Vila da Vitória com seu sítio de implantação. As informações da configuração dos elementos morfológicos foram consubstanciadas pela morfologia urbana do século XVIII e XIX, conforme as plantas históricas demonstram e, nos séculos XVI e XVII, considerou-se a síntese da compilação

---

<sup>176</sup> Os símbolos e cores utilizados para a confecção dos mapas seguem alguns critérios da cartografia sistemática básica, como o azul para representar o oceano, e da cartografia temática apresentada por Teixeira (1999) na análise que realizou das formações urbanas lusitanas, incluindo, Salvador e Rio de Janeiro.

<sup>177</sup> Segundo Joly (1990) “[...] uma base de referência, geralmente extraída dos mapas topográficos ou dos mapas de conjunto, são uma representação convencional dos fenômenos localizáveis de qualquer natureza e de suas correlações. (grifo nosso)

das informações coletadas de cada período sobre a formação e consolidação do núcleo urbano, além da interpretação das supracitadas plantas históricas. Ressaltamos, que nestas plantas estão identificadas os edifícios singulares mais antigos da vila, que influenciaram na estruturação da conformação urbana de nosso objeto de estudo.

Com o objetivo de demonstrar o contorno original aproximado do sítio onde foi implantada a Vila da Vitória registrou-se, também, a linha de preamar, i.e., “[...] a interseção do plano da maré alta média com a costa” (OLIVEIRA, 1983, p.222), tendo como fonte o estudo realizado por Azevedo (1968), que informa as variações de 2,20 m e 0,60 m da linha de preamar em Vitória, o que resulta numa média de 1,60 m.

Esta linha de preamar foi informada em todos os documentos, i.e., nos mapas temáticos dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, como uma representação aproximada que a linha de borda poderia ter assumido durante o crescimento da ocupação urbana. Esta representação aproximada da linha de preamar foi considerada relevante, tendo em vista que o espaço urbano de Vitória foi crescendo junto ao mar, e seu crescimento, historicamente se deu sob aterros, sendo que, a parte considerável de área aterrada foi concluída durante o século XX, período que não analisamos sua morfologia urbana. Logo, a interpretação do que teria sido o sítio primitivo onde se assentou e cresceu a Vila da Vitória durante o período analisado auxilia na análise de sua configuração espacial entre os séculos XVI e XIX.

#### 5.4.4 CONCLUSÕES

Conforme abordado, adotou-se para elaboração da documentação cartográfica desta pesquisa os critérios da cartografia temática, ressaltando que sua abordagem especializada permite, uma liberdade na representação gráfica da interpretação dos dados coletados, visto que, refere-se a um público especial ou especializado, e cujas reflexões, quando associadas a pressupostos teóricos podem originar interpretações distintas.

Há, portanto, na cartografia temática um consenso sobre as diferentes formas de representação, o que permite que ela seja elaborada não só por geógrafos e cartógrafo, bem como, por outros profissionais; e, sobre a riqueza e pluralidade de resultado que sua interpretação apresenta, podendo, inclusive, ser posteriormente reelaborada por novas análises que se aperfeiçoam com novos dados e reflexões (DUARTE, 1999; OLIVEIRA, 1993).

Neste sentido, a cartografia temática é um instrumento importante para a história urbana<sup>178</sup>, visto que, a pesquisa histórica, na perspectiva dos pressupostos teórico-

---

<sup>178</sup> Segundo Teixeira (1999), a cartografia histórica é uma importante fonte de informação e pesquisa sobre as morfologias urbanas e através da análise do conteúdo de suas informações em sucessivos momentos históricos,

metodológicos da história nova, é uma atividade que resulta em interpretações sempre possíveis de serem reformuladas, i.e., não existem, segundo esta abordagem, **verdades históricas** e sim afirmações ou conclusões datadas (ECO, 1993; LEPETIT, 2001).

Sendo assim, o resultado de uma compilação que resulta em mapas temáticos no âmbito da história urbana, é um conjunto de reflexões e informações que são datados, e refletem um esforço teórico-metodológico de interpretar os diferentes fenômenos que podem ter influenciado na configuração de uma vila ou cidade, com suas particularidades, na longa duração.

Consideramos, assim, que os mapas temáticos de síntese sobre a morfologia urbana da Vila da Vitória é uma **interpretação**, ao mesmo tempo em que é uma **hipótese**, segundo a compilação das fontes documentais pesquisadas, que aborda e reflete, **uma possível configuração espacial**, onde foram representados de forma esquemática os elementos morfológicos que caracterizavam a especialidade de cada período.

Cada mapa temático representa, portanto, a síntese da interpretação que se realizou sobre a possível estruturação do traçado das ruas, da disposição dos espaços públicos na trama urbana, da conformação dos quarteirões e da identificação dos edifícios singulares considerados estruturadores do espaço em nossa temática, i.e., os templos religiosos, correspondendo as principais fases de desenvolvimento da Vila da Vitória no recorte de tempo delimitado nesta pesquisa.

## 5.5 NO SÉCULO XVI: DE POVOAÇÃO À VILA.

A Vila da Vitória foi implantada numa ilha dentro da baía de mesmo nome, chamada a época de Rio do Espírito Santo. As características geográficas de implantação da Vila da Vitória ofereceram melhores condições de segurança em relação à vila implantada próximo ao oceano, i. e., a Vila do Espírito Santo, que passou a ser chamada de Vila Velha, em oposição a outra povoação, a Vila Nova.

Esta foi uma prática comum em toda a extensão do território colonial lusitano na América no século XVI, quando se tratava de adaptar os desígnios da posse e exploração das porções a serem ocupadas pelos dirigentes locais aos condicionantes geográficos e a resistência dos povos indígenas, fundando novas vilas em sítios mais defensáveis, logo, mais estratégicos. Assim, as “[...] razões de segurança, portos mais adequados, melhores

---

em confronto com levantamentos atuais e com a própria realidade atual da cidade, é possível, em muitos casos, fazer reconstituições ou formular hipóteses de reconstituição dos traçados urbanos e de sua evolução no tempo suficientemente fundamentadas. O autor denomina este processo de interpretação cartográfica e constitui parte integrante da investigação teórica das morfologias urbanas, como naquelas que realizou sobre os casos mais paradigmáticos da Expansão.

condições de implantação ou de expansão criaram um topônimo constante em todo o território – o das Vilas Velhas” (PESSÔA, 2000, p.72).

A transferência da sede da Capitania do Espírito Santo para outro sítio não foi obra do acaso, seguiu uma lógica que foi comum a outros sítios, conforme atestou Pessôa (2000, p.71), e refletia um quadro familiar que se remetia a cidades de Portugal<sup>179</sup>, como Lisboa:

Vilas como São Vicente, Olinda e **Vitória** são na realidade, produtos de uma **extrema racionalidade**, isto é, são a construção de um quadro familiar dentro dos recursos e das condições oferecidas pelo sítio escolhido. Aliás, a escolha do sítio no território desconhecido enseja um **processo de experimentalismo** onde vilas são abandonadas, parcial ou integralmente, em função de local mais adequado.(grifo nosso)

Na sesmaria onde Duarte Lemos implantou seu engenho e logo surgiu uma povoação, ainda no século XVI, era possível avistar a entrada da baía (DERENZI, 1995), antecipando, assim, a defesa dos ataques que vinham por mar. A nova vila que estava implantada numa posição bem mais estratégica do que a Vila do Espírito Santo oferecida, portanto, melhores condições de defesa, abrigada e protegida pelos acidentes geográficos da baía. Além disto, no local, segundo Elton (1987), existiram três fontes, a da Capixaba, a fonte Grande e a da Lapa, que garantiram o abastecimento de água à população.

Segundo Daemon (1879), o primeiro sesmeiro, Duarte Lemos, já havia começado uma atividade agrícola na ilha, indicando, portanto, uma iniciativa para seu desenvolvimento econômico<sup>180</sup>.

<sup>179</sup> Conforme demonstrou Carita (1998) as diretrizes estabelecidas para a câmara do Funchal “[...] indicavam quase sempre que se deveria proceder como em relação à câmara de Lisboa, o mesmo devendo ter acontecido em relação à câmara de Angra, enquanto para Ponta Delgada, por vezes, se lembravam os regimentos e directivas da câmara do Porto”. A filiação do urbanismo quinhentista de Angra no de Lisboa, afirma o autor (CARITA, 1998), “[...] é patente na sua malha urbana, que segue muito de perto o modelo implantado no Bairro Alto, logo nos inícios do século XVI, tal como esse também pode ser filiado no trabalho levado a cabo alguns anos antes em Tomar e na Ribeira de Lisboa”. Ou seja, segundo as assertivas acima havia uma relação entre as práticas urbanizadoras nas fundações ultramarinas com o urbanismo das cidades portuguesas, que segundo o autor, até o período dos Descobrimientos e da Expansão, “[...] o espaço cultural português foi apurando formas próprias de produção do espaço urbano” (CARITA, 1998), que podia-se averiguar “[...] numa certa originalidade da organização municipal e onde se espelham os legados dos vários povos que, de uma ou outra forma, geraram a diversidade da cultura portuguesa” (CARITA, 1998), *i.e.*, o urbanismo do período da expansão esteve relacionado a cultura urbana de Portugal e suas referências históricas advindas dos deferentes povos que ocuparam a península ibérica.

<sup>180</sup> Da obra de Daemon (1879) podemos verificar as seguintes informações:

(1) A doação da ilha deu-se em 1537 e confirmou-se em Portugal em 1539; conforme se lê (DAEMON, 1879, p. 41): “1537 - Faz Vasco Fernandes Coutinho doação da ilha de Santo Antônio a Duarte de Lemos, que em sua vinda o acompanhara da Bahia, sendo a mesma datada de 15 de Julho deste ano e tendo sido confirmada a 8 de Janeiro de 1549 por Carta Régia de D. João III. Feita a doação da dita ilha ficou a mesma denominando-se ilha de Duarte de Lemos, do nome de seu senhorio, mas ficando sempre **o nome de Santo Antônio persistindo, até hoje, ao local que do Campinho prossegue à ilha das Caieiras** [sic], **onde posteriormente foi assentado um grande engenho**, em frente à ilha do Príncipe. Duarte de Lemos parece que se comprometera a fortificá-la contra as invasões, segundo um escrito de 20 de Agosto deste mesmo ano. Duarte de Lemos julgamos ter ido à Bahia donde trouxera grande número de colonos, para estabelecê-los na sua ilha, que media duas léguas de extensão e mais de meia em alguns lugares, pois que isso encontramos em algumas crônicas e escritos” (grifo nosso).

Pela lógica das ocupações do período, e pelo que atesta a historiografia (DAEMON, 1879; DERENZI, 1995) talvez existisse na ilha a residência de Duarte Lemos, localizada próxima a uma capela, a de Santa Luzia, que permanece até hoje em Vitória.

A migração da sede da capitania para a ilha de Duarte Lemos é alvo de uma série de controvérsias abrangendo a data e a denominação da vila<sup>181</sup>. O historiador José Antônio de Oliveira (1951), atribuiu esta controvérsia a duas provisões assinadas em 1550. A primeira data de 26 de fevereiro de 1550 e teve como objetivo encarregar Francisco de Oliveira dos ofícios de Feitor e Almojarife da capitania, tendo sido assinada por Francisco Mendes da Costa, **na Vila do Espírito Santo** (D.H., 1937, p. 61-62). A segunda provisão referia-se ao pagamento de Francisco da Luz, clérigo de missa, assinada na “[...] **Villa da Victória** Província do Espírito Santo Capitania de Vasco Fernandes Coutinho” (D.H., 1937, p. 66) (grifo nosso), Estas duas provisões que foram assinadas, segundo Oliveira (1951), em locais distintos, fez supor a criação de uma nova vila, que seria a sede do governo local, totalizando, assim, duas vilas na capitania até aquele momento<sup>182</sup>.

(2) A existência de um pequeno engenho, da capela e moradia de Duarte Lemos na ilha antes da transferência da vila para o local, conforme se atesta (DAEMON, 1879, p. 42:43): “1550 - Neste ano desinteligenciam-se o donatário Vasco Fernandes Coutinho e Duarte de Lemos, em razão deste último querer que a sua doação da ilha do seu nome fosse ampla, e Vasco Coutinho haver declarado que esta doação era **limitada à sua própria fazenda, que se achava assentada no local onde hoje se vê a igreja de Santa Luzia**, servindo esta capela para as orações dos moradores, **havendo casa de moradia unida à capela e uma engenhoca abaixo**; a este lugar que abrangia um grande perímetro a Leste e a Norte, indo até o Campinho ao lado de Oeste, é que se deu por muito tempo o nome de **Roças Velhas**, que também foi dado a uma fazenda com engenho de açúcar e aguardente na freguesia de Cariacica, que depois pertenceu aos Jesuítas, e de que se pagava de foro um pão de açúcar de quatro libras” (grifo nosso).

(3) A afirmação de que seria Vasco Fernandes Coutinho que teria decidido sobre a mudança da população da Vila do Espírito Santo para a ilha de Duarte Lemos, indicando a defesa, a existência de fontes, e a presença dos jesuítas como fatores que foram decisivos em sua escolha. Afirma também Daemon (1879), que o primeiro casario da vila foi edificado dentro das cercanias dos jesuítas, e que logo se iniciou uma atividade econômica com a construção de engenhos, conforme se atesta: “1551 - Continuando os ataques dos indígenas na vila do Espírito Santo, nos quais em encontros morreram alguns dos povoadores, **delibera Vasco Coutinho e outros estabelecerem-se na ilha de Duarte de Lemos** tendo-a este abandonado e seguido para Porto Seguro, por ser a ilha rodeada por mar e **haver abundância d'água**, o que na vila do Espírito Santo faltava, e **por ser mais fácil a defesa dos moradores**, que se viam continuamente incomodados. Estabelecidos que foram, principiaram a chamar à nova povoação de Vila Nova, enquanto à do Espírito Santo denominaram de Vila Velha, nome que conservou-se por muitos anos, como até hoje; apesar de uma lei da Assembléia Provincial restabelecer-lhe o primitivo nome, ainda muitos assim a denominam. Chegados que foram, **edificaram casas nas cercanias do pequeno Seminário** construído por Afonso Brás, **montando quatro engenhos**, fazendo plantações de vinhas, canas e cereais, levantando cercados e dispondo definitivamente todos os meios de defesa contra os índios. Contudo, a 8 de setembro deste ano é atacada a nova vila pelos indígenas, havendo um combate renhido, em que foram aqueles vencidos e expulsos por uma vez desta ilha, sendo nesta ocasião dado o nome de Vila da Vitória em atenção ao valor, brilhantes feitos, e gloriosa vitória que alcançaram os povoadores, ficando até hoje existente este nome, que, por Decreto de 2 de Março de 1822, foi confirmado ainda na criação da cidade, antes Vila Nova [no original está Velha], antiga ilha de Duarte de Lemos e primitivamente ilha de Santo Antônio” (p.44)..

<sup>181</sup> Uma vertente de escritores e historiadores atribuíram a primitiva sede da Capitania do Espírito Santo, a denominação de Vila de Nossa Senhora da Vitória. Entre eles estão Gabriel Soares de Souza (1938) que assim se referiu a primeira vila em 1587, sendo que a vila implantada na ilha de Duarte Lemos referiu-se como a do Espírito Santo. Uma outra vertente onde se insere Ignácio de Vasconcellos (1928) referendo-se a fatos históricos ligados a chegada de Vasco Fernandes Coutinho a capitania, referiu-se às duas vilas de forma oposta, i.e, afirmou que a Vila da Vitória estava na ilha e a do Espírito Santo na entrada da barra. Além de Vasconcellos (1928), Luís dos Santos Vilhena (1969) também faz a mesma menção sobre a denominação das vilas.

<sup>182</sup> Conforme demonstramos em nossa pesquisa de mestrado (SOUZA, 2000a), Oliveira (1951), defendeu que Vasco Fernandes Coutinho fundou nova vila aproveitando a presença de importantes funcionários do Governo

No entanto, um fator foi decisivo na mudança do local de localização da sede da capitania, a presença da Companhia de Jesus. A chegada dos inacianos no Espírito Santo foi determinante na escolha de um novo sítio para a consolidação do poder reinol.

A precariedade material e social da primeira sede da capitania foi atestada em 1550 pelo padre jesuíta Leonardo Nunes (LEITE, 1945, TOMO II), ao relatar que, apesar da presença de um vigário no local, que o recebeu com “[...] alguma gente de la tieria” (p.206), realizou reuniões na frente de uma igreja, pois, nela não cabiam o número de pessoas que se agregaram em busca de orientação espiritual.

Em 1551 chegou a primeira missão da Companhia de Jesus ao Espírito Santo. Os primeiros missionários foram o Padre Afonso Brás e o Irmão Gonçalves (LEITE, 1945, TOMO VI).

Neste mesmo ano Afonso Brás escreveu uma carta relatando a mesma situação de precariedade descrita por Leonardo Nunes e menciona a construção do primeiro templo religioso que foi erguido pelos padres da Companhia na primeira vila, que poderia ter sido a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (ELTON, 1987). Um outro templo foi construído na ilha de Duarte Lemos, onde estiveram em 1553 o padre Manoel da Nóbrega e Tomé de Souza (ELTON, 1987; NOVAES, s.d.).

A doação de uma sesmaria à Companhia de Jesus na ilha foi oficializada por Bernardo Sanches de La Pimenta que havia assumido o governo da capitania em substituição a Vasco Fernandes Coutinho em 1552<sup>183</sup>. O fato se deu durante a estadia do padre Manoel de Paiva, que se deslocando para a capitania de São Vicente, decidiu ficar para as celebrações da Páscoa no Espírito Santo (LEITE, 1954, TOMO I). No documento de doação, Bernardo Sanches de La Pimenta passa as terras aos inacianos em virtude de ter existido, na afirmativa de Manoel Paiva, um acordo entre o sesmeiro e a ordem religiosa, sendo que “[...] Duarte de Lemos lhe dera hum seu assinado per que na sua ilha de Sancto Antônio, e terra que elle tinha nesta dita Capitania do Spíritu Sancto podessem tomar toda a terra que lhes fosse necessária pêra casa e pêra mantimentos pêra dita casa” (p.301).

A provisão foi assinada na Vila de Nossa Senhora da Vitória, em 4 de maio de 1552. O local da assinatura das provisões, supracitado, e da doação da sesmaria aos jesuítas, só

---

Geral na capitania, incluindo na comitiva que esteve ali presente o primeiro governador geral, Tomé de Souza. O fato teria se dado em antes de 3 de março de 1550 e posterior a 26 de maio do mesmo ano, baseando-se o autor (OLIVEIRA, 1951), nos locais distintos citados na duas provisões. Entretanto, não há nenhum registro documental sob a fundação de uma nova vila no século XVI na Capitania do Espírito Santo. Conforme ficou determinado no *Regimento ...* (1998), a visita as terras designadas a Vasco Fernandes Coutinho era uma prioridade, tendo em vista, as dificuldades para a consolidação da colonização lusitana nesta região, sendo, portanto, possível que as provisões assinadas em 1550 façam parte de uma ação coordenadora que ocorreram no nível do governo local, em sua única sede até então conhecida, *i.e.*, a vila localizada na entrada da barra, ou Vila do Espírito Santo.

<sup>183</sup> A provisão de nomeação de Bernardo Sanches de la Pimenta para o cargo de Provedor da Capitania do Espírito Santo foi passada em 19 de dezembro de 1552. Quando Tomé de Souza visita a capitania, conforme relatou Nóbrega (1931), que estava em sua companhia em fevereiro daquele mesmo ano, o donatário estava ausente, escrevendo, então, o governador geral a D. João III e reclamando sua presença.

confirma as denominações que a primeira sede da capitania recebia: ora Vila do Espírito Santo, ora Vila de Nossa Senhora da Vitória, numa clara alusão da primeira denominação ser uma extensão do nome da capitania à sua sede, e a segunda, ter sido seu nome de ofício, que posteriormente, se estendeu à vila que se fundou na ilha com o mesmo propósito e função<sup>184</sup>.

Conforme se pode atestar, a povoação existente na ilha de Duarte Lemos não havia se tornado, no momento da doação de terras aos jesuítas, em 1552, a Vila de Nossa Senhora da Vitória, sede da capitania, pois, para tanto deveria ter sido oficializada segundo as exigências legais do período. Entretanto, conforme podemos constatar a transferência dos jesuítas para a ilha de Santo Antônio foi o acontecimento mais marcante do século XVI, pois, decidiu a consolidação da nova vila na ilha de Duarte Lemos, que com o tempo se tornou a sede da capitania do Espírito Santo.

Mesmo sem documentos que confirmem a fundação de nova vila, no final deste mesmo século a sede da capitania já havia se radicado na ilha, sob a influência da ação missionária da Companhia de Jesus, sendo que, as principais causas foram às ações que auxiliaram na defesa e na conversão do gentio, além, de garantirem os inacianos, sob a égide da religião católica a criação de uma sociedade proba e cristã, seguindo os modelos sociais europeus e atendendo aos objetivos da colonização portuguesa (SOUZA, 2000a).

Porém, não há como precisar a data em que a povoação tornou-se vila. Existiram fatos que demonstram que no decorrer do período que abrangeu a segunda metade do século XVI várias atividades religiosas e sociais aconteceram na ilha, sob a o amparo dos jesuítas<sup>185</sup>. Alguns fatores devem ter sido decisivos para a vila ter se implantado neste sítio, a saber: a presença de atividades agrícolas exercidas pelos inacianos na ilha mesmo antes da doação da sesmaria; o ataque de franceses em 1551, 1558, 1561 e 1567 atraídos pela nova povoação e sua organização no novo sítio, tendo o Padre Afonso Brás e Belchior de Azevedo, o capitão-mor, se empenhado na defesa da povoação (DERENZI, 1995). Além disto, em 1558 e 1559 a população da ilha foi praticamente dizimada com a epidemia de bexiga e o que sustentou os doentes foi o apoio dos padres da Companhia.

A consolidação da povoação no local, superando toda uma série de dificuldades, certamente influenciou na transferência do poder civil para a ilha, sendo que, alguns dados do final do século XVI atestam isto: a chegada dos beneditinos, em Vila Velha (NOVAES, s.d.), no ano de 1589, para a construção seu mosteiro, tendo, entretanto, os religiosos

---

<sup>184</sup> Consta no documento de doação de Vasco Fernandes Coutinho fez a Duarte Lemos a restrição quanto à fundação de vila no local, conforme se lê: “[...] a dita ilha está limitada por termo do povoado do Espírito Santo, **nem é Duarte de Lemos nem seus sucessores não farão na dita ilha vila** e a redízima que no alvará lhe tem concedido estava no dito tempo entre eles assentado que não fôsse senão a redízima de sua própria fazenda” (HCP, 1923, p.226) (grifo nosso).

<sup>185</sup> Um dos fatos mais significantes está o batizado de um dos filhos do índio Gato Grande que vivia na região e foi narrado pelo jesuíta Luiz da Grã em 1558 (DERENZI, 1995), tendo sido seu padrinho Duarte Lemos, e estando presente na cerimônia Vasco Fernandes, o pai, além de Fernandes Filho.

mudado para a Vila da Vitória em 1591, em uma “[...] ‘*sorte de terra*’ que a Câmara lhes concedeu [...] próximo a fonte do Conselho do Reguinho” (DERENZI, 1995, p.52); e, a referência em relatos jesuíticos, como o de Anchieta (1946), que afirmavam que a nova vila já estava na ilha, como o que da notícias do padre Diogo Jácome que fora recolhido, doente, “[...] à casa da Companhia, que está na vila com os Portugueses” (p. 319); e, o do Padre Fernão Cardim (1978, p.207) que informa, em 1583, sobre a sede da capitania do Espírito Santo, “[...] a villa é de Nossa Senhora da Victória” (p.320), afirmando, ainda, que ela estava “[...] mal situada em uma ilha cercada de grandes montes e serras” (p.320).

Pelos dados expostos podemos constatar que a data da fundação da Vila da Vitória não pode ter sido o dia 8 de setembro como atesta a historiografia oficial. Esta data aclamada como a que definiu a vitória dos lusitanos sobre os gentios trata-se, na verdade, de um enaltecimento, uma interpretação dos fatos do período que buscou consagrar os fatos históricos que valorizaram as ações dos colonizadores, sem, no entanto, exporem a riqueza de todos os acontecimentos, que com sua aparente incoerência atestam, na verdade, os inúmeros conflitos ocorridos e a multiplicidade de soluções encontradas nos primórdios da ocupação desta porção lusitana nas Américas para a conquista do território (SOUZA, 2000a).

### 5.5.1 A estruturação do espaço urbano da Vila da Vitória no século XVI

A análise da conformação urbana da Vila da Vitória, conforme citado no item anterior, se deu através da compilação de informações históricas e é apresentado de forma esquemática através de mapas temáticos de síntese. Ressaltamos, que os mapas do século XVI apresentam a formação do espaço urbano de forma simplificada, tendo em vista, as raras fontes que citam informações que abordam este tema neste período. Neste sentido, foram apresentados os primeiros caminhos (arruamentos), a delimitação esquemática dos quarteirões e a localização dos templos religiosos, segundo o método citado e, conforme a análise morfológica exposta neste item.

Uma das principais informações sobre a formação urbana de Vitória é que seu traçado não seguiu um **projeto**, *i.e.*, não houve um plano elaborado previamente para a fundação da vila.

A topografia do terreno possuía características singulares. A Vila da Vitória, situada dentro da barra, à cerca de uma légua de distância da primeira vila, era mais defensável em virtude da existência de alguns obstáculos naturais desconhecidos pelos estrangeiros. A morfologia do sítio de implantação das duas povoações dos portugueses caracterizava-se por uma série de pequenas áreas com acidentes geográficos. Ao fundo da parte da ilha

onde se implantou a Vila da Vitória, no final do século XVI, a topografia que se tornava mais acidentada até a formação do maciço central.

Num dos pontos deste platô foram assentado os edifícios da fazenda de Duarte Lemos, que pela localização da Capela de Santa Luzia e pela indicação de Daemon (1879, p.41) sabe-se que estaria localizada a casa do sesmeiro logo abaixo e os engenhos no local chamado roças velhas<sup>186</sup>, que conforme atestou Derenzi (1995), serviu para designar duas regiões distintas e, neste caso, a que se estendia na direção oeste do platô (FIGURA 37).

O local escolhido por Duarte Lemos foi um platô de aproximadamente 20 metros de altitude, junto ao canal, com cerca de trezentos metros de comprimento, no eixo leste-oeste, por aproximadamente 100 a 140 metros de largura, no eixo norte-sul, sendo a maior cota a de 25 metros, que formava uma pequena elevação quase central, com uma área de três a quatro hectares (FIGURA 37). O maior eixo era paralelo à baía e nos seus extremos existiam duas áreas baixias alagadiças, em conseqüência das elevações da maré, que foram, posteriormente, chamadas de Campinho e Campo dos Pelames, o primeiro a oeste, e o segundo a leste do platô, respectivamente.

Com o estabelecimento da Companhia de Jesus foi construído outro templo religioso numa extremidade do platô, a oeste<sup>187</sup>. Entretanto, apesar da primeira igreja da Companhia de Jesus, que Brás Lourenço citou em 1554, ser tão grande como a de Coimbra, ou maior, tornou-se, segundo os próprios inacianos que ali estavam, pequena, pois, “[...] los esclavos la henchia estava ya para caer de vieja por ser de taipa” (LEITE, 1945, TOMO I, p.222), sendo, portanto, preciso construir outra. Para tanto, conforme citou Carvalho (1982), era necessária ordem do padre Provincial para construir o templo e de uma **traça**. Um naufrágio em 28 de abril de 1573, na foz do Rio Doce, com uma embarcação onde estava Inácio de Tolosa, o padre provincial foi, portanto, providencial, pois, foram se alojar os padres vítimas do acidente na casa da ordem religiosa na ilha. Iniciou-se, então, uma construção nova<sup>188</sup>, e

<sup>186</sup> Havia, segundo Derenzi (1995), duas regiões com esta denominação. A primeira teria sido as lavouras de cana-de-açúcar que Duarte Lemos abandonou e que se estendera por toda a encosta onde, posteriormente, se construiu o convento de São Francisco. O outro local que recebeu esta denominação foram às margens do Rio Marinho, nos termos da Vila Velha, onde também existiram canaviais.

<sup>187</sup> Segundo Leite (1954, TOMOI), em 25 de julho de 1551 o padre Afonso Brás fundou na Vila da Vitória o Colégio de Santiago, em homenagem a terra de Inácio de Loyola, entretanto, não cita a localização geográfica da vila. A primeira notícia de templo na ilha é de 1553 quando a comitiva de Tomé de Souza visita a capitania do Espírito Santo, ocorrendo, portanto, um lapso de tempo entre a referência do templo citado por Afonso Brás, 1551, e o que foi mencionado por Manoel da Nóbrega em 1553, este situado na ilha. Nossa hipótese é que o primeiro templo localizado na primitiva Vila da Vitória, ou Vila do Espírito Santo, sem paredes e divisão interna, com cobertura de palha, seguiu o modelo de implantação inicial da Companhia de Jesus, como se deu em São Paulo e no Rio de Janeiro (CARVALHO, 1982), *i.e.*, tratou-se de um primeiro assentamento e, posteriormente, com o reconhecimento do sítio, optava-se por uma outra localização que apresentasse melhores condições. Logo, a transferência e a construção de um novo templo na ilha de Santo Antônio só iria acontecer em 1552, quando houve a doação da sesmaria à ordem religiosa, e comprovada pelo testemunho de Tomé de Souza e o padre Manoel da Nóbrega que ali estiveram.

<sup>188</sup> Segundo Carvalho (1982), o padre José de Anchieta citou em suas Informações sobre o Brasil, em 1584, que a igreja de Vitória estava em um sítio não muito aprazível e sadio, por estar em lugar baixo. Entretanto, a nova localização da igreja estava junto ao centro administrativo da época, e seria, segundo o autor (CARVALHO, 1982), o lugar mais bem dotado: “[...] era uma ponta de morro, sobre o rio com um espaço plano à frente,

como não havia pedreiros na terra, “[...] los padres hizierõ los cim.<sup>os</sup> de cal y canto y fue toda armada sobre grandes vigas de um palo que es como hierro y assi quedo tan fuerte como si fuera toda de cal y canto” (ABN, XIX, 1897, p.134-135), i. e., os alicerces foram de pedra e cal e as parede de taipa, com uma nova nave com mais de cem palmos e comprimento por 45 de largura, conforme informou o padre Tolosa<sup>189</sup> (LEITE,1945, TOMO I).

Na outra extremidade, a leste, foi construída a Igreja Matriz, com invocação a Nossa Senhora da Vitória, devoção de origem lusitana (ELTON,1987), cuja data precisa não é conhecida, mas, que parece se confundir com os primórdios da vila . A igreja Matriz deve ter sido construída e sacralizada<sup>190</sup> após 1552, data em que houve a oficialização da doação de terra aos jesuítas, fato que muito influenciou na transferência da Vila da Vitória para este novo sítio, conforme citado. No entanto, Elton (1987), conjectura sem, no entanto, apresentar nenhuma fonte documental que a consagração da Matriz teria ocorrido em 1551.

Estes três templos foram os definidores do traçado inicial da Vila da Vitória, pois, conforme afirmou Derenzi (1995), as ruas, Grande (Santa Luzia) e da Matriz, foram os caminhos mais antigos do local. O primeiro caminho ligava a Capela de Santa Luzia até a Igreja Matriz, e o segundo, ligava este último templo ao largo Afonso Brás, que se situava à frente da igreja dos jesuítas. Nesta análise foi identificado, o caminho que ligava a sede da Companhia de Jesus a Capela de Santa Luzia, que era conhecido como rua da Capelinha, e como as duas outras ligações, era também um dos mais antigos do lugar.

Cabe aqui, considerar-se alguns aspectos da inicial organização espacial da Vila da Vitória, a saber: (1) os templos religiosos, i. e., os edifícios singulares, desempenharam um importante papel na estruturação do traçado da vila, pois, os caminhos que ligavam estas edificações entre si definiram seu espaço central; (2) a implantação destas edificações tem uma relação com as características geográficas do sítio, i. e., os templos ocupam os pontos extremos do platô, todos eles situados entre as cotas de 15 e 20 metros, e os caminhos

---

dominando três quartas partes da região” (p. 49). Anchieta teria escolhido outro sítio na avaliação de Carvalho (1982), sítio onde se estabeleceram os franciscanos, na ponta oposta do morro, no lado norte, e que “[...] ficava defronte ao primitivo estabelecimento de Afonso Brás, situado na Rua do Egito” (p.50), portanto, fora da vila.

<sup>189</sup> A igreja nova foi construída em aproximadamente cinco meses e, se tornou o templo definitivo, situado num lugar melhor, defronte a baía, com uma vista para o mar, a cavaleiro, num penhasco a sudoeste da ilha, ao lado da qual se edificou gradativamente o colégio dos jesuítas até a data de expulsão da ordem do Brasil (CARVALHO, 1982).

<sup>190</sup> Cabe ressaltar, conforme já citado no Capítulo IV, que a relação entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica, sob o regime do Padroado, conferiu pela bula *Cuncta mundi*, de 8 de janeiro de 1454, o domínio temporal a jurisdição *in spiritualibus* das terras da América Portuguesa a Ordem de Cristo, que financiou o projeto marítimo português (ABREU, 1997). Esta relação de interesses espirituais e temporais, segundo M. Marx (1991), influenciou no desenho urbano dos núcleos coloniais, pois, desde o seu surgimento, as povoações expressaram as determinações eclesiásticas que não foram contrapostas pelo poder temporal. Desta foram, estiveram juntas, lado a lado, constituindo a configuração espacial e a organização social, a Igreja Católica, com seus cânones e constituições e, a Coroa Portuguesa, com as cartas forais e deliberações casuísticas, confusas e limitadas. O reconhecimento oficial de uma vila, segundo M. Marx (1991), ou de qualquer povoação ou arraial pelo Estado Português se iniciava pela Igreja Católica, através da edificação de um templo, seja igreja ou capela, que sagrada ou consagrada, i.e., oficializada, definia uma organização eclesiástica, portanto, territorial, em torno de uma unidade administrativa. Desta forma, as provisões passadas em 1550 na capitania do Espírito Santo, só podem ter se dado na única vila existente até o momento que estava situada na entrada na barra.

denominados de ruas da Grande, da Matriz, e da Capelinha também se situavam nestas mesmas cotas; e, por fim, (3) pode-se observar que ao ocuparem os extremos do platô, os templos religiosos e os caminhos que os ligavam definiram os limites da ocupação urbana da vila, *i.e.*, suas características formais, relacionaram-se, portanto, com as características do terreno; e, nestas relações, dos elementos morfológicos entre si e com o sítio, definiram e estruturaram o traçado que evoluiu deste núcleo inicial, e a morfologia do território que foi delimitado (FIGURA 38).

Outro aspecto relevante do espaço da Vila da Vitória, no século XVI, foi sua defesa. Tendo sido determinado no *Regimento do governador e capitão general Tomé de Souza...* (1998) a defesa das vilas no momento da implantação do Governo Geral em 1549, houve uma importante referência a situação de fragilidade da capitania do Espírito Santo conforme já citado neste capítulo.

Segundo Reis Filho (1994), há duas hipóteses sobre os muros que teriam circundado a Vila da Vitória<sup>191</sup>. Os muros segundo o autor (REIS FILHO, 1994), teriam sido erguidos depois que Tomé de Souza esteve na capitania e teria delimitado o espaço onde estavam as primeiras habitações do povoado, todas de palha. Na primeira hipótese (FIGURA 39) os limites do muro foram assim descritos pelo autor (1994, p.3)

O perímetro inicial partia do Colégio dos Jesuítas (onde está o Palácio do Governador do Estado), percorria o que era então o pátio da Misericórdia e seguia, no lado sul, pela borda do que é hoje a Rua Pedro Palácios, até a Matriz (hoje Catedral). Desta seguia no lado norte pela rua José Marcelino até o largo de Santa Luzia, onde provavelmente havia a porta principal. Deste ponto podia subir pela que é hoje Rua Muniz Freire, voltando ao largo junto à Misericórdia.

Na segunda hipótese (FIGURA 40) há algumas alterações quanto a configuração do muro (REIS FILHO, 1994, p.3):

Mais eficiente, ainda que traçado mais complexo, seria o percurso pela antiga Rua do Egito (hoje Francisco Araújo). Os terrenos a oeste da Rua São Gonçalo, mais altos do que o Colégio, serviriam como baluarte, controlando os acessos pelo lado norte. Por esse motivo, podemos admitir também, como alternativa, que desse lado todo do terreno ficasse livre, sem edificações e sem ruas, o que permitira erguer os muros na borda superior,

<sup>191</sup> Reis Filho (1994, p.2-3) se baseia nas assertivas de Oliveira (1951, p.73-74) que informou que em junho de 1553 Tomé de Souza escreveu ao rei de Portugal relatando que havia percorrido as capitanias do sul e tomado medidas para sua fortificação, inclusive cercando-as, dando-lhes artilharia e mandando construir Casas de Audiência e prisão. Para a Vila da Vitória, segundo Oliveira (1951, p.73-74), teria sido enviado, ainda em 1549, data da criação do Governo Geral, “[...] um falcão de metal com duas câmaras, e uma chave, e trinta e um pelouros”. Em 1550, a capitania recebeu “[...] seis meios berços, e um falcão de metal com suas chaves”, sendo que seis meses depois, em setembro, houve o envio de “[...] um falcão de metal, setenta pelouros e um barril de pólvora de bombarda” (p.74). Todas estas medidas, segundo Reis Filho (1994, p.3), significaria a criação de um sistema defensivo e citou que tal como Vitória outras vilas como Santo André e São Paulo, situadas mais os sul, teriam tido a mesma época baluartes e muros.

deixando mais abaixo o que seria depois a Rua do Egito. O acesso principal seria pela porta de Santa Luzia, da qual partiam os caminhos menos íngremes. Um deles para o lado leste, passando pela Rua José Marcelino, em direção a rua Professor Baltazar, pela qual se descia à praia. O outro em direção ao oeste, passando pelas ruas São Francisco e Caramuru (antiga rua do Fogo), em direção ao Cais de São Francisco. O terceiro caminho, em direção ao norte, passava pelas atuais ruas Professor Azambuja e Coronel Monjardim, dando acesso à Fonte Grande. Na extremidade leste da colina ficava a igreja matriz e do lado norte a igreja de Santa Luzia.

Conforme as FIGURAS 39 e 40 podemos constatar que as características formais deste elemento defensivo – o muro – seguiram, na verdade, uma relação entre a implantação dos principais edifícios – os templos religiosos – e a topografia.

As duas hipóteses apresentadas por Reis Filho (1994), conforme graficado, delimitaram o espaço urbano da Vila da Vitória. Na primeira hipótese, cabe ressaltar, o edifício da Companhia de Jesus está fora dos muros e, na segunda hipótese, a sede dos jesuítas está intramuros.

Esta era uma das características dos jesuítas, pois segundo Lucas S. J. (1997), em sua estratégia urbana os inicianos escolheram sítios privilegiados em cidades já consolidadas da Europa cristã, pois, acreditavam que os templos religiosos deveriam ser concebidos como igrejas urbanas, *i.e.*, igrejas de ação missionária localizadas dentro dos centros urbanos. Nas vilas e cidades coloniais portuguesas, conforme ressaltou Oliveira (1988), os jesuítas também optaram por locais estrategicamente escolhidos, com características comuns de implantação, que influenciaram, com o desenvolvimento local, na expansão urbana, que seguia em direção ao templo da Companhia<sup>192</sup>. Logo, apesar da pequena dimensão da vila é possível admitir que inicialmente o templo da Companhia de Jesus tenha ficado fora de sua primeira delimitação urbana.

A hipótese da existência dos muros, apesar da determinação de construí-los no Regimento de Tomé de Souza, não pode ser comprovada. Além disto, salientamos que em virtude da precariedade econômica do local deveria ter se tratado de uma paliçada que circundou os primeiros edifícios públicos e o casario. Entretanto, as delimitações do muro que foram apresentadas por Reis Filho (1994) estão muito próximas das características formais da vila no século XVI, incluindo, os condicionantes do sítio.

Através do mapa temático de síntese sobre a morfologia urbana da Vila da Vitória no século XVI podemos, ainda, ressaltar outras características formais da trama urbana da Vila da Vitória: seus elementos morfológicos (LAMAS, 1993), *i.e.*, (1) as ruas, (2) os quarteirões, (3) os espaços públicos, e (4) as fortificações.

---

<sup>192</sup> Os jesuítas estudavam cuidadosamente a escolha do sítio para implementação de seus edifícios e seus núcleos religiosos. Deste princípio eram considerados fatores como a proximidade de um leito fluvial ou de um porto marítimo; a escolha de um sítio elevado, que permitia a defesa através da constante vigilância do entorno e, ao mesmo tempo a observação de sua posição, que tornava seus templos religioso sempre um destaque na paisagem (SOUZA, 2000a).









As ruas tiveram um papel importante nas configurações urbanas do século XVI e XVII nos contextos fundacionais da América Portuguesa, pois, ao ligarem os principais edifícios públicos – Casa de Câmara e Cadeia, templos religiosos – definiram e estruturaram as tramas urbanas que se desenvolveram sem um projeto. Logo, podemos atestar que os monumentos, ou os edifícios singulares, das cidades coloniais tiveram um papel primordial na estruturação destes assentamentos urbanos. Foram, juntamente com os demais edifícios públicos, os elementos morfológicos geradores das formas urbanas que não tiveram um projeto prévio, induzindo o crescimento das aglomerações quando se localizavam fora de seus limites, conforme afirmou Pessôa (2000, p.77):

As igrejas e conventos, as casas de câmara e cadeia, os portos e os fortes geradores de nossas praças-adsos, ruas direita, ruas nova. Serão os caminhos de acesso a estas edificações que se tornaram as ruas e configuraram o traçado destas cidades.  
[...] os conventos são, portanto, os complexos arquitetônicos das nossas cidades. Implantados fora dos núcleos iniciais, induzem o crescimento nos caminhos que a partir deles se chega à vila.

Na Vila da Vitória, conforme citado, os eixos de ligação dos três primeiros templos religiosos constituíram-se, em sua relação com condicionantes topográficos locais, nos elementos morfológicos definidores da trama urbana.

A composição formal dos templos religiosos gerou um esquema triangular, que remete-se a dois importantes temas. O primeiro relaciona-se com as referências do urbanismo português da expansão, conforme demonstrou Carita (1998), ao defender que as condições iniciais desenvolvidas pelos portugueses foram muito mais primárias e simples, ou mais pobres em meios, dada a época em que decorreram, no século XVI e XVII. Ainda assim, “[...] a falta de meios, havia que rentabilizar ao máximo tudo o que encontravam disponível, muitas vezes mesmo obras locais, preexistentes, assim como mão-de-obra e até tecnologias locais” (CARITA,1998). Entretanto, uma das principais referências deste período, onde se iniciaram as fundações na América Portuguesa, foram as “[...] métricas e filosofias manuelinas” (CARITA,1998), que segundo o autor, foram sendo sempre seguidas, “[...] como o palmo e meio para o avanço das varandas, **a métrica retangular para o quarteirão**, a inexistência de grandes praças com arcarias de origem, (...) tudo sendo essencialmente funcional” (CARITA,1998) (grifo nosso); estas medidas foram a única forma possível, portanto, “[...] para um pequeno país, que no espaço de pouco mais de dois séculos, *‘deu novos mundos ao mundo’*” (CARITA,1998).

Sendo assim, os regimentos manuelinos indicavam, muitas vezes, que deveria ser seguido, genericamente, o urbanismo da cidade de Lisboa, ou como se fazia “[...] na cidade do Porto” (CARITA,1998), tendo sido estendido “[...] a todas as povoações ultramarinas, com as fachadas definidas por andar, com uma *‘boa braça craveira’* e as varandas de sacada ou

balcões, como determinou D. Manuel I, em 1502, ‘*que não passassem de dois palmos*’ (CARITA, 1998).

Entretanto, uma das principais características do urbanismo lusitano foi a excepcional flexibilidade com que a Coroa Portuguesa atuou nas fundações de além mar, permitindo sempre que se adaptasse a característica e possibilidades locais as referências do modelo quinhentista de urbanização, indicando na maior parte das vezes que se discutisse estes assuntos com os práticos locais. Poderia haver ou não a existência destes oficiais da Câmara, porém, o mais importante é assinalar que foram se tornando cada vez mais constantes as referências da influência náutica, onde os funcionários das Câmaras, nas operações de **arruamento** e **cordeamento**, utilizavam-se da “[...] corda e bússola (cordeamento), para o traçado das principais ruas, em confronto com as sequentes e complicadas operações de trigonometria e medição, já da responsabilidade de engenheiros com formação matemática, que caracterizaram a marcação dos traçados urbanos dos séculos XVII e XVIII” (CARITA, 1998).

Mas, é importante considerar que se os sítios deveriam ter as mesmas características (baía ou enseada defensável; presença de fontes para água potável para a população e embarcações; e, terrenos próprios ao cultivo na vizinhança das vilas a serem fundadas), os condicionantes topográficos e a realidade que se moldava frente às dificuldades encontradas levou a um quadro que foi definido por Pessoa (2000), onde as fundações tiveram “[...] em tudo semelhante, em nada parecido” (p.69).

O segundo tema refere-se a transferência de elementos da simbologia cristã para o espaço urbano e para a arquitetura religiosa. Esta temática que se insere no âmbito da história das mentalidades, foi abordada pelo historiador Jean Delumeau (2003), onde o autor demonstrou que durante a história do cristianismo, em diferentes momentos foram reproduzidos no espaço arquitetônico e urbano símbolos e temas cristãos, pois, “[...] a liturgia católica, especialmente, está impregnada de temas paradisíacos que ela atualiza todos os dias pela *Glória* e pelo *Sanctus*” (DELUMEAU, 2003, p.15), afirmando, ainda, que existe “[...] no domínio das representações religiosas, freqüente dependência das imagens em relação ao escrito” (p.17), além, da relação entre o campo das representações religiosas e a arte, que não é fortuita, segundo o autor, como no caso da arte barroca. Sobre este viés específico o historiador estabeleceu em seu estudo a relação entre a abertura do céu, tão freqüente nas abóbadas e nas cúpulas, com a literatura mística da época, afirmando que “[...] independente dos textos, a construção das altas cúpulas, do domínio da perspectiva e a nova ciência da redução induziram uma verdadeira revolução na representação do mundo do alto”, i. e., do imaginário paradisíaco num contexto de constante evolução (p.17).

No que tange especificamente a cidade, durante o período do renascimento científico e artístico ocorrido na Europa, Delumeau (2003) citou a existência de uma miniatura que

orna um manuscrito do século XV de *A cidade de Deus*, no qual Santo Agostinho está representado redigindo seu livro sob uma figuração da cidade do alto, que seria Roma do tempo de Nicolau V, afirmando, que de uma maneira geral, na história do cristianismo as cidades eram apresentadas como imagens simbólicas da Jerusalém celeste, *i.e.*, as cidades eram feitas à similitude do paraíso.

Esta questão, entretanto, por sua relevância, será abordada no último item deste capítulo, onde estaremos abordando as possíveis adaptações na conformação urbana de Vitória, de referências temporais, *i.e.*, do urbanismo quinhentista lusitano nas fundações de além mar, e, temas sagrados, como no caso de elementos da simbologia cristã.

Retomando a análise morfológica observa-se que as ruas foram, portanto, o elemento base na definição dos quarteirões. A dimensão e configuração destes caminhos até o final do século XVI não deve ter sido precisa, em virtude de sua relação com a estruturação ainda incipiente, da estrutura matriz. Ou seja, a relação **rua x quarteirão**, conforme citou Lamas (1993), que influência na definição da configuração urbana, ainda não estava completamente consolidada. Isto porque, não estava completamente estruturada a morfologia urbana, *i. e.*, a tipologia dos elementos morfológicos citados acima, pois, conforme afirmou o referido Lamas (1993, p.86) “[...] a tipologia edificada determina a forma urbana, e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificada, numa relação dialéctica”. O espaço urbano da Vila da Vitória no século XVI formava-se a partir de diferentes referências, além, da adaptação às características da superfície do terreno que ocupou.

Os quarteirões seiscentistas de Vitória possuíam características do urbanismo português, pois, segundo Teixeira (1996, Vol.I), o traçado que se definiu nas fundações deste período tinham como característica o paralelismo das vias em relação a linha do mar, seguindo a topografia do terreno, o que facilitava o escoamento das águas pluviais. Este tipo de estruturação espacial, numa fase posterior de expansão do núcleo original, dava origem a ruas paralelas as primeiras, no interior, bem como, a pequenas ruas transversais que as ligavam e estruturavam um malha urbana sensivelmente ortogonal, formado por quarteirões de forma quadrada ou retangular. A estruturação do traçado descrito por Teixeira (1996) possuía uma estrutura linear e poderemos observar que desde o início a conformação urbana da Vila da Vitória tendia a uma organização semelhante, que será melhor verificada nos períodos seguintes.

Na Vila da Vitória, os primeiros quarteirões surgidos estavam dentro dos limites dos três primeiros caminhos. Possuíam um aspecto predominantemente irregular, diferentes entre si. Outro aspecto singular desta estruturação do espaço da vila é a ligação que desde o início existiu entre a Capela de Santa Luzia e o mar e que definiu a ladeira do Pelourinho que foi se configurando como um importante caminho e consolidou-se como uma importante via no final do século XVII e início do XVIII, e que dividiu a área ocupada pelos casarios em

dois quarteirões, um localizando-se a frente da capela, e o outro, posteriormente, à esquerda da ladeira de São Francisco.

O caminho que partia da Matriz e seguia em direção ao outro extremo do platô também definiu outros dois quarteirões à frente do templo. Ressaltamos, que se a porta da vila estivesse do lado oeste, conforme hipoteticamente defendeu Reis Filho (1994), este caminho ligaria a entrada da povoação a um de seus principais espaços públicos, o adro da Igreja de Nossa Senhora da Vitória.

Os espaços públicos, na organização espacial do século XVI eram os adros das igrejas e o espaço em frente da Casa de Câmara e Cadeia que, segundo Novaes (s.d.), teria sido construída logo no período de oficialização da vila, pois, no final do século XVI seu edifício já estaria em ruínas<sup>193</sup>.

Eram, estas áreas de uso público, espaços residuais surgiram na relação dos principais elementos morfológicos – rua x quarteirão x edifícios singulares – sem um traçado ou projeto prévio, conforme toda a estruturação da morfologia urbana. Sua configuração espacial foi definida pela posição dos templos religiosos no sítio de implantação do núcleo urbano. Logo, “[...] as igrejas e conventos definirão as praças-ados que juntamente com os rossios serão os espaços abertos mais amplos destas cidades” (PESSÔA, 2000, p.79).

A defesa da vila, embora a existência dos muros não tenha sido comprovada, seja por documentos, seja através da arqueologia histórica, deve ter sido um dos principais fatores para sua estruturação. O tema de relevante importância para o entendimento de todo o processo que resultou na transferência da vila para a ilha dentro da baía ainda não abordado em profundidade em artigos, monografias ou teses, mas, é necessário refleti-lo, pois, a necessidade de defesa foi a causa que determinou a transferência da sede da capitania. Deve-se considerar, portanto, que os portugueses não iriam contar somente com as características geográficas para assegurar a segurança da nova vila.

As características do sítio de implantação e da região circundante favoreceram a defesa, mas, por si só não eram suficientes. Pela escolha de localização dos fortins, baterias, e trincheiras do século XVI, XVII e XVIII é possível concluir que estes locais foram escolhidos desde o início da ocupação para garantir a defesa da região, inicialmente localizados na vizinhança da Vila do Espírito Santo, e posteriormente na vizinhança da Vila Nova ou Vila da Vitória. Somente no século XVI a capitania, nas imediações das povoações lusitanas, foi atacada pelos franceses quatro vezes (1551, 1558, 1561, 1567), o que

---

<sup>193</sup> Segundo Daemon (1879) a Casa de Câmara e Cadeia já estava funcionando em 1561, nove anos após a oficialização da Vila da Vitória na ilha, pois, nesta data “[...] é confirmada pelo Governador Mem de Sá, a 16 de Outubro deste ano e datada da Bahia, a nomeação de Belchior de Azeredo Coutinho Velho, como Capitão-mor da capitania do Espírito Santo, salvando o direito do filho natural do mesmo donatário, que tinha igual nome, visto já ter falecido o filho legítimo Jorge de Mello, como se evidencia pela dita Provisão. Confirmava o Governador nesta mesma Provisão os direitos e regalias a Belchior de Azeredo, podendo fazer nomeações, notificações e pregões, e **recomendando à Câmara** e mais autoridades o respeito e obediência a ele devidos” (p. 50) (grifo nosso).

demonstra a importância de ter se estabelecido desde a costa até a entrada da baía elementos de defesa (NOVAES, s.d.).

Segundo Santos (1999) o canal da baía de Vitória é permeado por uma seqüência progressiva de morros, pequeninas praias, imponentes contrafortes de granito, e as encostas dos morros eram cobertas por densa cobertura vegetal, o que confundiu muitos navegadores causando diversos acidentes.

Santos (1999) destacou a importância do Morro do Moreno, com 164 metros de altura, que serviu como posto de observação da aproximação de embarcações que vinham pelo oceano. Entre este morro e o da Ucharia, na enseada vizinha onde se implantou a primeira vila, o primeiro donatário mandou edificar um fortim na praia de Piratininga, que posteriormente se estendeu à fortificação remodelada no século XVIII. Ao fundo delimitando o espaço da enseada estava o morro onde se edificou o convento dos franciscanos, hoje denominado Convento da Penha.

O morro da Ucharia, conforme ressaltou Santos (1999), é uma extensão do morro do convento da Penha, e como o próprio nome designa, serviu para guardar mantimentos, víveres, armamentos, pólvora, etc., podendo ter sido o primeiro baluarte e reduto natural utilizado por Vasco Fernandes Coutinho.

Seguindo a extensão da baía utilizou-se também como recurso de defesa o Morro do Péla Macaco, onde se estabelecia contato visual como o Morro do Moreno avisando da aproximação de embarcações; a Ilha da Forca, onde puniam-se os criminosos e fanáticos religiosos; o Morro Inhoá; e, o Morro do Penedo, emersão granítica de 135 metros, que foi considerado o bastião contra as incursões estrangeiras, pois, em sua base havia um argolão que sustentava uma corrente que se estendia até o forte de São João que se construiu no outro extremo da Baía de Vitória (SANTOS, 1999).

Logo, a defesa se fez destes pontos geográficos em relação aos locais onde se assentaram as duas vilas portuguesas. Neste sentido, a posição da igreja da Companhia de Jesus foi estratégica. Situados a meia encosta os jesuítas possuíram desde o início da ocupação da ilha de Duarte Lemos um fortim ou bateria para a defesa de seu patrimônio, bem como, participaram na defesa da vila em diversos momentos de ataques à povoação, conforme abordado anteriormente.

Conforme atesta a historiografia, o **casario**, neste primeiro momento, era construído com materiais construtivos frágeis, de pouca duração. Este fator remete a algumas questões, a saber, (1) as repetidas vezes em que os portugueses tiveram que rechaçar os índios mesmo com a transferência da vila; (2) a precariedade material neste contexto, tendo em vista, que os engenhos, casas e todo o beneficiamento feitos pelos colonos portugueses eram postos a perder quando os indígenas atacavam as povoações e suas vizinhanças; (3) a importância da presença da Igreja Católica na consolidação da vila, seja, na sua estrutura

urbana, e na influência que exerceu na ocupação permanente dos colonos, que veio a se refletir em condições estáveis de moradia.

A primeira questão é vastamente tratada pelos historiadores locais (DAEMON, 1879; NOVAIS, s.d.; OLIVEIRA, 1951; DERENZI, 1995), que afirmaram que mesmo após a derrota dos portugueses sobre os índios em 8 de setembro de 1552, data que teria, então, se dado a consolidação da vila, o local foi várias vezes alvo de novos ataques que ameaçaram a presença lusitana no Espírito Santo.

A segunda questão merece uma análise sobre a estrutura material da Vila da Vitória, pois, conforme citado, a Casa de Câmara e Cadeia estaria em ruínas no final do século XVI e a povoação, em 1561, segundo Daemon (1879), era constituída de “[...] casas cobertas de sapé” (p.50), pois, quando os franceses, no final deste ano entram na baía, assim encontram o casario da vila. Logo, a precariedade não estava somente associada às condições econômicas do local, mas, também, aos inúmeros esforços de se consolidar uma povoação nesta região da Capitania do Espírito Santo.

A terceira questão é relevante para entendermos a participação da Igreja Católica, e das ordens religiosas, no processo de consolidação e estruturação da Vila da Vitória desde o início, no século XVI.

Conforme abordado na pesquisa de mestrado (SOUZA, 2000a), a importância dos jesuítas na definição do traçado foi um dos fatos mais singulares da história urbana da Vila da Vitória. Além disto, a implantação dos jesuítas antes da criação oficial da vila na ilha de Duarte Lemos demonstrou o quanto a escolha do sítio para implantação da ordem religiosa influenciou na escolha das imediações de seu templo para se consolidar a povoação, além, de ter sido um dos pontos mais seguros do local.

Conforme atestou Daemon (1879), Afonso Brás, “[...] nas horas vagas, depois dos exercícios espirituais, ocupava-se no ofício de carpinteiro” (p.44), o que demonstrava seu conhecimento e sua habilidade para os trabalhos relativos à construção de edificações. Esta informação também foi atestada por Carvalho (1982), afirmando que o mesmo padre colaborou na construção das igrejas de São Paulo e, posteriormente, atuou também no Rio de Janeiro.

Além disto, Daemon (1879), também cita que os jesuítas, em 1551, “[...] chegados que foram, **edificaram casas** nas cercanias do pequeno Seminário construído por Afonso Brás, montando quatro engenhos, fazendo plantações de vinhas, canas e cereais, **levantando cercados** e dispondo definitivamente todos os meios de defesa contra os índios” (p. 44) (grifo nosso). Pode-se considerar, portanto, destas assertivas, que os jesuítas não só estiveram ligados a definição do primeiro traçado da vila, como influenciaram na construção de novos casarios para os primeiros colonos que se transferiam para a ilha. Estas construções foram, conforme afirmou Sepulcri (1999), tornando-se mais duradouras,

em virtude da consolidação da sede da capitania na ilha, bem com, em virtude das melhorias que a presença da Igreja e suas instituições trouxeram ao local. Ressaltamos, no entanto, que a presença dos jesuítas contribuiu para a defesa local; entretanto, o cercado, *i.e.*, a cerca ou paliçada, pode não ter sido a mesma construída após a passagem de Tomé de Souza pela povoação da ilha de Duarte Lemos, pois, o próprio padre Manoel da Nóbrega comentou sobre a situação precária de sua defesa.

Além dos jesuítas, outra ordem religiosa contribuiu para a melhoria das condições de vida local. Segundo Elton (1987), em 1639, os franciscanos construíram o primeiro aqueduto que abastecia de água o convento; beneficiamento que posteriormente se estendeu à vila.

A trama urbana terá uma pequena expansão no final do século XVI com a chegada dos franciscanos que receberam de Luiza Grinaldi, donatária da capitania, um terreno para edificar seu templo religioso (DERENZI, 1995).

O templo dos franciscanos, a segunda ordem religiosa a se estabelecer em Vitória, foi localizado fora dos limites da vila, num ponto mais alto que as edificações situadas no platô, na cota de 25 metros. Desta encosta os franciscanos possuíam uma visão privilegiada da vila e sua vizinhança. Além disto, garantiram logo na sua chegada, de estabelecer um cais, que se localizou no sopé do morro onde estavam implantados, a oeste. O convento foi construído com a ajuda do povo e, em e de dezembro de 1591, escreveu-se, em cartório, a carta de doação dos terrenos, que se situavam no local denominado de Tapera (DERENZI, 1995).

A ligação do núcleo matriz com o convento franciscano se deu através de um caminho que se abriu na encosta, *i.e.*, de uma ladeira que se consolidou no século XVII, que influenciou na ocupação de sua vizinhança, onde surgiram novos casarios. Na verdade, neste primeiro momento, predominavam os traço da natureza. O contato do colonizador com os condicionantes da geografia não engendrou uma relação de dominação e de transformação de suas características.

Outra ordem religiosa que procurou se implantar na vila, no século XVI, foram os beneditinos, que chegaram a Vitória em 1589, e logo desejaram construir sua sede em uma área próxima da Fonte do Conselho e do Reguinho<sup>194</sup>. A Câmara concedeu aos monges terras nesta região, fora dos limites da vila, sendo bem dotada de abastecimento de água (ELTON, 1986). Caso os beneditinos tivessem permanecido na vila, teriam ocupado uma das áreas mais isoladas e numa implantação privilegiada, numa cota semelhante que se instalaram os franciscanos.

No final deste século, conforme afirma Elton (1986), em 1597, fundou-se em Vila Velha, uma Casa de Caridade, ou Misericórdia, destinada a recolher doentes pobres. Para

---

<sup>194</sup> No mapa temático de síntese sobre a morfologia urbana da vila, do século XVIII, há a indicação da Rua do Reguinho. Nesta região se localizava a área que a Câmara concedeu aos beneditinos.

celebrar o evento o padre José de Anchieta, inspirador da obra, escreveu o auto, *Na Visitação de Santa Isabel*.

A Vila da Vitória, conforme cita Pessôa (2000), foi mais um dos “[...] aglomerados cujo traçado é resultado da adequação ao sítio escolhido, dos modos com que os percursos se faziam necessários, para comunicar os diversos pólos urbanos” (p.71), e neste caso, os templos religiosos, que inicialmente se constituíram de pequenas e singulares capelas se tornaram, nos séculos seguintes, pólos urbanos que foram, portanto, “[...] os complexos arquitetônicos” (p. 71) que assumiram funções “[...] polarizadas do seu entorno” (p.71), influenciando na delimitação dos espaços circundantes.

No final do século XVI possuía a capitania do Espírito Santo aproximadamente 180 colonos, realizando o milagre da sobrevivência com seus próprios recursos, edificando seus casarios e templos religiosos, “[...] como atestados vivos de sua fé no futuro redentor” (DERENZI, 2003, p.59), e constituindo-se como “[...] as reminiscências dos sessenta e cinco anos de degrêdo numa ilha-presídio, passados por um punhado de homens ricos de esperanças e pobres de recursos e de engenho” (p.59).

A vila não pode ser mais que um conjunto de ações, que demonstrou o esforço dos colonizadores em vencer os constantes obstáculos, até se estabelecerem num sítio mais propício ao desenvolvimento de uma povoação que, pela presença dos instrumentos simbólicos do poder temporal e religioso atestasse a fixação dos lusitanos no local, garantindo-lhes a supremacia na posse daquela terra. Logo, o colonizador submeteu “[...] a paisagem natural a um modelo próprio espacial, condicionando não apenas à forma pela qual o sítio é transformado, mas á escolha do próprio sítio” (PESSÔA, 2000, p.71). Neste sentido, podemos afirmar que vilas como a de Nossa Senhora da Vitória foram objeto de uma racionalização para a conquista do território americano efetuado pelos portugueses, cuja implantação seguiu referências de formas de assentamento do outro lado do atlântico. Esta racionalidade se refletiu na “[...] adequação do quadro familiar adotado aos sítios possíveis e aos meios disponíveis” (p.81), intento que “[...] norteou portugueses e brasileiros na construção do território do Brasil, isto é, a reconstituição de um possível quadro familiar” (p.71).

Segundo Pessôa (2000), além desta posse e construção de um território há também sua apropriação simbólica, associada aos temas cristãos; assim, o batismo não se deu somente ao gentio subjugado, mas, se estendeu ao território e, “[...] a constância com que os nomes santos passam a denominar rios, baías e principalmente as vilas demonstra a preocupação da posse física, mas principalmente da posse cultural” (p.71). A criação da **Vila de Nossa Senhora da Vitória** em substituição à **Vila do Espírito Santo**, demonstra, entre outros aspectos, não só posse física de uma porção do território, mas também, a posse simbólica, pela denominação dada a cada parte do lugar.

## 5.6 NO SÉCULO XVII: OS ENGENHOS DE AÇÚCAR, O CRESCIMENTO DA VILA E OS ATAQUES DOS INIMIGOS EXTERNOS.

Escoa-se melancolicamente, para a vila de Nossa Senhora da Vitória, a era de 1500. Com tantos fatores negativos, insubmissão dos indígenas, epidemias periódicas, ameaças de estrangeiros, desentendimentos entre colonos e donatários, a capitania sobreviveu.

(DERENZI, 1995, p. 58)

A partir desta assertiva de Serafim Derenzi, e das informações expostas, podemos concluir que a consolidação da Vila da Vitória na ilha foi obra da iniciativa dos missionários jesuítas em buscar um sítio mais defensivo para se estabelecerem, bem como, dos colonos e administradores portugueses, que num esforço conjunto lutaram contra as adversidades encontradas, *i.e.*, a insubmissão dos povos indígenas, as epidemias periódicas, a ameaça de outros estados europeus, ainda, que ocorressem desentendimento entre colonos e donatários.

A vila no limiar do século XVII era “[...] ainda uma aldeia construída de taipa, cujas casas são cobertas de sapé ou palha de pindoba” (DERENZI, 1995, p. 61) e possuía **“dois pomares vicejantes: o do colégio e o dos franciscanos, em redor de seus conventos não concluídos”** (p.61)(grifo nosso).

Esta discrição remete a duas questões: (1) a precariedade econômica da capitania que se refletiu em sua estrutura urbana e arquitetônica; (2) o patrimônio religioso.

Nas primeiras décadas do século XVII, segundo Salvador (1994) as embarcações vindas de São Vicente, Rio de Janeiro e Recife atracavam nos cais da Vila da Vitória onde se realizavam as trocas comerciais. Em média, ressalta o autor (1994), chegavam a vila “[...] quatro navios transoceânicos cada ano” (p. 89); assim, “[...] apesar de caminhar vagarosamente e sem o auxílio da Metrópole, o Espírito Santo jamais vegetou no total isolamento” (p. 89).

Esta afirmativa de José Gonçalves Salvador apóia-se no relevante estudo desenvolvido pelo autor, *A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença dos cristãos-novos*, publicado em 1994, onde é demonstrado que, apesar do discurso da historiografia oficial, que apresentou a capitania como uma das mais atrasadas e excluídas do contexto econômico à época, houve uma participação efetiva dos cristãos-novos na economia local desde o final do século XVI, investindo recursos e modificando o panorama do isolamento local em virtude dos acontecimentos relatados anteriormente.

Salvador (1994, p.88), defendeu sua tese a partir da seguinte assertiva, conforme abaixo exposto:

Em resumo: a riqueza do homem está na terra, da qual provém o que é necessário à vida. Solo, vegetação, clima, tudo isto o imigrante encontra no Espírito Santo, e os procurou utilizar do melhor modo. O açúcar constituiu a base geradora de suas atividades, pois ofereceu trabalho a lavradores, a comerciantes, a gente do mar, a financistas e a aventureiros, assim como para manter aqui uma onda ininterrupta de servidores públicos. Sustentou afinidades entre o Brasil e Portugal, alimentou relações com o Velho Mundo.

E no que tange ao Espírito Santo, Salvador (1994, p.88), foi contundente:

Assim, percebe-se que a vida econômica do Espírito Santo teve lugar *sui-generis* no quadro mundial dos séculos XVI e XVII. Sua posição não foi, por conseguinte tão modesta como parece ter sido. Se a capitania jamais se revelou um Paraíso na Terra, segundo Gândavo chegou a admitir, também não se constituiu em terra desprezível ou em modesto logradouro de breve trânsito. Infelizmente teve altos e baixos e enfrentou períodos de crises pertinazes.

Os cristãos-novos, que se estabeleceram no final século XVI, iniciaram a construção de seus engenhos. A localização destes estabelecimentos configurou a geografia econômica da capitania e das vilas. Conforme atestamos, a historiografia (DERENZI, 1995, p. 61; OLIVEIRA, 1951; DAEMON, 1879), além, do que demonstrou Salvador (1994), em sua pesquisa, registraram que os engenhos localizaram-se nos termos da Vila Velha; e, no continente, na direção sul, depois da ilha, localizaram-se nas várzeas da região denominada de Camboapina; na região de Caratoira e Santo Antônio, a norte e oeste, respectivamente, da Vila da Vitória; da região denominada **capixaba** até outra, que denominou-se **passagem**, na região nordeste da vila (DERENZI, 1995); e, num sítio denominado Jacataquara ou Jucutuquara. Nestas regiões, além do cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, as preferências dos lusitanos, abriu-se cultivo de lavouras de mantimentos, como a mandioca que se generalizou em substituição ao pão de trigo.

Além do cultivo nos termos da Vila Velha e no entorno da ilha, muitos engenhos que começaram de maneira simples ou da organização de empreendedores, “[...] formando uma sociedade”, como fizeram, segundo Salvador (1994, p.88), os cristãos-novos Manoel de Medeiros, Henrique Roiz Barcelos e Diogo Fernandes de México no final do século XVI. Este último foi dono do engenho Santo Antônio que começou a moer em 1587.

Em virtude das ameaças dos indígenas, que estavam no sertão à dentro, e para melhor garantir o comércio, cuja principal via de transporte era o oceano, localizaram-se os engenhos, obedecendo também às diretrizes da Coroa Portuguesa, afastados algumas

léguas do litoral, não excedendo 20 Km da faixa costeira do oceano: “[...] eis, por conseguinte, os motivos de encontrarmos as antigas fazendas do Espírito Santo ao redor da Vila Velha, Guarapari e outras povoações” (SALVADOR, 1994, p. 70).

A localização<sup>195</sup> e os espaços dos engenhos eram bem definidos e deveriam atender as necessidades de vida doméstica, incluindo aí, a fabricação de telhas e tijolos (SALVADOR, 1994).

Um dos engenhos mais antigos era o de São Francisco, localizado na Ribeira Taquari, registrado em 1579, que poderia ter pertencido ao segundo donatário, Vasco Fernandes Filho, que o teria vendido ao cristão-novo Diogo Roiz, que era de Lisboa, cujos netos, Pero de Baeça e Jorge Gomes Alemo, mantiveram boas relações comerciais com o Espírito Santo (SALVADOR, 1994).

O fato é que um dos dados mais importantes do período, e que é comumente apresentado pela historiografia, registrava a existência de seis engenhos no Espírito Santo. Entretanto, houve uma série de recursos administrativos utilizados pelos cristãos-novos que mascararam os números reais. Data do final do século XVI a existência de engenhos que moíam sub repticiamente, tanto que, em 1618 a Coroa Portuguesa enviou a capitania um desembargador para averiguar as denúncias, ocorrendo verdadeira devassa, que revelou que Leonardo Fróis, cristão-novo, era tesoureiro da Alfândega de Lisboa e dono de engenhos na região, posição que lhe custou suspeitas e denúncias (SALVADOR, 1994).

Apesar de uma série de atitudes ilícitas por parte dos cristãos-novos, contando com as vistas grossas da Câmara, a atividade açucareira refletiu-se na cultura material da vila<sup>196</sup>.

Em maio de 1625, época da moagem da cana, quando o almirante Patrid, com suas 14 ou 15 naus, atacou as vilas portuguesas na capitania do Espírito Santo, não conseguiu incendiar a Vila da Vitória, apesar dos vinte e quatro dias que os holandeses permaneceram no local, “[...] cometendo atropelias, roubos, incêndios e mortes” (SALVADOR, 1994, p.47), em virtude do casario do lugar ser edificado em tijolos.

---

<sup>195</sup> O cristão-novo Marcos Monsanto possuiu um engenho em Guarapari, além de outras datas de terra na capitania. Seu engenho era de pedra e cal e coberto com telhas, além da casa e capela, e possuía 14 canaviais, com seus partidistas, *i.e.*, os trabalhadores agregados ao engenho (SALVADOR, 1994).

Outros cristãos-novos possuíram engenhos que foram construídos no final do século XVI e funcionaram até o século seguinte. Domingos Fernandes Marques, possuiu o engenho Nossa Senhora da Conceição e, Diogo Ximenes de Vargas, teve um engenho que tinha instrumentos e ferramentas importadas; Marcos de Azeredo, que chegou a capitania em 1562, estabeleceu o engenho Trindade, registrado em 1589, tendo funcionado até o século XVII, pois, em 1615 há notícias de sua produção; além do engenho São Miguel, registrado em 1609, produzindo até 1618 (SALVADOR, 1994).

<sup>196</sup> Esta postura demonstra que apesar das contradições nas relações entre cristãos-novos e portugueses, a Câmara, ou melhor, seus oficiais, acolhiam os anseios dos colonos, *i.e.*, a melhoria local, tendo em vista as inúmeras dificuldades por que vinha passando a sede da capitania para se consolidar. Conforme atestou Bicalho (1998), as Câmaras Municipais Ultramarinas foram “[...] elementos de unidade e de continuidade entre o Reino e seus domínios, pilares da sociedade colonial portuguesa nos quatro cantos do mundo” (1998), bem como se constituíram igualmente “[...] em órgãos fundamentais de representação dos interesses e das demandas dos colonos” (1998). Não casualmente e sem propósito foram acatadas presenças de cristãos novos na Câmara Municipal da Vila da Vitória.

Em 1640 repetiram os batavos a ofensiva com a intenção de “[...] talvez [...] eleger Vitória em cabeça-de-ponte [...] visando o Rio de Janeiro e Bahia” (SALVADOR, 1994, p.47), importantes pontos estratégicos da costa à época. A luta, que durou dois dias, 27 e 28 de outubro, infligiu novamente prejuízos às vilas da capitania, sem, entretanto, haver a ocupação de sua sede, a Vila da Vitória, como almejaram os holandeses.

Estes dois ataques demonstram que os holandeses tinham conhecimento do crescimento econômico da região, que se deu com a montagem dos engenhos pelos cristãos-novos e, da importância da localização da Vila da Vitória como entreposto comercial na costa da América Portuguesa. Demonstram, também, que a região atraiu a cobiça de povos estrangeiros na lógica das explorações mercantilistas e na trama do jogo político do Velho Mundo.

### **5.6.1 As cercas das ordens religiosas no contexto urbano da Vila da Vitória**

No que tange a segunda questão abordada por Derenzi (1995), é relevante citarmos a importância da relação do patrimônio fundiário urbano das ordens religiosas, especificamente as cercas, em relação ao restante da cidade.

Esta informação consta no mapa temático de síntese da morfologia urbana da Vila da Vitória do século XVII, onde foram apresentados, também, outros elementos morfológicos que puderam ser representados em virtude de uma maior confiabilidade dos dados coletados, segundo os instrumentos de estudo da cartografia abordado por Libault (1971). Neste sentido, foram representados as ruas, os quarteirões e os lotes, bem como, os edifícios singulares, de acordo com a interpretação das duas plantas históricas, que integram as fontes documentais pesquisadas. A partir da compilação destas informações pôde-se apresentar a hipótese de uma possível configuração espacial para a vila no século XVII.

Ressaltamos, que conforme citado anteriormente, até 1935, a configuração espacial de Vitória manteve-se praticamente inalterada (DERENZI, 1995). Além disto, seguimos a fundamentação teórica de Reis Filho (1968), que apresenta a configuração padrão de quarteirões e lotes do período colonial<sup>197</sup>, que pôde ser constatada na conformação da vila estudada.

---

<sup>197</sup> Conforme afirmou Reis Filho (1968), os lotes dos primeiros núcleos possuíam a proporção de suas dimensões muito semelhantes, i. e., a testada com dimensões que variavam de 3 a 4 braças e, fundos, bem maiores, mais ou menos extensos, que muitas vezes atingiam as ruas do outro lado do quarteirão, numa relação, portanto, onde as testadas eram em geral três a quatro vezes menores que o comprimento das dimensões laterais. Ou seja, em média os lotes variavam de três a cinco metros de largura de testada e de quinze a vinte e cinco metros de profundidade.

Retomando, então, a abordagem inicial deste item, as cercas, segundo M. Marx (1984), eram bens de raiz, “[...] tão extensos e de contornos por vezes tão pouco regulares” (p. 31), que afetaram com o correr do tempo, da expansão e do adensamento dos núcleos urbanos, “[...] a traça de novos terrenos lindeiros e arruamentos” (p. 31). A trama urbana, em si, ressalta o autor (MARX, 1984, p.31),

[...] não explica a figura variada e geralmente irregular das concessões. Particularmente, a malha viária, o curso das ruas, sobretudo da rua que dava acesso aos estabelecimentos religiosos não preponderam; pelo contrário a nova cessão de terras se lhes sobrepunha ao curso e à direção.

Esta afirmativa demonstra uma realidade nas cidades coloniais, onde a configuração das cercas das ordens religiosas, no que tange seus aspectos relativos ao tamanho, a forma e articulação urbana, apresentou na maioria das vezes perímetros irregulares, grandes tamanhos, e a sua não correspondência geometrizada com o tecido urbano, quando este possuía forma aproximada em quadrícula. Estas características insinuam que as datas de terra concedidas às ordens religiosas “[...] foram marcantes nas aglomerações em que se situavam e de molde a influenciar seu desenvolvimento ulterior” (MARX, 1984, p.39).

Através da FIGURA 41, podemos mensurar, então, a dimensão do patrimônio das ordens religiosas pelas informações históricas que atestam sobre a **doação de terrenos** aos jesuítas e franciscanos no século XVI, e aos carmelitas no século XVII (DERENZI, 1995; DAEMON, 1879). Com a chegada desta última ordem religiosa em 1682 a vila teve outra implantação semelhante, *i.e.*, uma nova cerca surgiu em seus arredores.

A partir do levantamento realizado pelo engenheiro militar José Antônio Caldas, no século XVIII, podemos constatar que, em termos de superfície, a soma do patrimônio destas ordens religiosas é quase equivalente ao da vila no início do século XVI.

Além disto, se compararmos a estrutura fundiária da vila, *i. e.*, a relação das ruas x quarteirões x lotes x edifícios com as cercas das ordens religiosas e suas sedes, veremos que esta relação é, aproximadamente, em termos de lotes, de 20 a 30 vezes o tamanho e área média.

Os dois pomares vicejantes a que se referiu Derenzi (1995), foram, na verdade, as hortas, *i. e.*, as áreas de cultivo de hortaliças, verduras, etc., que abasteciam aos membros das ordens religiosas, bem como, em momentos de crise na capitania abasteciam a população.

Parte do patrimônio das ordens religiosas foi constituído por doações, que se configuraram numa prática muito comum no período colonial na América Portuguesa. O que motivavam estas doações por parte dos indivíduos era um profundo sentimento de

religiosidade<sup>198</sup>, que viam nas instituições da Igreja Católica que praticavam a caridade uma forma de se penitenciarem de seus erros, acreditando, assim, que estas ações garantiriam a salvação de suas almas. Este era um dos motivos pelo qual as doações vinham acompanhadas do compromisso de celebração de missas para o alento das almas dos respectivos doadores dos bens<sup>199</sup>.

Conforme ressaltam Hernández (2000), Fonseca (2002), e Costa (2003), que tiveram como estudo de caso a cidade de Salvador no período colonial, o patrimônio urbano das ordens religiosas representava uma **parcela significativa da área urbana**, bem como, da área rural.

Cabe ressaltar, que as três ordens religiosas que se estabeleceram na Vila da Vitória – jesuítas, franciscanos e carmelitas - se implantaram fora de seu núcleo matriz inicial, tendo os carmelitas se estabelecido no ponto mais baixo entre as cotas de 5 e 10 metros, tendo as plantações de sua cerca se estendido a parte alagadiça, posteriormente, denominada de Campo dos Pelames. Os jesuítas, conforme citado, implantaram-se no extremo oeste do platô, entre a cota 15 e 20, a cavaleiro, tendo uma vista excepcional da baía e com toda visibilidade da área mais plana da vila que se abria à frente da Igreja de São Tiago. Além disto, considera-se que a primitiva cerca feita por Afonso Brás teria tido o propósito inicial de manter os jesuítas mais isolados, e mais próximos à ocupação indígena, que se deu a oeste do platô, onde Duarte Lemos iniciou a plantação de cana-de-açúcar, conforme citado. Os franciscanos, por sua vez, estiveram em um ponto mais alto e mais distante, numa encosta, de onde se obtinha ampla visibilidade da vila e da baía (FIGURA 41).

Este tipo de implantação no sítio, conforme cita M. Marx (1984), demonstra que as ordens religiosas tinham uma relação com suas referências de implantação no Velho Mundo, principalmente, aquelas surgidas no século XIII, que tiveram uma opção urbana ao invés da tradicional implantação isolada nos campos como se deu com as demais ordens religiosas mais antigas. Os locais mais escolhidos eram aqueles mais privilegiados no relevo, não ficando os religiosos alheios à região hidrográfica, a um possível ancoradouro, ou porto, a um córrego, rio ou baía que facilitasse o seu abastecimento. Este tipo de implantação caracterizou-se, então, por uma variedade de locais quanto aos aspectos do relevo, da rede de águas, de um ponto destacado próximo de um curso d'água, i.e, o sítio natural onde se implantaram as ordens religiosas, quando possível, era o mais privilegiado, necessariamente, marcando a paisagem urbana dos lugares.

<sup>198</sup> Segundo Hernandez (2000, p.70) no tombamento do patrimônio dos beneditinos em Salvador está registrado: “Nos testamentos encontram-se os pedidos feitos pelos doadores, em sua maioria perdão pelos seus pecados, e solicitando missas por suas almas, ‘enquanto o mundo fosse mundo’, e estabelecendo sua vontade de como e onde deveriam ser sepultados após a morte, eram muito comuns, motivadas pela profunda religiosidade”.

<sup>199</sup> As doações podiam ser restritivas, com cláusulas que podiam definir o usufruto a terceiros ou um termo de inalienabilidade. Ainda, assim, conforme citado, apesar de todas as causas religiosas a que se destinavam a doação, a exploração deste patrimônio imóvel foi uma prática rotineira pelas ordens religiosas e se dava através de comodato, arrendamento, aforamento ou enfiteuse.



A posição dos templos dos jesuítas, franciscanos e carmelitas, sem esquecermos a importância da posição da Capela de Santa Luzia e da Igreja Matriz no século XVI, redefiniu os limites da vila no século XVII, influenciando na expansão urbana, pois, além da rua de São Francisco, que surgiu no final do século XVI, foi aberto um caminho que se denominou rua do Carmo, com o objetivo de ligar o núcleo da vila ao templo dos carmelitas.

Esta expansão, entretanto, só se dará quase no final do século XVII, quando os carmelitas receberam a doação de terrenos e iniciaram a edificação de seu templo (DERENZI, 1995).

Outro templo construído no século XVII, em 1605, foi a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia e, no ano seguinte, a casa de Caridade, junto do novo templo. O templo localizava a frente da igreja dos jesuítas, certamente, pela participação que tiveram para implantarem a instituição na vila. No mesmo ano, Felipe III, Rei de Espanha na época em que Portugal estava sob seu domínio, concedeu àquela casa os mesmos privilégios da Misericórdia de Lisboa (ELTON, 1987).

Logo, a partir do exposto, constata-se que a Igreja Católica e, especificamente, as ordens religiosas tiveram um papel importante na estruturação das cidades, seja, pela implantação sempre marcante no sítio, seja, pela definição de suas cercas na estrutura urbana. Influenciando, através da implantação de uma ermida ou de uma capela, as ordens religiosas, muitas vezes, deram origem a aldeias e vilas, numa verdadeira ação urbanizadora, tornando-se, habitualmente, focos polarizadores do crescimento urbano.

Assim, não só os adros, largos, pátios e terreiros que geralmente se encontravam associados às igrejas e conventos, que se integraram e tornaram-se elementos estruturadores do espaço urbano, a própria localização dos conventos e de suas cercas promoveram a urbanização das áreas próximas dos seus locais de implantação.

Além disto, as cercas constituíram-se como um dos mais importantes bens de raiz das ordens religiosas, por estarem vinculadas aos seus conventos, e delimitarem uma primeira forma de apropriação de terras nas urbes coloniais.

### **5.6.2 A produção iconográfica publicada pelos holandeses: fonte para o estudo de história urbana da Vila da Vitória**

Os holandeses deixaram para o estudo da história urbana de Vitória, e da região de seu entorno, um importante registro documental, com iconografias que compuseram o **Reys-boeck**, que tratava-se de um livro de viagens que foi publicado na Holanda em 1624, cuja tradução é *Livro de Viagem ao Reino Brasileiro, Rio da Prata e Estreito de Magalhães*,

sendo o editor Ian Canin. Existem neste livro ilustrações do “*Rio do Espírito Santo, Baya de Todos os Santos, St. Vicente, Rio de Gênero e Pernambuco*” (Reis, 2000).

Na iconografia *Espiritu Santo*, de 1624, esta representada de maneira esquemática as características geográficas da região e a implantação das duas vilas, do Espírito Santo e de Nossa Senhora da Vitória (FIGURA 42).



FIGURA 42- *Espiritu Santo*. Detalhe de uma ilustração do Reys-boeck de 1624 (REIS, 2000)

Entretanto, pode-se constatar o aspecto montanhoso da região e a localização da Vila da Vitória bem dentro do rio *Espiritu Santo*, nome dado no período à baía. A Vila do Espírito Santo, representada em primeiro plano, teve como destaque o convento dos franciscanos implantado em seu outeiro. Existe a indicação de um morro elevado à frente da vila e, mais à dentro da baía, indicou-se a existência de uma fortaleza de forma circular, provavelmente um fortim, pois, a fortaleza de São João que esteve implantada neste sítio só foi construída no século XVIII. Entretanto, é importante observarmos que neste mesmo local, na data deste registro, já havia uma pequena estrutura de defesa da região, priorizando, logicamente a sede da capitania, e os engenhos localizados a sua frente, nos termos da Vila Velha. A Vila da Vitória está representada de forma esquemática, tendo-se como destaque

as torres dos templos religiosos, que pela disposição no sítio, sugere a implantação da Igreja Matriz e da Companhia de Jesus, as mais importantes e maiores da povoação. No fundo, a indicação do que seria, provavelmente, o convento dos franciscanos, localizado num ponto mais alto e fora dos limites da vila.

O segundo desenho é uma das versões do Atlas de Vingboons, elaborado em 1660, mas, provavelmente, corresponde a um período anterior (REIS, 2000) (FIGURA 43).

O desenho que representa a Vila da Vitória é, também, muito esquemático, e segundo as convenções da cartografia do período, conforme informou Reis (2000), as áreas em marrom indicam os desníveis da topografia do terreno.

O sítio de Vitória, portanto, aparece em local mais elevado, tendo sido considerado uma elevação em relação ao canal, o maciço central que encontra-se ao fundo da vila, e os dois braços de mar que circundavam o platô onde ela se assentava.

Em destaque na paisagem urbana novamente se representou as duas torres da igreja, provavelmente da Matriz e dos jesuítas. Circundando os templos o casario, conforme se atesta no mapa temático de síntese do século XVII.

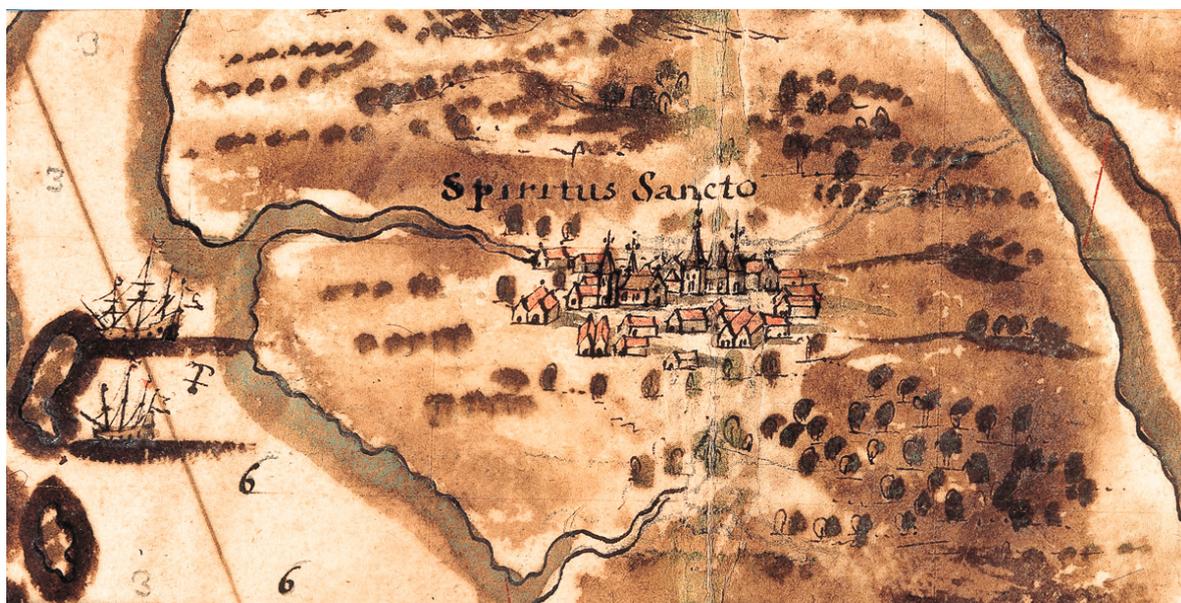


FIGURA 43 – Detalhe da *Caerte van SPIRITVS SANCTVS*, do Atlas de Johanes Vingboons, 1660 (REIS, 2000).

Com o crescimento econômico da capitania, a Vila da Vitória tem uma pequena expansão urbana, principalmente, em direção ao mar onde se instalaram os cais para o desembarque e embarque destinados a atender o comércio da região. As ruas estruturaram-se paralelas a Rua da Matriz e delinearam quarteirões que tendiam a uma certa regularidade formando retângulos. Neste momento, as ladeiras configuram-se como

importantes meios de acesso a região da praia, a Cidade Baixa, de função portuária, comercial e de defesa.

No século XVII, a vila possuía uma configuração urbana estreitamente relacionada com seu sítio de implantação, como era prática das fundações iniciais no período da Expansão. Pode-se notar, então, que a ocupação concentrou-se entre as cotas de 5 e 20 metros, área menos alagadiça e, portanto, mais apta ao crescimento da cidade.

No sentido oposto a ocupação junto ao mar, a meia encosta, houve a expansão que iniciou-se desde o final do século XVI em direção ao convento de São Francisco e, já nesse período, em direção ao convento dos carmelitas, sendo, entretanto, visível a diferença do sítio de implantação de cada ordem religiosa.

A implantação das ordens religiosas, cabe ressaltar, se deu a partir das doações recebidas, i. e., é pouco provável que franciscanos, que receberam doações de terras de D. Luiza Grinalda, a terceira donatária, e os carmelitas, que receberam doações de um rico comerciante do local tivessem tido **opção de escolha** para implantarem seus complexos religiosos.

Entretanto, pode-se conjecturar que os jesuítas tiveram opção de escolha, pois, o estabelecimento da ordem religiosa se deu antes da consolidação da vila na ilha, além, do relacionamento estreito entre os inacianos e Duarte Lemos (DERENZI,1995).

Estes fatores que envolvem a escolha, ou aceitação, de um determinado sítio para a implantação das ordens religiosas nas cidades coloniais na América Portuguesa merece particular atenção. Neste sentido, deve-se refletir, caso a caso, sobre a possibilidade de uma relação entre a implantação das ordens religiosas e o espaço urbano. Além disto, constatando-se a implantação dentro da trama urbana há que se conjecturar se houve algum tipo de envolvimento dos indivíduos que detinham a posse das áreas com as instituições religiosas. No caso afirmativo, é preciso analisar as características físicas destes sítios. A partir destas considerações pode-se considerar a possibilidade de ter existido uma relação de implantação entre os templos e o ordenamento do espaço urbano, tendo em vista que nem todas as ordens religiosas fizeram uma opção de se inserirem dentro dos limites das urbes coloniais. Por fim, pode-se supor que houve uma busca das mesmas referências simbólicas e temporais da Europa medieval.

Com relação ao traçado da vila no século XVII é importante analisar: (1) a relação do traçado com a topografia; (2) as influências urbanas da tradição portuguesa em sua configuração morfológica; (3) a relação de configuração espacial dos quarteirões com o sítio e com as influências de um modelo urbano português; (4) os principais espaços públicos; (4) a melhoria na arquitetura; (5) o tratamento do espaço urbano; e, (6) os aspectos relativos a arquitetura religiosa.

O traçado da Vila da Vitória no século XVII, seguindo nossa análise morfológica a partir de suas características iniciais, possuía uma intrínseca relação com seu sítio de implantação e daquele que circundava os limites de sua área urbana, configurando em seu processo de consolidação e expansão traços que se tornaram próprios desta relação dialética: “[...] o colonizador submete a paisagem natural a um modelo próprio de projeto espacial” (PESSÔA, 2000, p. 71).

As ruas modelaram-se às curvas de nível, atendendo, as necessidades de ligação entre os principais edifícios do lugar, *i.e.*, os templos religiosos, e a Casa de Câmara de Cadeia. Na parte baixa, junto à praia, área já fora dos limites do platô, onde se desenvolvia o comércio e a atividade portuária verificou-se a mesma tendência na conformação das ruas. A vila, então, foi com todos os seus elementos morfológicos, adaptando-se a modelagem do terreno, pouco alterando as características de sua conformação original.

No que tange a organização dos quarteirões que se formaram junto ao mar, é possível observar uma disposição espacial que tende ao paralelismo; e no que tange a sua forma, observa-se que alguns tinham formas geométricas muito semelhantes de um retângulo. Esta disposição, segundo Teixeira (1996), de estrutura linear, constitui-se como uma importante referência do urbanismo lusitano. Sua principal característica é o paralelismo das vias, ou uma orientação muito próxima a esta, em relação a linha de preamar. A disposição destas ruas está associada a formação de outras pequenas ruas, transversais as primeiras, ligando-as, e formando uma malha sensivelmente regular. Os quarteirões originados da relação destas ruas com o sítio, bem como, das relações que tinham entre si, apresentavam-se, geralmente, de forma quadrada ou retangular.

Estas considerações, que só puderam ser realizadas a partir do exercício de compilação dos dados históricos da vila (representado nos mapas temáticos de síntese), demonstram que a evolução urbana de Vitória, neste momento de sua consolidação e de primeira expansão, manteve sua relação inicial com os condicionantes topográficos de seu sítio de implantação. Salientamos, então, que nesta configuração, pode ter sido adotado importantes referências dos modelos urbanos portugueses de assentamento, sejam de referências históricas à formação de Portugal, sejam aqueles que em consonância com estas realidades sofreram inovações e foram sendo aplicados nos contextos fundacionais.

A presença dos homens bons da terra, em sua maioria formado pelos senhores de engenho (SALVADOR, 1994), formou o corpo de representantes civis na Câmara, além, de comerciantes, e demais representantes do poder reinol. A Câmara pode ter influenciado em determinadas intervenções na expansão da cidade, decidindo sobre particularidades do lugar, desde a abertura de ruas, edificação de novos casarios, regulamentação da ocupação dos espaços, defesa da vila, tratamento aos espaços públicos, etc., fato tão comum à época.

As Câmaras, nas vilas e cidades coloniais, tiveram a função de atuar no trato e na configuração física do espaço urbano, bem como, na organização do casario. Uma das atribuições da Câmara era designar um arruador para atuar diretamente no sítio para a definição de seu traçado ou partes dele<sup>200</sup> (BICALHO, 1998). A participação deste agente modelador, no entanto, não pode ser mensurado, em virtude da perda dos documentos, tendo em vista os sucessivos períodos em que o edifício esteve em condições precárias, e por fim, o incêndio que pôs fim a todo seu acervo (ABREU, 1995).

Há, entretanto, uma particularidade na definição do traçado da Vila da Vitória, que demonstra como o estudo dos núcleos urbanos nos primeiros séculos de ocupação do território lusitano nas Américas, pode, caso a caso, e nas relações com os demais sítios do período que tiveram a atuação dos mesmos agentes modeladores, revelar traços do processo de formação das morfologias urbanas coloniais.

No nosso tema específico, a abordagem da influência da Igreja Católica na configuração das morfologias urbanas é mais específica. Neste sentido, ao buscamos identificar um paralelo na relação desta instituição com o espaço, em sítios relevantes no território colonial do mesmo período, e dos principais atores, nos deparamos com um fato significativo. Trata-se da atividade prática pelos jesuítas, que atuaram na definição e configuração das áreas urbanas situadas na vizinhança de seus edifícios religiosos, ou mesmo no caso das próprias vilas, como se deu na Vila de São Paulo, exemplo já citado.

Retomando, então nossa análise, no que tange a configuração espacial dos quarteirões no século XVII observa-se que, adaptando-se ao sítio, a estruturação destes elementos morfológicos definiu-se a partir da formação dos caminhos, tendendo a uma geometrização mais regular junto a praia, ainda que diferentes entre si, e mais irregular quando implantados junto a encosta. Os quarteirões mais irregulares estão, assim, dispostos em terrenos onde não houve uma espacialização de uma função específica de domínio temporal, como na zona portuária. Logo, nas áreas próximas aos conventos dos franciscanos e dos carmelitas foi se configurando uma ocupação mais irregular, de quarteirões e ruas.

É preciso considerar, ainda, que embora os terrenos onde ocorreram as primeiras expansões sejam de topografia irregular, há uma maior extensão linear na área da praia.

---

<sup>200</sup> As obrigações das Câmaras Municipais ultramarinas eram praticamente as mesmas em todas as vilas e cidades. Cabia-lhes a coordenação da vida urbana, econômica, social, além, de adotar medidas para garantir a defesa do local. Na América, foi muito comum, em face de um perigo mais imediato ou a uma necessidade mais urgente, as Câmaras das cidades e vilas coloniais se reuniram a fim de estabelecer taxas, donativos ou contribuições voluntárias. Estes recursos destinavam-se para subvencionar o reparo das fortalezas, a construção de trincheiras ou o apresto de naus guarda-costas contra piratas e corsários. Houve ocasiões, como no caso da longa permanência holandesa no Nordeste, que os mesmos vassalos eram sobrecarregados com os custos não só de sua própria segurança, mas ainda das demais praças invadidas (BICALHO, 1998).

Os quarteirões que se formaram a partir do caminho que ligava a vila ao convento dos carmelitas possuíam, na verdade, uma relação com a ocupação na vizinhança dos franciscanos, *i. e.*, a rua surgia da ladeira de São Francisco e seguia em direção a sede da outra ordem religiosa, que estava numa cota abaixo, a meia encosta.

Os espaços públicos de destaque são ainda os adros dos templos religiosos. Houve também a importante área à frente da Casa de Câmara e Cadeia onde se localizou o chafariz público.

Na ocupação localizada na parte mais baixa, nos espaços onde estava o comércio, junto aos cais, havia uma concentração de atividades, sendo, portanto, uma das áreas mais utilizadas neste século. Esta relação do sítio com a trama urbana gerava, segundo Pessoa (2000, p.77-78), “[...] uma invariante na denominação das vias”, que definiram as ruas de Baixo, do Meio, de Cima, “[...] resultado de uma implantação em paralelo a meia encosta, difundindo uma tipologia comum a diversos pontos do território” (p.78) colonial.

Dos adros que se configuraram no século XVI, somente a área à frente da matriz manteve-se o mais próximo de sua estruturação espacial primitiva. Na verdade, houve uma consolidação das ocupações à frente da igreja, o que teria definido a ocupação destes quarteirões. O adro à frente da igreja de São Tiago, dos jesuítas, teve uma alteração em sua configuração espacial em virtude de ter sido construída, no início deste século, a igreja da Misericórdia, conforme citado, além, da ocupação vizinha ao templo, no sentido da Rua da Capelinha, ter se consolidado com o surgimento de novos casarios. Assim, o adro denominado de Afonso Brás ficou delimitado pelas construções vizinhas assumindo uma espacialidade que se manteve com pequenas alterações volumétricas, estas referentes às renovações dos gabaritos dos casarios e da fachada das igrejas de São Tiago e da Misericórdia ocorridas até o século XIX.

O adro da Capela de Santa Luzia teve, como o adro Afonso Brás, modificações em sua espacialidade que surgiram com o adensamento da ocupação em sua vizinhança. Neste sentido o espaço teve uma configuração mais limitada, tendo em vista que no século XVI não havia a ocupação da parte do platô situado nas proximidades da Rua do Egitto.

Os dois novos espaços públicos que surgem com a expansão da cidade, são aqueles que se formaram a frente do convento de São Francisco e, do convento do Carmo. A primeira área possuiu características singulares, pois, formou-se a partir de uma abertura no final da ladeira de São Francisco à frente do templo homônimo, e era circundado pelos casarios que foram se consolidando na sua vizinhança. Esta configuração conferia ao templo uma imponência na paisagem urbana. Com a colocação de um cruzeiro no sopé da ladeira o local ganhou uma teatralidade própria aos espaços simbólicos do período colonial. Esta dimensão simbólica dos adros os diferenciava dos demais espaços destas aglomerações. O adro do convento dos carmelitas era o único que possuía uma relação

com as áreas abertas no entorno da vila, configurando-se praticamente como um largo. Localizando-se em um ponto mais distante de seu núcleo central, com poucas edificações em seu entorno, tinha o convento, ao fundo, a encosta do morro que tornava-se íngreme, e a frente estava o sítio denominado Campinho. Situava-se, portanto, o templo, entre a encosta com vegetação abundante e, uma área sem ocupação, alagadiça, com uma visão da vila situada no platô em cota superior, entre 5 e 20 metros, e para o Pelame, com cota inferior aos 5 metros.

A melhoria do conjunto arquitetônico da Vila da Vitória, conforme citado, se deu em virtude do crescimento econômico da capitania, se beneficiando com a localização dos engenhos em sua vizinhança e das atividades de fabricação de telhas e tijolos, material construtivo mais duradouro que foi empregado na construção dos casarios<sup>201</sup>.

Outro fator relevante é a finalização dos edifícios religiosos dos jesuítas, carmelitas e franciscanos no final deste século (DERENZI, 1995), numa demonstração clara de que a vila como um todo se beneficiou com a melhoria econômica. Os benefícios dos templos religiosos que tiveram seus espaços reformados, ampliados e concluídos, foram oriundos, certamente, dos rendimentos que as ordens religiosas tinham de suas atividades econômicas, pois, já no século XVII os jesuítas iniciam a organização de suas fazendas recebidas como doação, como fora o caso dos franciscanos e carmelitas.

No que tange ao trato dos espaços públicos podemos considerar que a estrutura linear subsequente ao processo de consolidação da vila demonstra uma atividade econômica mais intensa do que a existente no século anterior. Tendo aumentado a atividade portuária, influenciando uma ocupação maior junto aos cais, registramos dois importantes fatores nesta expansão: (1) o surgimento das ladeiras, que vieram a se tornar um dos marcos na configuração espacial da Vila da Vitória; e (2) um rompimento na lógica simbólica que estruturou a formação do núcleo matriz da vila, *i.e.*, os espaços da região portuária estavam associados a uma outra lógica, das atividades comerciais.

Entretanto, a importância dos templos religiosos na configuração espacial da vila não foi menor. A melhoria destes edifícios tem uma relação direta com a melhoria urbana, pois, a proporção dos investimentos na definição de uma linguagem estética mais elaborada, exigiu um investimento em ornamentos, mão-de-obra qualificada para o tratamento diferenciado da arquitetura religiosa, e que se estendeu, conforme veremos adiante, principalmente, a partir do século XVIII, à arquitetura civil.

Os edifícios religiosos da Vila da Vitória, bem como, seu casario, não teve o requinte da arquitetura religiosa e civil de Salvador, e mesmo, do Rio de Janeiro, além, de alguns

---

<sup>201</sup> A segunda questão que surgiu da assertiva de Derenzi (1995), citada no início deste tópico, se referiu aos aspectos materiais da vila. Entretanto, se no início do século XVI o casario era construído de materiais construtivos perecíveis, e conforme abordado, o aquecimento da economia local mudou este panorama.

importantes exemplares de outros núcleos urbanos do período colonial. Entretanto, há na nestes exemplares uma singularidade que veio a ser uma importante referência na arquitetura religiosa na região e, mesmo no Brasil. Citam-se os exemplares das igrejas de São Tiago, na sede da capitania, e daquela situada em Anchieta, além, da magnífica implantação da igreja em Nova Almeida.

Esta espacialidade serviu para viabilização do projeto colonial, no sentido a que se reportou Bosi (1996), ou seja, expressava os valores de uma cultura que estava moldada nos princípios cristãos. Ainda que, a mesma época da colonização, tivesse se dado o advento das inovações científicas, das reformulações filosóficas e profundas mudanças políticas e sociais no Velho Mundo, os lusitanos, traziam em seus fundamentos religiosos e culturais referências do período medieval.

Os jesuítas, que muito colaboraram com o enriquecimento cultural e científico de Portugal neste período, participando através de sua rica formação intelectual na formação dos quadros de engenheiros militares (BUENO, 2001a; OLIVEIRA, 1988, SOUZA, 2003), mantiveram, por sua vez, em sua formação religiosa fundamentos da filosofia tomista, conforme citado (PAIM, 1987), o que veio contribuir para a formação de uma mentalidade cristã, onde predominavam, as orientações de cunho dogmático.

Embora, pareça a uma primeira vista uma postura antagônica, na verdade, o entendimento desta característica peculiar da Companhia de Jesus remete aos objetivos de sua constituição enquanto ordem religiosa e com o compromisso assumido com os reis de Portugal e Castela em propagar a fé católica através da conversão dos gentios nas Américas. Detentores, então, de uma rica formação intelectual e filosófica os jesuítas foram, também, muito organizados e tenazes nas questões temporais. Tendo criado uma intrincada rede de contatos e negócios durante sua permanência na América Portuguesa, bem como, nos outros domínios de Portugal, os jesuítas tiveram uma posição de destaque na dinâmica política e econômica nestas regiões (OLIVEIRA, 1988).

Entretanto, a atuação dos jesuítas, bem como das demais ordens religiosas, visava garantir a formação de uma cultura que possibilitasse o empreendimento colonial. Os ofícios religiosos, a prática religiosa exigida aos colonos refletiu-se na formação das confrarias, no controle das uniões matrimoniais, no rigor da vida cotidiana.

As práticas religiosas se refletiram, também, nos processos de apropriação dos espaços urbanos coloniais. Na Vila de Nossa Senhora da Vitória, desde a chegada dos jesuítas se tornou comum a realização de encontros, procissões e autos para garantir a propagação da mensagem cristã e que veio garantir muitas vezes o equilíbrio político local, como ocorreu com a sucessão do donatário na capitania durante a União Ibérica, momento significativo do século XVII, onde já se percebe a formação de uma mentalidade cristã na sociedade da vila (DERENZI, 1995; NOVAES, s.d.; BOSI, 1996).

Além disto, conforme citou Abreu (1995) e Elton (1987), foram os inacianos os primeiros a organizar confrarias na vila, das quais, cita-se a criada em 1554, a Confraria da Caridade, em 1556, a Confraria da Piedade, todas inicialmente sediadas na igreja de São Tiago. Houveram, também, a Confraria de Nossa Senhora do Amparo e da Boa Morte, que se constituiu de homens pardos, sediada na Igreja de São Gonçalo; a do Santíssimo Sacramento, inicialmente sediada na igreja jesuítica, sendo que, posteriormente, mudou-se para a Matriz, onde geralmente se instalava; as de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito, que estavam ligadas à igreja de Nossa Senhora do Rosário, e, por fim, a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, que funcionava na igreja da Misericórdia e promovia procissões concorridíssimas.

A importância destas instituições na vida social de Vitória, no período colonial, nos é atestada por Abreu (1995) e Vasconcellos (1995), que afirmam que no século XVI existiram 10 confrarias e ordens terceiras ligadas aos jesuítas e franciscanos, as duas primeiras ordens religiosas que se implantaram no local. No século XVIII, afirmam os autores, somavam-se 20 irmandades na vila.

A esta particularidade deve-se somar as características da formação da sociedade colonial e a dimensão do espaço da vila, que foi sempre limitado a ocupação em torno do núcleo primitivo. Segundo Vasconcellos (1995), a população da Vila da Vitória sempre foi marcada por algumas características que se mantiveram quase constante, dentre elas, destacam-se, o pequeno número de habitantes, e a diversidade dos moradores, que dividiam-se entre civis, militares, missionários, indígenas e escravos africanos. As principais atividades econômicas e administrativas da vila eram desempenhadas por um pequeno número de pessoas, geralmente as que tinham se destacado e adquirido relativo poder nestes setores. Os representantes da Igreja Católica tinham um importante papel nesta sociedade, pois, segundo o autor, eram os mediadores entre a Coroa Portuguesa e a população, destacando-se, o poder que os jesuítas exerceram quando assumiam este papel. Sobre o perfil da sociedade capixaba, conclui Vasconcellos (1995, p.28):

Durante o período colonial, a maioria da população, formada por gente pobre, era fortemente controlada pela religião. [...] no cotidiano arrastado da na maior parte do longo período colonial, a fé cristã e as práticas de um catolicismo popular foram o centro da vida em Vitória. Não apenas era o epicentro do processo de socialização, como era também a própria explicação central da presença da cultura européia nesta porção dos trópicos.

Esta dimensão das referências cristãs na sociedade foi tomando maior proporção a partir do século XVII, período em que a vila teve uma maior consolidação da vida

administrativa, religiosa, e até econômica, fato que pode ser observado na expansão e na estruturação de seu espaço urbano.

O século XVII, caracterizou-se, então, como o período de consolidação e expansão da Vila da Vitória. Embora inúmeras dificuldades de se consolidar um governo com dirigentes portugueses na região tenha se dado, principalmente no período da União Ibérica (1580-1640), as atividades econômicas tiveram um importante papel no desenvolvimento urbano local. Infelizmente, as crises advindas de questões políticas e econômicas da Europa atingiram de forma crucial a capitania do Espírito Santo, tendo seus primeiros sinais se dado em 1613, 1619, 1625 e, a partir de 1640 com os sucessivos rompimentos na produção e na comercialização do açúcar, a crise tornou-se mais grave. A situação teve seu ápice em 1659, ano que se caracterizou como sendo de “[...] miséria devido à queda na safra açucareira, assim como nos anos seguintes” (SALVADOR, 1994, p.78). Para evitar a fome, em 1666, após os engenhos pararem, e com a epidemia de bexigas, a Câmara e os proprietários solicitam aos dirigentes de Portugal que houvesse a redução no donativo estabelecido.

Com a descoberta do ouro nos confins da capitania por Antônio Rodrigues de Arzão, em 1693<sup>202</sup>, a região recebeu sua sentença de isolamento definitiva que perdurou até o século XIX.

A configuração do espaço urbano da Vila da Vitória no século XVIII retratou esta realidade.

## **5.7 NO SÉCULO XVIII: A VILA DA VITÓRIA, ATUAÇÃO DA ENGENHARIA MILITAR E A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS.**

[...] que não se abram caminhos ou picadas para quaisquer minas, ou já descobertas ou se descubram para o futuro.

(MELO FRANCO, 1971, p.82).

A assertiva de Melo Franco citada acima demonstrou o isolamento que a Coroa Portuguesa impôs ao território ultramarino da América Portuguesa com a descoberta do ouro e sua conseqüente exploração a partir do final do século XVII nas regiões da Capitania do Espírito Santo, que foi desmembrada, e deu origem a parte da Capitania de Minas Gerais.

---

<sup>202</sup> Segundo Salvador (1994, p. 66), desde 1553 iniciou-se na capitania a busca por metais preciosos. No século XVI houve outras entradas que revelaram a existência de algumas esmeraldas nas terras capixabas que foram enviadas a Metrópole em 1660.

A exploração do ouro se deu sob forte centralização político-administrativa. Foram adotadas medidas drásticas para evitar que se abrissem novas estradas, que poderiam facilitar o contrabando do metal e das pedras preciosas.

No século XVIII, a Coroa Portuguesa proibiu a abertura de caminhos que possibilitava a comunicação entre as capitanias, aumentando o isolamento de determinadas regiões como o Espírito Santo. Estas medidas enfraqueceram o movimento portuário na capitania do Espírito Santo, especificamente na Vila da Vitória e, em contrapartida aumentou a atividade nos portos de Salvador, Rio de Janeiro e Santos, que se consolidaram como entrepostos de comércio exportador e centro distributivos de gêneros agrícolas de subsistência na faixa litorânea (ABREU, 1995).

A capitania do Espírito Santo ficou, portanto, isolada da atividade portuária. Sua atividade econômica retraiu-se para a produção de gêneros alimentícios, parte para subsistência, e parte destinada a abastecer, através de pequenas e modestas embarcações, com milho, arroz, feijão, açúcar, madeira e algodão às regiões do Rio de Janeiro e Salvador.

A Vila da Vitória, no início do século XVIII, possuía um sistema defensivo precário formado por pequenos fortins, trincheiras e três fortificações. Com uma verdadeira obsessão em defender a vila, prática comum que se deu em Salvador e Rio de Janeiro, foram remodelados os fortes de São João, o Forte de Nossa Senhora do Monte Carmo e o Forte de São Maurício, que passou a ser denominado de Forte de Santo Inácio. Na Vila Velha, foi construída a fortaleza da Barra de São Francisco Xavier de Piratininga inaugurada em 1702, cuja origem data do século XVI (LIMA JÚNIOR; SOARES; BONICENHA, 1995).

Em 1726, o Conde de Sabugosa envia o engenheiro militar Nicolau de Abreu para fortificar a vila, que se transformou em “[...] verdadeira praça de guerra” (DERENZI, 1995, p.73). Em um percurso de pouco mais de um quilômetro foram erguidos cinco bastiões artilhados, e não três, como atesta a historiografia, afirma Derenzi (1995). Aos três fortes que foram remodelados, segundo o autor, acrescentou-se o forte de São Diogo.

Entretanto, o engenheiro militar que atuou de forma mais decisiva na Vila da Vitória foi o sargento-mor José Antônio Caldas, que recebeu a incumbência de rever o estado de conservação dos fortes, levantar a planta e perspectiva, *i.e.*, perfil, sendo este realizado com câmara escura, instrumento tecnológico avançado à época, relatando informações importantes sobre o lugar, tendo atuado na região na segunda metade do século XVIII.

Podemos atestar através da planta levantada por José Antônio Caldas, *Planta da Villa da Victória* (FIGURA 44), que as fortificações no século XVIII passam a integrar a trama urbana como um dos principais elementos morfológicos do período.



FIGURA 44 - *Planta da Villa da Vitória*, José Antônio Caldas, 1767 (REIS, 2000).

O forte de Nossa Senhora do Monte Carmo, cuja primeira notícia se tem em 1667, com a confirmação de Manoel Barreto como seu comandante (LIMA JÚNIOR; SOARES; BONICENHA, 1995), localizava-se na marinha da Vila da Vitória, entre o Cais da Batalha e o Cais do Peixe.

O Forte de São Diogo, edificado no limite leste da vila, nos fundos da Igreja de Matriz, na área da prainha, impedia a entrada por este braço de mar. O forte de São Maurício localizava-se no sopé da ladeira do colégio jesuítico, no limite leste da vila (FIGURA 45).

As demais fortificações, o Forte de São João e de Nossa Senhora da Vitória, estavam implantados no continente, praticamente à frente do Penedo, e o forte de Piratininga estava na entrada da barra, junto ao oceano, na Vila Velha.



A planta *Topográfica da Barra, e Rio do Espírito Santo...* (FIGURA 46), elaborada por José Antônio Caldas demonstra, de forma esquemática, as características geográficas da região do entorno da baía de Vitória e, apresenta a localização das fortalezas. De forma esquemática o engenheiro militar mostra a implantação da Vila do Espírito Santo, localizando o convento dos franciscanos e, a Fortaleza de Piratininga, à frente de seu outeiro. Da mesma forma indica a implantação da Vila da Vitória, demonstrando que sua ocupação é maior que da Vila do Espírito Santo, além, de retratar esquematicamente sua expansão urbana. A representação da topografia na cor marrom, conforme já citado anteriormente, demonstra as declividades. Logo, conforme pode-se observar, a Vila da Vitória está situada num sitio abaixo do maciço central da ilha. Esta é uma das poucas representações do período colonial onde se pode atestar o caráter montanhosos da ilha e seu entorno.

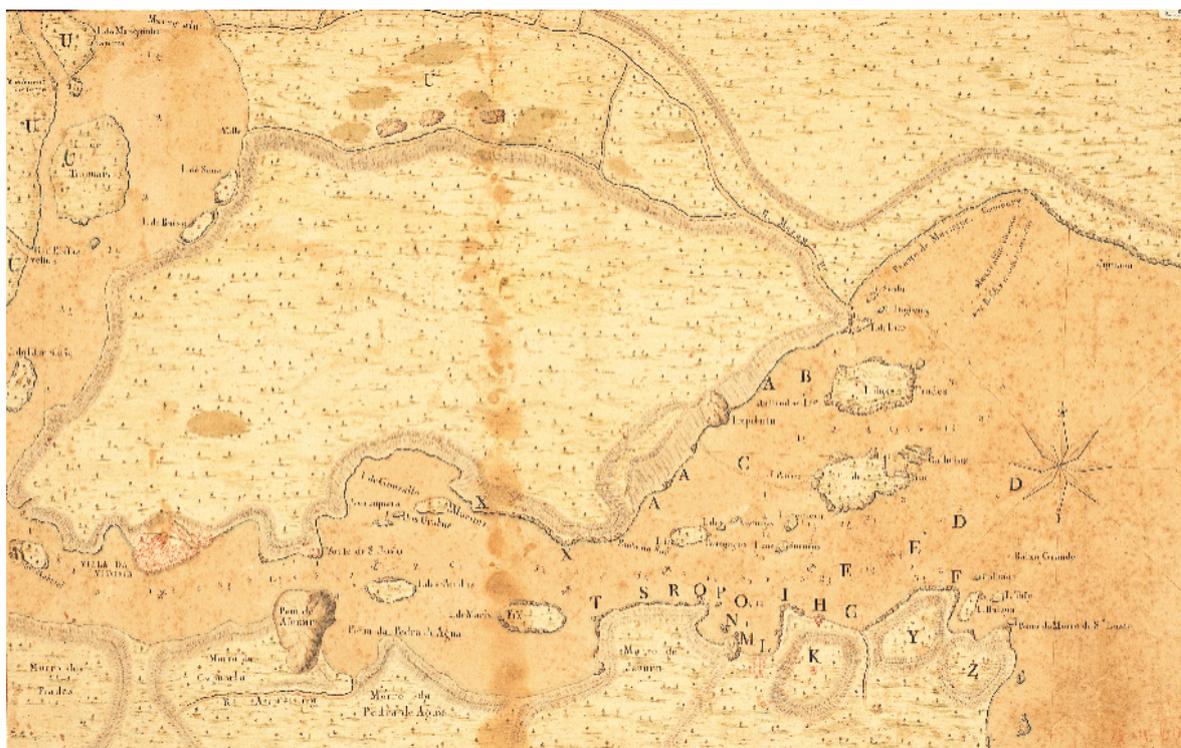


FIGURA 46 – *Topográfica da Barra, e Rio do Espírito Santo, a qual da nome a toda esta capitania.* Autoria do engenheiro José Antônio Caldas, 1767 (REIS, 2000).

As fortificações que defendiam a vila, localizadas dentro da trama urbana, e em seu entorno, estão representadas de forma esquemática, mas numa proporção de destaque, indicando sua importância neste momento.

Logo, este levantamento da Vila da Vitória é o mais importante do século XVIII, pois, registrou sua planta. Conforme abordado anteriormente, esta planta histórica foi uma das mais importantes fontes para elaboração dos mapas temáticos de síntese sobre a morfologia urbana da Vila da Vitória, com ênfase ao que se refere ao século XVIII (FIGURA 47).

Outro levantamento, o *Prospecto da Villa da Victória...*, também de autoria de José Antônio Caldas (FIGURA 48), pode ser melhor analisado, se comparado com a *Planta...*, estabelecendo-se uma relação entre os principais edifícios públicos localizado em cada um destes levantamentos; (1) os edifícios religiosos – templo dos jesuítas e Igreja Matriz, e (2) o militar – Forte de Nossa Senhora do Carmo.

Entretanto, procedemos inicialmente a análise da morfologia urbana e de seus elementos morfológicos para, posteriormente, passarmos a uma análise conjunta com seu perfil.

Inicialmente é preciso localizar, no tempo e no espaço, as transformações e a evolução urbana da vila. Conforme citamos, a militarização do espaço urbano com a construção de elementos defensivos foi um fator determinante na estruturação urbana deste período, com a inserção dos novos elementos morfológicos. No século XVIII, há uma expansão na vila, e são ocupados novos espaços físicos em seu entorno. Esta ocupação rompe definitivamente os limites do núcleo matriz, situados no platô, seguindo na direção da encosta, e também, na parte baixa, alagadiça. A ocupação nesta parte do sítio, segundo Derenzi (1995), se deu nas proximidades e no sentido da fonte do Reguinho, fato pelo qual o caminho ter recebido esta denominação.

Na outra região ocupada, os fatores de expansão foram a implantação das igrejas da Conceição da Praia (1755) e a do Rosário (1765). Estes templos localizaram-se fora dos limites da vila, tendo influenciado na abertura de novos caminhos e na ocupação das áreas vizinhas, conforme será abordado adiante.

A ocupação junto ao mar aumentou também em virtude dos primitivos aterros que se efetuaram com os despejos dos dejetos, *i.e.*, os tigres, e detritos. Os antigos e precários trapiches foram sendo substituídos pelos cais dos Padres, próximo ao Colégio dos Jesuítas, cais de São Francisco, próximo ao convento de São Francisco e, o cais da Batalha, assim denominado em virtude dos combates ocorridos no local com os holandeses, em 1625, localizado no final da ladeira do Trapiche (ou do Pelourinho). Com o acréscimo destas áreas na marinha surgiram novos quarteirões e novas ruas; a rua do Ouvidor e, a das Flores.



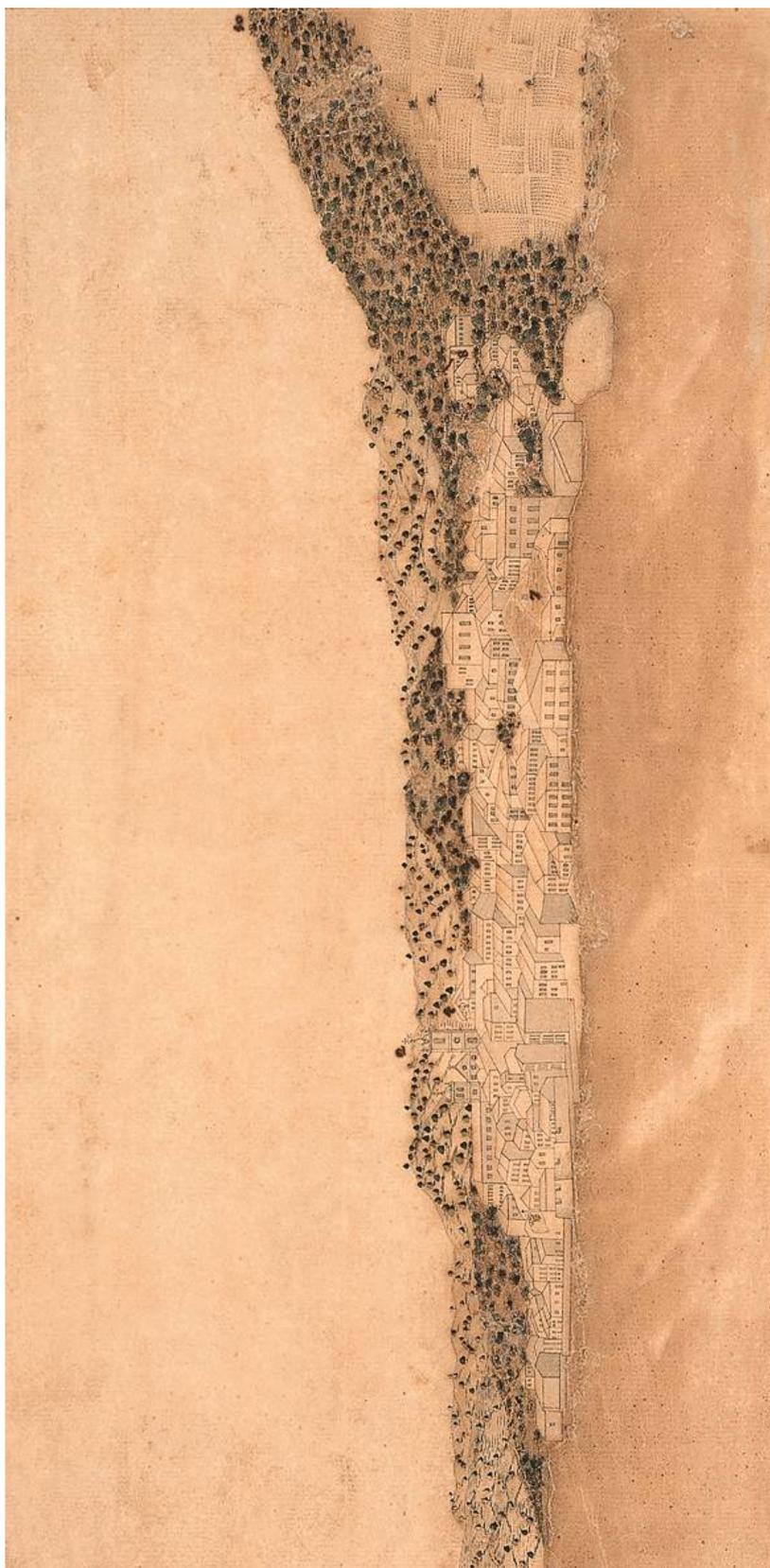


FIGURA 48 - Prospecto da Vila da Vitória. A autoria de José Antônio Caldas, 1767 (REIS, 2000).

As características da morfologia urbana da vila neste período estão atreladas aos vetores de expansão, *i.e.*, a implantação e remodelação das fortificações, e a implantação dos novos templos religiosos. Além disto, também influenciaram, os condicionantes geográficos e, a organização espacial do espaço, nos séculos precedentes, e sua respectiva relação com o sítio.

As fortificações, praticamente redefinem os limites da vila, que tem sua ocupação mais concentrada no entorno da ocupação iniciada no século XVI. Os templos religiosos, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Conceição da Praia, indicam uma ocupação na direção leste, influenciando na ocupação da encosta que delimitava a região alagadiça, que vai sendo lentamente aterrada. Na verdade, a implantação destes templos influencia na ocupação desta área, e caracteriza-se por constituir-se de uma população pobre, formada por ex-escravos, pescadores, e até meretrizes.

Na região junto a praia, o traçado segue o padrão linear, com as novas ruas em disposição quase paralelas as anteriores e, os quarteirões aí implantados, também, possuem certa regularidade em conformidade com a forma geométrica daqueles que se consolidaram nos períodos precedentes.

Na região onde localizava-se o convento de São Francisco, próximo a encostas do morro que lhe circundava, houve um crescimento com a ocupação de novos casarios.

A Vitória setecentista, conforme afirmou Derenzi (1995), apresentava “[...] belo aspecto paisagístico” (p.79), situada entre o mar e as montanhas, tendo seu “[...] casario, nascendo do mar” (p.79), entremeando-se “[...] com restos de vegetação nativa” que ia morrer “[...] em torno do colégio e da matriz” (p.79). Podemos observar que o autor (DERENZI, 1995), ao descrever o aspecto urbano de Vitória, ainda, se referia aos seus limites físicos atrelando-os aos templos religiosos, numa referência simbólica de sua estruturação urbana.

O aspecto intraurbano também foi descrito pelo autor (DERENZI, 1995), retratando, também os aspectos da vida cotidiana (p.81):

Missas haviam em abundância [...]. Os mortos repousavam nas naves das igrejas ou conventos [...] e nos cemitério, anexos aos templos citados [...]. Nas ruas tortas, esburacadas e enlameadas pelas águas servidas, o capim e a muxinga atingiam os tornozelos dos poucos transeuntes. Os animais domésticos, em plena liberdade, eram responsáveis por brigas e sarilhos entre vizinhos. De quando em quando a varíola, a amarela, a escarlatina, a bubônica e o impaludismo infestavam os habitantes com fortes percentagens de casos fatais. As noites escuras eram feridas pelo bruxuleiro das lâmpadas a óleo de mamona ou azeite de peixe, nos pórticos dos conventos, nos nichos dos devotos ou nos portões dos fortes à beira-mar. O fisco era pesado e os capitães-mores, quase sempre arbitrários e inflexíveis. Os forasteiros transitavam a cavalo. Não circulavam berlindas. Caminhava-se a pé.

Uma grande contribuição dada por Elton (1986), sistematizada de maneira objetiva, e também citada por Derenzi (1995), é a abordagem sobre a origem, evolução e toponímia dos logradouros da Vila da Vitória. A denominação das ruas, becos, e caminhos, além de largos, encontra-se nos mapas temáticos de síntese de cada período (séculos XVI, XVII, XVIII e XIX) com a localização dos principais edifícios da vila.

Cabe ressaltar, que estas denominações estiveram associadas a presença da ideologia cristã, *i.e.*, aos templos religiosos, os missionários, a devoção dos santos, tais como, a denominação dada aos largos – Afonso Brás, Padre Inácio, da Conceição e da Matriz; das ruas – da Matriz, da Capelinha, Carro de São Francisco, ou de São Francisco, do Rosário; dos fortes – Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora do Carmo, São Diogo, São Tiago, São João; dos cais – do Santíssimo, de São Francisco, Porto dos Padres; e, nas ladeiras – do Carmo, da Matriz, Padre Inácio, do Sacramento, São Diogo.

Segundo Pessôa (2000), os templos religiosos, enquanto verdadeiros complexos arquitetônicos, por mais simples que fossem os povoados, influenciaram “[...] na decodificação do território pelo batismo cristão” (p.72); posteriormente, num momento de desenvolvimento econômico, as atividades que os originam darão nomes aos locais e vias. Conforme denominação das vias supracitadas, vê-se este fenômeno, que foi tão comum no mapeamento do tecido urbano da Vila da Vitória.

As denominações dos espaços estiveram, também, ligadas aos eventos e personagens locais, além de referenciar-se a alguns edifícios os locais significativos, tais como, Rua Grande e da Capelinha, que foram uma das mais importantes da cidade; do Reguinho, em virtude da fonte de mesmo nome; Rua do Beco, por suas pequenas dimensões; Rua das Flores, em homenagem a três nobres moradoras; Rua do Piolho, de moradores paupérrimos, em geral ex-escravos e, Rua da Várzea, em acordo com as características físicas do tecido urbano.

Conforme se verificará a partir do próximo item, através dos mapas temáticos de síntese, a Vila da Vitória apresentou poucas modificações entre o século XVIII e início do XIX. Na verdade, ocorre a consolidação nas áreas já ocupadas, com ênfase no núcleo matriz. Logo, destacamos uma das principais características da vila, a ligação da região junto ao mar à cidade alta, que se deu através das ladeiras, que configuraram-se com a consolidação da ocupação nesta região. As ruas, tiveram suas denominações ligadas a religiosidade e na atividade comercial, que por sua vez, influenciou, também, nas denominações dos cais e trapiches.

Esta configuração pode ser atestada, portanto, através da consolidação da ladeira Padre Inácio, que ligava a Rua da Praia ao largo Afonso Brás, localizado defronte ao colégio jesuítico; da ladeira da Misericórdia, que ligava a região da praia ao largo de mesmo nome, localizado defronte a igreja da Misericórdia; da ladeira do Pelourinho, depois denominada do

Trapiche, que uniu a área onde se localizava o cais da Batalha e o largo fronteiro a Casa de Câmara e Cadeia (onde se localizou o pelourinho). Citam-se, ainda, a ladeira da Matriz, que saía da área vizinha ao forte de Nossa Senhora do Carmo e terminava no Largo da Matriz; a ladeira do Sacramento e de São Manoel, que ligavam o baixio, que era inundado por um braço de mar, localizando-se aos fundos da Igreja Matriz<sup>203</sup>.

Os condicionantes do sítio, conforme citado, se impuseram ao crescimento da vila, ainda que, algumas intervenções tenham procurado vencê-los, marcadamente, as primeiras tentativas de romper com as características singulares do sítio de implantação da vila.

Ainda no século XVIII, cabe ressaltar, as áreas ocupadas abaixo do núcleo matriz, nas encostas, e abaixo da cota de 5 metros, tiveram que se adaptar as águas que desciam das fontes que vinham das regiões montanhosas ao fundo, e as constantes investidas do mar. O campo dos Pelames, que era um baixio alagadiço, teve sua ocupação se consolidando neste período, ligando-se a Rua do Reguinho. Além disto, a ocupação no entorno da capela de Nossa Senhora da Conceição da Praia, ajudou no adensamento da ocupação. Esta região, ficou muito tempo sofrendo as investidas do mar, e além disto, a localização das chácaras do Vintém, do Nascimento, e do Mulundu, na encosta impediam a implantação de casario. A medida que estas áreas foram ocupadas, as Ladeiras de São Diogo, do Sacramento, do Manoel, que davam na Cidade Alta, deixaram de ser caminhos que formavam-se, inicialmente, entre pedras e áreas alagadas, e foram se consolidando como ruas (DERENZI, 1995).

Segundo Derenzi (1995), o Largo da Conceição, que era conhecido como Prainha, era constantemente invadido pelas enxurradas do mar das águas das fontes, que foram canalizadas em uma vala artificial, o Reguinho. Na restinga próximo a embocadura do Rua do Reguinho se construiu a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, porém, mais de dois terços desta área era banhado pelo mar, que no período de maré cheia invadia as ruas do Oriente e São Manoel, que eram verdadeiros “[...] becos infectos” (DERENZI, 1995, p.85).

Sobre esta área apresentamos a seguinte descrição (DERENZI, 1995, p.85): “O Reguinho castigava impiedosamente o largo colonial [o da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia]. Toda chuva maior o engrossa, inundando e prejudicando o rés-do-chão das poucas casas que lhe bordavam o perímetro tortuoso”.

Para chegar ao Colégio do Carmo, resalta Derenzi (1995), era necessário atravessar uma parte que ficava sobre as antigas nascentes e que desciam das enxurradas do morro de São Francisco e Matriz. Deve-se considerar, que o convento dos carmelitas localizava-se numa região baixa, vizinha ao Pelame, logo, numa área muito propícia às

---

<sup>203</sup> Estas ladeiras no decurso do tempo vieram a se transformar em escadarias através de intervenções de melhorias urbanas realizadas em Vitória.

investidas das águas que vinham do maciço central. Houve, também, outra ponte que saia da região próxima a pedreira onde estava o fortim de São Diogo e chegava até o largo da Conceição.

Outra região alagadiça era o Campinho, no lado oeste do platô. No entanto esta área conforme atestou Derenzi (1995), ficou sendo utilizada pelos padres franciscanos que “[...] descendo à esquerda [do convento] e pelos fundos, comunicavam-se com a marinha [...] ao sopé do morro” (p.80), agregando toda a área da meia encosta chamada Roças Velhas.

Certamente, a ocupação do Pelame, embora na encosta vizinha existissem chácaras, foi mais fácil, em virtude da área ter menores dimensões do que a área do Campinho. Além disto, o sítio localizado na garganta onde entravam as águas do mar foi sendo aterrado ao longo dos séculos XVI, XVII, e XVIII, bem como, as áreas da meia encosta, facilitando o surgimento de novos casarios. Esta ocupação, na verdade, também, sofreu influência daquela que foi se consolidando no entorno das capelas do Rosário e da Conceição da Praia.

Logo, no século XVIII, a Vila da Vitória estava com seus principais casarios e edifícios singulares concentrados no platô, sítio inicial da ocupação.

Procedendo uma análise dos elementos morfológicos da vila, inicialmente nas relações de rua x quarteirão x lote, a partir do mapa temático de síntese do período, constatamos que na área de expansão, a Rua do Reguinho apresentava uma ocupação relativamente mais regular que aquelas do mesmo período. Esta ocupação era definida por dois quarteirões, praticamente paralelos, cujos lotes davam fundo para a encosta e para o Convento do Carmo, e, tinham frente para a rua citada, com dimensões diferentes, variando, predominantemente, as de fundo.

A ocupação no dois extremos do platô, primeiramente, consolidados ao longo da Rua do Fogo, ou Caramuru, e, da Ladeira Tapera, na meia encosta, entre o convento de São Francisco e a Igreja de São Gonçalo, formou-se a partir de quarteirões de forma geométrica irregular, cujas formas diferenciavam-se entre si. Ressalta-se, que aqueles situados entre a Ladeira de São Francisco e do Carmo, pela situação de forte declividade do terreno, apresentavam-se mais irregulares. O parcelamento do solo se caracterizou por lotes de tamanhos diferentes, podendo ter sido adotadas formas diversas, em virtude dos desníveis do terreno.

Outro local onde a configuração urbana se apresentou de forma irregular, foi no entorno do Pelame. A Rua da Várzea, as ladeiras São Diogo, ou da Pedra, de São Manoel, do Sacramento, e as ruas do Oriente e do Rosário, bem como, as vielas e becos, possuíam aspecto irregular, segundo a topografia do terreno, em sua função de ligar, prioritariamente, os edifícios singulares da vila entre si. Conjeturamos, que por se tratar de uma região ocupada por uma população pobre, marginalizada, o loteamento do espaço urbano era

impreciso, irregular, e o padrão de ocupação do casario configurou lotes e quarteirões com formas diversas, sem uma lógica formal ou um padrão de conformação que não fosse uma adaptação possível a um sítio tão insalubre.

Um panorama fiel da vila na época tem-se no *O Prospecto da Villa da Vitória* (FIGURA 48), elaborado no mesmo período que a *Planta da Villa da Victória...*

O levantamento da vila retratou alguns aspectos da relação de sua ocupação urbana com seu sítio, que merecem ser atestados. Deve-se primeiro considerar que o prospecto foi elaborado estando o autor, o engenheiro militar José Antônio Caldas, situado no outro lado da baía, tendo uma visão mais privilegiada de um perfil lateral, e não frontal.

Pode-se constatar que este direcionamento no prospecto, em virtude da topografia acidentada da região. Assim, ao enumerar os principais pontos da cidade, o engenheiro militar destacou a posição da Igreja da Companhia de Jesus, o convento de São Francisco, a Igreja Matriz e, a região íngreme onde se localizou o Fortim São Diogo, respectivamente, identificados com os seguintes números identificados na *Planta da Villa da Victória*: 2; 9, 16 e 21.

A implantação da vila no platô, cuja maior elevação não ultrapassava a cota de 25 metros, teve como destaque os edifícios religiosos, que através de sua arquitetura são o maior destaque da iconografia, em especial das duas torres da Igreja de São Tiago, em tamanhos diferentes e, o frontão triangular, que compunham a fachada. A Igreja Matriz, que é vista em sua lateral e, de fundos, também, teve suas dimensões destacadas na paisagem urbana.

O convento de São Francisco, em sua posição privilegiada, a meia encosta, é retratado, ainda, neste período, fora do aglomerado de casarios que compunham a vila, *i.e.*, mantinha-se praticamente fora de seus limites físicos.

A densa ocupação no platô e, das áreas circunvizinhas, é demonstrada pelo grande número de casarios de dois e até três pavimentos, como aqueles que se localizaram próximo ao mar e são melhores visualizados na iconografia. A região da praia é formada pelos cais e armazéns, que têm proporções significativas. Em destaque, as ameias do Forte de Nossa Senhora da Vitória.

A relação da vila com o sítio é tão peculiar que se estendeu à configuração do conjunto urbano, que está situado entre os dois braços de mar, poucos perceptíveis na iconografia, e na meia encosta, atrás do platô. Do ponto onde se posicionou a câmara escura, registrou-se este encastelamento “[...] nas grimpas da montanha a se espelhar nas águas tranquilas de um lago” (DERENZI, 1995, p. 79). As ruas, estruturadas a meia encosta, e as ladeiras, configuraram a implantação de quarteirões e lotes, de tal forma, que o casario, registrado no levantamento, se implantou de maneira escalonada no sítio. Os diferentes níveis onde situa-se o casario, implantado lado a lado, sem recuo lateral, até o cume do

platô, oferece uma percepção da conformação das ruas, que se relacionavam com o desnível do casario.

Esta relação da vila com o sítio é também perceptível no *Detalhe da Topografia da Barra, de Rio do Espírito Santo* (FIGURA 49), planta esquemática que demonstra os aspectos mais gerais de configuração urbana da vila, que segundo Reis (2000, p. 356), “[...] de certa forma, é uma versão simplificada” da *Planta da Villa da Victória*.



FIGURA 49 - *Detalhe da Topografia da Barra, de Rio do Espírito Santo*, 1767 (REIS, 2000).

Nesta planta podemos observar a linha em marrom que representa a topografia acidentada no entorno da vila, sendo que, o platô de sua implantação, bem como, a expansão do Pelame e seu entorno, estão circundados por esta cadeia de montanhas.

Neste esquema da vila, observa-se que os quarteirões estão dispostos de maneira muito irregular no terreno com formas geométricas bem variadas. A região da praia, com seus cais está bem definida; bem como, as cercas das ordens religiosas – jesuítas, franciscanos e carmelitas; além, do braço de mar que ladeia o lado oeste da vila.

Embora a Vila da Vitória tenha se consolidado ao longo dos três séculos de ocupação, a Vila do Espírito Santo permaneceu como um pequeno povoado, situado entre dois morros. Em um deles, conforme verifica-se no outro registro de mesmo nome, o *Detalhe da Topografica da Barra*, também elaborado por José Antônio Caldas, o convento dos franciscanos e o forte de Piratininga estão no sopé do outeiro da Penha (FIGURA 50).



FIGURA 50 - Representação da Vila Velha e seu entorno com o outeiro do convento franciscano de N. Sra. da Penha e do fortim na entrada da Baía de Vitória, no *Detalhe da Topografica da Barra* (REIS, 2000).

É relevante observar que na frente da Igreja do Rosário, cuja edificação contou com a participação dos jesuítas no século XVI, está configurada uma praça central com o casario, espacialidade típica das aldeias missionárias da Companhia de Jesus.

Retomando, portanto, a importância da implantação dos edifícios religiosos na trama urbana da Vila da Vitória, ressaltamos, que é bem visível no levantamento de José Antônio Caldas, *Planta da Villa da Victória* e, no mapa temático síntese do século XVIII, a delimitação das cercas dos jesuítas, carmelitas e franciscanos, sendo que, a esta época a cerca dos jesuítas, era a que mais se integrava a configuração espacial da vila. As cercas dos franciscanos e carmelitas estão nas áreas localizadas mais no entorno do núcleo matriz, embora o convento dos carmelitas e sua cerca, estivessem bem mais integrados à vila, pela proximidade com o Pelames, onde segundo Derenzi (1995, p.80), havia um pomar que certamente, se confundia com aquele existente nas cercas dos referidos religiosos.

Outro aspecto relevante é a especialidade que a implantação das igrejas configurou na Vila da Vitória. Os adros que se situavam na frente dos templos, bem como, suas ruas laterais, e mesmo os espaços ao fundo, assumiram, cada qual, uma configuração espacial

distinta. O largo Afonso Brás, que se confundiu com o largo da Misericórdia, foi o principal e o maior adro da vila no período colonial. Sua delimitação parecia se estender até a Rua da Matriz, confundindo-se com os trechos laterais da Igreja da Misericórdia. O adro da Matriz teve um aspecto similar, *i.e.*, seus espaços laterais e de fundo, eram amplos, e a sua frente existiu um cemitério. O largo da capela de Santa Luzia se configurou somente a frente do templo, pois, sua vizinhança foi ocupada por casarios. Estes três largos tinham conformação irregular, resultados residuais da implantação dos casarios, que lado a lado, delinearam os quarteirões. Esta configuração – templo x adro x casario – foi, portanto, única em cada local de implantação das igrejas; composição urbana, espacial e estética.

Como se referiram Reis Filho (1968), M. Marx (1989;1991) e outros, a relação espacial das igrejas com os demais edifícios da cidade colonial conferia a estes templos um destaque, uma imponência; a sua posição definia ou redefinia a organização do espaço urbano circundante, muitas vezes, de acordo com a relação que cada ordem religiosa, confraria, irmandade, ou a Igreja Secular possuiu com a cidade.

Na Vila da Vitória, o convento de São Francisco teve um espaço de aspectos singulares à sua frente, configurando-se como uma ladeira de traçado irregular, possuindo em seu sopé um cruzeiro, e a visão do templo se abria conforme se chegava mais próximo de sua entrada.

O convento do Carmo, situado num pequeno platô, de suave inclinação, tinha a sua frente um pequeno espaço, na confluência entre a ladeira do Carmo e o caminho que saía da ladeira de São Francisco que chegava até ali. A área, muito integrada ao baixio do campo do Pelame, era circundada por grande chácara. O largo era o limite entre esta parte urbana da vila e outra área menos rurais.

O adro da Igreja de São Gonçalo era um amplo espaço aberto situado em um espaço plano e uma área com grande declividade. Seu acesso se fazia pela Rua da Capelinha, que limitava estas duas áreas. Na parte mais plana, estava o adro propriamente dito, onde se localizava o cemitério da irmandade.

A igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia possuía seu adro formado por uma região aterrada, bem defronte as franjas da praia. Ao contrário de todos os outros edifícios religiosos tinha a menor cota de implantação, entre 2 e 2,5 metros. O espaço abria-se para a baía com uma visão privilegiada.

A Igreja do Rosário, construída na segunda metade do século XVIII, em 1765, estranhamente não foi, registrada por José Antônio Caldas. Situada numa região bem inclinada, na cota de 15 metros, fica em posição de destaque e tinha a sua frente a baía de Vitória. Além disto, existia uma área aberta situada à frente da fachada principal do templo, onde ocorriam os festejos, quermesses e puxada do mastro em homenagem a São Benedito (SOUZA, 1994). As diferentes formas de implantação dos templos religiosos gerou, portanto,

formas espaciais distintas em seu entorno; porém, configuraram juntas, os principais espaços públicos da vila.

Um fator importante, entretanto, ligado a dinâmica religiosa e social da vila ocorreu no século XVIII, em 1759; a expulsão dos jesuítas das colônias de Portugal. Em Vitória os jesuítas partiram deixando o colégio, as aldeias, fazendas, datas de terra e, segundo o inventário de seus bens (CARTA..., 1784), as propriedades urbanas que incluíam casas e chãos.

Até o final do século XVIII, a vila propriamente dita não mudou, a população era de 7.225 habitantes, em 1790, dos quais 4.898 eram escravos, o que perfazia, aproximadamente, “[...] dois e um décimo de negros em média por habitante livre” (DERENZI, 1995, p.95). Entretanto o autor, afirma que, “[...] no fim do Século XVIII, a cidade é pobre mas a população remediada” (p. 95).

Há nesta assertiva de Derenzi (1995), uma rica informação que se baseou na *Informação do capitão-mor Ignácio João Mogiardino ao governador da Bahia sobre a capitania do Espírito Santo*, de 1790, onde os dados da economia capixaba foram relatados. Deste relato pode-se concluir que, em média, cada habitante não podia pagar 800\$000, valor aproximado por escavo. Além disto, se relacionarmos esta informação com outros dados, que atestam que só se consumia por ano 16 pipas de vinho, cada qual a 76\$800, num total de 998\$4000 anuais, cabendo, segundo o autor (DERENZI, 1995, p. 95) “[...] três litros anuais por habitante livre”, conclui-se que o consumo do vinho era muito pouco, logo, que a população era sem recursos para maiores gastos, incluindo aí a compra de escravos.

Nos autos do inventário dos jesuítas, mencionam-se escravos como um dos seus inúmeros bens, valendo em 1759, em média 50\$000 a unidade. Pode-se conjeturar, então, pelos dados apresentados pela historiografia, que as ordens religiosas, possuíam um grande número de propriedades urbanas, logo, detinham um rico patrimônio fundiário composto por terrenos, casas, etc. Além, disto há a referência de propriedades rurais. Isto reforça a relativa importância destas ordens religiosas na dinâmica econômica e social da Vila da Vitória e, na capitania.

A pobreza, conforme se atestou, era maior entre a população formada por negros, que quando alforriados, ocupavam as áreas de periferia. Além disto, atingiam, também, os pescadores, meretrizes, etc., além, de uma parte da população branca; mas, certamente, não atingiu aos jesuítas, franciscanos, carmelitas e membros de algumas confrarias.

O inventário da Companhia de Jesus demonstrou que a Vila da Vitória era o epicentro de sua atividade missionária. Os jesuítas compartilharam, segundo o testemunho de suas cartas, seu crescimento com toda a capitania. Porém, pela situação material da vila, pode-se constatar que este crescimento não se deu na mesma proporção.

Segundo Assunção, 2004, as regras que norteavam os negócios dos inacianos não permitiram perdas, tão pouco, concessões, conforme relatou os dizeres jocosos contidos no *Spiritu Satyro*, do século XVIII, descritos abaixo:

Os mandamentos dos padres da companhia, são cinco:

- 1<sup>o</sup> Comer vaca gorda, e bom carneiro.
  - 2<sup>o</sup> Comer o melhor pão, que houver no mundo.
  - 3<sup>o</sup> Fazer a cama mole, e deytar cedo
  - 4<sup>o</sup> Esta bem com Deos, e andar farto.
  - 5<sup>o</sup> Misturar o branco co' o tinto.
- Estes cinco mandamentos se encerrão em dous,  
Tudo para mim, nada para vós.

Saindo os inacianos, a Vila da Vitória e a capitania do Espírito Santo, tiveram que encontrar outros rumos para sua sofrida sobrevivência.

## 5.8 NO SÉCULO XIX: DE VILA À CIDADE

No século XIX, a Vila da Vitória passou por diversas transformações importantes, tanto no aspecto físico-espacial, quanto nos aspectos econômicos sociais e políticos que, de certa forma, foram as principais causas do início de uma série de mudanças que vieram ocorrer em sua estrutura física.

Um dos principais fatores para o início de uma nova época para a Capitania do Espírito Santo, e logo, para sua sede política, foi a abertura de vias de comunicação para o interior do território colonial e para o comércio com a região de Minas Gerais, que até então era proibida. Esta missão coube aos governadores Antônio da Silva Pontes (1800-1804), Manuel Vieira da Albuquerque Tovar (1804-1812), e Francisco Alberto Rubim (1812-1819) (MARTINS, 1995).

Entretanto, foi no governo de Francisco Alberto Rubim (1812-1819), segundo Martins (1995), que ocorreram as principais intervenções na Vila da Vitória, iniciando-se os aterros das áreas alagadiças e dos manguezais que ficavam nas proximidades do Porto dos Padres, Pelames e do Largo da Conceição, no mapa temático de síntese da Vila da Vitória do século XIX (FIGURA 51) e na *Planta Geral da Cidade de Vitória* (FIGURA 52). A área da cidade baixa que foi se formando através dos entulhos jogado junto ao mar no fundo das casas passava então a se constituir em uma das principais áreas da cidade dando origem a Rua da Praia que veio a ser a artéria mais comercial do local.

As mudanças políticas que permitiram as novas ligações do Espírito Santo com as demais capitanias refletiram-se no crescimento de sua população e de seu casario, pois, entre 1789 e 1827, a população da Vila da Vitória, que era formada por brancos, pardos,





índios, negros forros e escravos, passou de 7.225 para 12.704 habitantes. O casario que era formado de 1.445, passou para 2.600 habitações (VASCONCELLOS, 1978).

O aspecto do casario, segundo Martins (1995, p.68), era peculiar por “[...] suas características coloniais, e as ruas eram estreitas e tortuosas. Alguns casarões ostentavam vidraças e varandas, com as ferragens trabalhadas na Europa”.

A configuração espacial da vila, no entanto, não mudou em relação a sua organização inicial, *i.e.*, as construções de uso comercial, residencial e administrativo e de lazer, se davam próximas umas das outras, com destaque para as igrejas e construções públicas, sendo que, a área central do platô continuava a ser a mais densa, muito embora, conforme citado, já havia a ocupação junto ao mar na faixa de terreno de cota mais baixa.

Conforme demonstrou Sepulcri (1993,) em sua análise do casario colonial de Vitória, não havia uma segregação social intensa na vila, pois, as edificações que abrigavam brancos e negros estavam localizados no mesmo contexto urbano. A elite local “[...] diferenciava-se mais pela estética e tamanho de suas residências que pela sua localização. Os próprios escravos [...] moravam na mesma casa de seus senhores” (p.19). Além disto, havia outro fator social importante que determinou esta ausência de estratificação social no espaço urbano. Segundo Oliveira (1951), em 1800, a população de Vitória era formada por 7.225 habitante, sendo que, 4.898 eram escravos, *i.e.*, aproximadamente 70 % da população.

As principais características do casario colonial de Vitória, segundo Sepulcri (1993) são: (1) compunham uma paisagem urbana com pouca diversidade estética devido a tipologia do casario; (2) a tipologia da arquitetura civil dividia-se entre a casa térrea de chão batido e o sobrado, ocupados, respectivamente, pela população mais pobre e a mais rica. O sobrado de Vitória teve duas variações tipológicas: (1) aqueles que ocuparam terrenos **estreitos** com dois pavimentos e acesso por corredor lateral; e, (2) os mais elaborados localizados em **terrenos mais amplos**, com três ou quatro pavimentos com acesso por corredor longitudinal centralizado.

No século XIX, o sobrado colonial sofreu modificações significativas com o aumento de estabelecimentos comerciais no térreo e substituição de sacadas de madeira por ferro. Com a abertura dos portos, em 1808, deu-se a importação de equipamentos e materiais de acabamento que contribuíram para modificações estéticas e tipológicas. Assim, neste período, o casario de Vitória passa a ter fachadas que simbolizavam o crescimento do poder aquisitivo de seus moradores, *i.e.*, ocorreram os acréscimos de platibandas, bandeiras das esquadrias com vidro simples ou coloridos, vasos e figuras de louças do Porto sobre as platibandas na prumada das pilastras. No entanto, por detrás destas inovações manteve-se a tipologia colonial. Entretanto, algumas características mantiveram-se, tais como, portas

com verga reta ou em forma de arco abatido; telhados em duas águas, às vezes com camarinha, e beirais em beira seveira (SEPULCRI, 1993).

No bojo das mudanças políticas iniciadas com a vinda da família Real, em 1808, para a Colônia, o Espírito Santo passa a ter uma menor dependência administrativa e militar da Bahia e, em 1822, com a instalação da junta Provisória da Província, inicia-se o movimento de apoio a Independência. Assim, em 1823 a antiga Vila de Nossa Senhora da Vitória foi elevada a categoria de cidade, capital da Província do Espírito Santo, que passou a ser governado por Ignácio Accioli de Vasconcellos (1824-1829) (MARTINS, 1995).

A Igreja Católica manteve-se, no espaço da cidade do século XIX, com sua preponderância física sobre o casario. Havia dois conventos, o de São Francisco e o do Carmo; cinco igrejas, a de São Tiago, da Misericórdia, a Matriz de Nossa Senhora da Vitória, a de São Gonçalo Garcia e a do Rosário dos Pretos; e, duas capelas, a de Santa Luzia e a de Nossa Senhora da Conceição da Prainha. Através da FIGURA 54, podemos verificar esta relação de destaque que os templos tinham na paisagem urbana, pois, na letra A está representado o antigo conjunto jesuítico; na letra B a igreja Matriz; na letra D a igreja do Rosário; e, C a igreja da Misericórdia.

Conforme pode-se atestar também através da FIGURA 53, até o início do século XIX, os templos religiosos ainda dominavam não só a paisagem, mas também a estrutura urbana da mancha matriz de Vitória. Para além destas considerações, algumas descrições do período demonstram as principais características de Vitória do século XIX, com ênfase no papel que a Igreja Católica ainda desempenhava em sua dinâmica social e urbana.

Em 1817, Francisco Alberto Rubim escreveu a importante obra *Memória Estatística da Província do Espírito Santo no Ano de 1817*, na qual descreveu Vitória (RUBIM, 1900, p.172-173):

A vila da Vitória, capital deste governo, terá de latitude 400 braças e de longitude 200 para 300: está situada em uma ilha de mais de 4 léguas de circunferência numa ponta do Monte Vigia, à margem do Norte do rio Espírito Santo, o qual, cercando a mesma ilha, faz barra em distância de uma légua no grande Oceano [...]. Em toda a vila se aporta em canoas e escaleres com a maior facilidade, porém seus primeiros desembarques são o cais novo das Colunas, que fica abaixo da casa do governo [...]; o cais Grande, onde até atracam sumacas; o do Santíssimo, o do Batalha, e o dos extintos jesuítas, vulgarmente chamado Porto dos Padres. Tem esta vila uma freguesia do orago de Nossa Senhora da Vitória, que lhe dá o nome, a igreja do colégio dos extintos jesuítas contígua à casa do governo, e defronte desta a da Santa Casa da Misericórdia. Tem dois conventos, São Francisco e Carmo e 6 igrejas mais, inclusive as duas capelas das ordens terceiras dos ditos conventos. Tem uma junta de administração e arrecadação da real fazenda; duas fortalezas, Carmo e São João, e esta com 3 baterias, [...] Tem 3 fontes de excelentes águas; a da Capixaba e a da Lapa, nas extremidades da vila, e a Fonte Grande quase no centro. Tem



FIGURA 53 - Perspectiva da Vila da Vitória, 1805. Autoria Joaquim Pantaleão (REIS, 2000).

945 fogos com 4.245 almas. Ainda que não rica é contudo assento do governo e cabeça da comarca. Sua perspectiva é bastantemente elegante, suas casas pela maior parte são de sobrado, e reformadas todas por um só gosto à moderna.

No prefácio da obra de Auguste-François Biard, *Viagem à Província do Espírito Santo*, a historiadora Maria Clara Medeiros Santos Neves, comenta sobre a passagem do príncipe de Wied Neuwied Maximiliano, que percorreu o Espírito Santo em 1816, e descreveu Vitória com minúcias, afirmando que o local era limpo, belo, com edifícios no velho estilo português, que possuíam balcões e rótulas de madeira; citando que as ruas eram calçadas. Entretanto, segundo a historiadora, o que mais teria impressionado Neuwied teria sido os conventos e capelas. Ateve-se também o visitante a vida comercial, focada em sua vocação marítima; ao ambiente pacato da vila, onde a presença de estrangeiros chamava a atenção popular; a produção agrícola; as fortificações existentes em Vitória; além, de sua própria situação física, situada sobre colinas consideradas aprazíveis.

Outro importante visitante foi Auguste de Saint-Hilaire (1974), que esteve no Espírito Santo, em 1818, e também descreveu algumas características da sede da capitania. Relatou a conservação e o embelezamento do casario, muitos com dois andares e com vidraças nas janelas, além, de mencionar as varandas trabalhadas na Europa. No que tange ao aspecto físico de Vitória, mencionou a ausência de cais e de praças e ressaltou a importância das igrejas e conventos, sem deixar de citar os fortes e edifícios públicos, além, de reportar-se a agricultura e ao comércio, a população e seus costumes.

Também são importantes as descrições<sup>204</sup> de José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro, que esteve em Vitória em duas ocasiões, em 1812, e 1819. Em sua primeira passagem o bispo desembarcou no Cais do Palácio do Governo, antigo colégio dos jesuítas, sendo recebido pelo governador, Francisco Alberto Rubim, todo o clero secular e regular, além do povo da vila.

---

<sup>204</sup> As citações são partes do trecho dos apontamentos das visitas pastorais de D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro, correspondente à sua passagem por Vitória durante as visitas que fez ao Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819 disponíveis na website Estação Capixaba, <[www.estaçaoacapixaba.com.br](http://www.estaçaoacapixaba.com.br)>. Este trabalho, que foi publicado originalmente sob o título *O Espírito Santo em princípios do século XIX*, faz parte do projeto aprovado pela Lei Rubem Braga, da Prefeitura Municipal de Vitória e teve a participação de Maria Clara Medeiros Santos Neves (transcrição, roteiro, mapas e coordenação da edição), Reinaldo Santos Neves (revisão, notas e índice), Luiz Guilherme Santos Neves (estudo e notas) e Renato Pacheco (prefácio).

Sobre a vida religiosa e os templos descreveu Coutinho (2000):

Tem esta Freguesia dezessete Oratórios privados. [...] Mas a maior parte destes Oratórios não têm exercício, porque os Padres são menos em número, e alguns desses mesmos ocupados nas Igrejas. [...] Prorroguei quase geralmente as Faculdades destes Oratórios por Provisões de cinco anos; e os dos Padres por símplices Despachos de três anos, exceto três, ou quatro Velhos, que os tiveram sem limitação de tempo. [...] Há nesta Vila 10 Igrejas públicas. A Matriz, que é magnífica, posto que ainda não esteja acabada, nem tenha torres, nem Sacristia; a Capela do Colégio [de Santiago], que é excelente; Nossa Senhora da Conceição; Santa Luzia; o Rosário dos pretos; o Convento de São Francisco, que tem só três Frades de Missa, e a Capela dos Terceiros dentro dele, como em Cabo Frio, e por consequência nada de briga com os Carolas; a Igreja do Carmo tão miserável como o seu Convento, que tem só um Frade, e bem vermelho, e a Capela dos seus Terceiros mais imediata, e contígua, que a do Rio de Janeiro, e por consequência também nada com os Carolas; a Igreja de São Gonçalo; e a Igreja da Misericórdia; ambas com muita ruína [...].

Entretanto, ressalta-se a descrição que faz de seu aspecto físico e da impressão que lhe causou (COUTINHO, 2000):

Esta Vila tem um certo ar de tristeza, como Óbidos e Alenquer, com as quais se parece, posto que maior, que qualquer delas. Dista pouco mais de uma légua do Oceano, que entra encostado ao Moreno, e vai fazer uma vasta Enseada semeada de Ilhas mais, ou menos pedregosas, e montuosas, sendo a maior aquela, em que está fundada a Vila por modo de anfiteatro entre a praia e o flanco das montanhas, mostrando muitas Casas nobres de dois e três andares, Igrejas, Torres, e sobretudo o magnífico Colégio dos Jesuítas; destacando por trás de tudo isto os montes, os rochedos, os arvoredos, que fazem um grupo bastantemente pintoresco, e ao longe da outra banda do Canal uma perspectiva arrogante, e impostora. Mas o interior não corresponde, porque as ruas são tortas, e estreitas, as casas velhas, e os Capixabas pobres, feios, e poucos "absque eo, quam intrinsecus latet". Chamam-se estes homens Capixabas, das pequenas hortinhas que cultivam, e que na língua Brasílica têm este nome; ou de uma das suas três fontes, que tem este nome, e é a que fica na extremidade oriental; a Segunda fonte é chamada a Grande, e fica no meio da Vila; e a terceira chamada da Lapa fica no Campinho na extremidade ocidental; e todas têm excelentes águas. [...] a Vila da Vitória não tem mais de quatro mil almas, posto que a Freguesia passe de 10.000; no seu porto não vi mais de uma dúzia de Sumacas, e poucas Canoas e Barcos em movimento; mas tem mais ar de antigüidade, e nobreza: decida cada um como quiser, entre os rivais, e partidistas de uma, e outra.

Em 1819, Coutinho (2000) comenta novamente sobre a Vila da Vitória afirmando que a população não teve um aumento sensível, mas, cita as melhorias,

[...] nas Obras das Igrejas, e outros Edifícios públicos para os Exercícios da religião, como são: o Conserto, que se fez na Igreja da Misericórdia; o Novo Hospital e Cemitério da mesma nos arrabaldes da Vila; os Reparos que se fizeram na excelente Capela do Colégio, que foi dos Jesuítas, e que serve de Palácio do Governo; a continuação das Obras da grande e magnífica Igreja Matriz.

Porém, o que mais chamou atenção no relato do bispo Coutinho (2000) foi sua especial impressão da Vila da Vitória, afirmando que:

Esta Freguesia é das mais notáveis do Bispado, e há de andar por perto de doze mil almas; o povo geralmente é pobre, mas dócil, e civilizado; a Vila é das mais antigas do Brasil [...] Finalmente para dizer tudo quanto sinto da notável Vila da Vitória, permita-me Vossa Majestade que lhe diga que entre grandes Cidades do Rio de Janeiro, e da Bahia, que distam 350 léguas não há um lugar mais apto do que esta Vila para o assento de uma nova Catedral, quando se criarem os novos Bispados, de que tanto necessita nesta extensão do Brasil, que todos os dias vai crescendo em povo e em necessidade de socorros espirituais.

Porém uma das mais importantes informações do período foi sistematizada por Rubim (1900, p.184-185):

Fundação desta capitania 292 anos. — Governada por donatários 192 anos. — Por capitães-mores, 83. — Por governadores ou subordinados subalternos à Bahia, 10. — Por governador independente 5. — Vilas 6. — Povoações 6. — Freguesias 8. — Capelania curada 1. — Colégios dos extintos jesuítas 3. — Santa Casa da Misericórdia 1. — Igrejas de particulares 4. — Igrejas filiais 5. — Conventos franciscanos 2. — Do Carmo 1. — Ordens terceiras 2. — Portos de mar 7. — Rios principais 10. — Engenhos 76. — Engenhocas 68. — Fogos 3.729. — Almas 24.585. — Batizados (em 1817) 1.087. — Óbitos 824. — Diferença a favor da população 263 almas. — Casamentos 273.

Embora no século XIX Vitória tenha recebido sua emancipação político-administrativa pouco se observa até 1823 significativas mudanças em sua estrutura física. O que na verdade ocorre é a continuação de uma expansão que iniciou-se no século XVII, *i.e.*, a ocupação na área junto as áreas alagadiças e junto ao mar.

Através das descrições acima percebemos o destaque dado as modificações no aspecto da estética do casario frente aos novos materiais empregado e de algumas mudanças tipológicas, sendo que, continuam ainda, os templos religiosos serem o destaque da paisagem e da vida urbana. Um fato importante é a escolha do colégio dos jesuítas para sediar o Palácio do Governo após a expulsão da ordem religiosa dos territórios lusitanos.

Além disto, através do relato do Bispo do Rio de Janeiro, José Caetano da Silva Coutinho, em 1819, percebe-se que em suas informações há uma tentativa de valorizar a vila da Vitória, neste momento mais integrada a dinâmica social e econômica da Colônia, insinuando a criação de um bispado no local.

Neste momento crucial, de mudanças políticas e econômicas no jogo de forças onde as nações da Europa disputavam novos poderes, a Igreja Católica tentava manter-se como

um dos pilares de uma estrutura que vinham se mantendo em pé desde o início da colonização na América Portuguesa.

No entanto, restariam alguns anos para que este poderio fosse se enfraquecendo e os espaços das vilas e cidades do Brasil fossem perdendo sua dimensão religiosa, simbólica, tornando-se cada vez mais laicos.

Neste contexto, os templos, os espaços ao seu redor, além, da dimensão da territorialidade que conferiu os usos, as funções e o trato da religiosidade, perderam a importância física, *i.e.*, não foram mais os elementos definidores de traçados, da paisagem.

Vitória, no âmbito desta mudança, passou de vila à cidade; uma cidade cuja população buscou se modernizar e, para tanto, tentou apagar de sua morfologia urbana importantes traços de sua herança colonial, de sua dimensão simbólica. Uma cidade que se tentou reconstruir, como fora estruturada, sobre seus próprios limites, com o sítio a lhe impor uma configuração, uma forma.

Porém, conforme atestou Reis Filho (1994), os traços da cidade colonial ainda se fazem presente na cidade contemporânea. Conforme demonstrado nos mapas temáticos de síntese sobre a morfologia urbana da Vila da Vitória, a presença dos templos foi determinante na estruturação do traçado.

Foi, portanto, a Igreja Católica, e suas diferentes formas de atuar junto a população, com ênfase na participação das ordens religiosas, um dos principais agentes modeladores do espaço urbano colonial, que atuaram de forma decisiva na estruturação da morfologia urbana de Vitória (FIGURA 54).



FIGURA 54 - Vista da Vila da Vitória (SILVEIRA, 1956, Vol.IV). Em destaque na paisagem urbana as torres das igrejas dos jesuítas e da Matriz vistas da entrada da Baía de Vitória (1886).

Entretanto, antes de concluirmos os fundamentos desta atuação na formação urbana da vila cabem, algumas considerações finais. Inicialmente, cita-se que a Vila de Nossa Senhora, no recorte temporal analisado, *i.e.*, até o século XIX, preservou os traços particulares de sua conformação espacial, onde os templos religiosos tinham um destaque na trama urbana.

Estes edifícios, conforme demonstrado, foram os principais elementos morfológicos na definição do traçado da vila. A ligação entre os primeiros templos, não só estruturou o traçado, bem como, definiu os espaços onde se consolidou a ocupação do casario, que lado a lado, por adição, configurou os quarteirões.

Esta é uma das características, conforme demonstra Reis Filho (1968), da formação espacial das primeiras vilas do período colonial, e se não destas, das povoações mais simples. Por isto, atesta M. Marx (1989, 1991), quando a Igreja se fazia presente sua influência era tão determinante. Impregnada de valores, de natureza erudita e simbólica, que foram se estruturando em um longo período de experiências na Europa, a Igreja chega a América Portuguesa com objetivos concretos. Nas cidades, era fundamental afirmar sua presença, para garantir o domínio do tempo, dos corpos, das atitudes, através de um catolicismo fundamentado em diversas formas de associações leigas e, de manifestações no espaço da cidade; uma religião de forte viés popular, devocional, onde a retórica manifestou-se nos sermões e na arquitetura, em sua dimensão estética, persuasiva (BOSI, 1996). Assim, os espaços circundantes aos templos eram objeto de atenção para a Igreja, pois, ali se desenvolveriam procissões, festejos, reuniões.

Conforme, demonstrado, esta lógica esteve presente na ocupação do sítio onde se consolidou a Vila da Vitória, e foi influenciando em seu crescimento, até o início do século XX, conforme se atesta na FIGURA 55.

Além disto, os templos definiram os limites da vila, e em diversos momentos, configuraram sua estrutura física, cercada pelo mar e pela cadeia de montanhas; a dimensão do poder sagrado a manteve protegida do território circundante, povoado por índios a serem convertidos.



FIGURA 55 – Foto panorâmica de Vitória. Nesta foto percebe-se a implantação de Vitória num platô acidentado com as edificações implantadas sobre o desnível do terreno até o limite da montanha e do mar. Em destaque o conjunto jesuítico com suas torres e o frontão e a igreja Matriz com sua fachada principal voltada para a fachada do templo dos inacianos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dimensão do sagrado na Vila da Vitória, pode ter extrapolada, para a dimensão do simbólico. A peculiar disposição da capela de Santa Luiza, da igreja Matriz e dos jesuítas, se configurou em uma forma geométrica, que remete-se a um das mais importantes mistérios da Igreja Católica, a Santíssima Trindade. O triângulo, conforme afirma Delumeau (2003), na verdade tem uma relação com o círculo, que seria a forma mais perfeita; em movimento, o triângulo é círculo, portanto, unidade. Esta mesma noção de unidade que está presente na Santíssima Trindade, ao reunir três entidades distintas.

Cabe aqui, ponderar esta questão, com a dimensão temporal, ou seja, as possíveis adaptações na conformação urbana de Vitória, de referências do urbanismo lusitano.

Conforme abordado, uma das principais características das formações urbanas coloniais do século XV, é a métrica que os lusitanos empregaram para disposição dos quarteirões, ou seja, a do retângulo e a do triângulo, conforme atestou Carita (2000).

Além disto, tem-se as referências vernaculares da formação urbana de Portugal, onde a cultura mulçumana e cristã desempenharam um importante papel. Nestas culturas, observa-se um traçado típico, e uma disposição e valorização dos edifícios singulares, com ênfase nos templos religiosos.

Há ainda, as características do sítio, tão peculiar e tão familiar aos lusitanos, em sua irregularidade, que poderia ter favorecido a implantação de uma disposição linear, tal como, aborda Teixeira (1996).

No entanto, na ausência do projeto e de levantamentos e informações regulares e precisas sobre a formação e consolidação do espaço urbano da Vila da Vitória, até, praticamente o século XVIII, permitem algumas reflexões, fundamentadas nos documentos históricos e em outras experiências relatadas neste período. Além disto, não se pode deixar de mencionar a influência que os colonos podem ter tido ao tentarem reproduzir a paisagem urbana que lhes era familiar.

Porém, a ausência de um plano, pode ser a *priori* o dado mais relevante, pois, afirma-se como a única informação que até o momento não pode ser contestada. Esta informação permite, afirmar, também, que os agentes modeladores presentes no local, naquele momento, configuraram o espaço inicial da vila, sem uma concepção pré-elaborada pela Coroa Portuguesa.

Estes agentes modeladores eram formados pela Igreja Católica, através da presença dos jesuítas, confirmada pela historiografia; pelos colonos, que haviam migrado para ilha e iniciado a povoação; e de forma menos contundente, pelos altos representantes da Coroa Portuguesa, o donatário, que segundo os documentos do período estava ausente e, Duarte Lemos, o sesmeiro, cujos relatos atribuem-lhe mais uma ambição em retornos lucrativos que outra, que seria a de colonizador, empenhado em fundar e organizar vila. Na ilha, Duarte Lemos não quis mais que obter vantagens, o que gerou a célebre desavença entre ele e Fernandes Coutinho.

No que tange aos outros representantes da Igreja, tais como os padres, os próprios jesuítas reclamaram sua ausência desde 1550, até pelo menos 1552.

Logo, sendo estes os principais envolvidos na consolidação de uma nova ocupação da ilha – jesuítas, colonos, e em menor relevância, o donatário – pode-se supor que prevaleceram, conforme demonstrado em pesquisa anterior (SOUZA, 2000a), os princípios que orientavam a implantação dos templos da Companhia de Jesus até então. Ou seja, é muito provável que os jesuítas soubessem que a ilha seria melhor local para se consolidar a sede da Capitania do Espírito Santo. Segundo esta suposição, teriam migrado para a incipiente povoação na fazenda de Duarte Lemos, e procurado escolher o melhor lugar para implantar seu templo, conseguindo, posteriormente, a doação das terras.

A capela de Santa Luzia, a época da chegada dos inacianos já estava implantada, certamente, singela e simples. Assim, posteriormente constrói-se, também, de forma precária, o templo jesuítico. E definindo, o último vértice do triângulo, construiu-se a Igreja Matriz, que conforme afirma Elton (1987), confunde-se com os primórdios da vila. A escolha do local para implantar este último templo e as diretrizes que a fundamentaram, poderiam esclarecer o esquema triangular que a localização dos três templos definiu.

Na ausência desta informação, podemos apenas considerar, que não sendo objeto de uma ação racional, é possível que a disposição dos templos tenha seguido as limitações e características do sítio.

No entanto, percebe-se até hoje em Vitória, a relação tão particular que estes três edifícios mantêm entre si, com suas fachadas voltadas para o centro da vila, o baricentro do triângulo. Esta disposição permitia, e ainda permite, que se avistasse ao mesmo tempo, situados a frente de qualquer um destes locais, os outros dois templos. Além disto, tinha-se a percepção dos limites, que formavam entre si, numa relação dialética com o sítio, e outro, o da vila, que acabaram definindo. Esta configuração acabou por influenciar no traçado que foi se estruturando em seu entorno, conforme demonstrado nos mapas temáticos de síntese sobre a morfologia urbana de Vitória no período colonial.

Portanto, não há como negar que os dados coletados e sistematizados até aqui, demonstram que a Igreja Católica foi o principal agente modelador do espaço urbano da Vila da Vitória. O exercício de uma análise sobre a consolidação de sua morfologia urbana atesta importantes referências vernaculares e do urbanismo quinhentistas, já citados.

Quanto a dimensão simbólica, cabem ainda, três considerações. A primeira fundamenta-se nas análises que o historiador das mentalidades, Jean Delumeau (2003), realiza sobre os elementos da simbologia cristã, que segundo sua hipótese, a Igreja Católica transmitiu a arte, a arquitetura e a cidade, do período medieval até o Barroco. A segunda, remete-se as pesquisas de Guidoni (1991) e, Lucas S. J. (1991), sobre a implantação dos templos das ordens religiosas na Europa cristã, que remetem-se a disposição triangular, logo, importante referência que poderia ter sido transposta para a América Portuguesa. E por fim, volta-se novamente a Vila da Vitória, retomando-se a assertiva de Vasconcellos (1995), que atesta que a religião não foi apenas o epicentro do processo de formação da sociedade, ou seja, da constituição da vila, mas, a explicação central, da presença da cultura européia estabelecida nesta porção da América Portuguesa.

Assim, o processo de formação da cidade foi marcado pelo imaginário religioso, de conquista, de poder, dominação, expressos nas linguagens e proporções da arquitetura e, na disposição dos templos.

*Conclusão*

## 6. CONCLUSÃO

As formações urbanas constituíram-se como um dos principais recursos da Coroa Portuguesa para garantir a posse e a exploração dos territórios conquistados no período colonial.

No entanto, conforme abordam Rossa (1998, 2000) e Portas (2000), as soluções utilizadas para a organização destas estruturas não foram as mesmas, pois, tiveram que atender aos diferentes desígnios da missão.

No âmbito da história urbana lusitana, na qual se inserem as cidades de além-mar, estas assertivas oferecem na contemporaneidade, os primeiros fundamentos por onde orientam-se as pesquisas que visam analisar estas configurações espaciais.

No entanto, existem, ainda, outras questões que devem ser abordadas, pois, o estudo da forma urbana prescinde do entendimento de múltiplos fenômenos que se inter relacionam e influenciam em sua organização, uso e trato.

Estas reflexões resultam das contribuições significativas que pesquisas que abordam o fenômeno urbano na longa duração tiveram ao longo do século XX. Além disto, a abordagem teórico-metodológica destas abstrações intelectuais refletem as premissas da renovação epistemológica das ciências sociais, ocorridas no século XIX.

Entretanto, embora a renovação epistemológica da história tenha contribuído para o campo de saber da história urbana, conforme demonstrou Le Goff (1998), Burke (1992) entre outros autores citados, muitos pesquisadores de disciplinas afins, que estudam as transformações e formação das cidades, não recorrem ao mesmo aparato conceitual para suas problematizações. Esta constatação se reflete no resultado das pesquisas, pois, compromete-se o entendimento das conclusões e da abordagem teórico-metodológica. Esta foi uma das principais constatações de Bédarida (1976), por ocasião da Conferência Internacional do Grupo de História Urbana, ocorrida na Universidade de Leicester, em 1966.

Ressalta-se, que até a década de 1970, foram publicadas obras que são importantes referências para o entendimento das morfologias urbanas lusitanas do período colonial. Dentre estas obras, destacou-se no bojo desta pesquisa, pela grande importância do recorte teórico e da abrangência territorial dos casos analisados, as dos autores lusitanos, Mário Chicó e de Luís Silveira, publicadas respectivamente em 1938 e 1968. No Brasil, as obras de Sérgio Buarque de Hollanda e Nestor Goulart Reis Filho, publicadas respectivamente em 1938 e 1968, identificaram as influências e os fatores que contribuíram para as análises das configurações espaciais da América Portuguesa.

Existem, ainda, outras publicações significativas que foram citadas e ressalta-se que, o conjunto destas pesquisas, também reflete as constatações de Bédarida (1976).

A busca de um aparato conceitual e metodológico comum é um dos grandes desafios para o estudo das cidades na longa duração e encontra dificuldades que precisam ser superadas. Este estudo requer um campo de conhecimento multidisciplinar, e em especial destacam-se historiadores e geógrafos, que muito tem contribuído para as análises dos arquitetos e urbanistas, que se concentram, via de regra, nos aspectos relativos as suas disciplinas.

No Brasil, o estudo e análise das formações urbanas tiveram como marco a obra de Nestor Goulart Reis Filho (1968), por seu recorte temporal, espacial e, principalmente, pelo aparato conceitual. A pesquisa inova pela abordagem pioneira ao introduzir novas categorias de análise para problematizar as formações urbanas coloniais. Portanto, trata-se da primeira obra brasileira, onde se observam as perspectivas teóricas que aparecerão na história nova. Em sua abordagem o autor busca a problematização das diferentes temporalidades, um dos princípios recursos teórico-metodológicos da história urbana, e identifica os principais agentes modeladores deste processo. A obra constitui-se, ainda na contemporaneidade, como uma fonte obrigatória para os pesquisadores da história urbana. Entretanto, apesar do crescente interesse pelas formações urbanas brasileiras na longa duração, poucas pesquisas abordam este tema.

Esta constatação foi verificada na análise da produção de um dos fóruns mais profícuos desta temática: os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU).

As pesquisas apresentadas neste fórum demonstraram que o recorte temporal compreendido pelo período que abrange os séculos XVI ao XIX ainda é pouco explorado pelos pesquisadores. O acesso as fontes primárias, quando existentes, é um dos principais empecilhos. Outro grande entrave é a ausência, principalmente no caso dos arquitetos e urbanistas, de uma linguagem e de uma perspectiva teórico-metodológica comum que possibilitem estudos comparativos. Constata-se, também, poucas abordagens onde as cidades são inseridas no contexto da rede urbana colonial. Esta ausência da noção de conjunto dificulta o árduo processo de entendimento da importância de cada núcleo urbano no contexto social, político, econômico e urbanístico da América Portuguesa.

Outra grande dificuldade para o entendimento das morfologias urbanas coloniais, conforme ressalta Lepetit (2001), é a definição do papel das diferentes disciplinas que estudam este objeto. Logo, as contribuições dependem do recorte teórico-metodológico que cada prática

disciplinar dispõe, tornando, assim, compreensível os resultados das pesquisas sobre um mesmo tema, *i.e.*, o espaço.

Para além destas importantes constatações, há ainda outro dado relevante. Existe um maior número de pesquisa sobre as principais vilas e cidades do período colonial, e uma pequena produção, sobre aquelas cuja expressividade no contexto político-econômico e social foi menor. Concluiu-se nesta análise, que apesar das importantes contribuições da produção acadêmica, a história urbana colonial ainda é um campo de pesquisa ainda pouco explorado.

No âmbito destas considerações, constatamos que a Coroa Portuguesa utilizou lógicas distintas para a organização dos espaços urbanos coloniais. Destacaram-se aquelas que foram articuladas as diretrizes de implantação dos templos religiosos. Desta forma, mensuramos a participação da Igreja Católica na urbanística lusitana de além-mar.

A presença da Igreja Católica na América teve muitos significados, pois, através da aliança com a Coroa Portuguesa, manteve-se como um dos principais agentes modeladores dos espaços urbanos. Além disto, enquanto estrutura autônoma, dispôs de vários recursos de sua organização e hierarquia para atingir os vários pontos da imensidão geográfica do continente dominado pelos lusitanos. Ou seja, a Igreja Católica possuiu diversos instrumentos para conquistar mais que um poderio simbólico, o que lhe garantiu a participação na dinâmica política, econômica e, até administrativa das urbes coloniais.

Esta atuação da Igreja determinou, conforme constatado, algumas características peculiares às estruturas espaciais coloniais. Nos casos das pequenas povoações verificou-se que a estrutura urbana se desenvolveu de acordo com o desígnio da empreitada colonial e as condições locais. Em geral, houve uma ocupação espontânea, onde prevaleceram importantes referenciais vernaculares da Metrópole, *i.e.*, princípios de uma experiência urbana consolidada ao longo do tempo no território ibérico.

Nestes casos, a atuação da Igreja Católica foi fundamental, pois, de modo geral, as pequenas formações urbanas expressaram determinadas singularidades e, seu aparecimento, *i.e.*, a valorização de determinados elementos morfológicos na trama urbana, foi catalisado pela presença deste agente modelador.

A importância das ordens religiosas pode ser constada através de seu papel evangelizador. Nas vilas e cidades seus representantes fundaram colégios, construíram igrejas e conventos. Além das cidades, estiveram na ocupação dos espaços rurais, ou seja, nos espaços contíguos às cidades, no termo, onde implantaram conventos. Assim, as ordens religiosas influenciaram na formação de um patrimônio fundiário, que se tornou relevante no contexto da economia colonial.

De forma marcante a Igreja Católica ocupou os espaços onde se implantou. Houve, em alguns casos, a busca de um relativo isolamento, como fizeram os beneditinos. Com intenção de tornarem-se marcos no território, os jesuítas tornaram-se os mais ativos na produção do espaço. De uma forma ou de outra, estas implantações influenciaram na ocupação e expansão das áreas urbanas.

Esta relação que a Igreja estabeleceu com os espaços urbanos e rurais resulta de sua longa atuação nas cidades cristãs da Europa. Somaram-se a esta atuação as experiências urbanas ocorridas em outros domínios lusitanos que se deram antes da formação de vilas e cidades na América Portuguesa. Desta forma, a relação com os espaços expressou-se através da utilização de princípios e regras, que foram inscritas nas diferentes legislações de Portugal, e mereceram especial atenção na legislação canônica.

Verificamos, ainda, que a eclosão da vida urbana nos séculos XII e XIII, marcou profundamente a relação da Igreja Católica com as cidades. A implantação dos templos das ordens religiosas, em especial, tornou-se um marco no crescimento urbano, confundindo-se e associando-se, muitas vezes, a este fenômeno.

A importância das relações das ordens religiosas com as cidades foi problematizada por Guidoni (1981a) e Lucas S. J. (1997), conforme demonstrado em alguns exemplos. Da atuação deste ministério mais urbano surgiu uma nova forma de apropriação dos espaços das cidades. No caso das ordens religiosas, esta relação expressou-se de forma singular após a bula *Quia plerumque*, editada no século XIII, pelo Papa Clemente IV. A bula papal retratou uma mudança de postura frente as novas situações, que foram expressas uma nova linguagem, onde valorizou-se a dimensão do sagrado nas cidades.

Neste mesmo período, surgiram, ainda, outras questões que influenciaram nas características formais das cidades. Estas questões envolveram as noções de mundo até então dominantes, que tinham grandes referências simbólicas e cosmológicas, influenciadas pela teologia cristã.

Assim, a renovação dos grandes descobrimentos técnico-científicos, e, principalmente, as novas teorias e concepções do universo, abalaram de forma significativa a relação do homem com sua fé e com o conjunto de valores que influenciavam em sua percepção e entendimento do mundo que vivia.

Demonstrou-se, então, que o Renascimento foi o período onde foram contestados valores, crenças e conhecimentos. A contribuição da abordagem teórica de Koyré (1986) e Foucault (1977), ressaltam que as concepções de indeterminação e infinitização do universo

influenciaram na sistematização racional do conhecimento, na percepção do real, e na formação de um novo discurso para explicar a realidade.

Assim, verificou-se que em um mundo de novos fundamentos e profundas questões, a Igreja Católica buscou, através de novas linguagens compositivas para os espaços arquitetônicos e urbanos, adequar-se às imposições de uma realidade de referências que tornavam-se cada vez mais laicas. Esta linguagem traduziu-se, portanto, em importante recurso para propagação da fé católica. Assim, a arquitetura, e em especial, as cidades, tornaram-se, ao longo dos séculos XIV ao XIX, importantes meios de comunicar aos fiéis a mensagem secular da Igreja Católica.

No âmbito desta temática constatou-se duas questões. A primeira refere-se a utilização de elementos da tradição e simbologia cristã na arquitetura e na cidade. A grande contribuição desta temática é atestada através das obras do historiador das mentalidades, Jean Delumeau (2003). A transposição desta simbologia para o espaço urbano foi demonstrada, ainda, por Guidoni (1981a) e Lucas (1997), que observaram a utilização do triângulo, símbolo associado à Santíssima Trindade.

A segunda questão mereceu especial atenção. Trata-se da problematização, das relações entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa no processo de colonização da América. As fundações urbanas foram, no âmbito da estratégia de conquista e exploração econômica, instrumentos de posse do território. Além disto, nestes espaços utilizou-se de diferentes recursos para a formação da nova sociedade. Destacaram-se os valores cristãos, que viabilizaram o projeto colonial, através do domínio dos corpos, do tempo e do espaço.

Problematizou-se, ainda, como conviveram as antigas referências teológicas e filosóficas medievais, que fundamentaram a ação da Igreja Católica, e os novos saberes, conceitos e maneiras de pensar, que norteavam as experiências urbanísticas da Expansão.

Assim, no contexto histórico da expansão e dos descobrimentos marítimos lusitanos, não foi tarefa fácil demarcar, mesmo evitando-se o rigor que as datas impõem, o enfraquecimento de antigas referências e a predominância dos novos pressupostos técnico-científicos. Esta dificuldade deu-se, principalmente, quando se associaram os objetivos da exploração econômica com aqueles da missão evangelizadora. Ressalta-se, então, a difícil tarefa de identificar, na longa duração, como conviveram estas referências no âmbito da política urbanizadora da colonização americana.

No entanto, os objetivos de posse, exploração, e evangelização, nortearam a ocupação do imenso território da América Portuguesa e demandaram, parafraseando-se Rossa (2000), territorializar-se. Ressaltamos que estes objetivos materializaram-se em formações urbanas,

definindo, o tipo de investimento a ser realizado na definição de seu traçado, na organização e valorização de seus elementos morfológicos.

No entendimento desta temática verificou-se que a formação da cidade pelos diferentes representantes da Coroa Portuguesa, e mesmo quando fruto da ação de bandeiras ou outras investidas no território, pressupõe, também, o entendimento das diferentes formas de apropriação da terra. Logo, no âmbito destas relações constatamos que a Igreja Católica participou muitas vezes do lucrativo jogo da colonização. A formação de um patrimônio fundiário urbano causou profundo impacto na definição, na conformação, e na expansão das urbes coloniais.

Para a fundação ou remodelação de cidades que fizeram parte da empreitada colonial, constatou-se que a Coroa Portuguesa utilizou novos instrumentos urbanísticos, através do intercâmbio de homens e idéias com a Itália renascentista. Inicialmente estes princípios foram utilizados nas experiências paradigmáticas de Funchal, na ilha atlântica da Madeira, de Mazagão, na África, e de Chaul, no Oriente. Estas cidades constituíram-se como exemplos utilizados nesta pesquisa, pois, verifica-se não só a inserção destes novos elementos na definição destas estruturas espaciais, bem como, dos elementos da tradição urbana lusitana. Esta adaptação de referências e princípios tornou-se quase um método de configurar os espaços urbanos coloniais, que posteriormente, foram utilizados na América Portuguesa, a exemplo da cidade de Salvador.

Estas experiências demonstraram, portanto, que na origem dos traçados urbanos coloniais houve a influência das morfologias urbanas lusitanas e das inovações técnico-científicas do Renascimento. Assim, constatamos que as estruturas urbanas da Metrópole – formada por seus elementos morfológicos, *i.e.*, os quarteirões, ruas, tipologia fundiária, praças, edifícios singulares, elementos de defesa e outros – possuíam a soma de suas referências consolidadas ao longo de séculos. Alguns casos, no entanto, representaram a implementação de conhecimentos e métodos racionais de projetar cidades, a exemplo de Mazagão, na África, considerada a pérola da Engenharia Militar lusitana.

A soma destas referenciais implicou, ainda, conforme verificado nos exemplos citados, numa nova definição dos espaços públicos, principalmente, os de função política-administrativa, que configuraram-se como importantes elementos geradores da trama urbana. Logo, nas formações coloniais, deu-se maior relevância aos edifícios e espaços que representavam a presença da Coroa Portuguesa, bem como, da Igreja Católica. Estes edifícios e espaços articulados configuraram, muitas vezes, a trama urbana.

Em todos estes casos, observou-se, também, a importância do sítio, pois, muitas vezes a forma urbana foi essencialmente definida pelas características topográficas do terreno.

Logo, nas morfologias urbanas da América Portuguesa verificam-se as referências da tradição lusitana, seja através da implantação em acrópole, próximo a baías e rios; na adaptação do traçado a topografia irregular, principalmente, aquelas dos primeiros dois séculos, localizadas na faixa costeira; na definição de quarteirões estruturados pela adição de edificações, implantados em lotes, cujo padrão seguia uma relação de dimensões de frente e fundo, este sempre em maior dimensão; a estrutura espacial irregular, que se dava a partir da associação dos quarteirões ao traçado, cuja definição era influenciada pela ligação dos edifícios singulares, implantados nos locais mais privilegiados, em sua maioria.

Houve, ainda, a influência dos ideais renascentistas, traduzidos nos princípios de regularidade e geometrização, que foram sendo utilizados a medida que os desígnios e objetivos da empreitada colonial se tornaram mais específicos e mais claros, definindo um maior investimento na política urbanizadora.

Estes pressupostos teóricos fundamentaram o estudo e a análise da formação e consolidação do espaço urbano da Vila de Nossa Senhora da Vitória, sede da Capitania do Espírito Santo, ao longo dos séculos XVI ao XIX. Dando continuidade as pesquisas iniciadas no mestrado (SOUZA, 2000), foi mensurado o papel da Igreja Católica na formação do espaço da vila, tendo em vista, que naquela ocasião, havia se constatado a influência que a Companhia de Jesus teve na mudança da sede da capitania para a ilha onde haviam se implantado.

Portanto, foi verificado que a Igreja Católica, a partir de suas referências influenciou na configuração espacial do espaço urbano da Vila da Vitória. Logo, os edifícios religiosos e seus espaços contíguos tiveram importante papel na definição da trama urbana. Houve na vila, além dos templos da Igreja Secular e das ordens religiosas, os templos das irmandades e ordens terceiras, estas integradas aos conventos de São Francisco e do Carmo.

Na verdade, constatou-se no recorte temporal citado, que houve na configuração espacial da sede da capitania do Espírito Santo referências da Igreja Católica e da tradição urbana lusitana. Esta constatação foi possível através de uma análise morfológica que considerou os fenômenos geográficos, econômicos, políticos, sociais na longa duração, apresentados no início do último capítulo, através de uma abordagem sintética. Estes fenômenos demonstraram que ao longo dos séculos XVI ao XIX, houve uma preponderância de alguns fatores a orientar o desenvolvimento urbano da vila, mas, de uma forma mais atuante, a presença da Igreja Católica, no contexto destas relações, influenciou na estruturação dos espaços de Vitória.

Através do recurso teórico-metodológico da cartografia temática de síntese foi analisada a configuração espacial da vila, sendo seu resultado, uma interpretação das possíveis configurações espaciais que Vitória teve até o início do século XIX, e parte da abstração teórica.

No que tange as referências vernaculares, observa-se a implantação da vila em um sítio de topografia irregular, circundado a leste a oeste pelo mar da Baía de Vitória, onde se inseria, o que lhe conferia posição estratégica em caso de ataque. As ruas adaptaram-se a topografia, e caracterizaram-se por sua irregularidade.

Esta configuração, na verdade, foi estruturada a partir do núcleo matriz, que se situava no platô formado entre as cotas de 15 e 20 metros de altitude. As ruas, adaptadas as curvas de nível, formaram na região próxima a praia, junto a baía, uma estrutura linear formando quarteirões que tenderam a uma certa geometrização. No entanto, os quarteirões da vila, em sua maioria, se caracterizaram por sua diversidade, sem a presença de um padrão ou modelo que se repetiu, o que acentuou ainda mais a estruturação irregular do tecido urbano.

A estrutura fundiária da vila, que só foi registrada através de plantas históricas nos séculos XVIII e XIX, pôde ser analisada a partir de relatos e registros da arquitetura civil e religiosa. Estes registros foram objeto de outras pesquisas que demonstraram que a estrutura fundiária de Vitória seguiu o padrão geométrico das cidades medievais lusitanas, cujas proporções foram citadas, tendo sido largamente utilizadas nas cidades coloniais.

A relação destes elementos morfológicos, *i.e.*, das ruas, quarteirões, lotes, configurou um aspecto tipicamente lusitano a paisagem urbana da Vila da Vitória, reforçando, assim, as referências que o colonizador trouxe ao fixar-se no sítio, pois, as relações do homem com o espaço transforma-o e produz diferentes territorialidades.

Esta territorialidade demonstra o aspecto particular da estrutura espacial da Vila da Vitória. Embora a elaboração da pesquisa confrontou as dificuldades relativas a documentação que data dos dois primeiros séculos de sua fundação, dois fatores auxiliaram no entendimento desta questão. O primeiro, foi a releitura documentação de fonte primária e secundária. Estas fontes se ampliaram em número nos últimos anos, o que enriqueceu a pesquisa. O segundo fator se remete ao recorte teórico-metodológico da história nova, pois, seus fundamentos orientam-se numa perspectiva que amplia a noção de documento, explora as temporalidades distintas, relacionando-as ao espaço e, procura analisar o passado com o aparato conceitual contemporâneo.

Nesta perspectiva, as práticas da produção do espaço urbano colonial foram melhor refletidas, pois, considerou-se que os objetos mudam ao longo da história; na verdade o conjunto de práticas é que o configuram, ou seja, o Estado português, a Igreja Católica, os dois

principais agentes modeladores das cidades da América Lusitana, são instituições que ao longo da história se configuraram através de suas práticas, que nem sempre foram orientadas pelos mesmos objetivos e valores.

Assim, a dimensão do espaço revela particularidades de sua apropriação, e no caso de Vitória, constatou-se que atuação da Igreja Católica associou-se a dinâmica da vida local, interagindo, assim, com a produção urbana da vila.

A Igreja esteve presente em importantes momentos da estruturação do espaço urbano de Vitória, desde a influência da escolha do sítio para a transferência da sede da vila; na definição dos primeiros caminhos, que configuraram a disposição geométrica em um esquema triangular entre os três primeiros templos, a capela de Santa Luzia, a Igreja de São Tiago, jesuítica, e a Matriz; até a importante relação que os primeiros templos, capelas e conventos tiveram entre si, definindo novos caminhos, que sempre orientavam-se para o núcleo matriz, ou ligavam-se aqueles que se comunicavam com este local.

Além disto, as relações que a Igreja Secular e as ordens religiosas tiveram com o solo urbano, confirmaram a sua participação na apropriação fundiária, a exemplo das cercas, casas e chãos citados no inventário da Companhia de Jesus.

No entanto, a relação da Igreja não se deu somente com o espaço. Houve, ainda, a importante dimensão do sagrado que se referenciou no espaço. Esta dimensão, que algumas vezes extrapola as explicações e análises científicas, mereceram atenção de autores como Elíade (1992). Em sua abordagem o autor demonstra que a dimensão do sagrado orientou e norteou a configuração de espaços urbanos ao longo da história, atribuindo-lhes, também, um sentido simbólico.

Este sentido simbólico esteve presente no esquema triangular dos três primeiros templos da Vila da Vitória. No entanto, não há como atribuir uma intenção racional, um projeto para esta configuração; referenciou-se, então, a tradição e simbologia cristã que foi utilizada pela Igreja Católica em cidades como Florença e Bolonha na Europa. Além disto, algumas experiências da América Portuguesa suscitam questionamentos neste sentido, a exemplo de Salvador e São Paulo.

Nestas disposições destaca-se a procura da Igreja Católica em se afirmar perante o poder temporal, na qual o uso da simbologia cristã foi um importante instrumento. Esta reflexão deve merecer no âmbito da história urbana, contribuições da história das mentalidades, do estudo da tradição cristã, enfim, de temas que abordam a relação do homem com o sagrado, e sua manifestação no espaço.

A particularidade observada na morfologia urbana de Vitória, não só pelo esquema triangular formado pelos templos religiosos implantados no século XVI, mas, pelas importantes referências da tradição urbana lusitana, refletem, por fim, o que o sítio e os meios tornaram possível. A dimensão simbólica ainda pouco explorada no estudo das formações urbanas da América portuguesa tornam, portanto, a vila um rico exemplo da urbanística colonial.

Além disto, a configuração do espaço urbano de Vitória, no recorte temporal analisado, demonstra a importância dos templos, dos adros, que eram voltados para as práticas sociais associadas à religião, tais como, as procissões e os autos, o que demonstrou a intenção da Igreja Católica em formar uma sociedade pia e cristã nesta porção da América Portuguesa.

Assim, concluímos que a Igreja exerceu no reduzido espaço urbano da Vila da Vitória uma influência mais do que simbólica. Habitada ao longo do período colonial por uma pequena população, que lutou contra as maiores adversidades, tais como, epidemias e fome, a vila teve como seu principal agente modelador a Igreja Católica, que definiu e atribuiu uma dimensão sagrada a seu espaço.

## REFERÊNCIAS

- ANAIIS da Biblioteca Nacional (ABN). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger & outros, 1876-1975, vol. XIX, (1897), p.121-138.
- ABREU, Carol;. O desejo da conquista. In: \_\_\_\_\_; MARTINS, Janes de Biase; VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.). *Vitória. Trajetórias de Uma Cidade*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993. 41-61p.
- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Sociedade Capistrano de Abreu: Livraria Briguiet, 1954.
- ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- ABREU, Mauricio de Almeida. O Rio de Janeiro quinhentista: debates e armadilhas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DO URBANISMO E DA CIDADE, 6., 2000, Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1CD. 15p.
- ABREU, Mauricio de Almeida. A Apropriação do território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto (orgs). *Explorações Geográficas: Percursos no Fim do Século*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.p.197-245.
- ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.
- ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond. 1540-1750*. Stanford University Press, 1996.
- ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Topografia e estratificação social: representações e mecanismos de poder na cidade medieval. *Anos 90: Revista do PPG em História/UFRGS*, Porto Alegre, n. 14, dezembro de 2000, p. 294-311.
- ALMEIDA, Renata Hermany de. *Modernização e Classes Populares. As transformações urbanas e seu avesso na cidade de Vitória, 1890 - 1930*. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.
- ALMEIDA PRADO, J. F.. *A Bahia e as capitanias do centro do Brasil (1530-1626)*. Rio de Janeiro, 1945.
- ANCHIETA, Joseph de. *A Província do Brasil (1585)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- ALVIM, Sandra. *Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1999.
- ANCHIETA, Joseph de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- ANDRADE, Tarcísio Bahia de. Paisagem e arquitetura no Rio de Janeiro através do olhar dos artistas viajantes do século XIX. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 12p.
- ARIÈS, Philippe. História das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.153-176.
- ASHWORTH, W.. Discussion. In: DYOS, J. H.. (Editor). *The Study of Urban History*. Londres: Edward Arnold Ltd., 1976. p.362-368.
- ASSIS, Francisco Eugênio de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1941.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- AVERINI, Ricardo. Tropicalidade do Barroco. In: ÁVILA, Affonso (Org.). *Barroco: Teoria e análise*. São Paulo: Editora Perspectiva; Belo Horizonte: Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 1997. p.23-29.
- ÁVILA, Affonso (org.). *Barroco: Teoria e análise*. São Paulo: Editora Perspectiva; Belo Horizonte: Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 1997.
- ÁVILA, A. Contijo; MACHADO, R. G. *Barroco mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação*. Belo Horizonte: Companhia Editorial Nacional, 1980.

- AZEVEDO, Aroldo. *Brasil. A terra e o homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (v.1).
- AZEVEDO, Aroldo. *Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1956.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. A contribuição mudejar à configuração da cidade colonial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS. 1415-1822, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2001. p.681-708.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Urbanismo de Traçado Regular nos Dois Primeiros Séculos da Colonização Brasileira - Origens. In: Helder Carita; Renata Araújo (Coord.). Lisboa: *Colectânea de Estudos Universo urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 1998.p. 39-70.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Alprendes na arquitetura religiosa: revendo teorias. In: ÁVILA, Affonso (dir.). *Congresso de Barroco no Brasil/Arquitetura e Artes Plásticas*. Ouro Preto: Comitê Brasileiro de História da Arte/Revista Barroco; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), 1981. p.71-85.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAETA, Rodrigo Espinha. A construção do espaço barroco da Ouro Preto setecentista (Proposta para leitura estética da cidade colonial brasileira). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 15p.
- BAIÔCCO. Gena. *Cidade Alta. Morfologia e Forma Urbana*. 1996. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória,1996.
- BALESTRERO, Heribaldo Lopes. *A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo*. Viana, 1979.
- BARBOSA, Elyana. A Leitura descontinuista da história das ciências em G. Bachelard e A. Koyre. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA, 1., 2000. Portugal, Évora-Aveiro. *Livro de Resumos do 1º Congresso Luso-Brasileiro de Historia da Ciência*. EVORA: 2000. v.1. p.223 – 233.
- BARBOSA, Elyana. Espaço-tempo e poder-saber. Uma nova *epistême*? (Foucault e Bachelard). *Tempo Social - Rev. Sociol. USP*: Foucault um pensamento desconcertante, São Paulo, v.7, n ° 1/2, p.111-120, outubro de 1995.
- BARBOSA, Elyana. *Gaston Bachelard. O arauto da pós-modernidade*. Salvador: Ed. Universitária-Americana, 1993.
- BARBOSA, Rodolpho Pinto. A questão do método cartográfico. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n. 4, out-dez, 1967.
- BARONCINI, Cláudia Nóbrega. O Real Colégio das Artes e Ofícios da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: o papel dos jesuítas na formação dos espaço urbano carioca (1565-1759). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 18p.
- BARROS, Clara Emília Monteiro de. *Aldeamento de São Fidélis: o sentido do espaço na iconografia*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- BAZIN, Germain. O Barroco - Um estado de consciência. In: ÁVILA, Affonso (Org.). *Barroco: Teoria e análise*. São Paulo: Editora Perspectiva; Belo Horizonte: Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 1997. p.17-22.
- BAZYN, Germain. *Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. (v.1 e 2)
- BÉDARIDA, François. The Growth of Urban History in France: Some methodological Trends. In: DYOS, H. J. (Ed.). *The Study of Urban History*. Londres: Edward Arnold Ltd., 1976. p.46-60.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.
- BENTIVOGLIO, Julio César. Planejamento urbano no século XIX: o plano em forma de cruz de Franca-SP (1805). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 10p.
- BIARD, Auguste-François. Viagem à Província do Espírito Santo. *Estação Capixaba. Revista Eletrônica*. Vitória, 2000. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>>. Acesso em: maio de 2002.
- BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v.18, nº 36, p.251-580, 1998. ISSN 0102-0188.

- BITTENCOURT, Gabriel. *Notícias do Espírito Santo*. Vitória: Livraria Editora Cátedra, 1989.
- BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo*. Vitória: Livraria Editora Cátedra, 1987.
- BITTENCOURT, Gabriel. *Literatura e História*. Historiografia Capixaba (Bibliografia da 1ª República). Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1984.
- BITTENCOURT, Gabriel; CAMPOS, Nádia Alcuri. *Palácio Anchieta: de colégio a casa da governadoria*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes/Biblioteca Pública Estadual, 2000.
- BITTENCOURT, Luiz Cláudio. O desenho do colonizador. In: Nino Padilha (Org.). *Cidade e Urbanismo: História, teorias e práticas*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998. p.92-102.
- BLOCH, March. A história, os homens e o tempo. In: *Introdução à história*. S//: Publicações Europa-América, 1974.p.25-46.
- BLUME, Luis Henrique dos Santos. Imagens da cidade: Transformações urbanas e modernidade em Santos no fim do século XIX. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.
- BOIS, Guy. Marxismo e história nova. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 241-290.
- BOLTSHAUSER, João. *Noções de Evolução Urbana nas Américas*. Belo Horizonte: 1959-1961.
- BONFIM, Celso. *A religião na história do Espírito Santo*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória/Seção de Propaganda e Turismo, 1943.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOXER, C. R. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- BRAGA, Ana Cristina Lopes. Arquitetura em Belém no século XVIII: As obras de Landi e o contexto urbano atual. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 9p.
- BRAGA, Rubem. *Crônicas do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Jônice Tristão; Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Ufes; Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1984..
- BRANDÃO, Carlos A. Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: AP Cultura, 1991.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Santa Maria da Feira: Editorial Presença Lda, 1986.
- BRENNNA, Giovanna Rosso Del. Medieval ou Barroco? Proposta de \Leitura do espaço urbano colonial. In: ÁVILA, Affonso (dir.). *Congresso de Barroco no Brasil/Arquitetura e Artes Plásticas*. Ouro Preto: Comitê Brasileiro de História da Arte/Revista Barroco; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), 1981. p.141-145.
- BRENNNA, Giovanna Rosso Del. Modelo variante ou Alternativo? Reflexões sobre a “Regularidade Relativa” de Algumas Cidades de Fundação Portuguesa. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 4., 1996. Rio de Janeiro, R. J.. *Anais...* Rio de Janeiro: IPUR, 1996. p.415-418. (v.2)
- BUENO, Beatriz P. Siqueira. De quanto serve a Ciência do desenho no serviço das obras de el-rei. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS. 1415-1822, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2001a. p.267-282.
- BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. 2001.Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001b.
- BUENO, Beatriz P. Siqueira. Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares. *Oceanos*, A construção do Brasil Urbano, nº 41, p.40-59, janeiro/março 2000.
- BUENO, Beatriz P. Siqueira. A Iconografia dos Engenheiros Militares no Século XVIII: Instrumento de Conhecimento e Controle do território. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo urbanístico Português, 1415-1822*.Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 1998a. p.87-118.

- BUENO, Beatriz P. Siqueira. Francisco de Hollanda: importante agente da coroa portuguesa na Itália no século XVI. In: PADILHA, Nino. (Org.). *Cidade e Urbanismo: história, teoria e práticas*. Salvador: UFBA, 1998b. p.79-91.
- BUENO, Beatriz P. Siqueira. A iconografia dos Engenheiros Militares: Fonte essencial para o estudo do Urbanismo no Brasil Setecentista. . In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998c. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998c. 1 CD. 21p.
- BUENO, Beatriz P. Siqueira. Particularidades do Processo de Colonização da América Espanhola e Portuguesa. Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 4., 1996. Rio de Janeiro, R. J.. *Anais...* Rio de Janeiro: IPUR, 1996. p.505-514. (v.2).
- BURGUIÈRE, André. Antropologia Histórica. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.124-152.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editoria UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In: \_\_\_\_\_(Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editoria UNESP, 1992. p.7-37.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: \_\_\_\_\_(Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editoria UNESP, 1992. p.327-348.
- BURY, John. A arquitetura e a arte no Brasil Colonial. In: LESLIE, Bethell (Org). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. p. 681-704.(v. 2)
- BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. São Paulo: Nobel, 1991.
- CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral desta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1951. Edição fac-Similar.
- CÂMARA, Marcos Paraguassu de A. Formação da Identidade das praças centrais em suas múltiplas pré-existências: resgate histórico pela representação gráfica. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 20p.
- CÂMARA, Marcos Paraguassu de A. Exclusão espacial nas cidades coloniais. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais ...R.J.:* UFRJ/PROURB, 1996. p. 584-601. (v. 2)
- CÂMARA, Marcos Paraguassu de A. *Cidades e Vilas da Escravidão. Espaços dos Excluídos*. 1995. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O Novo Arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- CARDIM, Pe. Fernão. *Tratado da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo Social - Rev. Sociol. USP*: Foucault um pensamento desconcertante, São Paulo, v. 7, n ° 1/2, p. 53-66, outubro de 1995.
- CARITA, Rui. A fundação de Salvador da Bahia e as ilhas Atlânticas. In: *Congresso de História da Bahia (Salvador 450)*, 4., 2001, Bahia, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Mattos, 2001. p.381-390.
- CARITA, Rui; CARITA, Helder. A construção do Atlântico e as cidades-porto cabo-verdianas. *Oceanos*, A construção do Brasil Urbano, nº 41, p.174-191, janeiro/março 2000.
- CARITA, Rui. As cidades atlânticas do século XVI: fronteiras e modelos estratégicos. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 12p.
- CARITA, Rui. Câmara do Funchal. Funchal cidade de 1508. Funchal, 2003. Disponível em: <[http://www.cm-funchal.pt/cidade/introdu-historia/body-introdu-0%20hist\\_rica.html](http://www.cm-funchal.pt/cidade/introdu-historia/body-introdu-0%20hist_rica.html)>. Acesso em: nov. 2003.
- CARVALHO, Ailton Mota de. Formação urbana na América Latina – uma breve revisão histórica. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais...R.J.:* UFRJ/PROURB, 1996. p. 489-496. (v. 2)

- CAVALCANTI, Verônica Robalinho. As irmandades e o espaço em Maceió. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.
- CARVALHO, José Antônio. *O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.
- CARVALHO, José Antônio. A arquitetura dos jesuítas no Espírito Santo: o colégio e as residências. In: ÁVILA, Affonso (dir.). *Congresso de Barroco no Brasil/Arquitetura e Artes Plásticas*. Ouro Preto: Comitê Brasileiro de História da Arte/Revista Barroco; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), 1981. p.127-140.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. Um novo olhar sobre a cidade da Parahyba. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.
- CHATELET, François (Org). *Histoire de la Philosophie*. Idees, doctrines. La Philosophie des sciences sociales de 1860 a nos jours. France: Librairie Hachette, 1973. (v.7)
- CHATELET, François. L'Histoire. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Histoire de la Philosophie*. Idees, doctrines. La Philosophie des sciences sociales de 1860 a nos jours. France: Librairie Hachette, 1973. (v.7)
- CHAUNU, Pierre. *Expansão Européia do Século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- CHEKLAND, S. G. Toward a definition of urban history. In: DYOS, H. J. (Editor). *The Study of Urban History*. Londres: Edward Arnold Ltd., 1976. p.343-360.
- CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. Sobre a Teoria da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985. 15p.
- CIRNE LIMA, Ruy. Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas. Porto Alegre: Livraria Sulina.
- COELHO, Gustavo Neiva. Vila Boa: O Vernacular e o Erudito no século XVIII em Goiás. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 17p.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Editora e Distribuidora Artshow Books Ltda, 1897.
- CORRÊA, Elyane Lins. Visões da História. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 7., 2002. Bahia, Salvador. *Anais...* Salvador: PPGAU/FAUFBA/ANPUR, 2002. 1 CD.
- CORREIA, José Eduardo Horta. *Arquitetura Portuguesa*. Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- COSENTINO, Francisco Carlos. As cidades na América Ibérica: Ensaio comparativo (séc. XVI e XVII). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD.
- COSTA, Alexandre Alves. A arquitetura e a cidade portuguesas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 7p.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *Salvador, Século XVIII: O papel da ordem religiosa dos beneditinos no processo de crescimento urbano*. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Escola Técnica Superior D'Arquitetura de Barcelona, Departament de Composició Arquitectònica, Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2003.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. Espaços negros em Salvador no Século XIX. In: PADILHA, Nino (Org.). *Cidade e Urbanismo*. História, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA: 1998. p.138-150.
- COSTA, Lúcio. A arquitetura dos Jesuítas no Brasil. In: CARVALHO, Ayrton. *et. ali. Arquitetura Religiosa*. São Paulo: Ministério de Educação e Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1978.p.9-98.
- COSTA, Ricardo. Olhando para as estrelas, a fronteira imaginária final. *Astronomia e Astrologia na Idade Média e a visão medieval do Cosmo*. *Revista de História da UFES*, Vitória, nº 14, p. 481-501, 2002.
- COUTINHO, D. José Caetano da Silva. Freguesia da Vitória. In: NEVES, Maria Clara Medeiros Santos (Coord. e transcrição) et alli. *Estação Capixaba*. *Revista Eletrônica*. Vitória, 2000. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>>. Acesso em: maio de 2002.

- CÓZAR, Rafael de. Poesia e Imagen. Poesía visual y otras formas literarias desde el siglo IV aC. hasta el siglo XX. Disponível em <[http://www.boek861.com/lib\\_cozar/portada.htm](http://www.boek861.com/lib_cozar/portada.htm)>. Acesso em: novembro 2003.
- CUNHA, Alexandre Mendes; MONTE-MÓR, Roberto Luís. Dimensões do urbano: Espaço e cultura nas Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 14p.
- DAEMON, Basílio de Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica e sinopse estatística*. Vitória: O Espírito-santense, 1879.
- DANTAS, George Alexandre Ferreira. As cidades natais: Movimentos de construção e desconstrução da cidade colonial. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 13p.
- DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p.199-236.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Cidades*, Presidente Pudente, v. 1, n.º 1, p.119-146, 2004.
- DELSON, Roberta Marx. Para o Entendimento da Educação Colonial: O Papel das Academias Militares no Brasil Colônia. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), 1998. p.225-242.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia*. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.
- DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade*. Uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DELUMEAU, Jean. *O que sobrou do paraíso?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma Ilha*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.
- DUARTE, Paulo Araújo. *Elementos de Cartografia*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- DUARTE, Paulo Araújo. *Cartografia básica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.
- DUBY, G. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- DUTOR, Thierry. *La Ville Médiévale. Origines et triomphe de l' Europe urbaine*. Paris: Odile Jacob, 2003.
- DYOS, H. J. (Editor). *The Study of Urban History*. Londres: Edward Arnold Ltd., 1976.
- DYOS, H. J.. Agenda for Urban Historians. In: \_\_\_\_\_ (Editor). *The Study of Urban History*. Londres: Edward Arnold Ltd., 1976. p.1-46.
- ECO, Humberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ECO, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ELTON, Elmo. *Velhos Templos de Vitória e outros temas capixabas*. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.
- ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986.
- ESTAÇÃO Capixaba. *Revista Eletrônica*. Vitória, 2000. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/>>. Acesso em: maio de 2002.
- FALCÃO, Manoel Franco. *Enciclopédia Católica popular*, 2004. Disponível em: <<http://www.ae.no-ip.org/>>. Acesso em: maio de 2004.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998.
- FERNANDES, Ana; FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio de. Apresentação. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Orgs). *Cidade e História*. Modernização das Cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, FAUFBA, MAU: 1993. p.9-10.

- FERNANDES, Ana; FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio de. A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões. In: PADILHA, Nino (Org.). *Cidade e Urbanismo*. História, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBa, 1998. p.13-28.
- FERNANDES, José Manuel. Urbanismo na "África Portuguesa": Transformações Oitocentistas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 14p.
- FERREIRA, Flávio. Cidades coloniais brasileiras e hispano-americanas: uma abordagem comparativa. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais...R.J.:* UFRJ/PROURB, 1996. p. 557-562. (v. 2)
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. A igreja e a praça: Um estudo das relações entre espaço e imaginário. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 12p.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. E o ouvidor da comarca também planejava... In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 17p.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. As vilas pombalinas do século XVIII: estratégias de povoamento. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 20p.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos criados por Pombal no Brasil do século XVIII. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais...R.J.:* UFRJ/PROURB, 1996. p. 602-620. (v. 2)
- FONSECA, Cláudia Damasceno. Funcionários régios, eruditos locais, viajantes estrangeiros: representações da cidade colonial mineira. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 21p.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. Mariana e o urbanismo português do século XVIII. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais ...R.J.:* UFRJ/PROURB, 1996. p. 540-554. (v. 2)
- FONSECA, Jealva Avila Lins. *Patrimônio Imobiliário Urbano da Santa Casa de Misericórdia da Bahia nos Séculos XVIII-XX*. 2003.146p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986a.
- FOUCAULT, Michel. *La verdad y las formas jurídicas*. México: Gedisa, 1986b.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega. 1969.
- FREIRE, Felisberto. *História Territorial do Brasil*. Bahia-Sergipe-Espírito Santo. Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Turismo e Cultura, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. (v.1.). Edição Fac-Similar.
- FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo. 1535-1822*. Vitória, 1945.
- FREITAS, Wilcevana de. Oliveira. Mulheres urbanas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 12p.
- FRIDMAN, Fânia. Geopolítica e Produção da Vida Cotidiana no Rio de Janeiro Colonial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS. 1415-1822, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2001. p.299-320.
- FRIDMAN, Fânia. A propriedade santa: o patrimônio territorial da Ordem de São Bento na cidade do Rio de Janeiro. In: PADILHA, Nino (Org.). *Cidade e Urbanismo*. História, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBa, 1998. p.113-137.
- FRIDMAN, Fânia. Geopolítica e Produção da Vida Cotidiana no Rio de Janeiro Colonial. In: *Cidade e Imaginação*. Rio de Janeiro: PROURB, FAU - UFRJ, 1996. p. 100-115.
- FRIDMAN, Fânia. Donos do Rio em nome do Rei. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 3., 1994, São Paulo, São Carlos. *Textos...* (Cópias Extras). Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1994. 22p.

- FRIDMAN, Fânia; FERREIRA, Mário Sérgio Natal. Cidade flutuante: os portos do Rio de Janeiro colonial. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais...R.J.:* UFRJ/PROURB, 1996. p. 515-530. (v. 2)
- FRIDMAN, Fânia; RAMOS, Carlos Alexandre. A história da propriedade da terra no Brasil. In: FERNANDES, Ana; FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio de (Orgs.). *Cidade e História*. Modernização das Cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, FAUFBA, MAU: 1993. p.187-195.
- FURTADO, Celso. *A Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- GASPARINI, Graziano. A arquitetura barroca latino-americana: uma persuasiva retórica provincial. In: ÁVILA, Affonso (Org.). *Barroco: Teoria e análise*. São Paulo: Editora Perspectiva; Belo Horizonte: Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 1997. p.43-57.
- GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.p.237-272.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Plínio Freire. O Ciclo dos meninos cantores, 1550-1552: música e aculturação nos primórdios da colônia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n<sup>o</sup> 21, v. 11, setembro 1990/fevereiro 1991.
- GUEDEZ, Annie. *Foucault*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- GUERRA, Ana Clara Diniz; ALMEIDA, Maria do Carmo B. E. Ideologia e Espaço Urbano. Legislação Canônica: Influência no Funcionamento da Cidade. *Veracidade*, Salvador, p.81-87, dezembro de 1992.
- GUIDONI, Enrico. *La Città dal Medioevo al Rinascimento*. Roma: Bari, Laterza, 1981a.
- GUIDONI, Enrico. *La ville européenne. Formation et signification du quatriéme au onziéme siècle*. Liège: Pierre Margada Éditeur, 1981b.
- GUNN, Philip. As tecnologias de guerra e a forma urbana no Brasil colonial. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais... Natal:* UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 16p.
- GUTIERREZ, Ester J. B.. O Barro e a Carne. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais... Natal:* UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 12p.
- GUTTIERREZ, Ramon. Cultura urbana hispanoamericana y sus contactos con la experiencia portuguesa en Brasil. Modelo y heterodoxias. *Urbanismo de Origem Portuguesa. Urbanismo 4 de origem portuguesa*. Portugal: n<sup>o</sup> 4, julho de 2001. Disponível em: <<http://www.urban.iscte.pt/revista/numero4/default.htm>>. Acesso em: agosto de 2002.
- GUTIÉRREZ, Raul. Una fundamentación filosófico-teológica del carácter perspectivista del conocimiento humano: Nicolás de Cusa y San Juan de la Cruz. *Revista Teológica Límense*. Expressar lo divino: lenguaje, arte y mística. Tübingen, V. 21, n<sup>o</sup> 2, p.159-176, 1997.
- HATZFELD, Helmut. Estudos sobre o Barroco. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- HERNANDEZ, Maria Hermínia Oliveira. *O patrimônio territorial do mosteiro de São Bento*. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- HISTÓRIA da Colonização Portuguesa do Brasil. Edição Monumental comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Porto: Litografia Nacional, 1923.
- HISTÓRIA do Pensamento Geográfico. Mapas na Idade Média e no Renascimento. Santa Catarina, 1999. Disponível em <<http://www.geo.uel.br/marcia/inicio.html>>. Acesso em: nov. 2003.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOORNAERT, Eduardo. A Igreja Católica no Brasil colonial. In: LESLIE, Bethell (Org). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. p. 553-568.(v. 1)
- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

- JANEIRO, Maria de Lourdes; FERNANDES, José Manuel. A cidade na "África Portuguesa". Século XIX - primeira síntese. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS. 1415-1822, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2001. p.841-854.
- JOHNSON, H. B. A colonização portuguesa do Brasil, 1500-1580. In: LESLIE, Bethell (Org). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. p. 241-282.(v.1)
- JOLY, F. A Cartografia . São Paulo, ed. Papirus, Campinas, 1990.
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. No rumo do boi: As vilas do Ceará colonial ligadas à pecuária. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 14p.
- KATINSKY, Julio R..Introdução. Ciência e arte no século XV.In: SANTILLANA, Giorgio de. *O papel da arte no Renascimento científico*. São Paulo: FAUUSP, 1981. p.7-25
- KLUBER, George. *Arquitetura Portuguesa Chã*. Entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706. Lisboa: Veja, 1988.
- KOCH, Wilfried. *Estilos de Arquitetura*. Lisboa: Editorial Presença, 1952. (v.1 e 2)
- KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1986.
- LACOUTURE, Jean. História imediata. In: LE GOFF, Jacques (Dir.) *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.p. 215-240.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. Cidade Colonial, Cidade Moderna no Brasil: Pontos e Contrapontos. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais...R.J.:* UFRJ/PROURB, 1996. p. 497-504. (v. 2)
- LAUAND, Luiz Jean. Boécio e o *De Trinitate*. Special Collections. Idade Media e temas Medievais. São Paulo. Disponível em <<http://www.hottopos.com/convenit5/lauan.html>>. Acesso em: nov. 2003.
- LE GOFF, Jacques (Dir.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.
- LEITE, Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo,1954. (v. 2).
- LEITE, Serafim. Pressuposto Histórico In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Tomo I, Livro I, Capítulo I. p.3-17.
- LEITE, Serafim. Dotação Real. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 . Tomo I, Livro II, Capítulo I.p.107-129.
- LEITE, Serafim .Procuratura em Lisboa. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Tomo I, Livro II, Capítulo I.p.131-147.
- LEITE, Serafim .Terras e Heranças. In:\_\_\_\_\_.: *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Tomo I, Livro II, Capítulo III.p.149-171.
- LEITE, Serafim. Capitania do Espírito Santo. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional ,1945 . Tomo I, Livro III, Capítulo III. p.215-227.
- LEITE, Serafim. Aldeias do Espírito Santo. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Tomo I, Livro III, Capítulo IV. p.229-249
- LEITE, Serafim. São Paulo de Piratininga. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional ,1945 . Tomo I, Livro III, Capítulo IV. p.269-314.
- LEITE, Serafim. A Formação dos Jesuítas. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 . Tomo II, Livro IV, Capítulo I. p.393-423.
- LEITE, Serafim. O Governo. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Tomo II, Livro VI, Capítulo III. p.455-504.

- LEITE, Serafim. Na Vila de Vitória. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Tomo VI, Livro II, Capítulo I. p.133-142.
- LEITE, Serafim. Aldeias e Fazendas do Espírito Santo. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Tomo VI, Livro II, Capítulo II. p.143-158.
- LEITE, Serafim. Aldeia dos Reis Magos. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Tomo VI, Livro II, Capítulo III. p.107-180.
- LEITE, Serafim. A Igreja do Colégio. In:\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Tomo VI, Livro IV Capítulo VIII. p.382-393.
- LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil: 1549-1769*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- LÉRY, Jean. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Distrito Federal: Editora Brasília, 1971.
- LESLIE, Bethell (Org). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. (v.1 e 2)
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editoria UNESP, 1992.p.133-162.
- LIBAULT, C. O. A. *Os quatro níveis da pesquisa geográfica*. São Paulo: IGEOG/USP, 1971 (métodos em questão 1).
- LIESEGANG, Gerhard. Análise das estruturas urbanas em África e especialmente na África Oriental entre os séculos XVII e XVIII e o impacte da Expansão portuguesa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS. 1415-1822, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), 2001. p.139-156.
- LIMA, Carlos Alberto Medeiros. A cidade como palco: Apreensões das Irmandades Negras, séculos XVII e XVIII. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.
- LIMA, Valéria Alves Esteves. Debret: cenas cariocas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 10p.
- LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; SOARES, Suely Carvalho; BONICENHA, Wallace. *Baía de Vitória*. Aspectos Históricos e Culturais. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Universidade Federal do Espírito Santo, Companhia Espírito Santense de Saneamento, 1995.
- LIMONAD, Ester. Espaço-Tempo na Arquitetura e Urbanismo: algumas questões de método. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 7., 2002. Bahia, Salvador. *Anais...* Salvador: PPGAU/FAUFBA/ANPUR, 2002.1 CD.
- LINS, Eugênio Ávila. *Arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil*. Século XVI a XIX. 2002.Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Universidade do Porto, Portugal, 2002.(v.1)
- LOPES, Myriam Bahia. Do mar e da terra: a história de um porto. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 7p.
- LÓPEZ, Santiago Sebastian. O programa iconográfico de Congonhas do Campo: integração do Brasil na espiritualidade da Contra-Reforma. In: ÁVILA, Affonso (dir.). *Congresso de Barroco no Brasil/Arquitetura e Artes Plásticas*. Ouro Preto: Comitê Brasileiro de História da Arte/Revista Barroco; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), 1981. p.259-269.
- LOEWEN, Andrea Buchidid. Roma *civitas sancta, caput mundi*. A influência albertiana no programa urbanístico de Niccolò V para a Cidade Eterna. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD.14p.
- LOYOLA, Inácio de. *Exercícios Espirituais*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- LUCAS, S. J., Thomas M. *Landmarking. City, Church & Jesuit Urban Strategy*. Chicago: Loyola Press, 1997.

- MADEIRA, Teresa. Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS. 1415-1822, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2001. p.247-264.
- MAGALDI, Cássia Regina Carvalho de. Condicionantes culturais árabes na Salvador do século XVIII. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.
- MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Urbanismo, História e a Lógica das Multiplicidades – os “mil Platôs” da cidade. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 7., 2002. Bahia, Salvador. *Anais...* Salvador: PPGAU/FAUFBA/ANPUR, 2002.1 CD.
- MAROCCI, Gina Veiga Pinheiro. Novos padrões urbanísticos em Salvador no século XVIII: O gosto da burguesia comercial. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.
- MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.
- MARQUES, Sônia. História Urbana: Espaço, Tempo ou a ética pós-estruturalista. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 7., 2002. Bahia, Salvador. *Anais...* Salvador: PPGAU/FAUFBA/ANPUR, 2002.1 CD.
- MARSHALL, J. D.. Colonization as a factor in the planning of towns in North-west England. *The Study of Urban History*. Londres: Edward Arnold Ltd., 1976. p.215-230.
- MARTINEZ, Maria do Socorro Trajano. *Ordens Terceiras: ideologia e arquitetura*. 1979. 356p. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Sociais) – Faculdade Filosofia e de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1979.
- MARTINS, Janes de Biase. A cidade reconstruída. In: ABREU, Carol; \_\_\_\_\_; VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.). *Vitória. Trajetórias de Uma Cidade*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993. 61-103p.
- MARX, Murilo. Cercas estigmatizadas, geratrizes consumadas. *Urbanismo de Origem Portuguesa. Urbanismo 3 de origem portuguesa*. Portugal: n.º 3, abril de 2001. Disponível em: <<http://www.urban.iscte.pt/revista/numero3/default.htm>>. Acesso em: agosto de 2002.
- MARX, Murilo. *Cidades no Brasil*. Terra de quem? São Paulo: Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- MARX, Murilo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo, Edusp, 1989.
- MARX, Murilo. *Seis conventos, seis cidades*. 1984.240p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1984.
- MARX, Murilo. Seis conventos franciscanos, seis cidades paulistas. In: ÁVILA, Affonso (dir.). *Congresso de Barroco no Brasil/Arquitetura e Artes Plásticas*. Ouro Preto: Comitê Brasileiro de História da Arte/Revista Barroco; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), 1981. p.273-278.
- MATTOS, Carlos Lopes de. STO. Tomás. (1225-1274), Vida e Obra. In: *Seleção de Textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- MAUREL, Joaquín Bosque. La etapa ibérica en el pasado de la mundialización/globalización (1492-1825). *GEOUSP: Espaço e Tempo*. Revista da Pós Graduação em Geografia, São Paulo, n.º 3, p. 129-149, 2003.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil*. Conselho Federal de Cultura, 1971.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza. O campinho e o novo arrebalde de Vitória (ES) - Relações e transferências desde a origem. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 10p.

- MENESES, José Newton Coelho. Domínio privado e abastecimento alimentar no espaço urbano colonial das Minas Gerais setecentistas: Os quintais no Arraial do Tejuco e na Vila do Príncipe. In: Seminário de História da Cidade e Urbanismo, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 11p.
- MIRANDA, Clara Luiza (org). Memória visual da Baía de Vitória. Vitória: FACITEC-PMV;CAR-UFES, 2004. Disponível em <<http://www.baiadevitoria.ufes.br>> . Acessado em maio de 2004.
- MONJARDIM, Adelpho Poli. *Vitória Física*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.
- MORAES, Cícero. *O paralelo 20 passa no Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial, 1953.
- MOREIRA, Rafael. O arquiteto Miguel de Arruda e o primeiro projeto para Salvador. In: *Congresso de História da Bahia (Salvador 450)*, 4., 2001, Bahia, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Mattos, 2001. p.123-145.
- MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana, desde sus origens hasta la revolucion industrial*. Barcelona: Edit. G. Gili, 1989.
- MOTTA, Edilson Nazaré Dias. Landi e a Belém do Século XVIII: a obra do arquiteto D' el Rey. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais...*R.J.: UFRJ/PROURB, 1996. p. 269-284. (v.2)
- MOURÃO, Leila. História das cidades da Amazônia brasileira. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 11p.
- MUNFORD, Lewis, *A cidade na História*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1965. (v.1 e 2).
- NASCIMENTO, José Clewton do. Icó: De vila pastoril à princesa dos sertões – Uma história de rupturas e permanências. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.
- NERY, João. *Apontamentos para a História Religiosa do Espírito Santo*. Vitória: S.N.T., s.d.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Um mundo ainda encantado: religião e religiosidade ao fim do período colonial. *Oceanos*, A construção do Brasil Urbano, nº 42, p.114-131, Abril-junho 2000.
- NEVES, Herivaldo Fagundes. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador: Arcádia, 2002.
- NICOLAZZI JUNIOR, Norton Frehse. O Almotacé: Administração e ordem urbana na Curitiba setecentista. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 12p.
- NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil: 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Gráfica, 1931.
- NOBERG-SHULZ, Cristian. *Arquitetura Ocidental*. La arquitectura como História de Formas Significativas. Gustavo Gilli, 1985
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s.d.
- NOVAIS, Fernando A.. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- NUNES, Benedito. O Universo Filosófico e Ideológico do Barroco. In: ÁVILA, Affonso (dir.). *Congresso de Barroco no Brasil/Arquitetura e Artes Plásticas*. Ouro Preto: Comitê Brasileiro de História da Arte/Revista Barroco; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), 1981. p.23-29.
- OCEANOS. A construção do Brasil Urbano. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), n ° 41, Janeiro-Março de 2000. 224p.
- OCEANOS. Viver no Brasil Colônia. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), n ° 42, Abril-junho de 2000. 172p.
- OLIVA, Terezinha Alves de. *et. al*. Historiografia das cidades sergipanas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.

- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *Espaço e Estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- OLIVEIRA, Cêurio de. *Curso de cartografia moderna*. Fundação de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 1988.
- OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 1983.
- OLIVEIRA, José do Patrocínio Machado de. *Breves notas sobre origem do povoamento, evolução política e social de Vitória*. Vitória: Departamento Estadual de Estatística/ES, s.d.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1951.
- OLIVEIRA, Lisete Assen de. O espaço da colonização açoriana na ilha de Santa Catarina: suas particularidades e suas marcas no presente. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais...R.J.:* UFRJ/PROURB, 1996. p. 563-571. (v. 2)
- OLMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 1961.
- OYÓN, Jose Luis. The quest for an urban history. In: SEMINÁRIO DA CIDADE E DO URBANISMO, 7., 2002, Bahia, Salvador. *Anais...* Salvador: PPGAU/FAUFBA/ANPUR, 2002. 1CD.
- PACHECO, Renato José Costa. *Os dias antigos*. Vitória: Edufes/Secretaria Municipal de Cultura, 1998.
- PACHECO, Renato José Costa. *Textos de história e geografia do Espírito Santo*. Vitória: UFES, s.d.
- PAIM, Antônio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Editora Convívio, 1987.
- PAIVA, Eduardo França. Mestiço e Impermeável: O universo cultural e a urbe nas Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 14p.
- PANOFKY, Erwin. *Arquitetura Gótica e Escolástica*. Sobre a analogia entre arte e teologia na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- PATLAGEAN, Evelyne. História do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (Dir.) *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.291-316.
- PECHMAN, Robert Moses. O urbano: invenção ou descoberta? Para pensar uma história urbana. In: PADILHA, Nino (Org.). *Cidade e Urbanismo*. História, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998a. p.29-35.
- PECHMAN, Robert Moses. Cenas primordiais: Em como o discurso inventou a cidade. . In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998b. 1 CD. 13p.
- PENNA, Misael. *História da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.
- PESSÔA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. *Oceanos*, A construção do Brasil Urbano, nº 41, p.70-83, janeiro/março 2000.
- PESSÔA, José. Forma urbana no Brasil: uma amostragem de casos-tipo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS. 1415-1822, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2001a. p.651-660.
- PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.177-213.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. Representação gráfica da cidade: Uma fonte no estudo da história. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.
- POMIAN, Krzysztof. História das estruturas. In: LE GOFF, Jacques (Dir.) *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.97-123.
- PORTAS, Nuno. Os tempos das formas nas cidades lusas no Brasil. *Oceanos*, A construção do Brasil Urbano, nº 41, p.162-173, janeiro/março 2000.
- PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p.291-326.

- PORTUAL, Virgínia. Postulações, Configurações e Representações Urbanas: Tempos do Recife. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 18p.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.
- PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editoria UNESP, 1992. p.163-198.
- RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social - Rev. Sociol. USP*. Foucault um pensamento desconcertante, São Paulo, v. 7, n.º 1/2, p. 67-82, outubro de 1995.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editores del Norte, 1984.
- RAU, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- REIS, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira Parte: Período Colonial. . In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo urbanístico Português, 1415-1822*.Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP),1998.p.467-482.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo Barroco no Brasil. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo urbanístico Português, 1415-1822*.Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP),1998.p.483-506.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Breve Histórico do Centro de Vitória*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Planejamento, Companhia de Desenvolvimento de Vitória,1994.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de; MORAES, Ana Maria de. *Atlas Histórico do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília, 1987.
- REVISTA DE HISTÓRIA DA UFES. Dossiê territórios, espaços e fronteiras. Vitória: UFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, EDUFES, 2002. ISSN 1517-21201
- REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969.
- RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (Org.). *A Fundação do Brasil: testemunhos (1500-1700)*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- RIBEIRO, Orlando. *Opúsculos Geográficos*. Temas Urbanos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. v. 5.
- RIMBERT, S. *Cartes et Graphiques*. Paris: Sedes, 1964.
- ROCHA, Levy. *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial, 1977. (Terra Capixaba: série didática)
- ROCHA, Levy. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: Ebrasa, 1971. (Terra Capixaba: série didática).
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1960.
- ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América Portuguesa desde o ano de mil e quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Bahia: Imprensa Econômica, 1878.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Sonhos renascentistas - cidades ideais e cidades reais. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 10p.
- ROLNIK, Raquel. História Urbana: História na cidade? . In: FERNANDES, Ana; FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio de (Orgs.). *Cidade e História*. Modernização das Cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, FAUFBA, MAU: 1993. p.27-29.
- ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o espaço. In: CASTRO, Iná Elias de. *et al.* (orgs). *Explorações geográficas - percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 119-153
- ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

- ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o espaço. In: \_\_\_\_\_. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996. p. 25-70.
- ROSSA, Walter. *A urbe e o traço*. Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Portugal: Ed. Almedina, 2002.
- ROSSA, Walter. Apresentação. Cultura do território. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS. 1415-1822, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2001. p.749-750.
- ROSSA, Walter. Discurso ao comissário do projeto. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL. UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS. 1415-1822, 2001, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2001. p.11-16.
- ROSSA, Walter. No primeiro dos elementos. Dados para uma leitura sintética do urbanismo e da urbanística portuguesa da Idade Moderna. *Oceanos*, A construção do Brasil Urbano, nº 41, p.8-23, janeiro/março 2000.
- ROSSA, Walter. O Urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 1998. p.507-566.
- ROSSA, Walter. *Cidades Indo-Portuguesas*. Contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 1997.
- RUBIM, Brás da Costa. Memórias Históricas e Documentos da Província do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, nº 25, 1861. p.171-185
- RUBIM, Francisco Alberto. Memória estatística da província do Espírito Santo no ano de 1817. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, Tomo XIX (terceira série), 1900, p. 161-84.
- RUBIM, Francisco Alberto. *Memórias para servir a História da Capitania do Espírito Santo*. Lisboa, 1840.
- SAINT-ADOLPHE. *Dicionário Geográfico do Império do Brasil*. Paris: J. P. Aillaud, Editor, 11, Quai Voltaire, 1845. v. 1
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *O Barroco e o Jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951.
- SALGADO, Heliana Angotti. Apresentação. In: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p.11-29.
- SALVADOR, José Gonçalves. *A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença dos cristãos-novos*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento Estadual de Cultura, 1994.
- SALVADOR, Vicente, Frei. *História do Brasil*. São Paulo: Wieszflog Irmãos, 1918.
- SANCEAU, Elaine. *Capitães do Brasil*. Porto: Livraria Civilização, s.d.
- SANTILLANA, Giorgio de. *O papel da arte no Renascimento científico*. São Paulo: FAUUSP, 1981.
- SANTOS, Jair. *A igreja do Rosário e a presença de Vasco Fernandes Coutinho*. Vila Velha: Gráfica Ita, 2003.
- SANTOS, Jair. *Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito santo: fragmentos de uma história*. Vila Velha: Ed. do autor, 1999.
- SANTOS, Paulo. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968.
- SANTOS, Paulo. *O Barroco e o Jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951.
- SANTOS NEVES, Luiz Guilherme (texto), PACHECO, Renato José Costa (pesquisa). *Os bondes de Vitória*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.
- SANTOS NEVES, Luiz Guilherme, ROSA, Léa Brígida R. de A., PACHECO, Renato José Costa. *Espírito Santo: nossa história, nossa gente*. Vitória: Grafer, 1997.
- SANTOS NEVES, Luiz Guilherme, SANTOS NEVES, Reinaldo, PACHECO, Renato José Costa. *Espírito Santo, Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes, 1994.
- SCHMITT, Jean-Claude. História dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Dir.) *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.261-290.

- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editoria UNESP, 1992. p.63-96.
- SCHWAB, Afonso, FREIRE, Mário Aristides. *A Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.
- SCHWARTZ, Stuart B.. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SEPULCRI, Patrícia Martinelli. *Do Colonial ao Neo-Colonial*. Um Perfil das Melhores residências em Vitória. 1993. Monografia (Curso de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1993.
- SETÚBAL, José Ancheita de. *Ecoss de Vila Velha*. Vila Velha: Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2001.
- SERRÃO, Vitor. A pintura de Brutesco do século XVII em Portugal e suas repercussões no Brasil. In: ÁVILA, Afonso (Org.). *Barroco: Teoria e análise*. São Paulo: Editora Perspectiva; Belo Horizonte: Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 1997. p.93-127.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editoria UNESP, 1992. p.39-62.
- SILVA, Antônio Correia e. A construção do Atlântico e as cidades-porto cabo-verdianas. *Oceanos*, A construção do Brasil Urbano, nº 41, p.174-192, janeiro/março 2000.
- SILVA, Jovam Vilela da. O urbanismo logístico na ocupação do território mato-grossense no século XVIII. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.
- SILVA, Lúcia Helena Pereira da. A questão urbana sob o ângulo racial (da colônia até 1940). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 18p.
- SILVA, Luís Octávio da. História urbana: breve histórico da constituição de uma área de conhecimento. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 18p.
- SILVA, Regina Helena Alves da. As Cidades-Capitais: Belo Horizonte, Rio e São Paulo. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 15p.
- SILVA TELLES, Augusto Carlos da. Alguns aspectos da arquitetura na segunda metade do século XVIII no Brasil In: ÁVILA, Afonso (Org.). *Barroco: Teoria e análise*. São Paulo: Editora Perspectiva; Belo Horizonte: Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 1997. p.243-263.
- SILVEIRA, Luiz. *Ensaio de iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*. Lisboa, 1956. 4 vols
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1550- 1820)*. São Paulo: Nacional, 1937.
- SMITH, Robert Chester. Arquitetura Civil no Período Colonial. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, p.27-155, 1969.
- SMITH, Robert Chester. *Arquitetura Jesuítica no Brasil*. São Paulo: FAU/USP, 1962.
- SMITH, Robert Chester. *Arquitetura Colonial*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955a.
- SMITH, Robert Chester. Urbanismo colonial no Brasil. São Paulo: II Colóquio de Estudos Brasileiros, 1955b.
- SOUZA, Alfredo Henrique Caldas. *Salvador: Cabeça do Brasil*. Participação da Engenharia Militar na configuração de seu espaço urbano (Século XVII). 2003.244p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2003.
- SOUZA, Alfredo Henrique Caldas de. Engenheiros militares da Salvador colonial. Sua importância para a definição urbana da capital da colônia portuguesa nas Américas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 14p.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil*. São Paulo: Editora Pirajá da Silva, 1940.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratados Descritivos do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

- SOUZA, Luciene Pessotti. Sagrado e estratégia. O Sagrado como estratégia da Companhia de Jesus na construção do espaço urbano da Vila de Nossa Senhora da Vitória. 2000a. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000a.
- SOUZA, Luciene Pessotti de. *Sagrado estratégia e espaço*. O sagrado como estratégia da Companhia de Jesus na construção do espaço urbano da Vila de Nossa Senhora da Vitória. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000b. 1 CD. 15p.
- SOUZA, Luciene Pessotti de. *Desleixo ou Ordem?* Notas Sobre o Urbanismo Colonial Brasileiro e o Caso da Vila de Nossa Senhora da Vitória. 1997. Monografia (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1997.
- SOUZA, Luciene Pessotti de. *Proposta de Proteção para a Área de Vizinhança da Igreja do Rosário - Vitória /ES*. 1996. Monografia (Especialização em Restauração e Conservação em Monumentos e Sítios Históricos) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- SOUZA, José Gilberto de; KATUTA, Ângela Massumi. *Geografia e conhecimentos cartográficos*. A cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso dos mapas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- SCHWAB, Afonso; FREIRE, Mário Aristides. *A irmandade e a Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo*. Vitória, Arquivo Público do Estado, 1979. (v.2)
- TEIXEIRA, Manoel. Os modelos urbanos da cidade brasileira. *Urbanismo de Origem Portuguesa. Urbanismo 3 de origem portuguesa*. Portugal: n.º 3, abril de 2001. Disponível em: <<http://www.urban.iscte.pt/revista/numero3/default.htm>>. Acesso em: agosto de 2002.(2001a).
- TEIXEIRA, Manoel. A cidade da Bahia no contexto da modernização dos traçados urbanos portugueses quinhentistas In: *Congresso de História da Bahia (Salvador 450)*, 4., 2001, Bahia, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Mattos, 2001b.p.391-405.
- TEIXEIRA, Manoel. O urbanismo Medieval, Séculos XIII e XIV. In: \_\_\_\_\_; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português. Século XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Portugal, Livros Horizonte, 1999. p.25-37.
- TEIXEIRA, Manoel. O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII. In: \_\_\_\_\_; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português. Século XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Portugal, Livros Horizonte, 1999. p.215-252.
- TEIXEIRA, Manoel. Teorias e Concepções Urbanísticas nos Traçados Urbanos do Século XVI. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998a. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998a. 1 CD. 16p.
- TEIXEIRA, Manoel. A História Urbana em Portugal: Desenvolvimentos Recentes. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Coord.). *Colectânea de Estudos Universo urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 1998b. p.537-558.
- TEIXEIRA, Manoel. A influência dos Modelos Urbanos Portugueses na Origem da Cidade Brasileira In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais...R.J.:* UFRJ/PROURB, 1996. p. 572-583. (v. 2)
- TEIXEIRA, M. Teixeira; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português. Século XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Portugal: Livros Horizonte, 1999.
- TERNES, José. Michel Foucault e o nascimento da modernidade. *Tempo Social - Rev. Sociol. USP*. Foucault um pensamento desconcertante, São Paulo, v.7, n.º 1/2, p.53-66, outubro de 1995.
- TORQUATO, Maria Ligia Machado. Intercâmbio Cultural entre Europa e América no início do século XIX: A obra de José da Costa e Silva. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 11p.
- TUAN, Yi-fu. *Topofilia*. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

- TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editoria UNESP, 1992. p.273-290.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia. Fundação Gregório de Mattos. *Evolução Física de Salvador*. Salvador: Pallotti, 1998.
- VALLA, Margarida. O Papel dos Arquitectos e Engenheiros-Militares na transmissão das formas urbanas portuguesas. *Urbanismo de Origem Portuguesa. Urbanismo 1 de origem portuguesa*. Portugal: n.º 1, setembro de 1999a. Disponível em: <<http://www.urban.iscte.pt/revista/numero1/default.htm>>. Acesso em: abril de 2002.
- VALLA, Margarida. A engenharia militar na construção da cidade. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 13p.
- VALLA, Margarida. A Fortificação no Desenvolvimento da Cidade Portuguesa no Século XVII. In: TEIXEIRA, Manoel; \_\_\_\_\_. *O Urbanismo Português. Século XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Portugal, Livros Horizonte, 1999b. p.149-214.
- VALLE, José Silvestre Revueltas. La historia que nos cuentan: Martín Garatuza y la Ciudad de México en el siglo XVII: problemas de interpretación sobre las fuentes urbanas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 13p.
- VARGAS, Celso Valdez. Hacia una Historia Urbana de nuevo tipo. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1CD. 16p.
- VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Presidente da Província (1823-1829). Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.
- VASCONCELOS, José Marcelino Pereira. *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo*. Vitória, 1858.
- VASCONCELOS Pedro de Almeida. Os agentes modeladores de Salvador no período colonial. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 15p.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade*. Ilhéus: Editus, 1999a.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. In: \_\_\_\_\_. SILVA, S. B. M. (Org.). *Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Salvador, EdUFBA, 1999b. p.191-201.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador colonial: do século XVI ao século XVIII. In: PADILHA, Nino (Org.). *Cidade e Urbanismo*. História, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998. p.103-110.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no Período Colonial In: CASTRO, Iná Elias de. *et al.* (orgs). *Explorações geográficas - percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.247-277.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Cultura, Religião e Escravidão na Bahia (1549-1888). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais...*R.J.: UFRJ/PROURB, 1996. p. 352-357. (v. 2)
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. In: FERNANDES, Ana; FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio de (Orgs.). *Cidade e História*. Modernização das Cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, FAUFBA, MAU: 1993. p.247-256.
- VASCONCELOS, Simão de. [Brasil (Descrição de vários arvoredos frutíferos do Brasil) e seus préstimos; Descrição da costa do Brasil e das capitânias do Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, São Vicente, Porto Seguro e Ilhéus pelo padre Simão de Vasconcelos - Transcrição parcial, somente da parte referente ao Estado do Espírito Santo, folhas 157v e 158. Acervo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (lata 16, doc. 9, n. 1-2)].
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônicas da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977. v.2.
- VASCONCELLOS, João Gualberto M. A construção dos imaginários de Vitória. In: ABREU, Carol; MARTINS, Janes de Biase; \_\_\_\_\_. (Org.). *Vitória. Trajetórias de Uma Cidade*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993. 19-41p.

- VERNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo, 1962.
- VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1982] 1992.
- VEYNE, Paul Marie. Foucault revoluciona a história. In:\_\_\_\_\_. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1982] 1992.p.148-198.
- VIANA, Hélio. Espaço, história e tradição: o compud africano e a construção da identidade no candomblé carioca. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. *Anais ...R.J.: UFRJ/PROURB*, 1996. p. 316-327. (v. 2)
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Bahia: Editora Itapuã, 1969.(3vls.)
- VOVELLE, Michel. História e longa duração. In: LE GOFF, Jacques (Dir.) *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.66-96.
- WATERWORTH, J. (Ed.).The Council of Trent Canons and Decrees (1848). Scanned by Hanover College Students, 1995. Disponível em:<<http://history.hanover.edu/texts/trent/trentwh.html>>.
- WESSELING, Henk. História de além-mar. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editoria UNESP, 1992. p.97-132.
- WOLFFLIN, Heinrich. *Renascença e Barroco*. Estudo sobre a essência do Estilo Barroco e a sua origem na Itália. São Pulo: Editora Perspectiva, 1989.
- ZANCHETI, Sílvio Mendes. O Recife do século XVIII como cidade barroca. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 6., 2000. Natal, Rio Grande do Norte. *Anais...* Natal: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1 CD. 18p.
- ZEIN, Ruth Verde. Rio de Janeiro, um sítio impossível, e por isso perfeito. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E URBANISMO, 5., 1998. São Paulo, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUR, 1998. 1 CD. 17p.

## DOCUMENTOS OFICIAIS

- BRASIL. Ministério da Cultura. Ministério das Relações Exteriores. Projeto Barão do Rio Branco.. Rio de Janeiro, 1998.2 CD.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos (1549-1559). Provimentos Seculares e Eclesiásticos*. Rio de Janeiro, 1937.v. 35.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Biblioteca Nacional. Annaes da Biblioteca Nacional. *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1914. p.176- 190.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, 1929. (v. XI, Série E)
- BRASIL. Ministério da Cultura. Biblioteca Nacional.*Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, 1929. (v. XXXV).
- BRASIL. Ministério da Cultura. Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, 1973.
- CARTA Ânua da Missão Jesuítica no Espírito Santo, pelo Padre Antônio Vieira, em 1625. CX 1\_ES, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Espírito Santo: Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, agosto/1978. (Espírito Santo: Documentos Administrativos Coloniais. Série Documentos Coloniais 2). p.26-31.
- CARTA de arrematação e escritura de cessão de Bens de Raiz seqüestrados aos padres jesuítas na capitania do Espírito Santo. Vila da Victória, 7/8/1784. Lata 124, Pasta 3. 30p. Vitória: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.
- CARTA de Vasco Fernades Coutinho ao Governador Gerald o Brasil de Ilhéus, em 22 de maio de 1558. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, agosto/1978. (Espírito Santo: Documentos Administrativos coloniais. Série Documentos Coloniais 2). p.22-25. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa, Portugal. Corpo Cronológico: Parte 1, maço 102, número 96).
- CRIAÇÃO da Ouvidoria do Espírito Santo: 15 de janeiro de 1732. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, agosto/1978. (Espírito Santo: Documentos Administrativos coloniais. Série Documentos Coloniais 2) p.45-46. (Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 2 – ES).

- ESPÍRITO SANTO: Governo do Estado. Secretaria de Estado da Cultura e Esportes. Arquivo Público Estadual. *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo: 1585-1822*. Org.: João Eurípedes Franklin Leal. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. (Coleção Canaã, v. 3).
- ESPÍRITO SANTO: Governo do Estado. Secretaria de Estado do Planejamento. *Espírito Santo: Documentos Administrativos coloniais*. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, jan. 1978. (Série Documentos Coloniais 1).
- ESPÍRITO SANTO: Governo do Estado. Secretaria de Estado do Planejamento. *Espírito Santo: Documentos Administrativos coloniais*. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, jan. 1978. (Série Documentos Coloniais 2).
- ESPÍRITO SANTO: Governo do Estado. Secretaria de Estado do Planejamento. *Espírito Santo: Informações bibliográficas*. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves. (Série Documentos Capixabas). vol.4
- INFORMAÇÃO do capitão-mor Ignácio João Mogiardino ao governador da Bahia sobre a capitania do Espírito Santo, em 11 de julho de 1790. Portugal, Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, Cota 13.860. p.45-57.
- INFORMAÇÃO do mesmo Capitão-mór Ignácio João Mongeardino, dirigida ao Governador da Bahia, sobre a referida representação da Câmara da Villa de N. S. da Victoria e as villas da Capitania do Espírito Santo. Victória, 11 de julho de 1790. In: ALMEIDA, Eduardo Castro e (org). *Inventário dos documentos relativos a Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1914. (v.3, Bahia)
- INFORMAÇÃO que Francisco Manuel da Cunha deu sobre a capitania do Espírito Santo, 1881. Vitória: Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil, 1842. p.240-253.
- MONGEARDINO, Ignacio João. Informação do mesmo Capitão-mór Ignacio João Mogeardino, dirigida ao Governador da Bahia, sobre a referida representação da Camara da Villa de N. S. da Victoria e as villas da Capitania do Espírito Santo. In: *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro, Oficinas da Bibliotheca Nacional, 1914.
- REGIMENTO do governador e capitão general do Brasil Tomé de Souza dado em Almerim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548: "constiuição prévia" do estado do Brasil. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1998.